# BOLETIM DE DIREITO EMPRESARIAL CONSOLIDADO 2012

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01909542320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 06/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 21948)

Recuperação judicial - Crédito trabalhista - Deflação do valor à data do ajuizamento do pedido - Admissibilidade - Precedentes da câmara - Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01100164120118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Elliot Akel – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 28188)

Pedido de falência julgado extinto. Operação de factoring. Pedido lastreado em notas promissórias. Contrato de fomento mercantil não faz qualquer alusão à emissão de notas promissórias. Inexistência de contrato de fomento operacional. Termo aditivo confirmando que as notas promissórias foram emitidas em garantia de operações de mútuo, ou seja, quando a apelada necessitava adquirir matéria prima, solicitava o numerário à apelante e emitia nota promissória em garantia do pagamento. O empréstimo e o desconto de títulos, a teor do art. 17, da Lei 4.595/64, são operações típicas, privativas das instituições financeiras, dependendo sua prática de autorização governamental. Sentença mantida. Apelação não provida. (Apelação 00077103020108260161 – Diadema - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Romeu Ricupero – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 17575)

Pedido de falência e realização de depósito elisivo. Administrador não sócio da empresa autora com poderes expressos de outorgar procuração ad judicia. Títulos que embasam o pedido e que já foram objeto de ação declaratória de inexigibilidade julgada improcedente em ambas as instâncias ordinárias. Adequação da via eleita, que se satisfaz com a prova da impontualidade, não sendo exigida a prova da insolvência. Mesmo com depósito elisivo, ação que seguiu o procedimento traçado pela lei especial. Sentença mantida. Apelação não provida. (Apelação 00257002320108260100 – São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Romeu Ricupero - 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 17577)

Pedido de Restituição - Falência - Procedência em primeiro grau - Manutenção. Evidenciado que o depósito no banco falido foi efetuado equivocadamente, não se há de impossibilitar a restituição de seu valor à credora. Apelação desprovida. (Apelação 91250019520078260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 17266)

Ação de ressarcimento de danos materiais e morais - Falência - Inexistência de nexo causal. Não tendo o apelante comprovado que as corrés tenham sido indiciadas no inquérito administrativo referido no art. 41 da Lei 6.024/64, nem que o Ministério Público tenha movido ou deixado de mover contra elas a ação de responsabilidade civil prevista no art. 46, parágrafo único, da mesma lei (ver art. 3º da Lei 9.447, de 14 de março de 1997), bem como não tendo demonstrado o nexo de causalidade entre ação ou omissão de tais corrés e os danos por ele sofridos, tampouco tendo demonstrado que as referidas corrés agiram com dolo ou culpa ao não detectarem, oportunamente, má gestão do Banco Santos S.A., não se há de acolher a pretensão ressarcitória de danos por ato ilícito. Apelação desprovida. (Apelação 01039707520078260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 17338)

Embargos de Declaração - Pedido de Falência - Improcedência em primeiro grau – Manutenção – Alega omissão. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados.

(Embargos de Declaração 90685695620078260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 17323)

Embargos de Declaração - Pedido de Falência – Extinção em primeiro grau - Manutenção - Alegada omissão em relação à fixação da sucumbência. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 90756444920078260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado – 13/12/2011 – Votação Unânime - Voto nº 17241)

Pedido de falência - Improcedência em primeiro grau - Convolação em execução de título extrajudicial - Sucessão da empresa devedora não comprovada - Anulação da sentença para produção de provas - Prejudicada a apelação. Proferida a sentença quando faltavam nos autos prova suficiente da sucessão da ré originária pela corré posteriormente citada, impõe-se o decreto de sua nulidade para que as partes tenham oportunidade de provar suas alegações. Decreto de nulidade do julgamento. Prejudicada a apelação. (Apelação 03259190620098260000 – Bariri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 17227)

Pedido de falência julgado improcedente. Ação rescisória de acórdão proferido pela Câmara Reservada à Falência. Alegação de dolo processual, documento novo e erro de fato. Inadmissibilidade. Decisões tomadas com base em laudo documentoscópico em que se concluiu pela montagem de determinado termo aditivo e pelo preenchimento da nota promissória em momentos diversos. Ademais, alegação ainda pendente em inquérito policial de que outro termo aditivo, o de n.º 002/003, jamais existiu, sendo que a ele estaria vinculado a nota promissória. Impossibilidade de se concluir pela existência de dolo processual. Documento novo inexistente, assim como o propalado erro de fato. Ação julgada improcedente. (Ação Rescisória 90728147620088260000 – São Paulo - Grupo Reservado da Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 15825)

Ação de Consignação em Pagamento - Sub-rogação da ré nos créditos quirografários contra empresa em recuperação judicial - Procedência em primeiro grau - Apelação intempestiva - Não conhecimento. Ante a intempestividade da apelação interposta, não se há de conhecê-la. Não conhecimento da apelação. (Apelação 00018085720098260347 – Matão - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 17197)

Empresa em recuperação judicial. Interposição de agravo de instrumento e requerimento de justiça gratuita ou de diferimento de recolhimento de custas para o final do processo. Indeferimento. Agravo regimental. A gratuidade judiciária pode ser concedida à pessoa jurídica, desde que comprove a precariedade de sua situação financeira. Não basta o simples fato de a agravante estar em recuperação judicial, mesmo porque se empresa em recuperação judicial não tem recursos para despesas de manutenção, corriqueiras como são as decorrentes de preparo dos recursos, então não se afigura séria a sua tentativa de superar a crise econômica-financeira. Em relação ao diferimento do recolhimento das custas processuais, o caso dos autos não se enquadra nos quatro incisos do artigo 5º da Lei Paulista n.º 11.608/03, lembrando-se, a propósito, que as normas que suspendem ou excluem crédito tributário, que outorgam isenção ou que dispensam do cumprimento de obrigações tributárias acessórias somente podem ser interpretadas literalmente (CTN, art. 111), e nem mesmo a adoção da equidade poderá resultar na dispensa da exigência de tributo (CTN, art. 108, § 2º). Agravo regimental não provido. (Agravo Regimental 02379049020118260000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero – 13/12/11 - Votação Unânime - Voto nº 17878)

Apelação. Ação pauliana. Falência de sociedade limitada. Pretensão à anulação de venda de imóvel realizada por casal sócio da sociedade falida, antes do decreto de quebra. Indeferimento da petição inicial e extinção do processo, sem resolução de mérito. A responsabilidade dos sócios da sociedade limitada falida deve ser apurada consoante o art. 82, da LRF. A alegação de possível e futura desconsideração da personalidade jurídica da sociedade com eficácia frustrada não serve de fundamento para a ação pauliana contra ex-sócios da falida. Ausência de interesse processual. Extinção do processo, sem resolução de mérito, mantida. Apelo improvido. (Apelação 00470108520108260100 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 21911)

Embargos de declaração. Correção de erro material relativo ao nome das partes agravantes. Embargos acolhidos, sem efeito modificativo, com determinação. (Embargos de Declaração 00949181620118260000 – Presidente Venceslau. Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 21680)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Assembléia-geral de credores. Conclave que pode ser realizado independentemente da consolidação do quadro-geral de credores. Discussão sobre a existência, quantificação e classificação dos créditos não afeta o resultado da assembléia (art. 39, § 2º, da Lei nº 11.101/05). Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 02207713520118260000 – Junqueirópolis - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 21362)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Decisão que concede recuperação judicial. Alegação de nulidade decorrente de simulação dos instrumentos de mandato e de cessão de créditos celebrados. Ausência de provas (ou início de provas) nos autos. Inexistência de fundamentos capazes de infirmar a decisão agravada (CPC, art. 333, I). Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 02480681720118260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Pereira Calças – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 21996)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação. Créditos representados por cheques emitidos com data posterior à data do pedido de recuperação judicial. Inclusão. Impossibilidade. Exegese do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/05. Ausência de provas de que se trata de títulos pós-datados. Ônus da agravante (CPC, art. 333, I). Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 02782499820118260000 – Presidente Venceslau - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 22043)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Decisão que acolheu os cálculos do perito. Pretensão de que sejam aplicados índices diversos de correção monetária. Inadmissibilidade. Ausência de fundamentos capazes de infirmar a decisão agravada. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 02801856120118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 22080)

Agravo de instrumento. Habilitação de crédito trabalhista. Recuperação judicial. Cerceamento de defesa não caracterizado. Crédito do agravado reconhecido com base nos valores apontados pela própria recuperanda. Nulidade da decisão rejeitada. Multa indenizatória (arts. 467 e 477 da CLT). Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Alegação de pagamento. Fato superveniente à sentença que não pode ser considerado por esta Corte. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02801864620118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 22068)

Agravo de Instrumento. Recuperação Judicial. Objeções de preclusão e coisa julgada rejeitadas. Pedido de reforma da decisão que indeferiu requerimento de expedição de ofício para dispensa de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial a fim de que a recuperanda pudesse ser compulsoriamente admitida como membro de associação civil (CCEE). Impossibilidade. Contrariedade ao direito fundamental de liberdade de associação. Caso em que não pode prevalecer o princípio da preservação da fonte produtiva. Impossibilidade de transferência do risco da atividade da recuperanda, que resultou em sua atual situação de crise financeira, a terceiros. Exigência de "certidão negativa de recuperação judicial" que está em linha com o princípio de publicidade estabelecido na LFR. Exegese dos arts. 5º, XVII, XVIII, da CF; e arts. 47, 52, II, in fine, e 69 da Lei nº 11.101/05. Decisão mantida. Agravo desprovido. (Agravo de Instrumento 02802332020118260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 22063)

Recuperação judicial. Crédito decorrente de honorários advocatícios. Natureza alimentar. Equiparação aos créditos derivados da legislação do trabalho. Interpretação do artigo 24 da Lei nº 8.906/94, em conjunto com o artigo 83, inciso I, da Lei nº 11.101/2005. Multa indenizatória de 50% (artigos 467, CLT). Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Alegação de pagamento. Fato superveniente à sentença que não pode ser considerado por esta Corte. Multa de 1%, imposta em razão de embargos declaratórios, devida e bem fixada. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02871168020118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 22193)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Integral observância dos arts. 9º, II, e 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05. Multa indenizatória de 50% (art. 467, CLT). Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02882054120118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças - 13/12/11 - Votação Unânime - Voto nº 22180)

Cobrança - Contrato de fornecimento de refeições mantido com empresa que teve sua falência decretada - Pretensão ao recebimento de valores pendentes, relativos à quinzena anterior à data da falência -Testemunha que informa o encerramento das atividades da empresa um mês antes da data da sentença falimentar - Pretensão à existência de erro no depoimento para fazer coincidir a data do encerramento das atividades com a data da falência - Interpretação que não se mostra convincente, seja porque o depoimento refere-se a ambos episódios, distinguidos, seja porque o encerramento da atividade produtiva em geral antecede o ato judicial - Ausência de prova da efetiva prestação do serviço - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00205658020068260161 – Diadema – Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 18447)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Cédula de crédito bancário com contrato de constituição de alienação fiduciária em garantia (cessão fiduciária de direitos). Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título no Registro de Títulos e Documentos. Inteligência do art. 1.361, § 1º, do Código Civil. Inexistência de registro. Amortização ocorrida após o ajuizamento da ação de recuperação judicial. Pretensão à substituição de garantias. Recurso conhecido em parte e, na conhecida, não provido. (Agravo de Instrumento 00651911220118260000 – Lençóis Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 18620)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Pedido de homologação de ata de assembléia de credores que delibera a favor da proposta de compra das quotas da recuperanda. Impossibilidade, em razão das consistentes manifestações posteriores de credores em sentido contrário. Fundadas dúvidas sobre a idoneidade econômico financeira e patrimonial dos

proponentes compradores. Ausência de elementos capazes de infirmar a decisão proferida. Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 02523413920118260000 – Regente Feijó - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 21677)

Protesto - Decisão judicial que deferiu a pretendida sustação provisória dos efeitos de todos os protestos lavrados em nome da recuperanda até a data do processamento da recuperação, mas tão somente em relação à empresa recuperanda - Alegação de que tal medida deveria alcançar também aos sócios e garantidores - Ausência de interesse recursal - Esfera creditícia atingida das pessoas garantidoras e não da empresa recuperanda - Inteligência do artigo 6º do CPC - Agravo de instrumento não conhecido.Dispositivo: Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02762691920118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 19678)

Obrigação de fazer – Astreintes – Prévia intimação pessoal do devedor – Condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação - Súmula 410 do Superior Tribunal de Justiça - Ordem de pagamento da multa revogada – Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01296615220118260000 – Estrela D'Oeste – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 28398)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01364628120118260000 – Adamantina - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 28437)

Recuperação judicial - Assembléia geral de credores - Breve suspensão - Verificação do quorum para reinício dos trabalhos - Ausência de previsão legal e de expresso requerimento na ocasião – Nulidade inocorrente. Recuperação judicial - Assembléia geral de credores - Forma de votação – Elevado número de credores participantes - Contagem somente dos votos contrários à aprovação e das abstenções – Nulidade inocorrente. Recuperação judicial - Assembléia geral de credores - Impugnações de créditos ainda não solucionadas definitivamente – Ausência de óbice à realização do conclave - Posterior decisão acerca da existência, quantificação ou classificação de créditos que não invalidará as deliberações assembleares (art. 39, § 2°, da lei 11.101/2005) - Nulidade inocorrente. Recuperação judicial - Homologação de plano - alegado excesso de deságio e inviabilidade econômica da recuperação - Matéria a ser decidida pelos credores - Deliberação mantida nesse ponto. Recuperação judicial – Coobrigados - Novação decorrente de plano aprovado que não os atinge automaticamente – Ineficácia de eventual cláusula extensiva da novação aos garantidores em relação a credor que dela discordou - Precedentes da câmara - Agravo provido em parte. (Agravo de Instrumento 01375358820118260000 e 01375262920118260000 – Adamantina - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 28445 e 28275)

Embargos de declaração - Multa - Descumprimento de obrigação de fazer - Ausência de prévia intimação pessoal da parte - Preclusão – Inocorrência – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01662374420118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Elliot Akel – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto n.º 28187)

Penhora - Incidência sobre faturamento da executada – Admissibilidade - Frustração de outras formas de constrição – Recurso provido em parte, para que o percentual incida sobre o faturamento líquido. (Agravo de Instrumento 01953114620118260000 – São José do Rio Pardo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 28397)

Arrematação – Embargos - Prazo a se contar da assinatura do auto de arrematação - Tempestividade reconhecida - Necessidade de nova avaliação - Determinação de perícia mantida - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02095237220118260000 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Elliot Akel – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 28413)

Recuperação judicial - Conta vinculada - Perícia - Saldo de recebíveis em garantia - Acolhimento de valor constante de demonstrativo do agravante - Litigância de má-fé não configurada - Eventual atraso na apresentação de extratos já sancionado por multa diária, cuja imposição é objeto de outro recurso - Descabimento, outrossim, da transferência do valor depósito judicial - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02218972320118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Relator Elliot Akel – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 28419)

Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Extinção por alegada falta de andamento do processo - Ausência de intimação, quer das impugnantes, quer da credora impugnada - Extinção afastada - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02227538420118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Elliot Akel – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 28409)

Recuperação judicial - Plano de recuperação - Liberação de garantias - Falta de concordância do credor – Inadmissibilidade - Art. 50. § 1º, da Lei nº 11.101/2005 – Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02295273320118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Elliot Akel - 13/12/2011– Votação Unânime – Voto nº 28426)

Agravo Interno. Decisão monocrática que nega seguimento a recurso deficientemente formado por não trazer o instrumento de procuração que habilitou os subscritores do substabelecimento a constituir o patrono do agravante. Razões que não convencem do desacerto. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 01150300620118260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Araldo Telles – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 22951)

Obrigação de fazer - Astreintes - Prévia intimação pessoal do devedor – Condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento da obrigação - Súmula 410 do Superior Tribunal de Justiça - Suspensão da execução determinada - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02227520220118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Elliot Akel - 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 28399)

Recuperação judicial - Contrato de mútuo garantido por penhor de duplicatas - Liquidação de recebíveis após o pedido de recuperação - Pagamento privilegiado - Parcela que deveria permanecer indisponível até a apresentação e eventual aprovação do plano de recuperação - Art. 47 e 49, § 5º, da lei nº 11.101/2005 - Extrapolação do prazo do art. 6º § 4º, da lei, que não tem o condão de, por si só, autorizar a liberação dos recebíveis - Impugnação da recuperanda acolhida - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02259452520118260000 – Diadema - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Elliot Akel - 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 28452)

Recurso. Agravo de Instrumento. Combate aos fundamentos da decisão presente, ainda que, indevidamente, haja incursão por temas ali não aventados. Agravo conhecido. Falência. Quadro geral de credores já homologado. Impossibilidade de inclusão de novo credor, ainda que titular de crédito fiscal. Indeferimento mantido. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00952022420118260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação -Relator Araldo Telles – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 23108)

Embargos de Declaração. Omissão inocorrente. Intenção infringente que busca alterar o julgado. Aclaratório que se presta a pré-questionar disposições legais para alicerçar recursos constitucionais. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração – 01041124020118260000 – Campinas - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Araldo Telles – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 23017)

Falência. Se estava suspensa a Nova Política Geral de Acordos/2010 proposta pela massa, por conta da tutela antecipada recursal deferida em agravo de instrumento, é natural que se retome o prazo nela previsto ao ensejo da revogação daquela medida, desprovido o recurso então interposto. Em consequência, o acordo firmado pela massa com um dos devedores nesse interregno tem validade, não se enxergando danos que possam advir aos demais credores. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01155428620118260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Araldo Telles – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 23126)

Agravo de Instrumento. Decisão monocrática que nega seguimento a recurso deficientemente formado. Decisão mantida. Processamento como agravo interno. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01420385520118260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles – 13/12/2011 – Votação Unânime - Voto nº 22952)

Recuperação Judicial. Ordem descumprida pela casa bancária, intimada pessoalmente da sanção pecuniária por dia de atraso. Alegação de cumprimento que não se traduz em demonstração nos autos. Imposição mantida. Recurso desprovido, revogando o efeito suspensivo. (Agravo de Instrumento 01443864620118260000 – Presidente Prudente - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 23111)

Habilitação de Crédito. Recuperação Judicial. Sentença condenatória por danos morais que determinou a contagem da atualização monetária e juros a partir da citação. Imutabilidade em face da coisa julgada. Inaplicabilidade, no caso concreto, da Súmula 362 do STJ. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01587269220118260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 23110)

Recuperação Judicial. Crédito trabalhista. Pretensão da devedora voltada para a inscrição do crédito no quadro geral de credores com desconto relativo à Previdência Social e Imposto de Renda. Inadmissibilidade. Verbas que devem ser decotadas da verba salarial no momento do pagamento. Precedente apontado que trata de situação fática diversa. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento - 01648101220118260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Araldo Telles – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 23109)

Falência. Crédito trabalhista. Limite de cento e cinquenta salários mínimos que deve ser calculado na data do pagamento. Inteligência do art. 83, I, da Lei 11.101/05. Falência. Limite do art. 83, I, para a consideração de privilegiado do crédito trabalhista já declarado constitucional. Recurso provido. (Agravo de Instrumento - 01737280520118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 23107)

Falência. Anterior autorização judicial, sancionada por decisão desta instância, para a realização de acordos entre a massa falida e devedores que dispunham de títulos que lhes conferiam crédito perante sociedades coligadas, desde que razoáveis. Falência. Expressão coligadas sem a conotação técnica da lei do anonimato ou do Código Civil. Critério de razoável que está ligado aos números pré-estabelecidos no Plano Geral de Acordos. Impugnação pelo falido que não demonstra a violação de tais especificidades. Falência. Acordos que, ao

proporcionar recuperação mais rápida de ativos financeiros da massa, elimina créditos contra suas coligadas e que poderiam, teoricamente, contaminar a massa falida objetiva da instituição financeira. Recurso desprovido, revogado o efeito suspensivo. (Agravo de Instrumento - 01749839520118260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 23086)

Falência. Se estava suspensa a Nova Política Geral de Acordos/2010 proposta pela massa, por conta da tutela antecipada recursal deferida em agravo de instrumento, é natural que se retome o prazo nela previsto ao ensejo da revogação daquela medida, desprovido o recurso então interposto. Em consequência, o acordo firmado pela massa com um dos devedores nesse interregno tem validade, não se enxergando danos que possam advir aos demais credores. Falência. Anterior autorização judicial, sancionada por decisão desta instância, para a realização de acordos entre a massa falida e devedores que dispunham de títulos que lhes conferiam crédito perante sociedades coligadas, desde que razoáveis. Falência. Expressão coligadas sem a conotação técnica da lei do anonimato ou do Código Civil. Critério de razoável que está ligado aos números pré-estabelecidos no Plano Geral de Acordos. Impugnação pelo falido que não demonstra a violação de tais especificidades. Falência. Acordos que, ao proporcionar recuperação mais rápida de ativos financeiros da massa, elimina créditos contra suas coligadas e que poderiam, teoricamente, contaminar a massa falida objetiva da instituição financeira. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01749977920118260000 – São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Araldo Telles – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 23112)

Penhora. Avaliação levada a efeito por oficial de justiça. Impugnação específica pelo executado, que requer, expressamente, a nomeação de técnico para esse mister. Pedido do exequente que se limita à dedução do valor correspondente à remoção de areia de fundição. Custeio que incumbe àquele e não a este. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02128892220118260000 – Piracicaba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Araldo Telles – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 23106)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta ao rejulgamento da matéria posta nos autos - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00810827320118260000 – São José do Rio Preto – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel – 13/12/2011 - Votação Unânime – Voto nº 28162)

Falência. Elisão, pelo depósito, realizado em concomitância com a oferta de defesa. Ação falimentar que se transforma em ação de cobrança, autorizando o julgador a examinar a realidade e legitimidade do crédito, independente da aptidão para acarretar a quebra. Defesa rejeitada, determinado o levantamento em favor do credor. Embargos infringentes acolhidos para esse fim. (Embargos Infringentes 01581229320098260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles – 22/11/2011 - Maioria de Votos - Voto nº 22213)

Ação ordinária de anulação de AGE realizada em 13/07/2.011. Tutela antecipada inaudita altera pars indeferida. Requerimento dos agravantes - Acionistas minoritários na empresa agravada USJ - consistente no reconhecimento do direito de votar em AGO o aumento do capital da companhia, assim como de reconhecer o conflito de interesse dos demais agravados, acionistas que, de fato ou de direito, exercem o controle acionário da agravada USJ Açúcar e Álcool S/A, de também votar a respeito do mesmo tema. Pedido, ainda, de suspensão dos efeitos da AGE de 13/07/2.011, relativo à aprovação do negócio com a empresa Cargill. Companhia em precária situação financeira que celebrou, com credores, contrato global de reconhecimento de obrigações e outras avenças em 2010, ou seja, um compromisso de

proporcionar evento de liquidez até 30/04/2.011. Atualmente, a pretensão de soerguimento da companhia estaria fundada no negócio celebrado com a empresa Cargill Inc., que teria vencido concorrência privada promovida pela USJ. Alegação de vício de nulidade da AGE que deliberou a aprovação desse negócio, consistente, especialmente, na negativa de apresentação de documentos obrigatórios exigidos pelo art. 135 da LSA aos agravantes 30 dias antes da AGO e da AGE. Fato ainda não totalmente esclarecido, já que os agravantes não explicitaram quais os documentos faltantes e a relevância dos mesmos, tendo em vista que reconhecem a apresentação de parte dos documentos. Ademais, revela-se inverossímil a alegação em se considerando que os agravantes participaram da concorrência privada realizada pela USJ, da qual saiu vencedora a empresa Cargill. Soberania dos veredictos da AGO e da AGE quanto à rejeição à proposta de aumento de capital. Ausência de prova inequívoca de conduta contrária aos interesses da companhia por parte dos controladores. Impedimento de voto dos agravantes quanto à proposta da joint venture com a Cargill diante da participação destes na concorrência privada mencionada, na qual tiveram derrota por serem controladores das empresas São Martinho e Nova Fronteira. Questões que estão a merecer desenvolvimento do contraditório. Agravo de instrumento não provido. Ação cautelar. Medida liminar indeferida. Suspensão das AGO e AGE marcadas para 29/07/2.011. Recurso que subiu concluso somente no dia da realização da assembléia, após o horário de início do ato. Exame liminar prejudicado diante da realização da AGE. AGO adiada para 30/09/2.011, conforme noticiado pelos agravados. Medida liminar prejudicada diante destes fatos e, por conseguinte, prejudicado o objeto do recurso. Agravo de instrumento prejudicado. (Agravo de Instrumento 01681713720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Votos nº 17841 e 17842)

Preparo – Deserção - Intimação irregular na pessoa dos advogados substabelecentes e não ao advogado substabelecido - Ofensa ao devido processo legal - Provimento para reabrir o prazo de 24 horas para que se prepare o recurso. (Agravo de Instrumento 02288483320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22586)

Pessoa que ingressa com ação pretendendo obter reconhecimento de sua condição de sócio e dissolução da sociedade, com recebimento de seus haveres - Necessidade de participação da sociedade e do outro sócio - Juiz que, acertadamente, determina a citação dos litisconsortes (art. 47, § único, do CPC) - Inadmissibilidade de se impor a extinção do processo, como deseja o recorrente - Não provimento. (Agravo de Instrumento 02451374120118260000 – Franco da Rocha - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22701)

Propriedade industrial - Liminar que permite apreensão de documentos técnicos para conferência prévia de possível apropriação de tecnologia - Legalidade do ato - Não provimento. (Agravo de Instrumento 02549733820118260000 – Sertãozinho - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22788)

Ação ajuizada para impedir concorrência no fim do contrato de franquia, restituição de coisas e indenização - Cláusula de eleição que prevalece, segundo precedentes do STJ (Resp. 1.087.471 MT e Resp. 930.875 MT, da lavra do Ministro Sidnei Beneti) - Não provimento. (Agravo de Instrumento 02697018420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22886)

Empresarial - Ação anulatória de acordo relativo à retirada de sócio de sociedade limitada - Recurso da sócia minoritária provido, para julgar a ação procedente - Transação que acabou consubstanciando aquisição, pela sociedade, das quotas do retirante, em troca de hectares de plantação de cana-de-açúcar - Inexistência de observância do direito de preferência dos sócios, bem como de aprovação da assembleia geral e estudos prévios sobre a situação econômica da empresa e a paridade entre os bens dispostos e os direitos do quotista -

Apelação provida, para anular o acordo de retirada de sociedade - Recurso adesivo prejudicado. (Apelação Cível 00281053520108260196 – Franca - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23178)

Ação de abstenção de uso de marca - Apesar do registro da marca "Toscana" ("Cantina Toscana"), não há como reconhecer abuso na utilização de tal expressão por outra empresa como componente de seu nome fantasia ("Galeteria e Pizzaria Toscana") - Termo extremamente comum, identificando peculiar região da Itália, que, por si só, estimula denominação de diversos restaurantes de culinária italiana - Ausência de concorrência desleal reforçada pela atuação com especialidades diferentes (massas x galetos e pizzas) e em cidades distintas (Taubaté x São Bernardo do Campo) - Recurso não provido. (Apelação Cível 00389927520098260564 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23010)

Contrato de transferência de quotas, sem cláusula específica sobre a situação dos empréstimos bancários - Impossibilidade de obrigar o banco credor a anuir com a extinção da fiança prestada pelos ex-sócios e inadmissibilidade de se exigir pagamento imediato das dívidas quando o sistema jurídico concede meios para defesa em execução forçada - Não provimento. (Apelação Cível 01115666220118260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23125)

Competência - Violação de desenho industrial (configuração aplicada em filtro de água) - Opção pelo foro do domicílio da autora, o que está em consonância com a regra de permissão para ajuizamento no local em que se deu o fato - Precedentes do STJ - Não provimento. (Agravo de Instrumento 02827543520118260000 – Matão - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22996)

Negócio de franquia rescindido e que cria obrigações em caso de transferência da licença - Oportunidade de ser realizado um julgamento de equidade para compor os interesses finais, em virtude de não ter sido alcançado o preço mínimo convencionado e que geraria um crédito em favor do ex-franqueado - Provimento, em parte, reduzindo o valor da condenação para R$ 23.000,00. Apelação Cível 01901256720108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23124)

Intervenção de terceiros - Denunciação da lide - Ação ordinária - Decisão judicial que indeferiu as preliminares de ilegitimidade ativa e de denunciação à lide da empresa Hebron Comércio de Artefatos de Metal Ltda., e que concedeu a produção de provas documentais e pericial - Opostos embargos declaratórios - Rejeitados, houve condenação da agravante às penas por litigância de má-fé - Alegação de cabimento da denunciação, pois foi da empresa indicada que adquiriu os produtos impugnados, e no caso de eventuais prejuízos, deve ser ressarcido, e que indevida a imputação de litigância de má-fé - Descabimento - Hipótese na qual, o acolhimento da denunciação da lide implicaria introdução de fundamento novo, a exclusiva culpa de terceiro, e, conseqüentemente, uma nova demanda, cuja produção de prova visava demonstrar situação de fato somente entre ele e a denunciada - Ressalta-se que somente se autoriza a denunciação quando se funde a obrigação do denunciado em prestar garantia própria à denunciante, o que não se verifica na hipótese dos autos - Quanto à litigância de má-fé, verifica-se que inexistia o vício alegado, pretendendo a suplicante, com a oposição dos embargos, o mero reexame e prequestionamento de matéria já debatida - Manutenção da decisão vergastada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 01571003820118260000 – Osasco - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18528)

Ilegitimidade "Ad causam" - Ação de reintegração de posse - Decisão que rejeitou a preliminar de ilegitimidade - Sustenta que o recorrido é parte ilegítima em razão de o mesmo ter vendido o que já não lhe pertencia, e, portanto, a decisão deve ser reformada nos termos do art. 267, VI

do CPC - Descabimento - A discussão possessória independe do título dominial - Hipótese na qual o recorrente só detém a posse em razão do contrato firmado entre as partes, e até término do pagamento, ficou estabelecido que sua posse seria precária - Assim, o recorrido, possuidor indireto, tem interesse na reintegração da posse direta pela inadimplência do comprador, conforme interpretação do parágrafo primeiro da cláusula IX do contrato discutido - Legitimidade reconhecida - Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 01673494820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18719)

Marca. Ação ordinária com pedido de abstenção de uso de marca. Prescrição. Termo inicial a partir do registro da marca mais antiga. Prazo de dez anos para o pedido de abstenção (art. 205 do CC) e de cinco anos para o de perdas e danos (art. 225 da LPI). Jurisprudência pacífica do E. STJ e desta Corte. Irresignação com o julgado. Contradição e obscuridade inexistentes. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 01985375920118260000 – Comarca não informada -Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18032)

Tutela antecipada para anular deliberações assentadas em assembleia, por suposto vício de representação de uma das acionistas com direito de voto - Matéria complexa e sem provas pertinentes - Inadmissibilidade de tutela antecipada – Não provimento. (Agravo de Instrumento 02775389320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23133)

Tutela antecipada - Ação ordinária - Pleitearam a concessão de tutela específica para que seja determinado ab initio que a empresa suplicada se abstenha de efetuar divulgação de qualquer evento com o uso da expressão “Naval Offshore” pelos diversos meios de propaganda existentes, inclusive devendo ser alterada a página na internet, sob pena de multa diária de R$ 2.000,00 - Decisão que não concedeu a antecipação de tutela pleiteada, e determinou a exclusão da empresa Quebra-Mar Ltda. do pólo ativo - Sustentam que a suplicada tenta assediar o público consumidor com o uso de expressão que mantém similaridade com a utilizada pelos suplicantes, e página na internet que mantém a mesma característica daquela que possuem, o que caracteriza concorrência desleal, e, portanto, diante da anterioridade, presentes os requisitos para a concessão antecipada da medida buscada - Descabimento - Hipótese na qual, em cognição inicial e apenas com os documentos juntados, conforme bem mencionou o nobre Magistrado singular, não há como se aferir se a expressão com a utilização das palavras “Naval” e “Offshore”, ainda mais porque sempre acompanhadas da palavra Niterói, em relação a expressão “Navalshore” utilizada pelas suplicantes, pode vir a provocar dúvida e/ou confusão no público consumidor, não havendo, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações - Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Ilegitimidade “Ad causam” - Ação ordinária - Pleitearam a concessão de tutela específica para que seja determinado ab initio que a empresa suplicada se abstenha de efetuar divulgação de qualquer evento com o uso da expressão “Naval Offshore” pelos diversos meios de propaganda existentes, inclusive devendo ser alterada a página na internet, sob pena de multa diária de R$ 2.000,00 - Decisão que não concedeu a antecipação de tutela pleiteada, e determinou a exclusão da empresa Quebra-Mar Ltda. do pólo ativo - Alegação de que a segunda agravante é parte legítima do pólo ativo, pois ainda é titular da marca perante o INPI, e conseqüentemente, diante de terceiros – Descabimento - Hipótese na qual, diante de as partes terem celebrado contrato de cessão e transferência de direitos em relação a marca discutida, e do pedido de registros realizados pela primeira recorrida, conforme bem mencionou o i. Julgador monocrático, as ações realizadas pela empresa recorrida não repercutem na situação jurídica da segunda recorrente - Ilegitimidade reconhecida - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02830782520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19792)

Assistência Judiciária - Declaração de pobreza - Presunção de miserabilidade - Benefício concedido - Declaração de isento do imposto de renda - Hipótese, ademais, em que fração ideal dos imóveis pertencentes à suplicada foram recebidos a título de sucessão universal e foram avaliados em valor correspondente a atuais R$ 5,25 - Alugueres recebidos suficientes, quando muito, para prover necessidades básicas - Impugnação à justiça gratuita rejeitada - Apelação improvida. Dispositivo: recurso improvido. (Apelação Cível 00496756620098260114 – Campinas - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19919)

Competência recursal - Ação de cobrança de taxas devidas por ex-cooperado - Matéria não inserida na competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial - Inteligência do art. 1º da Resolução n. 538/11 - Redistribuição a uma das Câmaras de Direito Privado. (Apelação Cível 01658225220118260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19972)

Assistência judiciária - Justiça gratuita – Requisitos - Pedido formulado em documento apartado – Admissibilidade - Documento que cumpre as exigências do artigo 4º da Lei n. 1.060/50 - Negativa do magistrado que deve ater-se apenas às hipóteses de ausência de declaração ou evidente burla aos ditames da citada lei - Benefícios concedidos - Recurso provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 02883413820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19943)

Tutela antecipada - Obrigação de fazer - Pleito de concessão de tutela específica para que seja determinado ab initio que a empresa suplicada se abstenha de utilizar nome comercial semelhante ao da recorrente, uma vez que ambas as empresas atuariam no mesmo segmento comercial - Decisão que não concedeu a antecipação de tutela pleiteada – Hipótese de manutenção da decisão agravada, pois insuficientes elementos nos autos para que seja constatada a confusão e prejuízos alegados, porque (a) não comprovado o desempenho de atividades semelhantes; (b) inexistente informação acerca do registro e constituição da empresa recorrida; (c) semelhança que se restringe ao uso do vocábulo estrangeiro “Dream”, que pode ser tido atualmente como de uso comum em diversos ramos comerciais - Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02924023920118260000 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19905)

Acionista minoritária (14,28% do capital social) e que ingressa na sociedade por sucessão hereditária - Pretensão de obter, inaudita altera parte, suspensão das deliberações tomadas pela maioria em assembleia geral ordinária e ou inclusão de pessoa de sua confiança (estranho) para participação no Conselho Fiscal - Inadmissibilidade de conceder intervenção na companhia sem o devido processo legal (art. 5º, LV, da CF) - Matéria controvertida e ausência do periculum in mora - Não provimento. (Agravo de Instrumento 02932112920118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23141)

Assistência judiciária - Justiça gratuita – Requisitos - Declaração de pobreza - Insuficiência - Hipótese na qual o agravante possui patrimônio declarado superior a R$ 760.000,00 - Benefícios indeferidos - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02966747620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20084)

Agravo de instrumento intempestivo - Juízo que denega antecipação de tutela e interessado faz requerimento típico de reconsideração - Pedido de desistência do recurso pela perda do objeto, ante a composição das partes - Desistência homologada. (Agravo de Instrumento

03001399320118260000 – São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23177)

Sociedade formada por três cirurgiões dentistas - Cessão de quotas por um deles e ação promovida para obrigar os demais a promoverem a alteração contratual, com averbação na Jucesp - Agravo tirado contra despacho que negou tutela antecipada - Inadmissibilidade de resolver a questão sem contraditório – Não provimento. (Agravo de Instrumento 03016511420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23189)

Protesto contra alienação de bens - Situação inusitada diante do fato de não existir obrigação constituída (título) e que permitiu a publicação de editais, sem que os requeridos fossem citados - Pretensão inadmissível de se averbar a providência nas matrículas de imóveis de um dos requeridos - Não provimento. (Agravo de Instrumento 03025622620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23209)

Agravo de instrumento. Indeferimento de pedido de distribuição urgente de carta precatória citatória proveniente de cautelar proposta perante a 20ª Vara Cível da Comarca de Cuiabá. Liminar que apenas será apreciada após a citação. Provimento n.º 16/2000 que prevê a distribuição urgente em caso de perigo de demora quanto ao seu cumprimento. Direito à distribuição urgente. Provimento. (Agravo de Instrumento 03090751020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23238)

Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização. Uso indevido da marca "Pincel Atômico". Improcedência mantida. Irresignação quanto ao resultado. Omissões que, na verdade, apontam para a insatisfação quanto à incorporação, ao vernáculo, da expressão “Pincel Atômico”, fundamento da sentença que não foi objeto de impugnação no recurso. Omissões inexistentes. Clara infringência ao julgado. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 01285560220098260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17831)

Imitação da marca e da apresentação visual dos produtos LE SPORTSAC. Tutela antecipada deferida parcialmente. Alegação de violação ao devido processo legal. Clara infringência ao julgado. Prova inequívoca da contrafação. Liminar bem confirmada. Questão acerca dos documentos estrangeiros devidamente resolvida no v. acórdão. Omissão inexistente. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 01577421120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17830)

Competência recursal - Prevenção - Conexidade – Precedente apreciação, por outro órgão fracionário da Corte, de recursos oriundos de causa conexa à originária do agravo de instrumento ora examinado - Identidade de objeto e causa de pedir - Busca e apreensão de matriz e produto relacionados a modelo de utilidade denominado supostamente patenteado no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual, motivada por contrafação violadora de direitos de propriedade industrial - Observância do disposto no artigo 102, caput e § 1º, do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça - Acolhimento da preliminar arguida em contraminuta - Determinação de redistribuição dos autos à Câmara preventa - Agravo de instrumento não conhecido. (Agravo de Instrumento 01669830920118260000 – Piracicaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11433)

Tutela antecipada - Medida Cautelar - A agravada pleiteou por liminar inaudita altera pars para evitar a alienação dos bens imóveis que integram o capital integralizado da empresa suplicante, e conseqüentemente, as cotas que possui - Decisão que concedeu a liminar, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 - Alegação de que a proposta apresentada refere-se a cotas, e não venda de imóveis, pois o adquirente assume o ativo e o passivo, e que por isso deve ser cumprido o contrato social para dirimir quaisquer dúvidas, que os imóveis discutidos não geram qualquer renda, e que não houve interesse pelo direito de preferência – Descabimento - Por mais que queiram dissociar os imóveis das quotas sociais, inclusive diante do objeto social da empresa suplicante, e por não ter sido demonstrado os montantes relativos ao ativo e ao passivo da empresa, não há como fazê-lo, sendo certo também que em interpretação a contrário senso do § 1º da Cláusula XIV, a agravada, por ser sócia remanescente, poderá não admitir a entrada dos sucessores do suplicante José Luiz e da Sra. Helena Vargas - Assim, em cognição inicial e apenas com os documentos juntados, há sim como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações da recorrida, que apenas busca evitar a continuidade do negócio que lhe foi apresentado - Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 01684667420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18645)

Ação de dissolução de sociedade comercial. Transação homologada por sentença. Ação extinta com base no artigo 269, III, do CPC. Trânsito em julgado em 04/05/2009. Juiz não pode afastar a coisa julgada e prosseguir na ação "sponte própria". Dissolução amigável processa-se sem intervenção do Judiciário. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 01926040820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17913)

Direito Empresarial. Ação inibitória de uso de marca e nome comercial cumulada com pedido de perdas e danos. Tutela antecipada indeferida. Ausência de prova inequívoca da qual decorra a verossimilhança das alegações. A proteção da marca inicia-se com o registro perante o INPI (art. 129 da Lei nº 9.279/1996), o qual ainda não foi concedido à autora. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02026080720118260000 – Sorocaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17.873)

Ação de dissolução e apuração de haveres. Sociedade empresária com dois sócios. Acordo extrajudicial entre os litigantes, com retirada voluntária da autora. Hipótese de incidência do disposto no art. 462 do CPC. Inadmissível procedência do pedido e nomeação de liquidante. Caso de homologação de transação e improcedência da ação (art. 269, III, do CPC). Apelação do réu provida. (Apelação Cível 00012570520098260177 – Itapecerica da Serra - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17776)

Direito Empresarial. Decisão que rejeitou a exceção de incompetência formulada nos autos da ação de dissolução total e liquidação da sociedade. O foro de eleição competente coincide com o contratualmente firmado, não podendo ser alterado só porque o agravante reside em Barueri e os únicos bens deixados pela empresa a ser dissolvida estão em Barueri. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 02121678520118260000 – Barueri - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18027)

Ação cautelar. Vistoria, busca e apreensão de peças denominadas "roldanas duplas colidentes", objeto do desenho industrial nº 6603396-9, no estabelecimento da agravante, sob a suspeita de contrafação por parte desta. Deferimento da liminar e fiel cumprimento. Alegação, pela agravante, de inadequação da via eleita e ilegitimidade ativa da empresa JOCEC. Pedido cautelar adequado, necessário e urgente, com o objetivo de verificar se os produtos da agravante contrafacionam o objeto da patente de titularidade dos agravados. Ilegitimidade ativa

da empresa JOCEC não configurada. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02126199520118260000 – Tupã - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17843)

Direito Empresarial. Ação de exclusão de sócio de sociedade comercial. Tutela antecipada indeferida. Não está bem explicado de que maneira a agravada, que se tornou sócia em 28 de junho de 2007, conforme alteração de contrato social e que possuía apenas 500 quotas de um total de 5.000, passou de uma administração compartilhada, conforme cláusula sétima, para uma gerência exclusiva da empresa. Concessão de justiça gratuita tão somente para este recurso, devendo o interessado pleitear o benefício na origem, para todos os demais atos do processo. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02150544220118260000 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17875)

Direito empresarial. Medida cautelar inominada. Composição entre as partes. Descumprimento da transação pelo agravado. Execução do acordo. Cálculos apresentados pela agravante nos termos do item 2 do acordo. Execução processada na forma do art. 475-I, do CPC, com liquidação por mero cálculo aritmético. Agravado que, em impugnação sem garantia do juízo, aduziu a necessidade de se processar a liquidação por arbitramento. Decisão agravada que determinou à agravante o procedimento da liquidação por artigos, na forma do art. 475-C, do CPC. Desnecessidade de prova de fato novo para determinar o valor da condenação. Liquidação por arbitramento descabida, ante a ausência de hipóteses do art. 475-C, do CPC. Liquidação que se fará na forma procedida pela agravante. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 02157109620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18207)

Direito Empresarial. Ação ordinária de obrigação de não fazer cumulada com indenização por dano moral por uso indevido da marca. Tutela antecipada deferida. Recurso não instruído com peça necessária consistente na cópia da petição inicial da ação ajuizada. Ausência de fundamentos de fato e de direito alegados pela parte autora. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02160028120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17872)

Franquia. Cobrança. Multa por rescisão injustificada. Manutenção da sentença de procedência. Irresignação da embargante, que pretende impor à lide a submissão às regras do CDC. Franquia que se regula por lei específica. Infringência ao julgado. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 02024203920108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18033)

Ação de abstenção de exploração de objeto de modelo de utilidade e indenização por danos morais e materiais. Determinação de emenda à inicial no tocante ao valor da causa nos pedidos indenizatórios. Atendimento no que concerne aos danos materiais, que, na verdade, consistem em lucros cessantes, bastando o valor estimado, já que os autores não têm condições, no momento, de mensurar o lucro obtido pela ré com a comercialização do produto. Com relação aos danos morais, não sugerindo os autores estimativa, deixando ao arbítrio do Juiz a fixação da quantia, “há de se considerar como válido o valor da causa atribuído na inicial, completando-se-o, posteriormente, em execução, quando apurado, se for a maior". Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 02290077320118260000 – São Carlos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17751)

Ação ordinária com pedido de abstenção de uso de marca cumulada com perdas e danos. Procedência parcial. Fabricação e comercialização de produtos contrafeitos pelas rés.

Cerceamento de defesa inexistente. Realização de perícia desnecessária. Ocorrência de ilícito. Legitimidade das partes. Indenização pelos danos materiais que deve obedecer ao disposto no parágrafo único do art. 103 da Lei dos Direitos Autorais. Indenização pelos danos morais bem fixada. Apelação da ré Depósito de Meias e Malhas Gregório Ltda. não provida, assim como o recurso adesivo da ré GLOBAL MIX Indústria e Comércio de Confecções Ltda. e apelação da autora (CBF) provida em parte, no tocante à indenização pelos danos materiais. (Apelação Cível 01515716320108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17576)

Ação de indenização por perdas e danos causados por utilização indevida de marca registrada e concorrência desleal. Tutela antecipada deferida e agravo de instrumento interposto pela ré. Alegação da autora de que é proprietária das marcas: "BOTECO DOS PESCADORES", na forma nominativa e figurativa; "O PESCADOR bar e restaurante", na forma nominativa e figurativa, bem como dos desenhos figurativos (logotipos) apresentados na inicial. Autora que, ademais, moveu ação de busca e apreensão perante Vara Criminal do Foro Regional de Santana, em cujo laudo se constatou o uso indevido de marca registrada pela autora. Não bastasse, ação ordinária de abstenção do uso de marca, ajuizada pela agravante, foi julgada improcedente. É inconteste que a agravada detém exclusiva propriedade do nome "O PESCADOR BAR E RESTAURANTE" e da respectiva marca mista, de modo que, mesmo estando pendente procedimento administrativo de nulidade, a proteção legal foi inequivocamente comprovada pela agravada, havendo, pois, verossimilhança nas alegações e ameaça de lesão grave e de difícil reparação que justificam a concessão da tutela antecipa da nos termos requeridos. Sem prova de registro anterior pela agravante ou de decisão administrativa do INPI acerca da extinção do registro, independentemente do prosseguimento do procedimento (cf. art. 172 da LPI), o seu uso deve ser impedido à agravante, até final julgamento da lide. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02357206420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17599)

Ação ordinária precedida de medida cautelar, na qual se deferiu vistoria, busca e apreensão de peças denominadas "roldanas duplas colidentes", objeto do desenho industrial nº 6603396-9, no estabelecimento da agravada, sob a suspeita de contrafação por parte desta. Ação ordinária ajuizada pelo agravante com pedido de tutela antecipada consistente na ordem de abstenção à ré de fabricar ou comercializar as peças relativas ao desenho industrial em comento. Indeferimento diante da ausência de prova inequívoca. Contrafação que sequer se encontra configurada em cognição sumária, porquanto ambas as partes apresentaram elaborados trabalhos técnicos com conclusões que são favoráveis às suas respectivas teses. Notícia de que a exceção de incompetência interposta pela agravada foi acolhida pelo juízo. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02458111920118260000 – Tupã - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17898)

Litispendência – Requisitos - Identidade de partes e de causa de pedir - Pedidos, porém, diversos - Demandas em que se pleiteia proteção a marcas diversas - Litispendência não configurada - Extinção do processo afastada - Recurso provido, com aplicação do art. 515, § 3º, do CPC. Propriedade industrial - Marca - Ramo automotivo - Público alvo diverso - Identidade entre atividade principal da autora e a atividade secundária da ré, identificada no próprio título de estabelecimento - Constatação, todavia, de que objeto social da demandante não é de fato exercitado – Atividades principais desenvolvidas diversas - Concorrência desleal e possibilidade de confusão não configuradas - Ação de obrigação de fazer improcedente (CPC, art. 515, § 3º). Propriedade industrial – Marca - Ramo automotivo - Requerimento do registro de marca na classe 37 (manutenção de veículos) por ambas as litigantes, consecutivamente – Depósito anterior e efetivo uso da marca pela ré - Direito de preferência (Lei n. 9.279/96, art. 129, § 1º) - Arquivamento por falta de recolhimento das retribuições exigidas pelo art. 162 da LPI - Superveniente depósito e obtenção do registro pela demandante

- Verificação, porém, de que autora não explora a marca - Retaliação praticada por sócio da demandante em face de seu ex-sócio, integrante do quadro societário da demandada – Ciência de que a marca disputada era título de estabelecimento da ré desde ao menos o ano de 2000 - Violação do princípio da veracidade (LPI, arts. 128, § 1º, 142, III, e 143) – Improcedência do pedido de proteção à marca - Ação de obrigação de fazer improcedente (CPC, art. 515, § 3º). Dispositivo: recurso provido para afastar o decreto de extinção sem resolução do mérito e, com fulcro no art. 515, § 3º, do CPC, julgar improcedentes os pedidos de obrigação de fazer e de indenização por dano material. (Apelação Cível 01426713420098260001 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19391)

Ação cautelar. Medida liminar indeferida. Suspensão da AGO marcada para 30/09/2.011. Liminar indeferida neste Tribunal. Realização da AGO, com aprovação das deliberações por acionistas detentores de 72,5079% das ações da companhia. Medida liminar prejudicada diante destes fatos e, por conseguinte, prejudicado o objeto do recurso. Agravo de instrumento prejudicado. (Agravo de Instrumento 02504585720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17840)

Sociedade Limitada – Sociedade de pessoas – Autora registrada como empregada - Pretensão ao reconhecimento da qualidade de sócia de fato - Improcedência - Affectio societatis não demonstrada - Hipótese, ademais, em que apelante confessa não haver contribuído para a constituição de capital social - Inadmissibilidade - Vedação expressa do art. 1.055, § 2º, do CC/02 - Ausência, ainda, dos elementos caracterizadores da sociedade de fato (CCom, art. 305) - Declaratória improcedente - Apelação improvida. Dispositivo: nega-se provimento. (Apelação Cível 00181471220118260577 – São José dos Campos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19555)

Sociedade Limitada - Pretensão à prestação de contas por sócia majoritária a sócia minoritária - Ilegitimidade passiva - Demandante admitida na sociedade como sócia gerente - Superveniente procuração pública subscrita por ambas as sócias outorgando poderes de administração a terceiro – Legitimidade passiva do administrador nomeado - Irrelevância da condição de sócia majoritária, pois não demonstrado o exercício de fato da gestão empresarial - Ilegitimidade "ad causam" reconhecida - Extinção da ação de prestação de contas sem resolução do mérito - Apelação provida para esse fim. Dispositivo: recurso provido. (Apelação Cível 00009543320118260302 – Jaú - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19683)

Agravo interno - Interposição contra decisão monocrática que manteve negativa de seguimento a agravo considerado deserto - Hipótese em que a comprovação de recolhimento das custas processuais deveria ter sido feita no momento da interposição do agravo de instrumento, não havendo justo motivo para ser acatada comprovação posterior - Manutenção da decisão agravada - Agravo interno não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo Regimental 02550773020118260000 – Barueri - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 20088)

Direito Empresarial. Requerimento preliminar de concessão de justiça gratuita. Determinação para que a agravante recolha o preparo do recurso, no prazo de três dias, sob pena de deserção. Não atendimento. Pessoa jurídica. Entendimento do Plenário do Colendo Supremo Tribunal Federal no sentido de que empresas não têm direito à assistência judicial gratuita, salvo se provarem que estão à beira da insolvência. Prova não existente neste caso concreto. Indeferida a gratuidade da justiça, o agravo de instrumento está deserto (art. 525, § 1º, do CPC e Lei Estadual n.º 11.608/2003). Agravo de instrumento não conhecido, em face da deserção. (Agravo de Instrumento 02564162420118260000 - São Paulo Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18023)

Direito Empresarial. Ação ordinária. Tutela antecipada indeferida. Ciência dada às agravantes sobre a reunião de sócios e da intenção de exclusão extrajudicial. Necessidade, todavia, de cláusula contratual prevendo a exclusão extrajudicial por justa causa, conforme caput do artigo 1.085 do Código Civil, que vem sendo reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 02564448920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17876)

Ação de prestação de contas cumulada com dissolução de sociedade comercial. Perícia grafotécnica deferida em julho de 2008 e, desde então, apesar de várias intimações, espólio autor que não providenciara o depósito dos honorários periciais arbitrados. Derradeira oportunidade para tal depósito com prazo já escoado. Manutenção do despacho e da perícia, se o depósito já foi efetuado no prazo de 60 dias dado pelo despacho agravado. Se não, a prova deve ser declarada preclusa. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02582099520118260000 – Sorocaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17768)

Direito Empresarial. Conexão. No caso dos autos, a ação principal busca a dissolução parcial de sociedade e apuração de haveres e a reconvenção persegue a dissolução total c/c perdas e danos. Tanto a ação quanto a reconvenção têm como objeto o contrato de constituição da sociedade, no qual se discute a quebra da “affectio societatis”. Ambas as ações têm suporte em responsabilidade contratual, havendo conexão pelo título. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02609986720118260000 – Itapetininga - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18025)

Direito empresarial. Ação ordinária. Pretensões de direito operacional, fusão patrimonial e direito patrimonial. Improcedência. Autor, como associado, vinculado às deliberações tomadas em assembleias gerais (artigos 53 a 61 do Código Civil), não cabendo ao Poder Judiciário se imiscuir naquilo que não deriva para a violação de normas de ordem pública. Rés que demonstraram, à saciedade, que todas as formalidades legais necessárias à aprovação da fusão das entidades Bolsa de Mercadorias de São Paulo (BMSP) e Bolsa Mercantil & Futuros (BM&F) foram cumpridas. Direitos operacionais do autor preservados, mas devidamente adaptados para a nova realidade decorrente da desmutualização da BM&F e das incorporações feitas pela BM&F S/A (ofício 079/2007) e pela BM&FBOVESPA (Ofício 032/2008). Fusão patrimonial dependente da liquidação de pendências da BMSP, condição que não é potestativa e ainda não se implementou. Descabimento, também, do pedido de anulação do § 5º da cláusula 1ª do Protocolo de Intenções aprovado em 1991, tendo em vista que a fusão patrimonial depende da liquidação das pendências judiciais da BMSP e da apuração do valor do patrimônio líquido da referida associação. Sentença mantida. Não provimento da apelação. (Apelação Cível 01841818420108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17754)

Ação de uso de marca e abstenção. Procedência parcial. Em relação à Ré Gamma, o julgamento deve cingir-se à marca Pholiaslim. Pedido de registro da marca Pholiaslim ainda não deferido. Não obstante, proteção ao depositante, desde que a causa de pedir seja a concorrência desleal. Inteligência do disposto no art. 130, III, da LPI. O art. 129 da Lei 9.279/96 subordina o direito de uso exclusivo da marca ao seu efetivo registro no INPI, que confere ao titular o direito real de propriedade sobre a marca. Mas a demora na outorga do registro não pode andar a favor do contrafator. Assim, não apenas ao titular do registro, mas também ao depositante é assegurado o direito de zelar pela integridade material ou reputação da marca, conforme o disposto no art. 130, III, da Lei 9.279/96. Interesse processual configurado. Apelação da autora não provida e da ré Gamma Comércio, Importação & Exportação Ltda.

provida em parte, para limitar a abstenção ao produto PHOLIASLIM. (Apelação Cível 01197247720098260003 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17884)

Contrato de participação financeira. Plano de expansão de rede de telefonia. Ação de complementação de ações com pedido de exibição de documentos. Indeferimento da petição inicial por inépcia. Inadmissibilidade. Hipóteses semelhantes, senão idênticas, já julgadas pelo mérito, na origem e na Câmara Reservada, com desfecho favorável aos consumidores. Sentença reformada e determinação de prosseguimento da ação como de direito, com a citação da ré. Apelação provida. (Apelação Cível 00153241820118260625 – Taubaté - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17597)

Direito empresarial. Ação de obrigação de fazer, ou seja, outorga de escritura de imóvel em cumprimento a obrigação prevista em Contrato Particular de Compra e Venda de Quotas do Capital Social de determinada empresa. Rito sumário e réu que, ao contestar, apresentou pedido contraposto. Posterior conversão do rito em ordinário. Sentença de procedência da ação, sem julgamento do pedido contraposto. Nulidade. Inteligência do disposto nos artigos 278, § º, 318 e 458, todos do CPC. Preliminar acolhida e sentença anulada, determinando-se que outra seja proferida, com exame também do pedido contraposto. Apelação provida. (Apelação Cível 00397634020088260224 – Guarulhos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17758)

Prestação de contas. Primeira fase. É princípio universal de direito que quem administra bens alheios deve prestar contas. Réu que insiste ter prestado as contas e de forma mercantil. Contas apresentadas que não obedeceram rigorosamente à forma contábil e que vieram desprovidas de documentos comprobatórios dos lançamentos (art. 917 do CPC). Necessidade de prestar as contas na forma legal. Sentença confirmada. Apelação não provida. (Apelação Cível 01940637020108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17596)

Ação de dissolução parcial de sociedade empresária cumulada com apuração de haveres. Sociedade constituída por dois sócios, com igual participação, e que foram casados e agora litigam em divórcio litigioso. Alegação de quebra da affectio societatis. A possibilidade de se deferir a retirada do sócio de sociedade limitada constituída por apenas dois sócios, com participações igualitárias e por período indeterminado, em sede de antecipação da tutela, é plenamente possível se comprovada, liminarmente, a quebra da affectio societatis, já que, no mínimo, o provimento final redundaria nessa solução, tendo em vista que a lei não ampara a manutenção de sócio que não mais se afina ao objetivo social e à vontade dos demais sócios. Tutela antecipada concedida e agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 02705098920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17600)

Direito Empresarial. Medida cautelar preparatória para a ação principal já ajuizada que visa à reparação dos danos advindos de violação de direito de propriedade industrial. Em se tratando de reparação de dano decorrente de ato ilícito, a competência é determinada pela regra especial constante do artigo 100, inciso V, parágrafo único, do CPC. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 02714131220118260000 – Tupã - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime – 18024)

Ação de dissolução parcial de sociedade. Procedência e ônus sucumbenciais carreados aos réus. Apelação dos requeridos, limitada a essa distribuição de ônus da sucumbência. Pouco importa, para esse fim, que os réus tenham concordado com quase tudo, pois quem reconhece o pedido deve suportar as despesas (caput do art. 26 do CPC). Ademais, é o fato objetivo da derrota que legitima a sucumbência. Apelação não provida. (Apelação Cível

01247895320098260003 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17759)

Direito Empresarial. Medida cautelar inominada concedida sob a fundamentação de que se encontra presente o fumus boni juris, vez que a autora é sócia com poderes de administração, não lhe podendo ser vedado acesso ao estabelecimento comercial, ou ao exercício de seus poderes/deveres de administração da sociedade. Descabimento. Havendo somente indícios da quebra de confiança e sem prova inequívoca do impedimento à agravada de adentrar no estabelecimento e exercer a administração conjunta, é caso de prévia audiência de justificação. Se restar confirmado, na audiência de justificação prévia, que já não há a affectio societatis, de pouca serventia será determinar o direito forçado à administração conjunta entre sócios que já não se entendem. A via jurídica, nesse caso, não será a cautelar. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 02730656420118260000 – Praia Grande - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18164)

Ação de rescisão contratual cumulada com perdas e danos. Compra e venda de 50% de firma individual. Improcedência na origem, tido na sentença o objeto do contrato como perfeitamente lícito e determinável, não vedado por lei. Inadmissibilidade. Impossibilidade jurídica de transferência de quotas de firma individual. Nulidade dos ajustes destinados à cessão e transferência de quotas de firma mercantil se, no caso de empresário individual, inexiste a figura de cotas representativas que possam ser transferidas a outrem, como ocorre no caso das pessoas jurídicas, que têm personalidade jurídica diversa dos sócios que as constituíram. Ação julgada parcialmente procedente, com condenação à restituição do que foi pago, mas sem acolhimento do pedido de indenização por danos morais. Apelação provida em parte. (Apelação Cível 00040516220078260114 – Campinas – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17762)

Extinção do processo - Abandono da causa – Intimação do demandante para se manifestar sobre ofício da Justiça Federal acerca de demanda ajuizada pelo réu visando à anulação do registro da marca - Inércia da autora - Situação não configuradora de abandono da causa - Mero não exercício do direito ao contraditório - Conceito não incluído em “atos e diligências” que competir ao autor a que alude o art. 267, III, do CPC - Aplicabilidade dos efeitos decorrentes da falta de impugnação ou de defesa (possibilidade de decisão contrária aos interesses da demandante) - Abandono do processo não configurado - Decreto de extinção afastado – Apelação parcialmente provida. Competência - Incompetência absoluta - Discussão entre associações civis sobre direito do uso de marca – Superveniente propositura de demanda pela ré na Justiça Federal visando à anulação do registro obtido pela demandante - Intervenção do INPI como assistente da ora apelada - Competência ratione personae para aquela demanda - Impossibilidade de julgamento da presente demanda na Justiça Federal ante o caráter particular da lide - Reconhecimento da competência absoluta da Justiça Estadual - Inexistência, ainda, de conexão por falta de identidade de pedidos - Reconhecimento, todavia, da prejudicialidade externa entre as demandas - Suspensão do processo até julgamento da ação anulatória (CPC, art. 265, I, a) - Apelação parcialmente provida. Dispositivo: recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 01235017020098260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19920)

Ação de prestação de contas. Segunda fase. Contas apresentadas pela ré julgadas boas, sem saldo a favor de qualquer uma das partes, eis que o projeto foi deficitário. Sentença que examinou com precisão os diversos laudos periciais contábeis e que merece ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos. Apelação não provida. (Apelação Cível 09159047119968260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17790)

Ação de cobrança de ex-sócio contra ex-sócia. Retirada de ambos da sociedade em 09/09/2003, com averbação na JUCESP em 23/09/2003. Reclamação trabalhista ajuizada contra a empresa em maio de 2005. Desconsideração da personalidade jurídica, em 11/07/2007, para incluir no pólo passivo da execução trabalhista os ex-sócios - Bloqueio judicial de mais de um milhão de reais em contas bancárias e de investimentos do ex-sócio. Pretensão deste em repartir aquele numerário com a ex-sócia. Ação julgada improcedente. Autor e ré que foram incluídos no pólo passivo daquela demanda trabalhista quando não mais poderiam responder pelas dívidas da sociedade. Não sendo encontrados bens suficientes para satisfazer o crédito por inteiro, o credor terá no patrimônio dos demais sócios e no do sócio que se despediu ou foi excluído após a assunção da dívida, a garantia de recebimento do saldo impago. Em relação a esse último, o direito perdura até completarem-se dois anos da averbação do respectivo ato de desligamento. O prazo aí, como na hipótese de cessão de quotas (art. 1.003), é decadencial e, portanto, não pode ser interrompido nem suspenso, desaparecendo o direito, inexoravelmente, com o advento de seu termo final. Irrelevância de a reclamação trabalhista ter sido ajuizada no biênio que se seguiu à retirada e averbação. Sentença mantida. Apelação não provida. (Apelação Cível 01710045320108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime – Voto nº 17778)

Emenda da inicial - Ação declaratória - Decisão que determinou a emenda da inicial para atribuir o correto valor da causa - Alegação de que não há cumulação de pedidos, pois o pedido condenatório é subsidiário, e conseqüentemente com a incidência do inciso IV do art. 259 do CPC, e, portanto, como o pedido principal é a declaração da existência de sociedade, o benefício econômico perseguido é o reconhecimento de que os valores investidos representam aporte de capital e lhes resguarda o direito de participar dos rumos da sociedade - Descabimento - O benefício econômico perseguido quanto ao pedido principal, equivale ao valor que pretendem com a procedência da demanda - Aplicação do artigo 259, V, do Código de Processo Civil, segundo o qual à demanda deve ser atribuído o valor do contrato quando o litígio "tiver por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão de negócio jurídico" - Assim, o reconhecimento da existência da sociedade, com a afirmação de que o evento realizado foi um sucesso, e a reclamação de que não receberam as quotas societárias primitivamente estipuladas, demonstram que a pretensão econômica dos agravantes é o recebimento de suas quotas partes relativamente ao lucro auferido - Hipótese na qual, embora sem os documentos referentes a despesas e receitas não se possa precisar qual o valor exato, a melhor solução está em atribuir à causa montante equivalente à 48% do valor líquido extraído da previsão do lucro bruto total que seria recebido pela sociedade com o evento - Emenda necessária - Recurso não provido, com observação. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso, com observação. (Agravo de Instrumento 03021352920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20063)

Liminar - Medida cautelar - Arrolamento de inominada - Decisão judicial, que por entender ausentes os requisitos, principalmente porque não demonstrado o perigo da demora, indeferiu a medida pleiteada - Alegação de que estão presentes os requisitos da liminar, pois além de comprovado que a pessoa jurídica suplicada tem dilapidado o seu patrimônio, e que vem ausentando-se furtivamente para não ser encontrada, o espólio agravante sofre constantemente com cobranças judiciais, e penhoras, apesar de já não mais possuir responsabilidade pelo passivo da agravada - Descabimento - Hipótese na qual, para fazer uma análise completa da veracidade das alegações do espólio agravante, necessária a juntada de cópias dos anexos 1 e 2 que acompanham a segunda alteração contratual, e das peças dos processos em que o espólio figuraria no pólo passivo em decorrência da desconsideração da personalidade jurídica da empresa agravada - Prudente arbítrio do Juiz agindo conforme faculdade que a própria lei atribui e em parâmetros perfeitamente plausíveis segundo análise fática e jurídica dos autos - Ademais, nem a legitimidade do espólio é possível aferir apenas com as peças juntadas - Liminar indeferida - Agravo de Instrumento não provido. Dispositivo:

Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 03081614320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20101)

Propriedade industrial - Marca - Pedidos de tutela inibitória e reparatória - Causa de pedir na suposta violação dos direitos da autora ao uso da expressão "Extra" em produtos e serviços de diversos segmentos econômicos - Constatação da obtenção de diversos registros com restrição à utilização exclusiva do vocábulo pela titular - Falta de comprovação do alto renome da marca e inviabilidade da aferição de sua notoriedade, à luz dos artigos 125 e 126 da Lei nº 9.279/96 e do disposto na Convenção da União de Paris - Inocorrência de dano ou risco de prejuízos advindos por ato ilícito de contrafação ou concorrência desleal - Suposições desprovidas do mínimo suporte fático para o provimento jurisdicional buscado - Inconsequência jurídica do pleito voltado a compelir corré a alterar seu nome empresarial, diante da absoluta ausência de similitude entre as razões sociais das partes, que sequer demanda alusão à distintividade disposta no artigo 1.163 do Código Civil - Ação improcedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 00004569520108260002 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 10920)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão inexistente - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo – Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida – Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01188168320108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11438)

Interesse processual - Ação de dissolução de sociedade por quotas de responsabilidade limitada - Preexistência de notificação extrajudicial da sócia-autora aos demandados manifestando sua intenção de retirar-se do quadro social da empresa - Pretensão não satisfeita na via extrajudicial, a revelar a necessidade da propositura da demanda - Utilidade do provimento judicial requerido - Condição da ação verificada - Preliminar afastada. Julgamento antecipado da lide - Cerceamento de defesa – Inocorrência - Desnecessidade de dilação probatória, haja vista que os documentos carreados aos autos são suficientes à solução da controvérsia - Dissenso irreversível entre sócios revelado pelos documentos carreados ao processo – Nulidade afastada. Sentença - Julgamento extra petita - Vício inexistente – Ação de dissolução de sociedade com pedido alternativo de exclusão do sócio - Dissolução parcial decretada - Adequação do provimento jurisdicional, diante do pedido deduzido - Precedente do E. Superior Tribunal de Justiça – Nulidade afastada. Empresarial - Sociedade por quotas de responsabilidade limitada - Dissolução de sociedade com pedido de apuração e pagamento de haveres sociais - Extinção da affectio societatis revelada pelo dissenso irreversível entre sócios – Pretensão acolhida para o fim de dissolver parcialmente de sociedade com relação à sócia-autora, com apuração e liquidação de haveres de sócio retirante em fase de cumprimento de sentença - Manutenção do decisum - Precedente jurisprudencial desta C. Câmara Reservada de Direito Empresarial. Ação parcialmente procedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 01555840820108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime – Voto nº 11451)

Recurso - Agravo de instrumento - Decisão monocrática homologatória da desistência do recurso, ante a notícia de que foi celebrada conciliação das partes - Perda do interesse recursal por fato superveniente - Homologação da transação que põe fim ao processo com julgamento de mérito (artigo 269, III do Código de Processo Civil) - Sobrestamento do feito pelo prazo de 40 dias para que os autos não sejam remetidos ao arquivo - Avença totalmente incompatível com a pretensão recursal - Agravo interno, dito “regimental” desprovido, com observação. (Agravo Regimental 01899270520118260000 – Campinas - Câmara Reservada

de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11064)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e contradição inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02088784720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11604)

Sociedade empresarial - Sociedade por cotas de responsabilidade limitada (Ltda.) - Dissolução parcial cumulada com apuração de haveres - Reconhecimento do pedido do autor por parte de um dos sócios - Extinção do processo com fundamento no artigo 269, II, do Código de Processo Civil - Ato prejudicial do litisconsorte não estendido aos demais corréus, conquanto se trate de litisconsórcio passivo necessário unitário, decorrente de relação jurídica estabelecida entre as partes - Insustentabilidade do pleito dos recorrentes, lastreado no cogitado caráter incindível do provimento jurisdicional - Descabimento da tese recursal de nulidade da decisão impugnada - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02162383320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11444)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e obscuridade inexistentes - Caráter infringente - Reexame da prova – Inadmissibilidade - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02242382220118260000 - São Paulo Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11506)

Assistência judiciária - Justiça gratuita - Requisito formal – Desatendimento - Concessão do benefício condicionada à apresentação de declaração de pobreza firmada nos autos pelo próprio postulante ou por Advogado detentor de poderes específicos, caso apenas este profissional assine o requerimento - Formalidade essencial ao deferimento da benesse, cuja regularização poderia se dar a qualquer momento - Requerimento de gratuidade de justiça formulado no curso do processamento da reconvenção (fase instrutória) - Indeferimento - Concessão da benesse condicionada à comprovação da modificação da situação financeira do postulante no curso da ação, com a configuração do estado de impossibilidade de arcar com as custas do processo – Inaplicabilidade do disposto no artigo 4º da Lei nº 1.060/50, no pertinente à mera declaração de impossibilidade do requerente em arcar com as custas processuais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família - Ausência de documentação que comprove a situação de incapacidade financeira e que esta tenha se dado no curso do processo - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02295890320118260000 – Sertãozinho - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11505)

Tutela antecipada - Ação de dissolução parcial de sociedade c.c. apuração de haveres e obrigação de fazer - Indeferimento - Inexistência de prova inequívoca da verossimilhança da alegação - Inteligência do disposto no artigo 273 do Código de Processo Civil - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02400423020118260000 – Ribeirão Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11436)

Recurso - Embargos de declaração - Contradição inexistente - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00560067420038260114 – Campinas - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11472)

Agravo de Instrumento - Decisão agravada proferida em exceção de pré-executividade em execução fundada em contrato de cessão ou compra e venda de quotas de sociedade empresária - Demanda que visa o recebimento de saldo do preço ajustado - Prevalência da execução para firmar a competência e não a natureza do negócio jurídico causal do crédito buscado - Iterada jurisprudência do Órgão Especial do Tribunal no sentido da competência, no caso, de uma das câmaras da subseção integrada pelas 11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmara de Direito Privado (DP II) - Recurso não conhecido e determinada a remessa dos autos à E. 14ª Câmara de Direito Privado. (Agravo de Instrumento 02460502320118260000 – Avaré - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11564)

Recurso - Agravo de instrumento - Pressupostos de admissibilidade - Tempestividade – Desatendimento - Contagem do prazo recursal que se inicia da ciência inequívoca da decisão agravada pela parte - Retirada dos autos do Cartório pelo patrono da parte - Irrelevância, no caso, da posterior juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido - Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça - Instrução deficiente - Interposição desacompanhada de peça essencial para a compreensão da controvérsia – Impossibilidade do exame da matéria sem a reprodução dos elementos que informaram a convicção do juízo prolator da decisão recorrida - Desatendimento ao disposto no inciso II do artigo 525 do Código de Processo Civil. Litigância de má-fé - Caracterização - Alteração da verdade dos fatos, procedendo de modo temerário e contrariando o princípio da lealdade processual - Aplicação de multa de 1% (um por cento) e indenização de 10% (dez por cento), ambas sobre o valor atualizado da execução - Artigo 17, II e V c/c artigo 18 do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 02463447520118260000 – Guarujá - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11447)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de fazer – Feição cautelar - Distinção entre o pleito de bloqueio precário de matrículas imobiliárias e o pedido final de condenação do réu em efetuar a transferência da propriedade dos bens em favor do autor - Atendimento ao princípio processual da fungibilidade, nos moldes do § 7º do artigo 273 do Código de Processo Civil. Tutela antecipada - Requisitos - Presença - Plausibilidade do alegado abuso de direito do réu em registrar os imóveis apenas em seu próprio nome, aparentemente contrário às finalidades dos contratos celebrados entre as partes - Risco da ocorrência de danos irreparáveis ou de difícil reparação provenientes do acréscimo de situações litigiosas geradas em razão de eventuais alienações que possam ser realizadas caso efetivado o desbloqueio - Deferimento mantido - Bloqueio dos imóveis recomendado como forma de se prevenir um acréscimo de situações litigiosas geradas em razão de eventuais alienações que possam ser realizadas ao exclusivo talante do demandado - Necessidade de assegurar o resultado útil da ação e a satisfatória prestação jurisdicional. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02525397620118260000 – Piedade - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11455)

Medida cautelar - Liminar - Afastamento de sócio do cargo de administrador de sociedade empresarial - Fundamento no artigo 1.019 do Código Civil - Indeferimento - Indícios de prática de abuso de direito por todos os sócios - Impossibilidade da imediata auferição, ainda que precária, da aduzida exclusividade do sócio-administrador condução ruinosa da pessoa jurídica, mediante confusão patrimonial, desvio de recursos e sonegação de tributo - Revogação da decisão recorrida - Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 02553224120118260000 – Itapecerica da Serra - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11453)

Assistência judiciária - Justiça gratuita - Requisito formal - Desatendimento - Concessão do benefício condicionada à apresentação de declaração de pobreza firmada nos autos pelos próprios postulantes ou por advogado detentor de poderes específicos, caso apenas este

profissional assine o requerimento - Formalidade essencial ao deferimento da benesse, cuja regularização poderia se dar a qualquer momento - Requerimento de gratuidade de justiça formulado no curso do processamento da ação (após a sentença e respectivos embargos de declaração) – Indeferimento - Concessão da benesse condicionada à comprovação da modificação da situação financeira dos postulantes no curso da ação, com a configuração do estado de impossibilidade de arcar com as custas do processo - Inaplicabilidade do disposto no artigo 4º da Lei nº 1.060/50, no pertinente à mera declaração de impossibilidade do requerente em arcar com as custas processuais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família - Ausência de documentação que comprove a situação de incapacidade financeira e que esta tenha se dado no curso do processo - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02570415820118260000 – Itapira - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11519)

Recurso adesivo – Preparo – Necessidade - Inteligência do disposto no parágrafo único do artigo 500 do Código de Processo Civil – Ausência - Pressuposto recursal não preenchido - Deserção configurada - Recurso não conhecido. Embargos de terceiro - Penhora – Desconstituição - Embargantes que são promitentes-compradores dos imóveis e alegam boa-fé no negócio, diante da ausência de registro da constrição judicial na matrícula dos imóveis à época do ajuste - Embargada que insiste na configuração de fraude à execução, em razão da existência de demanda em curso quando da realização do negócio - Ausência do registro, na matrícula dos imóveis, da existência da demanda ou da constrição levada a efeito contra os promitentes-vendedores dos imóveis - Má-fé dos embargantes, cujo ônus da demonstração recaia sobre a embargada, não demonstrada por outros meios - Fraude de execução não provada - Imprescindibilidade da demonstração da má-fé dos embargantes (promitentes-compradores dos imóveis) no caso - Inteligência da Súmula 375 do E. Superior Tribunal de Justiça - Falta de registro do compromisso de compra e venda na matrícula dos imóveis que não afasta a proteção, inclusive em âmbito constitucional, conferida ao negócio jurídico perfeito que representa Inciso XXXVI do artigo 5º da Constituição Federal - Entendimento extraído da Súmula 84 do E. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de terceiro procedentes - Apelação desprovida e recurso adesivo não conhecido. (Apelação Cível 00018907520118260361 – Mogi das Cruzes - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11376)

Suspensão do processo - Cumprimento de sentença arbitral – Cabimento - Existência de causa pendente - Ação de execução de título extrajudicial, aguardando julgamento de exceção de pré-executividade - Possibilidade de prejudicialidade externa - Inteligência do artigo 265, inciso IV, alínea 'a' e aplicação de seu § 5º do Código de Processo Civil - Agravo de instrumento desprovido, com retificação, de ofício, da decisão recorrida. (Agravo de Instrumento 02602191520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11476)

Ação de cobrança e reconvenção. Discussão circunscrita a obrigações e direitos de cada uma das partes em "Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças", ou seja, discute-se a suposta inadimplência dos réus em relação a parte dos valores que assumiram no contrato, bem como os gastos suportados pelos autores em razão da permanência dos réus nas instalações da empresa, que também não foram ressarcidos, sem contar, ainda, uma condenação na esfera trabalhista, assumida contratualmente pelos réus, mas que posteriormente se negaram a pagar. Enquanto isso, a reconvenção está lastreada em obrigação decorrente de "Protocolo de Intenções". Embora quase todos os pontos da irresignação pudessem ser examinados exclusivamente com base na prova documental já encartada nos autos, isso não ocorre no tocante à alegação de "acerto de contas", contemplando os gastos suportados pelos autores em razão da permanência dos réus nas instalações da empresa. Cerceamento de defesa configurado. Necessidade de abertura de instrução processual. Apelação provida em parte. (Apelação Cível 02093033620098260100 -

São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17589a)

Ação que persegue o reconhecimento de validade de instrumento particular de cessão de quotas empresariais. Procedência parcial. Desistência da ação pelo autor antes de prolatada a sentença, mas com petição juntada posteriormente. Concordância dos réus com a desistência, desde que reconhecida essa anterioridade, que, ademais, resulta das datas em que foi protocolada a desistência e prolatada a sentença. Homologação da desistência e extinção da ação, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, VIII, do CPC, prejudicada a apelação dos réus. (Apelação Cível 01345541420108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17761)

Agravo de Instrumento - Declaração de incompetência por relator - Matéria que não se insere no elenco do art. 557 "caput" do Código de Processo Civil - Dúvida de competência deve ser suscitada pelo órgão fracionário do Tribunal - Art. 197 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Existência de prevenção anotada na guia de distribuição - Prevenção que não se rompe a teor do § 1º do Art. 102 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Iterada jurisprudência do Órgão Especial do Tribunal no sentido da competência, no caso, de uma das câmaras da subseção integrada pelas 11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmara de Direito Privado (DP II) - Recurso não conhecido e determinada a remessa dos autos à E. 16ª Câmara de Direito Privado. (Agravo de Instrumento 02778203420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11556)

Execução de título extrajudicial. Embargos à execução. Improcedência na origem. Apelação da embargante. Incompetência da Câmara Reservada de Direito Empresarial. Competência da Seção de Direito Privado II desta Corte. Inteligência do Provimento n.º 63/2004, inciso XXIII do Anexo I, bem como das Resoluções nºs 194/2004 (artigo 2º, III, "b") e nº 281/2006. Apelação não conhecida, com determinação de redistribuição para uma das Câmaras competentes. (Agravo de Instrumento 00317985320118260564 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17912)

Ação de obrigação de fazer cumulada com danos morais. Cumprimento de obrigações assumidas em instrumento particular de compromisso de venda e compra de cotas sociais de estabelecimento comercial. Ajuizamento de duas ações idênticas, uma no JEC e outra perante a 2ª Vara de São Bernardo do Campo. Extinção das duas sob alegação de litispendência. Inadmissibilidade. Extinta a ação no JEC, ou seja, não mais existindo litispendência, esta ação deve prosseguir. Apelação provida. (Apelação Cível 00398039820108260564 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17779)

Sociedade anônima. Ação de anulação de votos de acionistas impedidos e, conseqüentemente, de anulação da deliberação que aprovou as contas do exercício de 2008. Procedência na origem. Inadmissibilidade. Excluídos os votos dos acionistas impedidos (Presidente e Vice Presidente), o voto do autor seria suficiente, por si só, em verdadeira e mera condição potestativa, para rejeitar arbitrariamente quaisquer contas. Não obstante o disposto no § 1º do art. 115 da LSA, deve prevalecer o que consta do caput do mesmo artigo, ou seja, "o acionista deve exercer o direito a voto no interesse da companhia; considerar-se-á abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outrem, vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a companhia ou para outros acionistas". Para a caracterização do abuso de poder de que trata o art. 117 da Lei das Sociedades por Ações, ainda que desnecessária a prova da intenção subjetiva do acionista controlador em prejudicar a companhia ou os minoritários, é

indispensável a prova do dano. Do mesmo modo, para a anulação pretendida, também é indispensável a prova do dano, prova essa inexistente na espécie. Sentença reformada e ação julgada improcedente, com reversão da sucumbência. Apelação provida. (Apelação Cível 00076541020108260286 – Itu - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17777)

Tutela antecipada - Ação ordinária - Pleiteou a concessão de antecipação de tutela para que seja determinado ab initio a sua retirada do quadro societário - Decisão que não concedeu a medida pleiteada - Sustenta que tem o direito potestativo de retirar-se da sociedade mediante simples comunicação, conforme efetuou, e que a medida é reversível – Descabimento - Hipótese na qual, o receio de dano irreparável ou difícil reparação não restou demonstrado, não havendo nenhum ônus em se aguardar o exercício do contraditório para melhor averiguar a questão, inclusive porque os suplicados podem ter alterado seu entendimento constante na contranotificação - Ademais, diante da dissenção entre os sócios e o ajuizamento de ação por parte do sócio retirante nenhum prejuízo haverá porque os efeitos da declaração judicial serão ex tunc - Por fim, ressalta-se que em razão de o direito do recorrente quanto a ver apurado os haveres ser contestado pelos demais sócios, não se enquadra a hipótese do art. 1.029 do CC - Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 03090517920118260000 – Barueri - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20104)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão, obscuridade e contradição inexistentes - Caráter infringente – Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01995335720118260000 – São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11611)

Competência recursal - Dúvida - Ação anulatória de instrumento particular de confissão de dívida - Constatação da manutenção da prevenção da C. 8ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal de Justiça (artigo 102, caput, do Regimento Interno desta E. Corte) - Existência de Juiz certo no órgão fracionário - Irrelevância do fato da promoção do Relator da primeira apelação, de Juiz Substituto em Segundo Grau a Desembargador, pois não se afastou da função jurisdicional por mais de 60 (sessenta) dias - Participação com voto, ademais, de Desembargador Revisor também não afastado de suas funções - Observância do disposto nos incisos IV e I (nesta ordem) do artigo 105 do Regimento Interno da Corte - Dúvida de competência suscitada à Turma Especial da Seção de Direito Privado I - Apelações e agravo retido reiterado não conhecidos. (Apelação Cível 00068754020048260068 – Barueri - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11510)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e contradição inexistentes - Pretensões dos embargantes distanciadas da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Caráter infringente – Préquestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02196737420098260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11610)

Recursos - Agravos retidos - Ausência de apresentação de contrarrazões ao recurso de apelação, não sendo reiterados os agravos retidos requerendo sua apreciação pelo Tribunal. Aplicação do artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil - Não conhecimento. Contratos – Nulidades - Inexistência Contratos de locação e de compromisso de cessão de quotas sociais - Ausência de comprovação dos vícios que poderiam acarretar a nulidade ou anulabilidade dos negócios jurídicos - Ônus do qual as autoras não se desincumbiram, a teor do disposto no

artigo 333, I do Código de Processo Civil - Ação improcedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 00757416720058260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11371)

Competência recursal - Ação de Regresso - Cobrança de indenização fixada em ação judicial, decorrente de responsabilidade civil por erro médico em que a empresa autora (Cooperativa de Trabalho Médico) e o réu (médico cooperado) foram condenados solidariamente, tendo a empresa autora efetivamente suportado a integralidade do pagamento do débito - Inexistente discussão sobre a responsabilidade contratual entre cooperativa e cooperado, decorrente do regime cooperativo-empresarial de trabalho exercido em comum, donde exsurgiria a competência desta Câmara Especializada - Ação regressiva de obrigação de indenizar (decorrente de erro médico) fixada judicialmente - Matéria discutida nos autos que não está compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes da Seção de Direito Privado I desta E. Corte - Observância do disposto no inciso XXII da Seção de Direito Privado do Anexo I do Provimento nº 63/2004, e artigo 2º, III, a, da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006 - Recurso não conhecido, com determinação. (Apelação Cível 90006633020108260037 – Araraquara - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11375)

Interesse processual - Ação de prestação de contas - Verificação do pressuposto - Ajuizamento por sócia, pessoa jurídica, excluída posteriormente de sociedade simples, visando à verificação da gestão social, em período durante o qual ainda não desfeita formalmente a relação jurídica entre os sócios - Desinfluência da cessão das cotas sociais da autora para terceiro, bem como da exclusão posterior daquela, deliberada pelos sócios remanescentes Hipótese em que ainda não tinha sido dada quitação, pela demandante, referente às verbas a ela devidas e pertinentes ao período em que permaneceu na sociedade da qual foi excluída. Julgamento antecipado da lide - Cerceamento de defesa - Inocorrência - Desnecessidade da realização da prova oral pretendida pelos co-réus, buscando a comprovação de que prestaram as contas requeridas - Apresentação de informações e documentos para a realização de auditoria independente encomendada pela autora que não tem o condão de substituir as contas exigidas, máxime quando ausente aceitação expressa das supostas contas apresentadas pelos co-réus. Recurso – Apelação - Recebimento no duplo efeito - Insurgência manifestada em contra-razões - Matéria que deveria ter sido abordada em recurso próprio – Não conhecimento. (Apelação Cível 00145407320098260152 – Cotia - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11379)

Prestação de contas - Primeira fase - Sociedade empresária por quotas de responsabilidade limitada que exerce atividades de realização de exames de aptidão junto ao DETRAN para condução de veículos automotores - Ação movida pela sócia e sociedade contra o sócio responsável em nome da empresa pelo credenciamento desta junto ao DETRAN - Recebimento de quantias tarifadas como retribuição dos exames realizados diretamente dos candidatos Ilegitimidade ad causam – Pólo passivo - Legitimidade reconhecida - Recebimento de recursos que tecnicamente pertencem à sociedade credenciada junto ao Detran - Interesse processual configurado - Dever de prestar contas à sociedade e à outra sócia pelas atividades realizadas - Ação procedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 00717313020088260114 – Campinas - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11378)

Citação - Nulidade – Inocorrência - Ação cominatória cumulada com indenização por danos materiais e morais - Certidão do Cartório noticiando a subtração de determinadas folhas do processo, dentre elas a certidão positiva do Sr. Oficial de Justiça em cumprimento ao mandado de citação – Citação inequívoca da parte ré – Indicação expressa, na r. sentença, da folha dos autos em que certificada a citação, a qual restou reproduzida através de cópia apresentada

pela parte autora - Inobservância do dever de proceder com lealdade por prática de conduta intencionalmente maliciosa e temerária - Impossibilidade, entretanto, de condenação às penas por litigância de má-fé diante da falta de identificação da autoria do ato de subtração das peças do processo - Sentença procedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 01945330420108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11381)

Citação - Edital - Processo de conhecimento disciplinado pelo Código de Processo Civil - Ato realizado após a frustração da citação via postal e o comprovado esgotamento dos meios ordinários para a localização da pessoa jurídica ré – Validade diante das circunstâncias apresentadas em concreto, ainda que não precedida da realização de diligências por Oficial de Justiça - Interpretação dos artigos 231, I, 233 e 224, todos do referido diploma legal - Pedido de anulação da r. sentença afastado - Apelação desprovida. (Apelação Cível 01386355020038260100 – São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11385)

Sociedade empresarial - Sociedade de responsabilidade limitada - Cotas sociais - Compra e venda - Cobrança de preço sugerido por contador consultado, resultante de estimativa mercadológica e diverso daquele livremente convencionado no instrumento contratual - Comprovação apenas da pendência de parte do valor - Afastamento das teses de enriquecimento ilícito e prática de atos ilícitos por parte dos réus - Ação parcialmente procedente - Sucumbência do autor ante o decaimento da maior parte de seu pedido (artigo 21, parágrafo único, do Código de Processo Civil), observada a sua condição de beneficiário da justiça gratuita - Apelação provida em parte. (Apelação Cível 00082299420088260348 – Mauá - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11473)

Competência - Ação de adimplemento contratual cumulada com exibição de documentos, ajuizada em face da empresa de telefonia, visando à entrega de diferencial acionário decorrente de contrato de participação financeira, bem como o resgate ou indenização dos dividendos anuais distribuídos por ação da Telesp S/A e Telesp Celular S/A, com pedido alternativo de reparação por perdas e danos no caso da impossibilidade da subscrição e entrega das ações - Natureza obrigacional do liame decorrente do contrato e não societária - Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça - Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes das Seções de Direito Privado II e III desta E. Corte - Observância do disposto no artigo 2º, III, alínea “d”, da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006, e do Provimento nº 71/2007, todas desta Corte - Recurso não conhecido, com determinação. (Apelação Cível 01277872320118260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11483)

Propriedade Industrial - Ação cominatória visando abstenção do uso de marca cumulada com reparação de danos - Semelhança gráfica e fonética entre nome empresarial e marca - Empresas destinadas ao mesmo gênero mercadológico - Impossibilidade de coexistência - Propriedade da marca conferida pelo efetivo registro junto ao INPI - Inteligência dos artigos 124, XIX e 129 da Lei nº 9.279/96 – Concorrência desleal – Configuração - Dever de indenizar caracterizado - Prova do efetivo prejuízo – Desnecessidade – Incontrovérsia dos fatos pela prova documental, além da presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial em razão da revelia - Arbitramento - Manutenção - Observância das peculiaridades do caso concreto do princípio da razoabilidade e da finalidade desestimuladora de condutas como as da espécie, sem causar o enriquecimento ilícito do lesado - Ação procedente – Apelação desprovida. (Apelação Cível 00182320720108260006 8 – Barueri - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11454)

Contrato - Compra e venda de escola de educação infantil – Rescisão - Irregularidade na documentação para funcionamento do estabelecimento de ensino - Ausência de portaria de autorização de funcionamento junto à Secretaria de Educação do Município - Insuficiência da documentação apresentada para indicar a autorização de funcionamento do estabelecimento empresarial - Instituição de educação infantil que necessita de autorização para funcionamento junto à Secretaria de Educação por ser reconhecida como integrante da educação básica dentre os diversos níveis de educação escolar do país - Ação improcedente e reconvenção procedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 00084070220108260048 – Atibaia - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11459)

Julgamento antecipado da lide - Vulneração ao direito de prova - Cerceamento de defesa configurado - Insuficiência das provas existentes nos autos para a solução da controvérsia - Inocorrência das hipóteses previstas no artigo 330 do Código de Processo Civil - Imprescindibilidade da prova oral (testemunhal e depoimento pessoal da partes envolvidas no litígio) requerida por ambas as partes - Dilação probatória que possibilitará melhor esclarecimento da extensão e profundidade da incontroversa relação negocial que existiu entre as partes - Reprodução de correspondência eletrônica via e-mail entre as partes, que merece valor probatório documental, ademais porque não impugnados os fatos em contestação – Inteligência do disposto nos artigos 225 e 227 do Código Civil – Precedentes jurisprudenciais - Início de prova escrita que recomenda a produção da prova oral requerida - Aplicação ao caso do disposto no inciso I do artigo 402 do Código de Processo Civil - Sentença anulada de ofício, com determinação – Apelação prejudicada. (Apelação Cível 00076077220108260565 – São Caetano do Sul – Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11480)

Antecipação de tutela. É incabível tal medida quando o provimento final depende da interpretação de disposição contratual só possível após o esgotamento da atividade probatória. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02694194620118260000 – Pirassununga - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23031)

Propriedade industrial. Registro de marca mista caracterizada por expressões alusivas a praia esportes náuticos. Composição com desenhos alusivos a ondas estilizadas na parte superior e inferior. Produção e comercialização de produtos pela agravada com repetição parcial de tais elementos identificativos. Desvio de clientela possível, assim como possível o enfraquecimento da marca pela oferta de produtos e serviços de qualidade inferior. Tutela antecipada deferida. Recurso provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 00015025720128260000 – Santo André - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23521)

Sociedade. Afastamento do sócio por ato dos demais integrantes da pessoa jurídica e que representam a maior parte do capital social. Pretensão do afastado ao arrolamento de bens para prevenir desvios. Admissibilidade, inclusive porque não causa gravame de nenhuma ordem. Liminar deferida. Recurso provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 00022404520128260000 – Comarca não informada - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23507)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01973758820098260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22189)

Agravo regimental. Direito de empresa. Assistência judiciária gratuita. Ausência de elementos que justifiquem a concessão do benefício. Decisão mantida. Agravo regimental a que se nega provimento. (Agravo Regimental 02129602420118260000 – Monte Aprazível - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22190)

Apelos. Direito empresarial. Ação de dissolução de sociedade cumulada com pedido de apuração de haveres. Liquidação da quota que deve ser realizada com base na situação patrimonial da sociedade à data da resolução, assim entendida, no caso, como a data da propositura da ação (art. 1.031 do CC). Apelo dos autores a que se nega provimento e apelo dos réus a que se dá provimento. (Apelação Cível 00009686120108260137 – Cerquilho - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21568)

Apelação. Direito de empresa. Embargos à execução. Execução de crédito apontado por liquidante em ação de dissolução e liquidação judicial de sociedade. Impossibilidade de utilização da via executiva. Crédito cuja existência nem sequer foi ratificada pelo juízo da liquidação. Documento escrito sem força de título executivo. Ausência de título executivo. Exegese do art. 585 do CPC. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00281758920088260562 – Santos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21940)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Ação ordinária de obrigação de fazer c.c. cobrança. Preliminar de litispendência. Ações de cobrança que, a princípio, apresentam pedidos mediatos diversos, seja em razão dos períodos, seja em razão dos valores pleiteados. Inexistência de prova (ou início de prova) capaz de infirmar a decisão agravada. Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 02603664120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21794)

Apelação. Direito de empresa. Ação cominatória. Uso de nome empresarial e marca. Atuação em segmentos de mercado diferentes. Possibilidade de convivência harmônica sem gerar confusão ou errônea associação entre elas no mercado. Expressão comum, inexistindo direito à exclusividade. Honorários advocatícios, todavia, reduzidos. Sentença reformada. Apelo parcialmente provido. (Apelação Cível 00355515620088260068 – Barueri - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22047)

Apelação. Direito de empresa. Ação de obrigação de fazer. Sociedade limitada. Instrumento particular de opção de compra de quotas. Valor irrisório do negócio que não denota a real intenção das partes. Pretensão de aquisição que não merece ser acolhida. Reconvenção julgada corretamente procedente para declarar resolvido o pacto. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 02194785520108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22208)

Apelos. Direito empresarial. Ação de obrigação de não fazer cumulada com pedido de indenização por perdas e danos. Reconvenção ajuizada com base nos mesmos fundamentos da defesa. Adequação e cabimento da medida. Desenho industrial. Contrafação. Inocorrência. Autores que não detêm a exclusividade de exploração do objeto do registro. Ação improcedente. Reconvenção. Cerceamento de defesa não caracterizado. Prova requerida de forma absolutamente genérica pela ré. Sentença mantida em sua maior parte por seus próprios fundamentos, reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo

da ré a que se nega provimento e dos autores a que se dá parcial provimento, apenas para reduzir os honorários de sucumbência. (Apelação Cível 00001136920088260358 – Mirassol - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22206)

Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Decisão que indefere pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Cessão e transferência de quotas representativas de 100% do capital social. Cedentes que descumpriram obrigações tributárias acessórias e não providenciaram atualização de dados cadastrais referentes às Alterações de Contrato Social anteriores, impedindo o exercício regular da sociedade. Obrigações decorrentes de lei. Presença dos requisitos legais do 'fumus boni iuris' e 'periculum in mora' (art. 273, 'caput' e inc. I do CPC). Decisão reformada. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 01388262620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22350)

Apelação. Direito empresarial. Ação de resolução contratual cumulada com indenizatória de danos materiais e morais. Cessão e transferência de quotas. Dolo não comprovado (art. 333, I do CPC). Versões absolutamente distintas apresentadas pelas partes, encontrando-se ambas desprovidas de provas. A sociedade apresenta existência e patrimônio distintos de seus sócios. As obrigações contraídas por uma não podem, a princípio, serem estendidas aos outros. Ausência de comprovação de que os réus tenham assumido obrigações sociais anteriores à cessão das quotas. Inaplicabilidade da solidariedade dos arts. 1.003 e 1.057 do CC/2002, por se tratar de negócio entabulado anteriormente à sua vigência. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00151129820028260564 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22243)

Apelação. Direito de empresa. Ação de cobrança. Franquia. Impossibilidade de cumprimento do contrato em razão da não entrega da loja em Shopping Center. Preliminares e nulidades afastadas, sob pena de se privilegiar o enriquecimento sem causa. Resolução do contrato, devendo as partes retornar ao status quo ante. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 05347887720008260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime – Voto nº 22098)

Apelação. Ação de apuração de haveres cumulada com condenatória por danos morais. Preliminar de nulidade afastada. Incabível a apuração de haveres se os autores não são mais detentores de participação societária nas empresas-rés. Falta de interesse reconhecida. Sentença mantida. Apelo improvido. (Apelação Cível 00023466620108260003 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22166)

Apelação. Direito de empresa. Ação de obrigação de fazer cumulada com pedido de indenização por danos morais e materiais. Retificação da ficha cadastral da ré. Exclusão do nome do autor. Recusa da ré em fornecer a documentação exigida pela JUCESP não comprovada (art. 333, I, do CPC). Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00314312320088260309 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22218)

Apelação. Direito Empresarial. Marca. Legitimidade da ré, administradora de centro comercial, para figurar no polo passivo. Cerceamento de defesa não configurado. Interesse em produzir provas não manifestado em momento oportuno. Preclusão. Obrigação de não permitir que no centro comercial que administra sejam usados, divulgados ou expostos à venda produtos com as marcas e símbolos das autoras. Celebração, entre a administradora e os comerciantes, de

contratos de "cessão temporária de uso de espaço determinado para participação em evento programado". Prática que dificulta sobremaneira a responsabilização dos comerciantes que atuam no local pela venda de produtos contrafeitos e de origem duvidosa. Responsabilidade da administradora que, ainda que indiretamente, se beneficia da prática de atividades ilícitas no local. Conivência que não se admite. Artigo 5º, XXIX, da Constituição Federal, e artigos 2º, V, e 207 da Lei de Propriedade Industrial. Manutenção da sentença. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 02546543520098260002 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22202)

Apelação. Direito empresarial. Propriedade industrial. Marca. Contrato de licença de uso não levado a registro no INPI. Inoponibilidade dos direitos dele decorrentes a terceiros (art. 140 da Lei nº 9.279/96). Precedente do STJ. Utilização indevida da marca não caracterizada. Indenização indevida. Sentença reformada. Apelo a que se dá provimento. (Apelação Cível 01370436320068260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22256)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Ação de dissolução parcial de sociedade cumulada com pedido de apuração de haveres. Periculum in mora. Inexistência em razão do lapso temporal de cerca de 18 meses havido entre a notificação da sociedade (art. 1.029 do CC) e a propositura da ação. Relevância da fundamentação também não verificada. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02934295720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 07/02/2012 – Votação Unânime - Voto nº 22226)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Suspeição dos oficiais de justiça atuantes no feito. Ausência de elementos que evidenciem a parcialidade dos meirinhos (art. 333, I, do CPC). Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02934893020118260000 – Pirassununga - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime – Voto nº 22246)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Ação versando sobre obrigação de não fazer. Posto de combustível. Alegação de utilização indevida de elementos caracterizadores de marca da agravante. Liminar. Não cabimento. Diferenças facilmente perceptíveis nas testeiras dos postos. Elementos que, à luz de cognição sumária, levam à conclusão pela inexistência de concorrência desleal. Ausência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02979808020118260000 – Mogi das Cruzes - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22303)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Ação cautelar. Liminar deferida apenas em parte. Determinação de depósito judicial de aluguéis. Não cabimento. *Periculum in mora* não configurado. Ausência, ademais, de elementos que permitam conclusão sobre a existência de simulação. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02986502120118260000 – Jaboticabal - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22290)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Assistência judiciária gratuita. Ausência de elementos que justifiquem a concessão do benefício. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 03027277320118260000 – São Caetano do Sul - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22339)

Agravo de instrumento - Pedido de falência - Pretensão à nulidade de citação - Ocorrência - Mandado de citação da recorrente que não foi efetivado no endereço do estabelecimento comercial da agravante - Ademais, não ocorrendo a citação pessoal, necessária a citação

editalícia - Nulidade processual decretada - Orientação da Câmara Reservada - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02204604420118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 24/01/2012 - Votação Unânime – 12248)

Agravo de instrumento - Habilitação de crédito - Reconsideração da decisão agravada comunicada pelo Juízo - Perda do objeto do recurso caracterizada - Recurso prejudicado - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02235818020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12253)

Agravo de instrumento – Honorários periciais - Fixação - Redução - Admissibilidade - Impossibilidade de fixação definitiva dos honorários antes da elaboração do laudo - Grau de dificuldade do trabalho que somente se verificará em face da sua apresentação – Ausência de efetivos critérios para a fixação dos honorários periciais como a não demonstração de dificuldade do trabalho efetuado, diligências efetuadas, gastos despendidos e o tempo consumido - Respeito ao princípio da razoabilidade - Necessidade de fixação "a priori" de honorários provisórios – Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00969811420118260000 – Rio Claro - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12307)

Responsabilidade civil - Descumprimento contratual por uma das partes - Dano material - Contrato celebrado por prazo determinado - Expectativa do contratante que é frustrada pelo descumprimento da obrigação pela parte contratada – Dano moral - Não configuração - Necessidade da demonstração do efetivo prejuízo, ou seja, de que o dano tenha causado abalo à reputação da pessoa jurídica - Ônus do qual a autora não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, I do Código de Processo Civil - Ação parcialmente procedente – Apelação provida em parte. (Apelação Cível 00107866720098260009 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 06/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 11163)

Recuperação judicial - Classificação de crédito - Crédito de representante comercial - Pretensão à equiparação aos créditos de natureza trabalhista – Magistrado que rejeita o incidente entendendo que o art. 44 da Lei n. 4.886/65 não trata de hipótese de o devedor se encontrar em regime de recuperação judicial e, em segundo lugar, que à pessoa jurídica não se aplica o benefício da equiparação - Exegese do art. 44 da Lei n. 4.886/65 à luz da Lei n. 11.101/2005 - Interpretação teleológica - Ratio legis da equiparação - Natureza dos créditos bem definida na legislação e na jurisprudência - Distinção, contudo, dos créditos decorrentes de contratos firmados pela pessoa natural daqueles prestados pela pessoa jurídica - Legitimidade reconhecida a fim de não incorrer em summa injuria - Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 00378890820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19376)

Apelação. Falência. Impontualidade. Depósito elisivo. Extinção do processo em razão do depósito. Apelo da requerida. Inteligência da Súmula 42 do TJSP. Instrumentos de protesto que não identificam a pessoa intimada para os atos notariais. Provimento do apelo para aplicar a Súmula 361/STJ e extinguir o processo, sem resolução de mérito, autorizado o levantamento do depósito elisivo pela requerida. (Apelação Cível 0120359332010826000 – Monte Alto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 22/11/2011 - Maioria de Votos - Voto nº 21927)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Impugnação ao rol de credores - Repetição de incidente em curso - Alegada omissão. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 02657805420108260000 - São

Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17467)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento – Falência - Habilitação de Crédito Quirografário Retardatária - Violação ao princípio do devido processo legal - Reconhecimento. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 05620843420108260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17464)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento – Pedido de Falência - Quebra decretada - Legitimidade dos agravantes para o recurso - Irregularidade do protesto – Reconhecimento - Alegada omissão. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00317807520118260000 – Diadema - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17466)

Pedido de Restituição de quantia recebida a título de seguro - Depósito efetuado em banco estrangeiro a favor de banco brasileiro que veio a falir - Levantamento pelo beneficiário - Possibilidade. Se a finalidade do depósito foi a de transferência do valor depositado para o Brasil, onde pudesse ser levantado por beneficiário de seguro, há de ser deferida a restituição pleiteada - Quantia a ser apurada pela conversão da dívida em moeda brasileira na data em que decretada a liquidação do banco falido pelo Banco Central do Brasil – Correção monetária contada desde então. Apelação provida. (Apelação Cível 01028413520078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17267)

Ação Monitória proposta pela Massa Falida – Embargos - Improcedência em primeiro grau – Manutenção - Compensação com fundo de investimentos - Impossibilidade. Se a prova pericial era, no caso concreto, desnecessária, sua não realização não implicou cerceamento do direito de defesa - O fundo de investimento tem capacidade jurídica processual e seu patrimônio não se confunde com o da instituição bancária que o administra - A compensação só é possível entre pessoas que sejam, ao mesmo tempo, credora e devedora uma da outra (art. 368 do CC) - A capitalização de juros já era possível pelas instituições financeiras à época da realização do negócio, pela Medida Provisória nº 1.963/2000 - Honorários fixados de acordo com o art. 20, § 3º, do CPC. Apelação desprovida. (Apelação Cível 01136360320078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - 24/01/2012 – Relator Lino Machado - Votação Unânime - Voto nº 17361)

Declaratória de invalidade de contrato de mútuo celebrado com o falido. Não tendo sido demonstrado vício de vontade na realização de contrato de mútuo e na aplicação da quantia mutuada em debêntures de empresa, ao menos de fato, pertencente ao mesmo grupo econômico da mutuante, devem ser mantidos e cumpridos, mesmo porque ainda que houvesse simulação, as partes envolvidas responderiam, nos termos do art. 167, § 2º, do CC, perante terceiros de boa-fé, entre os quais os credores das falidas. Apelação desprovida. (Apelação Cível 90689298820078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17376)

Ação de cobrança fundada em Contrato de Cessão de Crédito de Exportação - Improcedência em primeiro grau - Reconhecido cerceamento de defesa. Tendo em vista a necessidade de ser dada às partes e ao Ministério Público a oportunidade de produzirem suas provas, a nulidade da sentença proferida, no estado do processo, se impõe. Apelação provida, prejudicados os recursos adesivos. (Apelação Cível 01330808520088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16833)

Recuperação judicial. Plano que obteve aprovação em AGC. Alienação de imóvel deliberada em AGC. Ausência de razão jurídica para sustar o leilão. Infringência ao julgado, dada a insistência da embargante na anulação do ato. Inexistência de hipótese de modificação do aresto. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 05570845320108260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17996)

Recuperação judicial. Incompetência da Câmara Reservada para a ação ordinária e a ação cautelar de produção antecipada de prova. Não conhecimento do recurso e sua remessa a uma das Câmaras competentes da Seção de Direito Privado. Apontamento de obscuridade e contradição, porquanto não teria o v. acórdão esclarecido a situação da embargante quanto aos efeitos suspensivos concedidos nos agravos de instrumento tirados daquelas ações. O não conhecimento do recurso em razão da incompetência desta Câmara ensejará ao órgão competente a necessidade de apreciar possível ratificação dos atos judiciais. Infringência ao julgado. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00075645020118260000 – Embu das Artes - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17941)

Falência. Habilitação retardatária. Falha da serventia da Vara, com a concorrência da habilitante. Inconformidade com o resultado do julgamento, diante da pretensão de apontar culpa exclusiva do ofício. Embargante que, devidamente intimada, quedou-se inerte no momento oportuno de recorrer da homologação da AGC. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00289962820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17998)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito como privilegiado trabalhista. Recuperanda que insiste em equívoco, eis que a decisão teria inobservado o Plano de Recuperação Judicial, em especial a cláusula 17.1, segundo a qual se, em decorrência de decisões judiciais, transitadas em julgado, novos créditos venham a ser adicionados à Lista de Credores do Administrador Judicial ou houver alteração nos créditos já existentes, incluindo trabalhistas, com garantia real e quirografários, tais créditos sujeitar-se-ão à condição de créditos subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Quanto ao outro pedido, o crédito a ser pago pela recuperanda deve ser aquele que ela entende ser o correto, tendo em vista o equívoco no cálculo do contador. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00953221201182600000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17900)

Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Habilitação acolhida. Agravo interposto sem a cópia da decisão agravada. Seguimento negado. Publicação errônea no DJe. Evidente erro material e nulidade da publicação. Acolhimento dos embargos para sanar o erro, com determinação de republicação da decisão. Embargos de declaração acolhidos. (Embargos de Declaração 01999475520118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17999)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito como privilegiado trabalhista. Recuperanda que insiste em equívoco, eis que a decisão teria inobservado o Plano de Recuperação Judicial, em especial a cláusula 17.1, segundo a qual se, em decorrência de decisões judiciais, transitadas em julgado, novos créditos venham a ser adicionados à Lista de Credores do Administrador Judicial ou houver alteração nos créditos já existentes, incluindo trabalhistas, com garantia real e quirografários, tais créditos sujeitar-se-ão à condição de créditos subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Quanto ao outro pedido, o crédito a ser pago pela recuperanda deve ser aquele do crédito trabalhista, com deflação para o dia da impetração da recuperação judicial, e sem acréscimos de natureza

tributária e de custas processuais. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00990623320118260000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17727)

Pedido de falência. Extinção sem julgamento do mérito. Protesto irregular. Súmula 361 do E. STJ. Apontamento de contradição relativa à intimação por edital e competência do Tabelião de Notas. Discussão não aventada na sentença. Tema que se restringia à necessidade de intimação pessoal do devedor se localizado, que é o caso. Contradição inexistente. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00061540720088260082 – Boituva - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17984)

Recuperação judicial. Impugnação à habilitação de crédito. Decisão que, em embargos de declaração, corrigiu erro material relativo à dedução equivocada das amortizações já deduzidas pelo Banco credor. Agravante que, na minuta, invoca o descabimento do crédito habilitado com relação às CCB´s nºs 46.796 e 46.797, tendo em vista que esses contratos teriam sido liquidados antes do pedido de recuperação. Matéria evidentemente preclusa, porquanto objeto de decisão disponibilizada no DJe de 27/07/2.010, da qual não houve recurso. Discussão ressuscitada neste agravo. Agravo de instrumento não conhecido. (Agravo de Instrumento 01327386920118260000 – Poá - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17850)

Recuperação judicial. Impugnação apresentada por credora, que cedeu parte de seu crédito para outra empresa. Publicação do quadro geral de credores sem o abatimento do crédito cedido. Falha da impugnante que, intimada da publicação do QGC, não recorreu, permitindo que houvesse o trânsito em julgado. Publicado o QGC e diante do trânsito em julgado, só resta à impugnante o ajuizamento da ação rescisória prevista no art. 19, caput, da Lei n.º 11.101/2005. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 01452230420118260000 – Mauá - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17763)

Falência. Encerramento. Decretação da quebra e fixação de caução para o caso de a requerente não aceitar o cargo de Administrador Judicial. Admissibilidade. A caução determinada à requerente da quebra mais não é do que a antiga previsão do art. 75 do Decreto-lei 7.661/1945, ou seja, o convite à requerente da quebra para, querendo o prosseguimento da falência, entrar com a quantia necessária às despesas, a qual será considerada encargo da massa. Se a requerente não quiser efetuar a caução, o mesmo ocorrendo com eventuais outros credores, e como sequer consta qualquer arrecadação, a solução é mesmo o encerramento sumário da falência, o que não é novidade, já que o mesmo acontecia na lei anterior (cf. art. 75, § 3º, do Decreto-lei n.º 7.661/45). Hipótese em que a requerida, agora falida, sequer foi encontrada em seu estabelecimento comercial, assim como seu representante legal, não havendo notícia, e nem sequer indício, de existência de algum bem arrecadável. Apelação não provida. (Apelação Cível 02058697820058260100 - São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17587)

Administradora de consórcios. Liquidação extrajudicial e falência. Incidência de correção monetária e juros de mora até a data da decretação da liquidação extrajudicial, podendo ir além, se o ativo da massa comportar. Decretada a liquidação extrajudicial em 1992, os juros de mora são os legais do Código Civil revogado, ou seja, 6% ao ano ou 0,5% ao mês. Possibilidade de juros de mora no período que antecedeu o processo de liquidação extrajudicial. Exigibilidade independente do final do grupo. Agravo de instrumento provido em parte, ou seja, limitar, por enquanto, os juros a 6% ao ano e até a data da decretação da liquidação extrajudicial, que ocorreu em 1992. (Agravo de Instrumento

01578755320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17905)

Falência. Extensão. Desconsideração da personalidade jurídica da falida para que os efeitos do decreto falencial alcancem os bens pessoais dos sócios. A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica dispensa a propositura de ação autônoma para tal. Verificados os pressupostos de sua incidência, poderá o Juiz, incidentemente no próprio processo de execução (singular ou coletiva), levantar o véu da personalidade jurídica para que o ato de expropriação atinja os bens particulares de seus sócios, de forma a impedir a concretização de fraude à lei ou contra terceiros. Não obstante, há evidente necessidade de observância das garantias constitucionais do devido processo legal. No caso, o decreto extremo foi deferido sem prévia intimação dos sócios atingidos para defesa. Precedente desta Câmara Reservada. A doutrina moderna vem se posicionando neste sentido, ou seja, de que, não obstante seja desnecessária a ação autônoma, causa nulidade do ato a inobservância do devido processo legal. Provimento do recurso para condicionar nova desconsideração à prévia intimação para defesa. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 01616801420118260000 – São Carlos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17849)

Recuperação judicial. Credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis. Impossibilidade de retirada, do estabelecimento do devedor, de bens de capital essenciais à sua atividade, no prazo a que se refere o art. 6º, § 4º, da Lei n.º 11.101/2005. Hipótese dos autos. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 01752324620118260000 – Piracicaba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17906)

Empresa em recuperação judicial. Interposição de agravo de instrumento e requerimento de justiça gratuita ou de diferimento de recolhimento de custas para o final do processo. Indeferimento. Agravo regimental. A gratuidade judiciária pode ser concedida à pessoa jurídica, desde que comprove a precariedade de sua situação financeira. Não basta o simples fato de a agravante estar em recuperação judicial, mesmo porque se empresa em recuperação judicial não tem recursos para despesas de manutenção, corriqueiras como são as decorrentes de preparo dos recursos, então não se afigura séria a sua tentativa de superar a crise econômica-financeira. Em relação ao diferimento do recolhimento das custas processuais, o caso dos autos não se enquadra nos quatro incisos do artigo 5º da Lei Paulista n.º 11.608/03, lembrando-se, a propósito, que as normas que suspendem ou excluem crédito tributário, que outorgam isenção ou que dispensam do cumprimento de obrigações tributárias acessórias somente podem ser interpretadas literalmente (CTN, art. 111), e nem mesmo a adoção da equidade poderá resultar na dispensa da exigência de tributo (CTN, art. 108, § 2º). Agravo regimental não provido. (Agravo Regimental 02259192720118260000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17985)

Falência. Pedido formulado na vigência do DL 7.661/45, com fundamento em seu art. 1º. Débito de pequeno valor. Quebra da empresa que não se justifica em face da orientação na nova Lei de Falências, a ser adotada como regra interpretativa. Art. 94, inc. I, da Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2.005. Apelação da autora não provida. (Apelação Cível 91215506220078260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17586)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Cédula de crédito bancário. Créditos garantidos por alienação fiduciária. Título que somente foi levado a registro posteriormente à data do pedido de recuperação judicial. Propriedade fiduciária não constituída. Art. 49, §3º da Lei nº 11.101/2005, que deve ser interpretado em conjunto com o art. 1.361, §1º do CC. Decisão mantida. Agravo desprovido. (Agravo de Instrumento 02991161520118260000 – Junqueirópolis

- Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22306)

Agravo. Impugnação de crédito trabalhista. Recuperação Judicial. O art. 12, parágrafo único, da LRF, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Apesar de sucinta, a decisão encontra-se fundamentada. Nulidade da decisão rejeitada. Alteração do crédito do trabalhador e sua fixação no valor determinado pela sentença da Justiça do Trabalho. Inteligência do art. 6º, § 2º, da Lei nº 11.101/2005. Sentença mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02992062320118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22288)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Ausência de peça essencial. Cópia da procuração outorgada pela agravada a seus advogados (art. 525 do CPC). Agravo não conhecido. (Agravo de Instrumento 03026307320118260000 – Ribeirão Preto – Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22340)

Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Pretensão voltada à nulidade da deliberação de assembleia geral que aprovou plano modificativo e determinou quitação e liberação dos devedores solidários, suspendeu as ações e execuções judiciais movidas pelos credores contra esses mesmos devedores solidários - Pretensão atendida em menor extensão para declarar ineficaz em relação ao recorrente e aos credores que rejeitaram o plano ou não estiveram presentes à assembleia geral - Recurso provido em parte neste tocante. Agravo de Instrumento – Recuperação Judicial - Pretensão à declaração de inadimplemento de cláusula do Plano de Recuperação Judicial que condicionava a aprovação ao restabelecimento do fornecimento de energia e gás pelas companhia fornecedoras - Matéria não submetida ao crivo do Juízo Monocrático - Recurso não conhecido neste capítulo. Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Pretensão à nulidade do plano por ausência de apresentação de certidões negativas de débitos fiscais – Impropriedade - Reiteração de decisões colegiadas nesse sentido - Exegese do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 – Recurso não provido. Agravo de Instrumento – Terceiro interessado - Instituição financeira participante da assembleia geral - Voto favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial - Pretensão ao reconhecimento de litisconsórcio unitário e à extensão dos efeitos a todos os credores quirografários, com fundamento na igualdade horizontal no tratamento dos credores - Direito disponível - Inexistência de litisconsórcio unitário - Exegese dos arts. 48 e 509 do Código de Processo Civil - Pretensão indeferida. (Agravo de Instrumento 00275309620118260000 – Rio Claro - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19382)

Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Interesse processual – Embargos declaratórios interpostos por sindicato de categoria visando esclarecimentos sobre a forma pela qual se deu conhecimento ao Magistrado da decisão acerca de Conflito de Competência entre a Justiça Trabalhista e a Justiça Comum, proferida pelo E. Superior Tribunal de Justiça - Inteligência do art. 8º, III, CF - Defesa dos direitos e interesses não estabelecidos nas razões recursais - Ausência de interesse processual reconhecida - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00354510920118260000 – Itaquaquecetuba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18442)

Embargos de declaração. Obscuridade. Esclarecimento sobre o teor do despacho de fl. 464. Observação sobre o conteúdo dos alvarás que já não se fazia necessária diante das circunstâncias. Embargos acolhidos sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 00514872920118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22321)

Embargos de Declaração. Omissão inocorrente. Intenção infringente que busca alterar o julgado. Aclaratório que se presta a pré-questionar disposições legais para alicerçar recursos constitucionais. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00561362920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23125)

Falência - Crédito da Fazenda Nacional – Prescrição reconhecida em habilitação de crédito - Pretensão à interpretação de que a lei falimentar é compatível com o Código Tributário Nacional e aplicável aos créditos tributários – Inviabilidade - Harmonização do art. 6º da Lei n. 11.101/2005 ao disposto no art. 174 do Código Tributário Nacional - Ocorrência do lapso prescricional - Recurso não provido. Dispositivo: nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00575125820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19381)

Falência - Designação de data para leilão de imóvel arrecadado pela massa falida - Existência de execução fiscal em que, em momento anterior, o imóvel encaminhado à praça teve sua arrematação anulada sob fundamento de preço vil e divergências acentuadas nos diversos laudos de avaliação oferecidos nos autos de execução - Agravo de instrumento interposto perante o Tribunal Regional Federal a que se negou seguimento, sobrevindo a interposição de agravo regimental, tramitando desde maio de 2008, sem efeito suspensivo - Pretensão do agravante no Juízo Estadual à suspensão do leilão determinado pelo Juiz da Falência para que seja sobrestada a hasta pública até o julgamento do agravo na Justiça Federal - Impropriedade - Inexistência de aperfeiçoamento da arrematação - Impossibilidade de seu aperfeiçoamento diante da falência decretada e do interesse da massa falida subjetiva - Determinação para que os atos de realização do ativo prossigam - Ausência de prejuízo à recorrente e possibilidade de danos aos bens arrecadados - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00802738320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19377)

Agravo de Instrumento - Ausência de instrumentos de procuração no instrumento - Preliminar de nulidade suscitada pela agravada - Apresentação, com a contraminuta, do instrumento correspondente - Ausência de prejuízo – Preliminar afastada - Recurso conhecido. Agravo de Instrumento – Recuperação judicial - Objeção de credor quanto ao plano de recuperação judicial da recorrente atendida pela Magistrada de primeiro grau - Pretensão da agravante a se "manter as disposições constantes do plano de recuperação judicial no sentido de, enquanto estiver sendo cumprido o parcelamento nele previsto, sejam suspensas as execuções particulares em detrimento dos avalistas e fiadores, sem prejuízo da manutenção dos respectivos ônus sobre os bens" e "para estender a suspensão prevista no art. 6º e, uma vez aprovado o plano, manter a suspensão com relação aos coobrigados avalistas e fiadores ou garantidores solidários enquanto a empresa em recuperação honrar as obrigações assumidas e que forem aprovadas em assembleia" – Impropriedade - Exegese do art. 45 e 49, §1º da Lei n. 11.101/2005 - Precedentes da Câmara - Decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00872075720118260000 – Presidente Prudente - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19379)

Agravo de Instrumento – Recuperação judicial - Pretensão a alteração do contrato social antes da deliberação da assembleia geral sobre o plano recuperatório - Indeferimento judicial em primeira instância sob o fundamento de que "não houve por parte da devedora e autora demonstração séria e concludente de que a saída de um sócio e a concessão de prazo de 180 dias para a constituição de pluralidade de sócios seja benéfica ou vantajosa à recuperação judicial" – Decisão reformada, observando-se que caberá aos credores analisarem a presença de informações simétricas suficientes, sobretudo quanto à garantia de a sócia remanescente honrar com seus compromissos no Brasil, se não recomposta a sociedade no prazo de 180 dias - Recurso provido, com observação. (Agravo de Instrumento 00896732420118260000 –

São Carlos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19380)

Agravo de Instrumento – Recuperação judicial - Cédula de crédito bancário com contrato de constituição de alienação fiduciária em garantia (cessão fiduciária de direitos). Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título no Registro de Títulos e Documentos. Inteligência do art. 1.361, § 1º, do Código Civil. Inexistência de registro. Eficácia contra terceiros não reconhecida. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00896983720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19424)

Falência - Crédito da União Federal - Prescrição reconhecida em habilitação de crédito - Pretensão à interpretação de que às multas administrativas previstas na legislação de regência do FGTS aplica-se o prazo prescricional de trinta anos – Inviabilidade - Prazo trintenário fixado no § 5º, do art. 23 da Lei n. 8.036/90 incidente somente às contribuições ao FGTS – É quinquenal o prazo prescricional das multas administrativas, nos termos do que dispõe o Decreto n. 20.910/32 – Sentença mantida. Dispositivo: nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00952049120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19561)

Agravo de Instrumento – Recuperação judicial – Recurso - Preparo recursal - Ausência de comprovação de recolhimento no momento da interposição - Inadmissibilidade - Imprescindibilidade de recolhimento no momento da interposição do recurso Inteligência do art. 511, caput, do CPC - Deserção configurada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01261617520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19737)

Recuperação Judicial. Crédito trabalhista. Pretensão da devedora voltada para a inscrição do crédito no quadro geral de credores com desconto relativo à Previdência Social e Imposto de Renda. Inadmissibilidade. Verbas que devem ser decotadas da verba salarial no momento do pagamento. Precedente apontado que trata de situação fática diversa. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01311408020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Araldo Telles - 24/01/2012 – Votação Unânime - Voto nº 23219)

Agravo de Instrumento – Recuperação judicial - Cédula de crédito bancário com contrato de constituição de alienação fiduciária em garantia (cessão fiduciária de direitos). Impugnação de crédito pela recuperanda à lista de credores. Ausência de intimação da credora impugnada. Sentença proferida com violação do disposto no art. 11 da LREF. Decisão anulada. Recurso provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 01383871520118260000 – Lençóis Paulista – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18368)

Agravo de Instrumento – Recuperação judicial - Cédula de crédito bancário com contrato de constituição de alienação fiduciária em garantia (cessão fiduciária de direitos). Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título no Registro de Títulos e Documentos. Inteligência do art. 1.361, § 1º, do Código Civil. Inexistência de registro. Amortização ocorrida após o ajuizamento da ação de recuperação judicial. Pretensão à substituição de garantias. Aplicação da Súmula n. 60 desta Câmara. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01392800620118260000 – Lençóis Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18376)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial posteriormente convertida em falência. Impugnação de crédito. Notas fiscais eletrônicas instruídas com prova idônea da prestação do serviço. Declaração da habilitação do crédito pelo valor requerido pela recorrente. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 01410564120118260000 -

São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20798)

Agravo. Recuperação judicial. Recurso interposto por acionistas minoritários de companhia que integra o "Grupo Daslu", inconformados com a concessão da recuperação judicial. Alegação de violação ao direito de veto à transferência da "Marca Daslu", direito previsto em acordo de acionistas, violando o art. 53, III, da LRF, artigos 104, 106 e 187 do CC. Os acionistas, minoritários ou majoritários, não podem impedir a concessão de recuperação judicial derivada da aprovação do plano pela assembleia-geral de credores. As querelas intrassocietárias deverão ser dirimidas no palco judicial adequado e não nos lindes do processo de recuperação judicial. Os interesses dos acionistas não se sobrepõem ao princípio da preservação da empresa e de sua função social, nem aos interesses da comunidade de credores. Ausência de interesse e legitimidade recursal. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01543116620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20895)

Agravo de Instrumento - Decisão após sentença de extinção proferida com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil - Erro material evidenciado - Contradição e omissão corrigidas de ofício nos termos do art. 463, I, do Código de Processo Civil - Sentença de extinção que determina o levantamento do depósito elisivo a favor da requerida e, simultaneamente, a comunicação ao Juízo deprecante - Correção idônea - Conteúdo decisório integrativo recorrível por recurso de apelação - Interposição de recurso de agravo - Recurso não conhecido. Agravo de Instrumento - Interposição contra decisão integrativa de sentença que extingue pedido de falência por desistência dos autores - Impropriedade - Não aplicação do princípio da fungibilidade recursal - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01740269420118260000 – Pereira Barreto – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18670)

Agravo de Instrumento - Suspensão do processo de falência com fundamento no art. 265, IV, a, do Código de Processo Civil, sob o fundamento de existir questão prejudicial - Ação de revisão de contratos bancários distribuída depois do pedido falimentar - Recurso interposto pelo credor visando afastar a suspensão e autorizá-lo a proceder ao levantamento do depósito elisivo - Provimento parcial - Reconhecimento da inaplicabilidade do art. 265, I, a, do Código de Processo Civil ao caso concreto por se tratar de ação posterior à distribuição do pedido de falência - Prosseguimento dos atos processuais no Juízo de primeiro grau que decidirá sobre a procedência do pedido e sobre o levantamento do depósito elisivo - Recurso a que se dá provimento em parte. (Agravo de Instrumento 01772166520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18708)

Recuperação Judicial. Hipótese de processo trabalhista em fase de cumprimento de sentença. Decisão, em conflito de competência, que não ordenou a redistribuição deste ao Juízo da Recuperação, definindo-o, apenas, como competente para os atos executivos decorrentes daquela sentença condenatória e exclusivamente em relação à agravante, que não se confunde com seus sócios. Devolução confirmada. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01824139820118260000 – Santo André - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23220)

Agravo de Instrumento – Recuperação judicial - Pretensão da União à exigência de apresentação de certidões negativas de débitos fiscais – Impropriedade - Reiteração de decisões colegiadas nesse sentido - Exegese do art. 57 em confronto com o art. 47, ambos da Lei n. 11.101/2005 - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01985973220118260000 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18859)

Agravo de instrumento. Pedido de falência. Competência para conhecer e julgar a causa que é do juízo da Comarca em que se situa a sede da devedora. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 02236588920118260000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21379)

Apelação. Falência. Impontualidade. Instrumentos de protesto que não identificam a pessoa intimada para os atos notariais. Aplicação da Súmula 361/STJ. Improcedência. Sentença mantida. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 033920542200999826010O - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21929)

Falência. Impontualidade. Duplicatas de prestação de serviços de transportes. Títulos não aceitos, protestados por falta de pagamento. Prova documental da prestação e recebimento dos serviços. Identificação das pessoas que assinaram os canhotos das notas fiscais. Desnecessidade de produção de prova oral ou pericial. Cerceamento de defesa repelido. Audiência de conciliação não prevista no procedimento falimentar. Intimação dos protestos realizada com identificação das pessoas intimadas para o ato notarial, que não precisa ser o presentante legal da empresa. Protesto cambial implica desnecessidade de protesto especial para fins falimentares. Desnecessidade da prova formal da remessa das duplicatas para o aceite. Juros de mora contam-se a partir do vencimento das duplicatas. Súmulas 248 e 361 do STJ observadas. Súmulas 41, 42, 43, 46 e 52 do TJSP. Apelo não provido. Condenação da apelante como litigante de má-fé por interpor recurso com intuito manifestamente protelatório. (Apelação Cível 00009233520108260597 – Sertãozinho - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22271)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Penhoras realizadas em execuções em curso perante outros juízos. Pedido de levantamento. Instrução deficiente do recurso. Ausência de peças essenciais para o exame da controvérsia (art. 525 do CPC). Levantamento das constrições que, ademais, não pode ser determinado pelo juízo da recuperação. Ausência de universalidade. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02966357920118260000 – Atibaia - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22253)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Ausência de provas quanto à existência ou valor do crédito. Impugnação rejeitada. Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 02973156420118260000 – Presidente Venceslau - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22267)

Agravo de instrumento. Habilitação de crédito trabalhista. Crédito fixado de acordo com o valor reconhecido pela Justiça do Trabalho. Plano de recuperação aprovado pelos credores que estabelece outros valores, com acréscimo de 20%. Novação (art. 59 da LRF). Erro material. Correção. Agravo a que se dá provimento, a fim de fazer prevalecer o valor estabelecido no plano de recuperação aprovado e homologado. (Agravo de Instrumento 03036587620118260000 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22345)

Apelação. Ação declaratória de existência de sociedade de fato cumulada com pedido de dissolução parcial da sociedade e apuração de haveres. Sentença de improcedência. Nulidades inexistentes. Contradita de testemunhas corretamente rejeitadas. Princípio da instrumentalidade ou do prejuízo impede a anulação do processo pela não concessão de oportunidade para os debates orais finais ou apresentação de memoriais. Inteligência do art. 454, § 3º, do CPC. “Pás nullitè sans grief”. A falta de debates ou memoriais não acarreta a nulidade do processo. Limitação de oitiva testemunhas que não acarreta prejuízo para as

partes. Art. 407, parágrafo único, CPC. Prova documental e oral evidenciadora da inexistência de sociedade em comum ou de fato entre as partes. Improcedência mantida. Apelo improvido. (Apelação Cível 03010342520098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 24/01/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22268)

Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Incidente de destituição de administradores - Indeferimento - Manutenção. A quebra da affectio societatis não impede a sócia de requerer a destituição dos administradores daquela - Não há, por ora, evidência de que os administradores da devedora estejam praticando conduta de "descapitalizar injustificadamente a empresa ou realizar operações prejudiciais ao seu funcionamento regular" (art. 64, caput, IV, alínea "c", da LFR). Agravo conhecido e desprovido. (Agravo de Instrumento 00414772320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado – 20/09/2011 - Maioria de Votos - Voto nº 16021)

Ação cautelar de exibição de documentos. Acionista minoritário que pretende a exibição, pela companhia aberta, de todos os estudos e análises econômico-financeiras produzidos para respaldar a decisão de rejeitar a oferta de aquisição do controle por terceiro, em especial o documento que materializa a fairness opinion emitida por Banco de Investimento ou entidade especializada contratada. Petição inicial indeferida por não possuir interesse de agir, eis que o autor, acionista minoritário, não tem o direito de acessar documentos particulares de terceiros, ainda que acionistas controladores. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. Apelação não provida. (Apelação Cível 01447551020118260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero – 06/12/2011 - Maioria de Votos - Voto nº 16848)

Agravo de instrumento Medida cautelar - Insurgência contra decisão que recebeu a apelação da agravante apenas no efeito devolutivo - Medida que se volta contra texto expresso de lei - Art. 520, IV do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02895651120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11607)

Ação de obrigação de não fazer. Embargante que é agente fiduciário da 3ª Emissão de Contratos de Investimento Coletivo e pretende que o embargado, que é o acionista controlador e diretor presidente da empresa emitente, diante da inabilitação do réu pela CVM para exercer o cargo de administrador, se abstenha de praticar qualquer ato de administração da companhia Arroba's S/A Fazendas Integradas de Engorda. Inicial indeferida. Ausência de interesse de agir do embargante. Obscuridade apontada pelo embargante que repisa a tese defendida na inicial extinta. Não há qualquer ponto obscuro no v. acórdão, que explanou, com clareza, a carência de ação do autor. Infringência ao julgado. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00215858820108260348 – Mauá - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18222)

Ação ordinária com pedido de abstenção de uso de marca cumulada com perdas e danos. Procedência parcial. Rediscussão de questões já decididas. Infringência ao julgado. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 01941883820108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18201)

Agravo de Instrumento - Alegação de impedimento ao trabalho por parte do sócio majoritário - Alegações repelidas pelo agravado - Inexistência de provas - Decisão que indeferiu pedido de tutela antecipada para que fosse determinada a retomada dos pagamentos de pró-labore ao agravante e a reinclusão no plano médico de saúde - A percepção de pró-labore é devida apenas para o sócio que se encontra no efetivo exercício de função na empresa - O fato de o agravante não estar mais exercendo suas atividades na sociedade torna o pedido incompatível com o pagamento de pró-labore - Plano de saúde - Reinclusão do agravante e seus

dependentes - Impossibilidade - Inexiste previsão no Contrato Social, caracterizando sua concessão mera liberalidade - Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 02288076620118260000 – Cruzeiro - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19095)

Agravo de Instrumento - Insurgência contra decisão interlocutória que recebeu embargos à execução sem efeito suspensivo - Efeito suspensivo que requer a presença dos três requisitos do art. 739-A, § 1º do CPC - Decisão que o indefere - Ausência de concreta demonstração da possibilidade de grave dano de difícil ou incerta reparação - Mera alegação de que o exequente pleiteia quantia indevida - Oferta de bens móveis à penhora que ainda não formalizados - Agravo de Instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02319359420118260000 – Americana - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19176)

Possessória - Reintegração de posse – Estabelecimento empresarial - Compra e venda do complexo de bens e de cotas sociais - Ciência expressa da compradora-embargante de que alienante não registrara a alteração contratual anterior na JUCESP - Superveniente ajuizamento de ação de reintegração de posse pelo primevo alienante com fundamento no inadimplemento contratual pelo comprador/alienante – Liminar de reintegração de posse concedida ao primevo alienante - Tutela antecipada denegada nos embargos de terceiros - Legitimidade - Assunção do risco do negócio empresarial - Direitos não adquiridos pelo primevo comprador e, portanto, não transmitidos à embargante - Tutela de urgência indeferida - Agravo de instrumento improvido. Dispositivo: recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02209489620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19052)

Embargos de declaração. Omissão, contradição e obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02457774420118260000 – Guarujá - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 14/02/2012 - Votação Unânime – 22673)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Ação versando sobre obrigação de não fazer e pedido de indenização. Suplemento nutricional. Tutela antecipada deferida a fim de determinar que as rés se abstenham de comercializar produto sob pena de multa diária. Não cabimento. Elementos que, à luz de cognição sumária, levam à conclusão pela inexistência de concorrência desleal. Ausência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Decisão reformada. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 02631136120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21795)

Apelações. Direito empresarial. Ação declaratória cumulada com pedido de obrigação de não fazer e indenização por danos materiais. Descumprimento por parte dos réus do dever de não concorrência previsto no contrato. Autora, por sua vez, que viola os limites territoriais da unidade franqueada dos réus, permitindo o estabelecimento, naquele perímetro, de outra unidade. Multa contratual devida apenas pelos réus. Violações bilaterais do contrato, contando, cada ato, com sua própria gravidade. Arbitramento do valor da multa, considerada excessiva à luz da parcela do contrato que já havia sido cumprida e do valor da obrigação principal (arts. 412 e 413 do CC). Cláusula de não concorrência. Legalidade, no caso. Precedente desta Câmara Especializada. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo da autora e apelo dos réus a que se nega provimento. (Apelação Cível 00280098420088260068 – Barueri - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22282)

Apelação. Ação de cobrança. Regresso. Prescrição. Inocorrência. Notificação extrajudicial enviada pelos autores que interrompeu a fluência do prazo prescricional (art. 202, V, do CC). Denunciação da lide. Desnecessidade (art. 70, III, do CPC). Autores que incorreram em despesas para a quitação de verbas trabalhistas devidas a ex-funcionários do posto de combustíveis alienado pelos réus. Despesas que abrangem também o período em que os autores já estavam na administração do estabelecimento. Dever de reembolso configurado. Apuração do "quantum" em fase de liquidação. Sentença mantida. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00075414620118260084 – Campinas - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21999)

Recurso - Apelação - Dissolução de sociedade empresarial - Pedido de indenização a título de pro labore julgado improcedente com fundamento na confissão da autora quanto ao exercício exclusivo da gerência pelo outro sócio – Confissão reiterada em razões recursais - Aplicação do art. 514, II, do CPC - Apelação não conhecida neste tocante. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada – Dissolução - Pedido de indenização pelos lucros não pagos – Improcedência - Falta de prova de resultado positivo - Prova documental da inatividade e prejuízo da sociedade - Indenizatória improcedente - Apelação improvida. Dispositivo: recurso conhecido em parte e improvido na parte conhecida. (Apelação Cível 00355233720108260224 – Guarulhos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19921)

Exibição de documento - Medida cautelar – Autores (agravados) que pretendem a disponibilização dos documentos arrolados no artigo 133 da Lei 6.404/76, antes da realização da assembléia geral da sociedade empresária recorrente – Decisão que concedeu parcialmente a liminar, quanto ao exercício de 2010, para suspender a assembléia geral, e determinar que a empresa agravante apresente os documentos no prazo de 15 dias, sob pena de multa diária de R$ 10.000,00 - Alegação de que os documentos sempre foram franqueados aos ora suplicados, e que indevida a aplicação da multa cominatória no caso concreto - Cabimento parcial - Ressalta-se que o escopo da medida cautelar não se limita à suspensão de assembléia geral ordinária, pelo contrário, o que os recorridos buscam é justamente a exibição dos documentos mencionados no dispositivo indicado, tanto que, se lhes fosse possibilitado o acesso, não haveria motivo para a suspensão da assembléia - Posto isto, reconhece-se, de maneira inconteste, que incumbe à empresa agravante a apresentação do rol de documentos previstos no art. 133 da Lei n. 6.404/1976 - Todavia, nos procedimentos de exibição de documentos, em caso de descumprimento de comando judicial, não é aplicável a multa cominatória - Súmula 372 do STJ - Multa afastada - Agravo de instrumento parcialmente provido, com observação. Dispositivo: Dá-se parcial provimento, com observação. (Agravo de Instrumento 01702360520118260000 – Pirajuí - Câmara Reservada de Direito Empresarial Relator Ricardo Negrão - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18642)

Valor da causa - Ação ordinária - Decisão judicial que determinou o apensamento à medida cautelar, e por entender que o benefício patrimonial buscado equivale a 15,43% do valor indicado (R$ 5.500.000,00), retificou o valor atribuído à causa para R$ 848.650,00, e determinou a complementação das custas - Alegação de que deve ser mantido o valor de alçada que atribuiu à causa, por tratar-se de mera ação declaratória, e subsidiariamente, pugna que seja atribuído o montante equivalente a 15,43% do valor do contrato que se buscar anular - Cabimento parcial - O objeto da ação é a anulação da promessa de compra e venda do imóvel que integraliza o capital social da empresa co-agravada, portanto, em princípio, a situação exigiria aplicação do artigo 259, V, do Código de Processo Civil - Todavia, uma vez que nunca pretendeu fazer parte na relação jurídica discutida, o valor à causa deve ser medido pelo interesse da recorrente na anulação do negócio - Hipótese na qual o benefício econômico perseguido equivale a 13,89% do contrato que se pretende anular, ou seja, R$ 250.020,00 Agravo de instrumento parcialmente provido, com observação. (Agravo de Instrumento

01852356020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20096)

Tutela antecipada - Medida cautelar - Decisão que não concedeu a antecipação de tutela requerida - Sustenta que diante dos fatos ocorridos, estão presentes os requisitos da liminar requerida, para que lhe seja permitido praticar os atos de administração isoladamente, viabilizando a continuidade empresarial – Descabimento - Hipótese na qual, em cognição inicial e apenas com os documentos juntados, conforme bem mencionou a nobre Magistrada singular, não se comprovou o descaso dos suplicados quanto à administração da referida empresa, não havendo, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações - Ademais, em relação ao documento da venda indevida pelos agravados de suas cotas para terceiro, boa parte da cópia juntada a este instrumento está ilegível, e o próprio recorrente utiliza a expressão "supostamente" para caracterizar a venda em questão, ou seja, não há segurança de que o documento em questão seja válido - Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02027389420118260000 – São José dos Campos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18892)

Dissolução Societária - Sócia excluída da administração por contrato social cuja falsificação foi declarada judicialmente plausível - Fundamento para concessão de liminar determinando depósito mensal de R$ 8.051,40, correspondente a 40% do faturamento líquido a que a autora faria jus - Controvérsia apenas quanto ao valor do depósito - Alegação de déficit financeiro da sociedade litigiosa - Improcedência - Falta de documentos convincentes nesse sentido - Imprescindibilidade da juntada de escrituração contábil, omitida maliciosamente pelo agravante, que sequer participa da sociedade, mas atuaria como seu gestor de fato - Presunção de verossimilhança do valor indicado na exordial, que estaria demonstrado por documentos juntados pela autora, mas omitidos ao órgão colegiado - Confusão patrimonial e administrativa que apenas corroboram necessidade de depósito mensal ordenado - Liminar mantida - Agravo de instrumento improvido. Dispositivo: recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02128615420118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19003)

Propriedade Industrial – Marca - Ramo do vestuário - Uso da expressão "PUCCI" por ambas as litigantes – Atuação da demandante no fabrico de solados e saltos de borracha, ao passo que a ré agravante atua na alta costura internacional, fixando endereço em local freqüentado pela classe alta da sociedade - Inexistência de confusão do público e de concorrência desleal - Público alvo diferente - Hipótese, ademais, em que efeitos dos registros marcários encontram-se suspensão por força de liminar concedida em ação declaratória de caducidade dos registros, ajuizada pela ora agravante - Fumus boni iuris ausente - Liminar de busca e apreensão revogada - Agravo de instrumento provido para esse fim. Dispositivo: recurso provido. (Agravo de Instrumento 02141640620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18947)

Recurso - Agravo de Instrumento - Alegações de preclusão e de ausência de comprovação de interposição de recurso (Art. 526) - Matéria não preclusa, pois a gratuidade processual é cognoscível em qualquer fase do processo (art. 6º da Lei n. 1.060/50) - Ausência de demonstração das alegações por meios idôneos (Art. 526, § 1º do CPC) - Ademais, não houve prejuízo, pois o contraditório foi exercido - Preliminares rejeitadas. Assistência Judiciária - Justiça gratuita – Requisitos - Pedido formulado na inicial e em documento apartado - Admissibilidade - Documento que cumpre as exigências do artigo 4º da Lei n. 1.060/50 - Negativa do magistrado que deve ater-se apenas às hipóteses de ausência de declaração ou evidente burla aos ditames da citada lei - Benefícios concedidos - Agravo de instrumento provido. Dispositivo: Dá-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02277525920118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19089)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão reconhecida quanto à condenação nas verbas sucumbenciais, alterada em função do provimento da apelação - Complementação do dispositivo do julgado efetuada - Embargos acolhidos. (Embargos de Declaração 00254042820098260361 – Mogi das Cruzes - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 14/02/2012 - Votação Unânime Voto nº 11654)

Ação que busca seja declarada a possibilidade de realização de evento publicitário com uso da expressão "Passa Régua" como título designativo. Procedência mantida. Omissões e contradição apontadas inexistentes. Infringência ao julgado. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 01290815520078260002 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18224)

Recurso - Embargos de declaração - Ação de prestação de contas - Reconhecimento, de ofício, da carência da ação - Extinção do processo sem reconhecimento do mérito - Complementação do julgado - Uniformização de jurisprudência - Iniciativa do incidente pela própria parte - Possibilidade - Ausência de demonstração concreta do dissídio jurisprudencial - Desatendimento do disposto no artigo 476 e parágrafo único do Código de Processo Civil - Rejeição do pedido de suscitação do incidente – Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos acolhidos sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 00164192020098260604 – Sumaré - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11650)

Prestação de contas. Sociedade em conta de participação. Impugnação à justiça gratuita. Apelação. Recolhimento a menor do preparo (porte de remessa e retorno dos autos). Deserção afastada. Omissões apontadas inexistentes. Infringência ao julgado. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 02022028320118260000 – Sorocaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18223)

Direito Empresarial. Ação de reparação de danos. Tutela antecipada negada. Ausência de prova inequívoca da qual decorra a verossimilhança das alegações. Legitimidade duvidosa para requerer a dissolução da sociedade da qual não mais faz parte. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02171096320118260000 – Ribeirão Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17874)

Ação de dissolução parcial de sociedade empresária cumulada com apuração de haveres e respectiva cobrança. Procedência na origem. Apelação dos autores. Inexistência de cerceamento de defesa, eis que os autores concordaram com o laudo do perito judicial e até juntaram parecer convergente de assistente técnico. Inadmissível nova perícia ou complementação daquela já feita. Ademais, em nenhum momento, suscitaram a questão de que o balanço levantado pelo perito não é um balanço especial ou de determinação e nem incluiu valores referentes ao fundo de comércio. Sentença mantida. Apelação não provida. (Apelação Cível 00015409320078260081 – Adamantina - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17590)

Direito empresarial. Obrigação de fazer. Antecipação da tutela indeferida. Pretensão do agravante de substituição de três integrantes do Conselho de Administração da CMB, de sua indicação exclusiva. Manobra que teria sido procedida pelo acionista Benedito Müller para evitar a aprovação das indicações pela AGE, com evidente intenção de prejudicar o agravante na Companhia. Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação que tinha por base a

possibilidade de os conselheiros destituídos comparecerem à reunião ordinária do Conselho de Administração agendada para 29/09/2.011. Temor que se concretizou. Isolamento do agravante no grupo. Necessidade de desenvolvimento do contraditório, ante a ausência de prova inequívoca de evidente ameaça de dano. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02589227020118260000 – Pirassununga - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18168)

Direito empresarial. Ação cautelar. Liminar indeferida. Pretensão dos agravantes de afastar a sócia Maria Célia, ora agravada, das funções de administradora da sociedade limitada. Cláusula de compromisso arbitral inserida no contrato social. De início, aceitação da competência em razão da não argüição em contestação. Após manutenção liminar da decisão agravada, pedido de desistência dos agravantes em razão da instauração do procedimento arbitral. Desistência do recurso homologada. (Agravo de Instrumento 02627784220118260000 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17851)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão inexistente - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02627853420118260000 - São Paulo Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11648)

Direito empresarial. Marcas e patentes. Suspeita de contrafação. Agravante que é ré na ação ordinária movida pelas agravadas. Tutela antecipada deferida para expedir mandado de busca e apreensão de grampos elásticos ferroviários marcados com as expressões “PANDROL” e “DEENIK”, bem como pelas numerações “e2039”, “e2009”, “e2009AV” e “e1809”. Desistência do recurso apresentada em sessão de julgamento. Desistência homologada. (Agravo de Instrumento 02656061120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18226)

Ação declaratória de nulidade de alteração contratual. Exclusão de sócio minoritário. Nulidade mantida. Apontamento de omissão, contradição e obscuridade no v. acórdão. Vícios inexistentes. Evidente irresignação perante o julgado. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00142498620068260408 – Ourinhos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18229)

Direito empresarial. Rescisória de contrato de franquia. Indeferimento de processamento em segredo de justiça, porque não prevista a hipótese no art. 155 do CPC. Rol que não é taxativo. Precedente do E. STJ. Informações sigilosas das atividades empresariais de ambas as partes presentes nos autos que justificam a tarja. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 02675799820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero – 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18217)

Ação de anulação e substituição de títulos ao portador. Demanda dirigida contra Telecomunicações de São Paulo S/A - TELESP e Vivo Participações S/A. Procedência na origem. Recurso da segunda co-ré, perseguindo o reconhecimento de sua ilegitimidade passiva e impossibilidade de ser condenada ao pagamento de verbas sucumbenciais. Primeira co-ré que noticiou o cumprimento integral da decisão. Falta de interesse em recorrer acerca da ilegitimidade passiva e ônus sucumbenciais, eis que da apelante nada está sendo objeto de cumprimento de sentença e nem foi ela condenada ao pagamento das verbas sucumbenciais. Apelação não conhecida. (Apelação Cível 00421347620098260309 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17760)

Ação de indenização por danos morais. Demanda intentada por sócio fundador de Corretora de Valores contra o réu, diretor de auto-regulação da BM&FBovespa – Supervisão de Mercados (BSM), que teria instaurado procedimento administrativo sumário contra o autor e, na decisão, teria ofendido a sua honra. Improcedência na origem. Sentença que não se ressente de fundamentação deficiente. Cerceamento de defesa inexistente, assim como o dano moral. Sentença com mais de um fundamento e com um deles inatacado e suficiente para a manutenção do decreto de improcedência. Apelação não provida. (Apelação Cível 01474505520118260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17789)

Competência - Exceção de incompetência - Argüição em sede de preliminar de contestação – Impossibilidade - Prejuízo à parte verificado - Erro grosseiro - Incidente processual que segue rito específico e ocasiona a suspensão do processo até que seja definitivamente julgada - Inteligência dos artigos 112, 265, III, 304 a 306 do Código de Processo Civil. Intervenção de terceiros - Denunciação da lide – Descabimento - Ação declaratória de nulidade de alteração contratual - Ausência de obrigatoriedade do denunciado, por força de lei ou de contrato, de garantir o resultado da demanda caso o denunciante resulte vencido - Impossibilidade de introdução nos autos de nova demanda, na qual o reconhecimento do alegado direito de regresso requeira análise de fundamento novo não constante da lide originária. Prova - Documento - Contestação de assinatura - Falta de comprovação de sua autenticidade pela parte que produziu o documento - Ônus do qual não se desincumbiu os apelantes, a teor do artigo 389, II do Código de Processo Civil – Nulidade da alteração contratual reconhecida. Sentença procedente - Apelação desprovida.(Apelação Cível 00060783920108260773 – Avaré - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11498)

Tutela antecipada - Ação inibitória a suposta violação de direitos de propriedade industrial - Pedido de abstenção de uso de conjunto-imagem (trade dress) registrado como desenho industrial no INPI - Indeferimento - Ausência de verossimilhança da alegada prática de concorrência desleal, bem como do risco de dano irreparável ou de difícil reparação (artigo 273, caput e § 1º, do Código de Processo Civil) – Insuficiência das provas documentais apresentadas para a concessão da medida de urgência - Necessidade da realização de prova pericial para aferição da identidade entre as características dos produtos das partes - Observância, ademais, da reversibilidade prevista no § 4º do referido dispositivo legal - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02840534720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11642)

Direito Empresarial. Ação de prestação de contas requerida por sócio minoritário de sócio majoritário em várias sociedades empresariais. Deferimento de produção de prova oral. Agravo de instrumento interposto pelo autor. Conhecimento do recurso, porquanto, apesar de não se ter indicado o rol dos documentos que instruíram o recurso, o agravado pode exercer plenamente o direito de defesa, juntando ele inúmeros documentos para esclarecer a controvérsia. No mérito, diante dos fatos complexos e entrelaçados e da suscitação da ilegitimidade ativa do agravante, que é apontado como parte integrante ou atuante em nome de outra empresa, a BS FACTORING, mostra-se recomendável a realização de audiência e a eventual produção de prova oral em 21 de março de 2012, tal como determinado pelo despacho agravado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02877671520118260000 – Itu - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18269)

Direito empresarial. Obrigação de fazer. Gratuidade judiciária indeferida. Agravante que, pretendendo reformar essa decisão, recolhe o preparo do recurso. Conduta teratológica que afasta a presunção relativa de miserabilidade jurídica que decorre da declaração. Montante a ser recolhido, a título de custas, que não perfaz quantia que possa causar absoluto prejuízo à

sobrevivência do agravante e de sua família. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02916749520118260000 – Pirassununga - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18204)

Patente. Ação de contrafação cumulada com cessação de produção com a indevida utilização de processo de fabricação patenteado. Inexistência de omissão no tocante à litigância de má-fé, que, ademais, não se caracterizou. Ademais, impossibilidade de rediscutir a fixação de honorários advocatícios sucumbenciais, diante da inexistência de qualquer vício elencado no art. 535 do CPC. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 01017681320078260005 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero – 07/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18070) (**Segredo de Justiça)**

Direito empresarial. Ação cautelar de arresto. Liminar deferida sob o poder geral de cautela do juiz, com ordem aos réus e à instituição financeira de não compensação de cheque administrativo eventualmente apresentado por estes últimos, ora agravantes. Cheque no valor de R$ 13 milhões de reais, que, juntamente com o valor de R$ 5.792.193,46, teria sido dado em pagamento de cessão onerosa a transferência de direitos e quotas de sociedade de responsabilidade limitada, cujo objeto consistia na aquisição de 50% das quotas sociais da sociedade COPAG TERMINAIS E ARMAZÉNS GERAIS LTDA., pelo preço de R$ 18.321.312,00. Agravado que teria distribuído a ação cautelar em razão de suposto engodo envolvendo as empresas COPAG e AGEO, cujo negócio não era de seu conhecimento. Prova inequívoca de que o agravado tinha conhecimento do negócio envolvendo ambas as empresas. Autor e agravado que pretende o arresto de R$ 6.388.474,48. Ausência de justificativa para obstar a compensação de cheque administrativo de valor muito superior. Liminar concedida para liberação do cheque. Como o agravado possui, em relação aos agravantes, mera expectativa de direito, porquanto seu direito decorrerá de eventual vitória na ação principal, não se justifica a privação, aos agravantes, da quantia bloqueada, sem garantias de ressarcimento futuro. Necessidade de prestação de caução pelo agravado. Liminar deferida pelo juiz monocrático mantida sob caução, com liberação da compensação do cheque aos agravantes e depósito da quantia reclamada pelo agravado em juízo. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 02890446620118260000 – Campinas - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Romeu Ricupero - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18227) (**Segredo de Justiça)**

Recuperação judicial. Impugnação. Conflito com pacífica jurisprudência do E. STJ acerca da ilegalidade da cumulação de comissão de permanência com outros encargos moratórios. Irresignação do embargante. Infringência ao julgado. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 04981500520108260000 – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Capivari – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18279)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito como privilegiado trabalhista. Recuperanda que insiste em equívoco, eis que a decisão teria inobservado o Plano de Recuperação Judicial, em especial a cláusula 17.1, segundo a qual se, em decorrência de decisões judiciais, transitadas em julgado, novos créditos venham a ser adicionados à Lista de Credores do Administrador Judicial ou houver alteração nos créditos já existentes, incluindo trabalhistas, com garantia real e quirografários, tais créditos sujeitar-se-ão à condição de créditos subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n° 990.10.179056-4. Não obstante, crédito líquido da agravada incluído e que está atualizado até 31/12/2009. Necessidade de retroação desse crédito à data do pedido de recuperação judicial, isto é, 02/10/2008. Agravo de instrumento provido parcialmente. (Agravo de Instrumento 01876735920118260000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 – Votação Unânime – Voto nº 18216)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Impugnação retardatária – Pretensão da impugnante, ora agravante, de que os créditos acessórios de Contrato de Adiantamento de Câmbio (ACC) sejam incluídos na Recuperação Judicial - Manifestação da Douta Procuradoria Geral de Justiça no sentido da possibilidade da impugnação, de forma retardatária - Por outro lado, a r. sentença que rejeitou a impugnação acabou por analisar o mérito da questão - No mérito, opina a Douta Procuradoria de Justiça pelo provimento do recurso para que possam ser incluídos os valores acessórios do Contrato de Adiantamento de Câmbio (ACC) no processo de Recuperação Judicial – Apesar do valor principal estar excluído dos efeitos da recuperação (art. 49, § 4o, c.c. art. 86, II, da Lei 11.101/05), os juros e a taxa de deságio (os acessórios) são créditos extraconcursais, portanto, devem ser incluídos no processo de Recuperação Judicial - Hipótese em que deve ter-se como pressuposto a necessária interpretação da norma legal de modo mais favorável à recuperanda - Recurso provido para tal fim. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 01932216520118260000 – Itapetininga - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12545)

Agravo de instrumento. Desconsideração da personalidade jurídica. Não acolhimento. Não demonstração de quaisquer hipóteses previstas no art. 50 do CC. Não localização de bens do devedor que não é motivo suficiente para a desconsideração da personalidade. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01861241420118260000 – Campinas - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12579)

Apelação - Falência - Pedido de restituição - Parecer contábil não contestado - Preclusão temporal - Impossibilidade de modificar, em sede recursal, o valor requerido na inicial (art. 264, do Código de Processo Civil) - Não há ofensa à coisa julgada, visto que a r. sentença concedeu o pedido de restituição no montante calculado no parecer contábil, em cujo valor já foi aplicado correção monetária e juros moratórios de 1% ao mês. Litigância de má-fé - Não caracterização - Não restou demonstrada a alteração da verdade ou deslealdade processual - Alegação da parte recorrida afastada. Recurso não provido. (Apelação Cível 00385700320108260100 0 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12385)

Agravo de instrumento - Peça obrigatória - Ausência de cópia da procuração da parte agravada - Inobservância do comando legal contido no inciso I, do art. 525 do CPC - Impossibilidade de conhecimento do recurso - Se a agravante pretende a reforma da decisão que diz ter lhe trazido gravame, deve cumprir seu ónus processual de bem formar o instrumento. A não juntada da peça apontada como obrigatória pelo legislador processual civil impede que o agravo ultrapasse o juízo de admissibilidade e, por consequência, prejudica sua cognição. Peça facultativa necessária. Ausência. Falta de peça útil, essencial e necessária à compreensão da controvérsia. A ausência de juntada de peça facultativa útil à apreciação da matéria sustentada no agravo de instrumento importa na negativa de seguimento. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01324234120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12547)

Mandado de segurança - Pedido de desistência - Homologação – Ordem denegada - Impetrante noticia a revogação do ato impugnado, postulando a desistência do "mandamus" - Desistência homologada, extinguindo o feito sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil - Ordem denegada. (Mandado de Segurança 00991411220118260000 - São Paulo - Grupo Reservado da Câmara Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken – 13/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11648)

Falência. Ação extinta por perda superveniente de interesse processual, ou seja, descaracterização da insolvência só porque a credora compareceu, embora sem qualquer

interesse, na audiência de tentativa de conciliação. Partes que chegaram a um acordo e credora que desistiu do recurso. Homologação da desistência. (Apelação Cível 00004878120108260272 – Itapira - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero – 22/11/2011 - Votação Unânime - Voto nº 16650)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Impugnação ao crédito - Verbas devidas ao INSS e à Receita Federal que não estão sujeitas aos efeitos da recuperação judicial - Créditos que não possuem caráter trabalhista - Inviabilidade de habilitação - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01040275420118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12540)

Agravo de instrumento - Medida cautelar Inominada - Competência em grau de recurso - Feito acessório à recuperação judicial - Competência das Colendas Câmaras Especializadas - Resolução n° 558/11 - Precedente do Colendo Órgão Especial - Preliminar rejeitada. Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Corte do fornecimento de energia - Multa - Em se tratando de débito sujeito à recuperação judicial, não há de se falar em corte do fornecimento de energia elétrica - Súmula 57 do E. Tribunal de Justiça - Multa diária razoável e proporcional – R. decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01325420220118260000 – São João da Boa Vista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12559)

Agravo de instrumento - Formação Deficiente - Inobservância do comando legal contido no inciso I, do art. 525 do CPC - Impossibilidade de conhecimento do recurso - Se a agravante pretende a reforma da decisão que diz ter lhe trazido gravame, deve cumprir seu ônus processual de bem formar o instrumento. A não juntada de peça apontada como obrigatória pelo legislador processual civil impede que o agravo ultrapasse o juízo de admissibilidade e, por consequência, prejudica sua cognição. Ausência de cópia da procuração outorgada ao advogado da agravante. Ademais, o substabelecimento juntado não é documento capaz de atestar a legitimação da parte no presente recurso de agravo de instrumento tendo em vista que pela análise do referido substabelecimento não há como verificar a amplitude e a extensão dos poderes que lhe foram outorgados. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01973493120118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12355)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Pretensão à declaração de nulidade da assembleia geral de credores - impossibilidade - Agravante que não se valeu dos meios necessários, no momento próprio, para pleitear a nulidade da Assembleia Geral de Credores - Conhecimento da questão pelo Tribunal - Impossibilidade - Supressão de um grau de jurisdição - Preliminar acolhida - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02166202620118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12636)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Impugnação – Honorários advocatícios - Cabimento - Honorários advocatícios devidos em favor do advogado da parte vencedora. Arbitramento de forma equitativa na dicção do art. 20, § 4º do CPC. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02293697520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 142627)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Pretensão à habilitação - Impossibilidade - Crédito constituído posteriormente ao ajuizamento da recuperação judicial. Crédito que não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, uma vez não ter sido constituído antes da propositura da ação recuperação judicial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento

02451321920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12630)

Agravo de instrumento – Assistência judiciária - Pedido - Requerimento formulado por pessoa jurídica - Massa falida - Inadmissibilidade em virtude da ausência de comprovação de inexistência de patrimônio a ensejar sua concessão - Recurso não provido, com observação. Custas - Taxa judiciária - Diferimento - Pretensão ao recolhimento das custas ao final do processo - Inadmissibilidade - Hipótese que a agravante não se enquadra nas hipóteses previstas na Lei 11.608/03 - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02287314220118260000 – Campinas - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 – Votação Unânime - Voto nº 12578)

Agravo de instrumento - Habilitação de crédito - Pretensão ao reconhecimento de inexistência de sucessão empresarial e, consequentemente, indeferimento da habilitação - Manutenção - valor pretendido pela recorrida, apurado pela E. justiça do trabalho, onde restou reconhecida a solidariedade da recuperanda, com trânsito em julgado - Recurso não provido. Agravo de instrumento - Habilitação de crédito - Pedido subsidiário - Pretensão à apuração do correto valor a ser habilitado - Deferimento - Aplicação do inc. II, do art. 9º da Lei de Falências - Real valor a ser habilitado pela recorrida, com a atualização de seu crédito até a data do pedido de recuperação judicial, bem como desconto de eventuais valores já levantados pela agravada, tudo a ser apurado pelo ilustre juízo de primeiro grau. Recurso provido, com observação. Agravo de instrumento - Pretensão à aplicação de litigância de má-fé pela agravada - Inocorrência - Não preenchimento dos elementos necessários, arrolados nos artigos 16 e seguintes e artigo 557, § 2º, ambos do Código de Processo Civil, para sua caracterização - Pleito afastado. (Agravo de Instrumento 02259270420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12573)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Plano aprovado fora do prazo de 180 dias. Compatibilização do disposto nos arts. 6º, § 4º e 59 da LFR. Precedentes desta Câmara Especializada. Hipótese em que não há novação dos créditos, não se aplicando o disposto no art. 59 da LFR. Agravo provido, a fim de reconhecer o direito da recorrente de prosseguir com as execuções individuais. (Agravo de Instrumento 02566163120118260000 – Suzano - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 – Maioria de Votos - Voto nº 21729)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Habilitação de crédito - Reconsideração da decisão agravada comunicada pelo Juízo - Perda do objeto do recurso caracterizada - Recurso prejudicado - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02270677320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12397)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Reconsideração da decisão agravada comunicada pelo Juízo - Perda do objeto do recurso caracterizada - Recurso prejudicado - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02597064720118260000 – Mogi das Cruzes - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12408)

Apelação - Ação declaratória, constitutiva e condenatória cumuladas - Legitimidade passiva de alguns réus reconhecida. Cédulas de produto rural - Possibilidade de alegação de simulação tendo em vista o Código Civil de 2002, contudo, não é possível sua oposição em face de terceiros de boa-fé. Ademais, registre-se que a apelante estava ciente da operação realizada. Contratos de câmbio - Não há prova de que haja relação entre essa operação e a emissão das Cédulas de Produto Rural. Além disso, não comprovou a apelante que teria sido coagida a adquirir as debêntures das rés. Pedido indenizatório - Não foi demonstrado que os danos

eventualmente sofridos pela apelante tenham resultado da conduta das rés, senão de sua própria atuação. Portanto, não há que se falar em indenização. Recurso não provido. (Apelação Cível 00116941120108260100 - São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11804)

Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Contrato decorrente de arrendamento de Aeronave - Devolução do bem - Irrelevância - Exclusão dos efeitos da recuperação judicial - Precedentes da câmara - Crédito que não está sujeito ao processo recuperatório - Inexistência de inconstitucionalidade – Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01345262120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken – 13/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 12239)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Recuperação judicial foi ajuizada em 15/5/2007, enquanto que o crédito em questão é oriundo de reclamação trabalhista distribuída em 26/6/2007, com acordo em 09/8/2007, inadimplido pela reclamada. O crédito não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial. Enquanto não há sentença condenatória com trânsito em julgado, só existe expectativa de direito. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 05440683220108260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 17750)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Recuperação judicial foi ajuizada em 15/5/2007, enquanto que o crédito em questão é oriundo de ação de reparação de danos distribuída em 18/6/2007. O crédito não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial. Enquanto não há sentença condenatória com trânsito em julgado, só existe expectativa de direito. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 00289703020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 17569)

Falência – Impontualidade - Imprescindibilidade da identificação da pessoa que recebeu a notificação do protesto, sob pena de inviabilizar o pedido de falência - Súmula 361 do STJ - Extinção do processo mantida - Recurso improvido. (Apelação Cível 00426533020048260114 – Campinas - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27789)

Recurso de Apelação - Pedido de restituição fundado no art. 85 da Lei n. 11.101/2005 demonstração pela autora de aquisição, entre 2004 e 2006 de bens arrecadados pela massa falida - Prova fundada em notas fiscais de entrada dos bens, declarações firmadas pelos fornecedores e colheita de prova testemunhal Insistência do Sr. Administrador Judicial quanto ao ônus de prova ser imposto à autora, em especial no que se refere à demonstração de pagamentos realizados - Prova nos autos suficiente à comprovar a propriedade dos bens – Pareceres Ministeriais nesse sentido fundado em prova documental e testemunhal - Sentença mantida - Recurso não provido. Dispositivo: negam provimento ao recurso. (Apelação Cível 00522584220048260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18558)

Agravo de instrumento - Habilitação de crédito em falência - Recorrente que se insurge, por meio de embargos de declaração intempestivos, contra critérios de cálculos fixados em primeira instância - Superveniência de cálculos sem impugnação da habilitante Inclusão do crédito deferida - Recurso interposto visando a nulidade por erro material na fase de saneamento e violação de entendimento jurisprudencial sumulado que não fora objeto de

apreciação em primeira instância - Silêncio quanto ao valor do crédito e da classificação no QGC - Recurso não conhecido. Dispositivo: Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00825463520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19780)

Falência - Crédito da União Federal - Prescrição reconhecida em habilitação de crédito - Pretensão à interpretação de que às multas administrativas previstas na legislação de regência do FGTS aplica-se o prazo prescricional de trinta anos - Inviabilidade - Prazo trintenário fixado no § 5º, do art. 23 da Lei n. 8.036/90 incidente somente às contribuições ao FGTS – É quinquenal o prazo prescricional das multas administrativas, nos termos do que dispõe o Decreto n. 20.910/32 – Sentença mantida. Dispositivo: nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00952118320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19779)

Recurso de apelação - Interposição contra sentença que indefere pedido de habilitação de crédito retardatária – Processo recuperatório sob a égide do diploma falimentar de 2005 - Recurso inadmissível - Inteligência do art. 17, da Lei n. 11.101/2005 - Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade recursal - Erro inescusável - Recurso de apelação não conhecido, com observação. (Apelação Cível 90000010320078260189 – Fernandópolis - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18554)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Decisão que impõe à recuperanda a apresentação de certidão negativa de débitos fiscais sem condicionar expressamente essa exigência à aprovação do plano de recuperação - Ausência de interesse recursal - Recurso não conhecido, com observação. Dispositivo: recurso não conhecido, com observação. (Agravo de Instrumento 01333527420118260000 – Várzea Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18281)

Pedido de falência - Requerida não encontrada no local indicado como sendo o de sua sede - Pedido de citação deferido em nome das pessoas constantes do contrato social – Ato realizado na pessoa de dois ex-sócios que, alguns dias depois do ajuizamento do pedido de falência promoveram alteração do contrato social, em data anterior ao ato citatório – Intervenção do Ministério Público com parecer pela declaração da ilegitimidade passiva das pessoas citadas - Acolhimento que deu origem ao inconformismo recursal - Pretensão à nulidade da intervenção ministerial, vício de representação e reconhecimento da legitimidade – Impropriedade - Reconhecimento da possibilidade de intervenção do Parquet - Exegese do veto ao art. 4º da Lei n. 11.101/2005 e do princípio da celeridade processual - Arguição de vício de representação não submetida ao Juízo de primeiro grau e ausência de todos os elementos necessários à análise - Requerida não citada no endereço indicado no Registro de Empresa - Incerteza quanto ao local de recebimento dos instrumentos de protestos e de tentativa de citação - Ausência de esclarecimentos nos autos - Inaplicabilidade do art.129, VI à compreensão dos fatos - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01579586920118260000 – Lençóis Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18543)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Arrendamento do parque fabril a proponente interessada - Ciência nos autos da recuperação - Tentativa de sócio da recuperanda em reintegrar-se por mão própria, sob a alegação de inadimplemento por parte da arrendatária – Decisão judicial que acolhe pedido reintegratório da arrendatária – Pretensão da agravante à reintegração ou à acesso irrestrito às dependências do parque fabril - Inexistência de comprovação mínima dos fatos alegados pela agravante, sequer submetidos ao Juízo condutor do processo recuperatório - Ato condenável por parte da recuperanda - Verificação de atrasos injustificáveis no procedimento - Chamada dos autos à regular tramitação - Determinação de ciência ao Ministério Público na origem, para os fins indicados pela E. Procuradoria Geral de

Justiça, previstos no § 2º do art. 187 da Lei n. 11.101/2005 – Recurso não provido, com observações. (Agravo de Instrumento 01602121520118260000 – Itapira - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18612)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial decisão que concede a recuperação com fundamento lógico na conduta adotada por um dos credores depois de proferido seu voto pela rejeição do plano - Terceiro credor que entende ter ocorrido violação ao art. 39, § 2 e 58, da Lei n. 11.101/2001 – Impropriedade - Plano aprovado em duas classe e, na classe que o rejeitou obteve, inicialmente, 20% dos votos dos presentes, titulares de 18,67% dos créditos da classe de credores com direito real de garantia - Constatação de existência de cinco credores, dos quais somente um votou favoravelmente ao plano - Dois outros, pertencentes a um mesmo grupo financeiro, detentores de mais de 50% dos créditos da classe, logo em seguida à assembleia, fizerem acordo com a recuperanda em processos de reintegração de posse, não sujeitos ao plano - Constatação de incompatibilidade lógica em manter a posição anteriormente adotada em assembleia - Reconhecimento da legitimidade e do interesse da agravante, embora esteja a decisão recorrida pautada em deliberação sobre conduta de outro credor - Recurso conhecido e não provido. (Agravo de Instrumento 01683982720118260000 – Matão - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18611)

Pedido de falência - Requerida não encontrada no local de sua sede - Pedido de desconsideração da personalidade jurídica - Afirmação de extinção irregular – Descabimento - Hipótese não comprovada - Insuficiência da ausência patrimonial para caracterização de que os atos praticados pela sociedade devedora foram abusivos e visaram prejuízo aos credores - Necessidade de prova de desvio de finalidade social e uso da pessoa jurídica para atos ilícitos - Observação quanto à ausência de identificação do notificado nos instrumentos de protestos - Recurso não provido, com observação. Dispositivo: recurso não provido, com observação. (Agravo de Instrumento 03016797920118260000 – Rio Claro - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19993)

Falência. Elisão, pelo depósito, realizado em concomitância com a oferta de defesa. Ação falimentar que se transforma em ação de cobrança, autorizando o julgador a examinar a realidade e legitimidade do crédito, independente da aptidão para acarretar a quebra. Defesa rejeitada, determinado o levantamento em favor do credor. Embargos infringentes acolhidos para esse fim. (Embargos Infringentes 01581229320098260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – 22/11/2011 - Relator Araldo Telles – Maioria de Votos - Voto nº 22213)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento – Falência - Habilitação de Crédito - Reserva para rateios futuros - Alegada contradição. Inexistência de contradição. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00149893120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17902)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Falência - Habilitação de Crédito - Reserva para rateios futuros - Alegada contradição. Inexistência de contradição. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00149945320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17903)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Falência - Habilitação de Crédito - Reserva para rateios futuros - Alegada contradição. Inexistência de contradição. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00289581620118260000 - São Paulo -

Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17972)

Pedido de Restituição – Falência - Improcedência em primeiro grau Inexistência de prova do crédito - Honorários advocatícios fixados moderadamente. Não tendo sido feita a prova do crédito, não se há de restituir o valor pleiteado à autora nem de mandar inclui-lo no Quadro-Geral de Credores como crédito quirografário - Descabimento de fixação de honorários advocatícios à assistente litisconsorcial, por ter sido sucumbente em parte - Os honorários advocatícios arbitrados a favor da Massa Falida em seis mil reais atende, com moderação, ao critério previsto no art. 20, § 4º, do CPC. Apelações desprovidas. (Apelação Cível 00388274220078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17740)

Embargos de Declaração - Pedido de Falência - Indeferimento da petição inicial - Manutenção - Débito de pequeno valor e irregularidade do protesto - Alegação de ter sido o julgamento contraditório e omisso. Inexistência de omissão ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 91591707420088260000 – Praia Grande - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17900)

Embargos de Declaração - Pedido de Falência - Indeferimento da petição inicial - Manutenção – Alegação de erro material. Inexistência de erro material. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00127603720108260161 – Diadema – Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17899)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Impugnação de Crédito tributário - Indeferimento liminar - Manutenção - Alegada omissão inexistente. Apresentados os embargos, opera-se a preclusão consumativa, que impede a sua reapresentação com outras alegações - Inexistência de omissão. Não conhecimento dos segundos embargos de declaração e rejeitados os primeiros. (Embargos de Declaração 05103409720108260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17636)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Habilitação de Crédito Retardatária - Incidência de juros e correção monetária – Alegada contradição. Inexistência de contradição. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 05888789220108260000 – Sertãozinho – Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17901)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Falência - Cancelamento de registro de hipotecas - Encargos - Interesse da falida não demonstrado – Alegada omissão no julgamento. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00211791020118260000 – Mogi Guaçu – Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17634)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Impugnação de crédito – Honorários advocatícios - Classificação - Alegada omissão e contradição - Inexistência. Inexistência de omissão ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00344586320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17635)

Ação declaratória de compensação de valores em contrato de adiantamento de crédito para exportação firmado com o banco falido. O fundo de investimento tem capacidade jurídica

processual e seu patrimônio não se confunde com o da instituição bancária que o administra - A compensação só é possível entre pessoas que sejam, ao mesmo tempo, credora e devedora uma da outra (art. 368 do CC) - Inaplicável o CDC aos negócios efetuados entre o banco e a empresa quando esta busca financiamento para desenvolver suas atividades empresariais. Apelação desprovida. (Apelação Cível 91678889420078260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17585)

Ação Monitória proposta pela Massa Falida - Incompetência da Câmara Reservada à Falência e Recuperação Judicial. A Câmara Especial de Falências não tem competência para julgar ação monitória movida pela Massa Falida contra seu suposto devedor. Apelação não conhecida. (Apelação Cível 91255726620078260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17592)

Pedido de Restituição - Quantia em conta corrente – Não vinculação a pagamento de débito perante o BNDES. Os lançamentos de liquidação de operações BNDES-EXIM, relativos aos dias 25 de outubro de 2004 e 27 de outubro de 2004, dão a entender que tais liquidações ocorriam topicamente, pela utilização de saldo credor existente a favor do correntista. Logo, enquanto não utilizado para pagamento do débito do correntista, o crédito existente na conta era dele e não do BNDES. Apelação desprovida. (Apelação Cível 91719256720078260000 - São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17595)

Pedido de Restituição - Contrato de Comissão – Quantia disponibilizada pela Finame para repasse a terceiro pelo comissário. Demonstrado que a relação jurídica entre as partes caracterizou-se como contrato de comissão (art. 693 do CC), o que implica não ter havido transferência da propriedade do dinheiro do comitente para o comissário, previsão legal existente apenas para o contrato de mútuo (art. 587 do CC), tem direito o comitente à restituição do valor não repassado pelo comissário ao beneficiário do financiamento. Apelação provida; prejudicado o recurso adesivo. (Apelação Cível 90701925820078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Votação Unânime 17599)

Indenização por danos morais - Improcedência em primeiro grau - Prescrição afastada. Se não é caso de prescrição, tratando-se, em tese, de exercício irregular de direito por parte da credora, não se vê como possa ser pronunciada a responsabilidade das rés pelo ressarcimento dos danos morais afirmados pela autora sem decreto de nulidade do contrato de financiamento e dos cheques a cuja emissão teria dado causa. Logo, o pedido de ressarcimento dos danos morais pressupõe, logicamente, pedido de nulidade do contrato e dos cheques emitidos. Apelação provida, com observação. (Apelação Cível 91710543720078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 – Votação Unânime - Voto nº 170600)

Ação Declaratória de Nulidade de Cédula de Produto Rural Financeira - Procedência em primeiro grau – Título simulado - Nulidade - Reciprocidade da sucumbência reconhecida. Se não houve razão para que a autora fosse devedora da quantia constante da Cédula de Produto Rural Financeira e se o negócio não passou de simulação que nenhum prejuízo trouxe ao banco, correta a r. sentença ao decretar sua invalidade - Tendo-se em conta que a autora não foi inocente na participação de ato simulado para favorecer os interesses do banco falido, os encargos da sucumbência devem ser repartidos. Apelação do falido desprovida. Provimento da apelação da Massa Falida. (Apelação Cível 91919587820078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17648)

Cautelar Inominada - Suspensão dos efeitos de Contrato de Adiantamento de Contrato de Câmbio - Falta de requisitos. Inexistência de fumus boni juris e periculum in mora. Apelação desprovida. (Apelação Cível 91218988020078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado – 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17676)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento – Falência - Homologação de acordo com devedoras - Manutenção - Alegada omissão no julgamento. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00032627520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17898)

Direito empresarial - Exclusão de associado inadimplente desde 1991 da BM&F - Legalidade diante de previsão estatutária vigente à época dos fatos, com o cumprimento das formalidades impostas - Preliminares afastadas, sendo descabido o pedido de anulação da Assembleia Geral realizada em 20.09.07, ocasião em que o autor sequer fazia parte da associação - Lesão patrimonial inexistente, tendo em vista que o critério de fixação dos valores dos títulos patrimoniais foi adotado em 1991, com a aquiescência do autor - Ato que caracteriza o chamado "venire contra factum proprium" - Dívida existente no momento da exclusão no valor de R$ 48.708,55, muito superior ao valor do título de sócio efetivo do autor, fixado em R$ 10.000,00 - Sentença mantida - Não provimento. (Apelação Cível 01625699020108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23075)

Empresarial - Destituição de CEO (Chief Executive Officer) de sociedade composta por advogados e empresa investidora - Medida cautelar promovida pela empresa que é sócia minoritária visando à reintegração do executivo ao cargo - Liminar deferida - Petição dos próprios recorrentes noticiando a instauração de Tribunal Arbitral, pedindo a declaração de perda do objeto - Recurso prejudicado, cassada a liminar. (Agravo de Instrumento 02776280420118260000 - São Paulo Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22989)

Marca Carmen Steffens registrada em diversos segmentos de materiais de couro e acessórios - Exclusividade que se impõe, em tese, contra sujeitos que ostentam o patronímico Steffens ou descendentes da pessoa Carmen Steffens, como o recorrente, que neto de Carmen, pretende instalar-se no comércio paralelo com a marca Gabriel Steffens (art, 129, da Lei 9279/96) – Não provimento. (Agravo de Instrumento 02707843820118260000 – Franca - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22887)

Agravo. Recuperação Judicial. Plano aprovado pela assembleia-geral de credores. Plano que prevê o pagamento do passivo em 18 anos, calculando-se os pagamentos em percentuais (2,3%, 2,5% e 3%) incidentes sobre a receita líquida da empresa, iniciando-se os pagamentos a partir do 3º ano contado da aprovação. Previsão de pagamento por cabeça até o 6º ano, acarretando pagamento antecipado dos menores credores, instituindo conflitos de interesses entre os credores da mesma classe. Pagamentos sem incidência de juros. Previsão de remissão ou anistia dos saldos devedores caso, após os pagamentos do 18º ano, não haja recebimento integral. Proposta que viola os princípios gerais do direito, os princípios constitucionais da isonomia, da legalidade, da propriedade, da proporcionalidade e da razoabilidade, em especial o princípio da "pars conditio creditorum" e normas de ordem pública. Previsão que permite a manipulação do resultado das deliberações assembleares. Falta de discriminação dos valores de cada parcela a ser paga que impede a aferição do cumprimento do plano e sua execução específica, haja vista a falta de liquidez e certeza do "quantum" a ser pago. Ilegalidade da cláusula que estabelece o pagamento dos credores quirografários e com garantia real após o decurso do prazo bienal da supervisão judicial (art. 61, 'caput', da Lei nº 11.101/2005). Invalidade (nulidade) da deliberação da assembleia-geral de credores declarada

de ofício, com determinação de apresentação de outro plano, no prazo de 30 dias, a ser elaborado em consonância com a Constituição Federal e Lei nº 11.101/2005, a ser submetido à assembleia-geral de credores em 60 dias, sob pena de decreto de falência. (Agravo de Instrumento 01363622920118260000 – Suzano – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22514)

Agravo. Falência. Impugnação (habilitação de crédito). Honorários advocatícios sucumbenciais. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. Os juros devem ser computados até a data do decreto de liquidação extrajudicial do Banco, a teor do art. 18, "d", da Lei nº 6.024/74, e não até a data do decreto de falência da instituição financeira. (Agravo de Instrumento 01604729220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22513)

Embargos de declaração. Contradição. Impugnação de crédito manejada pelo embargante na recuperação judicial da embargada que foi julgada procedente. Fixação de honorários sucumbenciais em favor desta última, que, portanto, não se justifica. Embargos acolhidos com efeito modificativo, para negar provimento ao agravo de instrumento. (Embargos de Declaração 00673640920118260000 – Itapetininga - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21704)

Agravo. Recuperação Judicial. Levantamento da recuperação judicial aprovado por maioria de credores em assembleia-geral. Autorização de retomada da concessão da marca "Massey Fergusson", com transferência de todos os ativos para a concedente, mediante renúncia de seu crédito e pagamento de 30% do passivo habilitado. Autorização judicial deferida, ressalvando-se ao credor (Banco Itaú) discordante o direito de cobrar da devedora original e a todos os credores a pretensão de exigir o saldo de 70% dos coobrigados (avalistas e fiadores). Decisão que não tem o efeito de "encerramento" da recuperação, mas sim de desistência. Legalidade da ressalva do direito do credor discordante, bem como da possibilidade da cobrança do saldo dos créditos dos coobrigados. Intangibilidade dos direitos dos credores trabalhistas que, na justiça especial, eventualmente, buscarão a tutela de seus créditos. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01064603120118260000 – Araçatuba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22738)

Agravo. Falência da VASP. Arrematação de imóvel situado em São Luiz, Maranhão, em leilão realizado em São Paulo. Desistência. Imposição de multa de 20% sobre o valor do lanço vencedor. Alegação de falta de coincidência entre a descrição editalícia e o imóvel arrematado, não provada. Nova redação do art. 695 do CPC estabelecida pela Lei nº 11.382/2006 que não mais prevê a multa de 20%, mas sim, perda da caução, sendo, portanto, inadmissível a imposição da multa. Agravo provido para revogar a decisão. (Agravo de Instrumento 01069496820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22725)

Agravo. Interposição por ex-sócios de sociedade falida. Insurgência contra decisão que manteve arrematação de imóveis, excluindo da hasta pública um lote de terreno que não constou do edital, ordenando a devolução do preço correspondente ao arrematante. Pretensão à nulidade integral da arrematação. Falta de interesse recursal. Condição da ação recursal exclusivo dos arrematantes, caso entendam que não lhes interessa a aquisição da área remanescente em razão da exclusão daquela que não foi inserida no edital. Agravo não conhecido. Inteligência do art. 499 do Código de Processo Civil. (Agravo de Instrumento 01073177720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22512)

Agravo. Falência. Habilitação de crédito garantido por hipoteca. Empresa operadora de plano de saúde com decreto de liquidação extrajudicial, precedente à sentença de falência. Inteligência do art. 18, "d", da Lei nº 6.024/74, c.c. o art. 124 e parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005. Atualização monetária e juros moratórios computados até a data em que foi decretada a liquidação extrajudicial. Correção monetária e juros de mora correspondentes ao período posterior à data do decreto de liquidação extrajudicial só poderão ser reclamados após o integral pagamento do passivo, se restarem bens para a massa falida. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 01111500620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22720)

Falência. Execução frustrada. Pedido de suspensão do processo para tentativa de localização da devedora. Falência decretada. Alegação da devedora de caracterização de moratória em face da suspensão do processo. Sentença de falência. Manutenção. A suspensão do processo, requerida pelo credor, não impede o decreto de quebra com fulcro em execução frustrada, visto que não se trata de impontualidade, mas sim, de presunção de insolvência. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 02019273720118260000 – Marília - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - 28/02/2012 - Relator Pereira Calças - Votação Unânime - Voto nº 22726)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00053626520058260306 – José Bonifácio - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - 28/02/2012 – Relator Elliot Akel - Votação Unânime - Voto nº 28527)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 05733493320108260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - 28/02/2012 - Votação Unânime – 28588)

Competência - Habilitação de crédito em insolvência civil - Matéria regida pelo Código de Processo Civil (artigos 748 e seguintes) e que não se enquadra na competência específica da Câmara Reservada - Art. 1º da resolução 207/2005 do Tribunal de Justiça - Competência preferencial das dez primeiras Câmaras de Direito Privado - Provimento 63/2004 e Resolução 194/2004 - Recurso não conhecido, determinada à remessa do feito à redistribuição. (Apelação Cível 00026545720108260309 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27746)

Medida Cautelar - Recuperação judicial - Alienação fiduciária em garantia - Pretensão a que, consolidada a propriedade do credor, seja designado leilão judicial, nos termos do artigo 27 da Lei nº 9.514/97 - Impossibilidade - Precedentes da Câmara a obstar a disponibilidade dos bens até ulterior decisão do Juízo a quo – Providência requerida que ocasionará a perda do objeto da ação principal, na qual deve ser discutida a validade do contrato de alienação fiduciária - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00650612220118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Votação Unânime - Voto nº 27310)

Embargos de terceiro - Falência – Imóvel adquirido de empresa, dita inativa, sob a Influência dos atuais sócios da falida, e depois alienada à sociedade embargante - Última aquisição estranha ao objeto e capital social da adquirente - Preço muito inferior ao de mercado sócio da adquirente que subscreveu contestação em ação de despejo movida contra a falida – Invalidade reconhecida - Evidente conluio para livrar o patrimônio da devedora do alcance dos credores, inclusive futuros - Responsabilidade de sócio da adquirente que, contudo, deve ser

melhor apurada em sede própria - Art. 82 da Lei nº 11.101/2005 – Recurso provido em parte. (Apelação Cível 00497507720098260576 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28484)

Recuperação judicial - Plano - Venda parcial de bens – Viabilidade econômico-financeira - Decisão soberana da assembleia de credores - Oposição de credor extraconcursal - Pretensão a que seja dada ciência a todos os interessados, mediante registro nas matrículas dos imóveis a transferir medida a ser postulada em sede própria - Inaplicabilidade do disposto no art. 233, par. único da lei das S/A - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01327456120118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28595)

Falência - Execução frustrada - Art. 94, II, da Lei nº 11.101/2005 - Irrelevância do valor do débito - Súmula nº 39 do TJ/SP - Extinção do processo afastada - Recurso provido. (Apelação Cível 00150193820108260344 – Marília - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28320)

Falência - Execução frustrada - Art. 94, II, da Lei nº 11.101/2005 - Certidão que demonstra a ausência de pagamento e de oferecimento de embargos no prazo legal – Estabelecimento fechado – Documento apto a autorizar o processamento do pedido falimentar - Extinção do processo afastada – Recurso provido. (Apelação Cível 00074262120118260344 – Marília - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28236)

Recuperação extrajudicial. Homologação do plano. Julgamento de três apelações. Oferecimento de dois embargos de declaração, com alegação de omissão e de contradição. Vícios inexistentes. Embargos de escritório credor e da recuperanda rejeitados. (Embargos de Declaração 034620848260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18089)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00239531320118260000 – Rio Claro - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28590)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00364401520118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22544)

Habilitação de crédito. Impugnação. Litigiosidade. Improcedência do pedido, ante a inexistência de crédito. Honorários advocatícios devidos em favor do vencedor e fixados por equidade em R$ 10.000,00. Inexistência de contradição. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00377072220118260000 – Embu das Artes - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18057)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00520242520118260000 –

Itapetininga - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22691)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Cédula de crédito bancário com contrato de constituição de alienação fiduciária em garantia sobre bem imóvel. Notificação extrajudicial do devedor realizada, no caso, por edital. Regularidade. Crédito que não se submete aos efeitos da recuperação judicial (art. 49, § 3º, da LRF). Consolidação da propriedade do imóvel dado em garantia em favor do agravante. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 00709011320118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22391)

Embargos de Declaração. Contradição e omissão inocorrentes. Intenção infringente que busca alterar o julgado. Aclaratório que se presta a pré-questionar disposições legais para alicerçar recursos constitucionais. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00767644720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23217)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00801984420118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28589)

Recuperação Judicial. Contrato de arrendamento mercantil. Entrega amigável da aeronave arrendada. Saldo remanescente. Classificação como quirografário. Inadmissibilidade. Precedentes da Câmara, originários do mesmo procedimento, em sentido contrário. Crédito que não está sujeito ao processo recuperatório. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00910572220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - Votação Unânime - Voto nº 23216)

Falência de sociedade de previdência privada, antes submetida a regime de liquidação extrajudicial. Agravo de instrumento interposto por sócios e/ou integrantes de conselhos de administração das pessoas jurídicas cuja quebra foi decretada. Reconhecimento da ilegitimidade para a interposição do recurso. Acionistas/ex-administradores da sociedade falida não são reputados como "terceiro prejudicado", a teor do art. 499 do CPC. A legitimidade do acionista/controlador para recorrer contra a sentença de falência da companhia exige a demonstração do interesse jurídico, não sendo suficiente o interesse de fato ou econômico. O sócio ou acionista não é considerado falido em virtude da falência da sociedade que integra. Agravo não conhecido. (Agravo de Instrumento 00911179220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17764)

Penhora. Reforço. Admissibilidade, mesmo quando se processa recurso de apelação com efeito suspensivo, se não há demonstração clara de que o juízo encontra-se integralmente garantido. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01143701220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23019)

Recuperação judicial – Alienação de imóveis em execuções promovidas por credor extraconcursal - Bens destinados ao pagamento de créditos trabalhistas, conforme plano de recuperação aprovado e homologado anteriormente à propositura das execuções - Inadmissibilidade da prática de atos que comprometam o patrimônio da devedora pelo juízo onde se processam as execuções - Princípio da preservação da empresa - Art. 47 da lei nº 11.101/2005 - Precedentes do STJ - Solicitação de transferência das quantias depositadas no

juízo da execução mantida – Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01156849020118260000 – Botucatu - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28657)

Medida cautelar. Liminar. Multa diária, para hipótese de descumprimento, fixada em R$ 50.000,00. Inconformismo da requerida. Valor exagerado e que se revela superior a 10% do débito declarado. Redução operada. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01215221420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23451)

Recuperação judicial. Impugnação de crédito julgada improcedente por inépcia da petição inicial, ou seja, crédito pretendido desamparado de qualquer documento comprobatório. Inadmissibilidade sem oportunizar a emenda prevista no art. 284 do CPC. Não estando a inicial acompanhada dos documentos indispensáveis, deve o juiz determinar o suprimento e, não, indeferir de plano a inicial. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 01364246920118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18062)

Embargos de Declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta ao rejulgamento da matéria posta nos autos - Julgador que, ademais, não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Embargos da agravante rejeitados. Embargos de declaração - Plano de recuperação judicial - Decreto de ineficácia de cláusula que não foi objeto de expresso questionamento nas razões de agravo - Correção necessária, mantida em relação à agravante a eficácia da disposição aprovada pela assembleia - Embargos das agravadas acolhidos. (Embargos de Declaração 01375262920118260000 – Adamantina - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28700)

Recuperação judicial - Créditos trabalhistas - Forma de pagamento prevista no plano eventual - Dúvida sobre a aplicação da cláusula - Matéria que poderia ser dirimida pela assembleia-geral - Possibilidade de convocação mediante requerimento, nos termos do art. 36, § 2º, da lei nº 11.101/2005 - Juros posteriores ao pedido que devem ser igualmente tratados pela assembleia - Critério de atualização de créditos a ser apreciado em cada incidente proposto - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01442972320118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28615)

Agravo de Instrumento - Cópia de procuração outorgada a advogado da parte agravada - Peça obrigatória art. 525, I, do CPC – Ausência - Omissão não sanada - Processamento negado - Agravo interno desprovido. (Agravo Regimental 01443258820118260000 – Adamantina - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28520)

Habilitação de crédito. Determinação de prova pericial. Pretensão do credor à substituição por cópia de auditoria contratada por terceiro. Inadmissibilidade. Função diversa de tal levantamento, que, ademais, pode estar eivado de parcialidade. Inadequação ao procedimento judicial. Indeferimento mantido. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01540171420118260000 – Cordeirópolis - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23454)

Pedido de falência. Cumprimento da sentença. Verbas sucumbenciais decorrentes da improcedência. Desistência do presente recurso. Omissão relativa à revogação expressa da antecipação da tutela recursal, diante da não confirmação no provimento final. Embargos de declaração acolhidos. (Embargos de Declaração 01563754920118260000 - São Paulo -

Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18280)

Impugnação de crédito. Suspensão temporária do processamento para aguardar o desfecho de ampla auditoria requerida pelo Ministério Público em face da constatação, pelo Administrador Judicial e técnicos, de inconsistência da contabilidade do devedor. Medida que não se justifica, já que o crédito foi relacionado pelo administrador e admitido pelo devedor. Possibilidade, ademais, se constatada incongruência, de arredá-lo do quadro geral de credores. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01683939920118260000 – Penápolis - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23441)

Falência. Extensão de seus efeitos a outra sociedade empresária, apenas sob a alegação de que ambas têm em comum um sócio. Inadmissibilidade. Extensão que tem sido deferida em hipóteses de abuso de direito, fraude à lei ou intenção deliberada de prejudicar terceiros, hipóteses essas que não se apresentam no caso concreto. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 01708544720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18079)

Agravo. Recurso interposto por terceiro interessado, na condição de comprador da lavoura canavieira. Ação de reintegração de posse. Imóvel rural. Lavoura de cana objeto de contrato de compra e venda. Destilaria compradora inadimplente e, posteriormente, em recuperação judicial. Lavoura de cana vendida a outra empresa. Liminar de reintegração de posse na área em favor da destilaria em recuperação judicial. Contrato de venda da cana-de-açúcar de natureza consensual, livremente pactuado, sob a égide do princípio da liberdade de contratar. Legitimidade e interesse recursal do terceiro adquirente da cana-de-açúcar. Agravo parcialmente provido para revogar a liminar de reintegração de posse deferida em favor da destilaria em recuperação judicial. (Agravo de Instrumento 01768659220118260000 – Pirajuí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22511)

Recuperação judicial. Concessão. Recurso de credor e alegação de que aditivo ao Plano privilegiou o crédito de determinada instituição financeira, em detrimento dos outros da mesma classe. Aprovação desse aditivo pelos credores presentes na Assembleia e representantes das duas classes existentes. Como já se decidiu em precedente desta Câmara Reservada, "a princípio, não há, em tese, vedação de tratamento diferenciado aos credores que se sujeitem a continuar dando crédito ao devedor numa fase crítica como a que incorre a empresa sob o regime da recuperação judicial". Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 01803673920118260000 – Bilac - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18077)

Habilitação de Crédito. Credor trabalhista que firmara acordo com a recuperanda e recebera seu crédito. Improcedência do pleito. Recurso provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 01812439120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23453)

Embargos de Declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta ao rejulgamento da matéria posta nos autos - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00022067420108260280 – Itanhaém - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28756)

Recuperação Judicial. Contrato de arrendamento mercantil. Entrega amigável da aeronave arrendada. Saldo remanescente. Classificação como quirografário. Inadmissibilidade.

Precedentes da Câmara, originários do mesmo procedimento, em sentido contrário. Crédito que não está sujeito ao processo recuperatório. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01843167120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23730)

Impugnação de crédito. Impugnados créditos relacionados pelo devedor, cabe aos credores que figuram no polo passivo da impugnação a prova da legitimidade e correção da classificação do que é por eles reclamado, não bastando, para tanto, singela oitiva de testemunhas. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01925235920118260000 – Limeira - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23707)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito como privilegiado trabalhista. Recuperanda que insiste em equívoco, eis que a decisão teria inobservado o Plano de Recuperação Judicial, em especial a cláusula 17.1, segundo a qual se, em decorrência de decisões judiciais, transitadas em julgado, novos créditos venham a ser adicionados à Lista de Credores do Administrador Judicial ou houver alteração nos créditos já existentes, incluindo trabalhistas, com garantia real e quirografários, tais créditos sujeitar-se-ão à condição de créditos subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Não obstante, crédito líquido da agravada incluído e que está atualizado até 31/12/2009. Necessidade de retroação desse crédito à data do pedido de recuperação judicial, isto é, 02/10/2008. Agravo de instrumento provido parcialmente. (Agravo de Instrumento 01949762720118260000 – Barueri – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18215)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito como privilegiado trabalhista. Recuperanda que insiste em equívoco, eis que a decisão teria inobservado o Plano de Recuperação Judicial, em especial a cláusula 17.1, segundo a qual se, em decorrência de decisões judiciais, transitadas em julgado, novos créditos venham a ser adicionados à Lista de Credores do Administrador Judicial ou houver alteração nos créditos já existentes, incluindo trabalhistas, com garantia real e quirografários, tais créditos sujeitar-se-ão à condição de créditos subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Não obstante, crédito líquido da agravada incluído e que está atualizado até 31/12/2009. Necessidade de retroação desse crédito à data do pedido de recuperação judicial, isto é, 02/10/2008. Agravo de instrumento provido parcialmente. (Agravo de Instrumento 01965724620118260000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18214)

Recuperação judicial. Pretensão à prorrogação do prazo de suspensão das execuções. Inadmissibilidade. Inteligência do disposto no § 4º do artigo 6º da Lei 11.101/2005, ou seja, "na recuperação judicial, a suspensão de que trata o caput deste artigo em hipótese nenhuma excederá o prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação, restabelecendo se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial". Como se vê, o prazo é improrrogável (primeira restrição) e não pode ser ultrapassado em hipótese nenhuma (segunda restrição). Precedentes desta Câmara. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 01972445420118260000 – Mirassol - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18218)

Agravo. Falência. Execução frustrada. Art. 94, II, Lei nº 11.101/2005. Inépcia da inicial sob o fundamento de utilização da ação de falência como meio de cobrança rejeitada. Súmula 42 do TJSP. Cerceamento de defesa em face da não oitiva de prova testemunhal não caracterizado, visto que suficiente a prova documental. Nulidades rejeitadas. Tipificada a tríplice omissão afigura-se correto o decreto de quebra. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento

02022322120118260000 – Carapicuíba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22740)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente – Via eleita que não se presta à rediscussão da matéria decidida - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie – Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02035841420118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28697)

Habilitação de crédito de Prefeitura Municipal em falência. Procedência parcial e exclusão de créditos prescritos e habilitados em duplicidade. Válida a opção da Municipalidade em habilitar o crédito na falência, houve renúncia à execução fiscal. É ônus do habilitante demonstrar eventual causa de interrupção ou de suspensão do crédito tributário e, mesmo, a de que houve demora na citação por culpa da máquina judiciária. Não se desincumbiu a recorrente de seu encargo probatório. Sentença mantida. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02040934220118260000 – Diadema - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18078)

Ações falimentares lastreadas em notas promissórias originárias de escritura de compra e venda de imóvel rural. Compradores que ajuizaram ação para anulação do negócio, alegando valor do imóvel muito inferior ao da compra e venda e existência de constrições por parte do INSS. Ação julgada improcedente em primeira instância, mas com apelação ainda pendente de apreciação. Ações falimentares que foram suspensas diante da prejudicialidade externa e assim permaneceram por mais de quatro anos. Necessidade de prosseguimento. Exame da liquidez, certeza e exigibilidade das notas promissórias. Requerente que não pode ser considerada endossatária de boa-fé. Reconhecimento de relevante razão de direito para não pagar. Improcedência das duas ações. Sentença mantida. Apelação não provida. (Apelação Cível 90001447520018260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18071)

Falência impontualidade – Duplicatas sem aceite - Ausência de comprovante de entrega de mercadoria - Título executivo não caracterizado – Extinção do processo mantida - Recurso improvido. (Apelação Cível 00209829520088260344 – Marília - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28576)

Falência - Administrador judicial - Falta de diligência - Destituição grave – Sanção imposta sem clara correspondência com a gravidade da desídia - Perda da confiança do Juízo - Hipótese de substituição do administrador - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02258526220118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – r Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28606)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide, nos exatos termos do pedido - Omissão não configurada. Sucumbência - Impugnação de crédito em recuperação judicial - Decisão que, ao retificar o valor do crédito, foi de encontro à pretensão da recuperanda - Inversão dos ônus sucumbenciais determinada – Embargos acolhidos em parte para esse fim. (Embargos de Declaração 02259452520118260000 – Diadema - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28703)

Recuperação judicial – Impugnação – Crédito garantido por penhor de títulos – Valor encontrado por perito contador conforme a situação do contrato na data do pedido de recuperação - Pretensão à restituição de resgate havido posteriormente - Ausência de pedido expresso e oportuno nesse sentido - Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento

02259590920118260000 – Diadema - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28604)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente – Via eleita que não se presta à rediscussão da matéria decidida - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie – Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02295273320118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28753)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02295828120118260000 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18094)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02295836620118260000 – Jaboticabal – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18099)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02295862120118260000 – Jaboticabal – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18095)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02295949520118260000 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18177)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02296000520118260000 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18100)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02296044220118260000 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18091)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02296278520118260000 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18213)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02296287020118260000 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime – Voto nº 18301)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02296356220118260000 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18302)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02296390220011826000 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18097)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02296442420118260000 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18093)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02296919520118260000 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18096)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Participação na Assembleia Geral de Credores que aprovou o Plano de Recuperação Judicial. Inadmissibilidade. O crédito dos agravantes não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas dos agravantes, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02302323120118260000 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18090)

Agravo de instrumento - Pressupostos de admissibilidade - Ausência de peça imprescindível para a compreensão da controvérsia - Inadmissibilidade do aproveitamento de peças juntadas em outro feito para sanar a deficiência na formação do agravo - Indeferimento do processamento mantido - Agravo interno desprovido. (Agravo Regimental 02375376620118260000 – Estrela D'Oeste – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28627)

Pedido de falência extinto, sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual. Contudo, interesse de agir evidente, assim como caracterizada a impontualidade pelo protesto, sem necessidade de demonstração da insolvência, e desnecessidade, também, de ajuizamento prévio de execução singular contra o devedor. Incidência das Súmulas ns. 43 e 44 desta Corte. Não obstante, existência de fundamento outro para a manutenção da extinção, ou seja, a não identificação da pessoa que, em nome da devedora, teria sido notificada dos protestos. Violação ao entendimento da Súmula n.º 361 do STJ. Apelação não provida e sentença confirmada, mas por outro fundamento. (Apelação Cível 00006490220078260654 – Cotia – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17792)

Agravo Regimental. Decisão que nega efeito suspensivo a agravo de instrumento. Irrecorribilidade. Recurso não conhecido. (Agravo Regimental 02575655520118260000 – Marília - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23215)

Recuperação judicial - Impugnação – Crédito trabalhista - Encargos moratórios até a data da distribuição do pedido - Artigos 9ª, II, e 49, da lei nº 11.101/2005 - Necessidade de novo cálculo com explícita exclusão dos juros posteriores ao ajuizamento – Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 02577413420118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28597)

Embargos de declaração. Recuperação judicial. Agravo tirado contra decisão concessiva de recuperação judicial. Liminar suspensiva deferida. Pretensão infringencial das recuperandas. Inexistência de obscuridade, contradição ou omissão. Recurso rejeitado, com recomendação. (Embargos de Declaração 02648709020118260000 – Junqueirópolis - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22718)

Pedido de falência elidido. Depósito pela autora. Apelação da ré. Havendo protesto cambial, protesto comum, dispensa-se o protesto especial para fins falimentares. Cerceamento de defesa inexistente. Prova de pagamento de duplicatas que é documental, escrita. Não demonstração, pelos elementos dos autos, da suposta quitação. Sentença confirmada. Apelação não provida. (Apelação Cível 00111599620108260451 – Piracicaba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 n- Votação Unânime - Voto nº 17753)

Falência. Extinção da ação, sem resolução do mérito. Protesto irregular, eis que não consta dos autos a identificação da pessoa que, em nome da devedora, foi notificada do protesto, como exige a Súmula n.º 361 do STJ, ou seja, "A notificação do protesto, para requerimento de falência da empresa devedora, exige a identificação da pessoa que a recebeu". Apelação não provida. (Apelação Cível 00043517620098260462 – Poá - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Romeu Ricupero – 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17752)

Falência. Pedido formulado com base na impontualidade. Hipótese, entretanto, em que não se identifica a pessoa que recebeu o aviso do cartório de protestos. Carência de ação. Aplicação do verbete 361 das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça. Recurso desprovido. (Apelação Cível 01151563220068260000 – Mirassol - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23218)

Falência - Encargo legal - Decreto-Lei 1.025/1969 - Verba que constitui receita da Fazenda Pública, inconfundível com os honorários advocatícios ou com a dívida principal (in casu, tributo) – Inclusão determinada pelo Superior Tribunal de Justiça - Agravo improvido, classificado o crédito da União como quirografário. (Agravo de Instrumento 90624539720088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28743)

Recuperação judicial. Crédito que não se constituiu antes do ajuizamento da recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inadmissibilidade. O crédito do agravante não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, exatamente porque não foi constituído antes da impetração da recuperação judicial, tendo em vista que o v. acórdão proferido na apelação interposta contra a sentença que julgou boas as contas do agravante, na ação de prestação de contas, segunda fase, sequer transitou em julgado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02296858820118260000 – Jaboticabal – Relator Romeu Ricupero - 28/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18092)

Assistência judiciária gratuita. Presunção de veracidade da declaração de pobreza afastada por elementos que demonstram situação financeira incompatível com o benefício. Agravada que é titular de quotas de sociedade, despende com aluguel montante não condizente com aquele que aufere da empresa, indicando a existência de outra fonte de renda, e é patrocinada por advogado particular. Quadro que, aliado ao valor da causa, revela a capacidade da agravada de custear a demanda sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Recurso provido para revogar o benefício. (Agravo de Instrumento 00318141620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 27/02/2012 - Voto nº 25767)

Cautelar. Arresto. Empresa individual que vende sua carteira de clientes aos três réus. Constituição de nova pessoa jurídica que sucede sem solução de continuidade a firma individual. Ausência de pagamento dos valores devidos pela carteira de clientes. Falta de legitimidade de parte da empresa individual extinta para pleitear a constrição de bens, já que não é titular do crédito em que o pedido é baseado. Enriquecimento ilícito dos réus em desfavor do titular da empresa individual que pode ser evitado mediante o ajuizamento de ação própria. Extinção do feito com base no art. 267, VI, do CPC, feita monocraticamente, por razões de economia processual. Seguimento negado. (Cautelar Inominada

00313829420128260000 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 29/02/2012 – Voto nº 25765)

Franquia. Ação de rescisão contratual c.c. obrigação de não fazer, descaracterização de unidade franqueada, exibição de documentos e indenização. Tutela antecipada. Indeferimento mantido. Presença da verossimilhança das alegações. Providências pleiteadas que, contudo, representam sério gravame à agravada e recomendam a prévia instauração do contraditório. Ausência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação até o advento da resposta, oportunidade em que o pedido poderá ser renovado. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00336338520128260000 – São Paulo - 1º Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/03/2012 - Voto nº 25802)

Falência. Recurso interposto por sócios, contra a sentença de quebra. Inadmissibilidade. Recorrentes que não se amoldam à figura do terceiro interessado prevista no art. 499 do CPC, aplicável por conta do art. 189 da Lei 11.101/05. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 00094262220128260000 – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/03/2012 - Voto nº 23848)

Garantia Fiduciária. Contrato sem registro anterior ao pedido de recuperação judicial. Propriedade fiduciária não constituída. Entendimento da Súmula 60 deste Egrégio Tribunal de Justiça. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 00137107320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/03/2012 - Voto nº 23835)

Embargos de declaração. Omissão e Contradição. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso. Embargos declaratórios. (Embargos de Declaração 02925400620118260000 – São João da Boa Vista - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 27/02/2012 - Voto nº 22211)

Embargos de terceiro. Assistência judiciária gratuita. Presunção de veracidade da declaração de pobreza afastada por elementos que demonstram situação financeira incompatível com o benefício. Liminar. Indeferimento acertado, ante a ausência do *fumus boni iuris*. Embargante que alega ter firmado com os réus da ação reivindicatória compromisso de venda e compra do imóvel em junho de 2006. Autenticidade das assinaturas dos contratantes reconhecida em cartório apenas em dezembro de 2010, quando já litigioso o bem. Incidência do art. 42, §3°, CPC. Suspensão do processo principal em virtude da oposição dos embargos que só é cabível quando concedida a liminar. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00163010820128260000 – Osasco – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 02/02/2012 - Voto nº 25713)

Propriedade industrial. Abstenção de uso. Marca registrada pela autora agravada no INPI que lhe confere o direito de exclusividade e de vedar o uso por terceiros. Antecipação de tutela que é de rigor porque presentes a prova da verossimilhança e o risco de dano de difícil reparação, únicos temas passíveis de discussão neste recurso. Decisão agravada consoante jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Agravo improvido. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00267892220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 17/02/2012 - Voto nº 25737)

Garantia Fiduciária. Contrato sem registro. Propriedade fiduciária não constituída. Entendimento da Súmula 60 deste Egrégio Tribunal de Justiça. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 00183987820128260000 – Itapecerica da Serra – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 07/02/2012 - Voto nº 23703)

Recurso. Apelação. Não caracterizada a ausência de recolhimento do porte de retorno. Mero equívoco da parte que não impede o conhecimento do recurso. Deserção não configurada, tampouco má-fé do apelante. Recurso manifestamente improcedente. Precedentes jurisprudenciais. Processamento negado. (Agravo de Instrumento 00124107620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 07/02/2012 - Voto nº 23534)

Falência. Instrumentos de protesto em que não constam o nome de quem recebeu as notificações. Irregularidade insanável. Súmulas 361 do STJ e 52 do TJSP. Manifesta improcedência. Recurso a que se nega seguimento. (Apelação Cível 00063563220078260045 – Santa Isabel – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 14/02/2012 - Voto nº 23394)

Embargos de Declaração — Reiteração dos fundamentos do aresto embargado pelo Relator — Admissibilidade — Aplicação do art. 252 do RITJR – Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC — Precedentes jurisprudenciais nesse sentido — Embargos com seguimento negado. Recurso — Embargos de declaração — Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado — Inaplicabilidade — Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 01679453220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 10/02/2012 - Voto nº 20279)

Mandado de segurança contra ato do Relator que manteve a r. Decisão agravada. Questionamento sobre assembleias já realizadas. Indeferimento da liminar na impetração. Desistência da ação mandamental em razão da perda do objeto. Homologação da desistência. Impetração prejudicada. Agravo Regimental. Desistência do mandado de segurança que implica prejuízo ao regimental. Recurso prejudicado. (Mandado de segurança e Agravo Regimental 02437006220118260000 – Campinas – Grupo Reservado da Câmara Falência e Recuperação – Relator José Joaquim dos Santos – não consta data de julgamento - Voto nº 8139)

Falência. Defesa julgada improcedente, não decretada a quebra em face do depósito elisivo. Apelação da devedora processada em ambos os efeitos. Previsão expressa do art. 520, caput, do Código de Processo Civil em combinação com o art. 100 da Lei 11.101/05. Processamento do recurso negado. (Agravo de Instrumento 00049486820128260000 – Sertãozinho – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 30/01/2012 - Voto nº 23443)

Recurso - Agravo de instrumento - Porte de retorno — Ausente recolhimento — Pressuposto de admissibilidade inobservado (art. 511, caput, do CPC) — Deserção caracterizada — Agravo de instrumento com seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00135591020128260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 31/01/2012 - Voto nº 20318)

Agravo de Instrumento. Direito Empresarial. Ação cautelar de arrolamento de bens. Decisão que sustou a determinação de citação até o julgamento de agravo de instrumento anterior. Despacho de mero expediente. Irrecorribilidade (art. 504 do CPC). Agravo a que se nega seguimento na forma do art. 557, caput, do CPC. (Agravo de Instrumento 02945372420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 01/12/2012 - Voto nº 22245)

Agravo de Instrumento. Direito Empresarial. Ação cautelar de produção antecipada de provas. Decisão que sustou a determinação de citação até o julgamento de agravo de instrumento anterior. Despacho de mero expediente. Irrecorribilidade (art. 504 do CPC). Agravo a que se

nega seguimento na forma do art. 557, caput, do CPC. (Agravo de Instrumento 02945407620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 01/02/2012 - Voto nº 22244)

Gratuidade judiciária. Pessoa jurídica. Possibilidade, desde que comprovada a necessidade, nos termos da jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça. Ausência de documentos que a demonstrem, da mesma forma, quanto à pessoa física do sócio. Beneficio negado Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 00081306220128260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 24/01/2012 - Voto nº 23407)

Gratuidade judiciária. Declaração que retrata presunção júris tantum de pobreza. Requerente que ostenta condição de necessitada da assistência judiciária em razão das circunstâncias que enfrenta. Beneficio concedido. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00021503720128260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 24/01/2012 - Voto nº 23405)

Agravo de Instrumento. Pretensão à concessão de tutela antecipada, via efeito ativo, para suspender efeitos de decisão arbitral acoimada de nula. Ausência completa, porém, de peças necessárias à intelecção da controvérsia. Recurso que, nesses termos, não pode ser processado. Gratuidade Judiciária. Pessoa jurídica. Admissibilidade do beneficio, desde que comprovada a necessidade. Ausência completa de prova nesse sentido. Processamento do recurso negado. (Agravo de Instrumento 00015277020128260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 23/01/2012 - Voto nº 23373)

Processual. Mandado de Segurança. Decisão do Relator concessiva de efeito suspensivo a agravo de instrumento contra decisão concessiva de recuperação judicial. Manifestação irrecorrível por expressa previsão legal e suscetível de reconsideração apenas pelo próprio Relator. Art. 527, parágrafo único, do CPC. Impossibilidade de utilização da via mandamental como sucedâneo recursal, com burla do sistema. Teratologia ademais não existente. Indicação clara dos fundamentos para a suspensão, inclusive com alusão à existência de cláusula no plano de recuperação ofensiva à ordem pública. Critério de oportunidade do Relator quanto à suspensividade da decisão agravada, se devidamente justificado, que não pode ser discutido pela via mandamental. Descabimento mesmo em abstrato da discussão proposta, nos limites estreitos da via impugnativa adotada. Rejeição liminar do writ, por decisão monocrática. Art. 10 da Lei n° 12.016/2009. Petição inicial indeferida. (Mandado de Segurança 03030853820118260000 – Junqueirópolis - Grupo Reservado da Câmara Falência e Recuperação – Relator Fabio Tabosa – 14/12/2011 - Voto nº 2425)

Recurso — Embargos de Declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator — Admissibilidade — Aplicação do art. 252 do RITJSP — Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC — Precedentes jurisprudenciais nesse sentido — Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado — Inaplicabilidade — Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 00755380720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 17/01/2012 - Voto nº 19574)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Falta de interesse no prosseguimento do recurso manifestado pelo recorrente – Desistência homologada - Recurso não conhecido (Agravo de Instrumento 00009387820128260000 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken – 18/01/2012 – Voto nº 12443)

Processual. Mandado de Segurança. Decisão do Relator concessiva de efeito suspensivo a agravo de instrumento contra decisão concessiva de recuperação judicial. Manifestação irrecorrível por expressa previsão legal e suscetível de reconsideração apenas pelo próprio Relator. Art. 527, parágrafo único, do CPC. Impossibilidade de utilização da via mandamental como sucedâneo recursal, com burla do sistema. Teratologia ademais não existente. Indicação clara dos fundamentos para a suspensão, inclusive com alusão à existência de cláusula no plano de recuperação ofensiva à ordem pública. Critério de oportunidade do Relator quanto à suspensividade da decisão agravada se devidamente justificado, que não pode ser discutido pela via mandamental. Descabimento mesmo em abstrato da discussão proposta, nos limites estreitos da via impugnativa adotada. Rejeição liminar do writ, por decisão monocrática. Art. 10 da Lei n° 12.016/2009. Petição inicial indeferida. (Mandado de Segurança 03030889020118260000 – Junqueirópolis – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Fabio Tabosa – 14/12/2011 - Voto nº 2426)

Falência. Pedido com base na impontualidade, que foi marcada pelo protesto de cédula de crédito bancário, que foi inquinada de ilíquida, sem demonstração de iliquidez, entretanto. Súmula 14 do TJSP. Falência. Intimação do protesto que contém perfeita identificação de quem o recebeu, não havendo necessidade de entrega ao representante legal do devedor. Súmula 52 do TJSP. Falência. Pretensão de reforma do julgado que contraria jurisprudência consolidada fia Corte. Agravo inviável. Processamento, do recurso negado. (Agravo de Instrumento 03023856220118260000 - São Paulo – Câmara Reservada a Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles – 16/12/2011 - Voto nº 23236)

Falência - Agravo de Instrumento - Pretensão à nulidade da sentença de quebra por não observância de pedido anterior à remessa dos autos ao contador para, somente após a elaboração de cálculos, elidir o pedido falimentar — Impropriedade — Pretensão à introdução de etapa procedimental não prevista no ordenamento jurídico — Defesa falimentar que se faz por contestação pura e simples! por contestação acompanhada de depósito elisivo ou por depósito elisivo sem defesa — Ausência de demonstração de dificuldade na obtenção do valor do título executivo, observando-se tratar-se de pedido falimentar com fundamento no art, 94, I, da Lei n. 11.101/2005 —Reiteração de pedido de remessa ao contador para atualização do débito para que então possa elidir a dívida — Pretensão manifestamente improcedente — Negativa de seguimento ao recurso, nos termos do art. 557, do Código de Processo Civil. Dispositivo: recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 03041974220118260000 – Sorocaba – Câmara Reservada a Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 16/12/2011 - Voto nº 20067)

Agravo de Instrumento. Recuperação Judicial. Agravo tirado contra decisão que apenas manteve outra anteriormente prolatada. Matéria preclusa. Recurso intempestivo. Pedido de reconsideração não suspende nem interrompe o prazo recursal. Agravo não conhecido, por ser manifestamente inadmissível (CPC, art. 557, caput). (Agravo de Instrumento 03045447520118260000 – Fernandópolis - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 19/12/2011 - Voto nº 22362)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Exceção de incompetência. Não acarretando prejuízo ao exercício do direito de defesa, a eleição de foro não impede a propositura da ação no domicílio do réu (art. 94 do CPC). Precedentes do STJ. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento na forma do art. 557, § 1º-A, do CPC. (Agravo de Instrumento 03014380820118260000 – Sorocaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 12/12/2011 - Voto nº 22305)

Liminar emitida para impedir que se fabrique e comercialize produto que empregue, sem autorização, técnica objeto de patente (rolo para pintura em que a espuma integra o tubo por termofusão) - Recorrente que fabrica e vende rolo termofundido, apresentando prova de utilização de método diferente ou de técnica autorizada - A alegada ofensa ao direito de

propriedade industrial ficou controvertida e não justifica tutela interditai - Provimento. (Agravo de Instrumento 03072494620118260000 – Itaquaquecetuba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23208)

Embargos de declaração - Fato novo – Inovação – Impossibilidade - Ausência de elementos de convicção - Descabimento de supressão de instância - Pretensão meramente infringente – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00421735920118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29191)

Recurso de apelação - Interposição contra sentença que indefere pedido de habilitação de crédito retardatária – Processo e sentença falimentar sob a égide do diploma falimentar de 2005 - Recurso inadmissível - Inteligência do art. 17, da Lei n. 11.101/2005 - Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade recursal - Erro inescusável - Recurso de apelação não conhecido. (Apelação Cível 00201953820058260161 – Diadema - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18557)

Recurso de apelação - Interposição contra sentença que indefere pedido de habilitação de crédito retardatária – Processo e sentença falimentar sob a égide do diploma falimentar de 2005 - Recurso inadmissível - Inteligência do art. 17, da Lei n. 11.101/2005 - Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade recursal - Erro inescusável - Recurso de apelação não conhecido. (Apelação Cível 00132481220058260405 – Osasco - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18555)

Prescrição - Ação indenizatória - Responsabilidade civil de transportadora por danos decorrentes de acidente de trânsito - Prescrição - Pretensão à aplicação do prazo previsto no art. 206, § 3º, V, do Código Civil de 2003 – Impropriedade – Novo prazo reduzido que, se aplicado, somente iniciaria a contagem a partir da entrada em vigor do Código Civil em janeiro de 2003 - Fato ocorrido em dezembro de 1988 e ajuizamento em setembro de 2005 - Prazo vintenário não consumado - Recurso da transportadora, hoje massa falida, não provido. Responsabilidade civil - Acidente causado por condutor de veículo pertencente a empresa hoje falida – Nexo de causalidade demonstrado - Culpa do condutor firmada no - Juízo Criminal - Responsabilidade decorrente de ato de preposto - Sentença mantida. Dispositivo: negam provimento ao recurso. (Apelação Cível 01543866720098260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18556)

Recurso de apelação - Pedido de Falência – Extinção do processo sem resolução de mérito, sob o fundamento de inexistir comprovação de recebimento do aviso de protesto a pessoa vinculada aos atos de empresa – Manutenção - Irregularidade dos protestos realizados pessoalmente a esposa de um dos sócios, em seu endereço residencial - Ratio juris como fator de julgamento. Apelação desprovida. (Apelação Cível 00028559220098260597 – Sertãozinho - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18063)

Recurso de apelação - Interposição contra r. sentença que homologou a desistência e impôs os ônus da sucumbência à autora - Recurso que visa ao afastamento da verba honorária, sob o argumento de que a autora não teve ciência do pedido de concordata anteriormente distribuído Recurso de apelação não conhecido - Determinação de redistribuição a uma das Câmaras da I Sessão de Direito Privado deste Tribunal. (Apelação Cível 00124196020038260224 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18064)

Recurso - Embargos de declaração – Prequestionamento - Menção expressa a dispositivos legais – Desnecessidade - Embargos rejeitados. Litigância de má-fé - Embargos de declaração

opostos contra decisão que negou provimento a agravo interno, mantendo r. decisão monocrática do Relator – Caracterização - Abuso do direito de recorrer, com interposição de petição com reiteração de fundamentos legais já submetidos à apreciação desta Corte em julgamento anterior, indicando o manejo de recurso manifestamente protelatório (art,17, inc. VII do CPC) - Condenação da recuperanda às penas por litigância de má-fé de ofício Art. 18 do CPC - Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização da parte recorrida em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. Dispositivo: Embargos rejeitados, com observação. (Embargos de Declaração 01201052620118260000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19383)

Falência - Habilitação de crédito – Notas promissórias - Garantia de contrato de factoring - Ausência de instrumento de que conste previsão de direito de regresso por insolvência dos devedores originários - Habilitação indeferida - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01356374020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29164)

Recurso de apelação - Pedido de Falência – Depósito elisivo - Pedido improcedente por sentença de primeiro grau - Existência de séria controvérsia sobre os títulos objeto do pedido falimentar - Afirmação de existência de decisões conflitantes proferidas por dois Juízos distintos, em primeiro grau, ora declarando exigíveis os títulos, ora inexigível o contrato sobre o qual assentam-se os mesmos títulos – Quebra afastada em razão da litigiosidade dos títulos – Impropriedade - Inexistência de decisões conflitantes sobre o mesmo título - Higidez dos títulos que embasaram o pedido falimentar reconhecida Levantamento do depósito elisivo autorizado ao autor - Recurso provido. Litigância de má-fé - Sentença que reconhece má-fé por parte do autor em ajuizar pedido falimentar ciente da improcedência de pedido de cobrança anteriormente formulado - Impropriedade - Títulos judiciais hígidos - Autor que dispõe de título judicial exigível - Existência de ato condenatório por parte da requerida que não desconhecida a ausência de identidade entre os contratos e causas mencionadas em sua defesa e recurso - Imposição de pena na forma dos arts. 18 e 17, II e V, do Código de Processo Civil - Recurso provido. Dispositivo: provimento ao recurso. (Apelação Cível 00018347920108260457 – Pirassununga - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18553)

Recurso de apelação - Pedido de Falência – Extinção do processo com fundamento no art. 96, VI, da Lei n. 11.101, sob o fundamento de inexistir comprovação de recebimento do aviso de protesto – Manutenção - Irregularidade dos protestos realizados por carta e insuficiência da soma dos instrumentos cuja intimação se deu por editais - Jurisprudência consolidada no STJ faz irregular para o fim de decreto de falência o protesto do título sem ter sido identificado o recebedor da notificação. Apelação desprovida. (Apelação Cível 90000136120058260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18652)

Arrecadação – Bem imóvel - Escritura pública de compra e venda lavrada nove anos antes da decretação da quebra - Imóvel adquirido por terceiro - Posse indireta demonstrada documentalmente - Arrecadação do imóvel cancelada - Embargos de terceiro procedentes - Apelação da massa falida improvida. Sucumbência - Embargos de terceiro - Arrecadação de bens de terceiro - Prova documental nesse sentido – Hipótese em que massa falida resiste e insiste na manutenção do gravame - Princípio da causalidade - Condenação da embargada ao pagamento das verbas de sucumbência – Recurso provido do embargante provido para esse fim. Dispositivo: recurso da massa falida improvido; recurso do embargante provido. (Apelação Cível 00161925320108260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20042)

Agravo. Recuperação judicial. Recurso contra decisão que concede a recuperação judicial. A Assembleia-Geral de Credores só é considerada soberana para a aprovação do plano se forem obedecidos os princípios gerais de direito, as normas da Constituição Federal, as regras de ordem pública e a Lei nº 11.101/2005. Proposta que viola princípios de direito, normas constitucionais, regras de ordem pública e a isonomia dos credores, ensejando a manipulação do resultado das deliberações assembleares é nula. Inclusão de credores garantidos por alienação fiduciária, titulares de arrendamento mercantil e por adiantamento de contrato de câmbio (ACC) nos efeitos da recuperação judicial viola o art. 49, §§ 3º e 4º da LRF. Previsão de carência para início do pagamento dos credores de 60 meses (5 anos), ou seja, após o decurso do prazo bienal de supervisão judicial do art. 61, "caput", da LRF, impede que o Judiciário convole a recuperação em falência, no caso de descumprimento das obrigações assumidas pela recuperanda. Liberdade para alienação de bens ou direitos integrantes do ativo permanente, independentemente de autorização judicial, afronta o art. 66 da LRF. Proibição de ajuizamento de ações contra sócios, cônjuges, avalistas e garantidores em geral por débitos da recuperanda, configura violação da Constituição Federal. Proibição de protesto cambial ou comunicação à Serasa e SPC, coíbe os credores do exercício de direito subjetivo. Invalidade (nulidade) da deliberação assemblear acoimada de ilegalidades, com determinação de apresentação de outro plano, no prazo de 30 dias, a ser elaborado em consonância com a Constituição Federal e com a Lei nº 11.101/2005, e submetido à assembleia geral de credores em 60 dias, sob pena de decreto de falência. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 01683186320118260000 – Presidente Venceslau - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23007)

Recurso de apelação - Pedido de Falência – Extinção do processo com fundamento sob o fundamento de inexistir comprovação de recebimento do aviso de protesto - Manutenção - Irregularidade do protesto realizado por ausência de identificação da pessoa que recebeu a notificação - Jurisprudência consolidada no STJ faz irregular para o fim de decreto de falência o protesto do título sem ter sido identificado o recebedor da notificação. Apelação desprovida, com observação. (Apelação Cível 00080221820068260073 – Avaré - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18907)

Recurso de apelação - Pedido de recuperação judicial - Indeferimento de petição inicial fundado na ausência de apresentação de certidões negativas de débitos fiscais - Impropriedade - Decisão em momento processual inadequado - Reiteração de decisões colegiadas nesse sentido - Exegese do art. 57 da Lei n. 11.101/2005 - Recurso provido para determinar o processamento do pedido. (Apelação Cível 00124714920118260071 – Bauru – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20253)

Extinção do processo - Abandono da causa - Necessidade de intimação pessoal do autor (art. 267, § 1º, do CPC) - Inobservância - Ausência de elemento subjetivo que indique deliberada intenção de abandono do processo - Extinção do processo afastada com fundamento unicamente na ausência de intimação pessoal, considerando que o requerido não foi localizado, não se angularizando a relação processual - Recurso provido. (Apelação Cível 00048640620008260609 – Taboão da Serra - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20097)

Recuperação judicial – Crédito trabalhista - Certidão apta a demonstrar a origem do crédito - Nulidade inocorrente – Inclusão mantida - Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02515896720118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29190)

Recuperação judicial - Conta vinculada a empréstimo garantido por cessão fiduciária de títulos - Tutela antecipada concedida em ação ordinária liberando de bloqueio os valores ali

depositados – Alegada desvinculação dos valores com os títulos cedidos - Ausência de prova inequívoca nesse sentido - Dispensa ou substituição da garantia pelo credor não demonstrada - Antecipação afastada - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02883223220118260000 – Barueri - - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29226)

Recuperação judicial - Certidão negativa de débitos tributários - Art. 57, da lei 11.101/05 – Inexigibilidade - Princípio da preservação da empresa - Falta de legislação específica a que faz referência o art. 68 da nova lei - Precedentes da Câmara Reservada – Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02992114520118260000 – Diadema - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29183)

Recuperação judicial – Competência - Alienação fiduciária em garantia – Crédito excluído dos efeitos da recuperação - Art. 49, § 3º, da lei nº 11.101/2005 - Pretensão da recuperanda à pronta entrega da diferença entre o valor do imóvel alienado fiduciariamente e o montante da dívida liquidada pela consolidação da propriedade fiduciária - Incompetência do juízo da recuperação - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 03067523220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29210)

Falência - Impontualidade - Confissão de dívida - Honorários de sucumbência - Vedação expressa do artigo 42 do Código de Ética e Disciplina da OAB que diz respeito somente àquelas hipóteses em que o crédito reclamado decorre de relação obrigacional envolvendo advogado e cliente, inocorrente na espécie - Existência da dívida parcelada não impugnada - Vencimento antecipado previsto no título, regularmente protestado - Ausência de depósito elisivo - Extinção do processo afastada e falência decretada - Embargos acolhidos para dar provimento ao apelo do autor. (Embargos de Declaração 92176946420088260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29131)

Apelação - Ação com pedido indenizatório e obrigação de fazer julgada improcedente por uma das Varas Cíveis do Foro Central Distribuição à 1ª Câmara de Direito Privado em data muito anterior ao decreto falimentar - Decisões monocráticas e colegiadas proferidas em incidentes recursais – Comunicação sobre o decreto falimentar em maio de 2011 – Decisão monocrática do Relator originário remetendo o julgamento à Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Impropriedade - Exegese dos arts. 6º, § 1º e 76 da Lei n. 11.101/2005 – Ação movida inicialmente contra empresa em pleno exercício de atividade - Citação, julgamento e recurso anteriores à falência - Ausência de vis attractiva - Não incidência do disposto na Res. 207/2007 - Não conhecimento do recurso, com determinação de remessa. Dispositivo: Recurso não conhecido. (Apelação Cível 03464978720098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19150)

Apelações - Controvérsia a respeito de termo aditivo de contrato que estipulou a transferência de veículo automotor - Ajuizamento de execução por quantia certa pela vendedora que culminou na propositura da ação de rescisão contratual e oposição de embargos à execução pelos compradores, apensas para julgamento conjunto - Improcedência das ações. Alegação do não cumprimento das condições pela vendedora para a realização da transferência da propriedade do veículo - Demonstração do levantamento da caução sobre o veículo - Adjudicação do veículo ao sócio da ré, não informada ao Detran - Mera irregularidade conhecida pelos compradores, que não enseja a rescisão do contrato - Determinação para regularização da propriedade junto ao órgão administrativo, que não impede a cobrança do valor do carro, com o que se desacolhem os embargos - Não provimento aos apelos interpostos na ação de rescisão contratual e nos embargos à execução, aplicado o art. 21, do CPC. (Apelações Cíveis 00324089220108260002 e 00324071020108260002- São Paulo -

Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 07/02/2012 - Votação Unânime - Votos nºs 23079 e 23079A)

Agravo retido. Falta de reiteração. Não conhecimento. Propriedade industrial. Título de estabelecimento. Colidência com nome empresarial e marca registrada das autoras. Inadmissibilidade. Precedência do registro daquele. Aplicação do princípio da anterioridade. Procedência da ação de abstenção com pedido cumulado de indenização mantida. Recurso desprovido, não conhecido o agravo retido. (Apelação Cível 00096405220118260451 – Piracicaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23014)

Ilegitimidade passiva. Adquirentes de cotas de sociedade empresária não tem legitimidade para figurar no polo passivo de demanda ajuizada para reembolso do que os autores pagaram por conta de contrato de fiança prestada àquela. Honorários de advogado. Improcedência/extinção do processo em julgamento antecipado. Arbitramento incidente sobre o valor da causa que resultará em verba excedente à equidade. Redução operada. Recurso parcialmente provido, alterado o dispositivo da sentença. (Apelação Cível 00665167920078260576 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23013)

Processo. Hipótese em que o autor, relatando compromisso assumido pela ré, pretende seja ela compelida a pagamento em favor de terceiro. Ilegitimidade ativa e falta de interesse de agir, modalidade adequação. Extinção do processo decretada. Recurso desprovido, alterado o dispositivo da sentença. (Apelação Cível 00248602320098260302 – Jaú - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23044)

Embargos de Declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta ao rejulgamento da matéria posta nos autos - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 03614399020108260000 – Araraquara - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28835)

Falência - Depósito elisivo - Pendência de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial - Determinação de transferência do depósito para outro feito, em que decretada a quebra da devedora - Inadmissibilidade - Inexistência de bem em nome da falida sujeito a arrecadação e liquidação - Direito do credor já reconhecido pelas instâncias ordinárias - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01799750220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel – 17/04/2011 - Votação Unânime - Voto nº 28836)

Recuperação judicial - Homologação de modificativo de plano aprovado por assembleia geral de credores - Analise da viabilidade do plano – Inadmissibilidade - Matéria a ser decidida apenas pelos credores - Precedentes da Câmara Reservada - Ilegalidade da assembleia não demonstrada - Modificativo homologado – Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02435854120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29213)

Recuperação judicial - Locação de imóvel - Pretensão do administrador judicial a que o locatário figure como cotista da sociedade estabelecida no imóvel - Disposição do locatário para tanto - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02863996820118260000 – Fernandópolis – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29188)

Recuperação judicial - Habilitação de crédito - Aplicação da tabela prática do TJSP - Inadmissibilidade, na espécie – Correção monetária conforme índice previsto no contrato original - Art. 49, § 2º, da Lei nº 11.101/2005 - Encargos contratuais incidentes até a data do pedido de recuperação - Cabimento - Art. 9º, II, da mesma Lei – Recurso conhecido e provido em parte. (Agravo de Instrumento 02877463920118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29202)

Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Improcedência - Pretensão, em recurso, a fixação de valor muito diverso do apontado no incidente, com base nas mesmas planilhas recurso não conhecido, nesse ponto. Honorários advocatícios – Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Simples incidente - Sentença não-condenatória - Fixação da verba em R$ 5.000,00 – Multa aplicada em sede de declaratórios afastada - Recurso provido na parte em que conhecido. (Agravo de Instrumento 02944584520118260000 – Sumaré - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29208)

Honorários de advogado – Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Feito que tomou caráter contencioso - Cabimento da verba - Precedentes da Câmara Reservada à Falência e Recuperação e do Superior Tribunal de Justiça - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 03048305320118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29212)

Recuperação judicial - Obrigação assumida via câmara de compensação e liquidação financeira - Exclusão do crédito a pedido de credor após habilitação – Admissibilidade - Artigos 19, 194 e 195 da Lei nº 11.101/2005 - Produto da realização das garantias prestadas pelo participante submetido ao regime da Lei nº 10.214/2001 a ser destinado à liquidação das obrigações assumidas no âmbito das Câmaras - Exclusão do crédito determinada - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 03048998520118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29184)

Recuperação judicial - Decisão que determinou que arrematante de imóvel se abstivesse de desligar quadro de força ainda utilizado pela recuperanda – Admissibilidade - Princípio da preservação da empresa - Art. 47 da lei nº 11.101/2005 – Medida que não impede eventual postulação de indenização, a ser formulada inicialmente em primeiro grau e em sede adequada - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 03079934120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29206)

Falência - Embargos de terceiro – Sentença de improcedência - Apelação recebida no duplo efeito - Designação de praças – Recurso de apelação já julgado, com resultado desfavorável à agravante - Irrelevância do efeito suspensivo atribuído ao apelo - Arrematação que, ademais, deu-se por lanço superior ao valor da avaliação do imóvel - Necessidade, contudo, de observar o regramento da execução provisória - Impossibilidade do levantamento do depósito sem prestação de caução idônea - Art. 475-O, III, do CPC - Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 00190997320118260000 – São José do rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29064)

Embargos de declaração. Omissão inocorrente. Questões suscitadas que não foram objeto de exame em primeiro grau. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00783338320118260000 – Sumaré - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24012)

Falência. Pedido e decreto que se verificou na vigência da lei n. 11.101/05. Descabimento da nomeação do credor como síndico. Opção da nova lei pela profissionalização do administrador judicial. Extinção do processo pela não aceitação do encargo descabida. Falência. Prosseguimento condicionado à realização de depósito em dinheiro para custear o trabalho do que vier a ser nomeado. Hipótese em que a falida foi citada por edital, não tendo sido localizada, assim como seus representantes. Entendimento da Câmara, ressalvado o ponto de vista do Relator, que se amolda aos princípios da nova lei a exigir participação ativa do credor visando à arrecadação de ativo e sua realização. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00026291520078260191 – Poá - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22891)

Falência. Impontualidade. Sustação dos efeitos dos protestos. Suspensão da ação falimentar por um ano. Decurso do prazo que implica no prosseguimento do feito. Hipótese de extinção por falta de interesse de agir. Falência. Instrumentos de protesto que não indicam quem recebeu os avisos respectivos. Irregularidade insanável. Incidência do verbete 361 das Súmulas do Superior Tribunal de Justiça. Recurso desprovido, alterado o dispositivo da r. sentença. (Apelação Cível 00088456520068260566 – São Carlos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22947)

Fraude de execução. Veículo. Falta de registro na penhora no departamento de trânsito e não comprovação da má-fé do adquirente. Alienação eficaz. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02810810720118260000 – São José do Rio Pardo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23098)

Competência. Pedido de falência. Critério do art. 3º da Lei 11.101/05 que é essencialmente fático. Competente para conhecer pedido de falência de empresário ou sociedade empresária é o juízo onde se localiza o principal estabelecimento do devedor. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 03029624020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23880)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00707158820058260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22813)

Agravo de instrumento tirado contra o deferimento da recuperação judicial da agravada. Perda do objeto em face da aprovação do plano de recuperação. Recurso prejudicado. (Agravo de Instrumento 03872270920108260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22925)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00320734520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22812)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Desconsideração da personalidade jurídica da ré. Matéria prejudicada em razão do indeferimento da inicial da ação proposta pela embargante. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00470108520108260100 - São

Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22816)

Embargos de Declaração. Omissão. Obscuridade. Contradição. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01200187020118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22937)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial posteriormente convolada em falência. Impugnação. Honorários advocatícios. Fixação. Cabimento em razão da litigiosidade instaurada no incidente. Valor majorado em razão da extensão dos trabalhos realizados (art. 20, § 4º, do CPC). Decisão reformada. Agravo a que se dá parcial provimento. (Agravo de Instrumento 01345980820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23036)

Embargos de declaração. Contradição e omissão inexistentes. Querela dos acionistas minoritários que deve ser resolvida na via judicial adequada, e não nos autos da recuperação judicial da sociedade. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01543116620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator - Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23042)

Agravos retidos. Prova pericial contábil. Administrador judicial que possui legitimidade para indicar assistente técnico e formular quesitos (art. 12, parágrafo único, da LFR). Quesitos pertinentes. Avaliação da prova que deve ser realizada pelo juiz, seu destinatário final (CPC, art. 131). Oitiva em audiência do perito nomeado pelo juízo e dos assistentes técnicos das partes. Desnecessidade. Causa que estava madura para julgamento. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Agravante que teve a oportunidade de se manifestar sobre os pontos divergentes do laudo pericial e perito que bem se desincumbiu do ônus que lhe foi atribuído. Honorários periciais definitivos bem fixados em razão da qualidade e extensão do trabalho realizado. Decisões mantidas. Agravos não providos. Agravo de instrumento. Recuperação judicial posteriormente convolada em falência. Impugnação. Contrato de mútuo celebrado entre as partes. Quitação do valor de liquidação realizada por meio de pagamento feito pela Parmalat SpA, controladora italiana da agravada. Quitação do valor de adicional de liquidação realizado a posteriori, por meio da transferência de ações emitidas pela Parmalat SpA ao agravante, em cumprimento à decisão proferida nos autos de sua concordata preventiva, em curso na Itália. Prova pericial e manifestação do órgão de apoio à execução do MP (CAEx) conclusivas neste sentido. Crédito inexistente. Impugnação corretamente julgada improcedente. Honorários advocatícios. Fixação. Cabimento em razão da litigiosidade instaurada no incidente. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01661343720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23000)

Agravo. Recuperação judicial. Recurso contra decisão que concede a recuperação judicial. Alegação de que a homologação dependia de prévia decisão sobre as impugnações que não encontra respaldo na lei. Discussão sobre a existência, quantificação e classificação dos créditos não afeta o resultado da assembleia (art. 39, § 2º, da Lei nº 11.101/05). A Assembleia-Geral de Credores só é considerada soberana para a aprovação do plano se forem obedecidos os princípios gerais de direito, as normas da Constituição Federal, as regras de ordem pública e a Lei nº 11.101/2005. Proposta que viola princípios de direito, normas constitucionais, regras de ordem pública e a isonomia dos credores, ensejando a manipulação do resultado das deliberações assembleares é nula. Inclusão de credores garantidos por alienação fiduciária, titulares de arrendamento mercantil e por adiantamento de contrato de câmbio (ACC) nos efeitos da recuperação judicial viola o art. 49, §§ 3º e 4º da LRF. Previsão de carência para

início do pagamento dos credores de 60 meses (5 anos), ou seja, após o decurso do prazo bienal de supervisão judicial do art. 61, "caput", da LRF, impede que o Judiciário convole a recuperação em falência, no caso de descumprimento das obrigações assumidas pela recuperanda. Liberdade para alienação de bens ou direitos integrantes do ativo permanente, independentemente de autorização judicial, afronta o art. 66 da LRF. Proibição de ajuizamento de ações contra sócios, cônjuges, avalistas e garantidores em geral por débitos da recuperanda, configura violação da Constituição Federal. Proibição de protesto cambial ou comunicação à Serasa e SPC, coíbe os credores do exercício de direito subjetivo. Invalidade (nulidade) da deliberação assemblear acoimada de ilegalidades, com determinação de apresentação de outro plano, no prazo de 30 dias, a ser elaborado em consonância com a Constituição Federal e com a Lei nº 11.101/2005, e submetido à assembleia geral de credores em 60 dias, sob pena de decreto de falência. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 01704275020118260000 – Presidente Venceslau - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21012)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Aprovação do plano de recuperação judicial com dispensa da apresentação das certidões negativas de débitos tributários. Possibilidade. Exigência dos arts. 57 da LRF e 191-A do CTN que configura antinomia jurídica com outras normas que integram a Lei nº 11.101/05, em especial, seu art. 47. Abusividade da exigência, enquanto não for cumprido o art. 68 da LFR, que prevê a edição de lei específica sobre o parcelamento do crédito tributário para devedores em recuperação judicial. Decisão mantida. Agravo desprovido. (Agravo de Instrumento 01940573820118260000 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22828)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação (habilitação de crédito). Honorários advocatícios sucumbenciais. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. Multa indenizatória de 50% (artigos 467, CLT). Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Valor da habilitação corretamente apurado pelo juízo a quo. Agravo parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 02095739820118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 21272)

Agravo de instrumento. Falência. Habilitação. Crédito fiscal com vencimento em 2006 e citação da agravada no processo de execução realizada em 2007. Prescrição não configurada. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 02152873920118260000 - São Paulo Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21308)

Embargos de declaração. Agravo de instrumento. Ausência de menção no aresto de que o agravo de instrumento não comporta a dilação probatória pretendida pela recorrente, que demandaria a intimação de inúmeras partes. Exegese do art. 527 do CPC. Embargos acolhidos, sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 02480681720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22806)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação à lista de credores. Impugnação ao valor da causa. Atribuição de valor simbólico que não guarda qualquer relação com o valor do crédito impugnado. Impossibilidade. Exegese do art. 259, V, do CPC. Pretensão de ver seu crédito declarado como extraconcursal. Conteúdo econômico que corresponde ao valor do crédito que se pretende reclassificar. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 02484613920118260000 – Presidente Venceslau - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21652)

Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02512527820118260000 – Mogi-Guaçu - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22804)

Agravo de instrumento. Falência. Decisão que nomeia perito para realizar estudo em outro Estado. Ausência de nulidade. Art. 428, CPC, que prevê a possibilidade - e não necessidade - de o perito ser nomeado pelo juízo em que será realizada a perícia. Impugnação/habilitação. Processo contencioso e cognitivo que admite a produção de qualquer tipo de prova, desde que necessária e pertinente. Inteligência do art. 15, IV, da Lei nº 11.101/2005. Inviabilidade de remessa das partes para a via processual adequada. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02604998320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22943)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 03392054220098260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23023)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Decisão suficientemente fundamentada. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Perícia contábil cuja realização não era necessária. Matéria suscetível de ser decidida por simples cálculo aritmético e com base na documentação apresentada. Acordo judicial homologado. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02698784820118260000 – Presidente Venceslau - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23027)

Agravo de instrumento. Execução. Penhora incidente sobre valores depositados a título de aposentadoria. Impossibilidade. Decisão reformada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02761921020118260000 – Santa Bárbara D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22887)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02801864620118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22798)

Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02882054120118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22805)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração

02991161520118260000 – Junqueirópolis - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22946)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Integral observância dos arts. 9º, II, e 12, p.ú., da Lei nº 11.101/05. Multa indenizatória de 50% (arts. 467 e 477 da CLT). Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Multa prevista no art. 475-J do CPC, todavia, que deve ser excluída em razão da impossibilidade de a agravante efetuar espontaneamente o pagamento do valor da condenação. Decisão reformada. Agravo a que se dá parcial provimento. (Agravo de Instrumento 02992097520118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22277)

Embargos declaratórios acolhidos para que a revogação do protesto alcance anotação na Junta Comercial. (Embargos de Declaração 01364861220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21949a)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 00199573820108201082600001 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22596a)

Embargos declaratórios de José Marciano acolhidos para corrigir erros materiais e para endereçamento da ordem de cancelamento do nome de domínio, rejeitados os manejador por João Sant´Angelo e outra, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 00056442620078260115 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22537a)

Caso envolvendo a Propaven e Consórcio Nacional Autorede - Inúmeros julgados da Corte no sentido de reconhecer a solidariedade das rés com o dever de restituir as quantias pagas pelo sujeito que, acreditando aplicar em fundos para adquirir casa própria, tem as expectativas frustradas pelo inadimplemento absoluto - Tentativa inútil de transmudar a natureza do contrato em investimento em conta de participação - Sentença que contraria a jurisprudência - Provimento para condenar as rés, inclusive em danos morais (R$ 20.000,00). (Apelação Cível 01993522320068260100 - São Paulo Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23283)

Erro substancial - Pessoa idosa que, confiando na filha que a auxiliava na administração dos negócios, assina papéis de transferência de ações do Unibanco, como doação quando, em verdade, pretende regularizar a estrutura para futura negociação - Favorecida que não aceita a liberalidade, tanto que emite, em seguida, procuração para que a mãe negocie as ações, sem necessidade de prestação de contas - Provimento para anular os atos, retornando o bem ao patrimônio da autora, agora interditada judicialmente, admitindo os demais filhos como assistentes. (Apelação Cível 00280471520068260344 – Marília - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22760)

Competência interna - Art. 102, do Regimento Interno - Ação de sócio (Roberto Amado Nasrala) contra sociedade (NV Tecnologia Ltda.) visando participar dos lucros - Ações anteriores entre as partes com recursos julgados pela Quinta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça (agravo de instrumento nº 0132486-71.2008.8.26.0000 e apelação nº 9103135-31.2007.8.26.0000) – Prevenção - Não conhecimento, com ordem de redistribuição. (Apelação Cível 01173038820078260002 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23382)

Empresarial - Ação anulatória ajuizada por integrante de empresa que teve 5% de suas quotas adquiridas por sociedade que figurava como mera investidora - Posterior revelação de que a suposta sociedade investidora pertencia à família de seu próprio advogado, que, associado à outra sócia, logo destitui o autor da administração da empresa e o impede de ter acesso aos seus bens e dependências - Negócio jurídico que não pode subsistir, em virtude do dolo dos réus em criar situação de investimento quando, de fato, a intenção era tomar o controle do grupo econômico - Vício de consentimento caracterizado – Danos morais não provados - Parcial provimento ao recurso, para anular o instrumento particular de compra e venda de quotas de capital social e a respectiva alteração contratual. (Apelação Cível 02658012620078260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23316)

Situação excepcional a justificar concessão de efeito suspensivo a recurso de apelação não dotado dessa virtude (art. 520, IV, do CPC) - Exibição de documentação completa de sociedade empresária para quem não figura como sócio – Matéria controvertida e risco de periculum in mora inverso - Provimento. (Agravo de Instrumento 02979184020118260000 – Jaú - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23153)

Embora o acionista tenha direito (em tese) de acesso aos documentos da companhia, não é permitido que se outorgue licença para que examine toda a documentação acompanhado de técnico para, em seguida, extrair xerocópias dos papéis que considerar importantes Inadmissibilidade de liminar inaudita altera parte, sendo conveniente que se aguarde a resposta da sociedade ou requerimento específico indicando os documentos exatos Não provimento. (Agravo de Instrumento 02576677720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22787)

Prestação de contas - Demanda proposta por sócio sem poderes de administração em face de sócios administradores. Cabimento. Sentença de procedência. Provimento, em parte, do recurso do réu, porque o dever de prestar contas deve ser restrito ao período justificado na inicial. Ademais, um dos corréus não é sócio da empresa, tratando-se de procurador de um dos sócios. (Apelação Cível 02467843620098260002 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator - Ênio Zuliani - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23431)

Embargos à execução - Efeito suspensivo não concedido devido ao não preenchimento dos requisitos previstos no § 1º do art. 739-A do CPC - Inexistência de garantia do juízo, além de não se vislumbrar perigo de dano irreparável às embargantes - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 03066553220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23252)

Embargos à execução - É devido o diferimento das taxas porque expressamente previsto (art. 5°, IV, da Lei Estadual 11608/2003) - Provimento. (Agravo de Instrumento 00402887320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23480)

Tutela antecipada. Compra e venda de ponto comercial. Alegação de descumprimento do contrato e de prejuízos à agravante. Pedido de encerramento da empresa. Matéria complexa e não apresentação de provas contundentes para amparar a aplicação do art. 273 do CPC. Não provimento. (Agravo de Instrumento 03064405620118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23507)

Agravo retido. Arts. 39 e 40 da Lei nº 6.024/74. Natureza objetiva ou subjetiva da responsabilidade dos administradores de instituição financeira. Irrelevância no caso concreto. Agravo retido não provido. Apelos. Ação de responsabilidade de administradores de instituição

financeira. Preliminar de ilegitimidade passiva acolhida em relação aos administradores a quem o Banco Central do Brasil não imputou responsabilidades. Demais preliminares rejeitadas. Relatório elaborado pela Comissão de Inquérito do Banco Central que goza de presunção "iuris tantum". Precedentes do STJ e desta Corte, cabendo aos administradores fazer prova de que não contribuíram para a liquidação extrajudicial, o que não ocorreu "in casu". Providos os apelos interpostos pelos réus cuja ilegitimidade passiva foi reconhecida e improvidos os demais. Honorários advocatícios em ação civil pública movida pelo MP. Descabimento, tanto no caso de procedência quanto no caso de improcedência. Precedentes do STJ. (Apelação Cível 05402924019958260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22822)

Embargos de declaração. Omissão e obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 02021378820118260000 – Ribeirão Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22712)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02070836520098260100 - São Paulo – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22893)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00234341020098260032 – Araçatuba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22900)

Embargos de declaração. Julgamento extra petita. Inocorrência. Omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00829543719998260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22712)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00556607920108260405 – Osasco - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22741)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00111007920098260084 – Campinas - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº - 22899)

Recurso - Agravo de instrumento - Ausência de juntada de peças não obrigatórias na formação do instrumento - Documentos comuns a ambas as partes - Possibilidade dos agravados juntarem a documentação que entenderem conveniente à compreensão da controvérsia por ocasião da apresentação das contrarrazões - Preliminar arguida pelos agravados rejeitada. Cerceamento de defesa Encerramento da instrução processual - Requerimento visando

produção de provas oral e pericial - Preclusão - Matéria apreciada e discutida em despacho saneador - Ausência de interposição do recurso cabível no momento oportuno Inteligência do artigo 183 do Código de Processo Civil - Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça - Não conhecimento. Tutela antecipada Ação cominatória cumulada com indenizatória fundada em propriedade industrial – Deferimento - Preenchimento dos requisitos autorizadores de sua concessão - Laudo pericial minucioso e criterioso apontando a relevância do fundamento da alegação - Fundado receio de ineficácia do provimento final caso não sejam impedidos os réus de continuar a violar o direito da autora Ausência de dano à parte contrária, na medida em que afirmam que deixaram de utilizar a marca, expressão e carrinho da autora desde que as partes acordaram extrajudicialmente tal prática - Reversibilidade da medida Inteligência do artigo 461, § 3º do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento conhecido em parte e nesta desprovido. (Agravo de Instrumento 02595246120118260000 – Barueri - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11850)

Custas – Preparo - Apelação Interposição pelo advogado da parte, visando tão-somente à discussão da verba honorária Limitação da discussão que deve refletir no valor a ser recolhido - Desnecessidade de recolhimento do preparo sobre o valor atribuído à causa - Possibilidade de fixação da base de incidência do valor das custas de modo equitativo, em interpretação razoável do artigo 4º da Lei nº 11.608/03 - Manutenção do indeferimento da gratuidade de Justiça ao apelante - Agravo de instrumento desprovido, com observação. (Agravo de Instrumento 02595748720118260000 – Araçatuba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11847)

Prova – Perícia - Ação inibitória cumulada com indenizatória por uso indevido de produto patenteado e depositado fundada em propriedade industrial Deferimento da produção de prova pericial Impugnação sobre o conteúdo da prova visando a realização de perícia mais ampla - Impossibilidade - Necessidade a ser aferida pelo ao magistrado, como destinatário da prova, de modo a formar o seu convencimento para a solução do litígio - Ausência de prejuízo verificada - Possibilidade de realização de segunda perícia, de ofício ou a requerimento da parte, quando a matéria não restar suficientemente esclarecida - Inteligência dos artigos 130 e 437 do Código de Processo Civil - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02646872220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11845)

Tutela antecipada - Ação cominatória cumulada com indenizatória fundada em propriedade industrial – Deferimento - Preenchimento dos requisitos autorizadores de sua concessão - Produtos fabricados e comercializados que reproduzem ou imitam os sinais, dísticos, símbolos ou emblemas de entidades desportivas registrados junto do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), comprovando a relevância do fundamento da alegação - Fundado receio de ineficácia do provimento final caso não sejam impedidos os réus de continuarem a violar o direito dos autores - Reversibilidade da medida Inteligência do artigo 461, § 3º do Código de Processo Civil - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02664141620118260000 – Bragança Paulista - Câmara Reservada de Direito Empresarial Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11864)

Assistência judiciária - Justiça gratuita – Pedido – Indeferimento - Ocorrência das fundadas razões, nos termos do artigo 5º, caput, da Lei nº 1.060/50 - Incompatibilidade entre o pleito e a capacidade financeira demonstrada pela agravante - Diferimento do recolhimento da taxa judiciária - Impossibilidade - Agravante que não se enquadra em qualquer das hipóteses do artigo 5º da Lei Estadual nº 11.608/03 – Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00003861620128260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11869)

Competência recursal - Litígio sobre cumprimento da obrigação de outorgar escritura pública de bem imóvel - Matéria não inserida na competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial - Inteligência do art. 1º da Resolução n. 538/11 - Redistribuição a uma das Câmaras de Direito Privado. Dispositivo: Não se conhece o recurso. (Apelação Cível 90000319720108260103 – Caconde - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20247)

Agravo de instrumento - Alegação de decisões conflitantes e ocorrência de prevenção e conexão - Decisão da Justiça Federal que concedia a tutela para liberação de mercadorias apreendidas pela Receita Federal e decisão da Justiça Estadual que concedia tutela para apreensão da mercadoria até segunda ordem - Conflito inexistente – Decisão da Justiça Federal condicionada ao cumprimento de legislação específica - Decisões com objetos distintos que se complementam - Inexistência de conexão ou prevenção – Não caracterização - Partes e causas de pedir distintas - Agravo com provimento negado. (Agravo de Instrumento 02124527820118260000 – Santos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18983)

Agravo de instrumento - Competência recursal - Ação de indenização por danos morais e materiais - Utilização indevida de marca - Pretensão de aplicação do artigo 94 do CPC - Aplicação do artigo 100, parágrafo único do CPC - Matéria pacificada pelo C. STJ - Foro que é facultado ao autor sua escolha - Precedentes desta Câmara e do STJ - Agravo com provimento negado. (Agravo de Instrumento 02161915920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 10/04/2012 - Votação Unânime – Voto nº 19015)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e contradição inexistentes - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Caráter infringente - Pré-questionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02162383320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11977)

Competência recursal - Exceção de incompetência - Decisão que acolheu o incidente processual, e determinou a remessa dos autos a uma das varas cíveis da Comarca de Sorocaba/SP - Alegação de que foram encontradas peças contrafeitas nos endereços das duas rés, e como o da ré Chic Outlet se localiza em São Paulo/SP, nos termos do art. 100,V, “a” do CPC, nada obsta a manutenção dos autos onde se encontram - Cabimento - Hipótese na qual, uma vez reconhecido o pedido de abstenção de uso de marca cumulado com pedido indenizatório por sua utilização indevida, restará configurado delito de natureza cível e criminal – Matéria pacificada pelo C. STJ - Foro que é facultado ao autor sua escolha - Inteligência do artigo 100, inc. V, alínea “a” e parágrafo único, CPC - Precedentes desta Câmara e do STJ - Ademais, nos termos do art. 75, § 1º, do Código Civil “tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados” - Decisão reformada - Agravo provido para este fim. Dispositivo: Dá-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02194081320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19049)

Embargos de declaração. Contradição e omissão. Inexistência. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02473346620118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22682)

Prova testemunhal - Audiência de instrução e julgamento - Apresentação do rol de testemunhas – Petição apresentada por protocolo integrado que chegou à Comarca onde o ato deveria ser realizado após o decurso do decêndio legal previsto – Descumprimento de formalidade prevista nas Normas da Corregedoria Geral de Justiça, e prazo previsto no art. 407 do Código de Processo Civil inobservado - Prejuízo da parte adversa caracterizado, pois não observada a antecedência necessária prevista na legislação processual para pleno conhecimento da prova que contra si seria produzida - Entendimento pela extemporaneidade do rol de testemunhas mantido - Agravo não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02492235520118260000 – Assis - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19362)

Tutela antecipada - Concessão em primeiro grau de tutela determinando ab initio que a empresa suplicante se abstenha de utilizar por qualquer modo a marca semelhante à da recorrida - Hipótese de manutenção da decisão agravada, pois suficientes os elementos nos autos para formação de juízo positivo de verossimilhança quanto à possibilidade de confusão e de prejuízos alegados na peça inicial, pois (a) existente registro precedente da agravada tanto em junta comercial, quanto no INPI; (b) comprovado o desempenho de atividades semelhantes - Tutela antecipada mantida - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02493343920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19361)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Marcas e patentes. Agravo que não é intempestivo. Decisão que concede tutela antecipada. Cessão de marca. Guitarras identificadas pelo sobrenome do cedente (Tagima). Cedente que posteriormente cria nova marca, no mesmo ramo de atividade, identificada por seu nome e sobrenome (Seize Tagima). Risco de confusão para o consumidor. Cedente e cessionária que exploram o mesmo ramo industrial (instrumentos musicais-guitarras). Aparente embate entre os princípios da boa-fé contratual e da livre iniciativa. Teoria da distância. Inaplicabilidade à hipótese dos autos, que tratam de marca "forte". Decisão mantida. Agravo improvido, com determinação. (Agravo de Instrumento 02554782920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21767)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e contradição inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado – Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00120661220108260309 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11849)

Tutela antecipada - Abstenção de uso - Concessão em primeiro grau de tutela específica, determinando ab initio que a empresa suplicante se abstenha de utilizar nome comercial semelhante ao da recorrente, uma vez concedido registro em resguardo da requerida e existente a possibilidade de confusão entre os consumidores – Impropriedade - Insuficientes os elementos nos autos para que seja constatada a confusão e prejuízos alegados, porque (a) não comprovado o desempenho de atividades semelhantes; (b) registros no INPI em classes diferentes; (c) logotipos visuais distintos e expressão “velox” que pode ser considerada de uso comum, em diversos ramos nos quais se pretenda agregar qualificação de celeridade na prestação do serviço oferecido - Tutela antecipada revogada - Agravo de instrumento provido. Dispositivo: Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02597930320118260000 – Sorocaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19553)

Apelação. Direito Empresarial. Cooperativa. Preliminares de incompetência absoluta, cerceamento de defesa, inépcia da inicial e ilegitimidade passiva afastadas. Pretensão de reintegração do autor ao sistema de transporte coletivo. Não cabimento. Filiação do autor à cooperativa ré e transferência dos filiados de cooperativa descredenciada a seus quadros não demonstradas. Art. 333, I, do Código de Processo Civil. Elementos dos autos que indicam que o autor não preenchia os requisitos para continuar atuando no sistema de transporte coletivo. Não demonstração de que as pendências nos documentos e no veículo foram solucionadas. Documentos que não são aptos a demonstrar a relação jurídica entre o autor e a ré. Pretensão improcedente. Sentença reformada. Inversão dos ônus da sucumbência. Apelo a que se dá provimento. (Apelação Cível 00012984120118260002 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime – Voto nº 22197)

Recurso - Agravo Interno (§1º do artigo 557 do CPC), dito regimental - Decisão monocrática do relator que negou seguimento a recurso de agravo de instrumento, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil, por considerá-lo manifestamente incabível - Manutenção do decisum – Agravo de instrumento que ataca, via transversa, decisão sobre antecipação de tutela sobre a qual operou-se a preclusão - Agravo interno que se limitou a reiterar as razões contidas no instrumento, sem trazer qualquer fundamento capaz de modificar a decisão monocrática. Agravo interno - Recurso manifestamente infundado - Aplicação de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa atualizado - Inteligência do § 2º do artigo 557 do Código de Processo Civil. Agravo interno desprovido, com observação. (Agravo Regimental 02767663320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11870)

Apelação. Direito empresarial. Ação com pedido de rescisão de contrato de franquia e pedido de devolução de valores. Cerceamento de defesa não configurado. Alegação de descumprimento, pela franqueadora, das cláusulas 7ª e 8.1 do contrato de franquia, relativas à exclusividade territorial da franqueada e ao dever de fornecer tabela de preços. Não demonstração. Art. 333, I, do Código de Processo Civil. Resolução do contrato, no entanto, cabível. Dever da franqueadora de restituir à franqueada R$ 57.850,00, valor aceito pelas partes em tratativas extrajudiciais. Ressalva quanto a não configuração da situação descrita na cláusula 14.1.1 do contrato. Pedido inicial procedente, em parte. Sucumbência recíproca. Apelo da ré parcialmente provido. Recurso adesivo dos autores para majoração da verba honorária. Apelo prejudicado e deserto. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01621090620108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22203)

Recurso - Apelação - Interposição de sentença que julgou improcedentes embargos à execução - Recebimento somente no efeito devolutivo - Inteligência do artigo 520, inciso V do Código de Processo Civil - Descabimento da atribuição do efeito suspensivo ao apelo, que implicaria na violação de regra expressa em lei - Precedentes jurisprudenciais do E. Superior Tribunal de Justiça - Avaliação da proporcionalidade da multa em execução que apenas e eventualmente será possível nos autos dos embargos, cuja apelação interposta devolve ao Tribunal o conhecimento da matéria impugnada - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02798521220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11871)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Marca e nome empresarial. Ação de obrigação de não fazer (abstenção do uso). Tutela antecipada. Cabimento. Proteção do nome empresarial que decorre automaticamente do arquivamento dos atos constitutivos da empresa no registro próprio. Arts. 998, 1.155 e 1.166 do CC, e 33 da Lei nº 8.934/94. Nome de empresa que colide com a marca objeto do depósito, pela agravada, de pedido de registro no INPI. Depósito do pedido que confere à depositante o direito de zelar pela integridade material ou reputação da marca. Art. 130, III, da Lei nº 9.279/96. Decisão mantida. Liminar revogada. Agravo a que se nega provimento, com determinação. (Agravo de Instrumento 02806861520118260000 –

Suzano - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22070)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Prazo em dobro (CPC, art. 191). Incidência mesmo em caso de revelia de um dos corréus. Precedentes do STJ. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 02813556820118260000 – São João da Boa Vista - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22110)

Tutela antecipada - Sustação de protesto – Duplicatas Mercantis - Ação declaratória - Decisão que não concedeu a medida pleiteada - Alega que diante da falta de assessoria, e em razão de a saúde financeira da empresa ser diretamente afetada pela manutenção do protesto, estão presentes os requisitos para a concessão da antecipação de tutela requerida – Legitimidade - Possibilidade de ocorrência de lesão grave e de difícil reparação à suplicante, bem como verossimilhança dos fatos alegados na exordial - Hipótese na qual ausente manifestação quanto à recusa dos bens ofertados em garantia - Aplicação do art. 515, § 1º, do CPC por analogia - Constatação de que os bens foram adquiridos em junho de 2010, não sendo possível ter certeza quanto ao estado de conservação destes, e de quanto seria o valor atual, bem como não se vislumbra fácil alienação – Diante da análise fática e jurídica dos autos, a melhor solução está em deferir a sustação do protesto, desde que prestada a caução em dinheiro - Recurso provido, com observação. Dispositivo: Dá-se provimento ao recurso, com observação. (Agravo de Instrumento 02838257220118260000 – Sorocaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19794)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Alegação de ilegitimidade passiva afastada. Exclusividade de uso da expressão "A lista telefônica de Moji Mirim". Expressão não registrável. Exegese do art. 124, VI, da Lei nº 9.279/96. Decisão reformada. Agravo parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 02852650620118260000 – Mogi Mirim - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22148)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02881023420118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime – Voto nº 22683)

Medida cautelar – Liminar - Pedido - Suspensão da realização ou ao menos dos efeitos de reunião de sócios detentores da maioria das cotas de sociedade limitada, convocada para deliberar sobre destituição do sócio administrador - Deferimento em parte, apenas para acolher o pedido subsidiário de sustação dos efeitos - Manutenção da decisão recorrida - Ausência do requisito da fumaça do bom direito – Constatação da existência de antiga disputa societária entre familiares, iniciada anos atrás com a lavratura do testamento do patriarca, objeto de ação de nulidade movida pela ora agravante – Falta de demonstração cabal do alegado arranjo obscuro para destituir injustificadamente o requerente - Controvérsia, por outro lado, acerca da regularidade formal da convocação da reunião societária, a comprometer a afirmação imediata de sua eficácia - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02916540720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11897)

Ação revisional de cláusulas contratuais - Contrato de licença de uso de marcas e domínio - Recebimento de notificação noticiando a rescisão do contrato anteriormente à data da propositura da demanda - Falta de interesse de agir verificada - Carência da ação - Extinção do processo determinada, de ofício - Prosseguimento da reconvenção - Inteligência dos artigos 267, VI e 317 do Código de Processo Civil - Agravo de instrumento prejudicado. (Agravo de

Instrumento 02988364420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11854)

Competência - Exceção de Incompetência – Empresarial - Propriedade Industrial - Ação ordinária com pedido de indenização por ato ilícito - Concorrência desleal caracterizada pela contrafação de produto patenteado - Demanda que contem pedido de "reparação de danos sofridos em razão de delito" - Competente o foro do domicílio do autor ou do local do fato em que ocorreu o delito - Autora que optou pelo foro de seu domicílio, sendo incabível exigir a ré, diante da faculdade legal, seja demandada no foro do seu domicílio e do local do fato - Inteligência do parágrafo único do artigo 100 do Código de Processo Civil - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 03005183420118260000 – Bauru - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11872)

Prova - Perícia contábil nos livros das empresas pactuantes de promessa de cessão de quotas sociais - Controvérsia a respeito da necessidade da devolução de quantias adiantadas aos agravantes a título de "Promessa de Cessão de Participação Acionária" e sobre a vinculação dos pagamentos demonstrados pela agravada (cessionária) com o negócio, após a rescisão do ajuste – Indeferimento - Descabimento da discussão de culpa pela rescisão, como assentado em decisão saneadora não recorrida - Primeira alegação defensiva que questiona matéria de direito, donde a desnecessidade da prova requerida, sendo a segunda alegação infringente ao despacho saneador irrecorrido - Manutenção da decisão agravada que ratifica a impertinência da prova pretendida - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 03010146320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11931)

Competência - Prevenção - Agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em medida cautelar de atentado - Distribuição por prevenção à causa originária de arrolamento de bens - Competência para julgar o atentado que é sempre do magistrado que conheceu originariamente da causa principal - Aplicação do disposto no parágrafo único do artigo 880 do Código de Processo Civil - Competência em razão da matéria firmada pelo pedido inicial e extensiva a qualquer espécie de processo ou tipo de procedimento - Relação jurídica versada relativa a arrolamento - Matéria que se insere na competência preferencial de uma das Câmaras da Seção de Direito Privado I deste Tribunal de Justiça - Inteligência do artigo 2º, inciso III, alínea "a" da Resolução nº 194/2004, com redação dada pela Resolução nº 281/2006 e Instrução de Trabalho Anexa ao Provimento 71/2007 - Agravo de instrumento interposto no curso do arrolamento de bens - Distribuição e julgamento anterior perante a 6ª Câmara de Direito Privado – Recursos supervenientes julgados equivocadamente por Câmara não preventa - Inocorrência de prorrogação - Prevenção da Câmara que primeiro conhecer de uma causa no Tribunal para o julgamento de todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, oriunda de outro, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados - Afastamento dos juízes que participaram do julgamento anterior que não rompe a prevenção, sendo o novo processo distribuído a quem os substituir ou assumir a cadeira vaga - Inteligência dos artigos 100 e 102 do Regimento Interno deste Tribunal – Precedentes deste Tribunal - Agravo de instrumento não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 03019595020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11898)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Ação de prestação de contas. Pedido de tutela antecipada para retorno do sócio minoritário à administração da empresa. Não cabimento. Evidente rompimento da affectio societatis. Ausência de indícios de práticas ruinosas ou contrárias ao interesse social pelo administrador. Medida pretendida manifestamente inadequada à luz das regras de direito empresarial. Existência de periculum in mora inverso. Liminar revogada. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 03032031420118260000 - São

Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22330)

Prazo - Réplica e contestação à reconvenção – Contagem - Termo inicial - Carga dos autos pelo advogado da parte interessada - Forma de inequívoca ciência do conteúdo da decisão que intimou a autora-reconvinda para manifestar-se nos autos - Intempestividade verificada - Revelia confirmada. Litigância de má-fé - Inocorrência - Não caracterização das hipóteses elencadas pelo artigo 17 do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 03042433120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 10/04/2012 – Votação Unânime - Voto nº 11815)

Tutela antecipada - Ação de exclusão de sócio, cumulada com prestação de contas e reparação de danos – Indeferimento - Ausência do preenchimento dos requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil, autorizadores da antecipação pretendida - Inexistência de prova inequívoca do desvio de atividade da sociedade empresária e de que as transações reputadas irregulares tenham sido realizadas pelo marido da sócia co-ré sem o conhecimento do autor - Necessidade da parte contrária, ainda não citada, apresentar defesa. Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento das questões de direito debatidas – Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 03075725120118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - Votação Unânime - Voto nº 11899)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Reconsideração da decisão agravada comunicada pelo Juízo - Perda do objeto do recurso caracterizada - Recurso prejudicado - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02510820920118260000 – Matão - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12765)

Agravo de instrumento - Impugnação ao crédito - Ausência de documentos – Pretensão à extinção - Afastamento - Considerando ser dilatório o prazo previsto no art. 284 do CPC, não se justifica a extinção do processo, sem julgamento do mérito - Necessária a emenda da inicial ainda que fora do prazo legal, uma vez que se trata de documento indispensável à propositura da demanda - Necessidade de juntada de documento comprobatório dos direitos trabalhistas deferido ao agravado - Recurso não provido, com observação. (Agravo de Instrumento 02577396420118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12840)

Agravo de instrumento - Pedido de falência - Preliminar de não conhecimento - Não cumprimento do art. 526 do CPC - Afastamento - Em razão da existência de duas informações prestadas, na busca da verdade real, constatou-se cumprimento do art. 526 do CPC pela agravante. Preliminar afastada. Agravo de instrumento - Pedido de falência - Fase executiva - Penhora de imóveis - Sentença de separação judicial homologada - Ausência de registro imobiliário - Irrelevância – Precedentes - Conforme orientação jurisprudencial, o bem atribuído ao cônjuge do executado após a homologação da separação judicial não é alcançado pela posterior penhora na execução promovida contra seu ex-cônjuge, sendo irrelevante a circunstância de não ter sido registrada a separação judicial e respectivo formal de partilha - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02637865420118260000 – Santo André - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12773)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Impugnação - Contrato de cessão fiduciária de duplicatas e direitos. Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título no Registro de Títulos e Documentos. Inteligência do art. 1.361, § 1º, do Código Civil. Existência

de registro anterior à propositura da recuperação judicial. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02656953420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Roberto Mac Cracken - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12717)

Habilitação de crédito. Multa decorrente de mora salarial, multa de convenção coletiva de trabalho e a multa prevista no artigo 9º da Lei n° 7.238/84 possuem natureza indenizatória e, como aquelas previstas nos artigos 466 e 477 da CLT, não possuindo natureza punitivo-administrativa, devem ser consideradas como crédito preferencial. Recurso provido. (Apelação Cível 90001615120108260309 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12647)

Falência - Cancelamento da distribuição (art. 257, do CPC) mantido por não ter sido preparada a inicial - Recorrida que insiste em ver examinada matéria que envolve direito de pedir a quebra - Inadmissibilidade diante da prejudicialidade - Inocorrência de litigância de má-fé - Provimento, em parte, para fixar a verba honorária em 10% do valor atualizado da causa. (Apelação Cível 00396990920118260100 - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - São Paulo – Relator Ênio Zuliani – 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23491)

Prestação de contas - Art. 914 do CPC - Venda de estabelecimento comercial pelos sócios - Documentos que comprovam que a ré recebeu sozinha a totalidade do valor pago - Autor que detinha 50% da cotas da sociedade - Dever de prestar contas, independentemente de o autor ter abandonado a administração da sociedade poucos meses após seu início - Sentença mantida - Não provimento. (Apelação Cível 00496584420098260562 – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Santos – Relator Ênio Zuliani – 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23465)

Falência - Pedido rejeitado devido a dívida não atingir o valor de 25 salários mínimos (10,91 salários mínimos) - Aplicação da jurisprudência que não admitia a quebra por dívida de valores ínfimos (Resp. 920140 MT, Resp. 598881 SC e Resp. 959695 SP) e de precedente atualizado que recomenda a observância do art. 94, I, da Lei 11101/2005 (Resp. 805624 MG) - Não provimento. (Apelação Cível 00071747620038260189 – Fernandópolis – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23483)

Marca. Dano moral de pessoa jurídica. Réu que, após obter conhecimento da recusa de pagamento de indenização de seguro de vida cujos beneficiários eram seus filhos, passa a compor conteúdo de site denominado santandernuncamais.com.br. Uso da marca aliada a expressão de menoscabo. Liminar concedida determinando a suspensão do sítio eletrônico e do uso da marca, sob pena de multa de R$ 30.000,00 por evento. Reincidência. Elaboração de site denominado estebanconuncamais.com.br. Aplicação da multa. Recurso para reforma. A simples alteração de parcela do nome de domínio não retira a ilicitude do ato. Valor justificado pelo conteúdo e pelo alcance das manifestações publicadas pelo réu. Não provimento. (Apelação Cível 02556668420098260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23484)

Disputa de nome comercial - Expressão “quilombo” empregada por duas empresas do mesmo segmento empresarial - Denominações que convivem há dezoito anos – Inadmissibilidade de ordem de restrição por tutela antecipada inaudita altera parte - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00351295220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23501)

Perícia - Salário definitivo - Obrigação de quem requer a prova ou de quem se beneficia, de custear a despesa (art. 33, do CPC) - Dever da autora, ora recorrente - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00383565020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23503)

Execução de acordo judicial celebrado em outubro de 2005 - Discussão sobre o alcance da despersonalização (art. 50, do CC) - Inadmissibilidade de atingir patrimônio de sócios que se retiraram da sociedade executada em junho de 2005 – Não provimento. (Agravo de Instrumento 00412950320128260000 – Sorocaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23568)

Medida cautelar – Sócia (32%) que almeja bloquear a conta da sociedade e transferir a movimentação para administração judicial - Ausência de documentos que confirmem a conveniência e oportunidade dessa providência enérgica e que poderá agravar as condições de desenvolvimento da sociedade – Inexistência dos critérios do art. 798, do CPC - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00471765820128260000 – Mogi Mirim – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23549)

Competência - Recurso distribuído ao Desembargador que integra a 20ª Câmara de Direito Privado em 25.5.2010 - Impossibilidade de entender que a competência é da Câmara Reservada de Direito Empresarial, criada no ano de 2011, quando, pela Resolução 538/11, de 2.2.2011, foi escrito no art. 4º: "O disposto nesta Resolução não implicará redistribuição dos processos já distribuídos até a data de sua vigência" Não conhecimento, suscitado o conflito com remessa ao Órgão Especial. (Apelação Cível 00119622620098260286 – Itu – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23285)

Ação de obrigação de fazer - Autores e ré que são sócios de sociedade limitada e que pretendem obter tutela judicial para obter a distribuição de lucros, sob a alegação de que a maioria assim decidira, em reunião de sócios. Contrato que prevê que as decisões sociais devem ser tomadas por 75% do capital social, ao passo que os autores representam apenas 61,25% de tal montante. Aplicação do art. 1.076, III, do CC. Sentença de improcedência mantida. (Apelação Cível 02058067720108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23381)

Compromisso de compra e venda - Estabelecimento comercial - Adquirente que pediu a rescisão do contrato diante do não cumprimento pelos vendedores da cláusula contratual que impunha a entrega de toda e qualquer documentação que visasse o regular funcionamento do estabelecimento - Recurso provido, em parte, para decretar a resolução do negócio por destruição de sua base objetiva, sem imputação de culpa e com ordem de devolução integral das parcelas pagas, descontados apenas as despesas da empresa efetuadas nos meses de janeiro e fevereiro de 2008 pelos réus, a serem apurados em liquidação de sentença, reduzido o percentual da multa para 5% do valor do contrato - Provimento, em parte, para este fim. (Apelação Cível 01266622520088260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator - Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23357)

Apelação - Abstenção de uso de marca - Uso indevido da expressão "Red Park" por empresa atuante no mesmo ramo comercial da autora, titular do registro da marca "Rede Park" - Pedido de indenização por danos morais e materiais – Sentença de parcial procedência para reconhecer o direito marcário – Apelo da autora buscando a condenação por danos morais e materiais - Não ocorrência de abalo efetivo à imagem da autora junto a clientes - Despesas de honorários advocatícios trabalhistas que não podem ser imputadas aos apelados ante a falta de nexo causal - Manutenção integral da sentença - Não provimento. (Apelação Cível 01871999420028260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator - Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23355)

Agravo retido - Prejudicado (art. 523, § 1º, do CPC). Sociedade por quotas Dois sócios detentores, cada um, da metade - Concordância com a saída de um deles, que manifestou

expresso propósito Inadmissibilidade de dissolver a sociedade e determinar a exclusão do outro sócio, sem que haja pedido para esse fim - Razoável aproveitar o processo e condenar a sociedade a pagar ao sócio que deve ser excluído os haveres correspondentes, com inversão do ônus da prova - Vício da sentença sanável - Provimento, em parte, do recurso do autor e não provimento do recurso do réu. (Apelação Cível 01162972820078260008 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23288)

Dissolução de sociedade limitada que se encontra, pela quebra da affectio societatis, inativa desde 2003 - Dissolução parcial de rigor, com a apuração dos haveres dos requerentes, que responderão solidariamente com os demais sócios pelas dívidas existentes até a data da publicação do presente acórdão e na proporção da cota parte de cada um - Sentença reformada - Provimento. (Apelação Cível 01550948320108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23388)

Empresarial - Celebração de negócio jurídico pelo qual o réu adquiriu quotas de empresa (posto de gasolina), se comprometendo a pagar o seu estoque e assumir as suas dívidas - Negócio desfeito diante da inviabilidade da administração do requerido - Pretensão dos autores acolhida, para condenar o réu ao pagamento do estoque, dos alugueres e de débito com a Associação Comercial - Condenação adequada, por decorrer de despesas não quitadas e a que o réu se obrigou por força do contrato - Alegação de estoque inferior e existência de outras dívidas omitidas que não foi comprovada e não permite compensação com os valores a que o adquirente se comprometeu e que correspondem a imóvel e mercadoria efetivamente utilizados - Recurso não provido. (Apelação Cível 00109145520108260073 – Avaré – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23432)

Ação de prestação de contas - Sociedade que ingressa com a medida contra sócio minoritário e não detentor de poderes legais de representação ou de administração - Inadmissibilidade – Não provimento. (Apelação Cível 01907625220098260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23485)

Marca. Abstenção de uso. Produtos com marcas famosas (“ADIDAS” e “REEBOK”) alvos de pirataria com cópias de qualidade inferior e acabamento fora dos padrões - Contrafação que se constata pela comparação dos produtos apreendidos, dispensado produção de prova pericial para esse fim - Necessidade de tutelar a propriedade industrial de maneira ampla, protegendo o fabricante que testemunha o aproveitamento parasitário de seu trabalho e investimento, mediante derrame de imitações baratas que deterioram a imagem do produto copiado. Cabimento do dano moral, na forma do arts. 5º, V e X, da CF e 209 da Lei n.º 9.279/96. Sentença de improcedência. Provimento, em parte, do recurso das autoras, relativamente ao corréu Marcelo, para determinar a abstenção do uso das marcas, condenando ao pagamento de danos morais no valor de R$ 6.000,00, sendo descabida a indenização por danos materiais, já que não demonstrados os alegados prejuízos. (Apelação Cível 01028074620108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23320)

Indenização pleiteada para compor dano decorrente de perda de uma chance (de negociar as quotas de sociedade) - Inadmissibilidade de se obrigar a parte a especificar valor liquido da indenização - Aplicação do art. 286, II, do CPC – Provimento para que a ação tenha regular processamento. (Agravo de Instrumento 00196667020128260000 – Santo André – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23286)

Processo Civil. Pedido de efeito suspensivo do trânsito em julgado da r. sentença. Apelação intempestiva. Os segundos embargos de declaração foram considerados intempestivos porque não se destinavam ao que foi decidido nos primeiros embargos, como deveria, mas ao que foi decidido na r. sentença. A partir dali se contava o prazo para a apelação. Intempestividade bem reconhecida. Inaplicabilidade do art. 538 do CPC. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 00089897820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25758)

Agravo de instrumento. Falência. Pedido de restituição formulado pela agravante que não encontra previsão legal. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01888851820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22834)

Agravo interno - Falência - Administrador - Honorários - Decisão que determinou o depósito, pela requerente da falência, de caução para garantia da remuneração do administrador judicial a ser nomeado, caso ela mesma não aceite o encargo - Possibilidade do adiantamento - Nova lei falimentar que não mais prevê a figura do Síndico dativo - Tese da agravante em confronto com a jurisprudência dominante do Tribunal de Justiça - Recurso improvido. (Agravo Regimental 02110713520118260000 – Franca - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28821)

Falência - Protesto - Edital - Falta de demonstração de que houve oportuna tentativa de intimação pessoal da devedora – Inadmissibilidade - Extinção do processo mantida - Recurso improvido. Falência – Protesto - Imprescindibilidade da identificação da pessoa que recebeu a notificação do protesto, sob pena de inviabilizar o pedido de falência - Súmula 361 do STJ - Extinção do processo mantida, por outro fundamento - Recurso improvido. (Apelação Cível 00090325420088260291 – Jaboticabal - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28554)

Falência - Crédito garantido por alienação fiduciária de direitos creditórios – Quebra que ensejou o vencimento antecipado do contrato de mútuo - Determinação de que os créditos cedidos sejam pagos à massa falida – Inadmissibilidade - Ineficácia do negócio não reconhecida - Hipótese em que se trata de crédito concedido durante a recuperação judicial e, por conseguinte, de natureza extraconcursal - Art. 67 da Lei nº 11.101/2005 - Cessionário fiduciário ao qual se assegura, ademais, a restituição na forma da legislação pertinente - Art. 20 da Lei nº 9.514/97 - Recurso Provido. (Agravo de Instrumento 02484561720118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28851)

Cerceamento de defesa - Recuperação judicial - Impugnação juntada de novos documentos - Alegada ausência de oportunidade para manifestação - Prejuízo inequívoco não demonstrado - Repetição dos atos reputados viciados que se mostra inútil pela falta de qualquer perspectiva de modificação do quadro processual - Nulidade inocorrente – Recurso desprovido. Recuperação judicial - Impugnação - Cessão de crédito - Cedente ainda relacionado no quadro de credores - Pretensão à sua exclusão - Interesse afeto ao cessionário e não a credor estranho à cessão, cuja validade e eficácia não é negada - Recurso desprovido. Recuperação judicial - Impugnação - Quadro de credores - Classificação de crédito – Alegada limitação de hipoteca a valor primitivamente estabelecido em contrato – Existência de aditamento a estender a garantia para outras obrigações - Classificação constante do plano mantida - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02628079220118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Elliot Akel - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 28957)

Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Contrato de participação e contribuição associativa empresarial – Alegação exclusão da recuperanda - Previsão de pagamento de

parcelas certas e determinadas, independentemente da manutenção do devedor no quadro de associados - Cláusula prevendo o vencimento antecipado das prestações ainda não pagas - Discussão aprofundada da validade do contrato incabível, na espécie - Inclusão das parcelas determinada - Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02773267220118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - Votação Unânime - Voto nº 28837)

Propriedade industrial - Uso indevido de marca registrada e nome empresarial "VIC" - Manifesta sinonímia gráfica e fonética entre as duas marcas, de empresas que atuam no mesmo ramo de atividade e na mesma região, como se deduz de seus objetos sociais - Expressão VICK, que, aliada aos demais componentes da marca, é capaz de causar confusão aos consumidores dos produtos, em detrimento da autora, titular da marca VIC - Tutela inibitória concedida para que a empresa ré se abstenha de utilizar a marca e nome semelhantes, bem como em sítio da Internet - Ausência de provas do prejuízo patrimonial decorrente da concorrência desleal – Ausência de prova dos danos morais, que não são 'in re ipsa' por não se tratar de contrafação - Ação parcialmente procedente - Efetivo descumprimento da liminar de tutela antecipada a ser apreciada em sede de execução - Recurso adesivo da autora provido, apenas para afastar a determinação de que o julgado é exigível somente depois do trânsito em julgado da sentença - Recursos principal improvido e adesivo provido em parte. (Apelação Cível 00060827120108260010 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15673)

Contrato de participação financeira – Plano de expansão de rede de telefonia. Pedido que visa à complementação das ações devidas como contraprestação ao investimento inicial do autor, bem como indenização pelo seu inadimplemento. Procedência. Recurso da ré, pretendendo a reforma da decisão com fulcro, dentre outras teses, na prescrição da pretensão do recorrido, bem como na inexistência de relação de consumo. Jurisprudência tranquila desta Câmara Reservada de Direito Empresarial, no sentido da existência de relação de consumo, no cabimento da inversão do ônus da prova constante do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor, na natureza pessoal do direito à complementação de ações, bem como na aplicabilidade da Súmula 371 do C. STJ. O valor das ações deve corrigido com base nos valores apurados nos balancetes do mês da integralização de cada uma delas. Decisão mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 00048053720118260575 – São José do Rio Pardo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15690)

Execução de astreintes. Astreintes decorrentes de descumprimento de obrigação determinada processo de recuperação judicial, consistente da apresentação de extratos analíticos de contas vinculadas a contratos bancários. Multa diária fixada no valor vinte e cinco mil reais, limitada a setecentos e cinquenta mil reais. Redução da multa a 20% do valor do crédito. Ausência de prova de dano concreto causado à devedora pelo atraso no cumprimento da determinação. Possibilidade das astreintes serem revistas ou limitadas a qualquer tempo, adequando-as às suas funções de estímulo ao cumprimento da obrigação e evitando a violação ao princípio do enriquecimento sem causa. Redução da multa a 20% do valor do crédito, suficiente para punir a eventual renitência ao imediato cumprimento da determinação. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00278692120128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15557)

Sociedade limitada - Contrato social que prevê aplicação supletiva das regras das sociedades anônimas - Alienação do controle indireto, sem observância de eventual direito de preferência do sócio minoritário - Inadequação de, em sede de tutela antecipada, desde logo reconhecer a invalidade ou a ineficácia da cessão de quotas a outra pessoa jurídica - Viabilidade apenas de se determinar a vedação de atos que onerem a sociedade, em especial empréstimos e cessão gratuita de serviços de empregados - Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento

00292185920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15594)

Dissolução de sociedade empresarial - Tutela antecipada, para desde logo alijar o sócio que detém 50% do capital social dos poderes de administração e de representação da sociedade - Descrição unilateral de fatos que não permite, com um mínimo de clareza, a constatação da prática de atos ilícitos - Inviável, assim, sem prévia oitiva da parte contrária e amparado única e exclusivamente nos documentos unilaterais juntados por uma das partes, afastar o outro sócio da administração da sociedade - Contrato social que para efeito de assunção de obrigações e alienação de imóveis já exige o consentimento de ambos os sócios - Necessidade de se aguardar a estabilização da lide - Tutela antecipada bem negada - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00359652520128260000 – Monte Azul Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15683)

Apelação e agravo retido. Direito Empresarial. Ação de obrigação de fazer (transferência de domínio eletrônico). Audiência de instrução e julgamento. Pedido de adiamento formulado pela advogada da autora e indeferido pelo magistrado. Justo motivo para embasar o pedido (viagem para o exterior) devidamente comprovado nos autos. Cerceamento de defesa caracterizado (art. 453, II e § 1º, do CPC). Agravo retido a que se dá provimento. Apelo prejudicado. (Apelação Cível 00347043720098260224 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22692)

Apelação. Protesto contra alienação de bem imóvel de empresa. Medida fundada no poder geral de cautela do Juiz. Arts. 798, 867 e 869 do CPC. Não cabimento no caso. Alegação de nulidade da alteração do contrato social em que a coautora se retirava da sociedade. Vício de consentimento. Não propositura de ação cognitiva destinada a desconstituir o ato. Elementos dos autos que não revelam inequívoca existência de crédito em favor da coautora. Sentença mantida. Apelo improvido. (Apelação Cível 00283748520108260451 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22769)

Apelação. Ação declaratória de nulidade de assembleias gerais cumulada com pedidos de destituição de diretores e pagamento de dividendos. Decadência do direito dos autores. Inocorrência. Ações declaratórias que não se sujeitam à prescrição ou decadência. Decreto afastado. Ausência de publicação de editais e de convocação de acionistas minoritários para as assembleias gerais. Violação do art. 124 da Lei nº 6.404/76. Nulidade reconhecida. Destituição de diretores. Pedido que depende de ajuizamento de ação própria pela sociedade. Exegese do art. 159 da LSA. Dividendos. Pagamento indevido. Ações gravadas com usufruto vitalício dos doadores. Cláusulas contratuais que indicam que o falecimento de um ou alguns dos doadores não acarreta a imediata transferência da nua propriedade aos donatários (autores). Sentença reformada. Apelo parcialmente provido. (Apelação Cível 01134839020098260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22775)

Apelação. Direito empresarial. Ação de cobrança. Cooperativa. Rateio dos prejuízos apurados no exercício de 2009. Ré que foi associada da autora durante o período, devendo responder, na proporção da quota subscrita, pelo valor da perda que lhe toca. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00114866620118260011 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22662)

Apelação. Direito Empresarial. Marca. Símbolo oficial da seleção brasileira. Abstenção de uso e indenização por dano material e moral. Art. 87, parágrafo único, da Lei nº 9.615/98. Contrafação incontroversa. Dano material limitado ao número de exemplares apreendidos.

Inaplicabilidade do art. 103 da Lei nº 9.610/98 ao caso. Dano moral à pessoa jurídica. Possibilidade. Não caracterização, na situação concreta. Autora é entidade administradora de desporto, que não se dedica ao mesmo ramo de atividade explorado ilicitamente pelo contrafator. Dano moral não demonstrado e que não decorre automaticamente do fato. Indenização afastada. Sucumbência recíproca. Apelo a que se dá parcial provimento. (Apelação Cível 00236631420108260006 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22684)

Agravo de instrumento. Falência. Classificação de crédito decorrentes de honorários advocatícios sucumbenciais como privilegiado. Pretensão de prazo em dobro para agravar (art. 191 do CPC). Inexistência de litisconsórcio. Mesmo que o recurso fosse interposto pela massa falida e pela sócia, não se aplicaria o art. 191 do CPC. Os prazos previstos na Lei nº 11.101/2005, tanto na falência, como na recuperação, para habilitação, divergência, impugnação, objeção e recurso são sempre únicos, independentemente de os credores agirem individual ou coletivamente. Súmula nº 58 do TJSP. Agravo intempestivo. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00099701020128260000 – São Caetano do Sul – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22659)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Classificação do crédito decorrente de honorários advocatícios. Ausência de peça essencial (art. 525 do CPC). Agravo não conhecido. (Agravo de Instrumento 00145091920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22833)

Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Execução de título extrajudicial (alteração de Contrato Social de sociedade limitada para cessão e transferência de quotas). Substituição da penhora. Hipóteses do art. 656, 'caput', do CPC não demonstradas. Gravame que recaiu sobre rendimentos de aluguéis. Inexistência de provas quanto à necessidade de tais valores para a subsistência do agravante (art. 655-A, § 2º, do CPC). Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 00283845620128260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22776)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Decisão agravada que apenas dá cumprimento à determinação desta superior instância. Ausência de conteúdo decisório. Agravo não conhecido. (Agravo de Instrumento 00332008120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22814)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Razões recursais que não guardam sintonia com os fundamentos da decisão recorrida (art. 524, II, do CPC). Agravo não conhecido. (Agravo de Instrumento 00332596920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22819)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação de crédito trabalhista. Recuperação judicial. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Nulidade da decisão rejeitada. Multa indenizatória de 50% (art. 467 da CLT). Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Manutenção da multa imposta nos embargos de declaração, pois manifestamente protelatórios (CPC, art. 538, parágrafo único). Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00341379120128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator - Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22818)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Integral observância dos arts. 9º, II, e 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05. Multa indenizatória de 50% (art. 467, CLT). Valor que

deve ser computado no crédito do agravado. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00383261520128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22842)

Agravo de instrumento. Falência. Impugnação de Crédito. Inexistência de cópias de peças processuais necessárias à exata compreensão da controvérsia. Recurso deficientemente instruído. Precedente do STJ. Agravo não conhecido. (Agravo de Instrumento 00415185320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22888)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Multa por inadimplência. Art. 467 e 477, CLT. Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00438993420128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22897)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Bens empenhados - Indisponibilidade pelo devedor - Necessidade de aquiescência dos credores com garantia - Alegação de omissão. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00273369620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 27/03/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18024)

Embargos de Declaração. Omissão e contradição inocorrentes. Intenção infringente que busca alterar o julgado. Aclaratório que se presta a pré-questionar disposições legais para alicerçar recursos constitucionais. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00767601020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23798)

Agravo de instrumento. Falência. Impugnação de crédito. Comprovação da origem dos créditos (art. 9º, II, Lei nº 11.101/2005). Títulos de crédito. Necessidade, em razão da existência de indícios de fraude. Preliminar de cerceamento de defesa afastada. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01571428720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20909)

Apelação. Requerida em recuperação judicial. Ação de retificação de quadro geral de credores. Pretensão de adicionamento de crédito ao valor já constante do quadro-geral. Possibilidade. Inteligência do art. 10, § 6º, da Lei nº 11.101/2005. Sentença de procedência parcial mantida. Apelação não provida. (Apelação Cível 02284022620088260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22734)

Agravo Interno. Negativa de seguimento a agravo de instrumento. Argumento de que se interrompeu o prazo pela interposição de embargos de declaração rejeitado porque intempestivo. Inaplicabilidade do art. 191 do CPC. Entendimento da Súmula 58 desta Corte. Decisão mantida por seus fundamentos. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 02031286420118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23455)

Apelação. Falência. Ação de cobrança. Prestação de serviços. Ausência de prova do pagamento dos tributos que, em tese, seriam de responsabilidade da ré. Autora que não se desincumbe de provar o fato constitutivo do seu direito (art. 333, I, do CPC). Sentença mantida

por seus próprios fundamentos, reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 03253283520098260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22660)

Apelação. Embargos de terceiro. Extinção sem julgamento do mérito. Intempestividade da oposição. Art. 1.048 do Código de Processo Civil. Ciência inequívoca do embargante, (comodatário do imóvel) sobre a arrecadação do bem na falência. Sentença mantida. Recurso a que se nega provimento. (Apelação Cível 00158418020108260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22672)

Apelação. Embargos de terceiro. Massa falida. Imóvel vendido por incorporadora por meio de proposta particular. Prova da aquisição e quitação do imóvel. Ausência de registro imobiliário em nome do comprador. Ordem judicial de indisponibilidade dos bens imóveis registrados em nome da falida. Art. 99, VI, da Lei nº 11.101/2005. Indisponibilidade dos bens imóveis, decretada judicialmente, insere-se no elenco exemplificativo do art. 1.046 do CPC. Legitimidade do adquirente e possuidor do imóvel, ainda que indireto, para interpor embargos de terceiro. Averbação de indisponibilidade na tábua imobiliária que configura turbação da posse, direta ou indireta. Extinção do processo, sem julgamento de mérito, por falta de interesse de agir, afastada. Apelo provido para julgar o mérito (CPC, art. 515, § 3º) e acolher os embargos, declarando-se insubsistente a averbação de indisponibilidade. (Apelação Cível 00208476520098260565 – São Caetano do Sul – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22665)

Agravo de instrumento. Falência. Subversão da ordem de pagamento (LF, art. 149). Inocorrência. Agravante que não é titular de créditos com natureza de valores restituíveis, e sim, de créditos com garantia real e quirografários (arts. 83, II e VI, "b", da LF). Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02570883220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21763)

Agravo interno. Decisão monocrática que nega seguimento a recurso deficientemente formado. Razões recursais que não combatem os fundamentos da decisão recorrida. Inadmissibilidade. Recurso não conhecido. (Agravo Regimental 02633032420118260000 – Campinas - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23800)

Apelação. Falência. Embargos de terceiro. Compromisso de compra e venda de bem imóvel. Ausência de prova de quitação do valor do preço. Posse advinda de tais compromissos que não se evidencia merecedora de proteção legal. Embargos rejeitados. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 03383202820098260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22719)

Apelação. Falência. Improcedência. Requerente empresa de fomento mercantil com base em duplicatas faturizadas e contrato de factoring. Ação de anulação das duplicatas cedidas proposta pela sacada contra a faturizada procedente. Improcedência do pleito de falência com condenação da autora como litigante de má-fé e imposição de multa e indenização previstas nos artigos 18 do CPC e 101 da Lei nº 11.101/2005. Deslealdade processual e dolo manifesto da autora não caracterizado. Apelo provido para afastar a multa e indenização impostas à autora. Apelo adesivo objetivando a majoração da condenação da autora prejudicado. (Apelação Cível 00330326320058260602 – Sorocaba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22729)

Embargos de Declaração - Pedido de Falência – Execução frustrada - Ausência de peça indispensável à instrução do pedido - Alegação de omissão, obscuridade e contradição. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 02930031620098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18006)

Falência. Agravo de instrumento contra decisão que autorizou o desmonte de aeronaves. Execução da decisão. Perda superveniente do objeto recursal. Agravo não conhecido. (Agravo de Instrumento 01477831620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22857)

Agravo de instrumento. Falência. Ausência de peça essencial ao conhecimento do agravo (art. 524, III, do CPC). Agravo não conhecido. (Agravo de Instrumento 01524954920118260000 – Paraguaçu Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22857)

Apelação. Falência. Embargos de terceiro. Exclusão de imóveis arrecadados. Acolhimento dos embargos. Recurso atacando a imposição de honorários sucumbenciais à massa falida. Sentença correta. Súmula 303/STJ. Massa falida que contesta o mérito dos embargos e insiste na legalidade da arrecadação dos imóveis. Ao embargado cabe o pagamento dos honorários sucumbenciais. Apelo não provido. (Apelação Cível 00116837920108260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22728)

Agravo. Recuperação judicial. Concessão judicial da recuperação. Inatividade da empresa demonstrada pela Administradora Judicial. Descumprimento do plano de recuperação. Convolação da recuperação em falência com base no art. 73, IV, da LRF. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02361830620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22869)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Crédito da agravante, fixado em moeda estrangeira, que deve ser convertido para moeda nacional com base no câmbio da data de vencimento das obrigações pactuadas, sob pena de afronta ao princípio da equivalência. Investimentos que a agravada mantinha junto ao banco falido. Compensação com o valor devido. Possibilidade (art. 122 da LFR). Encargos que, por terem sido expressamente contratados, devem ser computados no cálculo do crédito da agravante. Decisão reformada. Agravo provido, em parte. (Agravo de Instrumento 02537366620118260000 – Itapetininga – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22894)

Agravo. Impugnação. Recuperação judicial. Crédito relativo à obrigação de entregar 12.216 sacas de açúcar. Exclusão do quadro geral de credores. Não cabimento. Situação que não se subsume a qualquer das hipóteses previstas em lei para a exclusão de créditos. Obrigação líquida e atualizada de acordo com o valor do produto na data do pedido de recuperação judicial. Sujeição aos efeitos da recuperação judicial. Pedido de alteração da classificação do crédito para que figure entre aqueles dotados de garantia real. Pretensão não submetida à análise pelo juízo a quo. Inoportunidade de exame nesta sede. Agravo a que se nega provimento, na parte em que conhecido. (Agravo de Instrumento 02619037220118260000 – Junqueirópolis - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22895)

Agravo de instrumento. Ação declaratória de nulidade de alteração de contrato social distribuída por dependência dos autos da ação falimentar. Decisão que concede tutela antecipada para suspender os efeitos de alteração do contrato social e tornar indisponíveis os bens do recorrente. Procedimento falimentar do qual exsurgiram diversas irregularidades, já apontadas por esta Câmara. Presença dos requisitos do "fumus boni iuris" e "periculum in mora". Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 03054956920118260000 – Santa Barbara D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 27/03/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22417)

Capacidade postulatória. Constatado que o recurso foi interposto por advogados que haviam renunciado ao mandato, nega-se-lhe seguimento por falta de capacidade postulatória da recorrente. (Agravo de Instrumento 02643650220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 17/04/2012 - Voto nº 23442)

Agravo de Instrumento. Sigilo processual. Ação anulatória de deliberação social. Regra de publicidade dos atos processuais que comporta exceções para o decreto de segredo de justiça. Art. 155, CPC. Rol que é exemplificativo, mas não alcança a hipótese dos autos por falta de razão explícita que justificasse a exceção. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado (Agravo de Instrumento 00492603220128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – 27/03/2012 – Relator - Maia da Cunha - Voto nº 25992)

Franquia. Tutela antecipada concedida para impedir que os réus continuem praticando sua atividade comercial. Impossibilidade. Ausência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Providência que representa sério gravame aos agravantes e recomenda a prévia instauração do contraditório. Recurso provido para revogação da tutela antecipada. (Agravo de Instrumento 00670771220128260000 – Santo André – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 11/04/2012 - Voto nº 26002)

Assistência judiciária gratuita. Presunção de veracidade da declaração de pobreza afastada por elementos que demonstram situação financeira incompatível com o benefício. Agravante detentora de quotas sociais de duas empresas e é patrocinada por advogado particular. Circunstâncias que revelam disponibilidade econômica e impõem a análise relativa de presunção de pobreza. Jurisprudência. Custas. Diferimento. Lei nº 11.608/2003. A hipótese dos autos não está contemplada no art. 5º da lei citada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00699187720128260000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 14/04/2012 - Voto nº 26004)

Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Pretensão de recuperanda de majorar os créditos da agravada. Ilegitimidade. Faculdade que é do próprio interessado. Interpretação do art. 8º da Lei 1.1101/05 que se faz em combinação com o art. 6º do CPC. Doutrina e jurisprudência. Extinção do processo sem resolução do mérito bem decretada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00612701120128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 04/04/2012 - Voto nº 25958)

Dissolução de sociedade. Medida cautelar que bloqueou todos os bens da empresa para evitar desvio de recursos. Impossibilidade de cumprimento das obrigações contraídas. Pretensão de pagar as dívidas com o valor bloqueado. Possibilidade a fim de se evitar maiores prejuízos. Recurso provido para tanto. (Agravo de Instrumento 00568489020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 04/04/2012 - Voto nº 25980)

Agravo de instrumento. Consolidação da propriedade do imóvel dado em garantia em favor do credor fiduciário. Princípios da Lei nº 11.105/2005. Recurso prejudicado. Agravo a que se nega

seguimento. (Agravo de Instrumento 00623873720128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 03/04/2012 - Voto nº 23090)

Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Pretensão da recuperanda de majorar os créditos da agravada. Ilegitimidade. Faculdade que é do próprio interessado. Interpretação do art. 8º da Lei 11101/05 que se faz em combinação com o art. 6º do CPC. Doutrina e jurisprudência. Extinção do processo sem resolução do mérito bem decretada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00612684120128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 04/04/2012 - Voto nº 25954)

Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Pretensão da recuperanda de majorar os créditos da agravada. Ilegitimidade. Faculdade que é do próprio interessado. Interpretação do art. 8º da Lei 11101/05 que se faz em combinação com o art. 6º do CPC. Doutrina e Jurisprudência. Extinção do processo sem resolução do mérito bem decretada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00612736320128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 04/04/2012 – 25957)

Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Pretensão da recuperanda de majorar os créditos da agravada. Ilegitimidade. Faculdade que é do próprio interessado. Interpretação do art. 8º da Lei 11101/05 que se faz em combinação com o art. 6º do CPC. Doutrina e jurisprudência. Extinção do processo sem resolução do mérito bem decretada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00612719320128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 04/04/2012 - Voto nº 25955)

Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Pretensão da recuperanda de majorar os créditos da agravada. Ilegitimidade. Faculdade que é do próprio interessado. Interpretação do art. 8º da Lei 11101/05 que se faz em combinação com o art. 6º do CPC. Doutrina e jurisprudência. Extinção do processo sem resolução do mérito bem decretada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00612727820128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 04/04/2012 - Voto nº 25956)

Recuperação Judicial. Habilitação de crédito. Recurso. Interposição de apelação. Inadmissibilidade. Aplicação do art. 17 da Lei 11.101/05. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 90000411720098260576 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 19/03/2012 - Voto nº 23784)

Garantia Fiduciária. Contrato sem registro. Propriedade fiduciária não constituída. Entendimento da Súmula 60 deste Egrégio Tribunal de Justiça. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 00452816220128260000 – São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 20/03/2012 - Voto nº 23909)

Agravo de instrumento. Interposição sem o concomitante recolhimento do preparo. Processamento inviável. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 00577711920128260000 – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – São Caetano do Sul – Relator Araldo Telles – 27/03/2012 - Voto nº 24020)

Marca. Abstenção do uso. Antecipação de tutela. Direito subjetivo da par te e poder-dever do Magistrado se estiverem presentes a prova da verossimilhança das alegações e o risco de dano de difícil reparação. Hipótese em que estão presentes os requisitos. Agravada excluída do cadastro de revendedoras da agravante que continua a usar a marca e símbolos característicos desta última. Ofensa ao direito de exclusividade do uso da marca e

possibilidade de confusão no mercado consumidor, com desvio de clientela e prejuízo à credibilidade da agravada. Recurso provido para conceder a tutela antecipada. (Agravo de Instrumento 00432012820128260000 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 14/03/2012 – Voto nº 25845)

Marca. Abstenção do uso. Antecipação de tutela. Direito subjetivo da parte e poder-dever do Magistrado se estiverem presentes a prova da verossimilhança das alegações e o risco de dano de difícil reparação. Presença dos requisitos legais. Empresa agravada formada pelo sócio que deixou a autora na divisão patrimonial antes realizada e que continua a usar a marca "supermercados UNIÃO SERV", de titularidade da agravante. Possibilidade de confusão no mercado consumidor e desvio de clientela. Recurso provido para conceder a tutela antecipada. (Agravo de Instrumento 00422088220128260000 – Leme – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 13/03/2012 – Voto nº 25839)

Direito Empresarial. Exceção de Incompetência. Franquia. Ação de rescisão contratual c.c. reparação de danos. Cláusula de eleição de foro declarada nula. Impropriedade. Inaplicabilidade dos preceitos do Código de Defesa do Consumidor, tampouco existência de situação fática a excepcionar sua validade. Jurisprudência do STJ e desta Corte. Incompetência territorial que deve ser reconhecida. Recurso provido para tanto. (Agravo de Instrumento 00389298820128260000 – Taubaté – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 09/03/2012 - Voto nº 25840)

Assistência judiciária gratuita. Presunção de veracidade da declaração de pobreza afastada por elementos que demonstram situação financeira incompatível com o benefício. Agravados comerciantes que litigam o reconhecimento da constituição societária bem como sua consequente desconstituição e são patrocinados por advogado particular. Circunstâncias que revelam disponibilidade econômica e impõem a análise relativa da presunção de pobreza. Jurisprudência. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00403268520128260000 – São Caetano do Sul – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/03/2012 - Voto nº 25815)

Medida cautelar – Busca e apreensão – Liminar deferida inaudita altera pars, condicionada à prestação de caução real ou fidejussória – Adequação – Presença dos requisitos de fumus boni iuris e periculum in mora acerca da existência de violação de direito de propriedade industrial (desenho industrial) – Inteligência do disposto no artigo 804 do Código de Processo Civil – Razoabilidade da medida, que confere opção ao requerente, que viu deferido seu pedido liminar – Argumento econômico que é insuficiente para afastar a cautela necessária ao desenvolvimento do processo – Busca e apreensão – Depósito – Incumbência que deve ficar a cargo da requerida–agravada – Medida que visa trazer menores ônus à requerida – Determinação de guarda de amostras dos produtos a serem apreendidos em mãos de terceiro depositário judicial, a fim de resguardar a prova – Agravo de instrumento provido em parte. (Agravo de Instrumento 02867989720118260000 – Itu - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11689) **(Segredo de Justiça)**

Nome de domínio - Hipótese em que é plenamente justificada a emissão de tutela antecipada *inaudita altera parte* - Autora titular do nome *frisomat* e da marca respectiva, pretendendo impedir que aquele que registra como seu mais de 3400 nomes de domínio, continue com a expectativa de fazer uso do registro obtido - Provimento, com multa em caso de desobediência, autorizada a autora a registrar o seu endereço com a expressão *frisomat*. (Agravo de Instrumento 00686481820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23737)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Acórdão que concedeu liminar em medida cautelar, sendo que o Juízo de Primeiro Grau

emitiu sentença definitiva acolhendo a medida cautelar, o que prejudica o próprio âmbito do agravo - Rejeição dos embargos. (Embargos de Declaração 023696343200118260000 – São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22575a)

Agravo de instrumento - Decisão que indeferiu a suspensão do processo após o falecimento da executada - Continuidade do trâmite processual com julgamento de embargos à execução opostos, inclusive, pela falecida - Nulidade dos atos processuais praticados após a comunicação do falecimento - Provimento. (Agravo de Instrumento 02754420820118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23265)

Petição das partes pelo arquivamento, reafirmando composição amigável - Homologação - Extinção decretada na forma do art. 269, III, do CPC. (Apelação Cível 00107425620108260286 – Itu - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23262)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 01708787520118260000 - Câmara Reservada de Direito Empresarial - São Paulo – Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22056a)

Ação de obrigação de não fazer. Tutela antecipada deferida para determinar que as requeridas (agravantes) cessem o uso da marca de propriedade das requerentes (agravadas). Recurso interposto para que as agravantes sejam excluídas da lide. Contexto que permite afirmar a existência de empresas de mesmo grupo econômico. Recomendável a manutenção das agravantes no polo passivo. Não provimento. (Agravo de Instrumento 02959472020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 231080)

Gratuidade judiciária pleiteada por empresário somente quando da apresentação de recurso (art. 511, do CPC) - Recusa de atender determinação do juiz para exibir as cópias das últimas declarações prestadas ao imposto de renda - Recusa que rompe a presunção prevista no art. 4º, da Lei 1060/50, por não ser absoluto o direito da gratuidade - Não provimento. (Agravo de Instrumento 03039038720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23243)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00001136920088260358 – Mirassol - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23177)

Embargos de declaração. Obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 0162109062010820100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23395)

Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração

00012984120118260002 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23398)

Agravo regimental interposto contra a decisão de indeferimento de efeito ativo ao agravo de instrumento - Julgamento do agravo de instrumento e do agravo regimental designado para a mesma data - Agravo regimental prejudicado em razão do julgamento do agravo de instrumento - Recurso prejudicado. (Agravo Regimental 02945944220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial Relator Ênio Zuliani - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23181a)

Embargos declaratórios acolhidos, sem efeito modificativo, apenas para constar art 1063, § 1º, do CC e não art 1061, § 1º, do CC. (Embargos de Declaração 02774375620118260000 – São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22993a)

Condição da ação. Ilegitimidade ativa, para a cobrança de crédito de pessoa jurídica distinta da autora. Acolhimento que não implica a extinção do processo, porque remanesce a legitimidade da autora para a cobrança de crédito relativo a outro título. Recurso, nessa parte, desprovido. Sucumbência. Condenação. Causalidade. A extinção da ação em relação a um dos corréus impõe a condenação do autor ao pagamento dessa sucumbência. Art. 20 CPC. Precedentes STJ. Recurso, nessa parte, provido. (Agravo de Instrumento 00359765420128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15479)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão inexistente - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00145400732009826015 2 – Cotia - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12147)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão inexistente - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo – Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida – Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00018907520118260361 – Mogi das Cruzes - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12120)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão, obscuridade e contradição inexistentes - Caráter infringente – Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00015409320078260081 – Adamantina - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11973)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão existente - Inocorrência de cerceamento de defesa ante a falta de produção de prova oral pleiteada - Ação declaratória de nulidade de alteração contratual, contestando a assinatura aposta no referido documento - Necessidade de prova pericial grafotécnica apta a comprovar a autenticidade da assinatura impugnada - Ônus da prova que cabe à parte que produziu o documento, conforme disposto no artigo 389, II do Código de Processo Civil - Inaplicabilidade do artigo 402, I do Código de Processo Civil - Obscuridade e contradição inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da

finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos acolhidos sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 00060783920108260073 – Avaré - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12094)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Ação cominatória. Decisão que concedeu apenas em parte a antecipação de tutela pleiteada, com o fim somente de determinar que as rés se abstivessem de promover qualquer ato de alienação, promessa de alienação ou oneração das quotas da co-requerida Pantanal e da outorga da concessão para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens até que seja julgado o mérito da causa. Competência da Justiça Comum Estadual e desta Câmara Reservada para julgamento da causa. Nulidade da decisão não configurada, pois não se verificou a alegada preclusão pro judicato. Cabimento da medida de urgência. Art. 273, caput e inciso I do CPC. Alto grau de verossimilhança das alegações deduzidas pelo agravante, evidenciado pelo teor dos documentos que instruem a inicial. Periculum in mora configurado. Ampliação da tutela antecipada concedida em primeiro grau para determinar a imediata transferência ao agravante de 50.01% das quotas da Pantanal, pertencentes à coagravada Vera. Agravo de instrumento a que se dá parcial provimento. Agravo regimental prejudicado, em razão do julgamento do agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento 01663344420118260000 - São Paulo – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21384)

Trespasse – Cláusula penal - Cláusula contratual prevendo substituição de garantias reais (hipotecas sobre imóveis rurais) oferecidas pelos sócios alienantes em contratos bancários firmados pela empresa alienada - Obrigação contratual que seria cumprida noventa dias depois da renegociação das dívidas pelas alienantes - Inércia dos adquirentes - Omissão do contrato quanto ao sujeito passivo da obrigação - Discussão acerca da titularidade da obrigação - Incidência do princípio da boa-fé objetiva - Interpretação sistemática do contrato aponta para a responsabilidade das compradoras pela substituição das garantias hipotecárias outrora oferecidas pelos sócios alienantes - Ação condenatória parcialmente procedente para condenar recorridas ao cumprimento da obrigação contratual – Apelação parcialmente provida para esse fim. Trespasse - Cláusula penal - Cláusula contratual prevendo substituição de garantias reais (hipotecas sobre imóveis rurais) oferecidas pelos sócios alienantes em contratos bancários firmados pela empresa alienada - Obrigação contratual que seria cumprida noventa dias depois da renegociação das dívidas pelas alienantes - Renegociação efetivada, embora intempestivamente - Imprescindibilidade de notificação extrajudicial das compradoras cientificando-as da renegociação - Termo inicial da noventena contratual - Constituição das rés em mora com a citação válida Inexigibilidade da cláusula penal – Subsistência apenas do dever de providenciar a substituição das garantias reais oferecidas pelos autores - Demora ou recusa da instituição financeira credora não imputável às adquirentes, que têm o dever, porém, de promover e negociar as novas garantias, sob pena de incidência de multa diária de R$ 2.000,00, arbitrada pela Turma Julgadora de ofício - Ação de cobrança julgada improcedente - Pedido cominatória procedente – Apelação parcialmente provida. Dispositivo: apelação parcialmente provida. (Apelação Cível 00119048620108260286 – Itu - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18912)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento de danos - Indeferimento em primeira instância de pedido liminar de nomeação de experto profissional para acompanhar os negócios da sociedade, com a realização de um relatório mensal com as informações da situação financeira da empresa - Reiteração do pedido em razões de agravo de instrumento - Ausente verossimilhança das alegações formuladas Intervenção do profissional não justificada solidamente - Resguardo dos interesses da sociedade e sócios majoritários - Manutenção do indeferimento – Recurso não provido. Dispositivo: Agravo de instrumento não

provido. (Agravo de Instrumento 02323593920118260000 – Santos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19171)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Ação cominatória. Decisão que concedeu apenas, em parte, a antecipação de tutela pleiteada, com o fim somente de determinar que as rés se abstivessem de promover qualquer ato de alienação, promessa de alienação ou oneração das quotas da correquerida Pantanal e da outorga da concessão para exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens até que seja julgado o mérito da causa. Julgamento de outro agravo interposto contra a mesma decisão. Análise de todas as alegações aqui deduzidas. Recurso prejudicado. (Agravo de Instrumento 02207921120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21779)

Agravo de instrumento - Medida cautelar de exibição de documentos - Insurgência contra decisão que recebeu a apelação da agravante apenas no efeito devolutivo - Desacolhimento – Recurso que se volta contra efeito expressamente previsto em texto de lei Inteligência do artigo 520, inciso IV, do Código de Processo Civil – Precedentes jurisprudenciais no sentido - Ausente fundamento suficiente ao deferimento do excepcional efeito suspensivo pretendido - Agravo de instrumento desprovido, com observação. (Agravo de Instrumento 02464390820118260000 – Santos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12024)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento de danos - Deferimento em primeira instância de tutela antecipada para determinar a substituição da garantia junto à Cia. Brasileira de Distribuição de Petróleo Ipiranga no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária fixada em R$ 100,00 - Agravo de instrumento voltado à revogação da antecipação de tutela - Argumentação que oscila entre (a) o reconhecimento de que de fato está pendente o cumprimento da cláusula contratual, alegando dificuldade de conseguir a substituição da garantia junto à distribuidora; (b) e não lhe incumbir a providência, amparados em avença entre a agravada e a distribuidora - Argumentos insubsistentes, pois (a) não apresentado qualquer prova quanto à existência e frustração das tentativas; (b) impossível a desconsideração da cláusula firmada entre os litigantes para fazer valer instrumento firmado entre a agravada e a companhia de distribuição em data muito anterior à transferência da integralidade das cotas sociais, e cujo contexto, motivação e vigência são, inclusive, desconhecidos - Verossimilhança das alegações da agravada - Manutenção da tutela antecipada - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02839460320118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19795)

Recurso - Agravo de instrumento – Interposição - Comunicação nos autos do processo originário - Descumprimento do prazo de 3 (três) dias, estabelecido pelo caput do artigo 526 do Código de Processo Civil - Arguição e comprovação pelo agravado - Reconhecimento de sua manifesta inadmissibilidade - Preliminar acolhida – Não conhecimento do recurso. (Agravo de Instrumento 02955462120118260000 – Bauru - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12161)

Exceção de incompetência - Rejeitada em primeiro grau para manter o trâmite da demanda na Comarca de São Paulo, em respeito às disposições contratuais - Alegação do agravante de que (a) o devedor-agravante reside na Comarca de Barueri; (b) a empresa recorrida, cuja sede situa-se na Alemanha, estabeleceu sua filial brasileira também em Barueri; (c) não subsunção do agravante à 31ª alteração do contrato social, não lhe sendo aplicável a cláusula de eleição de foro - Hipótese em que a cláusula de eleição de foro, regularmente convencionada entre as partes, é válida e pode se sobrepor em relação às demais regras de competência territorial - Interpretação conjugada dos artigos 111 e 891 do CPC; 327 do Código Civil; e Súmula 335 do STF - Alteração contratual não subscrita pelo agravante que somente previu a exclusão do

sócio, nada dispondo acerca da cláusula de eleição de foro preexistente e convencionada entre os litigantes - Recorrente que, ademais, sequer suscitou eventuais prejuízos ou dificuldades que ensejassem a relativização do regramento processual aplicado - Manutenção do trâmite da demanda na Comarca de São Paulo - Agravo não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 03057242920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 15/05/2012 - Votação Unânime – Voto nº 20087)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01370436320068260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23196)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02194785520108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator - Pereira Calças - 15/05/2012 - Voto nº - 23194)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e obscuridade inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01474505520118260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12139)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02934893020118260000 – Pirassununga - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23017)

Recurso - Embargos de declaração – Omissão - Reconhecimento - Ilegitimidade ad causam - Ação de prestação de contas objetivando informações referentes à administração de sociedade empresária - Pessoa jurídica que não detém legitimidade para ajuizar ação em nome próprio - Legitimidade ativa de uma das sócias para pedir ao outro sócio e administrador da sociedade que preste contas de sua gestão social - Legitimidade afastada - Carência da ação reconhecida - Extinção do processo nos termos do inciso VI do artigo 267 do Código de Processo Civil em relação à pessoa jurídica - Demais alegações do embargante que visam rediscussão do julgado - Descabimento Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Embargos de declaração acolhidos em parte, com efeito modificativo. (Embargos de Declaração 00717313020088260114 – Campinas - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12114)

Transação - Homologação – Notícia de que as partes formularam ajuste e que as requeridas vêm cumprindo corretamente os termos avençados - Negócio jurídico que pôs fim ao litígio que já se encontrava perfeito e acabado independentemente do julgamento dos recursos anteriormente interpostos - Extinção do processo, com julgamento do mérito, nos termos do artigo 269, III do Código de Processo Civil - Embargos de declaração acolhidos, com efeito modificativo do julgado. (Embargos de Declaração 01515716320108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12136)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão inexistente - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo – Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida – Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01940637020108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12098)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e contradição inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado – Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 03042433120118260000 - São Paulo – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12176)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão, contradição e obscuridade inexistentes - Caráter infringente – Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado – Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 03010146320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12189)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão inexistente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado – Caráter infringente - Pré-questionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo – Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida – Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados (Embargos de Declaração 02916575920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12184)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e contradição inexistentes - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado – Caráter infringente - Pré-questionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02916540720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12185)

Prova - Produção - Encerramento da fase de instrução processual - Desnecessidade da prestação de novos esclarecimentos pelo Perito Judicial - Existência de laudos inicial e complementar nos autos - Convicção do Juiz formada para aplicar com justiça o Direito ao solucionar a controvérsia - Críticas remanescentes às conclusões do Expert passíveis de dirimição no bojo da sentença, conforme informações prestadas pelo Magistrado destinatário da prova - Observância do disposto nos artigos 130, 131, 436 e 437 do Código de Processo Civil - Inocorrência de cerceamento de defesa ou de violação dos princípios do contraditório e devido processo legal - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02967344920118260000 – Laranjal Paulista – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12091)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e contradição inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01941883820108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11951)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e ambiguidade inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado – Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02149972420118260000 – Dracena - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12124)

Recurso - Apelação – Nulidade - Inocorrência - Apresentação, nas contrarrazões ao recurso de apelação, de cópia de folha dos autos relativa à Certidão do Oficial de Justiça em cumprimento do mandado de citação - Desnecessidade de intimação da parte contrária por se tratar de fotocópia que já integrava os autos e que havia sido subtraída após a sentença - Inexistência de prejuízo. Embargos de declaração - Omissão e contradição inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo – Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida – Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01945330420108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12096)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão configurada - Ausência de apreciação das contrarrazões da agravada, interpostas tempestivamente porem não juntadas aos autos - Deficiência cartorária que não pode impedir o análise das razões da parte - Integração do julgado com a apreciação das questões deduzidas pela agravada - Embargos acolhidos para sanar o vício alegado, sem modificação do julgado. (Embargos de Declaração 02730656420118260000 – Praia Grande - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11992)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Sociedade que não possui legitimidade para pleitear em nome próprio a anulação de alterações lançadas em seu contrato social, as quais dizem respeito a direito dos sócios, e não da sociedade. Feito extinto, sem resolução do mérito (art. 267, VI, do CPC). Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 02626874920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22418)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Preclusão. Inocorrência. Documentos dos autos que comprovam que os valores relativos a pró-labore vêm sendo pagos ao autor. Inexistência de provas de que o recorrente venha recebendo quaisquer valores relativos à distribuição de lucros. Circunstâncias no caso concreto que indicam a realização de distribuição mensal de lucros. Sociedade que se dedica exclusivamente à administração de imóveis, cujos encargos locativos são pagos mensalmente. Decisão reformada. Agravo provido, em parte. (Agravo de Instrumento 02925400620118260000 – São João da Boa Vista – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22760)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de fazer - Abstenção de uso - Concessão em primeiro grau de tutela específica, determinando ab initio que a empresa suplicante se abstenha de

fabricar e comercializar produtos com o uso da expressão identificadora “Tio Paco” - Registro pela agravada no INPI - Hipótese em que, entretanto, há verossimilhança quanto às alegações recursais de existência de direito de precedência (art. 129, § 1º da Lei n. 9.279/96), e existência de relacionamento contratual entre os litigantes em período anterior ao depósito do pedido de registro pela agravada que revela conhecimento da recorrida de que a suplicante já utilizava a expressão havia certo tempo Recorrente, ademais, que formulou oposição ao registro no tempo hábil previsto pelo art. 169 da Lei 9.279/9, iniciando procedimento administrativo no INPI e demanda na Justiça Federal para anulação do registro - Verossimilhança também identificada no Juízo Federal - Prejuízos vislumbrados caso mantida a proibição – Revogação da tutela antecipada até formação de convencimento mais sólido no curso das demandas já instauradas - Agravo de instrumento provido. Dispositivo: Recurso provido. (Agravo de Instrumento 03014485220118260000 – Sorocaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19989)

Recurso de apelação - Efeitos - Apelo recebido apenas no efeito devolutivo em decisão interlocutória de primeiro grau - Demanda cautelar ajuizada com o propósito de compelir a sociedade empresarial e uma de suas sócias a dar acesso às demais integrantes do quadro societário a documentos tidos por comuns (art. 844, II do CPC) - Subsunção da espécie à excepcionalidade prevista no art. 520, IV do CPC, que autoriza o recebimento do recurso tão somente no efeito devolutivo - Hipótese, entretanto, em que a aplicação de multa diária na r. sentença ofende a Súmula 372 do STJ, abrindo caminho para a aplicação excepcional do comando previsto no art. 558, parágrafo único do CPC - Relevância da fundamentação e perigo na demora caracterizados tão somente no que pertine à multa diária - Efeito suspensivo parcialmente concedido neste tocante - Agravo de instrumento parcialmente provido. Dispositivo: Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 03049353020118260000 - São Paulo Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20066)

Prova - Perícia contábil - Apuração por profissional técnico, em ação de dissolução de sociedade empresarial cumulada com apuração de haveres - Sociedade empresarial de pequeno porte e elementos que induzem juízo inicial de que a documentação a ser percorrida não destoa muito da rotina do experto nomeado pelo Magistrado singular - Honorários fixados em R$ 10.000,00 que se mostram excessivos no presente momento - Fixação apenas dos honorários provisórios - Diferimento do arbitramento dos definitivos para depois da realização do trabalho - Redução do salário provisório para R$ 3.500,00 - Agravo de instrumento parcialmente provido para esse fim. Dispositivo: Dá-se parcial provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 03086759320118260000 - São Paulo - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20105)

Embargos de Declaração. Obscuridade inocorrente. Recurso com caráter infringente. Negativa de processamento de agravo de instrumento. Processamento como agravo interno. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 00015277020128260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23803)

Recurso - Agravo de instrumento com fundamentos deduzidos contra decisão que imputou à agravante o ônus probatório - Decisão que primeiro se reportou ao tema com ciência pela parte recorrente em prazo muito superior ao decêndio legal - Alegação de que a primeira decisão conteve incorreção que teria inviabilizado sua compreensão Impropriedade - Erro material que não afasta a compreensão de que o ônus probatório estava sendo imputado ao pólo passivo da demanda - Intempestividade configurada - Pressuposto de admissibilidade recursal ausente - Negativa de seguimento a agravo de instrumento mantida - Agravo interno não provido. (Agravo Regimental 02463732820118260000 – Santos – Relator Ricardo Negrão - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21042)

Adequação recursal - Agravo de instrumento contra decisão que considerou inadequado o manejo de recurso de apelação dirigido a decisão de primeiro grau que indeferiu a gratuidade processual - Pedido formulado e indeferido em autos principais - Natureza interlocutória da decisão – Reiterado entendimento jurisprudencial quanto ao cabimento de agravo de instrumento - Erro grosseiro caracterizado - Não aplicação da fungibilidade recursal - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02793239020118260000 – Porangaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19718)

Recurso - Apelação - Juízo de admissibilidade – Decisão monocrática que julgou intempestivo o recurso de apelação - Alegação da recorrente de que deve lhe ser estendida a devolução de prazo concedida aos demais demandados - Hipótese em que o regramento processual é expresso em condicionar a dilação de prazo peremptório à alegação e comprovação de justa causa - Recorrente que não apresentou argumentação oportuna neste sentido e pretende seja relevada sua omissão com a extensão de benefícios de litisconsorte, o que não se compreende admissível no presente caso - Decisão agravada que aplicou regularmente as regras de contagem de prazo processual e revelia - Negativa de seguimento mantida - Agravo interno não provido. (Agravo Regimental 06026923620088260003 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21040)

Recurso - Agravo de instrumento - Peça essencial - Interposição contra decisão que rejeitou exceção de préexecutividade - Ausentes no instrumento cópias dos documentos que embasaram a rejeição - Negativa de seguimento - Legitimidade - Documentos tidos por essenciais - Negativa de seguimento ao recurso mantida - Agravo não provido. Recurso - Agravo de instrumento - Peça obrigatória - Documento indicando inequivocamente a tempestividade recursal - Ausência - Obstáculo à admissibilidade do recurso - Negativa de seguimento a agravo de instrumento mantida - Agravo não provido. (Agravo Regimental 00022335320128260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21061)

Embargos de declaração. Reconhecimento de erro material no aresto. Embargos acolhidos, sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 03032031420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23396)

Embargos de declaração. Contradição verificada. Instrução do agravo com cópia da certidão de intimação da decisão agravada publicada no DJe. Possibilidade (art. 4º, § 2º, da Lei nº 11.419/06). Decisão anulada. Agravo conhecido, todavia, não provido no mérito, haja vista que ausentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. (Embargos de Declaração 02881023420118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23394)

Protesto contra alienação de bens - Pleito de averbação nos registros imobiliários de quase uma dezena de prédios dos requeridos - Medida gravosa, que impõe, na prática, severa restrição ao patrimônio alheio, sem necessidade do ajuizamento de ação principal – Pretensão de fundo que envolve fatos complexos e antigos de mais de três décadas, sem força para determinar, inaudita altera parte, a averbação do protesto no registro imobiliário - Decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00209570820128260000 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15657)

Direito empresarial - Anulatória de Assembléia com pedido subsidiário de indenização - Insurgência quanto à forma de cálculo do título de sócio efetivo patrimonial - Atualização dos títulos dos associados da BM&F desvinculada do patrimônio, em observância a deliberações societárias anteriores à própria admissão do autor em seu quadro associativo, ocorrida em

2002 - Possibilidade, ademais, de fixação do valor dos títulos de forma desatrelada do patrimônio social - Desmutualização da BM&F, com cisão parcial do patrimônio para constituição de uma sociedade anônima que não alterou o modelo de estipulação do valor dos títulos - Cumprimento das exigências estatutárias que determinavam a expedição de ofício circular três dias úteis antes do conclave, com a afixação no quadro de avisos da Bolsa - Inexistência de irregularidades na convocação, precedida, inclusive, por uma pré-convocação, sendo descabido o pedido de anulação da 52ª Assembléia Geral Extraordinária - Sentença mantida - Não provimento. (Apelação Cível 01840830220108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23687)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão, contradição, obscuridade e erro material inexistentes - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Caráter infringente – Pré-questionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00004569520108260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12097)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e obscuridade inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado – Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00378330720000326011 4 – Campinas - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12170)

Falência. Sentença de extinção. Coisa julgada formal que não impede a repropositura da ação. Possibilidade de citação por edital conforme prevê a Súmula 51 desta Egrégia Corte. Recurso provido para anular a r. sentença. (Apelação Cível 00078408820118260224 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15242)

Propriedade Industrial. Pedido de abstenção de produção e comercialização de baús para motocicletas, cumulado com indenização. Ausência de prova da comercialização. Produtos que não foram expostos à venda, o que impede a vulgarização e depreciação do titular da marca. Sentença que julgou a ação improcedente, pois sem a prova do dano não há o dever de indenizar. Recurso voltado a alterar essa solução desprovido. (Apelação Cível 01833990732009826010 0 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15252)

Embargos de terceiro. Imóvel adquirido por sócios que se retiraram da sociedade, a qual por ter dívidas pendentes teve tal bem penhorado. Alegação de desconhecimento desta circunstância que não prospera. Aquisição quando já existia ação de conhecimento em curso, portanto configurada fraude à execução. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00444454120118260577 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15251)

Indenização. Dano moral. Compra e venda de estabelecimento comercial. Cláusula que atribui aos réus responsabilidade pelos débitos pretéritos à venda. Compradores que responderam por débito trabalhista de antigo empregado contratado pelos vendedores. Simples descumprimento de um dever contratual que não tem o condão de gerar o dano moral pretendido. Verificação apenas do dano material. Ausência de violação a direito da

personalidade. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00166170420078260224 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15271)

Habilitação de crédito. Extinção por falta de interesse processual. Apelação. Cabimento do recurso de agravo. Inteligência do art. 17 da Lei 11.101/05. Interposição de recurso diverso do previsto em lei configura erro grosseiro, impedindo a aplicação do princípio da fungibilidade. Precedentes desse E. Tribunal. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 90000090620038260161 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15488)

Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Indeferimento reformado. Possibilidade, desde que haja comprovação da insuficiência de recursos. Demonstração de resultado do último exercício que aponta lucro líquido negativo de mais de R$ 50.000,00. Situação econômico-financeira precária comprovada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00253870320128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 –Votação Unânime - Voto nº 15226)

Citação. Ação declaratória de reconhecimento de participação societária c/c pedido condenatório. Empresa estrangeira sócia majoritária de empresa nacional (90% das quotas sociais). Possibilidade de citação na pessoa do representante legal, ainda que sem poderes para receber citação. Inteligência dos art. 12 VIII CPC, art. 1138 CC, art. 2º da IN/DNRC 76 e art. 119 LSA. Necessidade de manutenção, em território nacional, de representante com poderes para receber citação. Ausência. Citação efetuada, portanto, válida e eficaz. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00292636320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15410)

Sociedade. Indeferimento da Inicial. Ação declaratória de inexistência de vínculo jurídico entre sociedade e sócio minoritário, ora apelante, que não tinha poder de gestão. Alegação de atos praticados sem o seu conhecimento. Propositura de diversas ações contra sociedade que teve desconsiderada sua personalidade jurídica, atingindo o patrimônio do apelante. Coisa julgada afastada, porquanto ação anterior tinha pedido diverso. Recurso provido para anular a r. sentença para regular prosseguimento da ação. (Apelação Cível 00402577420118260554 – Santo André – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15470)

Justiça gratuita. Indeferimento. Não basta a mera declaração, a pobreza deve ser comprovada. Ausência. Prazo para comprovação. Lei 1.060/50. Recurso desprovido, com observação. (Agravo de Instrumento 00709623420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15481)

Tutela antecipada. Dissolução parcial de sociedade. Retirada de sócio. Indeferimento reformado. Sócio retirante amplamente minoritário (1% das quotas sociais), sem poderes de administração. Notificação prévia, no prazo da lei. Art. 1029 CC. Ausência de affectio societatis. Presença dos requisitos do art. 273 CPC. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00712680203201282600000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15483)

Marca. Empresas que atuam no mesmo seguimento econômico e mercadológico. Marca “AJOS” registrada pelo INPI em nome da autora. Impossibilidade do uso pela ré desse nome com a finalidade de evitar confusão. Irrelevante o fato de estarem cadastradas em classes diversas. Recurso não provido. (Apelação Cível 00116980620088260072 – Bebedouro – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15487)

Tutela antecipada. Natureza de medida cautelar. Fungibilidade. Art. 273 §7º CPC. Decisão mantida. Domínio aparentemente registrado pelo agravado há 7 anos, e que não remete à página eletrônica indicada pela agravante, mas sim a blog sem fins lucrativos. Ausência de perigo na demora. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00671707220128260000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15476)

Cumprimento de sentença (apurar haveres de sócio excluído) - Fato novo que revela o valor exato das quotas, em virtude de negócio oneroso realizado pelos sócios que permaneceram - Legalidade de se aproveitar os termos da negociação para liquidar o quantum do título judicial pendente - Inexistência de prejuízo aos litigantes - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00493374120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23505a)

Habilitação retardatária - Inexigibilidade do preparo – Agravo provido de acordo com precedentes da Câmara Reservada à Falência e Recuperação. (Agravo de Instrumento 00607999220128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23674)

Competência interna - Recurso distribuído ao Desembargador Miguel Brandi, da 7ª Câmara de Direito Privado, em 21.6.2011, que, com isso, ganhou a competência pela livre distribuição - Equívoco na remessa para a Câmara Reservada de Direito Empresarial que, embora criada em 2.2.2011 (Resolução 538/11) só foi instalada (e passou a funcionar) em 30.6.2011 - Inadmissibilidade de redistribuição por não existir competência antes da instalação - Não conhecimento e conflito suscitado. (Agravo de Instrumento 0125352850118260000 – São Roque – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23702)

Agravo de instrumento - Ação ordinária - Tutela antecipada em matéria societária - Pedido de alteração na estrutura societária, com a admissão de novo sócio e majoração do capital social - Discordância do representante do sócio majoritário falecido – A alteração social realizada pelo Espólio, atinente à destituição de administrador, está em conformidade com a alteração firmada anteriormente com os autores da ação - Alteração pretendida que deve ser submetida à apreciação do Espólio - Impossibilidade de concessão da liminar sem audiência da parte, em atenção ao contraditório - Não provimento. (Agravo de Instrumento 02257945920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23748)

Habilitação de crédito - Necessidade de aproveitar o instrumental - e deferir o pedido diante da incontestável certeza da dívida - Provimento. (Apelação Cível 90000037220058260405 – Osasco – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23594)

Concorrência desleal - Rescisão de contrato de locação comercial (ramo de pizzaria) - Locador que pretende instalar no local o mesmo ramo de atividade, sendo que o antigo inquilino pretende inaugura venda de pizzas a menos de trinta metros - Interpretação do art. 52, § 1º, da Lei de Inquilinato e outras normas que regulam o exercício do comércio - Tutela antecipada (abstenção) mantida - Não provimento. (Agravo de Instrumento 03032118820118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23498)

Apelação - Ação de cobrança - Empresa falida que sofre descontos indevidos em sua conta-corrente - Ausência de habilitação da instituição financeira credora no juízo universal da falência - Impossibilidade de dedução automática do valor da dívida, o que contraria a

legislação falimentar, especialmente em virtude da publicidade da sentença que decreta a falência - Inteligência do art. 115 da Lei n.º 11.101/05 - Necessidade de prévia habilitação, nos termos dos arts. 9º e 10 da Lei – Não provimento. (Apelação Cível 00052721420118260220 – Guratinguetá – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23688)

Agravo tirado contra decisão que teria admitido a "extensão e prorrogação de pagamentos" até instalação da assembleia de credores - Inexistência de ato judicial explicito nesse sentido, sendo que o trecho transcrito no agravo como sendo decisão judicial é, na verdade, requerimento formulado pelos interessados - Impossibilidade de rever o que não foi decidido – Não conhecimento. (Apelação Cível 00047027220128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23584)

Preclusão - Manifestações explicitas e outras silenciosas revelando desinteresse pela prova oral, com posterior pedido de oitiva de testemunhas quando designada audiência apenas para coletar depoimentos das testemunhas arroladas oportunamente pela parte adversa - Interpretação dos arts. 407 e 473, do CPC - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00289561220128260000 – Embu das Artes – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23455)

Competência - Ação de restituição promovida por massa falida de empresa domiciliada no Paraná contra massa falida de empresa que teve sua falência decretada na Capital - Competência que se regula pela vis attractiva da massa falida ré e não tendo em vista a massa falida autora Art. 76, da Lei 11101/2005 - Provimento. (Agravo de Instrumento 00293943820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23454)

Medida cautelar de arrolamento de bens - Situação fática que propicia a providência, em função de evidencias sinalizando que o recorrente assumiu, de fato, o controle de empresas e que estaria transferindo o patrimônio imobilizado de forma a prejudicar os direitos daqueles que figuram como sócios das empresas - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00336762220128260000 – Guarujá – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23452)

Ordem de estorno de valores que banco retirou de conta da empresa em recuperação para satisfação de dívidas que estariam suspensas ou que seriam submetidas ao regime da Lei 11101/2005 - Inadmissibilidade de peticionar, no Tribunal, com extratos para demonstrar que não ocorreram bloqueios ou transferências, por constituir matéria da competência do Juízo de Primeiro Grau - Necessidade de criar cognição específica, sob pena de suprimir grau de jurisdição - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00359773920128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23499)

Concorrência desleal - Marca nominativa - Autora da ação que obteve, em 2006, registro no INPI da expressão "Nanocomplex" para linha de cosméticos - Inadmissibilidade de concorrente empregar a mesma expressão na apresentação de suas mercadorias - O vocábulo "nano" (medida ou manipulação da matéria numa escala atômica e molecular) é da ciência, sendo comum, o que não significa seja vulgar a expressão obtida pela junção de palavras - Tutela antecipada mantida, inclusive com a preservação dos valores das multas diárias - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00362459320128260000 – Jaguariúna – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23504)

Cumprimento de sentença (apurar haveres de sócio excluído) - Fato novo que revela o valor exato das quotas, em virtude de negócio oneroso realizado pelos sócios que permaneceram - Legalidade de se aproveitar os termos da negociação para liquidar o quantum do título judicial pendente - Inexistência de prejuízo aos litigantes - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00407356120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23505)

Marca de serviço - Primazia conferida à sociedade que, com muito mais tempo de existência e personificação, registrou a expressão "Canadá" como marca de serviço na classe "limpeza, conservação e imunização de imóveis e logradouros públicos" - Permissão, no contexto, para registro de localização geográfica e aproveitamento irregular pela empresa concorrente - Perigo de confusão que deverá ser eliminado - Não provimento. (Apelação Cível 00208485002009826056 5 – Praia Grande – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23591)

Marca - Abstenção de uso - Uso não autorizado da marca de propriedade da autora. Expressão de marca registrada pela autora "WZ" que colide com expressão "W¦Z" utilizada pela empresa-ré, para vender produtos semelhantes. Identidade fonética. Possibilidade de associação entre as marcas. Não comprovação de que a loja-requerida não existe mais. Provimento, em parte, do apelo da requerida, apenas para reduzir o valor fixado a título de honorários advocatícios. Não provimento do recurso adesivo da autora. Apelação Cível 01329380420108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23727)

Pedido de falência distribuído em Suzano - Resposta da requerida informando a incompetência, devido a precedência de pedido de recuperação judicial em curso na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais Juízo que, diante de tal manifestação, dá oportunidade para pronunciamento da credora - Legalidade, nos termos do art. 327, do CPC - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00493218720128260000 – Suzano – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23576)

Agravo intempestivo - Pedido de reconsideração que não suspende ou interrompe o prazo do art. 522, do CPC - Não conhecimento. (Agravo de Instrumento 00508349020128260000 – Marília – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23586)

Gratuidade judiciária - Cessão de quotas - Sócia que recebeu R$ 20.000,00 e executa igual importância - Outra renda fixa (mensal) de R$ 1.650,00 - Inocorrência de miserabilidade - Não incidência da Lei 1060/50 - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00520508620128260000 – São Sebastião – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23585)

Gratuidade judiciária - Possibilidade de conceder os benefícios da Lei 1060/50 à pessoa jurídica, desde que se prove a impossibilidade de cumprir os encargos da Lei Estadual 11608/2003 - Requisitos presentes - Provimento. (Agravo de Instrumento 00539085520128260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23595)

Dissolução parcial de sociedade e exclusão de sócio. Alegação de administração temerária e graves atos levados a efeito por sócio. Reconhecimento. Sentença que dissolve parcialmente a sociedade, excluindo do polo passivo um sócio ao qual não foi atribuído qualquer ato, bem como a própria pessoa jurídica. Apelo requerendo a manutenção de tais pessoas no polo passivo, redução de multa aplicada aos requerentes e elevação da verba honorária. Provimento, em parte, apenas para manter a sociedade no polo passivo e afastar a multa.

(Apelação Cível 00127208320118260011 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23740)

Agravo tirado de decisão que, em incidente de impugnação à gratuidade judiciária (apenso) mantém o benefício - Recurso de apelação como único cabível (art. 17, da Lei 1060/50) – Inúmeros precedentes do STJ nesse sentido e que reforça a inocorrência de erro escusável - Não conhecimento. (Agravo de Instrumento 00582406520128260000 – Quatá – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23629)

Valor da causa - Pedidos indenizatórios ilíquidos - Inadmissibilidade de ser pinçado um valor aleatório como se expressasse o proveito econômico desejado pelo autor Interpretação do art. 258, do CPC - Estimativa de R$ 50.000,00 que atende as finalidades do valor da causa - Provimento. (Agravo de Instrumento 00589464820128260000 – Guarujá – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23651)

Agravo de instrumento contra capítulo de sentença (antecipação de tutela, em parte) - Necessidade de imediato cumprimento de matéria incontroversa e que consta de cláusula do contrato (dever dos cessionários, ora recorrentes, de pagamento de impostos que seriam do cedente) - Agravante que informa ter perdido interesse no recurso, ante a expedição de ofícios e suspensão de multa - Recurso prejudicado. (Agravo de Instrumento 00679553420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23736)

Protesto contra alienação de bens - Pleito de averbação nos registros imobiliários de quase uma dezena de prédios dos requeridos - Medida gravosa, que impõe, na prática, severa restrição ao patrimônio alheio, sem necessidade do ajuizamento de ação principal - Pretensão de fundo que envolve fatos complexos e antigos de mais de três décadas, sem força para determinar, inaudita altera parte, a averbação do protesto no registro imobiliário - Decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00209570820128260000 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15657)

Tutela antecipada. Ação declaratória. Indeferimento mantido. Ausência de prova inequívoca do direito alegado. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00679821720128260000 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15442)

Prestação de contas. Ação que se desenvolve em duas fases distintas: a primeira tem por objetivo apurar apenas a obrigatoriedade ou não do dever de prestá-las, e a segunda a análise das contas e a apuração de saldo a ser executado. Julgamento da primeira fase correto porque o dever de o réu prestar contas decorre do simples fato de ser sócio administrador da sociedade comercial. Contrato social no qual a autora figura como sócia. Conjunto probatório suficiente à demonstração do quanto alegado. Sentença acertada. Recurso improvido. (Apelação Cível – 00354499720098260068 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime – Voto nº 25907)

Apelação. Deserção. Reconhecimento. A prova do recolhimento do preparo e do porte de remessa e retorno, no ato de interposição do recurso, é pressuposto de admissibilidade recursal. Art. 511 do CPC. Jurisprudência pacífica do Colendo Superior Tribunal de Justiça e deste Egrégio Tribunal de Justiça. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01860005620108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25744)

Competência. Resolução 538/2011. Matéria ligada a contrato de compra de ações (cota parte). Prestação de contas cumulada com cobrança. Controvérsia fundada na titularidade do direito do autor, ora apelante, em razão da ausência de integralização das cotas junto ao banco réu. Matéria que não se insere na competência exclusiva das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Não conheceram do recurso e determinaram a redistribuição. (Apelação Cível - 01267595420108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25797)

Processo Civil. Recolhimento de custas da apelação a ser realizado nos termos do art. 4º, II, da Lei 11.608/2003, sem atualização do valor. Reconhecimento de sociedade em conta de participação cc. reembolso de lucros e patrimônio líquido. Extinção sem julgamento do mérito com base no art. 267, VI, do CPC. Constituição de sociedade em conta de participação que deve ser reconhecida, pois os requeridos admitiram o fato em contestação. Artigo 334, II, do CPC. Sucumbência recíproca. Art. 21 do CPC. Recurso provido. (Apelação Cível 00035515720098260168 – Dracena – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime – Voto nº 25755)

Obrigação de fazer c.c danos morais. Registro de distrato que não é obrigação exclusiva das rés porque longe de se inserir em ato de administração da sociedade. Autora que poderia ter solicitado a via original do documento, inclusive por meio de notificação extrajudicial, para tomar a providência de dar baixa no cartório de títulos e documentos. Inexistência de dano moral. Recurso improvido. (Apelação Cível 00246072520108260003 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25766)

Cautelar preparatória à dissolução parcial de sociedade. Possibilidade de deferimento de liminar em processo cautelar sem oitiva da parte contrária (artigo 804 do CPC). Dissolução parcial por vontade de sócio que pode ser tanto judicial quanto extrajudicial. Considerações acerca da legitimidade ativa na cautelar e no processo principal. Cessão de quotas societárias não finalizada. Interesse de agir presente. Circunstâncias do caso concreto que, contudo, não justificam a liminar concedida. Recurso provido para revogá-la. (Agravo de Instrumento 00275712920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25756)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Assistência judiciária gratuita. Presunção de veracidade da declaração de pobreza afastada por elementos que demonstram situação financeira incompatível com o benefício. Agravada que é titular de quotas de sociedade, despende com aluguel montante não condizente com aquele que aufere da empresa, indicando a existência de outra fonte de renda, e é patrocinada por advogado particular. Quadro que, aliado ao valor da causa, revela a capacidade da agravada de custear a demanda sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Recurso provido por decisão monocrática para revogar o benefício. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00318141620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26041)

Agravo Interno. Artigo 557, § 1º, Código de Processo Civil. Marca. Abstenção do uso. Antecipação de tutela. Direito subjetivo da parte e poder-dever do Magistrado se estiverem presentes a prova da verossimilhança das alegações e o risco de dano de difícil reparação. Presença dos requisitos legais. Empresa agravada formada pelo sócio que deixou a autora na divisão patrimonial antes realizada e que continua a usar a marca “supermercados UNIÃO SERV”, de titularidade da agravante. Possibilidade de confusão no mercado consumidor e desvio de clientela. Recurso provido para conceder a tutela antecipada. Agravo Interno improvido. (Agravo Regimental 00422088220128260000 – Leme – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26066)

Marca. Abstenção de uso. Exclusividade incabível. Art. 126, VI da Lei 9279/96. Expressão "Diário da Região" de uso comum no ramo de jornais e periódicos. Impossibilidade de concorrência desleal e confusão entre os consumidores, em razão da localidade das empresas. Improcedência acertada. Recurso improvido. (Apelação Cível 00289679220098260405 – Osasco – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26023)

Falência. Habilitação de crédito tributário. Prerrogativa da Fazenda Pública de optar entre a execução fiscal e a habilitação de crédito na falência. Falta de interesse de agir pela inadequação da via eleita afastada. Aplicação do art. 515, §3º, CPC. Decadência e prescrição, inclusive prescrição intercorrente, não configuradas. Encargo legal que é exigível da massa falida independentemente da via processual utilizada. Entendimento consolidado do STJ. Habilitação deferida. Crédito tributário que será atualizado até a data da quebra e incluído na classe respectiva. Encargo legal que também sofre atualização até a data da quebra, mas é incluído como crédito quirografário. Recurso provido. (Apelação Cível 00060234119998260278 – Itaquaquecetuba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25970)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Ação ordinária. Tutela antecipada concedida para a abstenção dos agravantes de praticar a mesma atividade desenvolvida pelos agravados, durante cinco anos a partir da venda de estabelecimento comercial com a mesma atividade que antes lhes havia vendido. Prova da verossimilhança traduzida na sentença de procedência, e risco de dano irreparável pela inocuidade da sentença em razão do decurso do tempo. Tutela bem concedida, inclusive com a finalidade de assegurar o resultado prático da r. sentença. Tutela antecipada pedida desde o início. Admissibilidade da sua concessão em embargos declaratórios que possibilitam ao Juiz integrar ou suprir omissão da decisão embargada. Jurisprudência do STJ. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado por decisão monocrática. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00053541312012826000 0 – Teodoro Sampaio – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26059)

Propriedade industrial. Abstenção de uso. Marca registrada pela autora no INPI que lhe confere o direito de exclusividade e de vedar o uso por terceiros. Empresas que atuam no mesmo ramo e têm mercado consumidor em comum. Elementos constitutivos dos logotipos de autora e requerida que, no entanto, não permitem a confusão dos consumidores. Decisão acertada. Diminuição dos honorários advocatícios, fixando-os em R$ 10.000,00, com base no artigo 20, § 4º, do CPC, que é de rigor. Recurso provido em parte para tanto. (Apelação Cível 00401817620108260007 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25989)

Prestação de contas. Segunda fase. Julgamento ultra petita não configurado. Declaração de saldo credor, para futura execução, que é providência ínsita a esta fase da ação e independe de pedido expresso. Confusão que não subsiste. Sócio de sociedade limitada que não responde pelas dívidas sociais, senão na hipótese de não integralização do capital e até o seu limite, circunstância que sequer foi cogitada. Ausência de litigância de má-fé. Pedido de majoração dos honorários advocatícios que não comporta análise porque deduzido nas contrarrazões. Recurso improvido. (Apelação Cível 01647440220068260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25999)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Marca FREEGELLS de titularidade da autora agravada. Abstenção do uso da marca TREEGELLS usada pela agravante. Antecipação de tutela que é direito subjetivo da parte e poder-dever do Magistrado se presentes a prova da verossimilhança das alegações e o risco de dano de difícil reparação. Hipótese em que foi bem concedida diante da semelhança gráfica e fonética de produtos semelhantes e vendidos nos mesmos

estabelecimentos comerciais. Verossimilhança das alegações de ofensa ao direito de exclusividade da marca da agravada e da possibilidade de confusão para o consumidor. Seguimento negado, por decisão monocrática. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00606405220128260000 – Rio Claro – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26063)

Embargos à execução de título de crédito - Pedido inicial de falência convertido em execução - Alegação de impenhorabilidade de imóvel de moradia familiar Matéria afeta à competência da 2ª. Seção de Direito Privado, sem qualquer relação com a Câmara Reservada de Direito Empresarial - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 90000048520108260048 – Atibaia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15672)

Falência - Impugnação à alienação de bens do falido - Legitimidade circunscrita às pessoas referidas no art. 143 da L. 11.101/05 - Descabimento do ajuizamento de embargos à arrematação, diante de mecanismo específico previsto na L. 11.101/05 - Impugnação intempestiva e ajuizada por quem não tinha legitimidade a tanto - Impossibilidade de desfazimento da alienação, que, inclusive, contou com a aprovação expressa da representante do Ministério Público - Anterior decisão da Câmara Especial de Falências e Recuperações Judiciais que já negou direito de retenção por benfeitorias feitas nas máquinas alienadas, apenas ressalvando eventual direito de crédito, a ser apurado em via própria - Correta a decisão que liminarmente indeferiu a impugnação – Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00101858320128260000 – Sorocaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15649)

Ação de Falência. Depósito elisivo. Impontualidade. Duplicatas de compra e venda mercantil. Títulos não aceitos, protestados por falta de pagamento. Notas fiscais-fatura que comprovam a efetiva entrega dos produtos. Credor que pode escolher entre execução individual de seu título executivo extrajudicial e utilização de faculdade do artigo 94, I da Lei nº 11.101/05 (LREF). Desnecessidade de protesto especial para fins falimentares. Aceite que não é pressuposto para a propositura de ação falimentar por impontualidade do devedor. Identificação das pessoas que assinaram os canhotos das notas fiscais. Desnecessidade de produção de prova oral ou pericial. Cerceamento de defesa repelido. Audiência de conciliação não prevista no procedimento falimentar. Súmulas 41, 42, 43 e 46 do TJSP. Notificação dos protestos que não observou a previsão das súmulas 361 do STJ e 52 do TJSP de identificação da pessoa que recebeu a notificação. Ação falimentar que, em caso de depósito elisivo, converte-se em ação de cobrança, o que afasta a incidência das aludidas súmulas. Exigibilidade do crédito da autora devidamente comprovada pela prova dos autos. Ré que não se desincumbiu de ônus de comprovar pagamento do crédito, em que pesem alegações neste sentido. Termo inicial dos juros a partir dos vencimentos dos títulos, nos termos da Lei Uniforme de Genebra e da Lei de Duplicatas. Desnecessária, para efeitos de prequestionamento, a expressa menção ao dispositivo legal violado. Sentença mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 00079601620108260597 – Sertãozinho – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16024)

Processo Civil. Tutela antecipada. Pedido de intervenção na gestão das empresas relacionadas na inicial, sob o fundamento de não ter a autora demonstrado a ocorrência de atos fraudulentos de administração. Ausência de prova segura de que a ré tenha promovido a dilapidação do patrimônio social, de modo a justificar providência tão severa. Não preenchimento dos requisitos do artigo 273 do CPC. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00186083220128260000 – Ribeirão Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15868)

Ação de Cobrança. Cessão de quotas sociais, com a previsão expressa de responsabilidade dos cedentes por débitos oriundos de ações de execução fiscal com origem anterior à

alienação. Contratantes que convencionaram que os cedentes se encarregariam da defesa da pessoa jurídica nas execuções fiscais, inclusive com prestação de garantia. Cessionário que adere a programa de parcelamento incentivado das dívidas fiscais sem a anuência dos cedentes. Pagamento por terceiro interessado, nos termos do art. 306 do CC, com oposição dos cedentes fundada em dúvida séria sobre a exigibilidade do crédito. Ação de cobrança julgada improcedente. Recurso improvido. (Apelação Cível 01999867720108260100 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15977)

Dissolução parcial de sociedade - Ação de exclusão de sócio cumulada com apuração de haveres - Sócio majoritário que corretamente integra o polo ativo da demanda - Sociedade que também deve figurar no polo ativo, diante de pedido cumulativo de indenização por saque indevido feito pela ré de conta corrente da pessoa jurídica - Falta grave da sócia, que sacou todos os fundos de conta corrente, a pretexto de indenizar-se por suposta união estável que mantinha com o sócio majoritário - Afastamento da multa por litigância de má-fé em razão da interposição dos embargos de declaração - Observação no sentido que a dissolução é parcial, razão pela qual não se faz necessária a nomeação de liquidante – Parcial provimento do recurso da ré, com observação. (Apelação Cível 00051530620038260003 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15707)

Direito de autor - Utilização indevida de fotografias de titularidade da autora em site da ré Matéria não afeta à competência da Câmara Reservada de Direito de Empresa - Apreciação da liminar para evitar perecimento de direito - Recurso não conhecido. Agravo regimental. Decisão que indeferiu a liminar. Manutenção. Inexistência do periculum in mora. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00259128220128260000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15509)

Propriedade industrial. Tutela antecipada. Pedido de abstenção de exploração comercial de produto. Necessidade de perícia técnica especializada. Ausência dos pressupostos autorizadores do artigo 273 do CPC. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00259292120128260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15522)

Execução de astreintes - Astreintes decorrentes de descumprimento de obrigação determinada processo de recuperação judicial, consistente da apresentação de extratos analíticos de contas vinculadas a contratos bancários - Multa diária fixada no valor vinte e cinco mil reais, limitada a setecentos e cinquenta mil reais – Redução da multa a 20% do valor do crédito - Ausência de prova de dano concreto causado à devedora pelo atraso no cumprimento da determinação - Possibilidade das astreintes serem revistas ou limitadas a qualquer tempo, adequando-as às suas funções de estímulo ao cumprimento da obrigação e evitando a violação ao princípio do enriquecimento sem causa Redução da multa a 20% do valor do crédito, suficiente para punir a eventual renitência ao imediato cumprimento da determinação - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00278727320128260000 – Estrela D'Oeste – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15559)

Ação cautelar à instauração de Tribunal Arbitral. Juízo natural para pedidos de tutelas de urgência é o arbitral, que decidirá, de modo soberano, se o contrato se encontra extinto por força de cláusula resolutiva expressa em razão do inadimplemento da compradora, ou, ao contrário, se inexistiu descumprimento e a prestação de transferência das ações deve ser executada. Até a instauração do juízo arbitral, e com o escopo de garantir a utilidade e a eficácia do provimento final, se abre às partes a possibilidade de pedir tutelas de urgência ao Poder Judiciário. Liminar bem concedida na parte que determina a vedação à alienação das ações a terceiros, até que o Tribunal Arbitral decida se o contrato está ou não resolvido, com o escopo de evitar lesão aos interesses de eventuais terceiros adquirentes de boa-fé. Na parte

que limitou os poderes de administração da sociedade, prudente que toda e qualquer despesa, empréstimo ou investimento extraordinário, assim como alienação de qualquer bem do ativo imobilizado se subordinem à prévia aprovação conjunta das partes. Desnecessidade, porém, de que atos que envolvam apenas despesas ordinárias exijam a anuência da autora, o que engessaria a administração social. Desnecessidade da prestação de caução, ante o expressivo valor já retido pela requerida a título de cláusula penal. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00280623620128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16091)

Execução. Multa. Cobrança. A prévia intimação pessoal do devedor constitui condição necessária para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer e não fazer. Súmula n. 410 do C. STJ. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00295701720128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16147)

Dissolução parcial de sociedade - Ação de exclusão de sócio cumulada com apuração de haveres – As condutas praticadas pelos sócios inviabilizaram a continuidade da sociedade - Negócio jurídico de cessão de quotas sociais de natureza solene, sem prova escrita de sua celebração - Apuração do valor da participação integralizada pelo sócio a ser aferida no momento em que foi este excluído de fato dos poderes de gerência e de administração da sociedade - Observação no sentido que a dissolução é parcial, razão pela qual não se faz necessária a nomeação de liquidante - Recurso não provido, com observação. (Apelação Cível 01074274420098260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15819)

Processo civil. Prova. Gravação telefônica de conversa telefônica levada a efeito por um dos interlocutores do diálogo. Gravação meramente clandestina, que se não confunde com interceptação, objeto de vedação constitucional. Licitude. Precedente do C. STF. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00392242820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15741)

Propriedade industrial - Pedido de tutela antecipada, com o objetivo de impedir a ré de utilizar-se das marcas "Su Carvalho" e "Márcio Carvalho", em razão de suposta violação à marca anterior "de Carvalho", para a mesma classe e mesma região - Tutela bem indeferida, em razão da dificuldade da apropriação de nomes como marcas, sem caráter distintivo, impedindo que homônimos pudessem usar o próprio nome para fins empresariais - Falta de verossimilhança impeditiva da tutela - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00458359420128260000 – Limeira – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15934)

Embargos à execução - Alegação de excesso de execução e de impenhorabilidade de imóvel residencial - Imóvel que fora anteriormente alienado pela embargante para pessoa jurídica da qual é sócia - Alienação declarada ineficaz por anterior ação pauliana, julgada procedente - Impossibilidade de quem frauda credores invocar em benefício próprio a impenhorabilidade do imóvel residencial - Inexistência de iliquidez do crédito, em razão da inclusão dos honorários advocatícios do exequente. Honorários, contudo, a serem fixados pelo juiz e que não devem integrar o crédito exequendo - Sentença de improcedência - Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00034224020108260581 – São Manuel – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16082)

Agravo interno. Impropriedade da postulação recursal. Decisão que nega o pedido de liminar, entregue ao critério exclusivo de discricionariedade do magistrado. Exegese do artigo 557, §1º do CPC e do Regimento Interno do Tribunal de Justiça. Recurso não conhecido. (Agravo

Regimental 00528034320128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16155)

Embargos à execução. Efeito suspensivo. Cabimento. Presença dos requisitos legais. As alegações trazidas pelos agravantes, somadas aos documentos que instruíram seu recurso, inclusive cópias de e-mails trocados entre as partes, conferem a verossimilhança necessária para a concessão excepcional do efeito suspensivo aos embargos opostos. Prova contundente do risco de dano grave para os executados e estando a execução garantida pelo imóvel penhorado, cabível a concessão liminar de efeito suspensivo, nos termos do art. 739-A, § 1º do CPC. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00570169220128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16146)

Ação cautelar de exibição de documentos. Sócia minoritária que pleiteia a exibição de documentos que se encontram em poder dos recorridos, sócios majoritários e administradores de SPE, constituída para realização de empreendimento imobiliário. Indevida extinção do processo sem resolução de mérito por ilegitimidade passiva “ad causam”. Legitimidade dos sócios administradores e de seus presentantes legais de exibirem documentos de interesse dos sócios minoritários. Possibilidade de se aplicar o artigo 515, parágrafo 3º, do CPC, para efeito de julgar procedente a ação, invertido o ônus da sucumbência. Recurso provido. (Apelação Cível 01174709720108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16032)

Ação de abstenção de uso de marca. Autora paranaense que, tendo obtido registro da marca "PNEUMAR", pleiteia tutela inibitória para que ré, atuante na cidade de Santos SP, se abstenha de utilizar expressão "PNEUMAR" a qualquer título enquanto sinal identificativo de sua atividade, estabelecimento comercial ou produtos e serviços. Marcas da autora, concernentes à atividade de comercialização de pneumáticos, registradas posteriormente à inscrição dos atos constitutivos da empresa ré na JUCESP. Tutela da marca que se dá em âmbito nacional, implicando no dever de todos em se absterem de praticar atos atentatórios ao direito do titular. Proteção ao nome empresarial, contudo, que ocorre nos limites territoriais do Estado onde registrados os atos constitutivos dos empresários. Inteligência do artigo 1.166 do Código Civil. Ré que registrou seus atos constitutivos, perante a JUCESP, em 1999. Autora que não apresenta qualquer registro de filial na JUCESP, de modo a gozar de proteção ao seu nome empresarial apenas no Estado em que registrado, qual seja, no Paraná. Tutela do Título de Estabelecimento que se dá pela via da vedação à concorrência desleal, inocorrente no caso concreto, contudo, ausentes o desvio de clientela ou qualquer outra forma de concorrência parasitária, entre partes que atuam em delimitações territoriais distintas. Ação parcialmente procedente. Recurso não provido. (Apelação Cível 00484627320088260562 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16023)

Prestação pecuniária. Contrato de cessão de quotas sociais. Inadimplemento do pagamento do preço. Prestação pecuniária fungível por natureza. Inadequação de fixação de astreintes para compelir o devedor a pagar determinada quantia em dinheiro. Preceito do art. 461-A do CPC que se volta às prestações de dar coisa certa. Suspensão dos efeitos de tutela antecipada concedida em sentença, na parte que fixou astreintes. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00474719520128260000 – Bragança Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16176)

Assistência judiciária. Indeferimento. Manutenção. Afirmação do Juízo a quo no sentido de que a declaração de renda prestada ao Fisco indica patrimônio incompatível com o benefício pleiteado. Documento que não foi juntado neste agravo. Recorrente que deixou de trazer a conhecimento do Tribunal qual a renda mensal e o somatório de todas as despesas, o que impede saber, se realmente está em situação compatível com a gratuidade almejada. Recurso

não provido. (Agravo de Instrumento 00500207820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15919)

Contratos de franquia e de arrendamento supostamente extintos - Alegação de que ex franqueado violou cláusula de não concorrência e se estabeleceu no ramo de pizzaria, com marca própria, em zona próxima à de outra franqueada - Decisão recorrida que apenas postergou a apreciação do pedido de tutela antecipada a momento posterior à formação do contraditório - Matéria de fato, que recomenda a prévia oitiva dos argumentos da parte contrária - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00535647420128260000 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15983)

Apelação. Direito Empresarial. Inépcia da inicial. Não ocorrência. Prescrição. Inocorrência. Exegese dos arts. 205 e 2.028 do CC. Contrato de participação financeira. Plano de expansão de rede de telefonia. Ação de complementação de ações. Perdas e danos equivalentes à diferença do valor dos títulos na data de integralização e de emissão das ações. Súmula 371/STJ. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00021863320118260156 – Cruzeiro – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23018)

Apelação. Direito de empresa. Ação de obrigação de fazer. Sociedade limitada. Alteração de contrato social não assinada pelos sócios. Autenticidade da assinatura da ré não demonstrada. Não cabimento da pretendida condenação da ré a providenciar a averbação. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00152207320088260320 – Limeira – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22987)

Apelação. Direito empresarial. Ação de anulação de alteração do contrato social. Cerceamento de defesa não caracterizado. Decadência. Ocorrência. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00095915120118260664 – Votuporanga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23022)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Exceção de incompetência. Ação cominatória. Incompetência relativa não configurada. Cláusula de foro de eleição que deve ser respeitada. Inteligência do art. 111, caput, do Código de Processo Civil e da súmula nº 335 do Supremo Tribunal Federal. Compromisso de compra e venda subscrito pelos dois únicos sócios que integravam o quadro social da agravante à época. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00518057520128260000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22968)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Exceção de incompetência. Ação cominatória. A alegação de conexão não rende ensejo à formulação de exceção de incompetência. Inteligência do art. 301, VII, do CPC. Matéria cognoscível de ofício. Conexão não configurada. Inexistência de identidade de causas de pedir e pedido. Ausência de prejudicialidade externa. Eventual revogação de procurações não tem o condão de obstar a concessão da tutela específica da obrigação de fazer assumida em compromisso de compra e venda de quotas sociais. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00518066020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22969)

Apelação. Direito Empresarial. Marca e domínio na internet. Abstenção de uso e cancelamento. Capítulo não impugnado da sentença. Dano moral à pessoa jurídica, embora possível, não caracterizado no caso concreto. Apelo a que se dá provimento. (Apelação Cível 00116536820108260577 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23079)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Protesto contra alienação de bens imóveis. Decisão que defere liminarmente o protesto. Preliminares de falta de interesse e ausência de possibilidade jurídica afastadas. Medida fundada no poder geral de cautela do Juiz. Exegese dos arts. 798, 867 e 869 do CPC. Cabimento em hipóteses excepcionais, em que se vislumbra o justo receio de dilapidação do patrimônio. Peculiaridades do caso concreto que permitem o deferimento da medida. Observância dos requisitos de interesse legítimo do requerente e ausência de nocividade da medida. Precedentes do STJ. Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 00588130620128260000 – São João da Boa Vista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23024)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito retardatária. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Alegação de que parte do crédito impugnado já foi pago. Ausência de provas. Créditos detidos por matriz e filial. Irrelevância. Pessoa jurídica única. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00600645920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23049)

Apelação. Ação de indenização por danos morais e materiais. Extravio de equipamentos. Depreciação inferior a 30% não demonstrada. Lucros cessantes não comprovados. Danos morais não configurados. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo não provido. (Apelação Cível 92662872720088260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22870)

Embargos de declaração. Omissão e obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00283748520108260451 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23354)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01134839020098260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23358)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Ação de dissolução parcial de sociedade. Pedido de tutela antecipada para retirada imediata de sócio do quadro social. O deferimento de medida de urgência "inaudita altera parte" se justifica apenas quando a citação do réu puder tornar ineficaz a medida. Situação que não ocorre no caso, haja vista que o afastamento do agravado da sociedade depende de simples pronunciamento judicial neste sentido. Não realização da notificação prevista no contrato e no próprio art. 1029 do CC. Necessidade. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 03105197820118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22620)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00236631420108260006 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23353)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. A suspensão das ações e execuções em face do devedor em hipótese nenhuma excederá o prazo de 180 dias, contado do deferimento do processamento da recuperação judicial, restabelecendo-se, após o decurso do prazo, o direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções, independentemente de pronunciamento judicial. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça e desta Corte. Decisão reformada. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 00141394020128260000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23301)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00341379120128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23304)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Decisão que concede parcialmente a tutela antecipada requerida, determinando que a recorrente cesse a utilização de nomes de domínio na internet. Caso concreto que evidencia embate entre marcas de titularidade da autora e nomes de domínio de propriedade da ré. Situação em que se deve atentar para as razões objetivas ou razoáveis que justificaram o interesse na aquisição daquele nome de domínio em específico. Precedentes desta Corte. Inexistência de elementos que evidenciem motivos plausíveis para que a recorrente tenha adquirido os nomes de domínio sub judice. Decisão mantida. Agravo improvido. Embargos de declaração prejudicados, em razão do julgamento do agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento e Embargos de Declaração 00503385320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22924)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação retardatária de crédito trabalhista. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Multa por inadimplência. Art. 467 e 477, CLT. Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Manutenção da multa imposta nos embargos de declaração, pois manifestamente protelatórios (CPC, art. 538, parágrafo único). Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00504615920128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22970)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Preliminar de ausência de peças essenciais afastada. Decisão que infere manifestação das partes acerca de prova pericial produzida em ação cautelar anteriormente ajuizada. Preclusão. Inocorrência. Decisão proferida nos autos da ação cautelar que postergou toda e qualquer discussão acerca do laudo para a ação principal. A sentença que o juiz profere na ação cautelar de produção antecipada de provas é meramente homologatória. Decisão reformada. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 00551833920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22991)

Agravo de instrumento. Falência. Antecipação de pagamento de créditos trabalhistas. Impossibilidade, a despeito do caráter alimentar. Ausência de previsão legal. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00628151920128260000 – Pederneiras – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23067)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação retardatária de crédito trabalhista. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Multa por inadimplência. Art. 467 e 477, CLT. Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Multa por descumprimento de acordo em justiça trabalhista devida. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00657941200128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23123)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito retardatária. Laudo pericial que contém expressamente os critérios para aferição do valor habilitado. Nulidade da decisão rejeitada. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00671273820128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23130)

Agravo de instrumento. Determinação de suspensão da ação de falência proposta pelo CSI até o julgamento final da impugnação por ele manejada na falência da PPL. Administrador judicial que, na qualidade de auxiliar do juízo, não possui interesse ou legitimidade para recorrer de decisão proferida pelo magistrado. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00688291920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23158)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação retardatária de crédito trabalhista. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Multa por inadimplência. Art. 467 e 477, CLT. Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Multa por descumprimento de acordo em justiça trabalhista devida. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00762852020128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23268)

Falência - Fundamento - Execução frustrada (artigo 94, TJ, da Lei n° 11.101/2005) - Decretação - Possibilidade, no caso concreto – Insolvência caracterizada - Devedor intimado ao cumprimento da sentença (CPC, art. 475-1 e 475-J) - Reforma da r. sentença de extinção do feito sem resolução do mérito - Apelação provida - Falência decretada. (Apelação Cível 00282595020108260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 20417)

Ação ordinária em que o autor pleiteia a anulação da assembléia da BM&F, associação civil, realizada no dia 20 de setembro de 2007, por ausência de quorum e regular convocação; e subsidiariamente, com suporte nas contribuições pecuniárias efetivadas em benefício da associação e com suporte na propriedade do título de Sócio Efetivo Patrimonial da primeira demandada, pleiteia o ressarcimento dos prejuízos. Sentença de carência da ação por ausência de interesse processual. Apelação do autor. Inadmissibilidade. Autor que compareceu à Assembléia, representado por procurador, e votou favoravelmente às propostas submetidas à deliberação, inclusive aquelas referentes aos valores dos títulos patrimoniais da "BM&F" e à desmutuatização desta associação. De acordo com a respectiva Ata, as matérias já debatidas foram aprovadas por 271 associados, tendo votado contrariamente às propostas apresentadas 14 associados, que se identificaram perante a Assembléia, dentre os quais não consta o autor.

Vedação do *venire contra factum proprium*, ou seja, a ninguém é lícito exercer direito, pretensão, ou ação, ou exceção, em contradição com o que foi a sua atitude anterior, interpretada objetivamente, de acordo com a lei. Precedentes da Câmara Reservada. Ação improcedente. Apelação não provida. (Apelação Cível 02433411120088260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 07/02/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 11535)

Agravo de instrumento - Rescisão de contrato de franquia - Recurso de agravo de instrumento extraído dos mesmos autos principais do qual já houve julgamento de outro recurso de agravo de instrumento pela Colenda 38ª Câmara de Direito Privado – Redistribuição contrária à disciplina da prevenção de competência do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça – Previsão normativa da perpetuidade da competência da Câmara ou Grupo prevendo - Art. 102, "caput" e § 1º do RITJSP - Dúvida suscitada ao Colendo Órgão Especial - Agravo não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 02512934520118260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13037)

Assistência judiciária - Não comprovação suficiente nos autos - A mera existência de declaração firmada pela parte não é o único requisito necessário para a concessão das benesses da assistência judiciária gratuita. Alegação que depende de prova. Nos autos, o agravante apresentou, além da declaração de pobreza, declaração do imposto de renda que, no entanto, não comprova a sua hipossuficiência financeira. Recurso não provido, com observação. (Agravo de Instrumento 00557567720128260000 – Santo André – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13020)

Agravo de instrumento - Pedido de falência - Citação - Pretensão à expedição de ofícios para localização da parte contrária - Indeferimento – Não ocorrendo a citação pessoal, necessária a citação editalícia - Orientação da Câmara Reservada - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00503308420128260000 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12950)

Agravo de instrumento - Ação declaratória - Pedido de reconsideração - Intempestividade – Não comporta conhecimento recurso protocolizado após o fim do prazo, uma vez que pedido de reconsideração não suspende nem interrompe o prazo - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00277124820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13025)

Agravo de instrumento - Ação declaratória - Tutela antecipada - Pretensão ao indeferimento da liminar - Impossibilidade – A antecipação da tutela pressupõe para o seu deferimento a existência de prova inequívoca e a verossimilhança da alegação. Hipótese dos autos que os pressupostos da antecipação de tutela mostram-se presentes. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00152141720128260000 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13015)

Cautelar - Liminar - Ausência do *fumus boni juris* e do *periculum in mora* – Poder geral de cautela - Constitui poder geral de cautela do magistrado, conceder a liminar quando era urgente a medida. Se o autor não conseguiu demonstrar a fumaça do bom direito, bem como o perigo da demora, requisitos essenciais para a concessão da medida, que devem estar presentes cumulativamente no feito, impõe-se o indeferimento da liminar - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02799318820118260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12935)

Assistência judiciária – Concessão comprovação suficiente nos autos - Nos autos, o agravante apresentou, além da declaração de pobreza, documentos que comprovam a sua hipossuficiência financeira. Assistência judiciária concedida, ao menos, até prova em contrário. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00323944620128260000 – Itatiba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12742)

Apelação - Indeferimento de petição inicial - Falta de interesse processual - Autora, ora apelante, não comprova a necessidade de opor sua pretensão judicialmente - Ausência de documento que comprove a negativa de seu pleito à Receita Federal ou mesmo a notificação que alega ter recebido desse mesmo órgão. Recurso não provido. (Apelação Cível 00009087020118260067 – Borborema – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12572)

Agravo de instrumento - Execução - Competência - Contrato de adesão – Ação fundada em contrato de franquia - Existência de cláusula contratual de eleição de foro - Inexistência de relação de consumo e, por conseqüência, inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor - Validade da cláusula de eleição de foro para os processos oriundos do contrato (Súmula 335 do C.STF) - Manutenção da ação principal do Juízo de Direito da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo – Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00182090320128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13033)

Agravo de instrumento - Ação de execução - Falta de interesse no prosseguimento do recurso manifestado pelo recorrente e reconsideração da r. decisão agravada pelo Juízo de Primeiro Grau - Desistência homologada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00154827120128260000 – Atibaia – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12952)

Nome empresarial. Análise de eventual semelhança que deve levar em consideração o nome social inteiro. Semelhança fonética das marcas de ambas as empresas que não determina confusão no mercado consumidor. Recurso não provido. (Apelação Cível 00010084220118260320 – Limeira – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13010)

Monitória. Direito de regresso. Extinção sem resolução do mérito. Ilegitimidade de parte. Prova dos autos que não demonstra que foi o autor da ação aquele que teria efetuado o pagamento da obrigação. Demanda extinta sem resolução do mérito. Recurso provido. (Apelação Cível 00011544520108260344 – Marília – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12947)

Pedido de falência. Necessidade de tentativa de notificação pessoal prévia para pedido de falência, com efetiva indicação do seu recebedor (Súmula 361 do STJ). Notificação por edital em Comarca diversa do domicilio da empresa ré, sem prévia demonstração de tentativa da forma pessoal, que inviabiliza o pedido de falência. Extinção sem resolução do mérito. Manutenção. Recurso não provido. (Apelação Cível 00004648520098260397 – Nuporanga – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12955)

Apelação. Litispendência. Caracterização. Autora que move ação de dissolução de sociedade empresária contra seu ex-companheiro quando já existe ação de reconhecimento e dissolução de união estável em que já se dispôs, na parte relativa à partilha de bens, sobre a forma de dissolução de tal pessoa jurídica. Pretensão idêntica em ambas as demandas no que diz respeito à dissolução da sociedade empresária. Manutenção da r. sentença de extinção do processo sem resolução do mérito. Art. 267, V, CPC. Sentença mantida. Recurso não provido.

(Apelação Cível 00772436820106820108260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13009)

Empresarial. Alegação de falsificação e modificação de alteração de contrato social. Prescrição. Inocorrência. Negócio jurídico nulo que não está sujeito à prescrição. O negócio jurídico nulo não pode ser convalidado entre as partes e tampouco convalesce pelo decurso do tempo, de modo que a alegação de eventual falsificação de assinatura, o que poderá ser efetivamente verificado com dilação probatória própria, não está sujeita aos efeitos da prescrição. Nulidade de sentença. Necessidade de retorno dos autos ao MM Juízo "a quo" para regular instrução. Recurso provido com determinação. (Apelação Cível 00361797820108260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12751)

Preliminar. Nulidade processual. Não acolhimento. Ausência de intimação que não implicou em prejuízo ao direito de defesa, pois se relacionava apenas à tentativa de localização dos réus. Art. 249, §1º, CPC ("pas de nullité sans grief"). Preliminar não acolhida. Obrigação de fazer. Regularização de contrato social na JUCESP. Transferência de quotas sociais. Adquirentes que não promovem os atos necessários para regularização e transferência das quotas sociais perante a JUCESP. Multa diária. Readequação. Redução nos termos do art. 461, § 6º, CPC. Imposição de limite quantitativo para se evitar cobrança excessiva. Determinação para que a r. sentença e o acórdão sirvam para suprir o consentimento dos réus para fins de promover os atos regulatórios necessários perante a JUCESP (art. 461, § 5º, CPC). Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00155278620058260011 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12641)

Ação indenizatória. Sentença terminativa. Reconhecimento de coisa julgada entre ação civil pública e ação individual. Afastamento. Ação coletiva que visava assegurar os interesses dos associados da ré, ou seja, grupo determinado de pessoas. Existência de regra especifica no CDC, conforme artigo 103, § 1º, que estabelece que os efeitos da coisa julgada, previstos nos seus incisos I e II, não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe. Sentença anulada. Recurso provido. (Apelação Cível 01538098920098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12834)

Agravo de instrumento - Preclusão temporal - Ocorrência - A não realização de ato próprio dentro do prazo previsto em lei, como a não interposição de recurso contra a primeira r. decisão que determinou o depósito judicial de "astreintes", caracteriza a ocorrência de preclusão temporal - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02480465620118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12623)

Empresarial. Cessão de quotas. Alegação da "exceptio non adimpleti contractus". Não acolhimento. Não demonstração da existência de pendências no CNPJ da empresa cujas quotas foram cedidas. Empresarial. Cessão de quotas. Cláusula penal. O não cumprimento da forma de pagamento contratado permite a exigência da cláusula penal previamente estabelecida entre os contratantes. Cláusula penal que encontra guarida no artigo 408 do Código Civil e obedece aos termos do artigo 412 do mesmo Diploma Legal. Honorários advocatícios. Nos termos da atual orientação do E. STJ, quando acolhidos os embargos à execução, em que o valor do crédito exequendo é apenas reduzido, não é razoável que seja a estabelecida a sucumbência em desfavor do credor, que, como decidido, prosseguirá na cobrança de seu crédito, com redução daquilo que foi expressamente afastado pela decisão judicial. Verba honorária que deve ser fixada em favor do credor, tendo por base de cálculo o valor remanescente da execução. Recurso não provido. (Apelação Cível

00184700720118260451 – Piracicaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12744)

Agravo de instrumento - Tutela antecipada - Falta de interesse no prosseguimento do recurso manifestado em razão de acordo extrajudicial - Devolução do feito à D. Primeira Instância para homologação do acordo - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00405935720128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12795)

Impugnação – Justiça gratuita - Ônus da prova - Impugnante - O ônus da prova em incidente de impugnação à assistência judiciária compete ao impugnante, de modo que, caso este não apresente provas convincentes de que o impugnado não faz jus aos benefícios da justiça gratuita, o pedido de impugnação deve ser indeferido, mantendo-se a assistência judiciária. Recurso provido. (Apelação Cível 00717718620108260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12752)

Ação monitória. Débito fiscal gerado pela cedente antes da cessão de quotas empresariais. Existência de cláusula impondo à cedente a obrigação do pagamento. Pagamento do débito fiscal pela cessionária. Direito ao ressarcimento. O pagamento é uma das formas de tutela dos interesses daquele que tem o dever de cumprir a obrigação, não se mostrando razoável exigir daquele que é cobrado pelo Fisco que aguarde a tomada de medidas que, conforme previsto no art. 123 do CTN, não teriam qualquer relevância para a administração tributária competente. Recurso não provido. (Apelação Cível 01154267120118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12770)

Competência recursal - Pedido de restituição - Falência - Decreto-lei n° 7.661/45 - Hipótese em que a matéria não é da competência desta Colenda 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, cabendo a análise do recurso por uma dentre as C. 1ª e 10ª Câmaras - Resolução n° 558/11 - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 91712711720068260000 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12541)

Apelação - Preliminar de contrarrazões - Ausência dos requisitos do artigo 514 do CPC - Reprodução "ipsis litteris" de trechos da petição inicial no bojo da apelação não implica, por si só, em motivo para o não conhecimento do recurso, ainda mais quando consta das razões recursais outros fundamentos próprios à espécie - Entendimento contrário constitui excesso de formalismo não condizente com o escopo do processo - Preliminar não acolhida. Carência da ação - Ilegitimidade "ad causam" - Contrato de compra e venda de cotas sociais firmado por empresas adquirentes e únicas sócias da empresa autora - Empresa autora que sucedeu a empresa cujas quotas foram alienadas - Legitimidade para figurar no polo ativo - Preliminar não acolhida. Contrato de compra e venda de cotas sociais - Passivo da empresa cujas cotas foram alienadas - Responsabilidade dos alienantes - Infere-se do contrato de compra e venda de cotas sociais que o passivo constatado por auditoria seria abatido do preço do negócio e que quaisquer outros passivos não revelados no contrato seriam de responsabilidade solidária dos vendedores - R. sentença mantida - Recurso não provido. (Apelação Cível 00545623120108260576 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12678)

Apelação - Ação de cobrança - Sócio demandando sócio – Sociedade de responsabilidade limitada – Sócio que adimpliu dívida da empresa por meio de bem particular de sua propriedade - Pretensão deduzida em face de outro sócio - Cotas subscritas efetivamente integralizadas - Ausência de outro permissivo legal para desconsideração da personalidade jurídica – Responsabilidade subsidiária do sócio - Ilegitimidade passiva configurada - Preliminar

acolhida – Recurso provido. (Apelação Cível 04047680720098260577 – São José dos Campos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12736)

Apelação - Prevenção da Colenda 1ª (primeira) Câmara Reservada de Direito Empresarial - Agravo de Instrumento - Determinação de redistribuição - Competência da Colenda 1ª (primeira) Câmara Reservada de Direito Empresarial do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01062888020118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12944)

Competência recursal - Execução de título extrajudicial - Cheque - Hipótese em que a matéria não é da competência desta Colenda 2ª (Segunda) Câmara Reservada de Direito Empresarial, cabendo a análise do recurso por uma dentre as Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado 2 - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00076031020118260562 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12771)

Apelação - Prevenção da Colenda 2ª (segunda) Câmara de Direito Privado - Feito conexo - Determinação de redistribuição - Competência da Colenda 2ª (segunda) Câmara de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00084891320108260281 – Itatiba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12510)

Competência recursal - Embargos à execução - Execução de título extrajudicial - Hipótese em que a matéria não é da competência desta Colenda 2ª (Segunda) Câmara Reservada de Direito Empresarial, cabendo a análise do recurso por uma dentre as C. 11ª e 24ª e 37ª e 38ª Câmaras - Artigo 2°, inciso III, alínea 'b', da Resolução 194/04 do Tribunal de Justiça - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00117665320088260363 – Mogi-Mirim – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12941)

Apelação - Ação de cobrança - Ilegitimidade passiva - Os réus demandados figuraram em instrumento particular como cedentes de cotas sociais, o que configura a legitimidade para integrar o polo passivo da presente ação - R. sentença reformada - Recurso provido. (Apelação Cível 00254761920058260114 – Campinas – Relator Roberto Mac Cracken - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12743)

Obrigação de fazer - Sociedade por cotas de responsabilidade limitada - Assunção da obrigação de retirar o nome da cônjuge virago do quadro societário no prazo de trinta dias - Pretensão da autora ao cumprimento do dever assumido - Reconhecimento jurídico do pedido em contestação - Procedência do pedido inaugural - Apelação improvida. Sucumbência - Ação de obrigação de fazer julgada procedente - Atribuição de culpa à demandante pelo descumprimento da obrigação - Falta de prova nesse sentido - Hipótese, ademais, em que instrumento de alteração contratual não indica data equivocada da retirada da autora do quadro societário, omitindo sua retirada de fato há mais de ano - Recusa justificável na assinatura do instrumento juntado aos autos - Condenação do suplicante ao pagamento da verba de sucumbência - Apelação improvida. Dispositivo: recurso improvido. (Apelação Cível 00371819720088260602 – Sorocaba – Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão – 14/02/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19856)

Prova – Testemunha – Oitiva – Nulidade – Afastamento - Mera irregularidade na qualificação incompleta - Falta de comprovação do efetivo prejuízo à parte - Contradita tardia, após o início do depoimento - Preclusão - Inobservância do disposto no § 1º do artigo 414 do Código de Processo Civil. Propriedade industrial – Marca - Pleito de abstenção de uso, motivado por

suposta colidência causadora de confusão e desvio de clientela no mercado de laminados sintéticos para calçados - Descabimento - Signo distintivo registrado no INPI pela autora para segmento mercadológico diverso - Adequação da proteção marcária obtida pela ré - Nome empresarial - Pedido de exclusão de registro na Junta Comercial - Inadmissibilidade - Fundamento não escorado no artigo 1.163 do Código Civil - Inexistência de qualquer semelhança entre os nomes empresariais das litigantes - Pessoas jurídicas constituídas em Estados diversos da Federação – Concorrência desleal - Quebra de sigilo industrial – Exploração desautorizada de conhecimentos e dados confidenciais acerca do desenvolvimento dos laminados sintéticos, resultante da incontroversa contratação de duas técnicas químicas que trabalharam para a autora - Falta de comprovação – Mera aceitação de proposta de trabalho e aplicação, em favor da concorrente, do conhecimento e experiência adquiridos pelas profissionais ao longo de suas carreiras - Produtos cuja técnica para desenvolvimento de padrão são constantemente renovados - Danos materiais e morais indevidos - Pré-questionamento da matéria - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Honorários de advogado Sucumbência – Arbitramento - Adequação aos critérios estabelecidos no §3º do artigo 20 do Código de Processo Civil, destacando-se a natureza e a importância da causa e o zeloso e complexo trabalho desenvolvido pelos patronos da demandada. Apelação desprovida. (Apelação Cível 00049663320078260431 – Pederneiras – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11733)

Recurso – Apelação – Cabimento - Sentença proferida em fase de liquidação (apuração de haveres) de ação de dissolução de sociedade - Liquidação pelo procedimento previsto nos artigos 655 e seguintes do Decreto-lei nº 1.608/39 (Código de Processo Civil de 1939), ainda em vigor nesta parte, conforme previsão do inciso VII do artigo 1.218 do atual Código de Processo Civil. Taxa judiciária - Apelação - Alegação de recolhimento a maior, com pedido de restituição – Impossibilidade – Preparo recursal que tem natureza tributária e foi recolhido aos cofres do Estado - Inteligência do disposto na lei de custas (artigo 1º da Lei Estadual nº 11.608/03) - Precedente jurisprudencial deste Tribunal de Justiça de São Paulo - Reembolso que deve ser requerido à Secretaria da Fazenda Estadual - Pedido não conhecido. Prova – Documento - Contrato de comodato de bens, sendo comodatária a sociedade em liquidação - Exibição na ocasião de processamento de recurso de apelação de sentença exarada na fase de liquidação - Impossibilidade - Prova documental que deveria ter sido produzida junto com a contestação (artigo 396 do Código de Processo Civil) ou, mesmo que de forma extemporânea, ainda no curso da produção da prova pericial contábil da fase de liquidação - Ausente alegação ou demonstração de se tratar de documento novo – Documentos que pelo seu conteúdo e ocasião revelam o “espírito de ocultação premeditada”, a impor a sua desconsideração - Desnecessidade do seu desentranhamento dos autos – Prova não admitida nesta ocasião. Empresarial - Dissolução de sociedade com apuração de haveres sociais - Fase de liquidação (apuração de haveres) - Liquidante nomeado que produziu a prova de acordo com o regime de caixa e declarações anuais da pessoa jurídica, uma vez que ausente escrituração do Livro Diário pela sociedade em liquidação, ante a opção da sociedade pelo Regime de Tributação Simplificada (SIMPLES) - Não escrituração do Livro de Registro de Inventário pela sociedade, que acabou por direcionar a produção da prova do patrimônio social pela declaração informal de bens da sociedade, documento cujo teor e validade já fora questionada na fase de conhecimento e que, sob o crivo do contraditório, acabou por servir de prova de patrimônio ante a ausência de outros elementos - Higidez da prova pericial produzida, que observou o contraditório propiciando, inclusive, a complementação do laudo pericial com a resposta a quesitos complementares do Juízo e do réu apelante, que com eles se conformou naquela ocasião. Ação de dissolução de sociedade em fase de apuração de haveres - Apuração do patrimônio social com a respectiva partilha, restando condenado o sócio-réu a restituir ao sócio-autor a sua quota-parte - Apelação conhecida em parte e nesta desprovida, com a condenação do réu por litigância de má-fé. (Apelação Cível 00092439820038260248 –

Indaiatuba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11749)

Sociedade limitada - Pretensão ao reconhecimento de sua existência - Apresentação pelo autor de cópias de anotações de próprio punho, supostamente relacionada à movimentação financeira e às providências cotidianas adotadas para o funcionamento da sociedade empresária – Documentos unilaterais e imprecisos, desprovidos de conteúdo válido financeiro ou contábil - Desnecessidade da realização das provas pretendidas na inicial, como o depoimento pessoal do sócio e a oitiva de testemunhas, por ser personificada a sociedade cuja existência o demandante busca ver reconhecida - Atos constitutivos já inscritos, não se aplicando o disposto no artigo 987 do Código Civil, a autorizar que terceiros poderiam provar a existência da sociedade - Indispensabilidade, para o reconhecimento pretendido pelo demandante, da apresentação do contrato escrito mencionando as cláusulas estipuladas pelas partes e ainda o disposto nos incisos do artigo 997 do Código Civil, aplicável às sociedades limitadas por força do disposto no artigo 1.053 do mesmo codex. Litigância de má-fé – Inocorrência - Não configuração das hipóteses elencadas no artigo 17 do Código de Processo Civil. Apelação desprovida.(Apelação Cível 00285952620108260562 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11700)

Competência recursal - Ação de reparação de danos por suposto uso e reprodução indevidos de programas de computador, precedida de cautelar de busca e apreensão - Matéria disciplinada pela Lei nº 9.609/98 (Lei do Software), cujo regime de proteção é o mesmo aplicável às obras literárias pela legislação de direitos autorais e conexos vigentes no País (Lei nº 9.610/98 ou "Lei de Direitos Autorais") - Incompetência da Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Reconhecimento das peculiaridades principiológicas e da distinção normativa entre os direitos autorais e os de propriedade industrial - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes da Seção de Direito Privado I desta E. Corte - Observância do disposto no Anexo I do Provimento nº 63/2004, e artigo 2º, III, a, da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006 - Recurso não conhecido, com determinação. (Apelação Cível 01122157420098260010 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11762)

Contrato - Instrumento particular de promessa de cessão de direitos de compromisso de venda e compra de ponto comercial - Rescisão motivada pela redução do número de alunos matriculados em estabelecimento de ensino – Cláusula contratual estabelecendo expressamente a responsabilidade dos compradores pela manutenção e permanência dos alunos - Falta de justa causa à fundamentar o pedido de rescisão - Ausência de comprovação dos fatos constitutivos do direito dos autores, a teor do disposto no artigo 333, I do Código de Processo Civil - Reconvenção - Juntada de documentos comprovando parte do repasse previsto no contrato - Inexistência de impugnação pela parte contrária - Alegação de que parte dos alunos indicados na cláusula contratual deixaram de frequentar o estabelecimento de ensino e não pagaram a mensalidade correspondente que não restou comprovada nos autos - Inteligência do artigo 333, II do Código de Processo Civil - Condenação ao pagamento dos valores expressamente previstos no contrato referentes à parte da obrigação assumida e à diferença do repasse de mensalidades - Multa contratual - Instrumento celebrado entre as partes que estabelece o seu pagamento somente no caso de rescisão contratual – Pagamento indevido em razão da improcedência do pedido rescisório - Ação de rescisão contratual improcedente e reconvenção parcialmente procedente - Apelação dos autores provida em parte e recurso adesivo desprovido. (Apelação Cível 01130048120068260009 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11776)

Contrato - Compra e venda de ações de sociedade anônima - Assunção conjunta, pelas sociedades adquirente e adquirida, da obrigação de indenizar os vendedores, durante o prazo legal de prescrição, pela integralidade das perdas, danos, custos, multas, penalidades, despesas, prejuízos e responsabilidade pecuniária (ou conversível em pecúnia) por estes sofridas, imputadas ou incorridas, decorrentes de qualquer ação, processo, inclusive fiscal, autuação, reclamação, indenização, por fato ou ato ocorrido antes da data de fechamento dos respectivos termos de transferência de ações nominativas, lavrados no Livro de Registro de Transferência de Ações Nominativas, suas operações e relações com terceiros e seus relacionados - Cumprimento condicionado à observância, pelos alienantes das ações, do procedimento de notificação das sociedades quanto ao evento sujeito à indenização - Comprovação documental do atendimento rigoroso, por parte dos alienantes autores, a todos os requisitos e exigências formais dispostas nas cláusulas contratuais, bem como da inércia das sociedades rés em responderem à notificação recebida e escolherem a melhor entre as propostas de contratação de advogados para a defesa dos avalistas executados, a caracterizar o consentimento de ambas quanto à responsabilidade de indenizá-los e à nomeação dos patronos contratados - Ação de reparação de danos materiais e morais procedente. Recuperação judicial - Efeitos - Sujeição - Crédito constituído pela condenação à indenização por descumprimento de obrigação contratual assumida sob o primado da boa-fé objetiva - Insubmissão - Sentença posterior à demanda recuperacional - Interpretação sistemática dos artigos 49 e 6º da Lei nº 11.101/2005. Apelação desprovida. (Apelação Cível 00189624620108260576 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11744)

Propriedade industrial - Marca - Ação de obrigação de fazer - Registro para o domínio reservado “mundooi.com.br”, que foi cancelado por haver mais de um concorrente para o mesmo domínio no processo de liberação - Impossibilidade de registro de domínio envolvido em mais de 6 (seis) processos de liberação consecutivos - Falta de comprovação do registro da marca “mundo oi” junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e de nome empresarial idêntico a fundamentar diferencial declaratório, previstos na Resolução nº 02/2005 do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), vigente à época dos fatos - Insuficiência do registro da marca diferencial “oi mãe” para prosseguimento do processo de liberação do registro de domínio - Possibilidade de futuro registro do domínio após a obtenção do registro da marca junto ao INPI - Inteligência do disposto na Resolução CGI.br nº 08/2008 - Ação improcedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 00072867720108260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11746)

Sociedade empresarial - Sociedade por cotas de responsabilidade limitada (Ltda.) - Ação de dissolução parcial cumulada com apuração de haveres - Falta de interesse de agir - Comprovação de consenso dos sócios na extinção da sociedade - Extinção do processo sem julgamento do mérito - Inteligência do artigo 267, VI do Código de Processo Civil - Reconvenção visando a dissolução total da sociedade e aprovação de balancete apresentado para fins de encerramento da sociedade - Quebra da affectio societatis e ausência de interesse na continuidade da empresa - Aplicação do enunciado 67 do Conselho da Justiça Federal (CJF) - Inteligência do artigo 1.033, II do Código Civil - Dissolução da sociedade - Necessidade de liquidação judicial - Aplicação do procedimento especial previsto nos artigos 655 e seguintes do Código de Processo Civil de 1939, ainda vigentes para esta específica hipótese devido à falta de lei especial processual, segundo se infere do disposto no artigo 1.218, VII, do Código de Processo Civil de 1973 - Sentença parcialmente procedente - Apelação provida em parte. (Apelação Cível 00340422320108260003 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11732)

Falência - Impontualidade injustificada - Extinção da ação decretada - Homologação de acordo entabulado pelas partes - Inteligência do disposto no inciso III do artigo 269 do Código de Processo Civil - Negócio jurídico perfeito e acabado que, independentemente de homologação

judicial acaba por prejudicar o objeto da ação - Aplicação dos princípios da economia processual e razoabilidade, que recomendam o aproveitamento do processo - Sentença mantida – Apelação desprovida. (Apelação Cível 00208468320108260100 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11690)

Responsabilidade civil - Danos materiais e morais – Indevida utilização, por ex-sócia, de instalações, equipamentos e marca de clínica médica constituída sob a forma de sociedade limitada e dissolvida por via judicial - Falta de comprovação das alegações da autora, inclusive com relação aos pretendidos lucros cessantes e ao suposto nexo causal entre a desordem psíquica que a acomete e os fatos noticiados na lide - Existência de acordo das partes, homologado em juízo, acerca da divisão igualitária dos haveres, das responsabilidades pelas despesas da pessoa jurídica e da continuidade da posse da ré sobre os bens cautelarmente arrolados, para guarda e conservação até a conclusão da liquidação – Descumprimento do ônus imposto pelo artigo 333, I, do Código de Processo Civil - Ação indenizatória improcedente – Apelação desprovida. (Apelação Cível 00496571620078260114 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11896)

Revelia - Efeitos - Litisconsórcio passivo necessário - Inocorrência do efeito de reputar-se verdadeiro os fatos afirmados pelo autor quando, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação - Impugnação específica quanto às alegações iniciais pelos demais corréus, inclusive em relação ao revel - Prova documental carreada aos autos que demonstra a veracidade das alegações dos corréus - Aplicação do disposto no artigo 320, I do Código de Processo Civil - Precedentes. Contrato - Sociedade empresária - Alteração contratual - Ausência de instrumento particular de cessão e transferência de cotas sociais - Necessidade de documento escrito para comprovação do negócio jurídico - Artigo 999 do Código Civil - Falta de prova dos fatos constitutivos do direito do autor, a teor do disposto no artigo 333, I do Código de Processo Civil - Impossibilidade de exclusão de sócio do quadro societário - Ação de reconhecimento de exclusão de sócio de sociedade empresarial c.c. reconhecimento de incorporação de empresa procedente em parte - Apelação desprovida. (Apelação Cível 04265645420098260577 – São José dos Campos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11812)

Competência recursal - Ação de obrigação de fazer fundada em contrato de cessão de equipamentos, coligado a contrato de cessão de uso de marca e padrões e outras avenças - Pedido de desinstalação e remoção dos equipamentos e componentes de propriedade da requerida - Competência em razão da matéria firmada pelo pedido inicial e extensiva a qualquer espécie de processo ou tipo de procedimento - Inteligência do artigo 100 do Regimento Interno deste Tribunal - Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Negócio jurídico que tenha por objeto coisas móveis e semoventes - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes da Seção de Direito Privado III desta E. Corte - Observância do disposto no Anexo I do Provimento nº 63/2004, e artigo 2º, III, c, da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006 e Instrução de Trabalho SEJ 0001 - Anexo ao Provimento 71/2007, deste Tribunal Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00114173320128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12108)

Competência recursal - Prevenção - Agravo de instrumento interposto no curso de ação de dissolução de sociedade - Distribuição e julgamento anterior perante a 5ª Câmara de Direito Privado, competente para o julgamento no momento em que estabelecida a prevenção - Prevenção da Câmara que primeiro conhecer de uma causa no Tribunal para o julgamento de todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, oriunda de outro, conexa ou

continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados - Afastamento dos juízes que participaram do julgamento anterior que não rompe a prevenção, sendo o novo processo distribuído a quem os substituir ou assumir a cadeira vaga - Inteligência do artigo 102 caput e § 1º do Regimento Interno deste Tribunal - Superveniente especialização do órgão fracionário sobre tema específico determinando a criação da Câmara Reservada de Direito Empresarial que não rompe a prevenção – Precedentes deste Tribunal - Apelação não conhecida, com determinação. (Apelação Cível 02180106120078260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11926)

Assistência judiciária - Justiça gratuita - Revogação do benefício - Descabimento - Presunção de veracidade da situação de hipossuficiência financeira não infirmada pelos elementos dos autos - Irrelevância da circunstância de os herdeiros do de cujus serem proprietários de imóveis e haverem contratado advogado particular para a defesa de seus interesses - Inexistência de indícios suficientes a externar sinais de capacitação financeira do impugnado para custear as despesas do processo - Manutenção do direito ao benefício reconhecida. Litigância de má-fé - Não configuração - Inocorrência de ato atentatório à dignidade da Justiça que tenha sido praticado pela impugnante, tampouco obstativo da regular condução do processo. Apelação desprovida. (Apelação Cível 00196861420108260006 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11786)

Competência recursal - Ação de obrigação de fazer fundada em contrato de cessão de equipamentos, coligado a contrato de cessão de uso de marca e padrões e outras avenças - Pedido de desinstalação e remoção dos equipamentos e componentes de propriedade da requerida - Competência em razão da matéria firmada pelo pedido inicial e extensiva a qualquer espécie de processo ou tipo de procedimento - Inteligência do artigo 100 do Regimento Interno deste Tribunal - Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Negócio jurídico que tenha por objeto coisas móveis e semoventes - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes da Seção de Direito Privado III desta E. Corte - Observância do disposto no Anexo I do Provimento nº 63/2004, e artigo 2º, III, c, da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006 e Instrução de Trabalho SEJ 0001 Anexo ao Provimento 71/2007, deste Tribunal - Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00422494920128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12109)

Ilegitimidade ad causam - Ação de prestação de contas objetivando informações referentes à administração de sociedade empresária – Pessoa jurídica que não detém legitimidade para ajuizar ação em nome próprio – Legitimidade ativa dos sócios para pedir aos administradores da sociedade que prestem contas de suas gestões sociais – Legitimidade afastada - Carência da ação reconhecida - Extinção do processo nos termos do inciso VI do artigo 267 do Código de Processo Civil em relação à pessoa jurídica. Prestação de contas - Primeira fase - Sociedade empresária por quotas de responsabilidade limitada - Ação movida pela sócia minoritária contra as pessoas físicas que exercem a administração da pessoa jurídica individual ou conjuntamente, conforme especificado no contrato social - Ilegitimidade ad causam - Pólo passivo - Legitimidade reconhecida - Irrelevância da ausência de demonstração do exaurimento da esfera administrativa, sob pena de se negar o direito ao exercício da ação - Ação de prestação de contas que, por sua natureza, pressupõe desconhecimento dos atos de gestão social - Reconhecimento do dever dos administradores da pessoa jurídica de prestá-las à sócia minoritária - Insuficiência da mera aprovação das contas pela maioria do capital social em reunião de quotistas designada para tal fim. Ação procedente - Apelação da sociedade empresária provida e desprovida a dos administradores da pessoa jurídica. (Apelação Cível

00140374920108260562 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11983)

Sociedade empresarial - Ação de cobrança – Saldo remanescente decorrente da compra e venda de quotas sociais - Sociedade por quotas de responsabilidade limitada – Alteração contratual com a venda da totalidade das quotas representativas do capital social – Sócios adquirentes que assumem todos os direitos e obrigações pelas quotas que adquiriram - Cumprimento das obrigações assumidas pelo promitente vendedor - Comprovação de que o ex-sócio participou ativamente da celebração de acordos trabalhistas - Ausência de provas de que o passivo da empresa tenha superado a quantia indicada no "compromisso de opção de venda e compra de quotas" firmado pelas partes, de modo a configurar responsabilidade pessoal do ex-sócio pelo pagamento de dívida oriunda de consumo irregular de energia elétrica durante período no qual ainda figurava como administrador da empresa - Ônus do qual a ré não se desincumbiu, a teor do disposto no artigo 333, II do Código de Processo Civil – Reconvenção - Ilegitimidade ad causam - Polo passivo - Impossibilidade de ex-sócio figurar no polo passivo de demanda que visa o ressarcimento do valor pago a título de indenização por consumo irregular de energia no período em que administrava a pessoa jurídica - Legitimidade afastada - Extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do inciso VI do artigo 267 do Código de Processo Civil. Recurso - Apelação - Reiteração dos termos da sentença pelo Relator - Admissibilidade - Adequada fundamentação - Precedente jurisprudencial - Aplicação do artigo 252 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça. Ação de cobrança procedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 01041744520098260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11968)

Competência - Ação de adimplemento contratual cumulada com exibição de documentos, ajuizada em face da empresa de telefonia, visando à entrega de diferencial acionário decorrente de contrato de participação financeira, bem como o resgate ou indenização dos dividendos anuais distribuídos por ação da Telesp S/A e Telesp Celular S/A, com pedido alternativo de reparação por perdas e danos no caso da impossibilidade da subscrição e entrega das ações - Natureza obrigacional do liame decorrente do contrato e não societária - Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça - Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes das Seções de Direito Privado II e III desta E. Corte - Observância do disposto no artigo 2º, III, alínea "d", da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006, e do Provimento nº 71/2007, todas desta E. Corte Recurso não conhecido, com determinação. (Apelação Cível 00048606120118260292 – Jacareí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12048)

Agravo de Instrumento - Decisão agravada proferida em embargos à execução de título extrajudicial fundada em contrato de compra e venda e cessão de quotas de sociedade limitada - Demanda que visa o recebimento de saldo do preço ajustado - Prevalência da execução para firmar a competência e não a natureza do negócio jurídico causal do crédito buscado - Iterada jurisprudência do Órgão Especial do Tribunal no sentido da competência, no caso, de uma câmaras da subseção integrada pelas 11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmara de Direito Privado (DP II) - Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00655875220128260000 – Ribeirão Pires – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12051)

Embargos de declaração - Ato do relator em agravo de instrumento que confere efeito suspensivo ao recurso - Irrecorribilidade a teor do parágrafo único do art. 527 do CPC - Ausência de omissão ou contradição - Pretensão à modificação do julgado - Ausência de invocação de fato superveniente relevante que pudesse influir ou determinar a alteração da decisão recorrida - Recebimento do recurso como agravo regimental - Recurso desprovido.

(Agravo Regimental 00338737420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11901)

Juízo arbitral - Embora não se descarte a medida cautelar como instrumento de garantia da eficácia da decisão a ser proferida em arbitragem, não se pode revestir de irreversibilidade, seja porque não pode ser esse seu objeto, seja porque implicaria em desconsideração da cláusula compromissória. Recurso desprovido (Apelação Cível 01903392420118260100 - São Paulo Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 10/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23046)

Ação ordinária com pedido de abstenção de uso de marca cumulada com perdas e danos. Comercialização de produtos contrafeitos pela ré. Homologação de acordo entre as partes e extinção do feito - Recurso prejudicado. (Apelação Cível 00095718820118260008 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/12/2011 - Votação Unânime - Voto nº 11328)

Sociedade limitada - Dissolução parcial – Quebra da 'affectio societatis' demonstrada com a simples pretensão de dissolução parcial da sociedade - Dispensabilidade da notificação premonitória, bastando a instrução da petição inicial com o contrato social da pessoa jurídica para o regular andamento do feito até a prolação da sentença e posterior apuração dos haveres por liquidação - Declaração, com determinação de realização da apuração sob rigorosa demonstração da realidade físico-contábil da sociedade empresarial Recurso improvido. (Apelação Cível 01558583520118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12560)

Competência recursal. Medida cautelar que tem como objeto o cumprimento de contrato de concessão na distribuição de veículos. Ausência de contrato escrito. Irrelevância. Matéria afeta às Câmaras que integram a Seção de Direito Privado III. Dúvida de competência suscitada. (Agravo de Instrumento 02513636220118260000 – Bauru – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23522)

Honorários de advogado. Desistência da ação. Arbitramento que se deve dar por equidade, mas sem perder de vista o disposto no § 3º do art. 20 do diploma processual civil. Defesa bem articulada, cujos autores merecem remuneração de maior monta. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 01778251020098260100 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23524)

Propriedade industrial. Marcas e emblemas de entidades desportivas. Exclusividade na exploração. Antecipação de tutela que resguarda tal exclusividade, mesmo que os sinais não sejam absolutamente idênticos. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00068401220128260000 – Porto Ferreira – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23444)

Ação de cobrança - Ingresso em sociedade por meio de avença verbal. Não comprovação dos fatos alegados na inicial. Provas que indicam que o autor sempre esteve subordinado às ordens da ré, sua irmã. Sentença de improcedência mantida Recurso improvido. (Apelação Cível 00073962420018260477 – Praia Grande – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12561)

Medida cautelar - Exibição de documentos - Corretora de título e valores mobiliários que tem, por determinação legal, obrigação de apresentar os documentos comprobatórios das operações firmados com seus clientes - Instrução CVM 387/03 que estabelece as regras de atuação das corretoras, principalmente quanto às ordens dadas por seus clientes para realização de operações – Sentença integralmente procedente - Recurso provido. (Apelação

Cível 01860140620118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – São Paulo – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12559)

Propriedade industrial. Hipótese em que se alega concorrência desleal por violação aos direitos derivados de conjunto de imagem utilizado para produtos farmacêuticos da mesma finalidade. Questão controversa a reclamar pleno contraditório e falta de comprovação de anterioridade de uso. Antecipação de tutela descabida. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00115411620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23775)

Cerceamento de defesa - Prova oral e depoimento pessoal - Desnecessidade - Provas produzidas nos autos que dispensavam a produção dessa prova, legitimando o juiz passar desde logo ao julgamento da lide - Elementos fáticos distanciados do preceituado nos arts. 401 e 402 do CPC - Preliminar rejeitada. Cobrança - Contrato de franquia - Prova documental, somada à ausência de impugnação específica, que permite concluir pelo inadimplemento no pagamento - Irrelevância da noticiada transferência da franquia a terceiro – Ausência de anuência da franqueadora - Infringência de cláusula contratual - Sentença de procedência mantida – Recurso improvido. (Apelação Cível 00572127920108260114 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - Votação Unânime - Voto nº 12541)

Falência - Pedido embasado no art. 94, II, da Lei 11.101/05 - Execução frustrada de crédito trabalhista - Necessidade de comprovação de desistência ou suspensão da execução Inocorrência na espécie – Precedentes jurisprudenciais - Recurso improvido. (Apelação Cível 00285761420118260100 – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - Votação Unânime - Voto nº 12542)

Sentença – Nulidade – Inocorrência - Irrelevância da não realização da audiência de que trata o art. 331, do CPC - Norma que visa apenas dar maior agilidade ao processo - Preliminar rejeitada. Declaratória c.c. obrigação de fazer e indenização - Danos materiais e morais - Alienação de cotas sociais - Réus que deixaram de proceder ao registro e arquivamento das alterações contratuais das empresas - Obrigação que lhes cumpria, segundo ajustado entre as partes - Dívidas arcadas pelo autor, alienante das cotas sociais, que devem lhe ser ressarcidas, diante de cláusula contratual nesse sentido - Irrelevância da alegação de que os danos advieram de má conduta ou má gestão do autor - Ausência de ressalva a esse respeito nas cessões - Sentença mantida – Recurso improvido. (Apelação Cível 02172877120098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12602)

Busca e apreensão - Utilização pela requerida, em suas publicações, da mesma marca que a requerente tem exclusividade de exploração junto ao INPI - Empresas do mesmo ramo de atividade - Prática vedada pelo art. 129, da Lei nº 9.279/96 Sentença mantida Recurso improvido. (Apelação Cível 00308418620058260071 – Bauru – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12710)

Agravo Interno. Decisão monocrática que nega seguimento a recurso manifestamente improcedente. Razões recursais que não convencem do desacerto da decisão recorrida, que fica mantida. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 00049486820128260000 – Sertãozinho – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23813)

Agravo Interno. Decisão monocrática que nega seguimento a recurso manifestamente improcedente. Razões recursais que não convencem do desacerto da decisão recorrida, que fica mantida. Recurso não provido. (Agravo 00081306220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara

Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23879)

Agravo Interno. Decisão monocrática que nega seguimento a recurso manifestamente improcedente. Razões recursais que não convencem do desacerto da decisão recorrida, que fica mantida. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 00124107620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23878)

Prazo - Contagem em dobro - Litisconsórcio – Sucumbência de apenas um dos litisconsortes - Falta de interesse em recorrer - Desaparecimento do litisconsórcio e do direito à dobra do prazo (CPC, art. 191) - Inteligência da Súmula n. 641 do STF - Orientação do STJ nesse sentido - Recurso interposto trinta dias depois do início do prazo recursal – Intempestividade reconhecida - Apelação não conhecida. (Apelação Cível 01244241020068260001 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20462)

Propriedade industrial - Marca - Colidência entre marcas - Aplicação dos princípios da anterioridade e especificidade - Inaplicabilidade de proteção absoluta à marca notória - Inconfundibilidade com marca de alto renome - Aplicação do princípio da especialidade à marca notória - Improcedência do pedido de abstenção do uso da marca - Apelação improvida. Propriedade industrial - Marca - Uso da expressão "TANTRA" por ambas as litigantes - Autora atuante no ramo de alimentação e ré no segmento de motéis - Alegação de afinidade entre os serviços prestados, uma vez que o motel oferece refeições - Improcedência - Oferecimento de refeições de natureza secundária no ramo moteleiro - Clientes da ré atraídos pela atividade de hospedagem de alta rotatividade, e não pela alimentação - Impossibilidade de erro, dúvida ou confusão aos consumidores e de concorrência desleal – Público alvo diferente - Improcedência do pedido de abstenção do uso da marca - Apelação improvida. Propriedade industrial – Marca - Uso da expressão "TANTRA" por ambas as litigantes - Vocábulo de uso comum carente da proteção insculpida no art. 124, V, da LPI - Improcedência do pedido de abstenção do uso da marca - Apelação improvida. (Apelação Cível 02059418920108260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20386)

Sociedade empresária - Sociedade de fato - Capital não integralizado por um dos sócios - Fato que não obsta reconhecimento judicial da existência da sociedade entre os litigantes - Reflexo apenas na apuração de haveres - Procedência do pedido de reconhecimento judicial da sociedade empresária - Apelação improvida neste tocante. Dissolução parcial da sociedade - Apuração de haveres - Divergência quanto ao valor pago pelo demandante para adimplemento da segunda parcela avençada no trespasse, no valor de R$ 12.000,00 - Incontrovérsia quanto à quitação de R$ 2.000,00 com recursos próprios - Provas documental e oral do pagamento de R$ 3.100,00 em cheque emitido pelo réu - Alegação dos recorrentes de que R$ 5.000,00 foram emprestados pela genitora da coapelante, que vem quitando o montante - Fato não impugnado especificamente pelo recorrido - Presunção de veracidade - Montante que deverá ser compensado na apuração de haveres, mediante prova documental dos recibos de pagamento assinados pela mutuante em nome da correcorrente - Apelação parcialmente provida. Dissolução parcial da sociedade. Apuração de haveres - Alegação de que prejuízos financeiros suportados pela sociedade impedem apuração de haveres – Improcedência - Fato que se constatado contabilmente acarretará o não recebimento de qualquer verba pelo recorrente – Ação parcialmente procedente - Apelação improvida neste tocante. (Apelação Cível 00213030620108260007 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20985)

Tutela antecipada - Ação anulatória - Pretensão à anulação da alteração contratual e antecipação de tutela para suspender o arquivamento e registro da alteração social, sucedânea

da última arquivada - Decisão judicial que entendeu ausentes os requisitos - Alegação de que a alteração contratual foi levada à efeito sem o seu consentimento, que corre o risco de ser lesado pela administração temerária do agravado Sr. Sérgio, e que apesar de inativa, a gestão dos passivos e ativos financeiros da empresa em tela ainda existem – Descabimento - Hipótese na qual não restou demonstrado pelos documentos juntados, nem que o recorrido Sr. Sérgio não pretende compartilhar com o agravante e com os credores os frutos conseguidos na administração da empresa, nem que a intenção é revogar o mandato dos patronos da empresa, não havendo, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações - Ademais, além de necessária a dilação probatória para comprovação das alegações realizadas, o recorrente pode, a qualquer momento, revogar poderes outorgados ao sócio administrador e, ainda, eventual prejuízo pela má gestão da empresa poderão ser resolvidos em perdas e danos – Tutela antecipada denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00060226020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20240)

Ilegitimidade “Ad causam” - Colidência de nome empresarial - Registro indevido pela - Junta Comercial - Inobservância ao dever de apurar a preexistência do nome empresarial (Lei n. 8.934/94, art. 35, V, e IN DNRC n. 99/2005, arts. 8º, 9º e 10) - Esfera patrimonial do órgão estadual não atingida pela procedência do pedido, que implica apenas no cumprimento da ordem judicial de anulação do registro – Falta de interesse de agir da Junta Comercial - Orientação do STJ nesse sentido - Ilegitimidade passiva reconhecida – Apelação improvida. Nome empresarial - Colidência - Registro anterior da empresa mineira com sede no Estado paulista – Identidade parcial do objeto social - Proteção absoluta (Lei n. 8.934/94, art. 35, V) - Inadmissibilidade do registro superveniente da mesma denominação pela Junta Comercial de São Paulo – Procedência do pedido de anulação da inscrição da ré na JUCESP - Apelação improvida. Prescrição - Nome empresarial - Colidência - Pedido de proteção à denominação - Direito imprescritível – Inteligência do art. 1.167 do CC/02 - Alegação de prescrição aquisitiva rechaçada - Ação anulatória de inscrição da ré na Junta Comercial procedente - Apelação improvida. Dispositivo: preliminar de nulidade do processo rejeitada e recurso improvido. (Apelação Cível 00073232720118260566 – São Carlos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20644)

Julgamento antecipado da lide - Cerceamento de defesa - Pedido de produção de provas formulado nas razões de apelação - Constatação de que apelante renunciara expressamente à dilação probatória - Preclusão lógica - Inocorrência de cercamento de defesa - Preliminar rejeitada - Recurso improvido. Sociedade empresária - Falecimento de sócio - Pretensão do espólio à entrega do balanço patrimonial do exercício anterior ao óbito e ao balanço de determinação até a data do óbito visando instruir inventário e formalizar partilha dos bens - Imprescindibilidade de balanço especial encerrar-se na data do óbito (CC, art. 1.031) - Cláusula contratual também nesse sentido - Constatação de que balanço de determinação apresentado pela ré extrapola o período mencionado na exordial - Confissão da recorrente, ademais, de que maquinário utilizado na empresa e bens imateriais não foram incluídos no balanço especial - Imprestabilidade dos balanços apresentados pela demandada - Ação condenatória procedente – Apelação improvida. Sociedade empresária - Falecimento de sócio - Pretensão do espólio à entrega do balanço patrimonial do exercício anterior ao óbito e ao balanço de determinação até a data do óbito visando instruir inventário e formalizar partilha dos bens - Exigência do espólio de registro de ambos os balanços na JUCESP, sob argumento de se tratar de requisito fiscal - Procedência - Inexigibilidade de autenticação do balanço patrimonial pela legislação estadual – Obrigatoriedade do registro do livro do balanço patrimonial pela Junta Comercial, que se destina à apuração dos haveres do sócio pré-morto, com eventual responsabilização do espólio por eventuais dívidas sociais (Cc, arts. 1.181, 1.180, parágrafo único, e 1.185) - Maior segurança a terceiros com autenticação do balanço patrimonial, que presumidamente estarão cientes da futura redução do capital social da recorrente e da delimitação temporal da responsabilidade do sócio pré-morto – Prevenção de direitos de terceiros - Legitimidade da

pretensão do espólio à chancela da Junta Comercial - Ação condenatória procedente - Apelação improvida. Dispositivo: recurso improvido. (Apelação Cível 00460344420108260564 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20642)

Competência recursal - Ação de execução fundada em responsabilidade de sócios retirantes por atos de administração em outra sociedade havida por Juízo Trabalhista como parte de grupo econômico - Matéria não inserida na competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial - Inteligência do art. 1º da Resolução n. 538/11 - Redistribuição a uma das Câmaras de Direito Privado. (Agravo de Instrumento 00137063620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20328)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de não fazer - Pleiteou pela concessão de tutela antecipada para que seja determinada aos recorridos ab initio a suspensão da comercialização das películas auto-adesivas de autoria e titularidade das recorrentes - Decisão que não concedeu a medida pleiteada - Sustenta que comprovaram que são autores das obras, ou que possuem licença para comercializá-las, e que por simples análise dos adesivos comercializados pelas empresas agravante e agravada, percebe-se que são idênticos, e, portanto, a atitude dos suplicados em comercializar os adesivos contendo as obras que pertencem às recorrentes é totalmente ilegal - Descabimento - Hipótese na qual, em cognição inicial e apenas com os documentos juntados, conforme bem mencionou o nobre Magistrado singular, não há como se aferir quem são os autores das obras em questão, não havendo, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações – Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00235813020128260000 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20430)

Tutela antecipada - Ação de dissolução de sociedade - Pretensão à antecipação de tutela para permitir a imissão de posse no estabelecimento comercial, e a suspensão das atividades da empresa “Drogaria Pereira e Macedo Ltda.” - Decisão judicial que entendeu ausentes os requisitos – Alegação de que, apesar de sócios, houve alteração fraudulenta da sede do estabelecimento comercial, sem que tivessem tomado ciência de tal fato, inclusive com o fechamento das portas, e que diante do ocorrido e dos documentos juntados, presentes os requisitos para a concessão da medida pleiteada – Descabimento - Hipótese na qual, em cognição inicial e apenas com os documentos juntados, conforme bem mencionou o nobre Magistrado singular, não há como se aferir se houve gestão fraudulenta, ou má administração da empresa em questão pelos recorridos, e nem se houve o impedimento de os suplicantes participarem da administração, não havendo, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações - Ademais, quanto à solicitada imissão de posse do imóvel em questão, verifica-se que foi informado pelos recorrentes que houve a mudança de endereço da sede da empresa, com fechamento do comércio, e como os suplicantes detinham chave de tal estabelecimento, conforme se extrai do “instrumento particular de compra e venda de quotas de estabelecimento comercial”, até porque a Sra. Odília é a locatária, o pleito em tela encontra-se prejudicado - Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00327235820128260000 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20566)

Dissolução de sociedade. Réus citados por edital e representados por Curadora Especial. Acolhimento do pleito em face do que se considerou confissão ficta. Inadmissibilidade. Contestação por negação geral que torna controvertidos os fatos articulados. Dissolução de sociedade. Previsão contratual de administração conjunta. Sociedade que se encontra sem atividade, estando desaparecido o outro sócio. Prosseguimento inviável em face do desaparecimento da affectio societatis. Recurso desprovido. (Apelação Cível

06165261520088260001 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23523)

Competência recursal. Decreto da quebra anterior à vigência da Lei 11.101/05 (égide do Decreto-Lei nº 7.661/45). Competência das dez primeiras câmaras de Direito Privado do Tribunal de Justiça. Precedentes do Órgão Especial deste Colegiado nesse sentido. Aplicação do art. 2º, da Resolução nº 558/11. Julgamento suspenso, suscitada dúvida de competência. (Apelação Cível 00299508519998260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012- Votação Unânime - Voto nº 23925)

Propriedade industrial. Marcas mista e nominativa compostas com expressões comuns. Pleito a agravada de registro de sinal distintivo contendo as expressões, mas em composição diversa. Uso da expressão no nome empresarial. Colidência que não se mostra exuberante. Demora no ajuizamento da demanda, ademais, que não corrobora a urgência necessária à antecipação da tutela. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 03109926420118260000 – Auriflama – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23833)

Sociedade limitada. Falecimento de um dos sócios. Inventário ainda não concluído. Herdeiros que, em princípio, não ostentam a condição de sócios, assim como o espólio respectivo. Convocação de reunião deliberativa inviável. Liminar que a suspendeu mantida. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 03108489020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23298)

Reconvenção. Admite-se a formulação de pedido reconvencional quando o pleito se revele consequente à decisão que o reconvinte busca em sua defesa, desde que existente vínculo, mesmo que tênue, com o objeto da ação. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00011656820128260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23802)

Assistência judiciária - Ausência de manifestação quanto ao pedido de justiça gratuita - Aplicação do art. 515, § 1º, do CPC por analogia - Requisitos - Declaração de pobreza - Insuficiência - A suplicante afirmou que detém quotas que equivalem a R$ 788.750,00, e que os imóveis que compõem o capital social da empresa valorizaram e agora totalizam a importância de R$ 11.200.000,00 - Ausência de comprovação das alegações que embasariam a pretensão e, sobretudo, de prova de inexistência de outra fonte de renda - Presunção de que reúna condições suficientes para suportar as taxas judiciárias - Cabia à suplicante demonstrar, por meio de cópia de sua declaração de imposto de renda, ou outros documentos idôneos, qual o montante que recebe mensalmente, a origem de seus proventos, e o alcance de seu patrimônio, podendo demonstrar ainda a atual situação financeira, todavia, nada disso foi demonstrado - Benefícios indeferidos - Recurso não provido. Recurso - Agravo de instrumento - Assistência judiciária - Pleito subsidiário pelo diferimento de custas ao final - Prejudicado o pedido de diferimento do recolhimento das custas, pois não houve pedido, neste sentido, na instância inferior, o que impossibilita sua análise em grau de recurso, sob pena de supressão de instância - Recurso não conhecido nesta parte. Dispositivo: Recurso em parte conhecido e não provido na fração conhecida. (Agravo de Instrumento 00135816820128260000 – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - São Paulo – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20327)

Sociedade empresária. Alteração contratual. Cessão gratuita de quotas. Falta de registro perante a Junta Comercial e anuência do sócio remanescente. Cessionário que assumiria encargos. Contrato que, em princípio, encerra doação modal. Descabimento da antecipação de

tutela, mormente se não há anuência de terceiro interessado. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00159650420128260000 – Mogi das Cruzes – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23671)

Propriedade industrial. Marca mista registrada muitos anos após a constituição da sociedade agravada e que já continha a expressão tida como exclusiva em seu nome empresarial. Tutela antecipada negada em primeiro grau e mantida porque ausentes requisitos de verossimilhança e risco de dano grave. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00169377120128260000 – Santa Isabel – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23672)

Energia elétrica. Sujeitam-se à recuperação judicial os créditos vencidos de energia elétrica, não se justificando a supressão de fornecimento. Liminar concedida em medida cautelar. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00327019720128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24084)

Recuperação Judicial. Execução fiscal. Suspensão inadmissível. Prosseguimento que decorre da lei. Recuperação Judicial. Execução Fiscal. Mesmo havendo determinação legal de seu prosseguimento, é do juízo da recuperação a competência para deliberar a respeito da possibilidade ou não de constrição sobre bens do devedor, tendo em conta o princípio da preservação da empresa. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01222038120118260000 – Araçatuba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22945)

Recurso. Medida cautelar julgada improcedente, simultaneamente com a principal. Apelo que, de ordinário, não teria efeito suspensivo. Hipótese, porém, que comporta aplicação do art. 558 da lei processual civil. Suspensão concedida. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01229226320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22305)

Falência. Decreto. Pretensão à retificação do termo legal da quebra deduzida por sócios da falida. Inadmissibilidade. Legitimidade recursal inexistente. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01812412420118260000 – Tietê - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23452)

Processo civil. Se há indeferimento de inicial de ação declaratória com pedido cumulado de reintegração de posse, descabido é o pleito, formulado em agravo de instrumento, de concessão de antecipação da tutela naquela demanda. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01978187720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24052)

Recuperação Judicial. Crédito trabalhista. Pretensão da devedora voltada para a inscrição do crédito no quadro geral de credores com desconto relativo à Previdência Social e Imposto de Renda. Inadmissibilidade. Verbas que devem ser decotadas da verba salarial no momento do pagamento. Precedente apontado que trata de situação fática diversa. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02042415320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23854)

Recurso. Agravo de Instrumento. Interposição por sócio de sociedade falida a combater decisão que determina constrição sobre seus bens particulares e determina outras providências. Legitimidade recursal em relação aos temas que lhe dizem pessoalmente respeito, não conhecido o pleito em relação ao que diz respeito à própria falida. Falência. Bloqueio de bens particulares do sócio sem que tenha havido declaração de desconsideração de personalidade jurídica precedente. Inadmissibilidade. Recurso provido na parte conhecida.

(Agravo de Instrumento 02150674120118260000 – Araras - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23450)

Recuperação judicial. Crédito trabalhista reconhecido em sentença transitada em julgado e que declara a responsabilidade solidária da recuperanda por conta de sucessão. Coisa julgada que se reputa inviolável. Recuperação judicial. Crédito atualizado até data posterior à do ajuizamento da recuperação. Inadmissibilidade. Aplicação do art. 9º, II, da Lei 11.101/05 que não implica em violação à coisa julgada. Recálculo determinado. Recurso parcialmente provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 02628373020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23731)

Recurso. Os embargos de declaração não interrompem prazo quando o único objetivo é a alteração do pronunciamento embargado, hipótese diversa da que se vê nos autos. Competência. Pleito de cobrança de pró-labore de ex-sócia da sociedade acionada. Tema que diz respeito ao direito societário e não trabalhista. Competência confirmada da Justiça Estadual. Processo. Instrução. Pedido tempestivo de depoimento pessoal. Indeferimento injustificável, mormente porque deve ser prestado pela autora, que é pessoa física. Direito indiscutível da parte. Recurso conhecido e provido em parte. (Agravo de Instrumento 02707012220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23446)

Sociedade. Havendo administração comum, o afastamento de um dos sócios que integram a sociedade, mormente em antecipação de tutela, depende da exposição e comprovação de ato cuja gravidade possa comprometer a regularidade do empreendimento. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02713810720118260000 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 – Votação Unânime - Voto nº 23370)

Competência. Ação indenizatória por contrafação de patente de invenção. Admissibilidade de seu processamento no foro do domicílio do autor por aplicação do art. 100, V, a, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 03076089320118260000 – Bauru - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23828)

Desconsideração da personalidade jurídica da sociedade. Para que se levante o véu da personalidade jurídica, é preciso que se demonstre uma das hipóteses previstas no art. 50 do diploma comum e mais a vantagem obtida pelo sócio ou por terceiro, ainda que, num primeiro momento, haja mera presunção nesse sentido. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 03087348120118260000 – São Caetano do Sul - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23272)

Gratuidade judiciária. Faz jus ao benefício a parte que demonstra estar isenta do recolhimento de imposto de renda e, apesar da propriedade de imóveis em condomínio, apresenta-se com inúmeras obrigações vencidas e não pagas. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 03093730220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23270)

Competência recursal - Ação de obrigação de fazer fundada em alegação de ofensas a marcas de titularidade de pessoa jurídica, cometidas mediante envio de reclamações por usuários de site pertencente à demandada - Tutela jurisdicional pretendida não voltada à obtenção de proteção à propriedade sobre tais sinais distintivos, tampouco a reprimir alguma suposta prática de concorrência desleal - Questão alheia ao âmbito dos direitos relativos à propriedade industrial, e afeita à responsabilidade civil por ilícito extracontratual relacionado a direitos de personalidade - Matéria de competência de uma das Câmaras não especializadas da Seção de Direito Privado I (1ª a 10ª Câmaras) - Anexo I do Provimento nº 63/2004, combinado com o

artigo 2º, III, "a", da Resolução nº 194/2004, com a redação dada pela Resolução nº 281/2006, todos deste E. Tribunal de Justiça - Dúvida suscitada à Turma Especial da Seção de Direito Privado I - Agravo de instrumento não conhecido. (Agravo de Instrumento 02609657720118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11608)

Julgamento antecipado da lide - Cerceamento de defesa - Inocorrência - Alegações e provas documentais acostadas aos autos suficientes para o deslinde da controvérsia – Sentença prolatada com fundamento no artigo 330, I, do Código de Processo Civil. Sentença - Julgamento citra petita – Inocorrência - Pronunciamento judicial íntegro, complementado por decisão que acolheu embargos de declaração na parte relativa à concessão da gratuidade judiciária ao réu e ressaltou, expressamente, a sua rejeição em relação às demais questões alegadas pelo embargante. Sociedade empresária - Sociedade em nome coletivo - Dissolução e liquidação - Submissão às regras materiais estabelecidas nos artigos 1.033 a 1.038 do Código Civil, por força do disposto nos artigos 2.034, 1.040 e 1.044 do mesmo diploma legal, e às processuais disciplinadas nos artigos 655 a 674 do Código de Processo Civil anterior (Decreto-lei nº 1.608/1939), devido ao disposto no inciso VII do artigo 1.218 do Código de Processo Civil e à ausência de lei especial que trate da matéria - Liquidação judicial - Procedimento – Diretrizes - Artigos 657 a 667 e 671 do Código de Processo Civil de 1939 - Início em primeiro grau de jurisdição - Determinação do acórdão neste sentido. Assistência judiciária - Justiça gratuita – Pedido – Impugnação manifestada em recurso - Não conhecimento Inadequação da via processual eleita - Inobservância do disposto no parágrafo 2º do artigo 4º da Lei nº 1.060/50. Apelação do réu provida em parte, com determinação, e recurso adesivo dos autores não conhecido. (Apelação Cível 90011611420098260506 – Ribeirão Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11686)

Competência recursal - Ação de cobrança ou ressarcimento de quantias despendidas para o pagamento de contas de telefonia celular relativas a aparelhos cedidos retidos pelos réu e cujas linhas são de titularidade da autora, empresa de turismo - Competência em razão da matéria firmada pelo pedido inicial e extensiva a qualquer espécie de processo ou tipo de procedimento - Inteligência do artigo 100 do Regimento Interno deste Tribunal - Relação jurídica versada relativa a indenização em virtude de responsabilidade civil extracontratual - Matéria que se insere na competência preferencial de uma das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado, Seção de Direito Privado I desta E. Corte - Observância do disposto na Resolução nº 194/2004 e Instrução de Trabalho anexa ao Provimento nº 71/2007 - Recurso não conhecido, com determinação. (Apelação Cível 02174051320108260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - Votação Unânime - Voto nº 11788)

Empresarial - Administração de "Sociedade Limitada" - Antecipação de tutela concedida em ação cautelar convertida em ação de obrigação de fazer (entrega da administração da sociedade) - Manutenção Administrador-sócio (ora agravante) que foi destituído por ato levado a arquivamento no cadastro da empresa na Junta Comercial - Aprovação da destituição do administrador-sócio por sócios que representam mais de 2/3 (dois terços) do capital social, com nomeação de outro administrador não-sócio - Presença da verossimilhança das alegações - Receio de dano irreparável ou de difícil reparação que se colhe tão só da possibilidade de não administração da empresa pelo novo administrador - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00080336220128260000 – Poá – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11868)

Competência - Ação de adimplemento contratual cumulada com exibição de documentos, ajuizada em face da empresa de telefonia, visando à entrega de diferencial acionário decorrente de contrato de participação financeira, bem como o resgate ou indenização dos dividendos anuais distribuídos por ação da Telesp S/A e Telesp Celular S/A, com pedido

alternativo de reparação por perdas e danos no caso da impossibilidade da subscrição e entrega das ações - Natureza obrigacional do liame decorrente do contrato e não societária - Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça - Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes das Seções de Direito Privado II e III desta E. Corte - Observância do disposto no artigo 2º, III, alínea "d", da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006, e do Provimento nº 71/2007, todas desta E. Corte – Recurso não conhecido, com determinação. (Apelação Cível 00017625920118260101 – Caçapava – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11789)

Agravo de instrumento - Tutela antecipada – Justiça Gratuita - Negativa do benefício pelo juiz "a quo" – Agravante que pleiteou o benefício alegando que não teria como arcar com as custas processuais e honorários periciais – Documentos juntados aos autos que destoam da declaração firmada - Possibilidade de arcar com valor das custas judiciais - Sociedade comercial - Dissolução parcial - Recebimento de pró labore por sócio afastado da administração - Descabimento - Caráter de verba remuneratória por serviços efetivamente prestados - Agravo desprovido. (Agravo de Instrumento 00264263520128260000 – Mococa – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11748)

Assistência judiciária - Justiça gratuita - Pedido - Pessoa física – Deferimento - Requisitos formais cumpridos – Apresentação de declaração pelos requerentes de impossibilidade de arcarem com as custas e despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família e de documentação comprobatória da situação de incapacidade financeira - Recepção da Lei nº 1.060/50 pela Constituição Federal de 1988 - Presunção de veracidade da situação de precariedade financeira não infirmada pelos elementos dos autos - Concessão do benefício, ressalvada a possibilidade de reversão, com suas consequências legais, caso provada a inexistência ou o desaparecimento da precariedade declarada - Pessoa jurídica – Sociedade empresária em situação de penúria financeira - Concessão dos benefícios - Presunção de veracidade de impossibilidade econômico-financeira extraída dos balanços patrimoniais e de resultado econômico, além da existência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas - Possibilidade de condenação da requerente a pagar multa de até o décuplo das custas judiciais caso venha a ser comprovada a falsidade dos documentos - Previsão, também, da reversão da concessão em caso da modificação da condição de hipossuficiência - Inteligência do disposto nos artigos 4º, caput, e §1º, 5º, caput, 11, §2º, e 12, da Lei nº 1.060/50 - Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00382785620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11938)

Julgamento antecipado da lide - Cerceamento de defesa - Inocorrência - Ausência de violação aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa - Determinação judicial para que as partes especificarem as provas que pretendiam produzir, justificando sua necessidade e pertinência - Apresentação de protesto genérico de produção de provas por parte da ré – Prova documental carreada aos autos que se mostra suficiente para a solução da controvérsia - Desnecessidade de produção de prova em audiência - Aplicação do artigo 330, I do Código de Processo Civil. Responsabilidade civil - Propriedade industrial – Utilização indevida de marca - Comprovação da titularidade do registro da marca pela autora - Reconhecimento do pedido cominatório, providenciando a alteração de sua razão social - Dano moral - Majoração - Descabimento - Análise das peculiaridades do caso concreto - Valor arbitrado que se mostra razoável para compensar a autora dos prejuízos sofridos, sancionando o comportamento da ré - Danos patrimoniais - Ausência de prova do efetivo prejuízo - Ônus do qual a autora não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, I do Código de Processo Civil - Ação parcialmente procedente - Apelação da ré e recurso adesivo da autora desprovidos. (Apelação Cível 00001949320118260008 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito

Empresarial - São Paulo – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11921)

Competência recursal - Prevenção - Agravo de instrumento interposto no curso de ação de dissolução parcial de sociedade empresária com exclusão de sócio e apuração de haveres - Distribuição e julgamento anterior perante a 4ª Câmara de Direito Privado, competente para o julgamento no momento em que estabelecida a prevenção - Prevenção da Câmara que primeiro conhecer de uma causa no Tribunal para o julgamento de todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, oriunda de outro, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados - Afastamento dos juízes que participaram do julgamento anterior que não rompe a prevenção, sendo o novo processo distribuído a quem os substituir ou assumir a cadeira vaga Inteligência do artigo 102 caput e § 1º do Regimento Interno deste Tribunal - Superveniente especialização do órgão fracionário sobre tema específico determinando a criação da Câmara Reservada de Direito Empresarial que não rompe a prevenção – Precedentes deste Tribunal - Agravo de instrumento não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00488541120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11935)

Competência recursal - Prevenção - Agravo de instrumento interposto no curso de ação de dissolução parcial de sociedade empresária com exclusão de sócio e apuração de haveres - Distribuição e julgamento anterior perante a 4ª Câmara de Direito Privado, competente para o julgamento no momento em que estabelecida a prevenção - Prevenção da Câmara que primeiro conhecer de uma causa no Tribunal para o julgamento de todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, oriunda de outro, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados - Afastamento dos juízes que participaram do julgamento anterior que não rompe a prevenção, sendo o novo processo distribuído a quem os substituir ou assumir a cadeira vaga - Inteligência do artigo 102 caput e § 1º do Regimento Interno deste Tribunal - Superveniente especialização do órgão fracionário sobre tema específico determinando a criação da Câmara Reservada de Direito Empresarial que não rompe a prevenção – Precedentes deste Tribunal - Agravo de instrumento não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00558814520128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11975)

Competência - Dúvida - Ação declaratória de obrigação de fazer consistente na cobertura integral de procedimento cirúrgico com o fornecimento de materiais necessários - Competência em razão da matéria firmada pelo pedido inicial e extensiva a qualquer espécie de processo ou tipo de procedimento - Inteligência do artigo 100 do Regimento Interno deste Tribunal - Relação jurídica versada relativa a contrato de plano de saúde - Matéria que se insere na competência preferencial de uma das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado do Tribunal de Justiça, não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara Reservada de Direito Empresarial pelas Resoluções 207/2005 e 558/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Inteligência do artigo 2º, inciso III, alínea "a" da Resolução nº 194/2004, com redação dada pela Resolução nº 281/2006, e Provimento nº 71/2007, deste Tribunal de Justiça - Precedentes do Órgão Especial - Dúvida de competência suscitada à Turma Especial da Seção de Direito Privado I - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01328769520098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11707)

Competência - Dúvida - Embargos à execução de título extrajudicial (escritura pública de confissão de dívida com garantia hipotecária) - Competência em razão da matéria firmada pelo pedido inicial e extensiva a qualquer espécie de processo ou tipo de procedimento - Inteligência do artigo 100 do Regimento Interno deste Tribunal - Matéria que se insere na competência preferencial de uma das Câmaras da Seção de Direito Privado II deste Tribunal

de Justiça, não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara Reservada de Direito Empresarial pelas Resoluções 207/2005 e 558/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Inteligência do artigo 2º, inciso III, alínea "b" da Resolução nº 194/2004, com redação dada pela Resolução nº 281/2006 - Precedentes do Órgão - Inexistente prevenção da extinta Câmara Especializada de Falência e Recuperação Judicial, que em decorrência da unificação da sua competência com aquela atribuída a originária Câmara de Direito Empresarial, deu origem a 1ª e 2ª Câmaras de Direito Empresarial hoje existentes – Julgamento de precedente agravo de instrumento pela Câmara Especializada de Falência e Recuperação Judicial, tirado de decisão que decretou a falência da ora apelante, em que houve o provimento do recurso para afastar a falência e decretar a extinção do processo sem julgamento de mérito – Inexistência de qualquer vinculo entre a matéria em julgamento com aquela da extinta Câmara Especializada, hoje da competência das 1ª e 2ª Câmaras de Direito Empresarial - Dúvida de competência suscitada ao C. Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00007764120078260588 – São José do Rio Pardo – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 – Votação Unânime - Voto nº 11807)

Propriedade Industrial - Ação de preceito cominatório cumulada com danos morais por uso indevido de nome comercial e de marca de sua propriedade - Inexistência de violação - Ausência de comprovação da titularidade da marca pela autora - Propriedade da marca conferida pelo efetivo registro junto ao INPI, no caso concreto, porque a marca não tem a característica de ser notoriamente conhecida - Inteligência dos artigos 126 e 129 da Lei nº 9.279/96 – Ação parcialmente procedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 00031336720038260609 – Taboão da Serra – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11704)

Propriedade industrial - Marca - Conflito entre os signos "CONFORMATEC" e "CONFORTEC" - Inegável semelhança gráfica e fonética - Utilização para identificar produtos destinados ao mesmo segmento mercadológico - Coexistência inadmissível - Possibilidade de vulgarização do signo distintivo e prejuízo à reputação comercial da legítima proprietária, lesando o direito à preservação de sua imagem no mercado - Inteligência do inciso XIX do artigo 124 da Lei de - Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96) - Desnecessidade da realização da prova oral pretendida pela ré, ante a suficiência dos elementos dos autos para a solução da controvérsia - Hipótese em que a mera possibilidade de gerar confusão é suficiente para que a autora alcance a tutela jurisdicional pretendida - Apelação desprovida. (Apelação Cível 00013018120118260588 – São José do Rio Pardo – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11706)

Sociedade empresarial - Sociedade por quotas de responsabilidade limitada - Responsabilidade patrimonial direta da sociedade pelas obrigações assumidas - Capital social totalmente integralizado - Sócios remanescentes que assumem todos os direitos e obrigações pelas quotas que adquiriram - Ausência de prova de que os ex-sócios tenham se comprometido com o pagamento de obrigações tributárias futuras decorrentes de período no qual ainda figuravam no contrato social - Ônus do qual a autora não se desincumbiu, a teor do disposto no artigo 333, I do Código de Processo Civil - Ação de cobrança improcedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 00026838620088260177 – Itapecerica da Serra – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11737)

Interesse processual - Ação de obrigação de fazer - Verificação do pressuposto - Necessidade do ajuizamento da demanda para a obtenção do provimento almejado pelos autores (compelir o réu a cumprir obrigação pactuada em distrato). Tutela antecipada - Ação de obrigação de fazer – Alteração contratual da sociedade empresária, a fim de que sejam transferidas aos autores as cotas sociais anteriormente cedidas ao réu – Deferimento - Preenchimento dos requisitos autorizadores de sua concessão - Existência de distrato contendo tal previsão, celebrado pelos sócios cedentes e pelo sócio adquirente das cotas sociais - Fundado receio de

ineficácia do provimento final porque se concedida a medida somente na sentença, até lá os demandantes não figurarão formalmente como sócios da empresa, não podendo opor seus direitos contra terceiros enquanto não registrada perante a JUCESP a alteração social. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00159989120128260000 – Ribeirão Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - Votação Unânime - Voto nº 11853)

Recuperação judicial - Credor titular da posição de proprietário fiduciário de bem imóvel dado em garantia do adimplemento da dívida originária de cédula de crédito bancário emitida em virtude da contratação de empréstimo para capital de giro pela pessoa jurídica recuperanda – Insubmissão aos efeitos da recuperação judicial - Prevalência dos direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais - Observância do disposto no § 3º do artigo 49 da Lei nº 11.101/2005 - Respaldo legal para a instituição bancária credora fiduciária efetuar lançamentos de débitos de valores oriundos do negócio jurídico na conta-corrente da recuperanda emitente da cédula - Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00205786720128260000 – São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - Votação Unânime - Voto nº 12040)

Competência recursal - Prevenção - Agravo de instrumento interposto no curso de medida cautelar de busca e apreensão, preparatória de ação inibitória fundada em propriedade industrial - Distribuição e julgamento anterior perante a 6ª Câmara de Direito Privado, competente para o julgamento no momento em que estabelecida a prevenção - Prevenção da Câmara que primeiro conhecer de uma causa no Tribunal para o julgamento de todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, oriunda de outro, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados – Afastamento dos juízes que participaram do julgamento anterior que não rompe a prevenção, sendo o novo processo distribuído a quem os substituir ou assumir a cadeira vaga Inteligência do artigo 102 caput e § 1º do Regimento Interno deste Tribunal - Superveniente especialização do órgão fracionário sobre tema específico determinando a criação da Câmara Reservada de Direito Empresarial que não rompe a prevenção – Precedentes deste Tribunal - Agravo de instrumento não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 02155524120118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11964)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Impugnação - Inclusão de valor no quadro geral de credores - Crédito pretendido pela recorrida que, como informado pelo Administrador Judicial, encontra-se devidamente escriturado nos livros da empresa recorrente - Inclusão mantida, tendo em vista que presume-se a boa fé nas manifestações do Administrador Judicial por ser agente auxiliar do juiz, inclusive firmando termo de compromisso - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01362860520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12423)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - pretensão à autorização de pagamento de débito fiscal parcelado - Art. 6º, § 7 ° da Lei n° 11.101/05 que determina que as execuções de natureza fiscal não são suspensas pelo deferimento da recuperação judicial, ressalvada a concessão de parcelamento nos termos do Código Tributário Nacional e da legislação ordinária específica. Inexistência de legislação especifica e, desta forma, não há como suspender as execuções fiscais. Ademais, parcelamento de débito que deve ser conhecido e apreciado pelo Juízo da Execução Fiscal e não pelo Juízo da Recuperação Judicial. Impetração de mandado de injunção com pedido liminar onde deve ser perseguido o parcelamento do débito. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02267403120118260000 – Penápolis - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12651)

Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, os embargos de declaração visam novo julgamento do feito, o que é inadmissível, pois, os embargos declaratórios não podem ser opostos com o fito de se proceder a novo julgamento do feito ou se adequar às indevidas pretensões da embargante. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00870707520118260000 – Lençóis Paulista – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12693)

Agravo de instrumento - Habilitação de crédito - Pretensão ao reconhecimento de inexistência de sucessão empresarial e, consequentemente, indeferimento da habilitação - Manutenção - Valor pretendido pelo recorrido, apurado pela E. Justiça do Trabalho, onde restou reconhecida a solidariedade da recuperanda, com trânsito em julgado - Recurso não provido. Agravo de instrumento - Habilitação de crédito - Pedido subsidiário - Pretensão à apuração do correto valor a ser habilitado - Deferimento - Aplicação do inc. II, do art. 9º da Lei de Falências - Real valor a ser habilitado pelo recorrido, com a atualização de seu crédito até a data do pedido de recuperação judicial, tudo a ser apurado pelo Ilustre Juízo de Primeiro Grau. Recurso provido, com observação. (Agravo de Instrumento 02365659620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 17/04/2012 - Voto nº 12812)

Agravo de instrumento - Pedido de falência - Irregularidade de representação processual – Aplicação do artigo 13 do CPC. Ocorrência da preclusão pela não arguição na primeira oportunidade existente nos autos. Preliminar afastada. Agravo de instrumento - Pedido de falência - Infração ao procedimento da Lei n° 11.101/05 - Preclusão temporal - Ocorrência - A não realização de ato próprio dentro do prazo previsto em lei como a não interposicão de recurso contra a r. decisão que designou audiência de conciliação e concessão de prazo superior ao previsto em lei, configura-se preclusão temporal - Se a agravante pretendesse a almejada revogação das rr decisões deveria ter se insurgido contra as mesmas naquele momento processual e não agora - Recurso não conhecido. Agravo de instrumento - Pedido de falência - Incorreção de cálculos judiciais - Ausência de fundamentação da r. decisão que determinou o depósito do valor remanescente - Hipótese em que a r. decisão recorrida não se encontra motivada, o que impossibilita às partes entender o raciocínio desenvolvido pelo Julgador de Primeiro Grau e, em sendo o caso, de externar seu inconformismo com aquilo que ficou decidido - Dever de fundamentar as decisões judiciais previsto no art. 165 do CPC e no art, 93, inc. IX, da CF. Recurso provido para anular a r. decisão agravada devendo outra, respeitável decisão, ser proferida. (Agravo de Instrumento 02697408120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken – 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12959)

Mandado de segurança – Perda superveniente do objeto – Ato reconsiderado - Ordem denegada - A perda superveniente do objeto impõe a denegação da ordem, extinguindo o feito, sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil - Ordem denegada. (Mandado de Segurança 02259201220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13011)

Pedido de falência sob a égide do DL 7661/45. Extinção do processo sem resolução do mérito. Inexistência de quebra. Competência. Colendas 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado deste E. TJSP. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00022353020058260562 – Santos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12675)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento – Falência - Habilitação de Crédito Quirografário Retardatária - Violação do devido processo legal – Reconhecimento - Alegada omissão - Inexistência. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 05620887120108260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18005)

Falência - Pedido de Restituição - Improcedência em primeiro grau - Contrato de Financiamento com o BNDES. É devida a restituição à autora da quantia entregue ao falido, agente, para ser transferida para a conta da exportadora brasileira, que obteve financiamento pelo BNDES - Não são exigíveis juros da Massa Falida vencidos após a decretação da falência, se o ativo apurado não bastar para o pagamento dos credores subordinados, excetuados os juros das debêntures e dos créditos com garantia real (art. 124, caput, parágrafo único da LFR) - Correção monetária de acordo com os índices da tabela de correção dos débitos judiciais - A restituição se fará por meio de pagamento da quantia porventura devida ao BNDES e devolução de eventual remanescente diretamente à autora. Apelação provida. (Apelação Cível 91468364220078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17754)

Falência - Pedido de Restituição - Improcedência em primeiro grau – Manutenção - Verba honorária devida ao falido assistente litisconsorte. Não é devida a restituição à autora da quantia entregue ao falido se não foi feita a prova de que tinha destinação específica vinculada ao pagamento de divida perante o BNDES - Diferimento das custas devidas pelo falido para momento oportuno - Cabimento de fixação de honorários advocatícios à assistente litisconsorcial, por ter sido sucumbente a parte contrária. Apelação da autora desprovida. Apelação do falido conhecida e provida. (Apelação Cível 90777499620078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17856)

Ação Monitória - Embargos do devedor - Contrato de Limite de Crédito - Conta Garantida firmado com o falido - Encargos contratuais - Abusividade - Não configuração. Não tendo sido demonstrada a prática de cobrança abusiva de encargos pactuados, e tendo sido evidenciada, pelo perito, a existência de débito remanescente, de manter-se a sentença de improcedência dos embargos à ação monitória. Apelação desprovida. (Apelação Cível 01208504520078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17982)

Pedido de Restituição - Contrato de Comissão – Quantia disponibilizada pelo BNDES para repasse a terceiro pelo comissário. Demonstrado que a relação jurídica entre as partes caracterizou-se como contrato de comissão (art. 693 do CC), o que implica não ter havido transferência da propriedade do dinheiro do comitente para o comissário, previsão legal existente apenas para o contrato de mútuo (art. 587 do CC), tem direito o comitente à restituição do valor não repassado pelo comissário ao beneficiário do financiamento - Diferimento das custas devidas pelo falido para momento oportuno. Apelação do autor provida, prejudicada a apelação do falido. (Apelação Cível 01176693620078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18003)

Embargos de Declaração - Pedido de Falência - Improcedência em primeiro grau - Irregularidade dos protestos afastada - Alegada omissão. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 03003899720098260000 – Pompéia - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18007)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Falência - Habilitação de crédito fiscal pela União Federal - Encargo legal de 20% - Classificação. O encargo legal previsto no Decreto-lei nº 1.025/69, que o menciona no seu art. 1º como "taxa, no total de 20% (vinte por cento), paga pelo executado, a ser recolhida aos cofres públicos, como renda da União", tem natureza tributária (arts. 5º e 77, caput, do CTN) e não se confunde com as despesas referidas no art. 5º, II, da LFR. - Embargos de Declaração acolhidos para suprir omissão, sem modificação do julgamento. (Embargos de Declaração 00307319620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18271)

Pedido de Restituição - Improcedência em primeiro grau - Manutenção. O patrimônio de afetação referido no art. 119, IX, da LFR há de ser o constituído ou autorizado por lei, vedada a instituição de patrimônio separado por aplicação analógica de dispositivos disciplinadores de hipóteses diferentes da versada nos autos - Condenação da autora nos encargos da sucumbência mantida, uma vez que observados os critérios previstos em lei. Apelação desprovida. (Apelação Cível 01171696720078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18065)

Monitória - Embargos julgados improcedentes em primeiro grau - Manutenção Contrato de Limite de Crédito Conta Garantida firmado com o falido Banco Santos - Penhor de debêntures emitidas por pessoa jurídica coligada ao banco falido. O patrimônio da Massa Falida, embora esteja sob a administração do administrador judicial, continua, enquanto não convertido em pagamento aos credores, a pertencer ao falido, o qual pode exercer assistência litisconsorcial daquela nos processos por ela ou contra ela movidos - Se o contrato de abertura de crédito foi feito para propiciar o desvio, vedado por lei, de dinheiro do banco para pessoa jurídica a ele coligada, a pessoa jurídica creditada não pode invocar compromisso da credora de aceitar, em pagamento de seu crédito, as debêntures emitidas pela real beneficiária do dinheiro mutuado, por responder solidariamente pelos danos causados a terceiros por sua coautoria - Os contratos em questão não dão ensejo a compensação de débitos e créditos perante o falido e terceiro, uma vez que não se compensam dívidas relativas a devedor e credor diferentes. Apelação desprovida. (Apelação Cível 91008321020088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12144)

Embargos de Declaração - Ação Declaratória de compensação de valores em contrato de adiantamento de crédito para exportação firmado com o banco falido. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 02805932320098260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 17/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18272)

Embargos declaratórios. Contradição e omissão inexistentes. Decisão que é clara quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02364013420118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 21/05/2012 - Voto nº 26237)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Sócia que é impedida de ingressar nas dependências da sociedade. Ação de reintegração de posse. Não cabimento. Hipótese que, a rigor, ensejaria a extinção da ação sem resolução do mérito (art. 267, VI, do CPC). Inviável o conhecimento por esta instância do pedido possessório, que, aliás, nem sequer se coaduna com a pretensão da inicial. Agravo a que se nega seguimento monocraticamente, nos termos do art. 557, caput, do CPC. (Agravo de Instrumento 00968552720128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 16/05/2012 - Voto nº 23494)

Habilitação de crédito. Processo extinto sem a resolução de mérito, conforme artigo 267, III, do Código de Processo Civil. Ausência de intimação pessoal do autor, como determina o §1º do artigo 267. Necessidade. Entendimento pacífico do C. STJ e deste E. TJSP. Prosseguimento da ação que é de rigor. Extinção afastada. Recurso provido. (Apelação Cível 00013377120038260114 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 18/05/2012 - Voto nº 26257)

Falência. Habilitação de Crédito. A agravante reitera pedido de habilitação de crédito já rejeitado em feito anteriormente proposto. Pretensão de ferir a coisa julgada. Desrespeito ao disposto no artigo 6º, § 3º da Lei de Introdução ao Código Civil e artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal. Honorários advocatícios bem arbitrados. Recuso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00968110820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 17/05/2012 - Voto nº 26233)

Marca, combinação de cores e sinais distintivos. Abstenção de uso. Antecipação de tutela que deve ser parcialmente concedida. Presença da verossimilhança das alegações e do risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Agravado que não reconheceu a vigência do contrato que lhe outorgou o uso da marca, cores e sinais da agravante e manifestou desinteresse na avença. Alegação da agravante de que o agravado não adquire seus produtos desde abril de 2010 que se afigura crível, bem como fundada a sua suspeita de que, dada a continuidade da empresa, o agravado tem adquirido e comercializado produtos de outras fontes. Imagens fotográficas recentes do estabelecimento que dão conta da utilização da marca e da composição de cores da agravante. Circunstâncias que geram falsa certeza no consumidor acerca da procedência do produto e podem acarretar grave prejuízo à credibilidade dos produtos da agravante. Abstenção de uso, imediatamente, da marca e sinais distintivos e, no prazo de 20 dias, da combinação de cores da agravante, sob pena de multa diária no valor de R$ 5.000,00. Agravante que, em caso de descumprimento da ordem pelo agravado, deverá pleitear as providências necessárias, sem prejuízo da multa diária. Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 00959433020128260000 – Sorocaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 18/05/2012 - Voto nº 26251)

Ação de resolução de sociedade em relação a um sócio. Falta de interesse de agir configurado. Inicial que não menciona a notificação de que cuida o art. 1029 do CC nem indício de oposição do réu, pai e sócio da autora, quanto à pretensão nela deduzida. Partes que apresentam acordo, no qual o réu, expressamente, anui com a retirada da autora da sociedade e assume a responsabilidade integral pelas dívidas sociais. Relação societária que pode ser resolvida amigavelmente, sem a necessidade desta ação. Correta a r. sentença que extinguiu o processo sem a resolução do mérito. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Apelação Cível 00048431020118260006 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 14/05/2012 - Voto nº 26086)

Agravo de instrumento. Pedido de Falência. Despacho que indeferiu a citação de sócio da agravada e determinou a intimação da agravante por carta para dar regular andamento ao feito, sob pena de arquivamento dos autos, nos termos do art. 267, III, § 1º, do CPC. Inadmissível a citação de sócio em ação de falência, pois é a sociedade quem figura no polo passivo. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00881703120128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 14/05/2012 - Voto nº 26172)

Direito empresarial - Anulatória de Assembléia com pedido subsidiário de indenização - Insurgência quanto à forma de cálculo do titulo de sócio efetivo patrimonial - Atualização dos títulos dos associados da BM&F desvinculada do patrimônio, em observância a deliberações societárias anteriores à própria admissão do autor em seu quadro associativo, ocorrida em 2002 - Possibilidade, ademais, de fixação do valor dos títulos de forma desatrelada do

patrimônio social - Desmutualização da BM&F, com cisão parcial do patrimônio para constituição de uma sociedade anônima que não alterou o modelo de estipulação do valor dos títulos - Cumprimento das exigências estatutárias que determinavam a expedição de ofício circular três dias úteis antes do conclave, com a afixação no quadro de avisos da Bolsa - Inexistência de irregularidades na convocação, precedida, inclusive, por uma pré-convocação, sendo descabido o pedido de anulação da 52ª Assembléia Geral Extraordinária - Sentença mantida - Não provimento. (Apelação Cível 01840830220108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zulian – Votação Unânime - Voto nº 23687)

Protesto contra alienação de bens - Pleito de averbação nos registros imobiliários de quase uma dezena de prédios dos requeridos - Medida gravosa, que impõe, na prática, severa restrição ao patrimônio alheio, sem necessidade do ajuizamento de ação principal – Pretensão de fundo que envolve fatos complexos e antigos de mais de três décadas, sem força para determinar, inaudita altera parte, a averbação do protesto no registro imobiliário - Decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00209570820128260000 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - Voto nº 15657)

Processo civil. Ação cautelar preparatória de procedimento arbitral, julgada extinta sem resolução de mérito. Recurso de apelação recebido no duplo efeito. Agravo de instrumento que pleiteia efeito ativo, para obtenção imediata da liminar negada na sentença extintiva. Inexistência de risco de perecimento de direito, a justificar medida tão extremada antes do julgamento da apelação. Fiscalização e acompanhamento dos atos de administração da sociedade que poderão ser pedidos incidentalmente ao Tribunal Arbitral. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00786115020128260000 – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 09/05/2012)

Falência. Depósito elisivo. Para que seja possível a elisão do pedido de falência, é indispensável o depósito do total do crédito, acrescido de correção monetária, juros e honorários advocatícios. Art. 98, parágrafo único da Lei 11.101/05. Depósito do valor principal. Ausência de interesse no pagamento dos acréscimos. Falência bem decretada. Doutrina e jurisprudência sobre o tema. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00869275220128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha – 07/05/2012 - Voto nº 26157)

Exclusão de sócio. Antecipação de tutela. Hipótese em que não estão presentes os requisitos. Ausência de nulidade por falta de fundamentação. Inexistência de prova de que a agravada tenha se retirado espontaneamente da sociedade e se recusa a anuir à respectiva alteração contratual de forma injustificada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00868573520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 04/05/2012 - Voto nº 26150)

Agravo de instrumento. Pedido de Falência. Decisão que determinou a citação por edital. Admissibilidade. Presença dos requisitos do art. 231, do CPC. Nulidade de intimação inexistente, diante do novo despacho proferido e da ausência de prejuízo. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00813015220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 03/05/2012 - Voto nº 26104)

Cautelar de arresto. Contrato vencido e ausência de reembolso do capital comprovadamente investido pelo autor. Presença do *fumus bonis iuris* e do *periculum in mora*. Agravados que não possuem autorização legal para atuar no mercado imobiliário. Probabilidade de dilapidação do patrimônio e postura de não pagamento. Risco de dano de difícil reparação, que é suficiente para a concessão de arresto. Jurisprudência pacífica do C. STJ. Arresto concedido. Recurso

provido. (Agravo de Instrumento 00760712920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 03/05/2012 - Voto nº 26053)

Marca. Tutela antecipada. “Moroccanoil” e “Marrocos Oil”. Confusão no mercado consumidor que não se verifica em cognição sumária. Existência de elementos distintivos nos logotipos que individualizam a marca. Recurso provido para revogar a tutela antecipada. (Agravo de Instrumento 00835983220128260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 03/05/2012 - Voto nº 26122)

Processo Civil. Impugnação ao valor da causa. Ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato cumulada com partilha de bens. Decisão monocrática. Impugnante que apresentou estimativa dos valores dos bens móveis e semoventes, que foram genericamente contestados pelo agravante, sem apresentar contraprova. Valor da causa que deve corresponder ao conteúdo econômico pretendido pelo autor e que corresponde à metade dos bens da sociedade. Diferimento inviável porque não comprovada a dificuldade momentânea de que cogita o art. 5º da Lei nº 11608/2003. Valor da causa reduzido para refletir a metade do valor dos bens incontroversos e que poderá ser complementado na fase de execução. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00780927520128260000 – Botucatu – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 02/05/2012 - Voto nº 26100)

Desconsideração da pessoa jurídica. Elementos de convicção que permitem a aplicação do instituto para que se possa atingir bem dos sócios. Má administração da empresa, encerramento irregular e posterior liquidação com levantamento de haveres pelos sócios sem o pagamento dos credores, evidenciando abuso da personalidade jurídica, o que motiva a sua desconsideração. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00845180620128260000 – Sumaré – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 02/05/2012 - Voto nº 26114)

Dissolução parcial de sociedade. Retirada de sócio. Garantia constitucional e ato unilateral do sócio. Notificação efetuada, nos termos do art. 1.029 do CC. Manutenção do quadro de sócios que não se justifica. Tutela antecipada concedida. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00796889420128260000 – Ourinhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 26/04/2012 - Voto nº 26096)

Agravo de instrumento. Ação Cautelar. Inexistência dos requisitos para concessão de liminar inaudita altera parte. Eventuais irregularidades que deverão ser apuradas em ação própria. Recurso manifestamente inadmissível. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 02364013420118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 26/04/2012 - Voto nº 26065)

Recuperação judicial. Saldo das custas judiciais que é apurado a partir do encerramento da recuperação judicial. Art. 63, II, Lei nº 11101/05. Juiz que pode, a partir desta sentença e em virtude dela, promover de ofício a alteração do valor da causa para a correta aferição das custas judiciais. Providência que não se insere propriamente na atividade jurisdicional do Magistrado. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00756738220128260000 – Atibaia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 25/04/2012 - Voto nº 26058)

Assistência judiciária - Peças recursais desacompanhadas da cópia da declaração de imposto de renda, objeto de apreciação em primeiro grau - Ausência - Imprescindibilidade da comprovação da situação documental - Recurso com seguimento negado. (Agravo de Instrumento 02125965220118260000 – Jussara - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Voto nº 18984)

Reconhecimento e dissolução de sociedade de fato c.c. prestação de contas e indenização. Decisão que deferiu nova inclusão de sócios no polo passivo da demanda. Agravantes que pleiteiam a aplicação do art. 47, parágrafo único, do CPC, sob a alegação de que aquela inclusão é extemporânea, já que o autor, no primeiro aditamento à inicial, não cumpriu integralmente a decisão que determinou a citação de todos os sócios como litisconsortes passivos necessários. Segundo aditamento, contudo, que é mero cumprimento da decisão anterior à agravada, contra a qual não foi interposto recurso. Questão que está preclusa. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00732920420128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 19/04/2012 - Voto nº 26039)

Agravo Regimental – Decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento, sob a inteligência do art. 6º do Código de Processo Civil – Agravo interno que inova e acrescenta argumentos ao pedido anteriormente apresentado – Indicação da amplitude do objeto contido no agravo, excedente em muito a eventual direito de terceiro atingido por busca e apreensão de documentos – Indicação de peças em que se demonstraria o interesse da agravante – Cópia de correspondência eletrônica em que a pessoa natural, presidente da sociedade norte-americana agravante, teria recebido cópia das mensagens – Ausência de prejuízo – Matéria que deve ser renovada na ação principal promovida contra a agravante, na análise da idoneidade da prova – Recurso não provido. (Agravo Regimental 02936149520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21148) **(Segredo de Justiça)**

Recurso – Embargos de declaração – Omissão inexistente – Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado – Prequestionamento – Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo – Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida – Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02890446620118260000 – Campinas - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 15/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12008) **(Segredo de Justiça)**

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Exceção de incompetência. Na linha da recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nas ações de abstenção do uso de marca cumuladas com pedido de reparação de danos, o autor tem a prerrogativa de escolher o foro de seu domicílio ou o foro do local do fato. Exegese do art. 100, V, "a" e parágrafo único, do CPC. Decisão reformada. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 00491235020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 08/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22935) **(Segredo de Justiça)**

Dano Moral – Contrafação – Insuficiência da contrafação, por si, para caracterização do prejuízo extrapatrimonial – Hipótese em que disparidade entre os preços do produto original e o falsificado indicam ciência dos consumidores acerca da falsificação do produto, não sendo levados a erro ou confusão – Ciência igualmente da baixa qualidade da mercadoria falsificada – Consumidores que sabedores da alta qualidade do produto original preferem ostentar a mercadoria contrafeita, ainda que de qualidade inferior, por falta de condições financeiras – Abalo à imagem e reputação da demandante não configurado – Desvalorização da marca não demonstrada – Pedido de indenização por dano moral improcedente – Apelação improvida. (Apelação Cível 02151228520088260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20383) **(Segredo de Justiça)**

Monitória – Ação ajuizada por cooperativa para cobrança dos prejuízos verificados no exercício e apurados em assembleia geral – Responsabilidade da cooperada pelos prejuízos verificados no exercício em que se deu o seu desligamento em conformidade com o estatuto social e pelo

disposto nos art. 1095 do Código Civil e art. 36 da Lei n. 5.764/71 – Juros moratórios – Fluência a partir da citação – Apelação provida em parte. (Apelação Cível 00021949620058260066 – Barretos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11697) **(Segredo de Justiça)**

Competência – Prevenção – Agravo de instrumento interposto contra decisão proferida em medida cautelar de atentado – Distribuição por prevenção à causa originária de arrolamento de bens – Competência para julgar o atentado que é sempre do magistrado que conheceu originariamente da causa principal – Aplicação do disposto no parágrafo único do artigo 880 do Código de Processo Civil – Competência em razão da matéria firmada pelo pedido inicial e extensiva a qualquer espécie de processo ou tipo de procedimento – Relação jurídica versada relativa a arrolamento – Matéria que se insere na competência preferencial de uma das Câmaras da Seção de Direito Privado I deste Tribunal de Justiça – Inteligência do artigo 2º, inciso III, alínea "a" da Resolução nº 194/2004, com redação dada pela Resolução nº 281/2006 e Instrução de Trabalho Anexa ao Provimento 71/2007 – Agravo de instrumento interposto no curso do arrolamento de bens – Distribuição e julgamento anterior perante a 6ª Câmara de Direito Privado – Recursos supervenientes julgados equivocadamente por Câmara não preventa – Inocorrência de prorrogação – Prevenção da Câmara que primeiro conhecer de uma causa no Tribunal para o julgamento de todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, oriunda de outro, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados – Afastamento dos juízes que participaram do julgamento anterior que não rompe a prevenção, sendo o novo processo distribuído a quem os substituir ou assumir a cadeira vaga – Inteligência dos artigos 100 e 102 do Regimento Interno deste Tribunal – Precedentes deste Tribunal - Agravo de instrumento não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00148963420128260000 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime = Voto nº 11991) **(Segredo de Justiça)**

Competência recursal – Dúvida – Apelação distribuída livremente no âmbito das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial – Competência da C. 3ª Câmara de Direito Privado, fixada por prevenção decorrente de apreciação e julgamento de recursos precedentes por este órgão fracionário – Artigo 102, caput, do Regulamento Interno deste E. Tribunal de Justiça – Apelação não conhecida, com determinação. (Apelação Cível 01558867120098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 24/04/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11924) **(Segredo de Justiça)**

Abstenção de uso. CELLTA. Ré que adotou nome empresarial, marca e domínio idênticos ao da autora, está sediada na mesma cidade e exerce atividade semelhante, circunstância não afastada pela especificidade de seu objeto social. Inadmissibilidade, diante da exploração de prestígio alheio para a captação ilícita de clientela e da possibilidade de grave confusão perante o consumidor. Procedência acertada. Anterioridade do registro da autora na Junta Comercial que garante a exclusividade de uso do nome empresarial nos limites do Estado. Depósitos dos pedidos de registro da marca no INPI que asseguram à autora o direito de zelar pela sua integridade material e reputação. Direito que não restou subtraído pelo indeferimento do pedido que, além de não tem pertinência ao caso concreto, foi impugnado mediante recurso com efeitos suspensivo e devolutivo. Endereço virtual da ré (www.cellta.net) que, dada a similaridade com o da autora (www.cellta.com.br), acarreta notória confusão. Domínio virtual, ademais, que não pode coincidir com marca e nome alheios. Recurso improvido. (Apelação Cível 00457434420108260564 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25922)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Recuperação judicial. Saldo das custas judiciais que é apurado a partir do encerramento da recuperação judicial. Art. 63, II, Lei nº 11101/05. Juiz que pode, a partir desta sentença e em virtude dela, promover de ofício a alteração do valor da causa para a correta aferição das custas judiciais. Providência que não se insere propriamente

na atividade jurisdicional do Magistrado. Agravo de instrumento manifestamente improcedente. Seguimento negado por decisão monocrática. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00756738220128260000 – Atibaia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26230)

Propriedade industrial. Tutela antecipada. Características semelhantes encontradas nas embalagens dos produtos fabricados e comercializados pelas partes, incluindo a palavra 'SOFT', empregada usualmente para designar o tipo de papel higiênico, que também estão presentes nas embalagens de produtos de marcas distintas, porquanto estão tradicionalmente associadas ao papel higiênico. Conjunto visual da embalagem da agravante que guarda relativo grau de distinção e individualização, não se inferindo manifesta imitação ou evidente possibilidade de erro do consumidor quanto à procedência do produto. Ausência da verossimilhança das alegações da agravada. Tutela antecipada revogada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00761743620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26292)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Pedido de Falência. Decisão que determinou a citação por edital. Admissibilidade. Presença dos requisitos do art. 231, do CPC. Nulidade de intimação inexistente, diante do novo despacho proferido e da ausência de prejuízo. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado por decisão monocrática. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00813015220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26248)

Ações da Telesp - Inocorrente prescrição, era de ser julgada procedente a ação (exceto um dos autores, que não fez prova de ter realizado contrato de participação acionária) nos exatos termos da Súmula 371, do STJ - Provimento, em parte. (Apelação Cível 01423874920118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23389)

Gratuidade judiciária - Litigante que recorre com pedido de incidência da Lei 1060/50 - Recusa obstinada em exibir as declarações de renda e quando o faz apresenta cadastro com rendimento anual, patrimônio e reserva (poupança e dinheiro em caixa) de valor superior a R$ 140.000,00 - Inadmissibilidade de conceder gratuidade - Deserção bem definida porque foi dada oportunidade para preparar o recurso, o que não ocorreu. (Agravo de Instrumento 00469254020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23547)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Reconsideração, pelo juízo a quo, da decisão agravada. Liminar proferida nestes autos revogada. Recurso prejudicado a que se nega seguimento (artigos 529 e 557, caput, do CPC). (Agravo de Instrumento 02638852420118260000 – Atibaia - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 28/05/2012 - Voto nº 23529)

Propriedade industrial. Tutela antecipada. Características semelhantes encontradas nas embalagens dos produtos fabricados e comercializados pelas partes, incluindo a palavra 'SOFT', empregada usualmente para designar o tipo de papel higiênico, que também estão presentes nas embalagens de produtos de marcas distintas, porquanto estão tradicionalmente associadas ao papel higiênico. Conjunto visual da embalagem da agravante que guarda relativo grau de distinção e individualização, não se inferindo manifesta imitação ou evidente possibilidade de erro do consumidor quanto à procedência do produto. Ausência da verossimilhança das alegações da agravada. Tutela antecipada revogada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00761743620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 25/05/2012 - Voto nº 26292)

Recuperação judicial. Pedido de alienação de bens imóveis indeferido. Agravante alega que a alienação dos bens não trará prejuízo aos credores da recuperanda, já que todo o valor dos imóveis vendidos será depositado judicialmente. Empresa agravante se encontra em regime de recuperação judicial, com dificuldades financeiras para o pagamento de seus débitos junto aos credores, de modo que a venda de seus ativos imobiliários parece ser a única solução para a sobrevivência da empresa. Concordância expressa do administrador judicial para a venda dos bens imóveis da agravante, com o respectivo depósito judicial dos valores apurados por estas vendas. Manifestação do Ministério Público no sentido do improvimento do recurso. Para que a recuperanda cumpra o Plano Judicial, esta faz jus à possibilidade de alienação dos seus bens imóveis. Contudo, tal alienação deve ocorrer sob a supervisão de, no mínimo, três corretores da região, e todo o dinheiro auferido deve ser depositado judicialmente. Recurso provido com observação. (Agravo de Instrumento 00282359420118260000 – Bebedouro – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16514)

Processo civil - Agravo de Instrumento - Petição de interposição do recurso desacompanhada do comprovante de pagamento das custas e porte de retorno - Recorrente que, mesmo após intimada a recolher as custas, devido ao indeferimento do pedido de gratuidade processual, quedou-se inerte - Deserção configurada - Inteligência dos artigos 511 e 525, §1º do Código de Processo Civil, Lei Estadual nº 11.608/03 e Provimento nº 833/04 do E. Conselho Superior da Magistratura. Créditos trabalhistas que devem ser habilitados limitados ao valor do pedido, não podendo o administrador judicial e o contador, em seus cálculos, irem além do pleito do credor. Agravo não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 01377990820118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16271)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista e habilitado enquanto crédito privilegiado trabalhista. Recuperanda que agrava alegando que crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial, segundo a qual se, em decorrência de decisões judiciais, transitadas em julgado, novos créditos venham a ser adicionados à Lista de Credores do Administrador Judicial ou houver alteração nos créditos já existentes, incluindo trabalhistas, com garantia real e quirografários, tais créditos sujeitar-se-ão à condição de créditos subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso Especial que não suspende o efeito da aludida decisão, a qual se aplica, até que e se reformada. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 01378017520118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16292)

Assistência judiciária. Concessão à massa falida, pessoa jurídica que notoriamente apresenta carência econômica. Precedentes do C. STJ. Ação de cobrança. Dívida de massa falida oriunda do inadimplemento de contrato de fornecimento de energia elétrica, constituída após a decretação da falência. Inocorrência de prescrição. Apesar de ter se iniciado antes da vigência do Novo Código Civil, a regra do art. 2.028 determina que, no caso de não haver transcorrido mais da metade do prazo do código anterior, será contado o prazo do atual diploma, a partir de sua entrada em vigor. Prazo quinquenal do art. 206, §5º, I. Adequação da via eleita. Inteligência do art. 124, do Decreto-lei nº 7.661/45. Juntada do instrumento de mandato, antes de declarada a ineficácia dos atos praticados pelo advogado. Cabimento. Defeito sanável. Precedentes jurisprudenciais. Correta a condenação ao pagamento de multa por inadimplemento contratual e juros moratórios. Natureza civil das multas. Inteligência dos arts. 23, III e 26 do Decreto-lei nº 7.661/45. Provimento apenas para afastamento das multas impostas por litigância de má-fé, não verificadas as hipóteses do art. 17, do CPC. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00002318320088260604 – Sumaré – 1ª Câmara

Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16511)

Agravo de instrumento - Medida cautelar - Busca e apreensão - Liminar - Impossibilidade - Caráter satisfativo – Inapropriado esgotamento definitivo da demanda - No caso em específico, a medida cautelar de busca e apreensão possui caráter satisfativo, já que, uma vez apreendidos os produtos almejados a demanda cumpre o seu dever jurídico-processual, sendo que, o deferimento de medida *in limine litis* acarreta, de forma lógica, a antecipação do mérito, com a própria entrega do provimento jurisdicional objetivado, e, assim, consequentemente, determinaria o exaurimento da demanda, antes mesmo de se permitir ao réu o exercício constitucional do seu direito de defesa. Ausência do periculum in mora. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00135712420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12780)

Competência recursal. Prevenção, Precedente julgamento de agravo de instrumento por uma das Câmaras que integram a primeira porção da Seção de Direito Privado. Prevenção nos termos do art. 102 do Regimento Interno. Processo suspenso para suscitação de dúvida de competência perante a Turma Especial da Subseção. (Apelação Cível 01016073820098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23874)

Franquia. Rescisão de contrato c.c. reparação de danos. Rescisão do contrato por culpa exclusiva da franqueada. Inocorrência. Franqueadora que não cumpriu com todas suas obrigações. Ausência de fornecimento de lista de fornecedores de matérias primas. Obrigação prevista na circular de oferta. Sítio eletrônico da Apelante que não traz essa lista, como afirma em seu recurso. Litigância de má-fé caracterizada. Artigo 17, II, do CPC. Recurso não provido. (Apelação Cível 00356556820108260071 – Bauru – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7343)

Dúvida de competência. Contrato de participação financeira. Ação cobrança de plano de expansão de telefonia. Competência da C. 38ª Câmara de Direito Privado, que foi originalmente sorteada para julgar o recurso. Dúvida de competência suscitada. Recurso não conhecido e suscitada dúvida de competência. (Apelação Cível 00024262720108260101 – Caçapava – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7372)

Dúvida de competência. Contrato de participação financeira. Ação cobrança de plano de expansão de telefonia. Competência da C. 25ª Câmara de Direito Privado, que foi originalmente sorteada para julgar o recurso. Dúvida de competência suscitada. Recurso não conhecido e suscitada dúvida de competência. (Agravo de Instrumento 00213157020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7524)

Falência. Ajuizamento com base em duplicatas sacadas em razão de locação de bens móveis. Impossibilidade de saque. Títulos sem causa subjacente. Artigos 1º, 2º e 20 da Lei nº 5.474/68. Conversão da falência em execução ou cobrança. Impossibilidade. Ausência de pedido e de título executivo. Honorários advocatícios. Manutenção. Razoabilidade e proporcionalidade. Recurso não provido. (Apelação Cível 00050084320108260022 – Amparo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7328)

Desconstituição de sociedade limitada c.c. reparação de danos. Apelante sócia minoritária de sociedade limitada. Desconstituição da sociedade por anulação dos atos constitutivos. Constituição válida e regular. *Afectio societatis* existente quando da constituição da empresa.

Retirada da Apelante já realizada. Intuito puramente vingativo, com clara má-fé. Artigo 17, I e III, do CPC. Danos materiais e morais não comprovados. Manutenção integral da r. sentença. Artigo 252 do Regimento Interno. Recurso não provido, com determinação. (Apelação Cível 00102741020118260011 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7334)

Propriedade industrial - Patente de invenção - Fabricação, comercialização e divulgação de produto aparentemente idêntico a invento patenteado no INPI - Concessão de tutela antecipada para obstar a continuidade de tais práticas por parte da ré, sob pena de multa diária - Presença dos requisitos previstos no caput e inciso I do artigo 273 do Código de Processo Civil - Verossimilhança da alegação de violação de direitos de exclusividade lançadas na petição inicial e nas razões recursais - Indubitável risco de prejuízo financeiro aos autores-agravantes caso o presumido ilícito de concorrência indevida não seja impedido de prosseguir até o surgimento de prova em contrário nos autos do processo - Pedido liminar subjacente de busca e apreensão de todas as unidades do referido produto que forem encontradas no parque fabril da ré ou em qualquer outro local - Deferimento parcial – Suficiência da medida de recolhimento de 20 (vinte) unidades para os fins probatórios pertinentes - Agravo de instrumento provido em parte. (Agravo de Instrumento 00751982920128260000 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12339)

Tutela antecipada – Ação de restituição de valores oriundos de contrato de constituição de sociedade em conta de participação, com pedido de indenização por danos patrimoniais e morais - Agravada que é sócia ostensiva de empreendimento hoteleiro e os agravantes investidores daquele negócio - Pedido de antecipação de tutela para bloqueio de valores alegadamente devidos pelos agravados aos agravantes – Indeferimento - Ausência de verossimilhança, bem como do risco de dano irreparável ou de difícil reparação - Requisitos necessário à antecipação pretendida, nos moldes do disposto no artigo 273 caput e inciso I do Código de Processo Civil – Pretensão deduzida na ação que demanda a averiguação de fatos complexos, que dependem da análise de amplo quadro probatório, não se extraindo ab initio a quase certeza do acolhimento do pedido - Indeferimento mantido - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00829522201228260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12297)

Ação de indenização - Prejuízos decorrentes de ato abusivo de poder de acionista controlador de sociedade anônima - 7ª Câmara de Direito Privado que recebeu o processo por prevenção, mas dele não conheceu e determinou a remessa para a Câmara Reservada - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP - Dúvida de competência suscitada, com suspensão do julgamento do recurso. (Apelação Cível 02501889520098260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12915)

Defensoria Pública. Hipótese de atuação como Curador Especial. Pretensão ao arbitramento de verba honorária. Descabimento. Desempenho de função institucional em que o representado experimentou sucumbência. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00119617420098260566 – São Carlos - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23012)

Recurso. Para processamento regular do apelo, é preciso que o advogado do recorrente esteja regularmente constituído. Cerceamento de defesa. Fenômeno inocorrente. Pretensão à produção de prova testemunhal para demonstração de pagamentos de altos valores. Inadmissibilidade. Cobrança. Para ação de cobrança, não se exige a exibição de títulos

líquidos, certos e exigíveis, bastando a instrução com documentos que incutam a convicção da existência da obrigação inadimplida. Recurso desprovido na parte conhecida. (Apelação Cível 00529909720088260224 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23042)

Sentença. É nula a sentença que não julga, a um só tempo, ação e reconvenção, deixando esta sem solução. Recurso provido. (Apelação Cível 01121157720088260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23043)

Competência. Ação indenizatória por contrafação de patente de invenção. Admissibilidade de seu processamento no foro do domicílio do autor por aplicação do art. 100, V, a, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00068141420128260000 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24175)

Recurso – Apelação - Não conhecimento – Irrazoabilidade - Petição de interposição que, embora não assinada pelo causídico, vem com seu visto - Assinatura, ademais, que consta das razões do recurso – Formalismo exacerbado - Precedentes jurisprudenciais – Preliminar rejeitada. Falência - Execução frustrada - Necessidade de comprovação de desistência ou suspensão da execução - Inocorrência na espécie - Precedentes jurisprudenciais - Recurso improvido. (Apelação Cível 00141027220108260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12766)

Sociedade empresária. Demanda que, na origem, tem como objeto a destituição do administrador, que também é sócio, e foi nomeado no ato constitutivo. Concessão parcial de tutela antecipada para nomeação de administrador judicial, depois afastado, reconduzido aquele. Decisão que prescindia da manifestação do agravante. Sociedade empresária. Destituição de administrador nomeado no ato constitutivo. Hipótese complexa a exigir atividade probatória intensa e que não autoriza a concessão de tutela antecipada, ao menos neste momento, ainda que seja para a nomeação de terceiro estranho ao litígio. Aplicação do princípio da preservação da empresa delineado pelo art. 47 da Lei 11.101/05. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00458990720128260000 – Santo André – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24176)

Competência recursal - Medida cautelar inominada incidental à ação declaratória de nulidade de negócio jurídica cumulada com reparação de danos, na qual se pretende anular compra e venda de imóvel de propriedade de sociedade empresária - Competência em razão da matéria firmada pelo pedido inicial e extensiva a qualquer espécie de processo ou tipo de procedimento - Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Negócio jurídico que tenha por objeto compra e venda de bem imóvel - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes da Seção de Direito Privado I desta E. Corte - Observância do disposto no Anexo I do Provimento nº 63/2004, e artigo 2º, III, a, da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006 - Dúvida de competência suscitada para ser dirimida perante a C. Turma Especial da Seção de Direito Privado I deste Tribunal - Agravo de instrumento não conhecido. (Agravo de Instrumento 00941427920128260000 – São Vicente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12343)

Competência - Ação de adimplemento contratual cumulada com exibição de documentos, ajuizada em face da empresa de telefonia, visando à entrega de diferencial acionário decorrente de contrato de participação financeira, bem como o resgate ou indenização dos

dividendos anuais distribuídos por ação da Telesp S/A e Telesp Celular S/A, com pedido alternativo de reparação por perdas e danos no caso da impossibilidade da subscrição e entrega das ações - Natureza obrigacional do liame decorrente do contrato e não societária - Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça - Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes das Seções de Direito Privado II e III desta E. Corte - Observância do disposto no artigo 2º, III, alínea "d", da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006, e do Provimento nº 71/2007, todas desta Corte - Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00952167120128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12365)

Embargos de Declaração. Omissão. Ocorrência. Exame da alegação. Preparo. Alegação de insuficiência. Hipótese, entretanto, de recurso apenas contra o arbitramento da verba honorária. Recolhimento pelo piso de cinco Ufesps. Admissibilidade. Inteligência e aplicação do art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual n. 11.608/03. Embargos acolhidos sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 01778251020098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24363)

Embargos de Declaração. Contradição inocorrente. Recurso com caráter infringente e de pré-questionamento. Negativa de processamento de agravo de instrumento mantida. Processamento como agravo interno. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 00137107320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24238)

Agravo Interno. Decisão monocrática que nega seguimento a recurso manifestamente improcedente. Razões recursais que não convencem do desacerto da decisão recorrida, que tem esteio no direito sumulado pela Corte. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 00452816220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24209)

Abstenção de ato - Internet - Nome de domínio - Determinação de abstenção de uso que não implica necessariamente na ocorrência de dano moral – Ausência de prova de desprestígio e lesão ao nome e reputação do autor - Condenação em dano moral afastada - Litigância de má-fé não vislumbrada - Recurso provido, em parte. (Apelação Cível 01700331320068260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13269)

Recurso – Apelação - Interposição além do prazo legal - Não conhecimento. (Apelação Cível 01336981620118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13347)

Agravo de Instrumento - Decisão agravada proferida em embargos à execução de título extrajudicial fundada em escritura pública com confissão de dívida originada de contrato de promessa de cessão de cotas e outras avenças relacionadas a de sociedade limitada - Prevalência da natureza do feito para firmar a competência, e não daquela relativa ao negócio jurídico causal do crédito buscado - Iterada jurisprudência do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça no sentido da competência, no caso, da Seção de Direito Privado II, integrada pelas 11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras - Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00978451820128260000 – Mogi Mirim – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12268)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e obscuridade inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio

julgado embargado – Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00072867720108260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 19/06/2012 - Votação Unânime Voto nº 12306)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão, obscuridade e contradição inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00340422320108260003 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12314)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão inexistente - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00196861420108260006 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12305)

Recurso – Embargos de declaração - Omissão e contradição inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado – Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00140374920108260562 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12305)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e contradição inexistentes - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Caráter infringente - Pré-questionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 90011611420098260506 – Ribeirão Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12324)

Impugnação ao valor da causa - Ação declaratória e revisional de contrato de compra e venda de participação societária entabulado entre os litigantes - Acolhimento - Aplicação da regra prevista no inciso V do artigo 259 do Código de Processo Civil - Insurgência recursal em que pleiteada a manutenção do valor inicialmente atribuído à ação, em razão da inexistência de conteúdo econômico imediato e não ser requerida a anulação do contrato - Impossibilidade – Agravante que sequer trouxe cópia do contrato ao agravo de instrumento, impossibilitando a análise do conteúdo e alcance econômico das cláusulas cuja nulidade ou revisão requer - Decisão mantida. Assistência judiciária - Justiça gratuita - Pessoa jurídica - Sociedade empresária - Possibilidade da concessão do benefício, desde que demonstrada situação de insuficiência de recursos - Precedentes jurisprudenciais dos EE. Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal – Agravante-autora que alega impossibilidade de arcar com as custas do processo em razão do seu montante elevado e da dificuldade financeira que enfrenta - Não demonstração - Ausente prova documental capaz de minimamente indicar a situação de insuficiência de recursos capaz de possibilitar a concessão da benesse. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00500952020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara

Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12298)

Litisconsórcio passivo - Reconvenção - Questão alheia à matéria decidida - Impossibilidade da apreciação do pedido de exclusão de litisconsorte, fundado em suposto constrangimento ou prejuízo apenas por ele experimentado - Recorrente que pleiteia direito alheio em nome próprio, sem atentar ao disposto no artigo 6º do Código de Processo Civil - Constatação de ofício, porém, do equívoco levado a efeito no ato administrativo de autuação do processo - Inexistência do litisconsorte indicado, segundo os termos da demanda secundária - Determinação de retificação para excluir o nome do representante legal da pessoa jurídica reconvinda. Tutela antecipada - Pedido - Abstenção de promover concorrência empresarial vedada em contrato de licença de uso de marca - Indeferimento mantido - Ausência do requisito da verossimilhança do alegado - Controvérsia quanto à vigência do próprio contrato, supostamente rescindido unilateralmente pela licenciadora - Possibilidade de reapreciação do pleito pelo MM. Juiz da causa, em momento processual oportuno, caso a parte apresente novamente o requerimento antecipatório. Agravo de instrumento conhecido em parte e nesta desprovido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00540531420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12267)

Embargos de Declaração. Contradição, obscuridade e contradição inocorrentes. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02707012220118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24372)

Recurso - Apelação - Decisão do relator que negou seguimento ao recurso interposto ao fundamento do manifesto descabimento em razão do erro grosseiro na sua interposição - Habilitação de crédito em falência - Inércia do habilitante para manifestação sobre o objeto de impugnação pela massa falida - Extinção do processo sem julgamento do mérito após intimação pessoal do habilitante - Interposição de recurso de apelação - Inadequação da via eleita - Intempestividade do recurso se fosse possível a aplicação do princípio da fungibilidade - Decisão que acolhe os fundamentos do parecer da Procuradoria Geral de Justiça - Carência da ação - Falta de interesse processual - Decisão judicial sobre a impugnação que desafia o recurso de agravo – Inteligência do artigo 17 da Lei nº 11.101/2005 - Ausência de prejuízo à recorrente, que poderá impugnar a lista de credores apresentada pelo administrador da massa falida - Precipitação e desnecessidade da medida apresentada - Embargos de declaração recebidos como agravo interno, dado seu caráter infringente - Agravo interno, dito regimental, desprovido. (Agravo Regimental 00073418519988260604 – Sumaré – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12290)

Embargos de Declaração. Omissão inocorrente. Pretensão infringente e de pré-questionamento. Embargos rejeitados. Embargos de Declaração. (Embargos de Declaração 03087348120118260000 – São Caetano do Sul – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24371)

Medida cautelar incidental - Suspensão dos efeitos da antecipação da tutela na sentença – Razoabilidade – Medicamente Sucrofer utilizado no tratamento de enfermidades relacionadas à insuficiência de ferro ou anemia e em pacientes que tem hemodiálise crônica - Medida antecipatória que, se mantida, afetará diretamente o abastecimento de hospitais - Requerente, de outro lado, que conseguiu provimento judicial perante a Justiça Federal para suspender o registro da requerida junto ao INPI, obtende autorização para manter a comercialização do medicamento até ulterior deliberação daquele juízo - Procedência da cautelar. (Cautelar Inominada 00710238920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13486)

Agravo de Instrumento - Tutela Antecipada - Antecipação da imposição de obrigação negativa (cessação de atividade empresarial) - Ausência dos requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil - Medida buscada a título de tutela antecipada que esgota o fundo do direito, com fortes traços de irreversibilidade - Manutenção da decisão agravada – Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00752364120128260000 – Santo André – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - Votação Unânime - Voto nº 12278)

Ação de cobrança c.c. reparação de danos - Pretensão de afastamento da responsabilidade dos apelantes na reparação dos prejuízos sofridos pelo autor – Inadmissibilidade - Prova dos autos que dá conta que, mesmo o autor retirando-se da sociedade, não houve o cumprimento da obrigação dos réus de regularização perante a Junta Comercial - Prejuízo material sofrido em razão dessa desídia que deve ser reparado - Irrelevância da discussão pertinente à empresa Vitor A. Bernando ME, porque a pessoa natural que exerce individualmente a mercancia dispõe de um único patrimônio – Sentença mantida - Recursos improvidos. (Apelação Cível 01160961720088260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13385)

Dissolução parcial de sociedade – Sócio retirante Decisão judicial que tem natureza meramente declaratória, devendo produzir efeitos 'ex tunc' - Precedentes jurisprudências - Responsabilidade do sócio retirante, todavia, que persiste até dois anos após a averbação na Junta Comercial - Inteligência do art. 1032 do CC - Recurso provido, com observação. (Apelação Cível 00071271120118260161 – Diadema – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13383)

Embargos de Declaração. Omissão, contradição e obscuridade inocorrentes. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00159650420128260000 – Mogi das Cruzes – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24350)

Taxa Judiciária - Custas iniciais - Ação ajuizada perante a Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, no Distrito Federal, ocasião em que foi recolhida a taxa judiciária segundo a regra local - Acolhimento de exceção de incompetência interposta pelo ora agravante no Juízo de Origem que acarretou a "redistribuição" da ação a esta Justiça Estadual de São Paulo - Decisão que ficou irrecorrida - Impossibilidade de se renovar a exigência da taxa judiciária na ocasião da "redistribuição" para a aplicação da Lei de Custas do Estado de São Paulo - Medida que além de causar indevida "bitributação", implicaria em vedada interpretação extensiva de norma tributária – Não verificada qualquer irregularidade ou nulidade na condução do processo - Indicação de eventual irregularidade no recolhimento de custas (que acabou por não se confirmar), que não inibia ou condicionava o cumprimento de determinação cujo conteúdo, a despeito de pedido de reconsideração, não foi oportuna e adequadamente recorrido - Aplicação do princípio pas de nulitè sans grief - Alegação de nulidade afastada - Agravo desprovido. (Agravo de Instrumento 00486514920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12296)

Agravo Interno. Artigo 557, § 1º, Código de Processo Civil. Cautelar. Arresto. Empresa individual que vende sua carteira de clientes aos três réus. Homologaram desistência do recurso. (Agravo Regimental 00313829420128260000 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26024)

Direito empresarial. Rescisão do contrato de cessão de quotas de sociedade. Inexistência de vício de consentimento. Risco do negócio que deve ser assumido por quem se mobiliza no

mercado. Mero arrependimento que não autoriza a anulação. Honorários advocatícios. Decisão que bem considerou os termos do artigo 20, §3º e alíneas do Código de Processo Civil. Pedido de majoração. Recursos desprovidos. (Apelação Cível 00174653820098260606 – Suzano – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15614)

Franquia. Rescisão contratual c.c inexigibilidade de título. Não comprovação do distrato ou resilição do negócio. Autorização de cobrança de dívida pendente. Contrato íntegro que deve ser cumprido. Recurso desprovido. (Apelação Cível 01114744020098260008 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15531)

Falência. Empresa em concordata preventiva, iniciada no âmbito da Lei 7661/45, em junho de 2004. Compromisso de pagar 2/5 no primeiro ano e o restante no segundo ano que não foi cumprido. Depósitos aleatórios que, feitos cinco anos depois do prazo e referentes apenas aos 2/5 Iniciais, não justificam o deferimento da conversão em recuperação judicial. Quebra bem decretada. Recuperação de empresas que não constitui valor absoluto e precisa ter a viabilidade demonstrada para não prejudicar ainda mais os credores. Má gestão comprovada. Necessidade de expedição de ofícios para informar a existência de bens em nome dos sócios da agravante, diante das irregularidades mencionadas, o que ainda não significa arrecadação. Recurso Improvido. (Agravo de Instrumento 01271926720108260000 – Bragança Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 05/06/2012 – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 25909)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00033729520118260575 – São José do Rio Pardo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6342)

Processo civil - Ação de cumprimento de obrigação de fazer que se processa pelo rito ordinário, consoante se deduz do pedido e do prazo de contestação - Irrelevância da utilização do termo “execução” na inicial, usado como sinônimo de cumprimento da prestação de natureza substantiva. Obrigação de fazer. Instrumento particular de compromisso de compra e venda de estabelecimento de ensino e outras avenças. Contrato que obriga o promitente comprador a efetuar o pagamento de dívidas fiscais vencidas e vincendas lançadas em nome da pessoa jurídica, inclusive aquelas apuradas por ação fiscal futura, caso dos autos. Ação julgada procedente, com cominação de multa por descumprimento contratual. Inequívoco dever do apelante, adquirente do estabelecimento de ensino, consistente em efetuar o pagamento das dívidas fiscais lançadas em nome da pessoa jurídica. Redução da cláusula penal, em atenção ao que dispõe o art. 413 do Código de Processo Civil, uma vez que não sofreu ainda a autora nenhuma constrição patrimonial. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00092761220098260270 – Itapeva – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16450)

Obrigação de fazer. Entrega de documentos para obtenção de Licença de Operação junto à Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB). Autor que afirma não ter recebido documentos imprescindíveis para a regularização, perante a CETESB, do posto de gasolina adquirido junto ao réu. Improcedência. Contrato firmado entre as partes que não discorre sobre a entrega de tais documentos no âmbito das obrigações do vendedor. Ofício da CETESB dando conta de que a licença foi concedida, sendo desnecessário qualquer documento adicional. Sentença mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 01334450520098260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16177)

Anulatória c.c. indenização por danos materiais. Ato de eliminação de cooperada dos quadros de cooperativa de trabalhadores, sob alegadas infrações, não comprovadas. Eliminação sumária da cooperada, simplesmente comunicada pela cooperativa, sem prévia convocação para apresentar defesa. Vício de forma. Procedimento de exclusão que viola o estatuto social da cooperativa, que determina que a penalidade de eliminação seja aplicada pela diretoria da cooperativa e sujeita a recurso com efeito suspensivo. Nulidade da decisão de eliminação da autora. Ilicitude da eliminação abusiva. Indenização pelos danos materiais resultantes dos lucros cessantes, consistentes dos ganhos mensais que a motorista deixou de auferir no período. Descumprimento da reintegração determinada em sede de antecipação de tutela e execução de astreintes que dependem da produção de provas e deve ser tratada em primeiro grau, em sede de cumprimento de sentença. Ação parcialmente procedente. Sentença mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 01380430220098260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16220)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00048053720118260575 – São José do Rio Pardo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16496)

Falência. Restituição de imposto retido na fonte e não recolhido à Fazenda Nacional. Valores descontados dos empregados e não recolhidos aos cofres da Fazenda Nacional. Irrelevância de valores terem sido arrecadados pela falida, em virtude de, de modo incontroverso, valores estarem em seu poder por ocasião da decretação da falência. Juros, até data anterior à decretação da falência, que devem ser restituídos, igualmente, por serem bem de terceiro em poder do devedor por ocasião da decretação da falência. Preliminares de impossibilidade jurídica do pedido e ausência de interesse de agir afastadas. Concessão da justiça gratuita para massa falida, face à sua situação de penúria financeira. Ação parcialmente procedente. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00003336020118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Voto nº 16480)

Embargos de declaração - Acolhimento parcial, para sanar omissão, sem efeito modificativo. Inexistência de demais vícios no julgado. Prequestionamento explícito. Inexistência de qualquer outro defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Desnecessidade de mencionar a aplicação de artigos de lei a cada ponto do julgado. Embargos acolhidos em parte. (Embargos de Declaração 00278692120128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16620)

Ação indenizatória. Autora, falida, que quando estava em concordata, pleiteou e obteve, perante o juízo da concordata, o bloqueio de valores de contas bancárias suas junto ao banco réu. Réu que, posteriormente, e em inobservância ao bloqueio determinado pelo juízo da concordata, procedeu a novos bloqueios e transferências no âmbito de execuções singulares provenientes da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho. Réu que agiu com violação a dever de cuidado ao deixar de consultar o juízo da concordata/falência, por ocasião dos pedidos de bloqueio. Pagamento de valores efetuados fora do juízo da falência que podem incidir em violação aos critérios e ordem de pagamento previstos na Lei nº 11.101/05. Indenização devida. Redução da verba honorária para 10% sobre o valor da condenação. Desnecessária, para efeitos de prequestionamento, a expressa menção ao dispositivo legal violado. Ação procedente. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00252236320118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16515)

Habilitação de crédito. Rejeição por ausência de regularização da representação judicial. Agravante que comprovou, embora nos autos principais, a regularidade de sua representação. Ausência de qualquer impugnação a respeito da legitimidade do instrumento procuratório, ou dúvida da legitimidade de quem compareceu representando a instituição financeira, para postular a habilitação. Defeito sanável. Recurso provido para determinar o prosseguimento da habilitação, mediante juntada do documento no incidente. (Agravo de Instrumento 00389315820128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16583)

Ação de consignação em pagamento. Competência. Foro competente do lugar onde se encontra a coisa a ser restituída à credora. Inteligência do artigo 891, parágrafo único do Código de Processo Civil. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00469271020128260000 – Itaquaquecetuba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16584)

Processo civil. Incidente de execução do título judicial. Penhora. Rejeição da penhora sobre tambores contendo polpa de tomates. Manutenção. Bem altamente perecível, com provável risco de deterioração até o momento da hasta publica. Inexistência de impedimento processual de múltiplas constrições sobre o mesmo maquinário, instaurando-se, se o caso, concurso de credores. Excesso de penhora que somente poderá ser aferido após avaliação dos bens. Maquinário penhorado, contudo, que não deve ser removido das dependências de executada, evitando a paralisação da própria atividade empresarial da recorrente. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00544524320128260000 – Taquaritinga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16559)

Sociedade de fato. Tutela antecipada para efeito de bloquear a venda de dois veículos e de um imóvel supostamente adquiridos por esforço comum do casal. Manutenção parcial. Prova documental de que ao menos um dos veículos já foi alienado em favor de terceiro, que não pode ser atingido pela demanda de cunho obrigacional entre as partes. No que se refere aos demais bens, medida adequada, que põe a salvo de dilapidação por qualquer dos sócios de fato o patrimônio supostamente comum. Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 00570090320128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16320)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista constituído em parte antes e em parte depois da distribuição do pedido de recuperação judicial. Ausência de discriminação, no pedido de habilitação, que deveria ter sido instruído com cópia da inicial e da sentença trabalhista, somado a memória de cálculo da parcela do crédito formado antes e da parte do crédito formado depois do pedido de moratória. Ausência de qualquer elemento a tal respeito que impede a habilitação. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00804779320128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16520)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista que não foi devidamente discriminado, de forma que não se pode fixar o quantum existente antes da recuperação judicial, que estaria sujeito a seus efeitos. Crédito que não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, e pode ser cobrado diretamente pelo credor. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Indeferimento que não significa negar o crédito do trabalhador, mas apenas destacar que não se encontra sujeito aos efeitos da recuperação judicial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00961018520128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16643)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista devidamente comprovado. Recurso da recuperanda, que alega que o crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial. Tese que já foi rejeitada por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso especial contra tal decisum que não suspende seus efeitos. Agravo regimental prejudicado em face do recolhimento das custas do agravo de instrumento. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01422411720118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16349)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista transitada em julgado habilitado enquanto crédito privilegiado trabalhista. Habilitando que comprovou origem de seu crédito, preenchendo o requisito do artigo 9º, III da Lei nº 11.101/05. Recuperanda que agrava alegando que crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial, segundo a qual todos os créditos posteriores seriam tidos como subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso Especial que não suspende o efeito da aludida decisão, a qual se aplica, até que e se reformada. Crédito foi habilitado em valor maior do que o pretendido pelo credor. Vício de 'extrapetição'. Ocorrência de equívoco de cálculo de Perito Contador. Parcial provimento do recurso para modificação do 'quantum' habilitado. Agravo Regimental prejudicado. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01422499120118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16304)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista e habilitado enquanto crédito privilegiado trabalhista. Recuperanda que agrava alegando que crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial, segundo a qual se, em decorrência de decisões judiciais, transitadas em julgado, novos créditos venham a ser adicionados à Lista de Credores do Administrador Judicial ou houver alteração nos créditos já existentes, incluindo trabalhistas, com garantia real e quirografários, tais créditos sujeitar-se-ão à condição de créditos subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso Especial que não suspende o efeito da aludida decisão, a qual se aplica, até que e se reformada. Não conhecimento de agravo regimental prejudicado em face do recolhimento das custas do agravo de instrumento. Preclusão, ademais, da matéria já decidida e não recorrida. Crédito foi habilitado em valor maior do que o pretendido pelo credor. Vício de 'extrapetição'. Ocorrência de equívoco de cálculo de Perito Contador. Provimento do recurso para modificação do 'quantum' habilitado. Agravo regimental não conhecido. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01515766020118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16277)

Habilitação de crédito. Crédito já havia sido relacionado no plano de recuperação. Valor devido incontroverso. Incidência de juros, desde o inadimplemento até a data da distribuição da recuperação, e correção monetária, que decorrem da lei e independem de qualquer prova documental. Honorários advocatícios contratuais, que não decorrem de imposição da sucumbência. Impossibilidade de serem incluídos no valor da dívida, por ausência de prova da existência do contrato. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02000627620118260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16518)

Recuperação judicial. Crédito garantido por propriedade fiduciária prestada por terceiro. Privilégio existente apenas em relação ao prestador da garantia real. Devedora recuperanda

que não ofertou qualquer garantia real, razão pela qual, em relação a ela, o crédito é de natureza quirografária. Crédito de natureza comum, pois não ocorre a vinculação de um bem específico da devedora à satisfação do crédito. Inaplicável a exceção constante do art. 49, §3°, da Lei n° 11.101/2005. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02167147120118260000 – Paraguaçu Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16508)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista que passou a existir após a distribuição do pedido de recuperação judicial, porque o trabalhador foi contratado pela empresa já em recuperação judicial. Crédito que não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, e pode ser cobrado diretamente pelo credor. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Indeferimento que não significa negar o crédito do trabalhador, mas apenas destacar que não se encontra sujeito aos efeitos da recuperação judicial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02248323620118260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16448)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista que passou a existir dois dias antes da distribuição do pedido de recuperação judicial. Parte do valor pretendido pelo recorrente que está sujeito aos efeitos da recuperação judicial e o restante que fica fora dos efeitos do benefício. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02248757020118260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16457)

Certidões negativas de débitos tributários e de falência/concordata (atual recuperação) - Pedido da agravante de expedição dessas certidões positivas com efeito de negativas que não deve ser atendido por ausência de previsão legal. Impossibilidade de se invocar o art. 31, II da Lei nº 8.666/93, que diz respeito a créditos previdenciários e fiscais - Pleito que tem como fim último burlar a exigência de apresentação de tais documentos para possibilitar a participação da recorrente em licitações - Princípio da preservação da empresa insculpido no art. 47 da Lei nº 11.101/05 que não pode ser buscado a qualquer custo, nem se sobrepor a outros valores igualmente relevantes, a exemplo do interesse público na contratação das melhores empresas através das licitações - Decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02271465220118260000 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16476)

Habilitação de crédito - Ausência de trânsito em julgado da decisão que reconhece a existência do crédito e determina seu quantum não constitui óbice à inserção do crédito em plano de recuperação judicial - Inteligência do artigo 49 da Lei nº 11.101/05 - Hipótese em que o direito de crédito tem existência anterior ao pedido de recuperação judicial, apenas pendia de reconhecimento e determinação exata de seu valor pela Poder Judiciário - Crédito ilíquido que, todavia, enseja o deferimento do pedido subsidiário de reserva da importância devida, nos termos do § 3º do art. 6º da lei nº 11.101/05 - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02295897320118260000 – Jaboticabal – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16475)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista que passou a existir antes da distribuição do pedido de recuperação judicial. Parte do valor pretendido pelo recorrente que está sujeito aos efeitos da recuperação judicial e o restante que fica fora dos efeitos do benefício. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Recurso não provido. (Agravo de

Instrumento 02303154720118260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16502)

Agravo regimental. Recurso contra decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento, com fundamento no artigo 557 do Código de Processo Civil. Deficiência na formação do instrumento. Ausência de peças imprescindíveis ao conhecimento dos atos que culminaram na decisão recorrida. Omissões que perduram nesta sede recursal. Total inviabilidade de processamento. Decisão mantida. Recurso não provido. (Agravo Regimental 02520244120118260000 – Palmital – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16449)

Agravo interno. Decisão que negou seguimento a agravo de instrumento por intempestividade - Acerto - Razões do recurso que permitem concluir que a insurgência dos agravantes diz respeito a decisão anterior ao decisum agravado - Recurso não provido. (Agravo Regimental 02539392820118260000 – Jundiai – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16537)

Habilitação de crédito. Multa moratória decorrente de infração administrativa. Cabimento. Disposição expressa de lei. Inteligência do artigo 83, VII da Lei no 11.101/2005. Crédito subquirografário. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02637674820118260000 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator - Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16509)

Propriedade industrial. Recurso tirado contra indeferimento de antecipação da tutela. Uso indevido de marca registrada e nome empresarial “EXTRA”. Manifesta sinonímia gráfica e fonética entre as duas marcas, de empresas que atuam no mesmo ramo de atividade e na mesma região, como se deduz de seus objetos sociais. Expressão “EXTRA”, que, aliada aos demais componentes da marca, é capaz de causar confusão aos consumidores dos produtos, em detrimento da autora, titular da marca. Presentes os requisitos ensejadores, tutela antecipada inibitória concedida para que a empresa ré se abstenha de utilizar a marca e nome semelhantes, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 10.000,00, com fulcro no art. 461, §4º, do Código de Processo Civil. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02639120720118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16479)

Propriedade industrial. Recurso tirado contra indeferimento de antecipação da tutela. Uso indevido de marca registrada e de nome empresarial “GOTA DE CRISTAL”. Manifesta coincidência entre as duas marcas, de empresas que atuam no mesmo ramo de atividade e na mesma região, como se deduz de seus objetos sociais. Expressão “GOTAS DE CRISTAL” que é capaz de causar confusão aos consumidores dos produtos, em detrimento da autora, titular da marca. Presentes os requisitos ensejadores da tutela antecipada inibitória concedida para que ré se abstenha de utilizar a marca e nome semelhantes, no prazo de quinze dias, sob pena de pagamento de multa diária de R$ 10.000,00, com fulcro no art. 461, §4º, do Código de Processo Civil. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02829778520118260000 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16534)

Obrigação de fazer. Réus sócios-administradores de sociedade limitada que não estariam cumprindo com os deveres inerentes à função. Tutela antecipada parcialmente deferida, insurgindo-se o autor agravante contra o indeferimento do pleito de ressarcimento de danos que teriam sido causados pela conduta dos sócios que detêm, juntos, 50% do capital social, além de poderes de administração e de representação da sociedade, bem como o requerimento de seu afastamento liminar. Descrição unilateral de fatos que não permite, com um mínimo de clareza, a constatação da prática de atos ilícitos. Inviável, assim, sem prévia oitiva da parte contrária e amparado única e exclusivamente nos escassos documentos

unilaterais juntados pelo autor, afastar os outros sócios da administração da sociedade. Necessidade de se aguardar a estabilização da lide. Tutela antecipada bem negada. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02959048320118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16478)

Valor da causa - Apuração de haveres decorrente de exclusão de sócio minoritário - Valor que deve corresponder à participação acionária do retirante - Impossibilidade, no entanto, de imediata verificação do valor real de tal participação, a ser apurada no curso da demanda - Valor que, neste momento, deve corresponder à participação no capital social, único elemento objetivo de mensuração do proveito econômico - Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02967292720118260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16533)

Cessão de quotas sociais. Sócio minoritário que pretende a cassação da liminar que permitiu a modificação do contrato social para sua exclusão. Pretensão, ainda, da inclusão da compradora de suas quotas sociais na sociedade. Comportamento concludente anterior do agravante, que notificou os sócios majoritários comunicando a cessação de suas atividades de fisioterapeuta e o desinteresse de continuar a integrar a sociedade. Exclusão do agravante que apenas atende à notificação, remanescendo apenas questão relativa à apuração de seus haveres. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 03001511020118260000 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16454)

Nome empresarial - Tutela antecipada postulada por titular de nome empresarial PREMIERE, com a finalidade de impedir a ré de utilizar do nome de fantasia e de domínio na Internet PREMIER, no mesmo ramo de atividade de viagens e turismo - Presença dos requisitos do artigo 273 do CPC - Semelhança marcante dos nomes empresarial e de domínio na Internet - Risco da ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação, em razão da possibilidade de desvio de clientela e confusão do consumidor Concessão da liminar, para que a ré se abstenha, no prazo de trinta dias, de utilizar-se do nome de fantasia e domínio na Internet Premier, sob pena de imposição de multa. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 03023301420118260000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16481)

Habilitação de crédito em recuperação judicial - Sociedade de advogados que pleiteou habilitação de crédito decorrente de honorários sucumbenciais - Necessário, na hipótese, o trânsito em julgado da decisão condenatória, pois o direito aos honorários só surge com a sucumbência - No caso concreto, trânsito em julgado do Acórdão que confirmou a sentença condenatória é anterior ao pedido de recuperação judicial Imperioso o reconhecimento do crédito já existente à época do pedido de recuperação, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/05 - Legitimidade da sociedade de advogados para pleitear a verba honorária que, embora controversa, deve ser admitida, em vista das peculiaridades do caso concreto - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 03031702420118260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16477)

Cumprimento de sentença - Decisão que determinou a intimação da executada para pagamento voluntário, sob pena de incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC - Acerto - Revelia da ré que até permitiria cogitar da fluência do prazo para pagamento voluntário independentemente de intimação, nos termos do art. 322 do CPC - Peculiaridades do caso concreto que, todavia, recomendam a intimação pessoal da agravada para pagamento antes da incidência da multa - Cópia integral dos autos principais trazida a estes autos que gera dúvidas acerca da regularidade da citação promovida na fase de conhecimento - Desnecessidade, ainda, de alterar o decisum em virtude da determinação para expedição de

mandado de penhora e avaliação em caso de não pagamento - Agravante que pode, no momento oportuno e por simples pedido dirigido ao Juízo a quo, postular que a penhora on line prefira a outras formas de constrição, se o caso - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 03059312820118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16531)

Execução de multa diária. Astreintes decorrentes de descumprimento de obrigação determinada processo de recuperação judicial, consistente da apresentação de extratos analíticos de contas vinculadas a contratos bancários. Não cabimento. Ausência de intimação pessoal para cumprimento de obrigação de fazer. Súmula n. 410 do C. STJ. Multa incabível. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00738836320128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16650)

Pedido de falência. Fundamento na impontualidade. Apresentação das duplicatas protestadas e avisos de recebimento das respectivas notificações. Sentença que extinguiu o feito sem apreciação do mérito sob o fundamento de que não há identificação do recebedor das aludidas intimações. O caso é de dar oportunidade para que a empresa-autora prove a regularidade do recebimento da carta-aviso enviada pelo cartório de protesto, após a eventual negativa da ré sobre o envio e recebimento. Sentença anulada, com determinação de prosseguimento do feito. (Apelação Cível 00187861720118260161 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23887)

Execução de sentença - Bloqueio de numerário da sociedade, que no curso da lide, mudou a denominação - Irrelevância - Título executivo formado contra os antigos sócios e a empresa, sendo os atuais sócios sucessores (art. 568, II, do CPC) – Credor que não recebeu os haveres, apesar de litigar há mais de vinte anos - Inadmissibilidade de suspender o levantamento dos valores bloqueados - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00865975520128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23850)

Agravo regimental - Despacho no qual foi negado efeito ativo ao agravo de instrumento interposto contra decisão de 1ª instância que determinou o bloqueio de numerário da sociedade, que no curso da lide, mudou a denominação - Agravo regimental com julgamento prejudicado em razão do julgamento do próprio agravo de instrumento designado para a mesma data - Recurso prejudicado. (Agravo Regimental 00865975520128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23850a)

Ação declaratória de inexigibilidade de título - Indeferimento da petição inicial - Interposição de recurso de apelação, recebido em ambos os efeitos - Agravo de instrumento aflorado visando, dentre outras coisas, o recebimento do recurso somente no efeito devolutivo - Ausência da juntada de peças obrigatórias, como da guia que comprova o recolhimento do preparo e porte de remessa e retorno, nos termos do art. 525, § 1º, do CPC e da Lei 11.608/2003 - Inexistência de documentos que atestem que os agravantes são beneficiários da gratuidade judiciária - Não conhecimento. (Agravo de Instrumento 00886102720128260000 – Osasco – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23880)

Ação ajuizada com o valor de R$ 25.000,00, sendo de rigor o recolhimento da taxa judiciária (1% do valor da causa, nos termos da Lei Estadual 11608/2003) - Quantia irrisória para profissional liberal (psicóloga residente nos Jardins - Alameda Santos e que contrata Advogado para exercício de ação) - Inaplicabilidade do art. 4º, da Lei 1060/50 - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01013424020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24064)

Agravo de instrumento - Prestação de contracautela - Pretensão não formulada em Primeiro Grau e, por conseqüência, não apreciado - Implicação de supressão de um grau de jurisdição - Recurso não conhecido. Agravo de instrumento – Medida cautelar - Liminar - Presença dos pressupostos para concessão de liminar. Presentes os pressupostos necessários para a concessão da liminar (fumus boni iuris e periculum in mora), de rigor a concessão da medida in limine litis, dada as peculiaridades do caso. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00073684620128260000 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12801)

Apelação - Ação de exibição de documentos - R. sentença de procedência - Exibição incompleta - Ausência de interesse de recorrer - Os pedidos deduzidos na presente ação de exibição de documentos foram julgados procedentes - Não há interesse recursal do autor quando apela para sanar a alegada exibição incompleta dos documentos almejados - Dever da ré de apresentar os documentos em sua integralidade, nos termos da r. sentença recorrida - Recurso não conhecido, com observação. Apelação - Ação de exibição de documentos - Impugnação de assinatura e de teor dos documentos exibidos - A impugnação de assinaturas opostas no contrato exibido e do teor de seus anexos transbordam os limites objetivos da presente demanda - R. sentença mantida - Recurso não provido. Recurso não conhecido em parte e, na parte conhecida, não provido, com observação. (Apelação Cível 00036644620098260318 – Leme – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12745)

Concorrência desleal. Arts. 1º, IV e 170, IV, ambos da CF/88. Adoção do modelo econômico neoliberal pela República Federativa do Brasil. Consagração do princípio da livre iniciativa, mas que a própria ordem constitucional faz temperamentos, pois, de forma explícita e implícita, a CF/88 consagrou valores, normas e princípios que devem ser respeitados e harmonizados na ordem econômica, prova disso são os incisos do citado art. 170 que estabelecem princípios informadores, sendo que tal situação, retratada pelo texto constitucional, é própria das constituições classificadas como ecléticas, as quais possuem o que se denomina de caráter compromissório, ou seja, o compromisso de harmonizar as várias ideologias contidas no seu texto, portanto, especificamente, a CF/88 ao consagrar a livre iniciativa também estabelece determinadas situações que limitam o seu exercício para que não se afronte, de forma desenfreada, outros valores também consagrados pelo Poder Constituinte Originário. Caso concreto em que informes publicitários comparativos, contendo informações sobre percentual de aprovados em universidades e outras características do serviço educacional oferecido que não caracteriza deslealdade concorrencial, mormente quando não há provas acerca da falsidade das informações divulgadas. Litigância de má-fé. Não caracterização. Má-fé do litigante que não se presume. Não demonstração de dolo processual. Honorários advocatícios. Majoração. Valor que deve ser arbitrado, por equidade, nos termos do artigo 20, §, 4º, CPC. Recurso da autora não provido. Recurso da ré parcialmente provido. (Apelação Cível 00070394720108260568 – São João da Boa Vista – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13129)

Agravo de instrumento – Ação declaratória cumulada com pedido inibitório - Pedido liminar - Art. 461, §3°, CPC - Ausência de requisitos - Alegação de existência de sociedade de fato e apropriação indevida de marca, deduzindo-se pedido liminar - Ausência dos elementos necessários e suficientes para a concessão da liminar "inaudita altera pars" – Inexistência de receio de ineficácia do provimento final - Imprescindibilidade do contraditório - R. decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00091967720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13174)

Agravo de instrumento - Ação de cobrança - Fase executiva - Ausência de fundamentação da r. decisão que aprovou a avaliação judicial - Hipótese em que a r. decisão recorrida não se

encontra motivada, o que impossibilita às partes entender o raciocínio desenvolvido pelo Julgador de Primeiro Grau e, em sendo o caso, de externar seu inconformismo com aquilo que ficou decidido - Dever de fundamentar as decisões judiciais previsto no art. 165 do CPC e no art. 93, inc. IX, da CF. Recurso provido para anular a r. decisão agravada, devendo outra, respeitável decisão, ser proferida. (Agravo de Instrumento 00236081320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13061)

Propriedade industrial - Patente de invenção. Perícia que constata a prática de contrafação pela ré, em razão da comercialização de produto idêntico ao da autora. Indenização. Fixação nos termos do art. 210 da LPI e arbitramento por liquidação de sentença. Manutenção. Recurso não provido. (Apelação Cível 00325807620098260161 – Diadema – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13083)

Agravo de instrumento - Ação anulatória - Pretensão à cassação da tutela antecipada - Ausência de comprovação de interposição do recurso - Arguição e comprovação do não cumprimento do artigo 526 do CPC - Preliminar acolhida - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00352412120128260000 – Itapecerica da Serra – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13292)

Agravo de instrumento - Ação de recuperação judicial - Deferimento do processamento e suspensão das ações e execuções, com a proibição de venda ou retirada do estabelecimento do devedor dos bens essenciais à atividade empresarial, inclusive veículos - Ausência de comprovação de interposição do recurso de agravo - Arguição e comprovação do não cumprimento do artigo 526 do CPC - Preliminar acolhida - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00259197420128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13282)

Agravo de instrumento - Ação de execução - Preliminar de não cumprimento do artigo 526 do CPC - Afastamento - Ausência de comprovação do não cumprimento do disposto no art. 526 do CPC - Preliminar afastada. Agravo de instrumento - Ação de execução - Retificação da ação - Impossibilidade - Inocorrência de conversão de procedimento quando o próprio pedido é que será modificado - Ocorrendo a escolha errada do tipo de procedimento, admite-se a adaptação de ofício pelo juiz, o que, no caso, não é possível, pois pretende transformar ação de execução em ação de conhecimento, o que implicaria alteração da própria "causa petendi" (causa de pedir) e não mera correção de procedimento no âmbito do processo de conhecimento. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00223298920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13046)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Falta de interesse no prosseguimento do recurso manifestado pela recorrente - Desistência homologada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00229863120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13284)

Apelação - Embargos de terceiro - Julgamento antecipado da lide - Cerceamento de defesa configurado - Não produção de prova requerida pela apelante, visando comprovar a existência de negócio simulado - Cerceamento de defesa configurado - Sentença declarada nula - Recurso provido. (Apelação Cível 00124751020098260604 – Sumaré – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13036)

Apelação - Ação de prestação de contas - Relação de trabalho - Incompetência - Ação de prestação de contas cuja relação jurídica remete à relação de trabalho - Incompetência, em razão da matéria, pronunciada de Ofício - Art. 114, I, da CF - R. sentença anulada - Recurso não conhecido, com determinação. (Apelação Cível 00352822192010826056 2 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12797)

Agravo de instrumento - Descumprimento de obrigação de fazer - Imposição de multa diária - Franqueada que rescindiu contrato de franquia, notificando extrajudicialmente a agravada - Tutela recursal antecipatória concedida em ação ajuizada pela franqueadora agravada com a finalidade de, dentre outras, determinar à franqueada, ora agravante, que indicasse, no prazo de 48 horas, o endereço para retirada dos materiais e equipamentos objeto do comodato ou providenciasse a restituição em endereço indicado pelo Juízo, sob pena de desobediência e sanção por ato atentatório à dignidade da justiça (arts. 339 e 600 do CPC), sem embargo de aplicação de multa diária - Franqueada agravante peticionou informando que nada há a ser restituído, fazendo menção a certidão extrajudicial que evidencia que não mais se encontra em atividade e que não havia nenhum equipamento ou material no local onde funcionava a franquia - Deferimento de prazo complementar de 48 horas pelo Juízo "a quo" para esclarecimento acerca dos endereços, com previsão expressa de aplicação das penas da lei - Certidão do Cartório informando ausência de manifestação dos franqueados, ora agravantes - Reputada descumprida a obrigação de fazer - Imposição de multa diária de R$1.000,00 - Preclusão reconhecida nos autos, sobre pedido de revogação da determinação judicial – Ausência de comprovação, por parte dos agravantes, da alegada devolução dos equipamentos - Descumprimento da ordem judicial caracterizado nos autos - Agravo não provido. Valor da multa diária - Observados os critérios da razoabilidade e proporcionalidade - Quantia deve ser suficiente para compelir o réu ao cumprimento da ordem judicial, levando-se em consideração o porte econômico-financeiro da parte e considerando-se que, sendo efetivamente cumprida a determinação judicial, tal ônus não recairá para a parte – Valor diário arbitrado em primeiro grau (R$1.000,00) mostra-se adequado, com observação de que o Termo "a quo" deve ser computado a partir da publicação do presente Acórdão e, ainda, eventual discussão sobre valor excessivo da multa, deverá ser dirimida, no momento oportuno (art. 461, §6° CPC). Agravo não provido, com observação. (Agravo de Instrumento 00184819420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13094)

Agravo de instrumento - Ação anulatória - Pretensão à cassação da tutela antecipada - Ausência de comprovação de interposição do recurso - Arguição e comprovação do não cumprimento do artigo 526 do CPC - Preliminar acolhida - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00352707120128260000 – Itapecerica da Serra – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13315)

Agravo de instrumento - Ação cautelar - Contestação - Prazo constante da carta de citação - Alegação de erro - Ausência de comprovação de interposição do recurso - Arguição e comprovação do não cumprimento do artigo 526 do CPC - Preliminar acolhida - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00393602520128260000 - São Paulo – Relator Roberto Mac Cracken – 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13149)

Propriedade industrial - Obrigação de fazer - Semelhança entre nome empresarial e marca - Registro da marca precedente no INPI – Pela marca em questão "Farma Center", de titularidade da autora, e nome empresarial da ré "Popular Farma Center Ltda", há efetiva semelhança hábil a induzir o consumidor a equivoco, ainda mais, quando o meio em que atuam também se mostra semelhante. Manutenção da obrigação fazer consistente na alteração do nome empresarial da ré. Honorários advocatícios. Redução. Valor que deve ser arbitrado, por equidade, nos termos do artigo 20, §, 4º, CPC. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível

00353004020108260562 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13126)

Agravo de instrumento - Procedimento ordinário - Pretensão à nulidade do contrato de cessão do título patrimonial de corretora de mercadorias - Custas - Taxa judiciária - Pretensão ao recolhimento das custas ao final do processo - Inadmissibilidade - Situação em que o agravante não se enquadra nas hipóteses previstas na Lei 11.608/03 - Rol do artigo 5º, da Lei Estadual n° 11.608/2003 taxativo – Ausência de comprovação, por meio idôneo, da momentânea impossibilidade financeira - Recurso não provido, com observação. (Agravo de Instrumento 00397205720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13144)

Execução - Acordo homologado - Extinção - Pedido de adjudicação do bem imóvel - Indeferimento pelo Juízo a quo - No caso, não se trata de prosseguir com o processo de execução inicial, mas sim, de executar o próprio acordo. Adjudicação - Possibilidade - No entanto, necessária a prévia avaliação do bem imóvel, para possibilitar o recolhimento de custas, despesas processuais e impostos inerentes à espécie. Recurso provido, com observação. (Agravo de Instrumento 00583211420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13170)

Medida cautelar - Exibição de documentos - Liminar - Impossibilidade - Caráter satisfativo - Inapropriado esgotamento definitivo da demanda - No caso em específico, a medida cautelar de exibição de documentos possui caráter satisfativo, já que, uma vez apresentados os documentos almejados a demanda cumpre o seu dever jurídico-processual, sendo que, o deferimento de medida *in limine litis* acarreta, de forma lógica, a antecipação do mérito, com a própria entrega do provimento jurisdicional objetivado, e, assim, consequentemente, determinaria o exaurimento da demanda, antes mesmo de se permitir ao réu o exercício constitucional do seu direito de defesa. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00705232320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13088)

Agravo de instrumento - Ação de pedido de falência - Pretensão ao afastamento do depósito elisivo e fixação de honorários advocatícios em patamares condignos - Preclusão temporal - Ocorrência - A não realização de ato próprio dentro do prazo previsto em lei como a não interposição de recurso contra a r. decisão que determinou a citação da recorrida e fixou honorários advocatícios em 10% (dez por cento), na hipótese de depósito elisivo caracteriza a ocorrência de preclusão temporal - Se a agravante pretendesse a almejada revogação deveria ter se insurgido contra mencionada r. decisão que determinou a citação e fixou os honorários advocatícios e não neste momento processual - Ciência inequívoca - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00964283020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13286)

Apelação - Protesto contra alienação de bens - Ausência de legítimo interesse - Considerando os elementos constantes dos autos, infere-se a inexistência de demonstração de legítimo interesse - O crédito alegado pelo requerente se alicerça unicamente em ações ajuizadas em face do requerido – Eventuais atos de dilapidação de patrimônio devem ser combatidos por meio da medida cautelar própria - R. sentença mantida – Recurso não provido. (Apelação Cível 01548736620118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13214)

Agravo de instrumento - Ação de rescisão contratual - Ausência de fundamentação da r. decisão que concedeu a tutela antecipada - Hipótese em que a r. decisão recorrida não se encontra motivada, o que impossibilita às partes entender o raciocínio desenvolvido pelo

Julgador de Primeiro Grau e, em sendo o caso, de externar seu inconformismo com aquilo que ficou decidido - Dever de fundamentar as decisões judiciais previsto no art. 165 do CPC e no art. 93, inc. IX, da CF. Recurso provido para anular a r. decisão agravada, devendo outra, respeitável decisão, ser proferida. (Agravo de Instrumento 03002264920118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Voto nº 13176)

Apelação - Decisão que extingue liminarmente reconvenção – Recurso impróprio - Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade - Recurso de apelação interposto em face da r. decisão que extinguiu liminarmente o pleito reconvencional, com fundamento no artigo 267, VI, do Código de Processo Civil - Recurso não apropriado - Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade recursal - Protocolização do recurso no prazo do recurso impróprio - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 10175098820058260506 – Ribeirão Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13040)

Propriedade industrial - Marca - Lei n° 9.279/96 - Depósito do pedido de registro - O direito de zelar pela integridade e reputação da marca é assegurado desde o depósito, não obstante a ausência do efetivo registro - Art. 130, inciso III, da Lei n° 9.279/96 - Aplicação de multa diária para que a empresa ré se abstenha de utilizar a marca objeto da presente demanda. Sentença reformada. Recurso provido. (Apelação Cível 02060007720108260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12539)

Dissolução de sociedade. Sociedade que se pretende a dissolução que é revel na ação. Pretensão da agravante que, em face da revelia, seja decretada a imediata dissolução da pessoa jurídica. Impossibilidade. Art. 1218, VII, do CPC, que remete aos artigos 655 a 674 do CPC/1939, os quais não preveem hipótese de imediata liquidação da sociedade empresária, tampouco o art. 674 do antigo CPC, que remetia sua aplicação às sociedades anônimas e não às sociedades limitadas, como é o caso da coagravada. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02878503120118260000 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13145)

Empresarial. Cessão de quotas. Alegação da "exceptio non adimpleti contractus". Não acolhimento. Não demonstração da existência de pendências no CNPJ da empresa cujas quotas foram cedidas. Empresarial. Cessão de quotas. Cláusula penal. O não cumprimento da forma de pagamento contratado permite a exigência da cláusula penal previamente estabelecida entre os contratantes. Cláusula penal que encontra guarida no artigo 408 do Código Civil e obedece aos termos do artigo 412 do mesmo Diploma Legal. Honorários advocatícios. Nos termos da atual orientação do E. STJ, quando acolhidos os embargos à execução, em que o valor do crédito exequendo é apenas reduzido, não é razoável que seja estabelecida a sucumbência em desfavor do credor, que, como decidido, prosseguirá na cobrança de seu crédito, com redução daquilo que foi expressamente afastado pela decisão judicial. Verba honorária que deve ser fixada em favor do credor, tendo por base de cálculo o valor remanescente da execução. Recurso não provido. (Apelação Cível 00184700720118260451 – Piracicaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12744)

Empresarial. Alegação de falsificação e modificação de alteração de contrato social. Prescrição. Inocorrência. Negócio jurídico nulo que não está sujeito à prescrição. O negócio jurídico nulo não pode ser convalidado entre as partes e tampouco convalesce pelo decurso do tempo, de modo que a alegação de eventual falsificação de assinatura, o que poderá ser efetivamente verificado com dilação probatória própria, não está sujeita aos efeitos da prescrição. Nulidade de sentença. Necessidade de retorno dos autos ao MM Juiz o "a quo" para regular instrução. Recurso provido com determinação. (Apelação Cível

00361797820108260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12751)

Embargos de declaração. Agravo de instrumento não conhecido porque não instruído com cópia da procuração da agravada. Documento ausente no feito originário, assim consignado por certidão de objeto e pé. Embargos acolhidos. Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Crédito relativo a honorários advocatícios. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. Decisão mantida. Agravo não provido. (Embargos de Declaração 00145091920128260000 – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - São Paulo – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23436)

Agravo de instrumento. Falência. Habilitação retardatária de crédito. Inexigibilidade de recolhimento de custas iniciais. Na habilitação retardatária em falência, não há previsão legal instituindo taxa judiciária devida ao Estado, não se podendo, por interpretação analógica, exigir tributo não previsto na legislação estadual. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 00350333720128260000 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22826)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Multa por inadimplência. Art. 467 e 477, CLT. Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00493062120128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22936)

Agravo de instrumento. Empresarial. Impugnação ao valor da causa. Ação de prestação de contas. Pretensão que se ressente de conteúdo econômico imediato. Valor atribuído por estimativa (art. 258 do CPC). Possibilidade. Decisão reformada para atribuir à causa o valor de R$ 30.000,00. Agravo provido, em parte. (Agravo de Instrumento 00654783820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23122)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial convertida em falência. A alienação de ativos da empresa em recuperação, sem autorização do juiz, vulnera o art. 66 da Lei nº 11.101/05. A ineficácia da alienação pode ser declarada de ofício pelo juiz incidentalmente no processo de falência. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00716413420128260000 – Osasco – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23204)

Apelação. Direito de empresa. Ação condenatória cumulada com perdas e danos. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Alegação de utilização indevida de desenhos industriais. Autor que não se desincumbe do ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito. A despeito do deferimento de perícia técnica, foi decretada a preclusão da prova em razão do não recolhimento dos respectivos honorários. Sentença mantida. Apelo improvido. (Apelação Cível 00246410320108260196 – Franca – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23321)

Agravo. Decisão proferida por Juízo Cível de Manaus (AM) responsabilizando e ordenando a penhora "on line" de ativos financeiros da empresa Parmalat S/A, em recuperação judicial, e de outras sociedades comerciais, em execução movida contra outra pessoa jurídica, por considerá-las integrantes do mesmo grupo econômico. Conflito de Competência nº 110.941-SP perante o STJ. Reconhecimento da competência funcional do Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, por onde tramita a recuperação judicial da Parmalat, como o competente para decidir sobre sucessão dos ônus e obrigações. Agravo provido para

ratificar a nulidade da decisão proferida pelo Juízo da 17ª Vara Cível de Manaus, absolutamente incompetente para decidir a questão nos termos da decisão do STJ. Agravo regimental prejudicado, em razão do julgamento do agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento 00782027420128260000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23286)

Apelações. Ação condenatória de obrigação de fazer. Desmembramento e regularização de imóvel. Competência recursal não pertencente a este órgão. Matéria afeta às 1ª à 10ª Câmaras da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Resolução nº 194/2004, deste E. TJESP. Apelos não conhecidos, com determinação. (Apelação Cível 01225264820098260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23427)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Ação de resolução contratual julgada parcialmente procedente. Cumprimento de sentença. Preclusão. Inocorrência. Alegação de peças insuficientes. Não verificação na hipótese. Mero equívoco quanto ao número de páginas que não enseja nulidade. Reconhecimento de ofício de erro material na sentença de primeiro grau confirmada por esta instância. Exegese do art. 463, I, do CPC. Violação da coisa julgada. Inocorrência. Autor que omite a existência de ação de despejo, aliena seu estabelecimento comercial aos agravantes poucos meses antes do cumprimento do mandado de despejo a que deu causa e ainda pretende ser reintegrado na posse daquele imóvel. Impossibilidade. Decisão reformada. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 00807272920128260000 – Praia Grande – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - Votação Unânime - Voto nº 23277)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação retardatária de crédito trabalhista. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Multa por inadimplência. Art. 467 e 477 da CLT. Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Multa por descumprimento de acordo em justiça trabalhista devida. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00824802120128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23333)

Apelação. Falência. Pedido de falência com base em execução frustrada. Honorários advocatícios. Ausência de parâmetros na tabela da OAB. Honorários majorados em razão do local da prestação de serviços, bem como do zelo e acerto profissional demonstrados. Decisão reformada. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível 00426925920108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23428)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação retardatária de crédito trabalhista. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Observância do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/05. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00836901020128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23371)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Contrato de uso do sistema de distribuição de energia elétrica. Inteligência do disposto no art. 49, § 2º, da Lei nº 11.101/05. Fidelidade ao princípio da obrigatoriedade das convenções livremente pactuadas. Admissão da recuperanda como membro de associação civil (CCEE). Impossibilidade. Contrariedade ao direito fundamental de liberdade de associação. Caso em que não pode prevalecer o princípio da preservação da fonte produtiva. Impossibilidade de transferência do risco da atividade da recuperanda, que resultou em sua atual situação de crise financeira a terceiros. Exegese dos

arts. 5º, XVII, XVIII, da CF; e art. 47 da Lei nº 11.101/05. Decisão mantida. Agravo desprovido. (Agravo de Instrumento 00843292820128260000 – Pindamonhangaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23352)

Agravo. Decisão proferida por Juízo Cível de Manaus (AM) responsabilizando e ordenando a penhora "on line" de ativos financeiros da empresa Parmalat S/A, em recuperação judicial, e de outras sociedades comerciais, em execução movida contra outra pessoa jurídica, por considerá-las integrantes do mesmo grupo econômico. Conflito de Competência nº 110.941-SP perante o STJ. Reconhecimento da competência funcional do Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, por onde tramita a recuperação judicial da Parmalat, como o competente para decidir sobre sucessão dos ônus e obrigações. Agravo provido para ratificar a nulidade da decisão proferida pelo Juízo da 17ª Vara Cível de Manaus, absolutamente incompetente para decidir a questão nos termos da decisão do STJ. Agravo regimental prejudicado, em razão do julgamento do agravo de instrumento. (Agravo Regimental 00782027420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23286)

Competência interna - Art. 102 do Regimento Interno – Ação em que se pleiteia apresentação de contrato original de compra de ações, e que comprovaria a qualidade de sócio do requerente. Demanda proposta por ex-companheiro que alega ter arcado com os custos da compra das ações. Demandas anteriores entre as partes com recursos julgados pela Oitava Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça (agravo de instrumento nº 0286539-39.2010.8.26.0000 e apelação nº 0006396-03.2007.8.26.0063) - Prevenção - Não conhecimento e conflito suscitado. (Apelação Cível 00055909420098260663 – Votorantim – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23896)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 00071747620038260189 – Fernandópolis – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23483a)

Medida cautelar declarada prejudicada porque durante a sua tramitação foi instalado o juízo arbitral - Oportunidade do manejo para o instante de sua gênese - Discussão dos recursos sobre o destino das verbas (art. 20, do CPC) - Hipótese em que não há vencidos ou vencedor e de falta de proporcionalidade para remunerar os profissionais - Julgamento por equidade que recomenda excluir condenação de quem quer que seja - Provimento do recurso dos requeridos pessoas físicas e não provimento do recurso tirado pela pessoa jurídica. (Apelação Cível 02059337820118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24602)

Liminar que permite aos sócios que permanecem acesso aos documentos essenciais para desenvolvimento de atividades no mundo virtual (empresas que exploram comércio eletrônico) - Inadequação de discutir matérias de mérito - Liminar mantida - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00799175420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24069)

Contrato de participação financeira. Telefônica. Ação que visa à complementação das ações ou, na impossibilidade, à indenização por perdas e danos. Cerceamento de defesa não configurado. Sentença de improcedência reformada para reconhecer a ilegitimidade ativa. Ausência dos contratos supostamente firmados com a ré que subtrai dos autores a legitimidade para pretensão deduzida na inicial. Inaplicabilidade da inversão do ônus da prova para a demonstração da existência da avença. Carência de ação que impõe a extinção do processo sem a resolução do mérito. Recurso improvido, com alteração do resultado de improcedência

para carência. (Apelação Cível 01153331620088260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25971)

Marca e domínio na internet. Autora que é detentora da marca SCA e do domínio "www.sca.com.br" bem como de outros que contém a marca seguida do nome da cidade em que vende seus produtos com ou sem parceria de terceiros. Ré que, por conta do contrato de distribuição e com autorização da autora registrou o domínio "www.scapiracicaba.com.br". Inadmissibilidade da continuação do seu uso após a rescisão do contrato de parceria para não ferir a titularidade da autora nem confundir consumidores que são levados a pensar que a ré ainda vende os produtos da autora. Procedência necessária para determinar a transferência do domínio para a autora. Recurso provido para tanto. (Apelação Cível 00089566420108260451 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25878)

Ação de prestação de contas movida por sociedade estrangeira em face do administrador de empresa por ela controlada. Agravante que, alegando ser sócio e representante da autora no Brasil, busca seu ingresso na qualidade de assistente litisconsorcial. Indeferimento acertado. Ausência de prova de que o agravante é sócio da autora, a evidenciar a existência de relação jurídica, ainda que indireta ou reflexa, com o réu. Condição de diretor e representante da sociedade estrangeira que não possibilita o agravante de participar do processo por direito próprio. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00352135320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25805)

Ação objetivando pagamento de lucros em sociedades integradas por ex-marido, enquanto não se efetiva o pagamento das quotas, nos termos do art. 1027 do Código Civil. Presença de documentos relativos à separação que é indispensável à prova das alegações da autora e não prejudicam o segredo de justiça também decretado nestes autos. Competência do Juízo Cível por se tratar de demanda civil de natureza societária. Pressuposto da titularidade das quotas objeto da partilha na separação judicial que não altera a natureza da ação, até porque lá e não aqui serão decididos eventuais litígios relativos à meação da autora. Recurso parcialmente provido apenas para manter a competência da Vara Cível em que se processa. (Agravo de Instrumento 00371353220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26272)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Obrigação de Fazer. Alienação integral das quotas sociais da empresa. Adquirentes que não providenciaram o arquivamento da alteração contratual perante a Junta Comercial. Abstenção que pode gerar gravame aos vendedores, pois, formalmente, ainda respondem pelos atos de gestão da sociedade que alienaram. Presença dos requisitos autorizadores da antecipação da tutela. Jurisprudência nesse sentido. Decisão acertada. Seguimento negado, por decisão monocrática. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00450365120128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26099)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Sigilo processual. Ação anulatória de deliberação social. Regra da publicidade dos atos processuais que comporta exceções para o decreto de segredo de justiça. Art. 155, CPC. Rol que é exemplificativo, mas não alcança a hipótese dos autos por falta de razão explícita que justificasse a exceção. Seguimento negado, por decisão monocrática. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00492603220128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26123)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Pretensão da recuperanda de majorar os créditos da agravada. Ilegitimidade. Faculdade que é do próprio

interessado. Interpretação do art. 8º da Lei 11101/05 que se faz em combinação com o art. 6º do CPC. Doutrina e jurisprudência. Extinção do processo sem resolução do mérito bem decretada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado, por decisão monocrática. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00612719320128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26145)

Obrigação de não fazer c.c cobrança de multa contratual. Preliminares de cerceamento de defesa e carência de ação afastadas. Cláusula contratual que fixou prazo de 90 dias para réu se abster de utilizar a marca de titularidade da autora. Inobservância. Inadimplemento configurado. Incidência da cláusula penal. Procedência acertada. Recurso improvido. (Apelação Cível 00163773420118260625 – Taubaté – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26284)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Franquia. Tutela antecipada concedida para impedir que os réus continuem praticando sua atividade comercial. Impossibilidade. Ausência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Providência que representa sério gravame aos agravantes e recomenda a prévia instauração do contraditório. Recurso provido para revogação da tutela antecipada. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00670771220128260000 – Santo André – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26197)

Competência recursal. Ação de anulação e substituição de títulos ao portador. Matéria afeta à competência do extinto Primeiro Tribunal de Alçada Civil e que ficou para as 11ª a 24ª e 37ª e 38ª Câmaras de Direito Privado. Resoluções 108/98 e 194/2004 deste E. Tribunal de Justiça. Recurso não conhecido, com determinação de remessa à Subseção competente e observada a concessão de efeito suspensivo ao agravo. (Agravo de Instrumento 00751541020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26324)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC Rejeição. (Embargos de Declaração 02058067720108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23381a)

Depósito judicial corrigido pelo sistema de atualização das cadernetas de poupança - Juízo falimentar que acolhe cálculo atribuindo ao banco o dever de pagar diferença entre o montante da dívida e o depósito elisivo, custas, honorários e multa do art. 475-J, do CPC - Inadmissibilidade, inclusive de ser o banco depositário obrigado a atualizar o numerário por índice diverso, sem lei ou contrato que o obrigue - Provimento. (Agravo de Instrumento 00534772120128260000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23597)

Acordo celebrado para colocar fim a contrato de parceria, ocasião em que um dos contratantes admite a necessidade de pagar verba pela rescisão e concorda que terceiro emite cheques – Negócio subscrito por advogados - Alegada coação para tentar sustar os efeitos do contrato - Inadmissibilidade de conceder tutela antecipada - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00577651220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23883)

Impugnação restrita a classificação do crédito declarado e não sobre o montante - Embora a impugnação provoque um desmembramento do valor, essa fragmentação está em consonância com o que foi declarado, competindo decidir se parte do crédito está garantido com penhor ou não - Desnecessidade de apresentar planilha de evolução atualizada - Provimento. (Agravo de Instrumento 00600325420128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara

Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23665)

Falência - Honorários fixados diante da desistência - Considerando o trabalho desenvolvido na defesa, justificável o arbitramento tendo como base de cálculo o valor da causa – Não provimento do recurso da autora. Falência requerida com requintes de dolo, tendo em vista o silêncio sobre o questionamento judicial dos títulos que fundamentam o pedido de quebra, ocultando, inclusive, o fato de ter ajuizado execução de cheques emitidos com *animus novandi* - Incidência do art. 101, da Lei 11101/2005, para deferir dano moral - Provimento, em parte, do recurso da recorrida. (Apelação Cível 00002381320108260408 – Ourinhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23865)

Ação de dissolução (parcial) de sociedade limitada intentada pela sociedade e pelo sócio descontente com a conduta do outro, titular da metade das quotas - Inadmissibilidade de exigir mandato conjunto para o ajuizamento, em virtude da quebra da *affectio societatis* - Partes legítimas e bem representadas, sendo de rigor o processamento para apurar a falta grave imputada e os efeitos daí decorrente - Extinção precipitada - Provimento. (Apelação Cível 00203781220108260071 – Bauru – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23866)

Recuperação judicial - Impugnação acolhida para inserção do valor de dívida confessada, com juros, correção e multa - Legalidade do ato diante da natureza incontroversa da dívida líquida e certa, inclusive com os acréscimos vencidos antes do pedido de recuperação - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00715711720128260000 – Mogi-Mirim – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator - Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23756)

Impugnação ao valor do crédito acolhida - Possibilidade de arbitramento de honorários (art. 20, do CPC), conforme precedentes da Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Quantia a ser fixada de acordo com a natureza do litígio e por falta de complexidade - Fixação em R$ 15.000,00, nos termos do 4º, do art. 20, do CPC - Provimento. (Agravo de Instrumento 00720484020128260000 – Mogi-Mirim – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23757)

Cautelar de produção antecipada de provas. Discussão sobre o mérito da prova produzida. Inviabilidade. Cautelar de cognição sumária. Verificação, apenas, da necessidade e utilidade da produção antecipada. Manutenção da sentença que homologou o laudo produzido. (Apelação Cível 00168957020098260309 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23839)

Ação de abstenção de prática comercial por violação de objeto de patente (modelo de utilidade e desenho industrial) – Competência - Precedentes do STJ (Resp. 681007 DF e AgRg no Ag 1182528 SP) indicando que cabe ao lesado optar pelo foro da ocorrência do fato (art. 100, V, a, do CPC) - Confirmação de que fatos teriam ocorrido em Osasco - Inaplicabilidade do sistema que indica competência do domicílio do réu - Agravo provido. (Agravo de Instrumento 00733240920128260000 – Osasco – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23818)

Venda de equipamento com reserva de domínio - Ausência de registro (art. 522, do CC) - Documento que sofre com a falta de publicidade, mormente na recuperação (art. 49, § 3º, da Lei 11.101/2005) - Precedentes que consideram inadmissível excluir o negócio e o bem do âmbito da recuperação e que classificam a dívida residual como quirografária - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00749523320128260000 – Diadema – 1ª Câmara

Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23820)

Pedido de falência. Fundamento na impontualidade. Apresentação das notas fiscais-faturas acompanhadas de protesto. Sentença de improcedência. Apelo para reforma. Imprescindibilidade de indicação da pessoa que recebeu a notificação do protesto. Inexistência. Carência da ação. Precedentes desta Corte e do C. STJ. (Apelação Cível 00184808120118260344 – Marília – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23876)

Ação cautelar. Liminar deferida. Preparatória de ação de dissolução parcial de sociedade. Suspensão das vendas dos lotes remanescentes e participação do sócio retirante nos negócios, até prestação de contas, nos termos do compromisso firmado entre as partes. Decisão mantida. Plausibilidade do direito alegado e perigo na demora. Descumprimento da liminar noticiado pelos autores. Cominação de multa. Medida adequada. Recursos desprovidos. (Agravo de Instrumento 02575551120118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15584)

Compromisso de venda e compra. Estabelecimento Comercial. Sentença que declarou rescindido o contrato por culpa do comprador que foi condenado na perda dos valores pagos a título de entrada. Necessário retorno à situação anterior, porém sem essa penalidade. Acertamento que deve ocorrer com atenção às peculiaridades e riscos do negócio, retirados dos fatos e elementos dos autos, proporcionalmente. Administradora do imóvel não admitiu o comprador como locador após análise dos dados cadastrais. Hipótese que orienta a um risco bem previsível aos contratantes, então omissos quanto a essa simples avaliação preliminar que é da capacidade econômica para alugar um prédio comercial. Recurso provido em parte para condenar o vendedor na devolução de 60% do sinal recebido, diante de prejuízo experimentado com o cancelamento do negócio. Sucumbência invertida. (Apelação Cível 00302532220108260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15592)

Tutela antecipada. Ação de abstenção de prática de ato. Proibição, pelos sócios administradores, de sócio quotista frequentar o estabelecimento. Comportamento inadequado. Indeferimento reformado. Presença dos requisitos do art. 273 CPC. Prova inequívoca do direito alegado. Fundado receio de dano de difícil reparação. Reversibilidade. Provas no sentido de que a presença do sócio quotista está causando problemas ao regular exercício da atividade empresarial. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00314435220128260000 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15409)

Tutela antecipada. Dissolução parcial de sociedade c/c apuração de haveres. Falecimento de sócio. Indeferimento mantido. Pretensão de imediato registro de alteração contratual perante a Jucesp, sem o cumprimento do enunciado nº 15. Descabimento. Interesses do espólio e dos sucessores. Ausência de prova inequívoca do direito alegado. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00279073320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15383)

Propriedade industrial. Ação cominatória para abstenção de uso indevido de marca. Domínio na Internet. Art. 125 da Lei de Propriedade Industrial (Lei 9.279/96). Registro na internet que somente é legítimo se não se tratar de marca caracterizada dentre aquelas de alto renome. Marca “Mappin” bastante conhecida pelos consumidores gozando de grande prestígio e reputação. Apelantes que fizeram constar do site, inclusive, o logotipo da referida marca. Indução equivocada ao cliente da possibilidade de retorno da marca no mercado. Recurso

desprovido. (Apelação Cível 00533756420108260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15508)

Anulação de negócio jurídico. Compra e venda de estabelecimento comercial. Ausência de vício quanto ao faturamento mensal da empresa. Prova documental suficiente para solução da questão. Dilação probatória desnecessária. Cerceamento de defesa afastado. Negócio realizado entre comerciantes e que bem o estudaram, além do que as compradoras não reclamaram da ocorrência dessa causa nos trinta dias posteriores ao contrato, o que deveriam em atenção a uma outra. Hipótese de diversidade de forma de administração como fator preponderante a frustração do investimento sem, contudo, retirar o direito do vendedor a receber pelo que lhe pertencia. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00079149720088260176 – Embu das Artes – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15530)

Apelação. Interposta contra sentença homologatória de acordo firmado em audiência. Ausência de interesse recursal. Apelação não recebida. Decisão mantida. Alegação de vício de consentimento que deve ser explorada em ação própria. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00891593720128260000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15653)

Tutela antecipada. Rescisão de contrato c/c indenização e abstenção de uso de marca. Posto de combustíveis. Pedido de imediata retirada dos elementos visuais identificadores da marca. Indeferimento mantido. Ausência de prova inequívoca do direito alegado e de fundado receio de dano irreparável. Decisão denegatória que não é teratológica, contrária à lei ou à evidente prova dos autos. Necessidade de contraditório. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00895439720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15611)

Apelo. Ação de cobrança. Parceria em prestação de serviço. Matéria que não se insere na competência das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Apelo não conhecido, com determinação. (Apelação Cível 00056274620098260009 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22663)

Agravo de instrumento - Obrigação de fazer - Pretensão ao reconhecimento de sucessão empresarial - Trespasse - Inocorrência - Agravante que não comprovou a ocorrência da sucessão empresarial - Comprovação de transferência dos bens corpóreos da pessoa jurídica, sem que haja prova de transferência dos bens incorpóreos - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00535699620128260000 – Praia Grande – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13279)

Ação de obrigação de não fazer – Marca - Autora que comprova a titularidade da marca NEXUS junto ao INPI - Ré que explora o mesmo ramo de atividade da autora, utilizando da marca questionada em seus produtos - Requisitos bem configurados para fins de antecipação de tutela Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01532974720118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13218)

Ação de obrigação de não fazer – Marca - Autora que comprova a titularidade da marca NEXUS junto ao INPI - Ré que difunde a marca utilizada indevidamente por outra empresa e por si própria - Alegação de inviabilidade técnica de controle de propagandas com a marca de uso exclusivo da autora que demandará parecer técnico especializado, a ser produzido no momento processual adequado - Requisitos bem configurados para fins de antecipação de tutela - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01681202620118260000 - São Paulo – 2ª

Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13219)

Agravo regimental - Decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento em razão da manifesta improcedência - Razoabilidade da decisão - Infrutífero bloqueio on line de valores que não basta como prova de o 'devedor' estar dilapidando seus bens - Pretensão de deve se basear em dados concretos, não bastante meras conjecturas - Recurso improvido. (Agravo Regimental 00184498920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13096)

Dissolução de sociedade comercial – Apuração de haveres - Cálculos apresentados pela agravante - Desconformidade com anterior determinação judicial não impugnada - Refazimento dos cálculos que se faz necessário - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00323858420128260000 – Aparecida – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora - Lígia Araújo Bisogni - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13146)

Agravo regimental - Decisão monocrática que deu provimento, em parte, ao recurso da ora agravante tão somente para reduzir o valor da multa para o caso de descumprimento da decisão judicial - Necessidade do provimento judicial para garantia do atendimentos dos clientes da agravada, posto que as Unimeds prestam atendimento por meio de intercâmbio e parceria – Questão da alegação de que a agravada estaria querendo tirar vantagem com a presente medida, que deverá ser apreciada “exclusivamente” pela Câmara Arbitral eleita pelas partes para dirimir eventual litígio no cumprimento do contrato - Multa fixada, de outro lado, que só incidirá em caso de descumprimento da ordem judicial - Recurso improvido. (Agravo Regimental 00344444520128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13098)

Agravo regimental - Decisão monocrática que deu provimento ao recurso dos ora agravados - Razoabilidade da decisão, não somente diante da pretensão da medida cautelar intentada, mas também em razão da jurisprudência a respeito do tema - Impossibilidade de se reconhecer o perigo de demora (dano potencial), porque a exigibilidade do crédito vem desde abril de 2011, e da inexplicável demora das aqui agravantes para instalação do Tribunal Arbitral - Partes que não podem se valer de ação cautelar como mecanismo para suprir divergência que, necessariamente, devem ser dirimidas pelo Trib. Arbitral - Recurso improvido. (Agravo Regimental 00418943920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13100)

Ação cominatória - Abstenção de utilização da expressão “C D” – Impossibilidade - “Expressão” que é de uso comum e, por isso, carece da proteção dada pelo inc. V, do art. 124 da Lei de Propriedade Industrial - Impossibilidade de confundir as respectivas clientelas - “Expressão” legalmente adotáveis nos âmbitos de registros de empresa e de propriedade industrial – Precedentes jurisprudenciais - Recurso improvido. (Apelação Cível 00235605520118260011 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 29/05/2012 - Votação Unânime – Voto nº13179)

Agravo interno. Recurso de agravo de instrumento manifestamente improcedente. Decisão mantida. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 02655290220118260000 – Cosmópolis – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 29/05/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23533)

Assistência Judiciária Gratuita. Presunção relativa de veracidade da declaração de pobreza. Possibilidade do juízo afastar a presunção de hipossuficiência. Ônus da parte demonstrar a dificuldade financeira. Descumprimento. Benefício indeferido. Apelação não recebida. Deserção. Assistência judiciária gratuita indeferida na decisão que não recebeu a apelação. Apelação que pugnou pela concessão do benefício. Impossibilidade de declaração de

deserção. Necessidade de concessão de prazo para recolhimento do preparo. Precedentes. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00547832520128260000 – Guaratinguetá – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6822)

Recuperação Judicial. Agravante que alega ser titular de crédito com garantia fiduciária, que não se submete à recuperação judicial. Propriedade fiduciária que se constitui por registro junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Artigo 1.361, § 1º, do Código Civil. Registro inexistente. Crédito que se submete à recuperação judicial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00600767320128260000 – Nova Granada – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6918)

Recuperação Judicial. Habilitação de crédito trabalhista. Parecer do administrador judicial. Facultatividade. Artigo 12, parágrafo único da Lei nº 11.101/05. Multa por inadimplemento estabelecida em acordo trabalhista. Inclusão na habilitação de crédito. Ausência de exclusão legal. Multas previstas nos artigos 467 e 477 da CLT. Inclusão na habilitação de crédito. Caráter indenizatório. Dedução da parcela já paga ao Agravado. Acolhimento desta alegação pela decisão agravada. Ausência de interesse recursal neste ponto. Embargos de declaração manifestamente protelatórios. Imposição de multa mantida. Artigo 538, parágrafo único, do CPC. Precedentes. Recurso parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (Agravo de Instrumento 00259153720128260000 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6546)

Habilitação de crédito. Falência. Fazenda Pública. Nulidade da decisão agravada por ausência de fundamentação. Inocorrência. Decisão que reporta aos fundamentos de parecer do Ministério Público. Decisão válida. Determinação de juntada de certidão de objeto e pé de todas as execuções fiscais ajuizadas em face da falida. Desnecessidade. Documento não relacionado no artigo 9º da Lei nº 11.101/05. Falida que será citada em eventual execução fiscal, podendo facilmente informar o fato nos dois processos, impedindo a dupla tentativa de recebimento do crédito. Decisão reformada. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00269234920128260000 – Diadema – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6544)

Agravo Regimental. Decisão monocrática que indeferiu a medida liminar em ação cautelar inominada de competência originário deste Tribunal. Ação ordinária ajuizada pelo Agravante para sustar os efeitos de mandatos judiciais conferido pelo Agravado em nome da empresa Depósito de Aparas Vila Augusta Ltda., para determinar que o Agravado se abstenha de outorgar novos mandatos e para permitir a contratação de novo advogado pelo Agravante, em nome da referida empresa. Inicial indeferida. Interposição de apelação, pendente de julgamento. Impossibilidade de concessão da liminar. Fumus boni iuris não caracterizado. Ausência da íntegra da sentença, não se sabendo ao certo as razões do indeferimento da petição inicial. Recurso não provido, com determinação. (Agravo Regimental 00274950520128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7388)

Tutela Antecipada. Apreensão judicial de bens contrafeitos e impossibilidade de importação, venda ou exposição à venda dos produtos. Processo administrativo iniciado pela Receita Federal que aponta a existência de contrafação. Verossimilhança das alegações, fundada em prova inequívoca dos fatos que alega, configurada. Perigo de dano grave e de difícil reparação evidente. Tutela antecipada mantida. Multa cominatória. Fixação em R$ 5.000,00 por dia. Valor mantido. Razoabilidade e proporcionalidade. Limitação. Necessidade. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00615931620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime – Voto nº 6930)

Reparação de danos morais. Protesto de cheque. Requisitos formais inobservados pelo Tabelião. Dever do Tabelião de verificar a efetivação da intimação pessoal. Devedor que havia se mudado do endereço indicado no ato do protesto. Protesto ocorrido em Comarca distinta do local de pagamento e/ou domicílio do devedor. Incompetência do Tabelião. Protesto indevido. Dano moral *in re ipsa*. Quantum reparatório fixado em R$ 5.000,00. Sentença reformada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00482938420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7004)

Extinção do processo sem resolução do mérito. Determinação de emenda da inicial não cumprida. Interposição de agravo retido após a sentença. Conhecimento e negativa de provimento pelo juízo a quo. Opostos embargos de declaração, rejeitados. Agravo de instrumento interposto contra esta decisão. Grande confusão procedimental. Saneamento. Impossibilidade de interposição de agravo regimental contra decisão que determina emenda da inicial e após a sentença. Precedentes. Correto indeferimento da inicial. Ausência de razão jurídica para a inclusão dos sócios da empresa Apelada no polo passivo. Violação à marca reputada apenas à empresa. Eventual frustração da execução que não é motivo para demandar os sócios da empresa. Possibilidade de repropositura da demanda apenas em face da empresa Agravada. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00619517820128260000 – São Vicente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6965)

Nulidade da Patente. Arguição como matéria de defesa, em processo em curso perante a Justiça Estadual. Possibilidade. Artigo 56, § 1º, da Lei nº 9.279/96. Precedentes. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00644191520128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7002)

Recuperação judicial. Indeferimento do processamento do pedido. Ausência de juntada dos documentos previstos no artigo 51 da Lei nº 11.101/2005. Prazo para emenda da inicial não atendido. Indeferimento mantido. Recurso não provido. (Apelação Cível 00014248820118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime – Voto nº 6913)

Ação de falência. Posterior deferimento de recuperação judicial. Sentença de improcedência. Reforma. Perda superveniente do interesse de agir. Crédito anterior à recuperação judicial, que se submete ao plano de recuperação. Impossibilidade de prosseguimento da falência como ação autônoma. Artigos 73, parágrafo único, e 94 da Lei nº 11.101/2005. Sucumbência. Inocorrência. Princípio da causalidade. Falta de interesse de agir provocada por fato superveniente, sem influência da Apelante. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00084579320098260361 – Mogi das Cruzes – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6853)

Ação de obrigação de fazer c.c. reparação de danos. Uso indevido de marca e danos à imagem. Sentença que expressamente deixa de analisar pedido condenatório à reparação de danos à imagem, formulado na inicial. Artigos 128 e 460 do CPC. Sentença citra petita. Declaração de nulidade. Impossibilidade de aplicação da teoria da causa madura na espécie. Retorno à vara de origem para dilação probatória. Recurso prejudicado. (Apelação Cível 00242973520108260224 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6859)

Falência. Necessidade de indicação da pessoa que recebeu o protesto dos títulos de crédito. Súmula nº 361 do STJ. Identificação inexistente. Falta de pressuposto processual. Extinção do processo sem resolução do mérito. Honorários advocatícios. Manutenção. Razoabilidade e proporcionalidade. Recurso não provido, com observação. (Apelação Cível

00250910420088260361 – Mogi das Cruzes – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6920)

Apelação. Deserção. Intimação para complementação do preparo recursal ocorrida em novembro de 2011. Complementação do preparo ocorrida apenas em fevereiro de 2012. Decurso do prazo concedido. Atraso nas informações disponibilizadas no sítio eletrônico deste E. Tribunal. Ausência de justa causa para devolução de prazo. Caráter meramente informativo, não oficial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00631807320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7001)

Tutela antecipada - Ação de conhecimento - Exclusão de imagens fotográficas utilizadas sem autorização em página de website - Pedido de concessão *inaudita altera pars* - Indeferimento - Ausência do requisito da verossimilhança do alegado (artigo 273, caput, do Código de Processo Civil) - Impossibilidade de aferição da suposta prática ilícita de concorrência desleal mediante divulgação enganosa de serviços ao mercado consumidor - Prudente aguardo à juntada da manifestação defensiva da parte contrária a fim de que possa ser melhor ponderado se as circunstâncias fáticas realmente reclamam a antecipação do pedido final - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02852183220118260000 – São Caetano do Sul – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12090)

Tutela antecipada - Ação inibitória de suposta prática de violação de direitos de propriedade industrial - Pedido de abstenção de uso de conjunto-imagem ("trade dress") - Indeferimento - Ausência de prova inequívoca da verossimilhança da alegação de prática de concorrência desleal, bem como do risco de dano irreparável ou de difícil reparação (artigo 273, caput e § 1º, do Código de Processo Civil) - Necessidade da parte contrária, ainda não citada, apresentar defesa - Medida buscada a titulo de tutela antecipada que esgota o fundo do direito, com fortes traços de irreversibilidade - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02895019820118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime – Voto nº 12234)

Tutela antecipada - Ação declaratória de nulidade de alteração de contrato de sociedade por quotas de responsabilidade limitada - Pedido de registro de alteração contratual subsequente em que o réu adquiriu quotas dos outros sócios, ficando o quadro social composto de apenas dois sócios, que são partes no processo - Decisão judicial que determinou o bloqueio das quotas da sociedade, restrito àquelas objeto de cessão do autor ao réu - Validade da alteração contratual, cuja nulidade é pretendida na ação, perante terceiros, sendo vedada apenas a alienação, pelo réu, das quotas adquiridas do autor até a final solução da lide, de modo a garantir o retorno destas ao autor, caso saia vitorioso na ação - Registro pretendido que não fere o princípio da continuidade dos registros, ficando, entretanto, subordinado aos efeitos da sentença que eventualmente acolher os pedidos do autor - Finalidade maior de preservação e desenvolvimento normal da empresa - Confirmação da tutela recursal antecipada, deferida parcialmente, para permitir o arquivamento da alteração contratual subsequente, com manutenção do bloqueio das quotas negociadas na alteração do contrato social objeto da ação - Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00307169320128260000 – Ituverava – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12197)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de fazer pretendendo exclusão de sociedade com fins educacionais - Pedido para que fossem compelidas as requeridas, de imediato, a procederem à alteração contratual e respectivo registro no Cartório de Registro de Documentos - Indeferimento - Ausência de perigo da demora - Autora que espera por sete anos a implementação ou formalização, em distrato ou alteração de contrato social da sociedade civil a sua retirada ou exclusão voluntária do quadro social - Necessidade da parte contrária, ainda

não citada, apresentar defesa - Medida buscada a titulo de tutela antecipada que esgota o fundo do direito, com fortes traços de irreversibilidade - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00392424920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12196)

Assistência judiciária - Justiça gratuita – Pedido – Deferimento - Apresentação, pelo requerente, de declaração da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família – Suficiência - Recepção da Lei nº 1.060/50 pela Constituição Federal de 1988 Presunção de veracidade da situação de hipossuficiência econômica não infirmada pelos elementos dos autos - Concessão do benefício, ressalvada a possibilidade de reversão, com suas consequências legais, caso provada a inexistência ou o desaparecimento da precariedade declarada Artigos 5º, caput, 11, §2º, e 12 da Lei de Assistência Judiciária – Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00525756820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12127)

Custas - Preparo - Reaproveitamento do valor recolhido em apelação anterior interposta pelo autor, julgada procedente em parte para afastar a extinção do feito – Inadmissibilidade - Deserção configurada - Inobservância da regra do artigo 511, caput, do Código de Processo Civil - Diferimento do recolhimento - Descabimento - Ausência de previsão legal - Inteligência do artigo 5º da Lei Estadual nº 11.608/03 (Lei de Custas). Assistência judiciária - Justiça gratuita – Requerimento formulado no curso do processo - Indeferimento - Concessão da benesse condicionada à comprovação da modificação da situação financeira do postulante no curso da ação, com a configuração do estado de impossibilidade de arcar com as despesas do processo. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00608405920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime – Voto nº 12212)

Competência recursal - Prevenção - Agravo de instrumento interposto no curso de ação de indenização - Distribuição e julgamento anterior perante a 6ª Câmara de Direito Privado, competente para o julgamento no momento em que estabelecida a prevenção - Prevenção da Câmara que primeiro conhecer de uma causa no Tribunal para o julgamento de todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, oriunda de outro, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados - Afastamento dos juízes que participaram do julgamento anterior que não rompe a prevenção, sendo o novo processo distribuído a quem os substituir ou assumir a cadeira vaga - Inteligência do artigo 102 caput e § 1º do Regimento Interno deste Tribunal – Superveniente especialização do órgão fracionário sobre tema específico determinando a criação da Câmara Reservada de Direito Empresarial que não rompe a prevenção - Precedentes deste Tribunal - Agravo de instrumento não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00767936320128260000 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12140)

Tutela antecipada - Ação inibitória a suposta violação de direitos de propriedade industrial - Marca - Alegação de indevida utilização da marca da autora-agravada – Autora-agravada que detém o registro das marcas nominativas “RESCUE” e “RESCUE SLEEP” junto ao INPI-Ré-agravante que fez depósito do pedido de registro da marca “BIO FLORAIS RESCUE SOS” no INPI - Indeferimento – Ausente a verificação simultânea dos requisitos do artigo 273 e respectivo inciso I do Código de Processo Civil, necessários para a espécie - Notória divergência entre as marcas empregadas nos produtos, sendo a expressão “RESCUE” originária da língua inglesa e correspondente na língua pátria a “RESGATE”, além de ser expressão comum em produtos assemelhados - Produtos que estão classificados e especificados de forma diversa no INPI – Ausência de verossimilhança da alegada violação de marca, que não permite initio litis e diante dos elementos carreados aos autos deferir a antecipação dos efeitos da sentença almejada na ação – Agravo de instrumento provido.

(Agravo de Instrumento 02981557420118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12243)

Antecipação de tutela. Ação que visa exibição de documentos para exame de integrante de conselho fiscal de companhia. Pedido que abrange as sociedades controladas, cujos conselhos, se existentes, não são integrados pelo agravante. Relações jurídicas complexas. Descabimento, ademais, em face da irreversibilidade e do efeito satisfativo do pleito. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00115350920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23449)

Gratuidade judiciária. Parte que comprova ser beneficiária da previdência social na condição de aposentada. Por menor que seja o valor das custas a recolher, implica, o recolhimento da diminuição da já reduzida renda do litigante, autorizando o benefício. Recurso provido para esse fim. (Apelação Cível 00163358020108260152 – Cotia – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23783)

Gratuidade judiciária. Declaração que retrata presunção juris tantum de pobreza. Requerente que ostenta condição de necessitado da assistência judiciária. Benefício concedido. Recurso provido. (Apelação Cível 00163349520108260152 – Cotia – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23923)

Competência recursal – Prevenção - Agravo de instrumento interposto no curso de ação principal, distribuída por dependência à medida cautelar inominada - Interposição de agravo de instrumento contra decisão proferida na medida cautelar inominada, distribuído a magistrado integrante da Câmara Reservada de Direito Empresarial e que passou a integrar a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial após a unificação da competência da Câmara Reservada à Falência e Recuperação Judicial e da Câmara Reservada de Direito Empresarial, formando, ambas, a 1ª e 2ª Câmaras Reservadas de Direito Empresarial, nos termos da Resolução nº 558/11 deste Tribunal - Prevenção da Câmara que primeiro conhecer de uma causa no Tribunal para o julgamento de todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, oriunda de outro, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados - Inteligência do artigo 102 caput e § 1º do Regimento Interno deste Tribunal - Afastamento do Relator do recurso anteriormente interposto que não rompe a prevenção, sendo o novo processo distribuído a quem o substituir ou assumir a cadeira vaga - Inteligência do artigo 102 caput e § 1º do Regimento Interno deste Tribunal - Precedentes deste Tribunal - Agravo de instrumento não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00686355201282600000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - José Reynaldo – 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12198)

Falência - Carência da ação decretada de ofício - Falta de interesse de agir na modalidade adequação – Desvirtuamento do instituto - Impossibilidade de ajuizamento de pedido de falência como meio de cobrança, visando a execução individual de título de crédito - Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça - Extinção do processo sem julgamento do mérito - Agravo de instrumento prejudicado. (Agravo de Instrumento 00072021420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12213)

Tutela antecipada - Ação inibitória a suposta violação de direitos de propriedade industrial - Pedido de abstenção de uso de conjunto-imagem (trade dress) – Indeferimento - Ausência de verossimilhança da alegada prática de concorrência desleal, bem como do risco de dano irreparável ou de difícil reparação - Requisitos necessário à antecipação pretendida, nos moldes do disposto no artigo 273 caput e inciso I do Código de Processo Civil - Insuficiência das provas documentais apresentadas para a concessão da medida de urgência - Pretendido

provimento jurisdicional cuja antecipação dos efeitos traz em seu conteúdo fortes traços de irreversibilidade - Incidência da vedação prevista no §2º do artigo 273 do Código de Processo Civil - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00115316920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12245)

Assistência judiciária - Justiça gratuita – Requerimento formulado no curso do processo - Indeferimento - Concessão da benesse condicionada à comprovação da modificação da situação financeira do postulante no curso da ação, com a configuração do estado de impossibilidade de arcar com as despesas do processo - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00125830320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12205)

Agravo de Instrumento - Decisão agravada proferida em embargos à execução de título extrajudicial fundada em contrato de compra e venda e cessão de quotas de sociedade limitada - Demanda que visa o recebimento de saldo do preço ajustado - Prevalência da execução para firmar a competência, e não a natureza do negócio jurídico causal do crédito buscado - Iterada jurisprudência do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça no sentido da competência, no caso, da Seção de Direito Privado II, integrada pelas 11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras - Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00274682220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12162)

Tutela antecipada - Ação declaratória de nulidade de alteração de contrato social de empresa – Indeferimento - Ausência dos requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil, autorizadores da antecipação pretendida - Inexistência de prova inequívoca da verossimilhança da alegação de fraude praticada na elaboração de alteração de contrato, requisito que é efetivamente retirado pela existência de outras ações entre as mesmas partes - Necessidade de regular instrução e de realização de prova pericial - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00313508920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12203)

Recurso - Agravo Regimental - Interposição de decisão monocrática de relator que negou efeito suspensivo a agravo de instrumento ao fundamento de não se vislumbrar qualquer desacerto evidente ou ilegalidade que merecesse ser desde logo coartada por meio da atribuição do efeito suspensivo - Agravante que, em suas razões, não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada - Presença de fundadas razões para a concessão parcial da medida liminar - Manutenção da decisão atacada - Agravo interno desprovido. (Agravo Regimental 00260184420128260000 – Bauru – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11925)

Agravo de Instrumento - Decisão agravada proferida em execução de título extrajudicial fundada em instrumento particular de compra e venda de quotas de sociedade limitada - Demanda que visa o recebimento de saldo do preço ajustado – Prevalência da execução para firmar a competência, e não a natureza do negócio jurídico causal do crédito buscado – Iterada jurisprudência do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça no sentido da competência, no caso, da Seção de Direito Privado II, integrada pelas 11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras - Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00882040620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12175)

Tutela antecipada - Ação de dissolução parcial de sociedade c.c. apuração de haveres e obrigação de fazer – Determinação de imediata exclusão da sócia demandada do quadro social da autora – Indeferimento - Inexistência de prova inequívoca da verossimilhança da alegação -

Petição inicial instruída com documentos elaborados unilateralmente, nada demonstrando o articulado na fundamentação - Inteligência do disposto no artigo 273 do Código de Processo Civil - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00705934020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12239)

Dissolução de sociedade c.c. liquidação e apuração de haveres - 8ª Câmara de Direito Privado que recebeu o processo por prevenção, mas dele não conheceu e determinou a remessa para a Câmara Reservada - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP - Dúvida de competência suscitada, com suspensão do julgamento do recurso. ( Agravo de Instrumento 00076967320128260000 – São Caetano do Sul – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13085)

Falência - Irregularidade dos protestos – Manutenção da sentença de extinção, sem julgamento do mérito - Intimação dos protestos que foi realizada erroneamente, via edital, quando conhecido o endereço da devedora - Formalidade essencial do protesto não observada - Precedentes jurisprudenciais - Recurso improvido. (Apelação Cível 00537435420088260224 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13234)

Ordinária - Pretensão de indenização por danos materiais e morais - Utilização indevida da denominação social da demandante - Ausência de quantificação do dano - Irrelevância - Possibilidade de apuração na fase de liquidação de sentença, conforme disposição expressa dos art. 209 e 210, da Lei nº 9.279/96 - Sentença anulada - Recurso provido para prosseguimento normal do feito. (Apelação Cível 01827611020118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13267)

Falência - Classificação dos créditos - Multa estabelecida em acordo celebrado na Justiça do Trabalho para a hipótese de inadimplemento da obrigação - Caráter indenizatório – Crédito privilegiado - Artigo 83, I, da Lei nº 11.101/2005 – Orientação da Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00150712820128260000 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12199)

Recurso - Agravo de instrumento - Pressuposto de admissibilidade – Desatendimento - Instrução deficiente - Ausência de peça necessária para a intelecção de controvérsia - Impossibilidade do exame da matéria sem a reprodução de elemento que informou a convicção do juízo prolator da decisão recorrida - Artigo 525, II, do Código de Processo Civil. Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento não conhecido. (Agravo de Instrumento 00211087120128260000 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12187)

Tutela antecipada - Ação de dissolução parcial de sociedade - Exclusão do quadro societário - Indeferimento - Notificação ao sócio remanescente da intenção do autor retirar-se da sociedade não realizada a contento - Inexistência de determinação para a constrição dos bens do demandante, mas sim da sociedade de que faz parte - Direcionamento das execuções civis somente à empresa e ao outro sócio - Ausência de provas da verossimilhança da alegação, da plausibilidade do direito e da presença de dano de difícil ou impossível reparação – Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00450417320128260000 - São Paulo – 2ª

Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12200)

Competência recursal – Prevenção - Agravo de instrumento interposto no curso da ação principal em relação à presente medida cautelar, ação declaratória de nulidade de sentença arbitral - Distribuição e julgamento anterior perante a 7ª Câmara de Direito Privado, competente para o julgamento no momento em que estabelecida a prevenção - Existência de outros julgamentos perante a mesma Câmara, sob a mesma relatoria, em relação ao mesmo processo - Prevenção da Câmara que primeiro conhecer de uma causa no Tribunal para o julgamento de todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, oriunda de outro, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados – Inteligência do artigo 102 caput e § 1º do Regimento Interno deste Tribunal - Superveniente especialização do órgão fracionário sobre tema específico determinando a criação da Câmara Reservada de Direito Empresarial que não rompe a prevenção – Precedentes deste Tribunal - Dúvida de competência suscitada para ser dirimida perante a C. Turma Especial da Seção de Direito Privado 1 deste Tribunal - Apelação não conhecida. (Apelação Cível 02136403420108260100 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11996)

Agravo de instrumento - Formação Deficiente - Ausência de cópia da procuração outorgada ao advogado que subscreveu a petição do recurso de agravo de instrumento, bem como cópia da certidão de intimação - Inobservância do comando legal contido no inciso I, do art. 525 do CPC - Impossibilidade de conhecimento do recurso - Se a agravante pretende a reforma da decisão que diz ter lhe trazido gravame, deve cumprir seu ônus processual de bem formar o instrumento - A não juntada de peças apontadas como obrigatórias pelo legislador processual civil impede que o agravo ultrapasse o juízo de admissibilidade e, por consequência, prejudica sua cognição - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01184386820128260000 – Piracicaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 18/06/2012 - Voto nº 13475)

Agravo de Instrumento. Direito de empresa. Ação anulatória de deliberação social. Suspensão dos efeitos de arquivamento de ata de reunião de sócios perante a JUCESP. Antecipação de tutela que é devida diante da prova suficiente da verossimilhança da alegação de irregularidades na aprovação das contas da administração. Risco de dano irreparável ou de difícil reparação que está na própria publicidade do ato, que o torna oponível a terceiros. Tutela antecipada concedida nos termos do art. 273 do CPC. Recurso provido, com determinação. (Agravo de Instrumento 01174098020128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 21/05/2012 - Voto nº 26449)

Pressupostos recursais. Ausência. Agravo de instrumento. Petição denominada de "embargos de declaração" que ostenta pretensão nitidamente infringente. Pedido de reconsideração que não interrompe o prazo para interposição de agravo de instrumento. Recurso intempestivo. Processamento negado. (Agravo de Instrumento 01177362520128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Voto nº 24478)

Cobrança. Cooperativa. Lei nº 5764/71. Inexistência de prescrição. Prejuízos rateados e cobrados proporcionalmente dos cooperados. Legalidade. Procedência bem determinada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Apelação Cível 00033329320118260032 – Araçatuba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 18/06/2012 - Voto nº 26336)

Pedido de falência. Extinção do processo sem a resolução do mérito que, não obstante o insistente descumprimento da ordem de regularização do substabelecimento, não pode

prevalecer. Necessidade de prévia intimação pessoal da parte para, tomando ciência da determinação, eventualmente suprir a irregularidade. Defeito que, ademais, foi sanado. Extinção afastada, determinando-se o regular prosseguimento do feito. Recurso provido. (Apelação Cível 00044847020078260533 – Santa Bárbara D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 06/06/2012 - Voto nº 26404)

Medida cautelar. Liminar. Assembleia de deliberação de sócios que destituiu o agravante da administração da sociedade e aprovou o aumento do capital social sem a observância dos quóruns legais. Presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora* que autoriza a concessão da liminar para suspender os efeitos destas deliberações, com o restabelecimento da situação anterior. Deliberação relativa à proibição de contratação de pessoas com vínculo de parentesco com os sócios que depende da aprovação da maioria de votos, segundo o valor das quotas, e que, portanto, não padece de flagrante ilegalidade. Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 01101130720128260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Voto nº 26327)

Direito de empresa. Exclusão de sócio. Antecipação de tutela que é devida diante da prova suficiente da verossimilhança da alegação da falta cometida pela agravada e da perda da *affectio societatis*. Risco de dano irreparável ou de difícil reparação que está na própria demora em solucionar a questão societária. Tutela antecipada concedida nos termos do art. 273 do CPC. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01127970220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Voto nº 26396)

Dúvida de competência. Permuta de bem móvel. Ação cobrança de plano de expansão de telefonia. Competência da C. 25ª Câmara de Direito Privado, que foi originalmente sorteada para julgar o recurso. Dúvida de competência suscitada. Suscitaram dúvida de competência. (Agravo de Instrumento 00213157020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 04/06/2012 - Voto nº 7524)

Cautelar. Vistoria, busca e apreensão de produtos contrafeitos e de outros que contenham identificação das agravantes. Pedido de abstenção de comercialização dos produtos que se confunde com o mérito da anunciada ação principal. Impossibilidade. Liminar de vistoria busca e apreensão concedida mediante caução. Caução que é dispensável na medida em que a apreensão apenas será realizada após a vistoria e constatação de que se tratam de produtos contrafeitos. Clubes esportivos de grande porte, dispensando garantia para eventual insucesso. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01094193820128260000 – Suzano - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 01/06/2012 - Voto nº 26357)

Marca. Liminar. Uso das marcas das agravantes como palavras-chave de link patrocinado contratado pela agravada. Ausência de manifesta ilicitude. Agravada que comercializa os produtos das marcas das agravantes vinculadas ao site. Notoriedade do site através das marcas que tem por finalidade alavancar a venda dos produtos. Incidência da norma do art. 132, I, Lei nº 9279/96. Indeferimento acertado. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00894937120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 01/06/2012 - Voto nº 26321)

Pedido de falência. Autora que alega ser credor de quantia representada por duplicatas. Depoimento testemunhal que comprovou a falta de saque de duplicatas, tendo empresa autora apenas emitido boletos bancários. Protesto por indicação. Boleto bancário que não é documento idôneo para embasar pedido de falência. Precedentes do STJ. Não atendida a exigência de identificação da pessoa que recebeu a notificação do protesto, nos termos da Súmula 361 do STJ. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Apelação

Cível 00040390620098260655 – Várzea Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 01/06/2012 - Voto nº 26352)

Dissolução parcial de sociedade c.c. apuração de haveres e indenização. Tutela antecipada. Agravantes que, com base no descumprimento de obrigação de sócio e prática de ato de concorrência desleal, buscam coibir a agravada de prestar serviços aos mesmos clientes. Presença da verossimilhança das alegações que, contudo, não autoriza a providência que atingiria frontalmente direitos de terceiros. Fornecedores que, pelo só fato de possuírem vínculo anterior com a agravante, ficariam impedidos de se valerem de mais um meio de veiculação da publicidade de seus produtos e serviços, o que não ocorreria com os demais fornecedores. Tratamento desigual entre os concorrentes fornecedores que é inadmissível. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 00909244320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 28/05/2012 - Voto nº 26293)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Recurso. Interposição de apelação. Inadmissibilidade. Aplicação do art. 17 da Lei 11.101/05. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 90001918620108260309 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 29/05/2012 - Voto nº 24217)

Prestação de contas. Dever que decorre exclusivamente do exercício da administração ou gestão de bens alheios. Eventual reconhecimento de vínculo empregatício que não exime o agravado de prestar as contas, se demonstrado o exercício de atos de administração. Pretensão, ainda, que tem por base não a condição de sócio do réu, mas a de mandatário. Desfecho da reclamação trabalhista que é irrelevante para a solução do litígio. Prejudicialidade externa inocorrente, a justificar a suspensão do processo. Prosseguimento regular do feito que se impõe. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00993140220128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 24/05/2012 - Voto nº 26290)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Decisão monocrática que é clara quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada. Prequestionamento. Embargos rejeitados também por decisão monocrática. (Embargos de Declaração 00868573520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 24/05/2012 - Voto nº 26304)

Exceção de Incompetência. Ação de abstenção de uso de marca e pedido de indenização por perdas e danos proposta no foro de domicílio da autora. Possibilidade. Aplicação do 100, v, "a", parágrafo único, do CPC. Jurisprudência do Colendo STJ sobre o tema. Decisão acertada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado por decisão monocrática. (Agravo de Instrumento 01024319820128260000 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 24/05/2012 - Voto nº 26283)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Decisão monocrática que é clara quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente no recurso. Embargos rejeitados também por decisão monocrática. (Embargos de Declaração 00760712920128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 24/05//2012 - Voto nº 26307)

Competência. Ação indenizatória por contrafação de patente de invenção. Admissibilidade de seu processamento no foro do domicílio do autor por aplicação do art. 100, V, a, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Recurso Provido. (Agravo de Instrumento 00313448220128260000 – Cotia – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24120) **(Segredo de Justiça)**

Processo civil. Ausência de condição da ação que afasta a possibilidade de análise do mérito e inviabiliza a dilação processual, sob pena de ferir o princípio da economia processual. Cerceamento de defesa inexistente. Execução de Título extrajudicial. Cabimento da exceção de pre-executividade. Cessão de carteira de clientes um mês antes da constituição da sociedade empresária. Impossibilidade de se presumir a transferência da carteira de clientes quer por ausência de previsão contratual quer porque, por ocasião da constituição da sociedade empresária, a carteira não mais pertencia à sucedida, pois transferida a Martim, Márcio e Vagner um mês antes. Considerações acerca do empresário individual. Pessoa física que exerce atividade empresarial, sem constituir pessoa jurídica diversa. Pessoa física credora dos executados, podendo cobrar o crédito sob a qualificação utilizada quando empresário individual. Prosseguimento da execução até o recebimento final dos valores devidos. Recurso provido para tanto. (Apelação Cível 00039366820118260577 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26235) **(Segredo de Justiça)**

Exibição de documento – Ação que visa a proteção de direitos patrimoniais de sociedade irregular – Indícios de que o autor realmente participava ativamente da administração, exercendo prerrogativas típicas de quem ostenta o status de sócio – Ausência de comprovação pelos réus de atos que justifiquem o acesso do autor aos documentos – Exibição que se faz necessária para que o requerente exerça em sua plenitude os seus direitos – Sentença mantida – Não provimento dos recursos. (Apelação Cível 00073988220118260302 – Jaú – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 05/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23864) (**Segredo de Justiça)**

Apelação – Preliminar – Vício na representação processual – A juntada de procuração "ad judicia" em forma de fotocópia, firmada há anos e sem poderes específicos não configura por si só, vício de representação processual – Presunção "juris tantum" – Inexistência de alegação de falsidade – Preliminar não acolhida. Apelação – Ação cominatória cumulada com danos materiais – Denominações, símbolos e outros sinais de titularidade de entidades desportivas – Comercialização de produtos – Ausência de licença - Conduta irregular – Comercialização, desprovida de licença, de produtos que apresentam denominações, símbolos e outros sinais de titularidade dos requerentes – Conduta irregular configurada, ainda que diminuta a quantidade de produtos apreendidos e ínfimo o valor econômico deles – Dever de indenizar os danos materiais, decorrentes da comercialização dos produtos, a serem apurados em liquidação por arbitramento – R. sentença mantida – Recurso não provido. (Apelação Cível 01267101820078260003 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13179) **(Segredo de Justiça)**

Tutela antecipada – Medida cautelar inominada ajuizada por sócia majoritária e sociedade empresária por cotas de responsabilidade limitada contra o sócio remanescente – Pedido de tutela antecipada consistente na indisponibilidade dos bens de propriedade do requerido e de expedição de ofícios – Decisões judiciais que deferiram em parte a liminar pleiteada, para vedar qualquer alienação dos bens de propriedade da empresa e dos sócios, em face de eventual confusão patrimonial e, posteriormente, determinou a indisponibilidade dos bens do requerido – Confirmação da tutela recursal antecipada, deferida parcialmente, para determinar o bloqueio de determinadas matrículas junto a Cartório de Registro de imóveis para impedir a alienação dos referidos bens, bem como a expedição de ofícios para o cumprimento da decisão – Agravo de instrumento provido em parte. (Agravo de Instrumento 00458852320128260000 – Pindamonhangaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12249) **(Segredo de Justiça)**

Medida cautelar – Liminar – Concessão – Prazo decadencial para propositura da ação principal – 30 (trinta) dias – Fluência, na hipótese, a partir do término do recesso de final de ano – Inteligência dos artigos 806 e 184, § 1º, ambos do Código de Processo Civil – Observância do

disposto no Provimento nº 1933/2011, do Conselho Superior da Magistratura – Confirmação da eficácia da liminar concedida em primeiro grau – Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00458879020128260000 – Pindamonhangaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 29/05/2012 - Votação Unânime – Voto nº 12232) **(Segredo de Justiça)**

Cobrança - Venda de quotas sociais e ponto comercial - 8ª Câmara de Direito Privado que recebeu o processo por prevenção, mas dele não conheceu e determinou a remessa para a Câmara Reservada - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP – Dúvida de competência suscitada, com suspensão do julgamento do recurso. (Apelação Cível 02642330720098260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13384)

Marca Patati Patatá - Uso indevido, ainda que acompanhada a publicidade da expressão “cover” - Público consumidor atingido, crianças de pequena idade, que não tem como identificar o 'original' do 'cover' (imitação) - Possibilidade de colocar em risco a própria credibilidade da atração, conhecida em todo o Brasil em razão de programa diário que a dupla apresenta no SBT Impossibilidade, todavia, de busca e apreensão dos produtos alusivos à marca, conforme certificado de registro de desenho estilizado - Recurso provido, em parte. (Agravo de Instrumento 00646036820128260000 – Guarujá – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 19/06/2012 - Votação Unânime – Voto nº 13391)

Agravo regimental - Decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Agravante, qualificado como empresário, que não demonstrou sua condição de 'necessitado' para fins de concessão dos benefícios da justiça gratuita - Parte que não é pobre na acepção jurídica do termo – Regimental improvido. (Agravo Regimental 00824265520128260000 – Santo André – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13393)

Recuperação judicial. Créditos oriundos de cessão e alienação fiduciária, mas não submetidos ao registro previsto no artigo 1361, § 1º do Código Civil, requisito necessário à constituição da propriedade fiduciária. Súmula 60 do TJ/SP. Subsunção à recuperação judicial ainda que se considere o regramento específico das cédulas de crédito bancário e a sentença de procedência em ação de busca e apreensão. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado por decisão monocrática. (Agravo de Instrumento 01448702720128260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 17/07/2012 - Voto nº 26665)

Cautelar de exibição de documentos. Liminar. Descabimento da exibição nos moldes em que pretendida e para o fim colimado, inclusive diante da excepcionalidade da medida e da ausência de prévio contraditório. Suspensão da exigibilidade do crédito da agravada e exclusão do nome da agravante dos cadastros de inadimplentes que são providências próprias de ação de conhecimento, sequer cogitada. Inexistência, ademais, da demonstração do risco de sua ocorrência. Inadmissibilidade de multa diária. Súmula 372 do C. STJ. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 01457830920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 17/07/2012 - Voto nº 26657)

Assistência judiciária. Presunção de veracidade da declaração de pobreza que é relativa. Magistrado que pode exigir a prova da situação de miserabilidade ou mesmo indeferir de pronto o benefício se tiver fundadas razões para tanto. Agravante que, além de estar patrocinada por advogado particular discute lucros da sociedade da qual titulariza quotas na proporção de 50%. Condição incompatível com o benefício. Recolhimento inicial espontâneo

que demonstra a possibilidade de a agravante arcar com as custas processuais sem o prejuízo do sustento próprio. Correto o indeferimento do pedido. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 01374662220128260000 – São João da Boa Vista – Relator Maia da Cunha – 10/07/2012 - Voto nº 26611)

Conflito de competência - Hipótese de apelação interposta contra decisão que, em apertada síntese dos fatos, julgou parcialmente procedentes embargos à execução e determinou o abatimento, de dívida, de quantias declinadas em laudo - Não conhecimento do recurso pela Câmara Reservada de Direito Empresarial, não obstante tivesse esta julgado agravo de instrumento referente aos autos em questão - Alegação, agora, de incompetência vez que se trata de execução fundada em contrato de venda e compra de quotas de sociedade empresária - Matéria, a priori, não compreendida no Direito de Empresa, nos termos do delimitado pela Resolução n° 583/2011 do Órgão Especial - Competência, portanto, da Seção de Direito Privado II desta Egrégia Corte (Provimento n° 63/2004 e Resoluções n°s 194/2004 e 281/2006) - Conflito julgado procedente - Competência da Câmara suscitante - Determinação à Secretaria. (Conflito de Competência 00840521220128260000 – Diadema – Órgão Especial – Relator Walter de Almeida Guilherme - 27/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13096)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Ausência de cópia da procuração outorgada aos advogados do agravado ao tempo da interposição do recurso - Inobservância do comando legal contido no inciso I, do art. 525 do CPC - Impossibilidade de conhecimento do recurso - Se o agravante pretende a reforma da decisão que diz ter lhe trazido gravame, deve cumprir seus ônus processuais de bem formar o instrumento. A não juntada de peça apontada como obrigatória pelo legislador processual civil impede que o agravo ultrapasse o juízo de admissibilidade e, por consequência, prejudica sua cognição. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02424440472011826000 – Taubaté - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13391)

Agravo de instrumento - Procedimento de recuperação judicial - Pedido de reconsideração - Intempestividade - Não comporta conhecimento recurso protocolizado após o fim do prazo, uma vez que pedido de reconsideração não suspende nem interrompe o prazo recursal. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02566605020118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13451)

Pedido de falência. Determinados títulos protestados em que a notificação ocorreu por edital e sem demonstração de prévia tentativa da forma pessoal. Outros títulos protestados em que a notificação não especifica a pessoa do recebedor (Súmula 361 do STJ). Inviabilidade do pedido de falência. Conversão do pedido de falência em execução singular. Economia processual e menor onerosidade do devedor. Possibilidade desde que atendidos os requisitos necessários para a instauração da instância, ou seja, com efetiva renovação da citação e demais desdobramentos inerentes ao contraditório e à ampla defesa. Recurso provido em parte. (Apelação Cível 90782037620078260000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13021)

Agravo de instrumento – Homologação de acordo – Massa falida - Ausência de vício - Considerando-se os elementos dispostos nos autos não se infere qualquer espécie de vício na r. decisão recorrida - Homologação do acordo precedida de manifestações favoráveis do Comitê de Credores e do Ministério Público - Circunstâncias inerentes à espécie que tornaram o acordo razoável e oportuno à Massa Falida - R. decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02732691120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13388)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Ausência de provas da origem e o montante do crédito. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02653939920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13042)

Recuperação judicial. Impugnação ao crédito. Pretensão de majoração do crédito habilitado. Ônus da prova que compete ao credor. Não apresentação da nota fiscal ou qualquer outro documento idôneo que comprove a origem da diferença do crédito. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 03075274720118260000 – Pirajuí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - Votação Unânime - Voto nº 13377)

Embargos de declaração - Multa - Ordem de apresentação de extratos de conta vinculada - Determinação do juízo da recuperação em face de solicitação do administrador judicial no exercício de suas atribuições - Não incidência da Súmula 372 do STJ - Cabimento da cominação, em tese – Embargos parcialmente acolhidos apenas para determinar a retificação da ementa. (Embargos de Declaração 01296615220118826000 0 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29416)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Preclusão temporal - Ocorrência - A não realização de ato próprio dentro do prazo previsto em lei como a não interposição de recurso contra a primeira r. decisão que determinou a remoção de bens caracteriza a ocorrência de preclusão temporal - Se a agravante pretendesse a almejada revogação deveria ter se insurgido contra a primeira r. decisão que determinou a remoção dos bens e não neste momento processual — Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00022067020128260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13336)

Agravo de instrumento – Procedimento ordinário - Liminar - Cédula de crédito bancário com contrato de constituição de alienação fiduciária em garantia. Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título no Registro de Títulos e Documentos. Inteligência do art. 1.361, § 1º, do Código Civil. Questão relativa à devolução de quantia que é objeto de impugnação apresentada pela recorrente nos autos da ação de recuperação judicial, sendo que, em sede de cognição sumária, não há como deferir a liminar. Necessidade de se verificar a existência ou não do registro do título. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01014024720118260000 – Lençois Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12297)

Embargos de declaração - Registro do contrato de cessão fiduciária de direitos - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, os embargos de declaração visam novo julgamento do feito, o que é inadmissível, pois, os embargos declaratórios não podem ser opostos com o fito de se proceder a novo julgamento do feito ou se adequar às indevidas pretensões da embargante. Embargos rejeitados. Embargos de declaração – Honorários advocatícios - Omissão - Ocorrência - Embargos acolhidos nesta parte, exclusivamente para apreciar a questão referente à condenação em custas, despesas processuais e honorários advocatícios - Custas e despesas processuais a cargo do vencido e honorários advocatícios devidos em favor do advogado da parte vencedora. Arbitramento de forma equitativa na dicção do art. 20, § 4º do CPC - Alteração da redação, sem alterar a parte dispositiva do Acórdão. Embargos acolhidos. (Embargos de Declaração 01040258420118260000 - São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13181)

Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01203867920118260000 - São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13110)

Embargos de declaração - Contradição, omissão e obscuridade - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01345262120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13430)

Agravo de instrumento - Formação deficiente - Inobservância do comando legal contido no inciso I, do art 525 do CPC - Impossibilidade de conhecimento do recurso - Se os agravantes pretendem a reforma da decisão que diz ter lhe trazido gravame, devem cumprir seu ônus processual de bem formar o instrumento. A não juntada de peça apontada como obrigatória pelo legislador processual civil impede que o agravo ultrapasse o juízo de admissibilidade e, por consequência, prejudica sua cognição. O substabelecimento juntado não é documento suficiente e capaz de atestar a representação da parte no presente recurso de agravo de instrumento, uma vez que referido instrumento não tem vida própria, tendo eficácia somente com a apresentação da procuração substabelecida. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02260085020118260000 – Campinas - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13236)

Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01362860520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13561)

Embargos do banco: Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, os embargos de declaração visam novo julgamento do feito, o que é inadmissível, pois, os embargos declaratórios não podem ser opostos com o fito de se proceder a novo julgamento do feito ou se adequar às indevidas pretensões do embargante. Alegada omissão já apreciada. Embargos rejeitados. Embargos de declaração (do banco) não acolhidos. Embargos de declaração (do agravante) acolhidos, apenas para suprir a omissão do Acórdão no que tange à inversão da sucumbência. (Embargos de Declaração 01932216520118260000 – Itapetininga - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13439)

Agravo de instrumento - Habilitação de crédito - Pretensão ao reconhecimento de inexistência de sucessão empresarial e, consequentemente, indeferimento da habilitação - Manutenção - Valor pretendido pela recorrida, apurado pela E. Justiça do Trabalho, onde restou reconhecida a solidariedade da recuperanda, com trânsito em julgado - Recurso não provido. Agravo de instrumento - Habilitação de crédito - Pedido subsidiário - Pretensão à apuração do correto

valor a ser habilitado - Deferimento - Aplicação do inc. II, do art. 9º da Lei de Falências - Real valor a ser habilitado pela recorrida, com a atualização de seu crédito até a data do pedido de recuperação judicial, tudo a ser apurado pelo Ilustre Juízo de Primeiro Grau. Recurso provido, com observação. (Agravo de Instrumento 02332679620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13397)

Agravo de instrumento - Impugnação de crédito - Formação Deficiente - Ausência de cópia da procuração outorgada ao advogado da agravada - Inobservância do comando legal contido no inciso I, do art. 525 do CPC - Impossibilidade de conhecimento do recurso - Se a agravante pretende a reforma da decisão que diz ter lhe trazido gravame, deve cumprir seu ônus processual de bem formar o instrumento. A não juntada de peça apontada como obrigatória pelo legislador processual civil impede que o agravo ultrapasse o juízo de admissibilidade e, por consequência, prejudica sua cognição. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02514640220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12683)

Agravo de instrumento - Recuperação Judicial - Impugnação de crédito (arts. 7º, 9° e 10, da Lei n° 11.101/05) - Pretensão da elevação do valor de R$61.893,00, listado na recuperação judicial (hoje convolada em falência) para R$78.521,50 - Impossibilidade - A divergência decorre de equivoco do agravante ao afirmar que o crédito 'parte do valor de R$76.923,24' (fls. 110). O Banco chegou a esse valor partindo da premissa de que a falida não cumpriu com nenhuma de suas obrigações acordadas. Mas essa premissa contradiz informação trazida pelo próprio banco a fls. 32, onde reconhece "a falta de pagamento das parcelas vencidas a partir de setembro de 2008 - Quadro demonstrativo juntado aos autos que indica atraso de prestações a partir de setembro de 2008 – Ausência de comprovação das alegações do agravante - Agravo não provido. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 02613823020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13427)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Pretensão à prorrogação do prazo de suspensão das ações e execuções em face das agravantes - Homologação do plano de recuperação judicial - Aplicação do art. 58 e ss da Lei n° 11.101/05 - Sustação automática do art. 6º da mesma Lei - Perda de objeto - Recurso não conhecido (Agravo de Instrumento 02624415320118260000 – Sertãozinho - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime – Voto nº13466)

Agravo de instrumento - Constrição eletrônica - Sistema BACEN-JUD - R. decisão agravada que indeferiu o pedido de desbloqueio - Agravante comprovou que os valores que foram bloqueados são, em suma, salário percebido pelo agravante, como assessor do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, quantias recebidas de terceiros (pai e esposa) e destinadas ao seu sustento e de sua família e, ainda, eventuais honorários recebidos como profissional liberal - Tais verbas estão resguardadas pela impenhorabilidade prevista no art. 649, inciso IV, do Código de Processo Civil - Decisão reformada com determinação para imediata liberação, ao agravante, dos valores bloqueados e depositados em Juízo - Recurso provido para tal fim. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 02660313820118260000 – Andradina - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13128)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Impugnação - Cédula de crédito bancário - Instrumento de cessão fiduciária de títulos de crédito e de direitos creditórios em garantia - Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título no Registro de Títulos e Documentos - Inteligência do art. 1.361, § 1°, do Código Civil - Súmula n° 60 do E. TJSP - Inexistência de registro anterior ao pedido de recuperação judicial - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02756170220118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e

Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13424)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Convolação em falência - Afastamento - hipóteses legais para a convolação - Aplicação do art. 73 da Lei n° 11.101/05 - Análise do juízo "a quo" que se restringe ao exame dos requisitos dos arts. 51 e ss da Lei n° 11.101/05 – Recurso provido, com observação. (Agravo de Instrumento 02673088920118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13064)

Agravo de instrumento - Falência – Pretensão à suspensão da expedição de carta de arrematação e da imissão de posse – Não conhecimento - Peças facultativas necessárias - Ausência. Falta de peça útil, essencial e necessária à compreensão da controvérsia. A ausência de juntada de peça facultativa útil à apreciação da matéria sustentada no agravo de instrumento importa na negativa de seguimento. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02715863620118260000 – Osasco - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13069)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Cédula de crédito bancário - Cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia à cédula de crédito bancário - Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título no Registro de Títulos e Documentos - Penhor Mercantil que constitui com o registro do título no Registro de Imóveis. Inteligências dos arts. 1.361, § 1º, e 1.448, ambos do Código Civil - Inexistência de registros - Aplicação da Súmula n° 60 do C. TJSP - Atualização do saldo devedor da cédula de crédito bancário - Aplicação das Súmulas n°s. 30 e 296 do C. STJ. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 03071126420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13332)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Reconsideração da decisão agravada comunicada pelo Juízo - Perda do objeto do recurso caracterizada - Recurso prejudicado - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 03094796120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13232)

Agravo de instrumento - Marca – Tutela antecipada - Abstenção de utilização - Pretensão de reforma da r. decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela - Acolhimento - Para a concessão da tutela antecipada é necessário a prova inequívoca que conduz à verossimilhança das alegações, bem como o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação da agravante, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada - Se há necessidade de produção de provas, então descabe a outorga da tutela antecipada. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00540947820128260000 – Jacareí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13338)

Embargos de declaração - Inexistência de irregularidades - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02480465620118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13348)

Apelação - Deserção - Impõe-se a deserção quando o recorrente, devidamente intimado, não complementa o preparo - art. 511, §2°, CPC – Recurso não conhecido, com observação. (Apelação Cível 00250878520108260008 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13113)

Apelação - Ação indenizatória – Fase pré-contratual - Frustração da celebração do contrato – Divergência de propostas - Inexistência de ato ilícito - Após o desenvolvimento da fase pré-

contratual, a ausência de celebração de contrato não constitui ato ilícito quando perduram divergências de propostas - Não houve demonstração de conduta arbitrária ou injustificada que, porventura, pudesse ocasionar o dever de indenizar - Não havendo ato ilícito, não há responsabilidade pelos alegados danos materiais e morais - R. sentença mantida. Honorários advocatícios - Redução – O cotejo dos elementos dispostos nos autos com os parâmetros preceituados nas alíneas do §3°, art. 20, do CPC, impõe a diminuição do valor arbitrado a título de honorários advocatícios - R. sentença reformada. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 01223418320098260011 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13345)

Agravo de instrumento - Cautelar inominada - Presença dos pressupostos para concessão de liminar. Presentes os pressupostos necessários para a concessão da liminar (*fumus boni iuris e periculum in mora*), de rigor a manutenção da decisão agravada que concedeu a medida *in limine litis*. Prestação de caução por meio de bem imóvel. Apreciação da idoneidade que fica a critério do Julgador. Agravante que não logrou êxito em comprovar, por ora, a inidoneidade da caução. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00128983120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13209)

Apelação - Ação indenizatória - Danos morais - Emissão irregular de duplicatas - Protesto - valor da indenização - Emissão de 97 (noventa e sete) duplicatas contra a parte requerente, sem causa subjacente, negociando-as com empresas de fomento mercantil – Protestos efetivados - Danos morais configurados - Valor da indenização arbitrado em R$40.000,00 pelo Douto Juiz "a quo" justificado - R. sentença mantida. Juros de mora - Massa falida - Incidência - Há incidência de juros de mora contra a massa falida, sendo exigíveis, caso vencidos após a decretação da falência, se o ativo for suficiente para o pagamento dos credores subordinados - Art. 124 da Lei 11.101/05 - R. sentença mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 00235079820118266010 0 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13288)

Apelação - Ação de prestação de contas - Assinatura em recibo impugnada - Ausência de prova pericial - Cerceamento de defesa configurado - Diante da impugnação dos recibos apresentados, a parte requerida pleiteou expressamente a produção de perícia grafotécnica - Prova essencial ao deslinde do litígio - Cerceamento de defesa configurado - R. sentença declarada nula - Recurso provido.(Apelação Cível 01557062620078260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13281)

Apelação - Dissolução de sociedade - Bem comum - Ausência de prova – O autor não comprovou que adquiriu, em conjunto com o requerido, o indigitado veículo - Testemunhas arroladas declaram não saber quem pagou pelo veículo – Artigo 333, inciso I, do Código de Processo Civil - R. Sentença mantida - Recurso não provido. (Apelação Cível 00120327820108260457 – Pirassununga – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13321)

Indenização - Dano moral – Propriedade industrial violação de marca – Prejuízo moral sofrido pelo titular do direito de propriedade industrial que deve ser efetivamente demonstrado - Danos morais que não se presumem em tal hipótese - Petição inicial que sequer especifica quais foram os prejuízos extrapatrimoniais decorrentes pelo uso indevida da marca. Sentença de parcial procedência mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 01447146420118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 19/06/2011 - Votação Unânime - Voto nº 13341)

Apelação - Prevenção da Colenda 1ª (primeira) Câmara Reservada de Direito Empresarial - Agravo de instrumento - Determinação de redistribuição - Competência da colenda 1ª (primeira) Câmara Reservada de Direito Empresarial do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01272489620078260003 - São Paulo – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12954)

Competência recursal - Ação de cobrança - Fase executiva - Compra e venda de fundo de comércio de estabelecimento comercial - Resolução 194/2004, art. 2° inciso III, alínea "a" – Competência afeta à Seção de Direito Privado compreendida entre as 1ª e 10ª Câmaras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Precedentes do Colendo Órgão Especial deste E. TJSP - Remessa dos autos a uma das Câmaras competentes - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00469453120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13380)

Agravo de instrumento - Embargos à execução - Não atribuição de efeito suspensivo - pretensão à concessão do efeito suspensivo - Hipótese em que a matéria não é da competência desta Colenda 2ª (Segunda) Câmara Reservada de Direito Empresarial, cabendo a análise do recurso por uma dentre as C. 11ª e 24ª e 37ª e 38ª Câmaras - Artigo 2º, inciso III, alínea 'b', da Resolução 194/04 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00611332920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13218)

Arbitragem. Ações cautelar e principal que buscam, respectivamente, a suspensão do procedimento arbitral e sua nulidade. Impossibilidade de manifestação pelo Poder Judiciário. Arbitragem que é exceção ao principio do livre acesso à justiça ou da inafastabilidade da jurisdição. Questões relativas à existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que possui a cláusula compromissória devem ser apreciadas pelo árbitro. Regra do "kompetenz kompetenz". Principio da autonomia do Juízo Arbitrai. Art. 8º "caput" e parágrafo único", da Lei 9.307/1996. Agravante que não teve tolhido qualquer direito acerca da nomeação do árbitro, na medida em que houve notificação da Câmara Arbitrai garantindo-lhe tal faculdade. Participantes da arbitragem que possuem meios hábeis a demonstrar, de forma fundamentada, sua discordância perante o juízo arbitrai, consoante arts. 14, 15, 19 e 20 da Lei da Arbitragem, inclusive, se o caso, ulteriormente, por eventual afronta ao art. 21, § 2º, nos termos do artigo 32 do mesmo Diploma Legal. Restando à parte a possibilidade de discutir perante árbitro ou câmara arbitrai, de forma ampla, assuntos, teses e argumentos passíveis de irregularidades, mostra-se prematuro o ajuizamento de demanda perante o Poder Judiciário. Arguição de extinção do processo sem resolução do mérito em contraminuta. Art. 267, inciso VII. Processos, cautelar e principal, extintos sem resolução do mérito. (Agravo de Instrumento 00379364520128260000 - São Paulo 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13351)

Agravo de instrumento - Obrigação de fazer - Tutela antecipada - Pretensão ao deferimento da liminar - Indeferimento - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Ademais, quando esta é pedida na forma inaudita altera pars, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior robustez, pois se trata de medida excepcional. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00677016120128260000 – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13438)

Agravo de instrumento - Prestação de contas - Tutela antecipada – Pretensão ao deferimento da liminar indeferimento - Inexistência de vinculação ao pedido final - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicionaL Ademais, quando esta é pedida na forma inaudita altera pars, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior robustez, pois se trata de medida excepcional. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00526787520128260000 – Cotia – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13389)

Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00182090320128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13375)

Agravo de instrumento - Dissolução de sociedade - Tutela antecipada - Pretensão ao deferimento da liminar - Indeferimento - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Ademais, quando esta é pedida na forma inaudita altera pars, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior robustez, pois se trata de medida excepcional. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00276691420128260000 – Batatais – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13330)

Agravo de instrumento - Dissolução parcial de sociedade - Tutela antecipada - Pretensão ao deferimento da liminar - Julgamento da pretensão acautelatória pelo Juízo de Primeiro Grau – Perda superveniente do objeto do recurso caracterizada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00043736020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13140)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Julgamento da pretensão pelo Juízo de Primeiro Grau - Perda superveniente do objeto do recurso caracterizada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00210255520128260000 – Fernandópolis – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13396)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Falta de interesse no prosseguimento do recurso manifestado pela recorrente - Desistência homologada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00834338220128260000 – Caçapava – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13392)

Competência recursal - Ação declaratória - Procedimento ordinário - Exibição de documentos - Contrato de participação financeira em investimento telefônico - Pretensão ao recebimento da diferença entre o valor da ação vigente ao tempo da integralização do capital e aquele definido em posterior balanço - Direito de complementação das ações ou indenização - Relação obrigacional irradiada de contrato de prestação de serviço telefônico - Precedentes do colendo órgão especial - Hipótese em que a matéria não é da competência desta Colenda Câmara Reservada de Direito Empresarial, cabendo a análise do recurso por uma dentre as C. 11ª a

38ª Câmaras. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02526263220118260000 – Jaú – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13395)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00330287620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação Relator Pereira Calças – 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23244)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta ao rejulgamento da matéria posta nos autos - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie – Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01375358820118260000 – Adamantina - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel – 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29276)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02218972320118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel – 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29281)

Agravo de instrumento prejudicado em razão do resultado do julgamento de agravo anterior interposto pelo banco agravado. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01967214220118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23178)

Agravo de instrumento. Falência. Arrematação de imóvel. Ato realizado antes da quebra da agravada. Validade e eficácia. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 01990676320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22835)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00368524320118260000 – Ribeirão Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23249)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não está obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02375376620118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29594)

Reclamação - Interposição de agravo de instrumento contra a mesma decisão impugnada - Descabimento - Sucedâneo recursal - Afronta ao princípio da unirrecorribilidade - Precedentes do STJ - Processamento indeferido – Agravo regimental desprovido. (Agravo Regimental 00034503420128260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29278)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01073177720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23468)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 04936967920108260000 - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23404)

Agravo de instrumento. Falência. Habilitação. Crédito decorrente de indenização por ato ilícito, que, por ausência de previsão, classifica-se como quirografário. Crédito relativo a honorários advocatícios. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 02673799120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21905)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Prazo para a apresentação de objeção ao plano que pode se iniciar sem que a relação prevista no art. 7º, § 2º, da LFR, tenha sido publicada. Cerceamento de defesa não caracterizado. Decisão que concedeu recuperação judicial à agravada mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02881672920118260000 – Atibaia - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23157)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Ação de reintegração de posse ajuizada pelo credor e ação anulatória movida pelas devedoras. Relação de prejudicialidade externa. Inexistência. Fundamentos considerados pelo magistrado para determinar o sobrestamento do feito que já foram analisados e rechaçados por esta Corte. Determinação no sentido de que se dê imediato e regular processamento à ação de reintegração de posse. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 02935603220118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23160)

Agravo. Recuperação judicial. Decisão que inclui no quadro-geral crédito decorrente de cédula de crédito bancária garantida por cessão fiduciária de títulos de crédito. Inteligência do art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005. Cessão fiduciária de crédito tem a mesma natureza de alienação fiduciária de bens móveis e configura propriedade fiduciária. Imprescindibilidade do registro do título no Registro de Títulos e Documentos. Interpretação do art. 1.361, § 1º, do Código Civil. Natureza constitutiva do registro. Registro na CETIP que não supre o requisito legal. Ausência do registro implica inexistência da propriedade fiduciária. Crédito sujeito aos efeitos da recuperação judicial, como quirografário. Inexistência de documentos que comprovem que o valor do crédito deva ser majorado. Agravo provido, com determinação. (Agravo de Instrumento 02947381620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23266)

Embargos de declaração. Contradição inocorrente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00594325020068260224 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24239)

Embargos de declaração. Prova trazida apenas em sede de embargos. Preclusão (art. 473 do CPC). Contradição. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00033105920098260564 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23426)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00013403420098260108 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23355)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00025969372011826000 0 – Piracicaba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23417)

Embargos de Declaração. Contradição inocorrente. Intenção infringente que busca alterar o julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02128892220118260000 – Piracicaba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23799)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta à rediscussão da matéria decidida - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 03048305320118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29476)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta ao rejulgamento da matéria posta nos autos - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 03048998520118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel – 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29469)

Embargos de declaração. Contradição e omissão. Inexistência. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01345980820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23462)

Embargos de Declaração. Omissão inocorrente, seja porque o tema mencionado pelo embargante foi enfrentado, seja porque não houve pré-questionamento da segunda questão. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01581229320098260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24164)

Embargos de Declaração. Contradição inocorrente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01648101220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24169)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - O julgador não está obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 05440683220108260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29600)

Embargos de Declaração. Obscuridade inocorrente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01143701220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24255)

Embargos de Declaração. Contradição inocorrente. Insistência descabida das embargantes em tema já superado, inclusive com demonstração de inaplicabilidade, ao caso concreto, de precedente da Câmara Reservada. Intuito protelatório, entretanto, não identificado. Embargos desacolhidos. (Embargos de Declaração 01311408020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24429)

Ação de cobrança - Extinção por falta de interesse - Sucumbência - Repartição em proporção de igualdade. Tendo ambas as partes, em proporção de igualdade, dado causa ao processo, encerrado por fato superveniente, ambas devem responder pelos encargos da sucumbência, nenhuma delas condenada ao pagamento de honorários advocatícios à outra. Apelação provida em parte. (Apelação Cível 90949948620088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 118773)

Falência - Pedido de Restituição - Procedência em primeiro grau - Contrato de ACC's Manutenção. Pressupondo-se a insolvência do falido, tem sido admitido o diferimento para o momento oportuno de sua obrigação de pagar as custas processuais - É tempestiva a apelação apresentada no prazo dilatado por - Provimento do Tribunal de Justiça, em virtude do não funcionamento normal de dos órgãos jurisdicionais submetidos à sua administração. Não é nula a sentença que está suficientemente fundamentada e abordou o quanto necessário ao suporte lógico do julgamento, sem que possa ser tachada de citra petita - Caução há de ser exigida no processamento da execução provisória e não, em tese, determinada na fase de conhecimento - É cabível a restituição ao banco estrangeiro das quantias entregues ao falido para serem usadas no incentivo de exportações realizadas por empresas brasileiras. Apelação conhecida e desprovida, com observação. (Apelação Cível 92785344020088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado – 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18806)

Falência - Pedido de habilitação de crédito - Extinção do processo em primeiro grau - Necessidade de intimação pessoal para dar andamento ao feito. Necessária a intimação pessoal do habilitante para dar andamento ao feito, se tem ele endereço certo e conhecido, o que se evidencia ser o caso do Banco Nossa Caixa S.A., atualmente sucedido pelo Banco do Brasil S.A. Apelação provida, em parte. (Apelação Cível 91310476620088260000 – Sorocaba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18801)

Declaratória de inexigibilidade c.c. indenização por danos morais - Procedência em primeiro grau - Manutenção. Não tendo a Construtora falida cumprido o contrato de compra e venda de imóvel firmado com a autora não pode buscar pagamento de quantia condicionada à entrega das chaves, com o protesto do título que a representa, uma vez que ilegítimo o seu apontamento - Configurado o dano moral, por ele responde a massa falida, cuja fixação não se

mostrou excessiva. Apelação desprovida. (Apelação Cível 90966740920088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18774)

Agravo de Instrumento - Falência - Reserva de crédito extraconcursal - Restituição - Contratos de ACCs. Celebração de acordos. Tendo as partes se composto amigavelmente, o agravo de instrumento perdeu seu objeto. Agravo prejudicado. (Agravo de Instrumento 01160852620108260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14836)

Embargos de Declaração - Ação Monitória proposta pela Massa Falida – Embargos - Improcedência em primeiro grau - Manutenção - Compensação com fundo de investimentos - Impossibilidade - Alegada omissão – Não Caracterização. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 01136360320078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18616)

Segundos Embargos de Declaração - Pedido de Falência - Extinção em primeiro grau - Débito de pequeno valor - Manutenção - Título de crédito – Cheque - Endosso em branco - Irregularidade - Alegada omissão. Inexistência de obscuridade. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 90586629120068260000 – Itapira – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18404)

Embargos de Declaração. Obscuridade, contradição e omissão inocorrentes. Recurso com caráter infringente e protelatório. Intento de pré-questionamento de disposições constitucionais e legais para alicerçar recursos constitucionais. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01443864620118260000 – Presidente Prudente – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24165)

Embargos de Declaração - Ação de Cobrança fundada em contrato de cessão de crédito de exportação – Improcedência em primeiro grau - Reconhecido cerceamento de defesa. Não há omissão, obscuridade ou contrariedade a serem sanadas no julgamento, tendo em conta ter sido a sentença anulada ante o reconhecimento de que a autora apelante foi cerceada no seu direito de defesa. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 01330808520088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18631)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Ação Declaratória de Inexigibilidade de Crédito proposta pela recuperanda - Incompetência do juízo da falência para o processamento daquela ação – Manutenção - Alegada omissão - Não caracterização. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00319054320118260000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18615)

Embargos de Declaração. Omissão inocorrente. Temas expressamente enfrentados, dispensada alusão direta a dispositivos legais para preencher o requisito do art. 93, IX, da Constituição Federal. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01150292120118250000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24214)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02159759820118260000 - São Paulo Câmara Reservada

à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23197)

Embargos de Declaração - Ação Declaratória de Nulidade de Cédula de Produto Rural Financeira - Procedência em primeiro grau - Título simulado - Nulidade – Reciprocidade da sucumbência - Alegação de omissão e contradição – Não reconhecimento. Inexistência de omissão ou contradição. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 91919587820078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18630)

Embargos de Declaração - Declaratória de Invalidade de contrato de mútuo celebrado com o falido – Alegada omissão - Não caracterização. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 90689298820078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18629)

Embargos de Declaração - Medida Cautelar Inominada - Suspensão dos efeitos de Contrato de Adiantamento de Contrato de Câmbio - Falta de requisitos - Alegação de obscuridade e omissão. Inexistência de omissão ou obscuridade. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 91218988020078260000 - São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18627)

Embargos de Declaração. Omissão inocorrente. Intento de pré-questionamento. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00075203120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24215)

Embargos de Declaração. Omissão, contradição e obscuridade inocorrentes. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01824139820118260000 – Santo André - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24300)

Embargos de Declaração. Contradição inocorrente. Pretensão infringente inadmissível. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02810810720118260000 – São José do rio Pardo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24299)

Embargos de Declaração. Embargante que não se conforma com o veredicto de precedente julgamento e não aponta, concretamente, omissão, contradição ou obscuridade. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01749839520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24351)

Embargos de terceiro - Recuperação judicial liminar assembleia de credores que deliberou pela alienação de bens objeto de alienação fiduciária ressalva da necessidade de aprovação dos credores fiduciários ameaça de esbulho ou turbação não configurada liminar indeferida recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02422395520118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29369)

Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Honorários de perito - Classificação eventual caráter alimentar da verba que não lhe impõe natureza trabalhista para fins de rateio em concurso de credores - Precedentes do STJ – Crédito quirografário - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02515905220118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29364)

Recuperação judicial - Arrendamento de imóveis parcial - Impenhorabilidade dos alugueres - Impenhorabilidade afastada em julgamento de anterior - Agravo grave – Óbice a credor excluído dos efeitos da recuperação que não pode ser sempre justificado pela necessidade de soerguimento da recuperanda – Recurso provido. (Agravo de Instrumento 03003417020118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29800)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta ao rejulgamento da matéria posta nos autos - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02259452520118260000 – Diadema - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29275)

Embargos de declaração – Contradição inocorrência - Intimação de acórdão de acordo com resultado constante de súmula de julgamento retificada - Nulidade do acórdão não reconhecida – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00426533020048260114 – Campinas - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29277)

Embargos de Declaração - Falência - Desnecessidade de protesto especial - Necessidade de intimação pessoal para o protesto se a devedora tem endereço certo e conhecido - Alegada omissão - Não caracterização. Inexistência de omissão. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 03197839020098260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - 03/07/2012 – Relator Lino Machado - Votação Unânime - Voto nº - 18614)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente - Ausência de contradição entre proposições internas do julgado - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02877463920118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29502)

Embargos de declaração – Contradição - Inocorrência entre proposições internas do julgado - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02259590920118260000 – Diadema - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29477)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa - Inexistência – Impugnação de crédito - Bônus de adimplência se ocorrer o pagamento tempestivo das prestações assumidas - Alegada contradição. Inexistência de contradição. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 03006948120098260000 – sertãozinho - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18771)

Embargos de declaração - Agravo de instrumento - Recuperação judicial superveniente - Convolação em falência - Submissão das recuperadas, ora agravadas, a regime substancialmente distinto daquele com base no qual foi proferida a decisão combatida, alterada a própria configuração dos particulares interesses dos recorrentes, fundados na propriedade fiduciária - Competência do juízo de primeiro grau para agora conhecer plenamente da matéria - Agravo prejudicado - Embargos acolhidos. (Embargos de Declaração

00650612220118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25593)

Embargos de declaração - Acolhimento - Previa intimação da então embargada para manifestação sobre os embargos - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 92176946420088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29466)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02484561720118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29844)

Embargos de declaração da agravante e da agravada. Acordo celebrado entre as partes. Homologação de desistência do recurso interposto. Prejudicado o exame de ambos os embargos de declaração. (Embargos de Declaração 01111500620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23493)

Recuperação judicial - Conta vinculada - Ordem de depósito de valor supostamente retido pelo credor - Crédito decorrente de adiantamento de contrato de câmbio e cédula de crédito bancário garantido por alienação e cessão fiduciária - Natureza extraconcursal - Incompetência do juízo da recuperação - Decisão anulada. (Agravo de Instrumento 02959438020118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel – 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29798)

Recuperação judicial - Quadro geral de credores - Crédito excluído por supostamente estar garantido por cessão fiduciária - Hipótese em que se verificou tratar-se de contrato registrado somente após o pedido de recuperação - Inadmissibilidade súmula 60 do TJSP - Prejuízo aos demais credores – Possibilidade do reconhecimento do erro essencial art. 19 da Lei nº 11.101/2005 - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 03089868420118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29848)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório – Julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00289703020118260000 - São Paulo Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29775)

Recuperação judicial - Assembleia geral de credores - Breve suspensão - Verificação do quorum para reinício dos trabalhos - Ausência de previsão legal e de expresso requerimento na ocasião – Nulidade inocorrente - Recurso improvido. Recuperação judicial - Assembleia geral de credores - Forma de votação – Elevado número de credores participantes - Contagem somente dos votos contrários à aprovação e das abstenções – Nulidade inocorrente - Recurso improvido. Recuperação judicial - Assembleia geral de credores - Impugnações de créditos ainda não solucionadas definitivamente – Ausência de óbice à realização do conclave - Posterior decisão acerca da existência, quantificação ou classificação de créditos que não invalidará as deliberações assembleares (art. 39, § 2°, da lei 11.101/2005) - Nulidade inocorrente - Recurso improvido. Recuperação judicial - Homologação de plano - Alegado excesso de deságio e inviabilidade ecônomica da recuperação - Matéria a ser decidida pelos

credores - Deliberação da assembleia soberana nesse ponto - Recuperação concedida – Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01375038320118260000 – Adamantina - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29237)

Embargos de terceiro - Recuperação judicial – Liminar - Assembleia que deliberou pela alienação de bens objeto de arrendamento mercantil - Ressalva da necessidade de aprovação dos credores arrendantes - Ameaça de esbulho ou turbação não configurada - Liminar indeferida – Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02092543320118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29368)

Recuperação judicial - Convolação em falência - Paralisação das atividades da empresa - Descumprimento reiterado das obrigações assumidas no plano de recuperação aprovado - Inadimplemento que enseja a decretação da quebra, independentemente da vontade dos credores art. 73, IV, da lei nº 11.101/2005 – Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02676604720118260000 – Barueri - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29438)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Crédito da autora da ação de falência que deveria ter sido habilitado para constar na relação de credores. Possibilidade de habilitação retardatária do crédito. Lei nº 11.101/05, art. 10, 'caput' e § 5º. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 02794546520118260000 - São Paulo Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22044)

Medida Cautelar Inominada - Massa Falida – Indeferimento da Inicial - Ilegitimidade de parte - Manutenção. Não tendo o autor legitimidade para a propositura da ação revocatória, apontada como sendo a principal, acertada a extinção do processo decretada em primeiro grau. Apelação desprovida. (Apelação Cível 00386856720098260000 - São Paulo Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18843)

Embargos de declaração. Omissão e contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos de Declaração. Admissibilidade, a fim de harmonizar o acórdão hostilizado à jurisprudência das Cortes Superiores. Precedentes do STJ. Crédito da coagravada relativo a honorários advocatícios sucumbenciais. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. Embargos de declaração acolhidos em parte, com parcial modificação do julgamento. (Embargos de Declaração 02871168020118260000 – Americana – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23198)

Embargos de declaração. Omissão, contradição e obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02801856120118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23242)

Embargos de declaração - Exceção de pré-executividade - Pedido de suspensão da execução - Pretensão cautelar – Relevância da fundamentação do excipiente – Exame sumário - Descabimento da pronta extinção execução - Omissão e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02227520220118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara

Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29282)

Embargos de declaração. Omissão. Contradição e Obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02676803820118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23236)

Embargos de declaração. Omissão e contradição. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 02537228220118260000 – Mogi-Guaçu - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23303)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02992062320118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23356)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente via eleita que não se presta à rediscussão da matéria decidida - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02773267320118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29395)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00709011320118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23528)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02992097520118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23466)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01768659220118260000 – Pirajuí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23531)

Embargos de Declaração - Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Pedido de retificação do quadro-geral de credores - Diferença abissal entre o pleito da credora e o reconhecido pela recuperanda - Declaração de nulidade da decisão agravada - Alegada

contradição e omissão. Inexistência de omissão ou obscuridade. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 03623388820108260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17191)

Embargos de Declaração - Ação Monitória proposta pela Massa Falida - Embargos - Improcedência em primeiro grau - Manutenção - Compensação com fundo de investimentos - Impossibilidade. Inexistência de omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 01066381920078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18929)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02284022620088260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 03/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23697)

Apelação. Direito Empresarial. Propriedade industrial. Pedido de privilégio de invenção junto ao NPI. Patente ainda não concedida. Mera expectativa de direito que não configura violação da patente neste momento. Possibilidade de obtenção por exploração indevida, caso se configure violação de patente, entre a data da publicação do pedido e da concessão da patente, na forma da lei. Autor que não cumpre o ônus de provar o fato constitutivo de seu direito (art. 333, I, do CPC). Cerceamento de defesa. Inocorrência. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00043401020098260248 – Indaiatuba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23527)

Acordo realizado pelas partes - Homologação e extinção do processo. (Apelação Cível 00209111620118260562 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23855)

Fundo de comércio. Trespasse. Sem comprovação das dívidas que ficariam a cargo dos compradores. Impossibilidade de responsabilizá-los. Desatendimento ao artigo 333 I do Código de Processo Civil pelos apelantes. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00497466620108260071 – Bauru – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15815)

Justiça gratuita. Indeferimento. Não basta a mera declaração, a pobreza deve ser comprovada. Ausência. Prazo para comprovação. Lei 1.060/50. Recurso desprovido, com observação. (Agravo de Instrumento 00619119620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15877)

Objeção de executividade. Rejeição. Decisão reformada. Título executivo que não está assinado pelo devedor. Ausência de direito de ação do credor em relação a esse devedor. Objeção acolhida. Execução contra o agravante extinta. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00662682220128260000 – Marília – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15770)

Tutela antecipada. Ação declaratória de inexigibilidade de título de crédito. Deferimento mantido. Presença dos requisitos legais. Prova inequívoca. Possibilidade de ocorrência de sucessão tributária e cláusula contratual, prevendo responsabilidade das vendedoras das quotas sociais pelas contingências descobertas em data posterior à realização do negócio. Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Execução dos títulos causais.

Reversibilidade. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00680368020128260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15769)

Tutela antecipada. Ação cominatória. Obrigação de fazer e não fazer c/c perdas e danos. Indeferimento mantido. Ausência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00828258420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 26/06/2012 – Votação Unânime- Voto nº 15771)

Ação cautelar. Autor que veicula pedido de tutela antecipada e específica de obrigação de não fazer, sob pena de multa diária. Pretensão que deve obedecer ao procedimento previsto no art. 461 e §§ CPC. Falta de interesse de agir para a ação cautelar, uma vez que se busca a antecipação da própria tutela inibitória principal. Recurso desprovido, com extinção da ação cautelar de origem. Art. 267 VI CPC. (Agravo de Instrumento 00086462432012826000 0 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15879)

Dissolução de sociedade. Contrato que prevê a solução de conflitos por arbitragem. Impossibilidade de conhecimento desta questão de ofício pelo juiz. Inteligência do artigo 301, §4º do Código de Processo Civil. Necessidade de a parte contrária suscitar a convenção de arbitragem. Recurso contra essa decisão, provido para anular a r. sentença. (Apelação Cível 001063020118260268 – Itapecerica da Serra – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15816)

Embargos de declaração. Erro material na ementa que deve ser sanada, sem modificação do julgado. Acórdão que examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Acolhidos em parte. (Embargos de Declaração 01839907320098260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15252)

Tutela antecipada. Abstenção de uso de nome comercial. Indeferimento mantido. Ausência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Ré/agravada que usa o nome comercial há mais de 10 anos. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01128221520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15857)

Tutela antecipada. Ação de destituição de sócio administrador. Indeferimento mantido. Ausência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Sócia que exerce a administração da empresa (salão de cabeleireiro) há quase 10 anos, desde antes da morte da mãe dos autores, seus sucessores. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01147024220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15882)

Situação confusa em cumprimento de sentença - Ação de rescisão de contrato (trespasse) julgada procedente, condenando os vendedores à restituição do preço pago e dano moral (R$ 10.000,00) Inclusão de uma terceira (recorrente) em lides conexas (declaratória de inexigibilidade e sustações de protestos) porque cessionária dos títulos Sentença que não dividiu as responsabilidades, sendo inadmissível que se coloque a terceira (cessionária) como devedora solidária da obrigação principal e da verba honorária Provimento, em parte, estabelecendo que a recorrente responde pelas custas da ação declaratória e das cautelares. (Agravo de Instrumento 00748926020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23830)

Apelação declarada deserta por falta de preparo - Recorrente que não é destinatária da Lei 1060/50 e que maneja recurso sem guia de preparo e sem alegar ou provar a necessidade ou dificuldade de cumprir o art. 511, do CPC - Inadmissibilidade - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00778112220128260000 – Votuporanga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23824)

Ruptura da affectio societatis - Medida cautelar promovida por sócia detentora de 35% do capital social visando obter documentos contábeis - Admissibilidade, diante do que consta do art. 1021, do CC - Provimento, em parte, concedendo a exibição para os documentos para os quais o sócio deverá ter acesso. (Agravo de Instrumento 00784227220128260000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23868)

Medida cautelar de produção de provas - Competência a ser definida pelo autor e que se diz vítima de contrafação industrial - Escolha do local do fato e que está de acordo com a diretriz do STJ (AgRg no Agravo de Instrumento 1.182.528 SP), aplicando o art. 100, V, a, parágrafo único, do CPC - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00861090320128260000 – Sertãozinho – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23858)

Recuperação judicial permitida a uma sociedade simples (de enfermagem) há quatro anos - Pedido, agora, de um dos credores, no sentido de extinguir o que se fez em virtude de não ser possível aplicar o regime da Lei 11101/2005 à sociedade simples (Súmula 49, do Tribunal de Justiça) - Incidência da teoria do fato consumado, mantendo o que se realizou, por ser mais produtivo em termos de desenvolvimento social – Não provimento. (Agravo de Instrumento 00870695620128260000 – Santo André – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23851)

Sócia detentora de 35% que não se conforma com o desinteresse do outro sócio em participar de reunião (art. 1073, I, do CC), exigindo que o Judiciário agende data e obrigue participação - Inadmissibilidade, extraindo-se da recusa considerações para futuras decisões sobre os temas pautados - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00906022320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23869)

Agravo de instrumento - Impugnação de crédito arrolado por empresa em recuperação judicial – Decisão que acolhe a impugnação da credora e retifica o valor habilitado, majorando-o de R$ 646.713,54 para R$ 833.132,19 - Demonstração de que dos cálculos apresentados pela administradora judicial não foram abatidos os valores depositados em atraso pela agravante - Necessidade de refazimento dos cálculos Juros e correção monetária que deverão incidir até a data do pedido de recuperação judicial [art. 9º, II e 49, §2º da Lei 11.101/05] - Honorários advocatícios fixados em 10% do valor impugnado que se demonstra desarrazoado diante da singeleza do incidente - Arbitramento da verba em R$ 5.000,00, conforme critérios do §4º do art. 20 do CPC - Provimento, com determinação para elaboração de novos cálculos. (Agravo de Instrumento 00926080320128260000 – Mogi-Mirim – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23889)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 02959472020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23180a)

Marca. Abstenção de uso. Produtos com marcas famosas (“ADIDAS” e “REEBOK”) alvos de pirataria com cópias de qualidade inferior e acabamento fora dos padrões - Contrafação que se constata pela comparação dos produtos apreendidos, dispensado produção de prova pericial

para esse fim - Necessidade de tutelar a propriedade industrial de maneira ampla, protegendo o fabricante que testemunha o aproveitamento parasitário de seu trabalho e investimento, mediante derrame de imitações baratas que deterioram a imagem do produto copiado. Cabimento do dano moral, na forma do arts. 5º, V e X, da CF e 209 da Lei n.º 9.279/96 - Não provimento do recurso do réu e provimento do recurso das autoras, fixando-se a indenização por danos morais em R$ 20.000,00. (Apelação Cível 02277281420098260100 – São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23255)

Ação de obrigação de não fazer. Tutela antecipada deferida para determinar que as requeridas (agravantes) cessem o uso da marca de propriedade das requerentes (agravadas). Recurso para reverter a decisão. Plausibilidade das alegações. Manutenção. Não provimento. (Agravo de Instrumento 02945944220118260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23181)

Embargos declaratórios opostos pelos réus acolhidos para constar que, ante o mínimo decaimento do pedido do autor, fica mantida a verba de sucumbência fixada na r. sentença. Ademais, o dispositivo que deve constar do penúltimo paragrafo é o art. 915, §2º, do CPC. (Embargos de Declaração 02467843620098260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23431a)

Agravo Interno. Decisão monocrática que nega seguimento a recurso manifestamente improcedente. Razões recursais que não convencem do desacerto da decisão recorrida, que fica mantida. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 00094262220128260000 – Boituva – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 29/05/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 24143)

Embargos declaratórios. Omissão existente. Embargos acolhidos para constar que a r. decisão agravada fica mantida no que tange à determinação de avaliação pericial dos imóveis por profissional de confiança do Juízo, já nomeado. (Embargos de Declaração 00275712920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26410)

Declaratória. Afastamento liminar da agravada da administração das sociedades, com a nomeação de administrador judicial, e bloqueio de ações e quotas das sociedades. Pedido de tutela antecipada que tem nítido caráter cautelar. Aplicação do art. 273, § 7º, CPC. Supostas simulações, que teriam sido perpetradas entre as décadas de 1970 e 1990, na transferência de ações e na integralização do capital social. Fatos que demandam maior dilação probatória. Administração das sociedades que é exercida pela agravada há décadas. Ausência do fumus boni iuris e do periculum in mora. Concessão da liminar antes da instauração do contraditório, ademais, que só é possível se aferível a consumação do dano antes da citação, o que evidentemente não é o caso. Correta a r. decisão agravada. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00331331920128260000 – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26057)

Anulação de negócio jurídico. Erro. Compra de estabelecimento comercial sem as cautelas mínimas necessárias. Cerceamento de defesa não configurado. Oitiva de testemunha que se revela desnecessária. Recurso improvido. (Apelação Cível 00103672120118260577 – São José dos Campos – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26393)

Recuperação extrajudicial. Recuperanda que interpôs anteriormente Agravo de Instrumento contra decisão proferida nos autos da recuperação extrajudicial. Distribuição ao Des. Romeu Ricupero. Aposentadoria. Autos redistribuídos ao Des. Francisco Loureiro por determinação do Presidente da Seção de Direito Privado. Prevenção. Presente recurso que tem por objeto decisão também proferida nos autos da recuperação extrajudicial. Recurso não conhecido,

determinada a sua redistribuição. (Agravo de Instrumento 00451871720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26212)

Agravo Interno. Decisão monocrática do relator que negou seguimento ao agravo de instrumento por considerá-lo intempestivo e manifestamente inadmissível. Improvimento. Os honorários do Administrador foram fixados em 2007 e da decisão não houve recurso ao Tribunal. Inexistência de fato novo por conta da substituição do Administrador. Honorários de R$ 5.000,00 mensais que, de todo modo, se justificam para a administração de empresa do porte da agravante. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00547616420128260000 – Bebedouro – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26401)

Embargos de declaração. Omissão inexistente. Acórdão que analisou expressa e integralmente as questões suscitadas no apelo e relevantes ao deslinde da controvérsia, sendo claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada. Inconformismo que deve ser objeto de recurso adequado. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 01647440220068260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26403)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente no recurso. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00401817620108260007 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26411)

Cautelar. Liminar para possibilitar que os agravados possam usar de instalações, maquinários e veículos, descritos na inicial, que deve ser mantida. Disputa que tem origem em dissenção familiar grave porque os agravantes filhos de um dos agravados, depois de receberam em doação a parte da sociedade controladora do grupo de empresas, tirou o pai agravado da direção e com os óbices criados podem impedir o funcionamento da pequena sociedade empresária que funciona e sobrevive nas instalações das demais e com o uso de espaço e bens do grupo empresarial. Presença do “fumus boni iuris” e do “periculum in mora”. Recurso parcialmente provido tão somente para afastar a ordem de fornecimento e uso de forno com utilização de acido nítrico, até que haja licença da Cetesb, e para reduzir a multa de R$500.000,00 para R$ 20.000,00 por dia em caso de descumprimento. (Agravo de Instrumento 00661651520128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26400)

Direito de empresa. Autora que é sócia quotista na sociedade empresária apelante. Obrigação de fazer consistente em exibição de livros e documentos fiscais. Recusa que justificou o ingresso com a ação e direito de acesso que mostram o acerto da r. sentença. Sentença mantida. Recurso improvido. (Apelação Cível 00406552820118260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26421)

Assistência judiciária. Impugnação. Presunção relativa de veracidade da declaração de pobreza. Magistrado que pode indeferir o benefício se tiver fundadas razões para tanto. Apelado que é titular de quotas da sociedade ora dissolvida parcialmente, possui automóvel, ostenta em sua página virtual fotos de viagens internacionais e o nome de sua empregadora e está patrocinado por advogado particular. Elementos que revelam situação financeira incompatível com a pobreza declarada. Recurso provido para revogar o benefício. Dissolução parcial de sociedade. Ação de exclusão de sócio c.c. apuração de haveres. Data-base para o levantamento do balanço especial que deve corresponder a do afastamento de fato do sócio da sociedade. Sócio que não pode ser prejudicado ou beneficiado por atos posteriores praticados

pelos demais. Ausência de elementos que infirmem a exclusão de fato do apelado no final de agosto de 2010, tal como por ele próprio declarado em sua página virtual. Data-base para a apuração de haveres que é ora fixada em 1º de setembro de 2010. Recurso provido. (Apelação Cível 00153146620118260562 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26405)

Assistência judiciária. Impugnação. Presunção relativa de veracidade da declaração de pobreza. Magistrado que pode indeferir o benefício se tiver fundadas razões para tanto. Apelado que é titular de quotas da sociedade ora dissolvida parcialmente, possui automóvel, ostenta em sua página virtual fotos de viagens internacionais e o nome de sua empregadora e está patrocinado por advogado particular. Elementos que revelam situação financeira incompatível com a pobreza declarada. Recurso provido para revogar o benefício. Dissolução parcial de sociedade. Ação de exclusão de sócio c.c. apuração de haveres. Data-base para o levantamento do balanço especial que deve corresponder a do afastamento de fato do sócio da sociedade. Sócio que não pode ser prejudicado ou beneficiado por atos posteriores praticados pelos demais. Ausência de elementos que infirmem a exclusão de fato do apelado no final de agosto de 2010, tal como por ele próprio declarado em sua página virtual. Data-base para a apuração de haveres que é ora fixada em 1º de setembro de 2010. Recurso provido. (Apelação Cível 90000418820118260562 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26405)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Desconsideração da pessoa jurídica. Elementos de convicção que permitem a aplicação do instituto para que se possa atingir bem dos sócios. Má administração da empresa, encerramento irregular e posterior liquidação com levantamento de haveres pelos sócios sem o pagamento dos credores, evidenciando abuso da personalidade jurídica, o que motiva a sua desconsideração. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00845180620128260000 – Sumaré – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26347)

Franquia. Rescisão contratual. Franqueado pessoa física substituído, por meio de cessão de posição contratual, pela pessoa jurídica da qual participa como acionista. Pessoa física que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação. Extinção do processo em relação ela. Recurso provido para tanto. (Apelação Cível 01740274920068260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26353)

Marca. Contrafação. Dano moral. Produtos Louis Vuitton. Ausência de circulação, por força de apreensão, que não impede a condenação por danos morais. Constrangimento e dissabor de ver a marca, cujo prestígio se construiu com anos de comprovada qualidade, ser falsificada para venda ao consumidor. Jurisprudência do STJ e do TJSP. Arbitramento em R$ 10.000,00 que leva em conta o fato de os produtos contrafeitos não terem circulado e a necessidade de dissuadir a pirataria em desprestígio da marca alheia. Recurso provido. (Apelação Cível 00320953720092605 62 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26420)

Apelação. Ação de complementação de ações. Inépcia não caracterizada. Prescrição. Inocorrência. Exegese dos arts. 205 e 2.028 do CC. Contrato de participação financeira. Plano de expansão de rede de telefonia. Perdas e danos equivalentes à diferença do valor dos títulos na data de integralização e de emissão das ações. Súmula 371/STJ. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00024657420108260634 – Tremembé – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 – Votação Unânime - Voto nº 23537)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Litisconsórcio ativo. Possibilidade. Precedentes desta Câmara que reconheceram a possibilidade, em tese, de pedido de recuperação judicial em litisconsórcio ativo, desde que presentes elementos que justifiquem a apresentação de plano único, bem como a posterior aprovação de tal cúmulo subjetivo pelos credores. Pedido formulado por três sociedades empresárias distintas, detidas direta ou indiretamente por dois irmãos. Grupo econômico de fato configurado. Estabelecimento de uma das sociedades em cidade e estado diversos. Irrelevância no caso concreto, principalmente em razão desta empresa não possuir empregados. Ausência de credores trabalhistas fora da Comarca de Itatiba. Administrador judicial que demonstra a relação simbiótica das empresas. Pedido de litisconsórcio ativo que atende à finalidade última do instituto da recuperação judicial (superação da crise econômico-financeira das empresas). Decisão reformada. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 02811876620118260000 – Itatiba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23173)

Apelação. Direito de empresa. Nome de domínio. Condição de notoriedade não comprovada no caso. Marca, todavia, conhecida pelos serviços que presta na internet. Manifesta intenção da ré de usurpar o bom nome de domínio conquistado pela autora. Abuso de direito configurado. Transferência do nome de domínio mantida. Indenização afastada, ante a completa ausência de comprovação dos efetivos prejuízos alegados. Sentença reformada. Apelo a que se dá parcial provimento. (Apelação Cível 01848137620118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23310)

Agravo regimental contra decisão monocrática que antecipou parcialmente os efeitos da tutela. Decisão irrecorrível (art. 527, parágrafo único, CPC). Agravo regimental não conhecido. Agravo de instrumento. Direito de empresa. Justiça gratuita. Ausência de elementos que justifiquem a concessão do benefício. Indícios de condições financeiras favoráveis. Benefício corretamente indeferido. Ação de obrigação de fazer (abstenção de uso de marca), cumulada com pedido de indenização por danos morais e materiais. Correção ex officio do valor da causa. Exegese do art. 259, II e V do CPC. Antecipação dos efeitos da tutela relativos à marca. Questões que demandam dilação probatória. Busca e apreensão de bens. Cláusula contratual que excetua a transferência de bens de uso pessoal que se encontrem no estabelecimento comercial. Bens pleiteados pelos recorrentes que possuem caráter eminentemente pessoal. Inexistência, todavia, de provas de que os objetos se encontrem no local indicado, que, diante do risco de deterioração, recomendam tão-somente o deferimento da constatação dos bens, nomeando-se a ré pessoa-física como depositária. Agravo parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00676219720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23349)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Ação com pedido de tutela constitutiva negativa, versando sobre nulidade de sentença arbitral. Tutela antecipada. Não cabimento. Sentença arbitral que, em princípio, deve ser preservada. Mérito não sujeito a controle judicial. Via paraestatal de solução de conflitos livremente eleita pelas partes. Estudo das teses deduzidas que demanda cognição profunda e inviável nesta etapa do processo. Ausência, ademais, de periculum in mora. Possibilidade de execução que não configura, por si só, esse requisito legal. Pendência de ação com pedido de desconstituição dos efeitos da sentença arbitral não obsta a respectiva execução. Decisão de primeiro grau mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00699638120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23128)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Integral observância dos arts. 9º, II, e 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05. Multa indenizatória de 50% (arts. 467 e 477 da CLT). Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Multa prevista no art. 475-J do CPC, todavia, que deve ser excluída em razão da impossibilidade de a agravante efetuar espontaneamente o pagamento do valor da condenação. Decisão reformada. Agravo a que se

dá parcial provimento. (Agravo de Instrumento 00704938520128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23167)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Integral observância dos arts. 9º, II, e 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05. Multa indenizatória de 50% (arts. 467 e 477 da CLT). Valor que deve ser computado no crédito dos agravados. Multa prevista no art. 475-J do CPC, todavia, que deve ser excluída em razão da impossibilidade de a agravante efetuar espontaneamente o pagamento do valor da condenação. Crédito da coagravada relativo a honorários advocatícios sucumbenciais. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. Decisão reformada, em parte. Agravo a que se dá parcial provimento. (Agravo de Instrumento 00729699620128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23206)

Agravo. Recuperação judicial. Habilitação de crédito. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Multa por inadimplência. Art. 467 e 477, CLT. Valor que deve ser computado na base de cálculo para cômputo das verbas sucumbenciais devidas. Honorários advocatícios sucumbenciais. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. Decisão reformada apenas para reclassificar o crédito do agravado. Agravo provido, em parte. (Agravo de Instrumento 00800292320128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23302)

Agravo de instrumento. Ação ajuizada contra a massa falida. Legitimidade da falida para intervir na causa. Possibilidade reconhecida, em tese, em razão da vacilação jurisprudencial. Precedente da Câmara Reservada de Falências. Recurso conhecido e improvido. Intervenção da falida que, no caso, somente tumultuaria o feito. Preclusão. Falida que, instada para tanto, não justifica o título de sua intervenção, deixando transcorrer "in albis" o prazo (art. 473 do CPC). Justiça gratuita. Indeferimento. Ausência de elementos que autorizem a concessão do benefício. Atribuição de efeito suspensivo a agravo interposto perante o STJ, cujo teor apenas suspendeu a realização de leilão e não interfere no prosseguimento da presente causa. Decisão mantida. Agravo improvido. Embargos de declaração prejudicados, em razão do julgamento do agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento 00824326220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23366)

Apelação. Direito Empresarial. Ação cominatória cumulada com reparação de danos. Suposta violação de patente de invenção. Prescrição. Inocorrência. Ausência de elementos que permitam conclusão segura acerca da data em que surgiu a pretensão. Declaração de caducidade que foge à competência do Poder Judiciário. Sentença reformada. Apelo a que se dá provimento, com determinação. (Apelação Cível 01680015620118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23437)

Apelação. Ação de falência. Ré que, em seu apelo, não se desincumbe do ônus de deduzir os fundamentos de fato com base nos quais pretende a reforma da sentença que julgou elidido o pedido de falência formulado em seu desfavor (art. 514, II, do CPC). Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00034258820068260272 – Itapira – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23496)

Apelação. Direito de empresa. Ação declaratória de nulidade de convocações de reuniões de sócios, cumulada com pedido de exibição de documentos e esclarecimentos. Preliminar de deserção afastada. O preparo insuficiente, com a falta de recolhimento de quantia insignificante, não acarreta a deserção. Falta de interesse. Inocorrência. Inexistência de provas de que haja outros documentos a serem exibidos. Exigências de esclarecimentos e apresentação de recibos, planilhas e notas fiscais que, em verdade, ensejam verdadeira prestação de contas, pretensão esta incompatível à ação ajuizada. Honorários advocatícios. Revisão do ônus da sucumbência em respeito ao princípio da causalidade (art. 21, parágrafo único, do CPC). Sentença reformada. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível 01835519120118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23485)

Agravo de instrumento. Agravante que tem sua falência decretada, e, no entanto, não é intimada de tal decisão. Prazo para a interposição de eventuais recursos devolvido. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 00919187120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23442)

Agravo de Instrumento. Recuperação judicial. A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade em recuperação judicial, para atingir o patrimônio particular de sócios de responsabilidade limitada, pode ser declarada incidentalmente, desde que observada a ampla defesa, o contraditório e o devido processo legal (art. 50 do Código Civil). Não observados os princípios constitucionais, impõe-se a revogação da ordem de indisponibilidade dos bens particulares dos sócios. Recurso prejudicado, em parte, em razão do deferimento do processamento conjunto da recuperação judicial das empresas agravantes. Agravo conhecido, em parte, e provido na parte conhecida. (Agravo de Instrumento 00999359620128260000 – Itatiba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23505)

Recuperação judicial. Créditos oriundos de contratos bancários. Subsunção à recuperação judicial que, no entanto, não afasta a possibilidade de a agravante acionar os coobrigados ao pagamento do crédito. Artigo 49, §1º, da mencionada lei. Doutrina e jurisprudência sobre o tema. Multa bem fixada para o caso de descumprimento. Recurso provido em parte para a ressalva da execução dos garantidores do crédito sujeito à recuperação. (Agravo de Instrumento 01085134820128260000 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26394)

Embargos de declaração. Omissão e contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00504615920128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23582)

Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Imposição de multa por litigância de má-fé. (Embargos de Declaração 00518057520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23606)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00588130620128260000 – São João da

Boa Vista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23597)

Embargos de declaração. Omissão e contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00657945120128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23599)

Embargos de declaração. Omissão e contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00671273820128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23603)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05, não impõe, e sim faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Observância do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/05. Juros simples, de 1% ao mês e "pro rata die", também devem ser computados até a data do pedido de recuperação judicial. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01094419620128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23562)

Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Obrigação de não-fazer. Decisão que defere prova pericial requerida pela parte adversa. Provas requeridas pela recorrente ainda não apreciadas. Recurso que, a rigor, não poderia sequer ser conhecido. Inexistência de fundamentos que embasem a reforma das decisões prolatadas pelo juízo de primeiro grau. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01111506920128260000 – Pirassununga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23581)

Competência. Res. 538/2011. Matéria ligada a direito autoral e disciplinada pela Lei 9.609/98 que não se insere na competência exclusiva das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Não conheceram do recurso e determinaram a redistribuição. (Agravo de Instrumento 01248700620128260000 – Votuporanga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26506)

Embargos de declaração. Omissão. Contradição. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Imposição de multa por litigância de má-fé. (Embargos de Declaração 92662872720088260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23596)

Liminar que sócia minoritária deseja obter, inaudita altera parte, proibindo que o administrador da sociedade realize operações negociais típicas das atividades fins - Inexistência de provas de que o administrador favorece concorrente com o propósito de depreciar ativos da sociedade Não provimento. (Agravo de Instrumento 01050717420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24093)

Agravo - Sócia que busca obter condenação dos demais sócios aos pagamentos mensais correspondentes aos lucros distribuídos e que foram interrompidos - Ausência de prova

inequívoca - Necessidade de serem os réus citados para defesa dos interesses (art. 5º, LV, da Constituição Federal) – Não incidência do art. 273, do CPC - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01084684420128260000 – Presidente Prudente – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24085)

Pedido de reconhecimento de sociedade de fato. Alegação de que as partes eram sócias em escritório de advocacia. Impossibilidade. Não comprovação de qualquer acordo entabulado pelas partes. Ademais, autor que não é advogado, não podendo figurar como sócio da requerida nesta qualidade. Sentença de improcedência mantida. (Apelação Cível 01215255720118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24090)

Agravo interposto por litigante sem os benefícios da gratuidade judiciária - Ausência da guia de preparo e da guia de remessa e retorno - Inadmissibilidade - Não conhecimento. (Agravo de Instrumento 01042108820128260000 – Salto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24095)

Tutela antecipada que se pretende obter inaudita altera parte - Sociedade que está (ou ficou) em situação irregular devido ao falecimento de um dos sócios - Divergências sobre apuração e pagamento dos haveres - Necessidade de manter incólume o patrimônio social - Provimento, em parte, para ampliar o espectro da indisponibilidade dos bens da sociedade e incluir na proibição atos de garantia (direitos reais de garantia), negando a indisponibilidade de bens particulares da sócia. (Agravo de Instrumento 01107176520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24104)

Gratuidade judiciária - Sociedade comercial que postula a mercê da Lei 1060/50 e não faz prova de crise econômica ou dificuldade momentânea de recolher as taxas judiciárias – Inadmissibilidade de concessão da gratuidade - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01165879120128260000 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24119)

Embargos à execução. Execução de multa que fez parte de acordo realizado entre as partes em audiência na qual acordaram em dissolver a sociedade, e os réus, ora embargantes, concordaram em apresentar documentos não encartados na cautelar de exibição, sob pena de multa diária de R$ 500,00. Alegação de inúmeras irregularidades ocorridas no trâmite processual. Não ocorrência. Sentença que delimita o período de cobrança da multa. Provimento, em parte, para reduzir a multa pela metade. (Apelação Cível 00104095819988260114 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24089)

Rescisão de contrato de compra de estabelecimento comercial. Negócio de transferência que se frustra em decorrência de grave omissão do vendedor, já que o empreendimento não tinha alvará de funcionamento. Inadimplemento configurado pela quebra de confiança e da boa-fé objetiva. Sentença que determina o regresso das partes ao status quo ante. Apelo para reforma. Como o autor explorou o patrimônio transferido até o encerramento das atividades (que continuaram em outro local), é justo que se compense o valor da restituição com o do patrimônio ativo. Provimento, em parte, para este fim. (Apelação Cível 00008821320108260292 – Jacareí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24114)

Tutela antecipada - Conhecido grupo empresarial que fez do patronímico “Fasano” marca notória em diversos segmentos, inclusive para produtos relacionados com serviços de alimentação, condimentos, especiarias e essências alimentícias (n. 811008487, do INPI) - Pretensão por ele deduzido para obstar que sociedade instalada em Pernambuco comercialize

azeite de oliva com o nome “Torre di Fasano” - Ofensa à propriedade industrial e risco de confusão - Tutela antecipada admitida, ainda que inaudita altera parte - Provimento. (Agravo de Instrumento 01135522620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24117)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. O prequestionamento exigido pelas Cortes Superiores é temático, e não numérico. (Embargos de Declaração 02626874920118260000 - São Paulo – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23587)

Embargos de declaração. Omissão. Contradição. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02925400620118260000 – São João da Boa Vista - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23584)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 03066553220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23252a)

Embargos declaratórios - Caráter infringencial - Inadmissibilidade, por afronta ao art. 535, I e II do CPC – Rejeição de ambos os embargos. (Embargos de Declaração 00020149820108260068 – Barueri - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22676a)

Embargos declaratórios - Erro material - Declaração equivocada de nulidade de atos processuais por falta de habilitação dos herdeiros, quando na verdade esses já integravam a lide principal - Embargos acolhidos com efeito modificativo para negar provimento ao agravo de instrumento, pois inócua a suspensão do processo pretendida pelos agravantes. (Embargos de Declaração 02754420820118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23265a)

Embargos à execução - Cédula de crédito bancário - Título executivo válido por força de lei – Não reconhecimento de suposta inconstitucionalidade da lei que criou a cédula de crédito bancário - Liquidez, certeza e exigibilidade demonstradas pelos documentos que acompanharam os autos – Previsão contratual de capitalização de juros - Autorizada capitalização mensal dos juros pela MP 2.170-36 - Recurso parcialmente provido, apenas para afastar do polo passivo da execução a empresa que teve o plano de recuperação judicial deferido, permanecendo a execução em face do avalista. (Apelação Cível 00115919120088260320 – Limeira – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16792)

Habilitação de crédito. Crédito fiscal da União Federal. Reconhecimento de prescrição quinquenal. Alegação de que o termo inicial da contagem do prazo prescricional não se confunde com a data do lançamento ou de sua notificação. Natureza tributária do crédito, incidindo o art. 174 do CTN. A constituição definitiva do crédito ocorre no momento em que o contribuinte recebe a notificação ou aviso com a quantia fixada e o vencimento da dívida, tornando-se o lançamento definitivo. A inscrição da dívida ativa não é marco interruptivo da prescrição, pois ela não é forma de constituição do crédito tributário. Como não fora efetivada a regular citação do contribuinte antes de transcorridos cinco anos da data da constituição definitiva do crédito tributário, ocorreu a prescrição. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento

02335961120118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16750)

Recuperação judicial. Crédito quirografário constituído anteriormente à distribuição do pedido de recuperação judicial. Decisão agravada que considerou sua existência a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória, proferida ulteriormente ao pedido da recuperanda. Reforma da decisão, pois o evento que ensejou a responsabilidade civil da agravante é o marco inicial da existência do crédito. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Sujeição do crédito ao plano de recuperação, como quirografário, podendo ser habilitado de forma retardatária. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02802522620118260000 – Sertãozinho – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16801)

Contrato de participação financeira. Plano de expansão de rede de telefonia. Pedido que visa à complementação das ações devidas como contraprestação ao investimento inicial dos autores, bem como indenização pelo seu inadimplemento. Procedência. Recurso da ré, pretendendo a reforma da decisão com fulcro, dentre outras teses, na prescrição da pretensão do recorrido, bem como na inexistência de relação de consumo. Jurisprudência tranquila desta Câmara Reservada de Direito Empresarial, no sentido da existência de relação de consumo, no cabimento da inversão do ônus da prova constante do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor, na natureza pessoal do direito à complementação de ações, bem como na aplicabilidade da Súmula 371 do C. STJ. O valor das ações deve corrigido com base nos valores apurados nos balancetes do mês da integralização de cada uma delas. Decisão mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 01934046120108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16732)

Sociedade limitada. Falecimento de sócio que provoca a resolução parcial do contrato social. Já ajuizada pelos herdeiros ação de liquidação das quotas do sócio falecido, pendente ainda de determinação do valor a ser pago. Pedido formulado pela sociedade e pelos sócios remanescentes, de expedição de alvará judicial, para averbação do falecimento no contrato social e alteração perante a JUCESP, nos termos de seu Enunciado nº 15. Herdeiros do sócio falecido que se convertem apenas em credores da sociedade pelo valor patrimonial das quotas sociais, nos termos do art. 1.028 do Código Civil. Inadequação de se impedir a alteração do contrato social enquanto o valor das quotas não for liquidado. Recurso provido, determinando a expedição do alvará. (Agravo de Instrumento 02967275720118260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16776)

Ação de prestação de contas. Decisão que determinou ao réu o traslado de cópia de seus livros contábeis e declaração de renda para instrução processual. Descabida a decisão sem determinação prévia de perícia contábil, que se ocupará da análise de tais documentos. Inadmissibilidade e impertinência da realização de prova pericial contábil na primeira fase da ação, devendo-se aguardar o julgamento da ação declaratória distribuída por dependência para só então, em caso de procedência, ser realizada a perícia contábil, já na segunda fase da ação de prestação de contas. Recurso provido, com observação. (Agravo de Instrumento 03009453120118260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 – Votação Unânime - Voto nº 16803)

Propriedade industrial. Marca registrada "CASSINO". Autora que ingressa com ação de abstenção de uso cumulada com pedido de indenização em face da ré, a qual comercializa produtos com a marca semelhante "CASINO" para a mesma classe de produtos da marca registrada da autora. Decisão interlocutória de deferimento integral da antecipação da tutela pretendida pela autora, determinando abstenção de comercialização, pelas corres. Decisão posterior de reconsideração parcial da primeira, limitando a antecipação da tutela aos produtos

azeitonas em conserva e azeite de oliva, para os quais restaram comprovados os requisitos da antecipação da tutela. Recurso da autora, pleiteando reforma da decisão que reconsiderou antecipação integral da tutela, para que tutela integral, ou mais ampla do que a da decisão agravada, seja restaurada. Elementos coligidos em nível de cognição sumária que não permitem ampliação da tutela antecipada. Recurso da ré, pleiteando reforma tanto da decisão que deferiu integralmente a tutela antecipada, quanto da decisão que reconsiderou parcialmente a decisão anterior. Autora que dispõe de marca registrada junto ao INPI para a classe 29, fazendo jus à abstenção de uso de sua marca em produtos incluídos na referida classe e objeto de exploração comercial comprovada por parte da ré. Registro da autora que teve vigência prorrogada para até 2020. Autora que teve contrato de fornecimento com grande cliente suspenso em virtude da similitude entre as duas marcas. Configuração do "periculum in mora". Recursos de autora e réu improvidos. (Agravo de Instrumento 03029095920118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16492)

Ação de dissolução parcial da sociedade - Os autores da presente ação requerem a dissolução parcial da sociedade e indenização por danos morais, além da apuração de haveres do sócio retirante - A juíza extinguiu o processo sem resolução do mérito, que tramitou no Foro Regional do Jabaquara, por ter verificado litispendência com outra ação ajuizada no Foro Central além de incompetência pelo valor da causa - Recorrem os autores pedindo a reforma da sentença para determinar o normal trâmite do feito - Prevento é o Foro Central, que efetuou a primeira citação válida - Além disso, o valor da causa é superior a 500 salários mínimos, sendo, nos termos do art. 54, I, da Resolução 2/76 deste Tribunal de Justiça, competência absoluta do Foro Central - Recurso provido, para cassar a r. sentença de extinção e determinar a reunião dos feitos e sua tramitação normal. (Apelação Cível 00135284920108260003 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Voto nº 16707)

Agravo regimental. Decisão que encaminhou os autos ao Administrador Judicial para manifestação acerca da suficiência do depósito efetuado pela empresa em recuperação judicial. Ausência de gravame passível de recurso por agravo de instrumento. Decisão ordinatória. Recurso improvido. (Agravo Regimental 03028169620118260000 – Poá – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16780)

Ação de abstenção de uso de marca cumulada com indenização por danos morais e materiais. Autora atuante por longa data na área de radiodifusão sob a denominação "TUPI" e expressões derivadas, submetidas a registro perante o INPI e também como denominação empresarial. Proteção da marca titularizada pela autora nos termos do artigo 130 da Lei nº 9.279/96. Ré que não nega utilização da marca “TUPI” na mesma classe de atividades de radiofusão, limitando-se a alegar prescrição da pretensão da autora e "supressio". Autora que, durante anos, tem ingressado com ações judiciais destinadas a combater prática reiterada de sócios da ré de, por meio de pessoas jurídicas e empresas distintas, violar direitos marcário seus. Inocorrência de supressio ou de prescrição. Dever de indenizar danos materiais e morais configurado. Danos materiais correspondentes àquilo que pagaria a ré pelo licenciamento da marca TUPI. Violação à imagem da autora e diluição da marca que justificam indenização por dano moral. Agravo retido da autora improvido face ao não preenchimento dos requisitos. Ré que deve arcar integralmente com custas e despesas processuais. Honorários advocatícios em 20% sobre o valor da condenação. Recurso da ré não provido. Recurso da autora parcialmente provido. Agravo retido da autora improvido. (Apelação Cível 00131905120108260011 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16137)

Execução de multa diária. Astreintes decorrentes de descumprimento de obrigação determinada processo de recuperação judicial, consistente da apresentação de extratos

analíticos de contas vinculadas a contratos bancários. Não cabimento. Ausência de intimação pessoal para cumprimento de obrigação de fazer. Súmula n. 410 do C. STJ. Multa incabível. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00819415520128260000 – estrela d'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16798)

Ação cautelar. Exclusão de sócio minoritário por decisão tomada pela maioria em assembleia. Sociedade limitada, cujo contrato social prevê a possibilidade de exclusão em razão da prática de atos graves, que coloquem em risco a continuidade da empresa, em consonância com o art. 1.085 do Código Civil. Recorrente sócio minoritário que já se encontra afastado da administração da sociedade, em razão de anterior deliberação social. Inocorrência de situação atual que possibilite a prática de atos graves, suficientes a colocar em risco a continuidade da empresa. Insuficiência de simples desarmonia entre os sócios, ou desaparecimento da affectio societatis, à vista do que exige o art. 1.085 do Código Civil. Possibilidade da ocorrência de dano de difícil reparação e fumus boni juris, suficientes para suspender os efeitos da deliberação social, até que se examine a sua validade. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00824291020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16286)

Ação de dissolução parcial da sociedade - O autor da presente ação requer sua saída da sociedade, com a respectiva apuração do patrimônio líquido referente às suas cotas sociais - O juiz extinguiu o processo sem resolução do mérito, que tramitou no Foro Central, por ter verificado litispendência com outra ação ajuizada no Foro Regional do Jabaquara, primeiramente despachada (o Juiz aplicou o art. 106 do CPC) - Recorre o autor pedindo a reforma da sentença para determinar o normal trâmite do feito, sendo medida necessária a aplicação do art. 219 do CPC e não do art. 106, pois a competência dos Foros Regionais é absoluta - Prevento é o Foro Central, que efetuou a primeira citação válida - Além disso, o valor da causa é superior a 500 salários mínimos, sendo, nos termos do art. 54, I, da Resolução 2/76 deste Tribunal de Justiça, competência absoluta do Foro Central - Recurso provido, para determinar a tramitação normal do feito. (Apelação Cível 01597135620108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16708)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Determinação de redistribuição dos autos a uma das Câmaras da Subseção I, de Direito Privado implícita no julgado, que inclusive, já teve o pedido de liminar apreciado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00259128220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16754)

Embargos de declaração - Inexistência de contradição ou qualquer outro vício no aresto - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01999867720108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16758)

Embargos de declaração - Ausência de manifestação a respeito do pedido formulado pelo apelado para condenação da apelante nas penas de litigância de má-fé - Omissão caracterizada - Conhecimento do recurso - Embargos acolhidos, sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 00034224020108260581 – São Manuel – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16753)

Embargos de declaração. Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Prequestionamento explícito. Desnecessidade de mencionar artigos de lei a cada ponto do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00458359420128260000 – Limeira – 1ª Câmara Reservada de

Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16755)

Habilitação de crédito. Devedora em regime de recuperação judicial. Honorários advocatícios. Cabimento. Caráter contencioso. Precedentes da Câmara Reservada de Direito Empresarial e do C. STJ. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01116149320128260000 – Jaboticabal – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16759)

Competência - Agravo interposto contra decisão proferida nos autos de ação de execução processada perante uma das Varas Cíveis da Capital, em que uma das partes se encontra em recuperação judicial, mas cujo objeto da controvérsia diz respeito a crédito extraconcursal - Demanda não se sujeita nem às regras especiais da Lei nº 11.101/05, nem é atraída para o Juízo da recuperação judicial, o qual não é universal - Conflito de Competência já julgado por este E. Tribunal relativo à mesma causa e envolvendo as mesmas partes que, ademais, reconheceu não ser da Câmara Especializada de Direito Empresarial a competência para o julgamento do litígio – Redistribuição dos autos a uma das Câmaras da Segunda Seção de Direito Privado. (Agravo de Instrumento 01055491920118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16872)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista transitada em julgado habilitado como privilegiado. Habilitando que comprovou origem de seu crédito, preenchendo o requisito do artigo 9º, III da Lei nº 11.101/05. Recuperanda que agrava alegando que crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial, segundo a qual todos os créditos posteriores seriam tidos como subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso Especial que não suspende o efeito da aludida decisão, a qual se aplica, até que e se reformada. Inadequação do 'quantum' habilitado. Valor da habilitação que deve ser corrigido. Agravo Regimental prejudicado. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01965707620118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16811)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista transitada em julgado habilitado como privilegiado. Habilitando que comprovou origem de seu crédito, preenchendo o requisito do artigo 9º, III da Lei nº 11.101/05. Recuperanda que agrava alegando que crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial, segundo a qual todos os créditos posteriores seriam tidos como subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso Especial que não suspende o efeito da aludida decisão, a qual se aplica, até que e se reformada. Agravo Regimental prejudicado. Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02175772720118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16804)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista constituído em parte antes e em parte depois da distribuição do pedido de recuperação judicial. Ausência de discriminação, no pedido de habilitação, que deveria ter sido instruído com cópia da inicial e da sentença trabalhista, somado a memória de cálculo da parcela do crédito formado antes e da parte do crédito formado depois do pedido de moratória. Ausência de qualquer elemento a tal respeito que impede a habilitação. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02248774020118260000 – Americana –

1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16853)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista que passou a existir antes da distribuição do pedido de recuperação judicial. Parte do valor pretendido pelo recorrente que está sujeito aos efeitos da recuperação judicial e o restante que fica fora dos efeitos do benefício. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02416713920118260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16505)

Ação de nomeação de administrador provisório de pessoa jurídica - Pedido de tutela antecipada, para nomeação de administrador para a sociedade, que se encontraria acéfala, por força da morte dos dois sócios - Premissa que não se mostrou verdadeira, uma vez que, por força de decisão judicial proferida nos autos do inventário de um dos sócios falecidos, foi a viúva nomeada administradora provisória da sociedade - Elementos dos autos que revelam, ao menos em um juízo perfunctório, que a sociedade é administrada de fato pelos herdeiros de um dos sócios e se mostra lucrativa – Eventual divergência quanto aos métodos de administração, ausência de prestação de contas, ou de distribuição de lucros, que escapam da causa de pedir inicial e não autorizam a medida radical de nomeação de administrador provisório - Ausência dos requisitos do art. 273 do CPC - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00369569820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16799)

Incidente de execução de multa diária. Decisão que rejeitou pedido de litispendência entre os incidentes envolvendo o Banco do Brasil e o Banco Nossa Caixa S.A. Desacerto. Incorporação. Haveres, devedores e obrigações da Nossa Caixa que passaram para o Banco do Brasil, a quem cabe responder pela ordem de obrigação fazer, sob pena de configurar dupla execução contra a mesma pessoa. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00839863220128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16793)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão e contradição inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Prequestionamento – Caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02433411120088260100 - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12401)

Recurso - Embargos de declaração - Contradição inexistente - Coerência entre o fundamento e o dispositivo do julgado - Caráter infringente da insurgência – Inadmissibilidade - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02967344920118260000 – Laranjal Paulista - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12346)

Competência recursal - Ação de manutenção de posse de espaços destinados ao comércio de varejo dentro do Terminal Metropolitano da EMTU/SP em Santo André – Disputa possessória de área destinada à exploração comercial em estação de trem - Natureza de direito administrativo do liame decorrente de Termo de Concessão de Uso de bem público - Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes das Seções de Direito Público desta E. Corte - Observância do disposto no artigo 2º, II, alínea "a", da Resolução nº 194/2004, na alínea IX da

Seção de Direito Público do Provimento nº 63/2004 e do Provimento nº 71/2007, todos desta E. Corte - Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 02674283520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12270)

Recurso - Embargos de declaração de Embargos de Declaração - Omissão, contradição e obscuridade inexistentes – Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 03010146320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12363)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão inexistente - Alegação de matéria atacada e decidida em primeiros embargos de declaração - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado caráter manifestamente protelatório - Imposição de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa - Artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil - Embargos rejeitados, com determinação. (Embargos de Declaração 01841818420108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12422)

Tutela antecipada - Obrigação de fazer – Determinação judicial para que os réus, membros dos Conselhos Consultivos de duas sociedades empresariais em má situação financeira, autorizem a contratação dos empréstimos bancários solicitados pelo diretor-presidente/administrador em vista da necessidade de manutenção das atividades, sob pena de multa diária em caso de descumprimento - Concessão parcial - Verossimilhança do alegado e perigo de dano de difícil reparação presentes no caso concreto - Mudança de postura repentina dos sócios e dos demandados com relação à outorga de autorizações concedidas entre os anos de 2009 e 2011 - Pessoas jurídicas que devem ser preservadas ativas para cumprirem as obrigações de grande porte assumidas, dado o excepcional peso econômico e social de ambas no município onde estão sediadas - Autorização, em caráter precário, restrita à renovação das operações de crédito anteriormente autorizadas e garantidas pessoalmente pelo diretor-presidente/administrador - Medida que supre a resistência dos Conselhos Consultivos das sociedades, ora considerada injustificada, e importa na desnecessidade da imposição de multa diária - Agravo de instrumento provido em parte e "embargos de declaração" prejudicados. (Agravo de Instrumento 02955462120118260000 – Bauru - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12318)

Recuperação judicial. Pedido de alienação de bem imóvel deferido. Credor agravante alega que ainda que essa possibilidade conste do Plano de Recuperação, haverá tal pretensão de ser submetida à aprovação dos credores, caso haja objeção ao Plano. Ressalta, ainda, que o art. 66 da LFR não ampara a venda de bens ou direitos, mormente sem utilidade ou sem que tenha sido ouvido o Comitê, ou, caso este não exista, o Administrador Judicial, o que não ocorreu no caso. Possibilidade da alienação, desde que haja utilidade reconhecida pelo juiz. Desmobilização de ativos não operacionais que reduzirá a dependência da empresa de capital de terceiros. Evidente a utilidade para a recuperação da empresa. Não consta dos autos que houve objeção ao Plano ou que o mesmo tenha sido aprovado, de forma que se mostra desnecessário submeter o procedimento a nova aprovação dos credores. Para que a recuperanda cumpra o Plano de Recuperação Judicial, esta faz jus à possibilidade de alienação dos seus bens imóveis não operacionais. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00393813520118260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16749)

Impugnação de crédito. Execução movida pelo impugnante contra a recuperanda, cujo objeto consiste de quatro cheques Em julho de 2008, as partes se compuseram, ocasião em que a

recuperanda reconheceu-se devedora do valor de R$ 93.460,83, sendo, portanto, este o valor atualizado da dívida. Pelo acordo, as partes convencionaram o valor de R$ 43.200,00, a ser pago pela executada em 36 parcelas mensais e consecutivas de R$ 1.200,00 cada uma. Devedora que quitou apenas 6 das 36 parcelas ajustadas, entre os meses de julho e dezembro de 2008. Contudo, cálculo apresentado pelo impugnante não corresponde ao valor do crédito, tendo em vista que desconsidera as seis parcelas pagas pela recuperanda. Para a correta apuração do crédito em questão deve-se seguir os cálculos apresentados pela Adminstradora Judicial. Alegação da recuperanda de que o acordo não produziu efeitos, tendo em vista ter sido assinado por advogado sem poderes, não persiste, diante de comportamento concludente anterior e teoria da aparência Mostra-se justa a inclusão do crédito do impugnante no valor de R$ 68.406,27. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01384738320118260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16752)

Habilitação de crédito. Pedido de habilitação com base apenas em nota fiscal, sem comprovação da entrega da mercadoria. Dever de comprovação da parte que alega a existência do crédito. Habilitação negada. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02515775320118260000 – Jaboticabal – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16730)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista que passou a existir antes da distribuição do pedido de recuperação judicial. Parte do valor pretendido pelo recorrente que está sujeito aos efeitos da recuperação judicial e o restante que fica fora dos efeitos do benefício. Falta, no entanto, de discriminação da parte do crédito constituído antes e depois do pedido de recuperação, que inviabiliza a habilitação. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02535686420118260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16777)

Dissolução parcial de sociedade. Honorários advocatícios. Sentença de procedência. Negócio jurídico de transação perfeito e acabado no exato momento em que firmaram as partes petição conjunta de acordo. Partes transacionaram no sentido da sucumbência recíproca, o que foi observado pelo MM. Juízo. Conduta da parte que representa verdadeiro “Venire contra factum próprio” e resvala na litigância de má-fé. Sentença mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 02565759420078260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16687)

Ação cautelar de exibição de documentos. Sentença de procedência. Alegação de que os documentos cuja exibição é pretendida pelo autor/apelado não se encontram em poder da apelante. Irrelevância. Obrigação legal de fornecimento. Jurisprudência tranquila desta Câmara Reservada de Direito Empresarial, no sentido da existência de relação de consumo. O desatendimento da determinação de que se exiba documento poderá, no momento oportuno, quando do ajuizamento de ação própria, provocar a consequência prevista no artigo 359 do CPC. Recurso não provido. (Apelação Cível 00016149620118260279 – Itararé – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16669)

Processo civil. Ordem de depósito de dinheiro apurado em perícia decorrente de incidente nos autos da recuperação judicial em curso. Manutenção da ordem de depósito apenas dos valores recebidos pelo banco recorrente após o ajuizamento da recuperação judicial fora da conta vinculada. Decisão impugnada não cogita, em qualquer momento, a respeito de qualquer garantia, tampouco decide sobre as consequências da eventual ausência de registro do contrato garantido por cessão fiduciária, em relação aos efeitos oriundos do plano de

recuperação judicial. Não há nos autos elementos suficientes para afirmar, com a indispensável segurança, se ocorreu o registro do contrato junto ao RTD. Ordem de depósito encontra amparo em anterior entendimento decorrente de agravos de instrumento que determinavam que os valores permanecessem depositados em conta vinculada na própria instituição bancária interessada, com atualização monetária e juros das cadernetas de poupança. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00720605420128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16613)

Embargos de declaração. Oposição por ambas as partes. Acórdão que deu provimento ao recurso do banco agravante, para o fim de afastar a incidência das astreintes, diante da inexistência de intimação pessoal do obrigado. Acolhimento da exceção de pré-executividade interposta contra a cobrança da multa. Omissão referente ao valor da sucumbência. Embargos do banco agravante acolhidos em parte, com efeito modificativo. Embargos da agravada rejeitados. (Embargos de Declaração 00295701720128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16677)

Agravo de instrumento. Não cabimento. Conversão em retido (artigo 527, II, do CPC). Decisão que rejeita preliminares arguidas em contestação. Insuscetibilidade de "causar à parte lesão grave e de difícil reparação" (artigo 522, caput, do CPC). Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01488057520128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 20/07/2012 - Voto nº 7854)

Competência. O juiz de direito não tem competência jurisdicional para declarar eventual nulidade no processamento de recurso de competência originária de Segundo Grau. Improcedência manifesta do agravo de instrumento, determinadas, entretanto, imediatas providências para exame do alegado. Processamento do recurso negado com determinação. (Agravo de Instrumento 01104786120128260000 – Ribeirão Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 27/06/2012 - Voto nº 24409)

Agravo de instrumento - Formação deficiente - Ausência de cópia da procuração outorgada ao advogado que subscreveu a petição do recurso de agravo de instrumento, bem como cópia da certidão de intimação - Inobservância do comando legal contido no inciso I, do art. 525 do CPC - Impossibilidade de conhecimento do recurso - Se a agravante pretende a reforma da decisão que diz ter lhe trazido gravame, deve cumprir seu ônus processual de bem formar o instrumento - A não juntada de peças apontadas como obrigatórias pelo legislador processual civil impede que o agravo ultrapasse o juízo de admissibilidade e, por conseqüência, prejudica sua cognição - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01139930720128260000 – Santo André – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 02/07/2012 - Voto nº 13586)

Agravo. Recuperação Judicial. Ausência de peças essenciais. Ausência de cópia da decisão agravada, certidão de intimação e procuração. Informativos de serviços judiciais utilizados pelos advogados (AASP/OAB) que não substituem a certidão de intimação de que trata o art. 525, I, do CPC. Ausência de procuração ao patrono da agravante. Recurso manifestamente inadmissível a que se nega seguimento (art. 557, caput, CPC). (Agravo de Instrumento 01148098620128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 28/06/2012 - Voto nº 23621)

Agravo de instrumento. Interposição contra decisão que rejeitou embargos de declaração opostos contra sentença. Inadequação da via eleita. Embargos de declaração que integram a sentença. Apelação que seria o recurso cabível. Erro grosseiro. Recurso manifestamente inadmissível. Julgamento monocrático pelo Relator. Artigos 527, I, e 557, caput, do CPC. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 01288687920128260000 –

Piracicaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 28/06/2012 - Voto nº 7712)

Processo Civil. Recurso interposto contra decisão que indefere pedido de reconsideração voltada contra decisão anterior. Pedido de reconsideração que não interrompe nem suspende o prazo recursal. Jurisprudência pacífica deste E. TJSP e do C. STJ. Intempestividade. Recurso manifestamente inadmissível. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 01076023620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/06/2012 - Voto nº 26547)

Intimação do advogado. Acórdão transitado em julgado. Alegação de nulidade por ausência de intimação válida ao patrono indicado pela parte. Tema cujo debate se reserva para ação anulatória. **Querela nulitatis**. Inteligência ao art. 486 do CPC. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 01104786120128260000 – Ribeirão Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 19/06/2012 - Voto nº 24409)

Exceção de Incompetência. Ação de abstenção de uso de bem patenteado com pedido de antecipação da tutela c/c lucros cessantes proposta no foro de domicílio do autor. Possibilidade. Aplicação do art. 100, V, "a", Parágrafo único, do CPC. Jurisprudência do Colendo STJ sobre o tema. Decisão acertada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado por decisão monocrática. (Agravo de Instrumento 01266152120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Voto nº 26542)

Recuperação judicial. Contas relativas ao fornecimento de energia elétrica. A falta de pagamento das anteriores ao pedido de recuperação não autoriza a suspensão ou interrupção do fornecimento. Súmula 57 deste Egrégio TJ/SP. Multa diária para o caso de descumprimento da liminar bem fixada. Recurso provido em parte por decisão monocrática. (Agravo de Instrumento 01276311020128260000 – Nova Odessa – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 26/06/2012 - Voto nº 26539)

Competência. Exceção afastada. Decisão mantida. Litisconsórcio passivo facultativo. Art. 46 CPC. Empresas rés com domicílios diversos, mas integrantes de um mesmo grupo econômico; direitos e obrigações derivam do mesmo fundamento de fato e de direito, havendo, outrossim, conexão de objeto e causa de pedir (exibição de documentos fundada em possível violação de direitos de inventor) e afinidade de questões. Aplicação da regra do art. 94 §4º CPC. Opção da autora por qualquer dos domicílios das rés. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00936699320128260000 – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - São Paulo – 26/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15925) **(Segredo de Justiça)**

Dúvida de competência. Divergência entre a Câmara Reservada de Direito Empresarial e a 4ª Câmara de Direito Privado. Falência decretada anteriormente à Lei 11.105/2005. Conflito procedente, declarada a competência da 4° Câmara de Direito Privado, a suscitada. (DC 01036825420128260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Campos Mello – 25/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27930)

Conflito de competência - Ação de execução voltada à satisfação de créditos locativos materializados em título executivo extrajudicial (contrato de locação não residencial) - Matéria afeta às 25ª a 36ª Câmaras de Direito Privado (artigo 2º, inciso III, alínea c, da Resolução n° 194/04 do TJSP, c.c. o anexo I, Segundo Tribunal de Alçada Civil [competência], inciso VII, do Provimento n° 63/04 do TJSP) - Inaptidão do instituto da recuperação judicial para ensejar a *vis attractiva* da Câmara Especial de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Precedentes deste Colendo Órgão Especial - Dúvida procedente Competência da 28ª Câmara de Direito Privado. (CC 00786496220128260000 – São Paulo -

Órgão Especial – Relator Guilherme G. Strenger – 25/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17387)

Dúvida de competência - Ação cautelar inominada que envolve negócio jurídico que tem por objeto coisas móveis e corpóreas - Tema relativo à competência afeta às 25ª à 36ª Câmaras de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consoante se infere da Resolução n° 194/2004 e Assento Regimental n ° 382/2008 – Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Egrégia 34ª Câmara, suscitada. (DC 01179233320128260000 – Bauru - Órgão Especial – Relator Antonio Carlos Malheiros – 01/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24407)

Ilegitimidade ad causam - Pólo ativo - Empresa autora criada com o propósito especifico de gerenciar e administrar a unidade franqueada, em cumprimento ao disposto na oferta de franquia e no instrumento particular do contrato de franquia - Possibilidade jurídica do pedido - Pedido de anulação ou rescisão contratual cumulado com a condenação à reparação de danos que não é vedado pelo ordenamento - Causa de pedir que não é ilícita, impossível ou proibida. Contrato - Franquia - Rescisão contratual - Fim do empreendimento ocasionado por descumprimento contratual por parte do franqueador - Dever de indenizar caracterizado - Indenização que deve corresponder à devolução de toda a quantia paga pelo franqueado em razão do contrato inadimplido - Inteligência do artigo 475 do Código Civil - Ausência de prova dos valores apontados como gastos com a montagem do negócio - Ônus do qual o franqueado não se desincumbiu, a teor do disposto no artigo 333, I do Código de Processo Civil - Prejuízo operacional e lucros cessantes - Risco do empreendimento, cuja responsabilidade cabe unicamente ao franqueado, não podendo compor a verba indenizatória – Ação parcialmente procedente - Apelações desprovidas, por maioria. (Apelação Cível 01602193220108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 14/08/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 11432)

Impugnação de crédito - Pretensão de credor à inclusão de valor de saldo de cédulas de crédito bancário contendo amortizações realizadas após a data do pedido de recuperação - Atendimento judicial em primeira instância, considerando o relevante tempo decorrido “entre a data da distribuição do pedido e a data do deferimento do processamento da recuperação judicial” e o fundamento no sentido de que a simples distribuição do pedido de recuperação judicial não gera qualquer efeito” - Impropriedade - Data do ajuizamento do pedido de recuperação é marco delimitório do universo dos credores e é também momento que se especifica o exato valor dos créditos submetidos a recuperação judicial – Exegese dos arts. 49, caput e 9º, II, da Lei de Recuperação de Empresas e Falência - Agravo do Ministério Público provido para determinar a retificação do valor do crédito ao exato valor do crédito existente na data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01343296620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18282)

Tutela antecipada - Ação de dissolução de sociedade cumulada com ressarcimento de danos - Deferimento em primeira instância de tutela antecipada para determinar o depósito mensal pela recorrente de quantia estimada em R$ 8.051,40, referente aos 40% que incumbem à recorrida no faturamento mensal de empresa cujo quadro societário integram as litigantes - Agravo de instrumento voltado à revogação da antecipação de tutela - Alegação de que é válida a alteração no contrato social que direcionou à sócia agravante a administração total da empresa e recebimento de pró-labore, e indisponibilidade de recursos para o depósito mensal - Argumentos insubsistentes, pois pendente processo criminal de falsificação de assinatura da recorrida na alteração contratual suscitada, e não comprovada a regularidade suscitada pela recorrente - Cautela necessária para a preservação dos direitos da sócia agravada - Valor demandado que tem respaldo no faturamento indicado nos primeiros meses do ano de 2011, e que se depositado em desacordo poderá ser alvo de oportuno ressarcimento quando superadas as pendências envolvendo a lide - Verossimilhança das alegações da agravada -

Manutenção da tutela antecipada - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 02128580220118260000 – São José do Rio Preto – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19002)

Tutela antecipada - Ação cautelar de busca a apreensão de maquinário, matéria prima e produção de objeto alvo de controvérsia na lide instaurada - Negativa da antecipação de tutela pretendida em primeiro grau - Hipótese em que já fora concedida, em ação de conhecimento, tutela antecipada para proibir a fabricação e comercialização do produto, sob pena de multa diária - Medida judicial suficiente ao resguardo dos interesses da recorrente - Descumprimento da determinação judicial que poderá ser alvo de perdas e danos na ação de ressarcimento já em trâmite - Perigo na demora não caracterizado - Questão relativa à patente do produto que, ademais, encontra-se ainda pendente de solução no INPI - Retirada de equipamentos que pode comprometer a atividade da ré, diversa da produção da peça sub judice - Manutenção do indeferimento de primeiro grau - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02434121720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 – Votação Unânime - Voto nº 19254)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão - Alegação de que o v. aresto embargado não afastou a litigância de má-fé aplicada em primeiro grau - Caracterização - Sentença que aplicou a sanção em razão do reconhecimento de litispendência - Acórdão embargado que reconheceu a inocorrência de litispendência - Conclusão que, embora seja decorrência lógica do julgamento embargado, deve ser expressamente consignada - Litigância de má-fé afastada por este fundamento – Subsistência da condenação ante o reconhecimento de propositura de lide temerária - Decisão integrada de ofício, ainda, quanto à verba de sucumbência - Embargos acolhidos, com efeito integrativo. (Embargos de Declaração 01426713420098260001 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21373)

Tutela antecipada - Ação anulatória - A nobre Magistrada reconsiderou a decisão que havia determinado a expedição de alvará autorizando o agravante a adentrar e assumir na integralidade a gerencia da empresa - Alegação de que está comprovado que a empresa objeto da lide lhe pertence, e que se mantida a decisão, pode ocorrer a dilapidação do patrimônio - Descabimento - Hipótese na qual, além de não juntada a petição com o pedido para autorizá-lo a adentrar e assumir na integralidade a gerencia da empresa discutida, que permitiria verificar as alegações que o embasaram, não está comprovada a possibilidade de lesão grave ao patrimônio da empresa, nem o risco de falência, nem a comprovação de existência de execuções fiscais ajuizadas em face desta, não havendo, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações - Ademais, há questões prejudiciais à manutenção da concessão de tal medida, pois o eventual reconhecimento da existência de negócio jurídico na demanda ajuizada anteriormente pelo recorrido vai de encontro a tese do suplicante de que a empresa lhe pertence, havendo, consequentemente, possibilidade de decisões conflitantes - Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02574348020118260000 – Teodoro Sampaio – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19447)

Assistência judiciária - Requisitos - Declaração de pobreza - Insuficiência - A suplicante não trouxe nenhum documento que demonstre suas fontes de renda; da análise das peças juntadas verifica-se que o valor buscado pelo suplicado equivalia a R$ 728.786,42, parâmetro adotado pela suplicante na busca pela reforma da r. sentença - Ressalta-se que a agravante não comprovou suas alegações no sentido de estar desobrigada de trazer sua declaração de imposto de renda, pois não trouxe o comprovante de situação cadastral no CPF com relação à entrega de declaração no último exercício, bem como ausente cópia que indique a sua qualificação - Presunção de que reúna condições suficientes para suportar as taxas judiciárias - Cabia à suplicante demonstrar, por meio de cópia de declaração de imposto de renda, ou

outros documentos idôneos, qual o montante que recebe mensalmente, a origem de seus proventos, e o alcance de seu patrimônio, podendo demonstrar ainda a atual situação financeira, todavia, nada disso foi demonstrado - Benefícios indeferidos - Recurso não provido. Recurso - Agravo de instrumento – Assistência judiciária - Pleito subsidiário pelo diferimento de custas ao final - Prejudicado o pedido de diferimento do recolhimento das custas, pois não houve pedido, neste sentido, na instância inferior, o que impossibilita sua análise em grau de recurso, sob pena de supressão de instância - Recurso não conhecido nesta parte. Dispositivo: Recurso em parte conhecido e não provido na fração conhecida. (Agravo de Instrumento 0276951720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19785)

Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de rediscussão da matéria debatida no v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício – Embargos rejeitados. Recurso - Embargos de declaração – Prequestionamento - Menção expressa a dispositivos legais – Desnecessidade - Embargos rejeitados. Litigância de má-fé - Embargos de declaração opostos contra decisão em agravo de instrumento, afirmando omissa a decisão quanto à vigência e aplicação do art. 17 da Lei n. 1060/50 – Caracterização - Hipótese em que a decisão embargada fez alusão específica ao ponto reputado omisso - Abuso do direito de recorrer com interposição de recurso manifestamente infundado e protelatório (art,17, inc. VI e VII do CPC) - Retardo na conclusão da controvérsia e sobrecarga desnecessária à estrutura Judiciária - Condenação do recorrente às penas por litigância de má-fé de ofício - Art. 18 do CPC - Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização da parte adversa em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. (Embargos de Declaração 02793239020118260000 – Porangaba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21567)

Agravo de instrumento - Impugnação de crédito julgada procedente para incluir descontos decorrentes de contribuição previdenciária para o FUNRURAL sob o fundamento de que o STF julgou a inconstitucionalidade do recolhimento - Declaração incidental em Recurso Extraordinário - Efeitos não incidentes a terceiros não litigantes - Ampliação não reconhecida - Provimento do agravo para expurgar a inclusão dos valores destinados ao FUNRURAL. Impugnação de crédito - Alegação de julgamento ultra petita por ter a Magistrada determinado a inclusão de juros e correção monetária até a data do pedido de recuperação - Impropriedade - Dever decorrente da aplicação do princípio da pars conditio creditorum. Recurso não provido neste tocante. Custas processuais - Impugnação de crédito. Inadmissibilidade. Ausência de previsão de incidência de custas em legislação estadual, não se podendo, mediante interpretação analógica, exigir tributo não previsto. Posição unânime da Câmara. Agravo de instrumento provido neste capítulo. Verba honorária - Reconhecimento de distribuição fraterna da sucumbência - Verba honorária não devida. Dispositivo: parcial provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00074943320118260000 – Mairiporã - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19805)

Competência - Agravo de instrumento - Pretensão da Fazenda do Estado em impedir que empresa em recuperação judicial, com débitos inscritos, utilize créditos acumulados e reconhecidos pelo Fisco - Impropriedade - Matéria que diz respeito a compensação de créditos de credor não sujeito ao concurso recuperatório e crédito de empresa recuperanda, cujo patrimônio interessa a todos os credores, concursais e não concursais - Supremacia do Juízo Recuperatório-Falimentar para decidir questões que interessam à massa objetiva – Recurso não provido. Créditos decorrentes de cumulatividade de ICMS - Agravo de instrumento - Pretensão da Fazenda do Estado em impedir que empresa em recuperação judicial, com débitos inscritos, utilize créditos acumulados e reconhecidos pelo Fisco - Aplicação do art. 82 do Regulamento do ICMS - Possibilidade - A Fazenda do Estado pode contrapor-se à pretensão se as execuções fiscais promovidas à recuperanda, em momento anterior ao pedido recuperatório, excederem o valor do crédito reconhecido relativo à cumulatividade do ICMS - Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 00078043920118260000 – Presidente

Prudente - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19778)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Objeção de credor quanto ao plano de recuperação judicial da recorrente atendida pelo Magistrado de primeiro grau - Pretensão da agravante a se "manter as disposições constantes do plano de recuperação judicial no sentido de, enquanto estiver sendo cumprido o parcelamento nele previsto, sejam suspensas as execuções particulares em detrimento dos avalistas e fiadores, sem prejuízo da manutenção dos respectivos ônus sobre os bens" e "para estender a suspensão prevista no art. 6º e, uma vez aprovado o plano, manter a suspensão com relação aos coobrigados avalistas e fiadores ou garantidores solidários enquanto a empresa em recuperação honrar as obrigações assumidas e que forem aprovadas em assembleia" - Impropriedade - Exegese do art. 45 e 49, §1º da Lei n. 11.101/2005 - Precedentes da Câmara - Decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01172377520118260000 – Paraguaçu Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18085)

Agravo de instrumento - Proferida decisão de reconsideração - Informação do nobre Magistrado neste sentido - Perda do objeto recursal - Agravo prejudicado - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01391354720118260000 – Matão - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18370)

Pedido de falência - Natureza e requisitos - Agravo de instrumento contra decisão que decretou a quebra da recorrente - Argumentação pautada na ausência dos requisitos previstos no art. 94, I, no tocante à pretensão de cobrança e ao valor dos títulos e à ausência de protesto especial - Executividade da pretensão falimentar. Protesto especial - Valor histórico considerado - Pretensão à conversão do valor pelo valor do salário mínimo regional - Impropriedade - Utilização correta do salário mínimo nacional - Desnecessidade de protesto especial - Recurso não provido. Dispositivo: nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 01473259620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18421)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Habilitação de crédito - Pretensão ao aclaramento de decisão lançada em embargos de declaração para que fique constando se a habilitação é retardatária ou tempestiva - Interpretação dos arts. 7º, 8º e 10 da Lei n. 11.101/2005 - Habilitação tempestiva não incluída na relação publicada pelo Administrador Judicial - Ausência de impugnação à lista - Pretensão à habilitação que deve ser conhecida como retardatária porque decorrido o prazo do art. 8º sem impugnação ou divergência por parte da credora - Ausência, ademais, de prejuízo - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01551924320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18478)

Agravo de instrumento - Pretensão à suspensão "a publicidade dos protestos e das restrições nos cadastros do SERASA e SCPC existentes em seu nome e dos sócios devedores solidários" (fl. 26) - Inviabilidade - Precedentes do Tribunal de Justiça de São Paulo - Distinções no Direito Comparado - Aplicação do princípio da transparência - Exigência à aplicação antes e durante o processo recuperatórios - Mecanismos transparência na negociação que se estende aos credores não sujeitos ao plano recuperatório – Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01683255520118260000 – Vinhedo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18646)

Indivisibilidade de bens - Ação de "restituição de bens" - Decisão judicial que, por entender que a indivisibilidade de bens é determinada objetivamente pela natureza das coisas e pela legislação em vigor, indeferiu a inspeção judicial pretendida pela recorrente - Alegação de

cerceamento de defesa, e que diante da possível redução do valor econômico dos bens discutidos no caso de divisão destes, necessária se faz a perícia pleiteada para verificar a indivisibilidade - Descabimento - Nos casos referentes a sociedade de fato, ainda que os bens de propriedade comum dos companheiros sejam considerados indivisíveis, por analogia em relação aos bens considerados indivisíveis de propriedade comum dos cônjuges casados no regime de comunhão de bens, podem ser levados à hasta pública, com reserva ao meeiro do executado a metade do preço obtido - Inocorrência do alegado cerceamento de defesa, e desnecessária mostra-se a perícia para verificar se há ou não a indivisibilidade dos bens - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 01724316020118260000 – Vinhedo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - Votação Unânime - Voto nº 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18715)

Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado para alterar a decisão embargada que deu parcial provimento ao recurso de agravo e afastou a suspensão do processo - Alegação de que o acórdão teria partido de premissa equivocada - Inadmissibilidade - Embargos rejeitados, com aplicação de multa e condenação por infração aos arts. 17, VII e 18 do Código de Processo Civil. Dispositivo: rejeitam-se os embargos declaratórios, com observação. (Embargos de Declaração 01772166520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20791)

Falência - Crédito da Fazenda Nacional – Prescrição reconhecida em habilitação de crédito - Pretensão à interpretação de que ocorre retroação do prazo de interrupção à data da propositura da ação – Viabilidade - Inocorrência do lapso prescricional - Prazo que se conta entre a data da declaração da DCTF e a data do ajuizamento - Cinco anos não decorridos - Recurso provido. Dispositivo: dá-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 01812603020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18725)

Agravo de instrumento - Principal estabelecimento – Empresa que ajuíza pedido de recuperação judicial em São Paulo, comarca em que se situa sua filial sob o argumento de que aí se encontra seu principal estabelecimento – Impropriedade - Matriz em Manaus que se revela local das deliberações, onde se realizou a assembleia geral extraordinária para autorizar o pedido e alterar a constituição da diretoria - Ademais, corpo produtivo que compõem os aspectos objetivo e coorporativo da empresa situados na cidade de Manaus, no estado de Amazonas - Decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02095748320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18943)

Vício - Ação de “impugnação à lista de credores” – Decisão judicial que, diante do entendimento de que trata-se de petição apócrifa, deixou de receber os embargos declaratórios opostos, e esclareceu que qualquer inconformismo deve ser aduzido em recurso próprio - Alegação de que o recurso sem assinatura do advogado não é inexistente nas instâncias ordinárias, e, portanto, deve lhe ser oportunizado sanar a ausência de assinatura - Cabimento - A ausência de assinatura do Advogado em qualquer ato processual de natureza escrita nas instâncias ordinárias não é considerado inexistente, pois passível de correção - Inteligência do art. 13 do CPC - Hipótese na qual deve ser oferecido prazo razoável, em primeira instância, para que o vício discutido seja sanado - Recurso provido. Dispositivo: Dá-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02206154720118260000 – Cotia - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19050)

Agravo de instrumento - Principal estabelecimento – Empresa que ajuíza pedido de recuperação judicial em São Paulo, comarca em que se situa sua filial sob o argumento de que

aí se encontra seu principal estabelecimento – Impropriedade - Matriz em Manaus que se revela local das deliberações, onde se realizou a assembleia geral extraordinária para autorizar o pedido e alterar a constituição da diretoria - Ademais, corpo produtivo que compõem os aspectos objetivo e coorporativo da empresa situados na cidade de Manaus, no estado de Amazonas - Decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02208528120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19047)

Plano de recuperação judicial - Pretensão ao que se estenda em mais um ano o período de início de pagamento dos credores - Período de carência não explicitado no plano apresentado e aprovado em assembleia geral de credores - Plano homologado que prevê que "o primeiro pagamento ocorrerá 1 (um) ano após da homologação do Plano de Recuperação Judicial e assim ocorrerá anualmente até o seu final" - Clareza que não permite ampliação pretendida pelo recorrente - Recurso a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02771560320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19679)

Agravo interno - Interposição contra decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento por considerá-lo manifestamente improcedente - Manutenção dos fundamentos da decisão interlocutória de primeira instância e da decisão agravada - Hipótese em que a casa bancária não comprovou qualquer impedimento aparente de consulta aos autos durante a fluência do prazo para a interposição recursal, havendo certidão nos autos de que os autos estavam disponíveis no período mencionado - Agravo não provido. Litigância de má-fé - Agravo interposto dirigido à decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento, pois manifestamente improcedente - Caracterização - Abuso do direito de recorrer, com reiteração de razões já consideradas nas duas instâncias - Agravo interno manifestamente infundado e protelatório (art. 557, § 2º do CPC) - Ponderada ainda a necessidade de indenização da parte adversa pelo retardo na solução do litígio - Art. 18, § 2º do CPC - Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização do agravado em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. (Agravo Regimental 02930095220118260000 – Lencóis Paulista – Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - Votação Unânime - Voto nº 21059)

Agravo de instrumento - Prevenção e prejudicialidade - Pretensão à aplicação do art. 109 do Código de Processo sob o argumento que a ação falimentar é principal de ação promovida pelo credor, denominada incidental, visando afastar a ausência de executividade do título juntado na ação falimentar - Impropriedade - Inexistência de relação capaz de determinar prevenção - Incompatibilidade de ações - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 03107171820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20108)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 00084891820098260000 – Araçatuba - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22749a)

Agravo de instrumento - Ação declaratória de nulidade de constituição de sociedade em conta de participação - Manutenção da decisão que determinou a citação do BNDES para manifestar se tem interesse na lide - Providência prudente, diante do fato de a sociedade constituída versar sobre imóvel adjudicado em execução promovida pelo banco - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02805883020118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23176)

Embargos declaratórios opostos pelos réus acolhidos para constar que, ante o mínimo decaimento do pedido do autor, fica mantida a verba de sucumbência fixada na r. sentença.

Ademais, o dispositivo que deve constar do penúltimo paragrafo é o art. 915, §2º, do CPC. (Embargos de Declaração 02467843620098260002 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23431a)

Competência - Ação de execução de acordo homologado judicialmente - Concorrência de foro (CPC, art. 575, II, c.c. 475, II e parágrafo único) - Competência relativa - Foro eleito coincidente com o foro de domicílio das rés (comarca de Diadema) - Possibilidade de processamento da ação de execução no foro do domicílio das rés - Petição inicial recebida - Apelação provida para esse fim. (Apelação Cível 00051256820118260161 – Diadema – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime – Voto nº 20461)

Abstenção de uso. Palavra MIRA que integra os nomes e as marcas da autora (MIRA OTM) e da ré (MAXMIRAS). Partes que possuem idêntico objeto social. Ré que, no curso do processo, obteve o registro da marca no INPI. Termo MIRA que constitui o nome de família dos sócios das duas pessoas jurídicas. Inviabilidade do uso do sobrenome com marca exclusiva. Elemento distintivo MAX somado à forma de letra e à imagem que compõe marca mista, com registro no INPI, que não se confundem com os elementos distintivos OTM e desenhos da marca da autora concorrente - Impossibilidade de confusão, ou diluição, ou mesmo parasitismo entre as partes. Ação Improcedente. Recurso provido. (Apelação Cível 00372447120108260564 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 16954)

Propriedade industrial - Tutela antecipada. Verificação dos conjuntos de embalagens, tomando em conta formatos, cores e padrões gráficos, reveladores, a um primeiro exame, compatível com este momento processual, de confusão aos consumidores e parasitismo. Inadmissibilidade de produtos concorrentes, que já têm marcas nominativas semelhantes, com indicação de origem geográfica, manterem a similitude em cores, embalagens e padrões gráficos. Proteção ao *trade dress*, com o escopo de vedar a concorrência desleal. Provimento em parte do recurso, para determinar a abstenção de utilização de embalagens, cores e formatos de letras que, no conjunto, evoquem o produto da autora. (Agravo Regimental 00835983220128260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 17189)

Recurso - Embargos de declaração - Erro material - Constatação - Correção - Sócia corré Renata Aparecida Peretti Lopes que efetivamente apelou da r. sentença - Omissão, contradição ou obscuridade inexistentes - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Caráter infringente que não se admite - Litigância de má-fé - Caracterização - Recurso que reitera alegação deduzida em apelação, especificando defesa contra texto expresso de lei (inciso XX do artigo 5º da Constituição Federal) - Aplicação de multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor atualizado da causa - Artigo 17, inciso I combinado com o artigo 18, ambos do Código de Processo Civil - Embargos rejeitados, com observação. (Embargos de Declaração 01555840820108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12246)

Julgamento antecipado da lide - Cerceamento de defesa - Inocorrência - Suficiência dos elementos dos autos para a solução da controvérsia - Desnecessidade da realização das provas pretendidas pela autora. Sentença - Fundamentação - Reconhecimento da falta de interesse processual, em razão da quitação de renúncia e direitos e da ausência de comprovação de qualquer motivo extraordinário que justificasse a revisão das cláusulas do contrato de compra e venda de quotas sociais – Nulidade afastada. Ilegitimidade ad causam - Ação de prestação de contas - Legitimidade das sociedades empresárias demandadas afastada - Legitimidade para integrar o pólo passivo somente do sócio gerente ou com poderes de administração - Entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça. Interesse processual -

Ação de prestação de contas - Ausência do pressuposto - Ajuizamento por ex-sócia, visando à verificação das contas prestadas por sócia remanescente, em relação às sociedades das quais participaram; à apuração de haveres, a título de distribuição de lucros passados, e à apuração do valor econômico da participação da autora nas sociedades rés - Retirada da demandante das sociedades demandadas formalizada por contrato de compra e venda de quotas em que as partes, após a realização de balancetes patrimoniais, deram mútua quitação de todas as obrigações e direitos - Extinção do processo confirmada Artigo 267, VI, do Código de Processo Civil. Apelação desprovida. (Apelação Cível 00077215120108260002 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11047)

Legitimidade ad causam - Pólo ativo - Ação de prestação de contas relativas à administração de sociedade de advogados - Ajuizamento da demanda pela viúva de sócio, em nome próprio e não na qualidade de inventariante - Instrução do feito em que possibilitada pelo Juízo a quo a regularização da petição inicial - Autora-apelada que não cuidou de regularizar a petição inicial da demanda - Ilegitimidade ativa reconhecida de ofício - Extinção do processo sem resolução de mérito, nos moldes do disposto no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, com a inversão da sucumbência - Apelação prejudicada. (Apelação Cível 00035156320098260152 – Cotia – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12194)

Recurso. Embargos de declaração. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Caráter infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02955462120118260000 – Bauru - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12640)

Embargos de Declaração - Indenização por danos morais - Improcedência em primeiro grau - Prescrição afastada - Alegada omissão - Inexistência. Inexistência de obscuridade ou contradição - Erro material corrigido de ofício. Embargos de declaração rejeitados. Correção, de ofício, de erro material. (Embargos de Declaração 91710543720078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18625)

Embargos de Declaração - Falência - Pedido de Restituição - Improcedência em primeiro grau - Manutenção. Inexistência de obscuridade ou omissão. Embargos de Declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 90777499620078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19059)

Contrato de Mútuo - Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica - Improcedência em primeiro grau - Manutenção. Não evidenciado vício no contrato de mútuo firmado entre as partes, não se há de declarar a inexistência da relação jurídica entre elas - Verba honorária fixada moderadamente em dez por cento do valor da causa, em observância ao art. 20, § 4º, do CPC. Apelação desprovida. (Apelação Cível 01236683320088260000 - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18181)

Pedido de Restituição - Juros pactuados entre os bancos para aplicação em adiantamento de contrato de câmbio - Improcedência em primeiro grau - Manutenção. A preferência existe apenas em relação às “importâncias adiantadas”. Tratando-se de exceção à regra, não admite interpretação extensiva para abranger também os encargos pactuados pelos dois bancos (o estrangeiro financiador e o nacional repassador), o que fica mais claro se lembrarmos que não são exigíveis juros da massa falida vencidos após a decretação da falência, se o ativo apurado não bastar para o pagamento dos credores subordinados, excetuados os juros das debêntures

e dos créditos com garantia real. Apelação desprovida. (Apelação Cível 92824707320088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18233)

Falência - Pedido de Restituição - Procedência em primeiro grau - Contrato de ACC's - Manutenção. Não é nula a sentença que está suficientemente fundamentada e abordou o quanto necessário ao suporte lógico do julgamento, sem que possa ser tachada de citra petita - Caução há de ser exigida no processamento da execução provisória e não, em tese, determinada na fase de conhecimento - É cabível a restituição ao banco estrangeiro das quantias entregues ao falido para serem usadas no incentivo de exportações realizadas por empresas brasileiras. Apelação desprovida, com observação. (Apelação Cível 92480097520088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18248)

Falência - Pedido de Restituição - Procedência em primeiro grau - Contrato de ACC's - Manutenção. Pressupondo-se a insolvência do falido, tem sido admitido o diferimento para o momento oportuno de sua obrigação de pagar as custas processuais - Não é nula a sentença que está suficientemente fundamentada e abordou o quanto necessário ao suporte lógico do julgamento, sem que possa ser tachada de citra petita - Caução há de ser exigida no processamento da execução provisória e não, em tese, determinada na fase de conhecimento - É cabível a restituição ao banco estrangeiro das quantias entregues ao falido para serem usadas no incentivo de exportações realizadas por empresas brasileiras. Apelação desprovida, com observação. (Apelação Cível 91880074220088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18282)

Pedido de Restituição - Falência - Procedência em primeiro grau - Manutenção. Tendo o banco falido atuado como mero intermediário na transformação de dólares em reais, visando a sua remessa para o Brasil em conta da exportadora, que não chegou a ter o dinheiro depositado em seu nome, cabível o pedido de restituição. Apelação desprovida. (Apelação Cível 91343750420088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado – 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18292)

Leilão de bens arrecadados na falência do Banco Santos - Embargos de terceiro - Improcedência em primeiro - Manutenção. Pouco importa se os bens materiais considerados ("geradores, caixilhos, vidros e outros equipamentos": ver fl. 244) não estivessem no local da obra nem a ela estivessem fisicamente incorporados, que pudessem ou não, tecnicamente, ser denominados de benfeitorias ou pertenças. Se o seu valor foi incluído na avaliação, e vimos que as circunstâncias isso revelam, sua propriedade foi transferida ao Banco Santos S.A. Prova em sentido contrário era fácil de ter sido produzida pela apelante; bastar-lhe-ia juntar cópia das notas fiscais cuja contabilização tivesse sido feita posteriormente à data considerada como da avaliação. Apelação desprovida. (Apelação Cível 00383403820088260000 - São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18336)

Revisão de contrato de utilização de cartão de crédito - Correção monetária e juros. Não tendo sido estipulada contratualmente a taxa de juros, nem o índice de correção monetária do débito, de manter-se o julgamento de primeiro grau que fixou os juros de um por cento ao mês com capitalização anual, com o acréscimo de determinação de que a correção monetária se faça pelo IGPM da Fundação Getúlio Vargas, contada do vencimento de cada parcela. Apelação provida em parte, com correção, de ofício, de erro material. (Apelação Cível 92249055420088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 14/08/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18440)

Revisional de cláusulas de contrato firmado com banco falido - Improcedência em primeiro grau – Apelação - Deserção - Reconhecimento. Recurso adesivo não processado, sem prejuízo à parte contrária, uma vez que incabível a sua interposição por terceiro prejudicado - O art. 511, caput, do CPC é claro ao determinar que a comprovação do preparo, incluindo porte de remessa e retorno, deva ser feita "no ato de interposição do recurso", sob pena de deserção. Apelação e recurso adesivo não conhecidos. (Apelação Cível 92536045520088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 14/08/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18508)

Falência - Pedido de Restituição - Procedência em primeiro grau - Contrato de ACC's - Manutenção. Pressupondo-se a insolvência do falido, tem sido admitido o diferimento para o momento oportuno de sua obrigação de pagar as custas processuais - Não é nula a sentença que está suficientemente fundamentada e abordou o quanto necessário ao suporte lógico do julgamento, sem que possa ser tachada de citra petita - Caução há de ser exigida no processamento da execução provisória e não, em tese, determinada na fase de conhecimento - É cabível a restituição ao banco estrangeiro das quantias entregues ao falido para serem usadas no incentivo de exportações realizadas por empresas brasileiras - Não tendo a Massa Falida resistido ao pedido não se há de condená-la ao pagamento das verbas da sucumbência, tampouco o Comitê de credores, que não tem personalidade jurídica e não é parte no processo, responde por elas. Recursos desprovidos. (Apelação Cível 92480998320088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 14/08/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18742)

Falência - Pedido de Restituição - Procedência em primeiro grau - Contrato de ACC's - Manutenção. Pressupondo-se a insolvência do falido, tem sido admitido o diferimento para o momento oportuno de sua obrigação de pagar as custas processuais - Não é nula a sentença que está suficientemente fundamentada e abordou o quanto necessário ao suporte lógico do julgamento, sem que possa ser tachada de citra petita - A restituição ao banco estrangeiro das quantias entregues ao falido para serem usadas no incentivo de exportações realizadas por empresas brasileiras independe de que estas últimas tenham adimplido seu débito para com o intermediário - Tendo havido resistência do falido arca ele com honorários advocatícios a favor do autor - Já tendo sido efetuada a restituição, fica prejudicado o pleito de caução para que essa restituição se efetuasse. Apelação conhecida e desprovida. Recurso adesivo provido. (Apelação Cível 90956374420088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18834)

Declaratória de inexigibilidade de débito relativo a contrato de abertura de crédito fixo - BNDES, na modalidade FINAME em face do Banco Santos S.A. - Improcedência em primeiro grau - Manutenção. Tendo sido demonstrado nos autos, por meio prova pericial, ser a autora devedora da massa falida, não se há de declarar a inexigibilidade do débito existente – Honorários advocatícios fixados com moderação, com observância do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC. Apelação desprovida. (Apelação Cível 91904238020088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19006)

Falência - Pedido de Restituição - Procedência em primeiro grau - Contrato de ACC's - Manutenção. Pressupondo-se a insolvência do falido, tem sido admitido o diferimento para o momento oportuno de sua obrigação de pagar as custas processuais - Não é nula a sentença que está suficientemente fundamentada e abordou o quanto necessário ao suporte lógico do julgamento, sem que possa ser tachada de citra petita - Tendo havido resistência do falido arca ele com honorários advocatícios a favor do autor - Já tendo sido efetuada a restituição, fica prejudicado o pleito de caução para que essa restituição se efetuasse. Apelação conhecida e desprovida. Provimento do recurso adesivo. (Apelação Cível 92531905720088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19011)

Falência - Pedido de Restituição - Improcedência em primeiro grau - Contratos de ACCs - Possibilidade. A restituição ao banco estrangeiro das quantias entregues ao falido para serem usadas no incentivo de exportações realizadas por empresas brasileiras independe de que estas últimas tenham adimplido seu débito para com o intermediário - Caução há de ser exigida no processamento da execução provisória e não, em tese, determinada na fase de conhecimento. Apelação provida, com observação. (Apelação Cível 00413092620088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19027)

Rescisão contratual c.c. restituição de valores - Corré falida no curso da ação - Sociedade em Conta de Participação convertida em Consórcio de bem imóvel. Firmada a competência da Câmara Especial de Falência e Recuperações Judiciais em acórdão proferido por esta Câmara em outro processo semelhante - De manter-se o julgamento de procedência do pleito de rescisão contratual formulado por consumidora participante de contrato chamado de constituição de sociedade em conta de participação, transformada em consórcio de bens imóveis, visando à aquisição de casa própria para cada participante, não cumprido, caracterizada a responsabilidade solidária de ambas as rés. Apelação desprovida. (Apelação Cível 92246673520088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19071)

Medida Cautelar de Protesto - Massa Falida – Indeferimento da Inicial - Ilegitimidade de parte - Manutenção. Não tendo o autor legitimidade para a propositura da ação revocatória, apontada como sendo a principal, acertada a extinção do processo decretada em primeiro grau. Apelação desprovida. (Apelação Cível 90915561820098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18976)

Ação declaratória de inexigibilidade de débito e Medida Cautelar de Sustação de Protesto - Contrato de ACC/CDB - Incidência de juros sobre o valor devido pela Massa para fins de compensação com crédito seu - Procedência em parte em primeiro grau - Manutenção. Possível o diferimento do pagamento das custas processuais a favor da massa falida ainda que inexistente presunção absoluta de sua hipossuficiência, uma vez que não se vislumbra prejuízo à sua concessão, ante os termos do art. 84, IV, da LFR - Possibilidade, no caso concreto, de cômputo dos juros moratórios de um por cento ao mês sobre o débito da massa falida para fins de compensação com crédito a seu favor. Apelação provida em parte. (Apelação Cível 90827681520098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18620)

Falência - Encerramento - Pleito de declaração de extinção das obrigações concomitantemente à declaração de encerramento da falência - Falência decretada anteriormente à Lei 11.101/05 - Competência em segundo grau. Decretada a falência antes da vigência da LFR, não compete à 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial o julgamento da apelação interposta contra a sentença que decretou o seu encerramento. Apelação não conhecida, determinada a remessa dos autos a uma das Câmaras competentes. (Apelação Cível 90606158520098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18157)

Declaratória de inexigibilidade de débito consubstanciado em duplicatas inadimplidas que embasaram ação falimentar - Extinção do processo por falta de interesse processual dos sócios da falida - Modificação para improcedência do pleito inicial. Afastada a carência da ação, não demonstraram os apelantes ausência de responsabilidade pela má administração da falida - A condenação dos autores como litigantes de má-fé está em conformidade com o CPC, nos termos do art. 189 do LFR. Apelação desprovida, com observação. (Apelação Cível

90611224620098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18303)

Pedido de falência - Improcedência em primeiro grau - Convolação em execução de título extrajudicial - Impossibilidade, no caso - Irregularidade do protesto - Reconhecimento de ofício - Carência da ação falimentar. Sem a anuência da parte contrária não pode ser convolada em execução de título extrajudicial contra devedor solvente ação falimentar - Jurisprudência consolidada no STJ faz irregular para o fim de decreto de falência o protesto do título sem ter sido identificado o recebedor da notificação. Apelações dos procuradores da ré original e da corré providas. Desprovimento da apelação da autora - Decreto, de ofício, da carência da ação falimentar. (Apelação Cível 91526471220098260000 – Bariri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18652)

Falência. A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade, mesmo quando se trate de procedimento falimentar, depende de prévia manifestação do interessado, que deve ser expressamente intimado e cientificado da pretensão deduzida pelo Ministério Público, Administrador Judicial ou credores, e de decisão fundamentada. Nulidade reconhecida pela omissão de tais exigências. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01776817420118260000 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23124)

Embargos de Declaração. Contradição inexistente. Erro material no apontamento de precedente. Correção operada. Embargos rejeitados, corrigido erro material. (Embargos de Declaração 01812412420118260000 – Tietê – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24485)

Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01663344420118260000 - São Paulo – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23605)

Embargos de declaração. Erro material. Inexistência. A simples alegação de omissão, contradição ou obscuridade, a despeito da parte que a deduza, já autoriza o conhecimento dos embargos, sendo a sua rejeição mera consequência da inocorrência do vício apontado. Alegação de "inexistência" do recurso afastada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02626874920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23935)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente – Via eleita que não se presta à rediscussão da matéria decidida - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01327456120118260000 - São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29956)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não está obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01356374020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29863)

Embargos de Declaração. Contradição inocorrente. Intento de pré-questionamento. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01587269220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24213)

Recuperação judicial - Adjudicação de bem penhorado em execução - Entrega ao credor obstada por determinação de juízo da recuperação, designado provisoriamente em autos de conflito de competência para decidir sobre medidas de urgência – Conflito que acabou por não ser conhecido - Ineficácia da designação - Adjudicação que se considera perfeita e acabada com a lavratura e assinatura do auto pelo juiz - Art. 685-b do CPC - Ato de expropriação muito anterior ao deferimento do processamento da recuperação judicial - Competência do juízo da execução para a prática dos atos judiciais subsequentes, entre os quais a definição do valor pelo qual adjudicado o bem - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01689283120118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 30005)

Embargos de Declaração. Omissão inexistente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01843167120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24486)

Embargos de declaração. Omissão. Obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02095739820118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23775)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta ao rejulgamento da matéria posta nos autos - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02258526220118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 30049)

Embargos de declaração. Omissão e obscuridade. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00158418020108260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23695)

Agravo. Recuperação judicial. Perda superveniente do interesse recursal não configurada. Alteração do plano de recuperação que não afetou o objeto do recurso. Deliberação assemblear que aprova a hipoteca dos imóveis da empresa em recuperação. Esvaziamento do patrimônio social da devedora, com severos riscos de insolvabilidade a afetar todos os credores. Soberania assemblear que não é absoluta, competindo ao Poder Judiciário examinar a eventual ilegalidade ou abusividade das medidas aprovadas. Deliberação ilegal que é afastada, com a revogação da decisão que autorizou a hipoteca dos imóveis e suprimiu, de antemão, a sucessão tributária e trabalhista em eventual alienação judicial dos imóveis. Agravo provido para revogar a decisão. Agravo regimental prejudicado, em razão do julgamento do agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento 02483461820118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21642)

Recuperação judicial - Conta vinculada – Ordem de depósito de valor supostamente retido pelo credor - Crédito decorrente de adiantamento de contrato de câmbio garantido por cessão fiduciária de títulos - Natureza extraconcursal – Incompetência do juízo da recuperação - Decisão anulada. (Agravo de Instrumento 02488753720118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29797)

Embargos de Declaração. Omissão, contradição e obscuridade inocorrentes. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00088456520068260566 – São Carlos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24298)

Embargos de declaração. Reformatio in pejus. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02537366620118260000 – Itapetininga - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23757)

Habilitação de crédito – Recuperação judicial - Crédito trabalhista – Reclamação posterior ao ajuizamento da recuperação - Mera expectativa de direito ao crédito - Título executivo constituído após o pedido de recuperação - Hipótese, contudo, em que a recuperação foi convolada em falência - Valor não impugnado - Ausência de óbice à habilitação, cabendo a reclassificação prevista no art. 67 da lei nº 11.101/2005 - Recurso provido, com observação. (Agravo de Instrumento 02775865220118260000 – Botucatu - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29516)

Agravo de instrumento. Falência. Pedido de destituição de administrador judicial formulado pelo Ministério Público. Cerceamento do direito de produzir provas. Inocorrência. Prova documental suficiente para a formação de convicção. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02778800720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23672)

Recuperação judicial - Habilitação de crédito - Mútuo - Exibição de livros exigida - Admissibilidade - Indícios de fraude – Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02999242020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 29881)

Pedido de falência - Cheques - Inexistência de débito líquido e certo. Contestada a existência de negociação entre as partes, posto em dúvida o crédito da autora em relação à ré, em ação ainda sem desfecho conhecido nos autos, devia a autora demonstrar a origem de seu crédito, uma vez que, tratando-se de negócio entre pessoas jurídicas empresárias, havia de estar registrado nos documentos fiscais exigidos por lei. Apelação desprovida. (Apelação Cível 00000619620048260428 – Campinas - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - Votação Unânime - Voto nº 18899)

Embargos de Declaração - Falência - Contrato de Limite de Crédito Conta Garantida - Aquisição de debêntures emitidas por pessoa jurídica coligada ao Banco falido - Dação em pagamento - Inviabilidade - Alegadas omissão e contradição. Com exceção da questão relativa à redução da verba fixada a título de honorários advocatícios, a qual é mantida, uma vez que arbitrada de acordo com o art. 20, § 4º, do CPC, não se evidenciam omissão ou contradição no julgamento proferido. Embargos de Declaração acolhidos para sanar omissão em relação à verba honorária, sem modificação do julgamento. (Embargos de Declaração 00101161320108260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18450)

Embargos de declaração. Admissibilidade, a fim de harmonizar o acórdão hostilizado à jurisprudência das Cortes Superiores. Precedentes do STJ. Crédito da embargada relativo a honorários advocatícios sucumbenciais. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. Embargos de declaração acolhidos, com parcial modificação do julgamento. (Embargos de Declaração 00364401520118260000 – Americana – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23583)

Embargos de declaração. Omissão e contradição. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01571428720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23864)

Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00208476520098260565 – São Caetano do Sul - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23967)

Agravo. Recuperação judicial. Perda superveniente do interesse recursal não configurada. Alteração do plano de recuperação que não afetou o objeto do recurso. Deliberação assemblear que aprova a hipoteca dos imóveis da empresa em recuperação. Esvaziamento do patrimônio social da devedora, com severos riscos de insolvabilidade a afetar todos os credores. Soberania assemblear que não é absoluta, competindo ao Poder Judiciário examinar a eventual ilegalidade ou abusividade das medidas aprovadas. Deliberação ilegal que é afastada, com a revogação da decisão que autorizou a hipoteca dos imóveis e suprimiu, de antemão, a sucessão tributária e trabalhista em eventual alienação judicial dos imóveis. Agravo provido para revogar a decisão. Agravo regimental prejudicado, em razão do julgamento do agravo de instrumento. (Agravo Regimental 02483461820118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21642)

Agravo de instrumento - Recurso tirado contra decisão que destituiu os recorrentes dos cargos de administradores de sociedade empresarial em recuperação judicial - Fatos gravíssimos demonstrados na administração da sociedade - Perda do objeto, todavia, em razão da decretação da quebra da empresa - Inteligência do art. 103, da Lei nº 11.101/05 - Recurso prejudicado. (Agravo de Instrumento 00435477620128260000 – Botucatu – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13797)

Recurso - Agravo de instrumento - Peça essencial Interposição contra decisão que determinou o cumprimento de decisão anterior - Ausentes no instrumento cópia da decisão cujo cumprimento foi determinado - Negativa de seguimento - Legitimidade - Documento tido por essencial - Negativa de seguimento ao recurso mantida - Agravo não provido. Dispositivo: recurso improvido. (Agravo Regimental 00494136520128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21428)

Ação ordinária - Inadimplemento contratual - Participação financeira visando a expansão de serviços de telefonia - 21ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso por

entender se tratar de matéria afeta ao direito societário - Pretensão, todavia, de cunho meramente obrigacional, conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do C. Órgão Especial desta Corte - Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00594184920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14022)

Falência - Convolação da recuperação judicial - Razoabilidade - Decurso do prazo de mais de três anos da aprovação do plano de recuperação judicial, pelo qual se demonstrou este ter se mostrado inidôneo a manter a agravante ativa e socialmente útil - Empresa não mais explora atividades econômicas, vem acumulando dívidas, mesmo após o deferimento da recuperação, não está apresentando os balancetes mensais, além de ter emitido dezenas de duplicatas simuladas - Princípio da preservação da empresa que não pode ser invocado para justificar de forma ampla, abstrata e ilimitada, a manutenção da empresa que não cumpre com as obrigações assumidas no plano de recuperação judicial Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00680567120128260000 – Botucatu – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14068)

Recurso - Agravo de instrumento - Pretensão recursal voltada contra decisão que determinou a citação dos executados na pessoa do recorrente, considerado representante dos demandados - Magistrada que, diante do comparecimento espontâneo das executadas aos autos, com oferta de embargos do devedor, reconsiderou a decisão e atentou para a perda do objeto recursal compreendendo irrelevante a discussão quanto à condição de representante do agravante - Recorrente que pretende o prosseguimento do recurso, pois pendentes pedidos para que (a) não seja o recorrente visto como representante legal dos demandados; (b) seja o Juízo proibido de expedir qualquer intimação dos executados na pessoa do agravante - Irrelevância da discussão diante da reconsideração operada, e esvaziamento do objeto recursal também diante da existência de manifestação dos executados concordando com o recorrente e informando que será formalizada a substituição do representante legal - Ausência de interesse recursal pela não caracterização do binômio interesse + utilidade na obtenção do pronunciamento desejado nesta instância - Recurso não conhecido. Dispositivo: Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00700910420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21030)

Competência recursal - Litígio sobre o cumprimento da obrigação de transferência dos veículos, bem como dos respectivos contratos de financiamento para o nome do suplicado, e as consequências decorrentes do não cumprimento de tal obrigação - Matéria não inserida no art. 1º da Resolução n. 538/2011, e nem relativa à falência, recuperação judicial e extrajudicial - Competência das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial afastada - Redistribuição a uma das Câmaras de Direito Privado. Dispositivo: Não se conhece o recurso, determinando-se sua redistribuição a uma das Câmaras de Direito Privado. (Agravo de Instrumento 00726928020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21037)

Tutela antecipada - Ação inibitória - Decisão judicial que determinou a suspensão da demanda inibitória pelo prazo de um ano, ou até julgamento definitivo da ação de nulidade, nos termos do disposto no art. 265, IV, “a” do CPC - Alegação de que concorda com a existência de prejudicialidade externa entre as demandas indicadas, todavia, afirma que há prejuízo em manutenção do uso indevido pelos suplicados por marca e logotipo que não lhes pertence, devendo, portanto, ser concedida a antecipação de tutela pleiteada - Cabimento parcial - Anota-se que há evidente prejuízo em se aguardar o resultado da outra demanda para a análise da antecipação de tutela pleiteada, devendo-se obediência ao princípio do devido processo legal - Todavia, hipótese na qual, em que pese a empresa recorrente ter feito o pedido do registro da marca e do logotipo “Idéia no Pé”, em cognição inicial e apenas com os

documentos juntados, não há como se aferir quando foram idealizados, e se tal marca é de criação de seu sócio - Ademais, também ainda não há como se aferir que as marcas em questão causam confusão entre os consumidores, e consequentemente, se há desvio de clientela, não havendo, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações - Liminar denegada - Agravo de instrumento parcialmente provido, com observação. Dispositivo: Dá-se parcial provimento ao recurso para analisar a medida de urgência, com indeferimento da antecipação de tutela pleiteada. (Agravo de Instrumento 00758045720128260000 – Valinhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21237)

Recuperação Judicial - A existência de conflito de interesses e ação judicial entre um credor e a devedora em recuperação, não é motivo de impedimento/suspeição para o credor exercer o direito de voto na assembleia-geral - Inteligência dos arts. 7º, § 2º; 39; 40, § 2º; 49, §§3º e 4º e 51, todos da Lei nº 11.101/05 - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00768992520128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - Votação Unânime - Voto nº 13981)

Medida cautelar - Ação preparatória - Liminar não apreciada - Prazo de trinta dias não iniciado - Decreto de extinção do processo com fulcro no art. 808 do CPC afastado - Apelação provida para esse fim. Medida cautelar - Sociedade empresária constituída por duas sócias - Poder de administração concedido a ambas - Suspeita de desvio de numerário depositado em conta bancária - Pretensão da sociedade ao bloqueio de talonário retirado pela ré - Presença do binômio necessidade-utilidade – Apelação provida para afastar o decreto de extinção do processo. Dispositivo: recurso provido. (Apelação Cível 00026656320118260079 – Botucatu – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20532)

Tutela antecipada - Ação declaratória – Decisão judicial que deferiu a gratuidade processual, mas por entender que não havia prova inequívoca da fraude e que a medida poderia trazer prejuízos irreversíveis à parte contrária e a terceiros, não concedeu a antecipação de tutela pleiteada - Alegação de que descobriu que fora nomeado, por meio de atos fraudulentos, ao cargo de diretor secretário, conforme consta na ata da assembléia geral ordinária datada de 31 de março de 2010, e que diante da flagrante divergência da assinatura da ata em questão e de seu documento pessoal, bem como das declarações de testemunhas, está comprovado que não detém nenhuma ligação com a diretoria da cooperativa cossuplicada - Descabimento - Hipótese na qual, em cognição inicial e apenas com os documentos juntados, não há como afirmar que não foi o suplicante quem assinou a ata da assembléia objurgada - Cinco são os documentos juntados aos autos assinados pelo agravante, e todos, aparentemente, de forma diferente, dificultando a indicação da assinatura correta - Ademais, independentemente de tal fato, somente através de uma perícia grafotécnica é que se pode ter certeza de que houve falsificação - Não há, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações - Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00868045420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21218)

Falência - Pedido - Protesto especial - Desnecessidade - Jurisprudência consolidada desta Corte - Súmula 41 do TJESP - Prerrogativa do credor em eleger a via processual que pretende buscar seu crédito - Súmula 42 do TJSP - Ausência de depósito elisivo - Manutenção da decisão de decretação da quebra - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00911825320128260000 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13978)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de não fazer - Pleiteou pela concessão de tutela antecipada para que seja determinada aos recorridos ab initio a não utilizar a marca

ZETAFLEX e o nome do produto AEROTETO, bem como as demais expressões atreladas, em quaisquer meios de comunicação - Decisão que não concedeu a medida pleiteada, sem prévia oportunidade de defesa ao réu - Alega que há urgência na concessão da liminar, pois diante da concorrência desleal, além do prejuízo à empresa, há possibilidade de os consumidores a confundirem as empresas – Descabimento - Hipótese na qual, em cognição inicial e apenas com os documentos juntados, não há como se vislumbrar que o uso das palavras que fazem referência às marcas que pertencem à agravante, em meios de comunicação, especialmente a internet, possa vir a causar confusão no público consumidor em relação às empresas, e se há efetivo prejuízo, não havendo, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações - Ademais, não foi juntada nenhuma cópia referente aos produtos oferecidos por ambas as empresas, de modo a demonstrar que efetivamente a qualidade diverge, e consequentemente poderia ocasionar insegurança da marca - Liminar denegada – Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00976148820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21370)

Assistência judiciária. Justiça gratuita – Requisitos - Declaração de pobreza - Insuficiência - Indeferimento pautado em razão de a cópia da declaração de imposto de renda juntada comprovar a condição de pagamento das custas processuais pelo autor - Hipótese que deveria ter sido pontualmente rejeitada pelo suplicante em suas razões recursais, pois a mencionada declaração demonstra que o recorrente: a) possui numerário depositado em instituição financeira que lhe garante rendimentos; b) é detentor de veículo de valor considerável; c) possui quotas empresariais; e d) seu patrimônio elevou-se de R$ 1.145.378,88 para R$ 1.374.060,00 (fl. 94), assim como pretende o recebimento de R$ 6.541.464,93 (33% de R$ 19.822.621,00) a título de haveres, todavia, somente sustentou fazer jus ao benefício sob alegação de ter passado a sobreviver tão somente com o montante de sua aposentadoria - Reconhecimento de que o suplicante agiu de modo temerário, e, portanto, deve ser condenado ao pagamento do décuplo das custas judiciais - Benefícios indeferidos - Recurso não provido, com observação. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. Condena-se o suplicante ao pagamento do décuplo das custas judiciais. (Agravo de Instrumento 01015944320128260000 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21381)

Falência - Determinação de exclusão da anotação, junto aos órgãos de proteção ao crédito, do pedido de falência em nome das agravadas - Possibilidade de dano reconhecida - Necessidade de se apurar, assegurado o contraditório e ampla defesa, se as empresas agravadas fazem parte do mesmo conglomerado econômico - Suficiência, contudo, de ressalva junto à anotação que foi deferido pedido para sustar a inscrição - Precedentes da Câmara Reservada deste E. Tribunal de Justiça, - Recurso provido, em parte. (Agravo de Instrumento 01022872720128260000 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13876)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Razoabilidade da decisão - Pedido de antecipação de tutela que deve preencher os requisitos do art. 273 do CPC - Inocorrência na espécie - Elementos dos autos que parecem mesmo evidenciar violação à patente de invenção ou de modelo de utilidade dos agravados - Terceira empresa, inclusive, que suspendeu a venda dos produtos da agravante, diante de possível violação de direito dos agravados – Regimental improvido. (Agravo Regimental 01036106720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13815)

Recurso - Agravo de instrumento - Peça essencial - Interposição contra decisão que indeferiu “pedido de exclusão da recuperanda dos cadastros de inadimplentes” - Agravo de instrumento sob a alegação de que pleiteou apenas a supressão dos efeitos publicísticos dos protestos -

Ausente no instrumento cópia da petição em que solicitou a supressão em questão - Imprescindibilidade da petição para se discutir o indeferimento de primeiro grau e viabilizar o estudo do que se pediu (supressão dos efeitos publicísticos ou exclusão?), das alegações que embasaram o pedido, bem como para se ter ciência inequívoca das instituições credoras ali descritas - Negativa de seguimento - Legitimidade - Documento tido por essencial - Juntada tardia não admitida ante a preclusão anotada – Negativa de seguimento ao recurso mantida - Agravo não provido. Dispositivo: agravo interno improvido. (Agravo Regimental 01056095520128260000 – Urânia – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21632)

Competência - Distribuição de idêntica ação na Comarca de Goiânia, Estado de Goiás - Ajuizamento de nova ação na Capital Paulista - Evidência que a desistência e arquivamento da primeira ação se deram porque não atendido pedido de antecipação de tutela - Violação ao princípio do Juiz Natural - Inteligência do disposto no art. 253, caput, e II, do CPC - Competência de natureza absoluta conforme precedentes do C. STJ - Remessa dos autos à Comarca de Goiânia - Decisão recorrida anulada de ofício - Recurso prejudicado. (Agravo de Instrumento 01070966020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13820)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Razoabilidade da decisão - Não demonstrada a alegada fragilidade do laudo pericial, que avaliou imóvel - Perito que deixou claro que todos os elementos de ofertas pesquisados se encontram no mesmo condomínio do imóvel avaliando, sendo assim, qualquer que seja a valorização pretendida, já esta incorporada ao valor encontrado, pois as ofertas de imóveis a venda estão nas mesmas condições que o avaliando – Regimental improvido. (Agravo Regimental 01078812220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13916)

Agravo regimental - Decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente intempestivo - Pedido de reconsideração que não suspende e nem interrompe o prazo para interposição do recurso cabível - Regimental improvido. (Agravo Regimental 01109835220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13813)

Agravo regimental - Decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Razoabilidade da decisão - Autor que, respondendo expressamente por sociedade empresarial, pode vir a ser responsabilizado judicialmente por culpa no desempenho de suas funções Inteligência do art. 1.016 do CC - Protesto contra alienação de bens, de outro lado, que tem natureza acautelatória e conservativa de direitos, e, portanto, em tese, não traz maiores reflexos na esfera jurídica da pessoa contra a qual é voltada – Regimental improvido. (Agravo Regimental 01133192920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13736)

Agravo regimental - Decisão da Relatora que negou seguimento ao agravo de instrumento - Admissibilidade - Ausência de juntada dos originas das guias referentes ao preparo e porte de retorno - Não demonstração da impossibilidade de o fazer quando da propositura do recurso - Precedentes jurisprudenciais - Ausência, ademais, de comprovante de citação/intimação, nada se sabendo sobre a tempestividade do recurso - Regimental improvido. (Agravo Regimental 01174288620128260000 – Santo André – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13938)

Ação de destituição de administrador - Antecipação dos efeitos da tutela – Razoabilidade - Presença dos requisitos do art. 273, do CPC - Demonstração de quebra do dever de

confiabilidade e exclusividade, conforme ajustado no acordo de quotistas - Nomeação de administrador judicial que faz parte da pretensão antecipatória, desconhecendo-se a preocupação do réu-agravante com a fixação do salário mensal, que por certo será arcado pela autora-agravada – Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01221410720128260000 – Votuporanga – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13944)

Sociedade limitada - Gestão e administração – Repartição entre os sócios - Comprovação documental e testemunhal - Participação direta da demandante na tomada de decisões de alta responsabilidade como representante da pessoa jurídica nas relações jurídicas que esta mantinha com terceiros – Encargo que a parte não desempenharia com a responsabilidade, a cautela e a diligência necessárias caso não acompanhasse, mesmo que à distância da sede, as condições financeiras e a situação patrimonial da sociedade – Consequente improbabilidade de haver sido surpreendida por qualquer ato reputado como ilícito ou caracterizador de abuso de poder praticado pelo sócio demandado na administração da sociedade - Afastamento do pleito de indenização a título de reparação de danos - Litigância de má-fé não configurada - Manutenção da condenação nas verbas de sucumbência, tal qual discriminadas e arbitradas por equidade pelo MM. Juízo de Primeiro Grau, atento aos critérios valorativos descritos nas alíneas a, b e c do § 3º do artigo 20 do Código de Processo Civil – Apelação desprovida. (Apelação Cível 01694176420088260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 11731)

Tutela antecipada. Propriedade industrial. Obrigação de não fazer. Uso indevido de marca. “Sermatec”. Ausência de verossimilhança das alegações. Empresas que parecem atuar em ramos distintos de atividade. Agravante que atua no setor sucra-alcooleiro e Agravada que atua o setor metalúrgico e de energia elétrica. Perigo de dano não configurado. Marca utilizada pela Agravada há mais de vinte anos. Indeferimento mantido. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00570567420128260000 – Sertãozinho – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6783)

Tutela antecipada. Concorrência desleal. Decisão agravada que postergou a análise da liminar para após a apresentação da contestação. Agravados que foram intimados a apresentar resposta ao recurso. Contraditório formado. Possibilidade de exame da tutela antecipada por este juízo ad quem. Agravados que, enquanto ainda eram empregados da Agravante, constituíram empresa que atua no mesmo ramo. Tentativas de aliciamento de clientes e de contratação de empregados da Agravante. Agravado Reginaldo que descumpriu diversos deveres contratuais enquanto ainda era empregado da Agravante, mesmo após a constituição da empresa Agravada. As verossímeis alegações da Agravante se fundam em prova inequívoca dos fatos sustentados. Perigo de dano grave e de difícil reparação evidente. Tutela antecipada deferida. Cominação de multa para a hipótese de descumprimento. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00592513220128260000 – Limeira – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6829)

Dúvida de competência. Ação monitória ajuizada por massa falida. Ausência de vinculação ao juízo universal da falência. Incompetência das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Resolução nº 558/2011 deste E. Tribunal. Prevenção da C. 14ª Câmara de Direito Privado. Artigo 102 do Regimento Interno. Dúvida de competência suscitada. Suscitaram dúvida de competência. (Agravo de Instrumento 00654247220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7542)

Tutela antecipada. Abstenção de uso da marca “Natura”, sozinha ou acompanhada de qualquer outra expressão, ou de marca similar, pelas Agravadas, em qualquer atividade, em especial na construção de empreendimentos imobiliários, no presente ou no futuro. Verossimilhança das

alegações e perigo de dano não configurados. Nome de condomínio ou empreendimento imobiliário que é ato civil. Ausência de violação à marca, mesmo de alto renome. Precedente do C. Superior Tribunal de Justiça. Liminar revogada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00512851820128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7075)

Agravo de instrumento. Tempestividade. Interposição dentro do decêndio legal. Artigo 522 do CPC. Preliminar rejeitada. Tutela antecipada. Obrigação de não fazer. Não utilização de marca pertencente à Agravada. Descumprimento, mesmo após a dilação do prazo. Permanência de oferta de venda de produtos com o uso dessa marca no sítio eletrônico da Agravante. Multa cominatória devida. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00547702620128260000 – Ribeirão Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7169)

Exceção de incompetência. Ação cominatória c.c. reparação de danos. Uso indevido de marca. Competência do foro de domicílio do autor ou do local do ato ilícito. Artigo 100, V, 'a', parágrafo único, do CPC. Embargos de divergência em agravo nº 783.280/RS julgado recentemente pelo C. Superior Tribunal de Justiça que pacificou a questão. Precedentes deste E. Tribunal. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 03039575320118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7154)

Exceção de incompetência. Ação declaratória de rescisão de contrato de franquia. Relação de consumo não configurada. Necessidade de demonstração da abusividade da cláusula de eleição de foro. Necessidade de oitiva de testemunhas e de obtenção de documentos na Comarca de Belém, PA, que não é argumento para se reconhecer a abusividade da cláusula. Diferença de porte econômico entre as partes não provada. Dificuldade financeira dos Agravados não demonstrada. Ausência de prova de dificuldade ao exercício da ampla defesa. Abusividade da cláusula de eleição de foro não caracterizada. Exceção de incompetência improcedente. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00601469020128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7178)

Assistência judiciária gratuita. Indeferimento pelo juízo a quo. Pessoa natural que prestou declaração de pobreza. Elevado valor da causa. Profissão do Agravante que aponta impossibilidade de pagamento de custas e despesas processuais. Benefício concedido. Decisão reformada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00637038520128260000 – Mogi das Cruzes – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6999)

Cumprimento de sentença. Suspensão de alienação de imóvel penhorado. Requerimentos de declaração de impenhorabilidade do imóvel, por ser bem de família, e de substituição da penhora ainda não analisados pelo juízo a quo. Verossimilhança da alegação de impenhorabilidade. Presença de óbice à alienação do imóvel penhorado. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00656983620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6998)

Recuperação judicial. Privilégio de pagamento aos credores, dentro da classe quirografários, que permanecem sendo os maiores fornecedores de matéria-prima à recuperanda. Possibilidade. Igualdade material. Princípios constitucionais da função social e da preservação da empresa. Efetivação. Artigo 47 da Lei nº 11.101/05. Precedente. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00488610320128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6772)

Embargos de declaração. Contradição. Inocorrência. Contradição entre o julgamento e o entendimento da parte que não permite o acolhimento de embargos de declaração. Caráter meramente infringente. Abuso do direito de recorrer. Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00259153720128260000 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7809)

Sentença - Julgamento citra petita - Ação ajuizada em face de sociedade empresária e seus sócios - Julgamento de parcial procedência - Sentença proferida tão somente em desfavor da pessoa jurídica ré - Omissão quanto às pessoas naturais citadas - Vício da sentença evidenciado - Impossibilidade de aproveitamento do ato decisório pelo órgão colegiado por falta de interesse de agir do sócio apelante - Sentença anulada de ofício - Dispositivo: sentença anulada de ofício. (Apelação Cível 00800253220088260224 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Voto nº 19161)

Propriedade industrial - Marca - Semelhança entre marcas - Aplicação dos princípios da anterioridade e especificidade – Inaplicabilidade de proteção absoluta à marca notória - Inconfundibilidade com marca de alto renome - Aplicação do princípio da especialidade à marca notória - Procedência do pedido de abstenção do uso da marca - Apelação improvida Propriedade - Industrial - Marca - Expressão formada pela conjugação da palavra “DELL” com a palavra “TECH” (DELLTECH) pela ré - Atuação das litigantes no ramo da informática - Semelhança entre os serviços prestados - Possibilidade de conduzir consumidor a erro ante a semelhança gráfica e especialmente fonética - Procedência do pedido de abstenção do uso da marca - Apelação improvida. Responsabilidade civil - Dano material - Violação de marca - Pedido de aplicação do art. 210, III, da LPI - Procedência - Prova documental do uso da marca nas relações negociais entabuladas pela ré - Condenação ao pagamento de royalties pelo uso não licenciado da marca, limitado, porém, ao tempo de duração dos contratos juntados aos autos – Apelação improvida, com observação. (Apelação Cível 00380369220098260068 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19233)

Marca – Nominativa e mista - Colidência entre as marcas notórias da autora (“Louis Vuitton”, “Vuitton”) e da ré (“Viviton”) - Prescindibilidade de registro da marca notória para receber proteção - Aplicação do princípio da especialidade - Atuação das litigantes no mesmo segmento de mercado da moda - Semelhança gráfica e fonética entre as marcas - Possibilidade de associação entre as marcas, embora o público alvo seja diferente - Hipótese, ademais, em que coautora depositou suas marcas em data anterior aos depósitos das marcas mistas da recorrente - Ação de obrigação de não fazer procedente - Apelação improvida neste tocante. Marca – Figurativa - Desenho intitulado “Monograma Canvas” - Elemento figurativo identificador da marca “Louis Vuitton” reproduzido em bolsas comercializadas pela ré - Violação do direito de exclusividade da marca pertencente à cossuplicada - Ação de obrigação de não fazer procedente - Apelação improvida neste tocante. Marca - Figurativa - Desenho intitulado “Damier” - Elemento identificador da marca “Louis Vuitton” caracterizado pelo desenho xadrez em cores diversas (marrom e bege) - Desenho xadrez pertencente ao domínio público – Diferencial presente na padronagem das cores, dotadas de originalidade e novidade - Estampa idêntica utilizada em baú comercializado pela recorrente, que usa a marca “Viviton” - Violação do direito de exclusividade da marca pertencente à cossuplicada - Ação de obrigação de não fazer procedente - Apelação improvida neste tocante. Marca - Coleção de moda “Grafitti” - Inspiração da estilista na arte da grafiti, notoriamente de domínio público - Estamparia de bolsas lançadas pela “Louis Vuitton” não dotadas de novidade e, portanto, não passíveis de proteção, especialmente porque não levada a registro no órgão competente - Hipótese, porém, em que ré reproduz estampa com a expressão “Viviton”, marca que colide com a marca notória da coautora - Vedação à reprodução da estampa pela suplicante - Ação de obrigação de não fazer procedente - Apelação improvida neste tocante. Denominação social - Colidência entre

nome empresarial ("Viviton") e marca notória internacional ("Louis Vuitton" ou "Vuitton") - Atuação das litigantes no mesmo segmento da moda - Hipótese em que empresa francesa não conta com registro no território brasileiro com a denominação social francesa (Louis Vuitton Malletier), atuando sob denominação diversa, formada pelas iniciais de seu fundador (LVMG Fashion Group) - Registro do nome empresarial da ré superveniente ao registro da marca da empresa estrangeira - Aplicação do princípio da anterioridade - Obrigação da recorrente de alterar sua denominação social - Condenação à obrigação de fazer - Apelação improvida neste tocante. Responsabilidade civil - Lucros cessantes – Marca - Direito de exclusividade violado pela ré - Situações descritas no art. 210 da LPI não comprovadas no caso concreto - Desconhecimento da data do início da violação do direito e falta de prova dos benefícios que as apeladas deixaram de auferir ou que a apelante auferiu - Inadequação da fase de liquidação da sentença para constituição da prova do prejuízo - Improcedência do pedido de condenação ao pagamento de royalties pelo uso não licenciado da marca - Pedido de indenização por dano material improcedente – Apelação parcialmente provida neste tocante. Responsabilidade civil - Dano moral - Marca – Direito de exclusividade violado pela ré - Simples fato da violação da propriedade industrial inapto para abalar a imagem e reputação da demandante - Desvalorização da marca não demonstrada pela autora - Pedido de indenização por dano moral improcedente - Apelação parcialmente provida nesse tocante. Dispositivo: recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 02129648620108260100 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20883)

Prestação de contas – Primeira fase – Sociedade empresária - Poderes de administração conferidos a ambas as sócias - Gestão de fato exercida apenas pela ré - Dever de prestação de contas reconhecido - Legitimidade passiva da apelante - Ação de prestação de contas procedente - Apelação improvida. Prestação de contas - Primeira fase – Sociedade empresária - Poderes de administração conferidos a ambas as sócias - Gestão de fato exercida apenas pela ré - Direito da sócia de exigir prestação de contas à administradora de fato, independentemente de prévia notificação extrajudicial – Direito não condicionado pela norma civil ou pelo contrato social - Interesse de agir da suplicada reconhecido - Ação de prestação de contas procedente - Apelação improvida. Dispositivo: recurso improvido. (Apelação Cível 00143657020108260079 – Botucatu – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19241)

Prazo - Termo inicial - Defensoria Pública – Intimação pessoal - Prerrogativa concedida pelo art. 44, I, da LC n. 80/94 - Recurso interposto cinco dias depois da intimação pessoal - Tempestividade reconhecida - Preliminar rejeitada. Citação - Edital - Tentativas frustradas de citação por carta - Subsequente citação por edital - Nulidade - Ciência da autora acerca do paradeiro dos réus - Situação descrita no art. 231, II, do CPC, não verificada no caso concreto - Ocultação dos réus demandaria citação por hora certa, e não editalícia, esta medida extrema adotada como ultima ratio - Apelação provida para anular o processo desde a citação por edital. Dispositivo: rejeita-se a preliminar de intempestividade da apelação e dá-se provimento ao recurso para anular o processo desde a citação por edital. (Apelação Cível 00593430420078260576 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19393)

Agravo interno - Interposição contra decisão monocrática que negou seguimento a recurso de apelação considerado deserto - Porte de remessa e retorno – Ausente recolhimento no ato de interposição do recurso - Pressuposto de admissibilidade inobservado (art. 511, caput, do CPC) - Deserção caracterizada - Entendimento jurisprudencial neste sentido - Decisão monocrática mantida - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo interno não provido. (Agravo Regimental 00389308520098260224 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21630)

Petição inicial - Ação cautelar de exibição de documentos - Objetivo de apurar valor real das transações (sucessivas cisões e incorporações) e do valor das cotas cedidas pela corré - Ação de natureza satisfativa (CPC, art. 844, II e III) - Direito de exibição de documentos comuns ou de escrituração comercial não obstado pelo arquivamento dos atos de constituição e alterações societárias pela Junta Comercial, desde que demonstrada a pertinência do pedido - Hipótese em que cotas sociais de pessoa jurídica do qual o autor era sócio (RMN) foram alienadas integralmente a terceira empresa da qual o autor também era sócio (Primarca), cujo patrimônio foi parcialmente adquirido pela primeira empresa (RMN) - Inverossimilhança da alegação de trespasse de sociedade sem conhecimento de seus sócios - Entrelaçamento de operações, porém, que merecem atenção do Juízo, especialmente porque uma das pessoas envolvidas possuia idade avançada, não sendo improvável que tenha ocorrido dificuldades ou irregularidades nas relações entabuladas entre os parentes-empresários - Situação em que suspeita de uso do processo para fins ilícitos não obsta o prosseguimento da ação cautelar – Exordial recebida - Apelação provida para esse fim. Petição inicial - Ação cautelar de exibição de documentos - Objetivo de apurar valor real das transações (sucessivas cisões e incorporações) e do valor das cotas cedidas pela corré – Ação de natureza satisfativa (CPC, art. 844, II e III) - Direito de exibição de documentos comuns ou de escrituração comercial não obstado pelo arquivamento dos atos de constituição e alterações societárias pela Junta Comercial, desde que demonstrada a pertinência do pedido - Documento comum equivalente àquele de interesse dos que o subscreveram e ainda de terceiros que, no plano do direito material, se teriam vinculado à relação jurídica nele contida - Interesse de agir presente - Exordial recebida Apelação provida para esse fim. Petição inicial - Ação cautelar de exibição de documentos de natureza satisfativa - Livros comerciais - Exame parcial de seu conteúdo - Possibilidade (CC, art. 1.191, § 2º, e CPC, arts. 381, III, e 382) - Exibição requerida como medida preventiva, em ação judicial, mas limitada às transações entre os litigantes (Súmulas ns. 260 e 390 do STF) - Possibilidade jurídica do pedido reconhecida - Exordial recebida - Apelação provida para esse fim. (Apelação Cível 01645927220118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19684)

Recurso - Agravo de Instrumento - 5ª Câmara de Direito Privado que recebeu o processo por prevenção, mas dele não conheceu e determinou a remessa para a Câmara Reservada - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP - Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02775155020118260000 – Laranjal Paulista – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13818)

Dano moral - Marca Tubaína - Ação de obrigação de não fazer julgada procedente para impedir o uso da expressão Dubaína ou qualquer outra semelhante como designativo de marca - Pretensão da autora à indenização por dano moral e material - Improcedência - Marca registrada que atualmente é expressão de uso comum, designando refrigerantes com sabor tutti-fruti - Fato que afasta a proteção à marca (LPI, art. 124, V) - Pedido inaugural que sequer deveria ter sido acolhido - Apelação improvida. Responsabilidade civil - Dano material – Violação de marca - Pedido de aplicação do art. 210, III, da LPI – Improcedência - Inexistência de indício da data em que a marca começou a ser violada - Imprescindibilidade da pré-constituição da prova - Inadequação da fase de liquidação da sentença para constituição de prova do prejuízo - Improcedência do pedido de condenação ao pagamento de royalties pelo uso não licenciado da marca - Apelação improvida. Dano moral - Violação de marca Insuficiência da contrafação, por si, para caracterização do prejuízo extrapatrimonial - Imprescindibilidade de prova do abalo na reputação da pessoa jurídica pelo uso indevido da marca - Hipótese em que embora a expressão possa causar confusão aos consumidores, não há prova de que o produto da ré possui qualidade inferior à da autora, fato este que abalaria a imagem da apelante - Pedido de indenização por dano moral improcedente - Apelação

improvida. (Apelação Cível 00030604820108260125 – Capivari – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20431)

Prova - Indeferimento em primeiro grau de realização de prova oral - Alegações de que o indeferimento cerceia o direito de defesa dos recorrentes, e de que a prova se prestaria a desconstituir tese dos agravados - Demanda que acumula extenso repertório documental e pericial – Argumentação recursal que não se presta a evidenciar a imprescindibilidade da prova indeferida - Livre convencimento do Magistrado que teve acesso aos seis volumes dos autos que deve ser preservado - Decisão agravada mantida - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00056346020128260000 – Avaré – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Voto nº 20246)

Prova - Indeferimento em primeiro grau de realização de prova documental - Alegações de que o indeferimento cerceia o direito de defesa do recorrente, e de que a prova se prestaria a desconstituir tese dos agravados - Produção de prova documental que importaria em violação do sigilo negocial de empresas estranhas à lide - Inadmissibilidade – Ausentes elementos aptos a justificar a imprescindibilidade da medida - Solução final da lide que passará pela apreciação do extenso repertório probatório levado aos autos - Livre convencimento do Magistrado que teve acesso a todos os volumes dos autos que, ademais, deve ser preservado - Decisão agravada mantida. Recurso não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00068298020128260000 – Marília – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24245)

Agravo interno - Interposição contra decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento por considerá-lo manifestamente improcedente – Reiterada jurisprudência desta Câmara Especializada quanto ao entendimento de que se submete ao processamento da recuperação judicial os créditos garantidos por alienação fiduciária levada a registro em data posterior ao do ajuizamento da demanda recuperacional - Manutenção dos fundamentos da decisão interlocutória de primeira instância e da decisão agravada - Agravo não provido. Dispositivo: agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00094687120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21631)

Agravo interno - Interposição contra decisão monocrática que negou seguimento a agravo considerado deserto - Porte de retorno - Ausente recolhimento - Pressuposto de admissibilidade inobservado (art. 511, caput, do CPC) - Deserção caracterizada - Entendimento jurisprudencial neste sentido - Decisão monocrática mantida - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo Regimental 00135591020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21069)

Agravo interno - Interposição contra decisão monocrática que negou seguimento a recurso de apelação considerado deserto - Porte de remessa e retorno - Ausente recolhimento no ato de interposição do recurso - Pressuposto de admissibilidade inobservado (art. 511, caput, do CPC) - Deserção caracterizada - Entendimento jurisprudencial neste sentido - Decisão monocrática mantida - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo Regimental 00079217220118260568 – São João da Boa Vista – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21378)

Agravo interno - Recurso dirigido a decisão monocrática que negou seguimento a agravo considerado deserto - Hipótese em que a comprovação de recolhimento das custas processuais deveria ter sido feita no momento da interposição do agravo de instrumento, não havendo justo motivo para ser acatada comprovação posterior - Encerramento do expediente bancário em horário anterior ao do protocolo do recurso que não se caracteriza como justo motivo - Manutenção da decisão agravada - Agravo interno não provido. Dispositivo: Agravo

não provido. (Agravo Regimental 00172746020128260000 – Sertãozinho – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21070)

Propriedade industrial - Marca - Revenda pela ré de produtos importados fabricados pela autora – Importação paralela - Ilicitude condicionada à prova de que produto foi vendido no exterior por pessoa que não tinha autorização para comercializá-lo - Falta de prova no caso concreto de que ré adquiriu os equipamentos de pessoa não integrante da rede oficial de distribuição, seja no exterior ou no território nacional (CPC, art. 333, I) - Princípio da exaustão de direitos (LPI, art. 132, III) - Legitimidade da revenda de produtos oriundos de importação paralela - Ação de obrigação de não fazer parcialmente procedente - Apelação improvida neste tocante. Propriedade industrial - Marca - Importação paralela - Superveniente revenda e/ou locação de equipamento remanufaturado - Ilegitimidade - Remanufatura e/ou recondicionamento autorizados somente por pessoa abalizada pela titular da marca - Alteração das condições originais do produto passível de acarretar declínio de qualidade se feita de forma inadequada - Vinculação da marca à má experiência do consumidor - Possibilidade de mácula da imagem da titular da marca - Observância, ademais, aos objetivos da Política Nacional de Relações de Consumo - Orientação do STJ neste sentido - Hipótese em que recorrida não possui autorização da suplicante para recondicionar seus produtos – Exploração comercial das máquinas remanufaturadas e/ou recondicionadas vedadas, autorizados apenas o comércio e/ou locação dos equipamentos meramente usados - Ação de obrigação de fazer parcialmente procedente - Apelação parcialmente provida para este fim. Dispositivo: recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00277728620108260001 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20643)

Recurso - Agravo de Instrumento - 3ª Câmara de Direito Privado que recebeu o processo por prevenção - Interposição de agravo regimental contra decisão monocrática, com preliminar de suscitação de dúvida de competência - Processo redistribuído sem instauração do incidente - Anterior agravo de instrumento também distribuído à 8ª Câmara de Direito Privado - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP - Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Agravo Regimental 00238056520128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13928)

Recurso - Agravo de instrumento - Descumprimento do art. 526 do diploma processual - Alegação genérica, sem qualquer comprovação pelo agravado, conforme lhe obriga o parágrafo único do art. 526 do CPC - Ademais, ausente prejuízo – Pleno exercício do contraditório pelo recorrido - Preliminar rejeitada. Tutela antecipada - Pedido liminar de suspensão da exigibilidade de cláusulas de não concorrência - Concessão em primeiro grau - Existência válida no contrato social de obrigatoriedade de não concorrência, não sendo identificada abusividade - Violação comprovada solidamente pelos elementos constantes nos autos - Agravado que passou a integrar quadro societário de empresa que explora objeto social semelhante, pouco comum, na mesma circunscrição territorial de Barueri - Concorrência não autorizada comprovada - Ausente elementos de relativização da aplicação das cláusulas discutidas, de conhecimento e anuência pacífica pelo agravado desde o ato de constituição da sociedade - Manutenção da vigência das cláusulas contratadas - Revogação da tutela antecipada - Agravo de instrumento provido. Dispositivo: Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00270889620128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20475)

Tutela antecipada. Alegação de impossibilidade de cumprimento das medidas judiciais impostas - Argumentação apresentada que já fora deduzida em recurso precedente que teve

seguimento negado em decisão monocrática deste Relator, confirmada por decisão colegiada em v. aresto que julgou agravo regimental - Preclusão consumativa e ofensa à unirrecorribilidade - Recurso não conhecido neste tocante. Multa diária - Decisão agravada que majorou para R$ 10.000,00 a astreinte fixada para o caso de descumprimento de determinação judicial - Pertinência - Ofensa à proporcionalidade não identificada diante do porte econômico da recorrente, e prejuízos vislumbrados à agravada pela demora no cumprimento da obrigação - Majoração mantida - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo de instrumento não conhecido em parte, e não provido na parte conhecida. (Agravo de Instrumento 00271391020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20509)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de não fazer - Pleiteou pela concessão de tutela antecipada para que a recorrida promova imediatamente a sua admissão no quadro de cooperados, sob pena de multa diária - Decisão que não concedeu a medida pleiteada - Sustenta que atende a todos os requisitos e pressupostos de capacitação profissional para ingressar como cooperado, e de acordo com o Inc. I do art. 4º da Lei n. 5.764/71, e que tem deixado de atender a vários pacientes diante de sua não inclusão nos quadros da recorrida - Descabimento - Hipótese na qual, em cognição inicial e apenas com os documentos juntados, não há como se aferir se o suplicante efetuou o devido processo administrativo para buscar a sua inclusão, não havendo, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações - Liminar denegada - A questão aqui debatida poderá vir a ser novamente aventada, se assim entender o suplicante, se a defesa apresentada pela suplicada não demonstrar a existência de justo motivo para que não efetue a inclusão pleiteada - Agravo de instrumento não provido, com observação. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso, com observação. (Agravo de Instrumento 00348991020128260000 – Itu – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20595)

Recuperação judicial - Plano efetivamente aprovado e homologado - Decisão judicial posteriormente acatando pedido de redução de parte de crédito, para fins de o credor se valer da preferência no pagamento - Impossibilidade, muito embora possa até mesmo materialmente não trazer qualquer prejuízo às recuperandas - Possibilidade, todavia, de comprometer o plano de pagamento traçado - Ativos não operacionais destinados à venda, levaram em conta o total de créditos até o limite de dez mil reais, quando da proposta de pagamento - Alteração posterior, sem concordância dos demais credores e administrador judicial, que potencialmente podendo criar desiquilíbrio nos pagamentos, comprometendo ou dificultando o seu sucesso, implicando na ruptura do sistema que o plano encerra - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00357444220128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14066)

Recuperação judicial - Plano efetivamente aprovado e homologado - Decisão judicial posteriormente acatando pedido de redução de parte de crédito, para fins de o credor se valer da preferência no pagamento - Impossibilidade, muito embora possa até mesmo materialmente não trazer qualquer prejuízo às recuperandas - Possibilidade, todavia, de comprometer o plano de pagamento traçado - Ativos não operacionais destinados à venda, levaram em conta o total de créditos até o limite de dez mil reais, quando da proposta de pagamento - Alteração posterior, sem concordância dos demais credores e administrador judicial, que potencialmente podendo criar desiquilíbrio nos pagamentos, comprometendo ou dificultando o seu sucesso, implicando na ruptura do sistema que o plano encerra - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00357504920128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14065)

Recurso - Agravo de instrumento - Pretensão à reforma de decisão que, ao apreciar o pedido de reconsideração, manteve a decisão anterior que havia denegado os benefícios da

assistência judiciária gratuita - Inadmissibilidade – Prazo recursal que se inicia a partir da ciência do primeiro despacho - Pedido que não tem o condão de reabrir lapso temporal - Intempestividade reconhecida - Recurso não conhecido nesta parte. Custas - Ação ordinária - Pretensão ao recebimento do benefício do diferimento de custas ao final – Impossibilidade - Ausência dos requisitos - Hipótese na qual, além de a ação em questão não constituir uma das hipóteses em que o diferimento é cabível, cumpria ao recorrente comprovar, de maneira idônea, a impossibilidade de recolhimento dos valores, todavia, os documentos existentes demonstram situação contrária, ou seja, que detém condições de arcar com as custa processuais - Benefícios indeferidos - Recurso não provido neste tocante. Dispositivo: Conhece-se de parte do recurso, e na parte conhecida, nega-se provimento. (Agravo de Instrumento 00358258820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20650)

Recurso - Agravo de Instrumento - Insurgimento contra decisão que determinou que o crédito da agravada constasse na classe dos quirografários - Retratação do Juízo a quo - Perda de interesse recursal - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00399872920128260000 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20685)

Assistência Judiciária - Justiça Gratuita - Meio de acesso à Justiça executado por advogado (público ou privado) que aceite o exercício desse "múnus", dando concreção ao estabelecido no artigo 133 da Constituição Federal - Rol das garantias do exercício da cidadania, sendo, pois, um direito subjetivo público destinado a igualar os desiguais - Revogação do benefício - Presunção de veracidade da situação de hipossuficiência econômica infirmada pelos elementos dos autos - Indícios de capacidade de suportar as custas da ação de prestação de contas, não podendo ser compelido o Estado a arcar com outras despesas judiciais, especialmente salário de perito contábil, para alguém que goza de tanto prestígio social e é empresário da noite - Procedência da impugnação ao deferimento do benefício da gratuidade de justiça – Apelação provida. (Apelação Cível 00147655620118260562 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12144)

Recurso. Embargos de declaração. Oposição a decisão monocrática do Relator que denegou seguimento a agravo de instrumento devido à intempestividade da interposição, com fundamento no artigo 557 do Código de Processo Civil. Conhecimento como agravo "interno ou regimental", em atendimento aos princípios processuais da instrumentalidade das formas e da fungibilidade recursal, já que o prazo dos dois recursos é o mesmo e a parte alegou omissão da decisão monocrática denegatória na apreciação de alegações lançadas nas razões do agravo de instrumento. Recurso. Agravo de instrumento. Manifesta inadmissibilidade confirmada. Prova documental da intempestiva interposição, providenciada pela parte somente depois de proferida decisão indeferidora de seu próprio pedido de reconsideração. Recurso desprovido. (Embargos de Declaração 01388017620128260000 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12578)

Recuperação Judicial. Energia elétrica. Sujeitam-se ao plano de recuperação judicial os créditos decorrentes do fornecimento de energia elétrica apenas até a data da distribuição do respectivo processo. Recuperação Judicial. Não é de competência do juízo recuperacional as relações jurídicas nutridas entre a recuperanda e terceiros após a distribuição do feito, pelo que são nulas as deliberações que, a respeito, tomar o Juiz de Direito que preside o respectivo processo. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01422975020118260000 – Suzano – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22469)

Impugnação de crédito. Se o devedor revel não é intimado para cumprimento de sentença, não pode receber a sanção prevista no art. 475 J do Código de Processo Civil. E, se, no interregno, impetra recuperação judicial, fica impossibilitado de fazê-lo, pena de violar o princípio da igualdade entre os credores. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02565842620118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24219)

Falência. Sociedade e sócio. Até dois anos após o arquivamento válido do ato que o exclui, voluntária ou compulsoriamente, da sociedade, responde o sócio, nos limites da contratação, por suas obrigações. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02638150720118260000 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24287)

Falência. Anterior autorização judicial, sancionada por decisão desta instância, para a realização de acordos entre a massa falida e devedores que dispunham de títulos que lhes conferiam crédito perante sociedades coligadas, desde que razoáveis. Falência. Expressão coligadas sem a conotação técnica da lei do anonimato ou do Código Civil. Critério de razoável que está ligado aos números pré-estabelecidos no Plano Geral de Acordos. Impugnação pelo falido que não demonstra a violação de tais especificidades. Falência. Acordos que, ao proporcionar recuperação mais rápida de ativos financeiros da massa, elimina créditos contra suas coligadas e que poderiam, teoricamente, contaminar a massa falida objetiva da instituição financeira. Recurso desprovido, revogado o efeito suspensivo. (Agravo de Instrumento 02696532820118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24349)

Recuperação Judicial. Certidões negativas de débitos. Exigência para homologação do plano aprovado pelos credores. Descabimento em face da omissão do Poder Executivo que não cuidou de propiciar instrumento normativo que permitisse parcelamento adequado dos débitos fiscais. Dispensa. Recurso provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 02870007420118260000 – São Caetano do Sul – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24218)

Crédito extraconcursal. Honorários de advogado contratado pela massa falida. Verba que não se sujeita a rateio, devendo ser paga na medida em que se disponha do respectivo numerário. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02921581320118260000 – José Bonifácio – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24131)

Nulidade. Contratos de prestação de serviços de advocacia firmados com sociedade anônima, mas subscritos por conselheiros e não por diretores. Serviços, entretanto, prestados. Declaração de ineficácia que não impede a postulação de pagamento porque isto implicaria em enriquecimento sem causa. Impugnação de crédito. Incidente que pode açambarcar as características de um processo de conhecimento, admitindo a livre investigação acerca da efetiva existência do crédito e seu montante. Perícia. Abrangência que dependerá da formulação e adequação dos quesitos formulados tendo em conta o objeto da prova técnica e a valoração do que pleiteado pelo credor. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02947503020118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24343)

Falência. Dação em pagamento de imóvel às vésperas do pedido de recuperação judicial, que foi, depois, convolada em falência. Hipótese evidente de ineficácia com negativa de entrega das chaves e consequente arrecadação. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 03049838620118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24286)

Recurso. Pedido formulado que não abrange os fundamentos expostos para alteração do julgado. Irrelevância. Manifesto o interesse no provimento, não se há de exigir milimétrica correspondência entre pedido e causa de pedir. Impugnação de crédito. Falta de demonstração do desacerto aritmético do crédito admitido como existente pelo administrador judicial. Improcedência mantida. Honorários de advogado. Se são deduzidos dois pedidos e nenhum deles é acolhido, descabe falar em reciprocidade da sucumbência. O arbitramento da verba honorária, entretanto, deve ser consentâneo com o trabalho desenvolvido. Redução operada, nos termos do art. 20, § 4º, do CPC, para R$.7.000,00. Recurso integralmente conhecido e parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00082310220128260000 – Mairiporã – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24426)

Recuperação Judicial. Denúncias de manipulação de votos em assembleias de credores, assim como de simulações, devem ser investigadas e, comprovadas, resultar em convolação em falência, observado, porém, o devido processo legal, que consiste no amplo direito de defesa, o que inviabiliza o atendimento antecipado de pleito nesse sentido. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00268698320128260000 – Adamantina – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24425)

Embargos de Declaração. Erro passível de correção a qualquer tempo e inócuo para o desfecho do recurso, inocorrente, outrossim, omissão. Embargos parcialmente acolhidos, embora sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 01103628920118260000 – Santo André – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24163)

Sentença - Julgamento extra petita - Vício inexistente – Ação de prestação de contas - Primeira fase do procedimento que restou superada sem sentença - Sentença proferida na segunda fase do procedimento que julga as contas prestadas e fixa o valor do saldo credor em favor de uma das partes – Impugnação meramente formal - Anulação da sentença em razão da distinção entre carga declaratória e condenatória que demonstraria excesso de formalismo e configuraria retrocesso se fosse reaberta a discussão pela determinação de apresentação das contas na forma mercantil após apuração das contas por meio de perícia. Sucumbência - Remuneração do perito - Verba decorrente da aplicação do artigo 20 do Código de Processo Civil. Sentença procedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 01197889820068260001 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12039)

Agravo Regimental. Não se faz presente o periculum in mora autorizador da antecipação da tutela recursal quando a jurisprudência uniforme da Corte é contrária à pretensão deduzida pela recorrente. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 00512210820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24278)

Agravo Regimental. Interposição contra negativa de efeito suspensivo em agravo de instrumento. Admissibilidade à vista do art. 253 do Regimento Interno. Reiteração das razões do agravo de instrumento que não convencem do desacerto da decisão monocrática. Recurso conhecido e desprovido. (Agravo Regimental 00533343220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24449)

Falência. Pedido de restituição. Improcedência do pedido. Hipótese que desafia recurso de apelação. Artigo 90 da Lei nº 11.101/2005. Agravo de instrumento não conhecido. (Agravo de Instrumento 00196692520128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12534)

Competência. Conexão. Ações propostas em comarcas diversas. Relação processual formada em ambas as demandas. Prevenção do juízo onde primeiro ocorreu a citação válida. Aplicação do artigo 219 do Código de Processo Civil, e não do artigo 106, incidente quando envolvidos órgãos de mesma competência territorial. Impossibilidade de verificação, no caso concreto, da precedência da citação. Alegações da agravante fundadas em matérias inaptas a reverter a decisão de primeiro grau, devendo esta ser mantida. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00832675020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12481)

Tutela antecipada. Ação revisional de "Compromisso de Venda e Compra de Estabelecimento Comercial", com pedido de indenização por danos morais. Pretensão à suspensão dos pagamentos das parcelas do contrato com o afastamento da mora até a prolação da sentença. Ausência de preenchimento dos requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil, autorizadores da antecipação pretendida. Inexistência de prova inequívoca que acaba por não conduzir à verossimilhança das alegações. Insuficiência dos documentos carreados ao feito e reproduzidos neste instrumento para o fim de demonstração inequívoca do alegado. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 01022612920128260000 – Santo André – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12596)

Tutela antecipada. Ação inibitória de exploração indevida de conjunto-imagem (trade dress) relacionado a marca. Pretensão fundada na anterioridade do registro do signo distintivo no INPI e em suposta prática de concorrência desleal. Concessão à luz do sistema normativo de proteção à concorrência desleal, independentemente da pendência de controvérsia, neste momento processual, acerca da extensão da proteção marcaria obtida pela demandante. Presença dos requisitos estabelecidos no artigo 273, caput e § 1º, do Código de Processo Civil. Demonstração da distintividade do conjunto-imagem do produto e possibilidade de o concorrente, lançado posteriormente, provocar confusão no mercado consumidor em virtude da evidente semelhança visual entre ambos. Risco de prejuízo aos consumidores menos detalhistas e à autora potencialmente arriscada a sofrer decréscimos nos seus resultados comerciais por razões alheias à livre concorrência resguardada em nosso ordenamento jurídico. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 01105106620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12573)

Valor da causa. Ação de revisão de cláusula contratual. Revisão que não se refere à integralidade da avença. Contrato parcialmente cumprido. Pretensão de revisão de cláusulas que impedem o exercício de atividade profissional e tratam da alienação e locação de bens. Manutenção do valor atribuído à causa pelo autor. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 01004061520128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12453)

Recurso. Agravo de instrumento. Alegação de matéria ainda não decidida pelo Juízo a quo. Impossibilidade de análise e manifestação nesta fase recursal, sob pena de violação ao princípio do duplo grau de jurisdição. Não conhecimento. Valor da causa. Impugnação. Ação anulatória de retirada de sócio de sociedade empresária. Em se tratando de litígio que tenha por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão de negócio jurídico, o valor da causa é o valor do contrato. Inteligência do artigo 259, V do Código de Processo Civil. Atribuição do valor da causa como sendo o da relação jurídica cuja existência se pretende negar, visando seja declarada sua nulidade. Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento conhecido em parte e nesta provido. (Agravo de Instrumento 01081653020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12598)

Agravo de Instrumento. Ausência de peças necessárias à intelecção da controvérsia. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02772582520118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24347)

Recurso - Agravo de instrumento - Insurgência – Objeto - Decisão que fixou o termo a quo para o início da fluência do prazo para a apresentação da defesa, sem carga reiterativa - Interposição no prazo legal - Afastamento da preliminar de intempestividade arguida pelos agravados. Prazo - Resposta à demanda de prestação de contas - Termo a quo - Ciência inequívoca dos demandados acerca do teor do despacho que determinou à serventia a retificação da autuação do processo para excluir anotação do nome de pessoa jurídica indevida incluída no polo passivo - Peculiaridade do caso concreto, no qual se verificou a inviabilidade jurídica da cogitada existência, ainda que temporária, de litisconsórcio passivo, bem como da sugerida ocorrência da desistência subjetiva parcial, e a impossibilidade de retroceder a abertura do prazo para resposta à data da juntada do único mandado de citação válido, por ser esta anterior à supramencionada retificação da autuação - Atendimento ao princípio processual da ampla defesa - Reconhecimento da tempestividade da contestação apresentada. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00850351120128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12388)

Ação. Condições. Legitimidade das partes, interesse processual e possibilidade jurídica do pedido. Matéria cognoscível de ofício pelo Juiz, ainda que não aventada pelo réu em contestação. Atendimento ao disposto no § 4º do artigo 301 do Código de Processo Civil, aplicável nos procedimentos de recuperação e falência empresariais, consoante a norma do artigo 189 da Lei nº 11.101/2005. Alegação de carência, entrosada com a matéria de mérito no caso em tela. Desacolhimento. Confirmação da legitimidade passiva e da adequação do meio processual escolhido pela demandante credora. Falência. Decretação. Fundamento na impontualidade injustificada de obrigações líquidas representadas em duplicatas devidamente protestadas por indicação e acompanhadas das correspondentes notas fiscais, que teriam sido emitidas em razão da prestação de serviços de terceirização de mão-de-obra. Artigo 94, I, da Lei nº 11.101/2005. Comprovação. Hipótese de rescisão contratual pretérita afastada por exame da documentação existente nos autos. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00355244420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12473)

Competência recursal - Prevenção – Agravo de instrumento interposto no curso de ação ordinária visando a anulação de instrumento particular de compra e venda de quotas sociais - Distribuição e julgamento anterior perante a 7ª Câmara de Direito Privado, competente para o julgamento no momento em que estabelecida a prevenção - Prevenção da Câmara que primeiro conhecer de uma causa no Tribunal para o julgamento de todos os recursos, na causa principal, cautelar ou acessória, oriunda de outro, conexa ou continente, derivadas do mesmo ato, fato, contrato ou relação jurídica, e nos processos de execução dos respectivos julgados - Afastamento dos juízes que participaram do julgamento anterior que não rompe a prevenção, sendo o novo processo distribuído a quem os substituir ou assumir a cadeira vaga - Inteligência do artigo 102 caput e § 1º do Regimento Interno deste Tribunal - Superveniente especialização do órgão fracionário sobre tema específico determinando a criação da Câmara Reservada de Direito Empresarial que não rompe a prevenção – Precedentes deste Tribunal - Agravo de instrumento não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00438785820128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12446)

Embargos de Declaração. Fundamentação suficiente. Omissão inocorrente, assim como a violação a dispositivos constitucionais e legais. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração

01229226320118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24526)

Agravo Regimental. Interposição contra negativa de efeito suspensivo em agravo de instrumento. Admissibilidade à vista do art. 253 do Regimento Interno. Reiteração das razões do agravo de instrumento que não convencem do desacerto da decisão monocrática. Recurso conhecido e desprovido. (Agravo Regimental 00547088320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24320)

Embargos de Declaração. Omissão, contradição e obscuridade inocorrentes. Pretensão infringente declarada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02628373020118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24694)

Agravo Interno. Petição denominada "embargos de declaração" com intuito de determinar a reconsideração da decisão, que não tem o condão de interromper o prazo recursal. Agravo de Instrumento intempestivo. Precedente do STJ. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 01176947320128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24722)

Agravo - Insurgência contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento em razão de manifesta inadmissibilidade do recurso - Inteligência do "caput" do art. 557 do Código de Processo Civil - Pressupostos de admissibilidade - Tempestividade - Desatendimento - Pedido de reconsideração que não tem o condão de suspender ou interromper o prazo para interposição do recurso cabível - Manutenção da decisão atacada - Agravo interno, dito regimental, desprovido. (Agravo Regimental 00876827620128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12386)

Competência - Ação de adimplemento contratual cumulada com exibição de documentos ajuizada em face de empresa de telefonia visando a entrega de diferencial acionário decorrente de contrato de participação, bem como o resgate ou indenização dos dividendos anuais distribuídos por ação da Telesp S/A e Telesp Celular S/A com pedido alternativo de reparação por perdas e danos no caso de impossibilidade da subscrição e entrega das ações - Natureza obrigacional do liame decorrente do contrato e não societária - Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça. Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 538/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes das Seções de Direito Privado II e III desta Corte – Observância do disposto no art. 2º, III, alínea "d" da Resolução nº 194/2004 com a redação da modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006, do Provimento nº 71/2007 e art. 2º da Resolução nº 558/11 todos desta Corte - Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 01363870820128260000 – Bauru – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12480)

Tutela antecipada. - Ação cominatória cumulada com indenizatória fundada em propriedade industrial. - Deferimento. - Preenchimento dos requisitos autorizadores de sua concessão. - Produtos fabricados e comercializados que reproduzem ou imitam a marca registrada junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), comprovando a relevância do fundamento da alegação. - Fundado receio de ineficácia do provimento final caso não sejam impedida a ré de continuar a violar o direito da autora. - Reversibilidade da medida. - Inteligência do artigo 461, § 3º do Código de Processo Civil. - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00615499420128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12509)

Cumprimento de sentença. Ação parcialmente procedente. Título judicial dotado, no caso, de obrigações de pagar e, simultaneamente, de uma obrigação de fazer, esta última atribuída ao agravado e passível de ser cumprida sob procedimento regrado pelo artigo 461 do Código de Processo Civil (subsidiado, se for o caso, por aquele disposto nos artigos 632 e seguintes do mesmo diploma legal). Inadmissibilidade da utilização, pelo credor agravante, da via executiva em que figura como demandado, regida pelos artigos 475-J e seguintes. Cumprimento de sentença. Compensação de valores relacionados às condenações de pagar impostas aos litigantes. Possibilidade afirmada no acórdão da apelação. Mera faculdade concedida às partes, sem caráter imperativo e não sujeita a reiteração por determinação judicial. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00677890220128260000 – Catanduva – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12414)

Agravo interno. Agravo de instrumento a que se negou seguimento ante a falta de preparo. Comprovante de recolhimento que deve ser apresentado junto às razões recursais. Recolhimento apenas do porte de retorno. Inadmissibilidade. Taxa judiciária e porte de retorno que têm direções diversas. Ausente o recolhimento daquela, o recurso não pode ser processado. Plena consciência, da recorrente, ademais de que promovia pagamento insuficiente. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 00577711920128260000 – São Caetano do Sul – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24187)

Assistência judiciária gratuita. Pessoa jurídica. Indeferimento pelo juízo a quo. Possibilidade de concessão. Demonstração da impossibilidade de custeio do processo sem prejuízo da manutenção das suas atividades. Benefício concedido. Decisão reformada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00482938420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 29/05/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7152)

Agravo de instrumento - Justiça Gratuita - Negativa do benefício pelo juiz “a quo” - Agravante que pleiteou o benefício amparado em declaração de pobreza jurídica - Documentos juntados aos autos que destoam da declaração por ela firmada - Possibilidade de arcar com valor das custas judiciais - Agravo desprovido. (Agravo de Instrumento 00235172020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12013)

Ação cominatória cumulada com indenização por danos morais fundada em contrato de compra e venda de estabelecimento comercial - Demanda que visa obrigar o adquirente ao cumprimento da obrigação por ele assumida de pagamento de dívidas junto a credores, como forma de cobrança – Alteração do contrato social levada à registro na Junta Comercial Ilegitimidade ad causam - Polo ativo - Impossibilidade do alienante pretender obrigar o adquirente a efetuar o pagamento das dívidas da sociedade após sua retirada do quadro social - Coobrigado de contrato bancário que não se exonera da garantia por ter se retirado da pessoa jurídica, inexistindo prova de que tenha providenciado a substituição do aval prestado, bem como de que tenha pago a dívida em nome da pessoa jurídica - Falta de interesse processual na modalidade adequação - Carência da ação. Recurso - Apelação - Reiteração dos termos da sentença pelo Relator - Admissibilidade - Adequada fundamentação - Precedente jurisprudencial - Aplicação do artigo 252 do Regimento Interno deste E. Tribunal de Justiça. Extinção do processo sem julgamento do mérito – Apelação desprovida. (Apelação Cível 00097579020118260597 – Sertãozinho – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12112)

Agravo de instrumento - Habilitação de crédito em recuperação judicial de verbas trabalhistas acrescidas de Imposto de Renda - Provimento para exclusão dos valores relativos ao tributo, por força do artigo 187 do CTN - Provimento. (Agravo de Instrumento 00671309020128260000

– Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24068)

Embargos à execução. Execução fundada em título executivo extrajudicial, através do qual o embargante estava a adquirir quotas de sociedade, bem como os direitos sobre produto químico em estágio final de confecção, pelo que deveria pagar R$ 400.000,00. Sentença que acolhe os embargos. Não se demonstrou a viabilidade comercial do composto. Pagamento que configuraria enriquecimento sem causa. Quebra da base objetiva do negócio. Não provimento, apenas com a ressalva de que a sentença que acolhe os embargos à execução possui o efeito de rescisão contratual, o que significa que as partes voltarão ao status quo ante, de modo que retornará ao embargado a titularidade sobre a fórmula. (Apelação Cível 00011291120118260566 – São Carlos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24307)

Arbitragem. Lei nº 9307/96. Convenção feita em contrato que só permite a intervenção estatal para obrigar os renitentes a formular o compromisso arbitral, nos termos do art. 7º, ou em casos excepcionalíssimos que antecedem a formação do juízo arbitral e apenas para assegurar direitos ou preservar situações que permitam o posterior julgamento pela justiça arbitral. Inexistência de situação de urgência ou emergência para atuação do Poder Judiciário. Divergência sobre o cumprimento do contrato e liberação da hipoteca que é da competência do juízo arbitral. Hipótese de extinção do processo, sem julgamento do mérito, pela convenção de arbitragem, nos termos do art. 267, VII, do CPC. Recurso provido para tanto. (Agravo de Instrumento 01080925820128260000 – Vinhedo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26593)

Contrato de participação financeira. Plano de expansão de rede de telefonia. Autora que não se desincumbiu do ônus probatório que o artigo 333, I do Código de Processo Civil. Generalidade do pedido e do início de prova trazido pela autora que não configuram a verossimilhança de suas alegações, pressuposto legal para a inversão do ônus da prova em favor do consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Desnecessária, para efeitos de prequestionamento, a expressa menção ao dispositivo legal violado. Diminuição do "quantum" fixado a título de honorários advocatícios. Ação improcedente. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00022092620098260066 – Barretos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16928)

Recuperação judicial. Decisão que liberou créditos tributários em favor da empresa devedora. Inconformismo da Fazenda Pública que merece prosperar. Juízo da recuperação judicial é manifestamente incompetente para decidir sobre questão tributária. Apenas o juízo da falência é universal, nos termos do art. 76 da Lei nº 11.101/05. Crédito tributário que não se submete ao plano de recuperação, nos termos da legislação especial. Existência, ademais, de anterior. Acórdão proferido em agravo de instrumento envolvendo as mesmas partes, onde já se assinalara a impossibilidade de o juízo da recuperação decidir sobre matéria tributária. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00129944620128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 – Votação Unânime - Voto nº 17022)

Recuperação judicial - Contrato de mútuo com emissão de cédula de crédito bancário e garantia de alienação fiduciária sobre recebíveis da devedora - Inexistência de registro, de natureza constitutiva, da garantia junto ao RTD - Garantia real ineficaz frente à coletividade de credores, consoante pacífico e sumulado entendimento da Câmara Reservada à Falência e Recuperação Judicial - Inocorrência de preclusão ou de coisa julgada, uma vez que o crédito fora inicialmente excluído da moratória sem análise da questão da ineficácia da garantia real da propriedade fiduciária - Correta a determinação de inclusão do crédito do banco agravante na recuperação judicial - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00151718020128260000 –

Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16971)

Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Despacho que indefere o levantamento de expressivo valor em favor de um suposto credor e rejeita a restituição de impressora offset que se encontra com a empresa recuperanda - Crédito fundado em descumprimento de contrato alicerçado em garantia real – Não sujeição aos efeitos da recuperação - Inteligência do art. 49, §3º da Lei 11.101/05 - Existência de ação autônoma pendente de julgamento em que se busca a restituição do bem – Manutenção da impressora com a recuperanda, o que atende ao princípio da conservação da empresa - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00173049520128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24332)

Tutela antecipada. Ação de resolução contratual c.c. com declaração de inexigibilidade das prestações vincendas, devolução dos valores pagos e indenização por danos morais. Competência desta 1ª Câmara de Direito Empresarial. Artigo 76 da Lei 11.105/05. Ação distribuída por dependência à falência. Controvérsia que gira em torno da autonomia e independência entre os contratos de venda e compra e de desconto do crédito junto à instituição financeira. Banco que não é um absoluto estranho à relação negocial de venda e compra e tinha inequívoca ciência de que os cheques pré-datados descontados provinham de relação de consumo. Aplicação do artigo 18 do CDC. Concessão da tutela antecipada para determinar que os agravados se abstenham de incluir o nome do agravante nos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária. Recorrente que demonstrou que efetuou os pagamentos de acordo com a proposta de serviço ofertado pela Imbra, mas em razão da falência, seu tratamento sequer chegou a ser iniciado. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00212212520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16958)

Falência - Habilitação de crédito trabalhista - Incidência dos juros até a data da quebra - Juros posteriores devidos somente se o acervo da massa falida comportar, nos termos do art. 26 da Lei 7.661/45 - Correção monetária que deve ser computada até o pagamento do crédito privilegiado - Mecanismo que apenas impede a corrosão da moeda defasada pelo tempo - Sentença mantida - Não provimento. (Apelação Cível 90000072420038260068 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24305)

Falência - Decisão que considera extemporânea a habilitação de crédito realizada pela credora - Inadmissibilidade – Comprovação de que os autos estavam fora do Cartório no prazo previsto no § 1º do art. 7º da Lei 11.101/05, impedindo o acesso ao habilitante - Provimento do recurso para considerar a habilitação realizada pela agravante tempestiva, afastada a aplicação das penalidades previstas no art. 10 da Lei de Falências, principalmente no que diz respeito ao pagamento de custas. (Agravo de Instrumento 00471470820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23592)

Recuperação judicial. Impugnação. Pedido de direito de voto pelo valor constante da impugnação apresentada, e reserva do aludido valor. Crédito proveniente sentença que ainda será analisada pelo Tribunal, o que impede o deferimento do pedido de direito de voto naqueles termos, já que os valores afirmados como corretos poderiam alterar substancialmente o resultado das votações. Possibilidade, em tese, de pedido de reserva, mas o caso concreto não apresenta todos os dados necessários para que o Tribunal defira o pedido neste procedimento. Não provimento. (Agravo de Instrumento 00613281420128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24308)

Recuperação judicial. Pedido de reserva de valor, e, com isso, o direito de voto na assembleia de credores. Possibilidade, em tese, de pedido de reserva, mas o caso concreto não apresenta todos os dados necessários para que o Tribunal defira o pedido neste procedimento. Crédito proveniente sentença que ainda será analisada pelo Tribunal, o que impede o deferimento de ambos os pedidos. Não provimento. (Agravo de Instrumento 00624523220128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23739)

Agravo de instrumento - Ação inibitória - Decisão que indefere a tutela antecipada e inclui no polo passivo a empresa da qual o autor era sócio - Hipótese de litisconsórcio necessário, com fulcro no art. 47 do CPC, em razão das alegadas irregularidades na constituição da empresa ESTEVES S/A, que é locatária de bens expressivos que integram o ativo da sociedade demandada [JOMARI] - A tutela visando a fiscalização irrestrita das atividades das empresas recorridas pelo sócio minoritário, a vedação à alienação ou oneração de bens bem como a nomeação de administrador judicial são medidas extremas, que não devem ser concedidas sem prévio contraditório - Ausência de indícios de esvaziamento do patrimônio social - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00702833420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23752)

Embargos de terceiro. Agravante que se encontra de posse de bens arrematados em leilão judicial, anteriormente de propriedade massa falida, na qualidade de depositária. Resistência a entregar os bens ao arrematante, mediante ajuizamento destes embargos de terceiro. Efeito do artigo 1.052 do Código de Processo Civil que decorre do recebimento, pelo juiz, dos embargos de terceiro, e não da mera protocolização da petição. Ausência de decisão agravável, vez que o magistrado apenas determinou que fosse certificado a respeito do resultado de agravo de instrumento em face de embargos à arrematação, para, posteriormente, decidir a respeito do recebimento ou não dos embargos de terceiro. Ausência de conteúdo decisório no ato judicial agravado. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00750398620128260000 – Sorocaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16977)

Falência - Credor e devedor que realizam acordo nos autos - Devedor que não cumpre - Inadmissibilidade de se decretar a quebra, pela ruptura do conceito de impontualidade e do interesse de agir - Provimento para revogar o decreto de falência - Precedentes do STJ e da Câmara Reservada à Falência e Recuperação. (Agravo de Instrumento 00753438520128260000 – Osasco – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23821)

Agravo regimental interposto da decisão que indeferiu o efeito ativo - Julgamento de mérito do agravo de instrumento designado para a mesma data - Agravo prejudicado. (Agravo Regimental 00613281420128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24308A)

Habilitação de crédito declarada extinta porque o crédito que se pretendeu habilitar foi incluído no quadro quando do pedido de recuperação - Inadmissibilidade de condenar o postulante em custas e honorários calculados sobre o valor da causa (R$ 30.842,98) - Provimento. (Agravo de Instrumento 00818696820128260000 – Mogi-Mirim – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23843)

Agravo de instrumento - Ação declaratória - Sentença que concede a tutela antecipada para determinar o cancelamento da hipoteca de imóvel dado em garantia ao cumprimento de contrato de parceria - Ausência do requisito da urgência decorrente do perigo de dano de difícil reparação previsto no art. 273 do CPC - Hipoteca do imóvel das agravadas que foi constituída em 2009 - Possibilidade de manutenção da garantia até resolução da controvérsia pelo

Tribunal - Provimento, revogando-se a liminar. (Agravo de Instrumento 00839456520128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23849)

Propriedade industrial. Ação de abstenção de uso cumulada com indenização. Ré que, indevidamente, apresenta seus produtos com marca que incorpora parte essencial de marcas consagradas titularizadas pelas autoras. Marca "Bombril" e família de produtos com o sufixo "BRIL" que gozam de fama e prestígio construídos ao longo de décadas de investimento em publicidade. Prática de concorrência desleal da ré que, por meio da imitação da marca das autoras, promove desvio de clientela, já que atuam no mesmo mercado de produtos de limpeza. Concorrência parasitária, ademais, pela exploração indevida do prestígio alheio na promoção dos próprios produtos de limpeza. Nítida remissão da embalagem da ré à marca líder de mercado, em manifesta prática de parasitismo. Vedação ao enriquecimento sem causa. Inviabilidade da indenização em face da não comprovação do dano sofrido na fase de conhecimento. Marca "MAGIC BRILHO", contudo, que não incide em prática ilícita, vez que não há remissão às marcas das autoras e que o termo "BRILHO" constitui mero designativo de ação esperada do produto. Recurso adesivo da ré não conhecido face à ausência de interesse recursal, em virtude de a ação ter sido julgada improcedente. Ação improcedente. Recurso da ré não conhecido. Recurso das autoras parcialmente provido. (Apelação Cível 00483099720098260564 – São Bernardo do Campo – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime – Voto nº16571)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 01028074620108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23320a)

Falência - Rejeição do pedido de restituição de mercadorias, com condenação do postulante (banco) em verba honorária fixada em R$ 879.060,00 - Decisão agravada autorizando a execução provisória dessa quantia, nos termos do art. 90, da Lei 11101/2005 - Inadmissibilidade - Provimento para suspender a execução até pronunciamento da Turma Julgadora sobre o recurso de apelação que questiona o arbitramento de honorários. (Agravo de Instrumento 00897292320128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23867A)

Questão societária envolvendo descumprimento de cláusula de não concorrência após cessão de quotas - Prova pericial finalizada - Juiz que dispensa, contra pedido das autoras, a prova oral - Pertinência da decisão, nos termos do art. 130, do CPC - Não provimento. (Agravo de Instrumento 00897430720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23862)

Recuperação judicial. Impugnação. Extinção da impugnação sob o argumento de que há irregularidade de representação processual e que os cálculos apresentados trazem correção monetária e juros referentes a período posterior ao deferimento do processamento da recuperação, tendo a impugnante perdido a oportunidade de apresentar os valores corretos. Pretensão de reforma da decisão, com pedido de reserva de valores. Parte bem representada e cálculos apresentados até a data da distribuição da recuperação judicial. Não cabe a reserva de valores do art. 10, §4º, da LRE, já que se trata de procedimento de recuperação judicial. Provimento, em parte, do recurso, para determinar o processamento da impugnação e para reconhecer a regularidade da representação. (Agravo de Instrumento 00912361920128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23886)

Liminar - Alteração da sociedade, com retirada total da sócia que, para o ato, foi representada por aquele que não detinha poderes para realizar cessão, onerosa ou gratuita -

Questionamento da eficácia do ato de verdadeira exclusão da sócia e que justifica a liminar para paralisar os efeitos dessa alteração societária, retornando a sócia ao cargo que exercia Não provimento. (Agravo de Instrumento 00991149220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24063)

Mandado de segurança impetrado com a mesma finalidade do AgIn. 0082132-03.2012.8.26.0000, ou seja, visando suspender a arrematação de bem arrecadado em falência e ou a carta de arrematação - Ausência de direito líquido e certo da afirmada preferência (locatária que não exibe o contrato de locação registrado) e de confirmação dos vícios do ato judicial - Inadmissibilidade - Denegação. (Mandado de Segurança 01023159220128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24349)

Embargos de declaração. Autora que merece tutela inclusive no Estado de São Paulo pelo âmbito da tutela ao nome empresarial. Omissão na análise de documentos que comprovam o arquivamento de atos de criação de filiais da autora em data anterior ao arquivamento dos atos constitutivos da ré perante da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP). Ré que deve se abster de utilizar nome empresarial e título de estabelecimento "PNEUMAR" e "PNEU MAR" inclusive no Estado de São Paulo. Princípio da anterioridade do registro do nome empresarial. Prequestionamento explícito. Desnecessidade de mencionar a aplicação de artigos de lei a cada ponto do julgado. Embargos acolhidos com efeito modificativo. (Embargos de Declaração 00484627320088260562 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16996)

Ação monitória - Embargos monitórios, nos quais se alega exceção do contrato não cumprido e se protesta pela produção genérica de provas - Decisão interlocutória facultando às partes a especificação de provas, justificando a sua pertinência - Silêncio dos embargantes, que apenas se manifestaram a destempo, que permitiu o julgamento antecipado da lide - Exceptio non rite adimpleti contractus, de parte ínfima da prestação, que não permite a sustação do cumprimento de totalidade do pagamento do preço - Inexistência de relação de consumo e impossibilidade de redução da cláusula penal, em razão da gravidade do inadimplemento - Inexistência de contagem de juros compostos, sem que o devedor aponte de modo concreto o desvio e o correto valor devido embargos rejeitados - Recurso improvido. (Apelação Cível 02190368920108260100 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16815)

Pedido de restituição em falência - Não incidência da Lei 11608/2003 e de analogia - Precedentes do TJ-SP no sentido de inexigibilidade da taxa, salvo para habilitação retardatária - Provimento. (Agravo de Instrumento 01080709720128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24300)

Recuperação judicial. Impugnação. Rejeitada a impugnação porque a sentença que a lastreia não transitou em julgado, estando pendente de análise a apelação interposta pela recuperanda. Pedido de acolhimento da impugnação ou de suspensão do feito pelo prazo de um ano. Impossibilidade de acolhimento da impugnação. Determinação de suspensão da impugnação, pelo prazo de um ano, presente a hipótese do art. 265, IV, 'a', do CPC, prazo em que poderá haver apuração do quantum debeatur naquela demanda. Provimento, em parte, para este fim. (Agravo de Instrumento 01093301520128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24112)

Tutela antecipada concedida para suspender efeitos de deliberações tomadas a partir da dissolução da sociedade - Não observância do quórum exigido (arts. 1076, I e 1071, VI, do CC)

- Verossimilhança do direito de anular o ato - Correta aplicação do art. 273, do CPC - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01094531320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24301)

Decisão que rejeita habilitação de crédito - Recurso específico de agravo (art. 17, da Lei 11101/2005) - Manejo de apelação no 14º dia - Inadmissibilidade Decisão que nega seguimento ao recurso de apelação mantida - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01123917820128260000 – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24120)

Astreinte e Súmula 410, do STJ - Fica vedada a invocação do enunciado sumular (intimação pessoal) quando o devedor, intimado na pessoa dos Advogados, deduz manifestação inconsistente sobre o cumprimento e, ao receber a multa, exige intimação pessoal para sua exigibilidade - Venire contra factum proprium - Provimento, em parte, para reduzir a multa para R$
10.000,00, em virtude das particularidade do caso e da falta de gravidade da demora na limpeza da página da internet com a utilização da expressão que é marca da autora. (Agravo de Instrumento 01155477420128260000 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24118)

Embargos de declaração - Acolhimento parcial, para sanar omissão, sem efeito modificativo. – Inexistência de demais vícios no julgado. Prequestionamento explícito. Inexistência de qualquer outro defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Desnecessidade de mencionar a aplicação de artigos de lei a cada ponto do julgado. Embargos acolhidos em parte. (Embargos de Declaração 00293009020128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16870)

Falência Impontualidade - Pedido formulado pela faturizadora [cessionária] contra faturizada [cedente] fundado em nota promissória protestada e vinculada a contrato de factoring Emissão da cambial em favor da empresa de fomento mercantil, representando crédito decorrente de mútuo financeiro, operação privativa de instituição financeira, descaracterizando o traço característico do factoring Vícios na origem das duplicatas não comprovadas - Ação falimentar desprovida de liquidez, certeza e executividade do crédito Sentença de improcedência mantida Não provimento. (Apelação Cível 03395760620098260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24331)

Marca e nome empresarial. Pedido de abstenção de uso da marca da requerente ('ALEGRIA') na denominação social da ré. Alegação de concorrência desleal. Não ocorrência. Requerida que é loja pequena, de decoração e presentes, sem se demonstrar que comercializa calçados com ou sem a marca registrada pela autora. Ausência de possibilidade de desvio de clientela. Inexistência de infração a direito marcário ou relativo à proteção do nome empresarial da requerente. Sentença de improcedência mantida. (Apelação Cível 00089836620098260650 – Valinhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24348)

Agravo de instrumento - Ação declaratória de nulidade de ato jurídico com pedido de antecipação de tutela - Alegação de transferência fraudulenta de quotas sociais a terceiro, com a utilização indevida de uma procuração outorgada a pessoa de confiança, que culminou na alteração contratual arquivada na Jucesp - Liminar parcialmente concedida para manter a ex-sócia recorrente na função de administradora da empresa, vedando à corré de realizar a transferência de quotas - Medidas que se demonstram suficientes, em análise sumária, a preservar os interesses das partes e que evita maiores confusões a respeito da

representatividade da empresa - Necessidade de realização do contraditório para aferir a necessidade de anulação ou suspensão da alteração contratual - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01239901420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24315)

Ação de cobrança. Compra e venda de estabelecimento comercial. Inadimplemento de algumas das parcelas acordadas. Alegação de que houve a devolução dos cheques inicialmente entregues às alienantes mediante o pagamento em dinheiro. Não comprovação do pagamento e apresentação de novos cheques em sede de réplica. Documentação que corrobora a narrativa inicial. Sentença de procedência mantida. (Apelação Cível 01162273120098260011 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24347)

Falência - Valor do principal da dívida não superior a 40 salários mínimos Incidência do art. 94, I, da Lei 11.101/2005 - Inadmissibilidade de computar acréscimo para superação do teto - Indeferimento da inicial mantido - Não provimento. (Apelação Cível 00212255320128260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24343)

Embargos de declaração - Inexistência de vícios no julgado - Prequestionamento explícito - Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso - Desnecessidade de mencionar a aplicação de artigos de lei a cada ponto do julgado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01334450520098260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17040)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista que passou a existir antes da distribuição do pedido de recuperação judicial. Parte do valor pretendido pelo recorrente que está sujeito aos efeitos da recuperação judicial e o restante que fica fora dos efeitos do benefício. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Impossibilidade de se acolher a habilitação, diante da ausência de discriminação da parte do crédito constituída antes e depois do pedido de recuperação judicial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01363386420128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17025)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no julgado. Caráter infringente. Inadmissibilidade. Prequestionamento. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00092761220098260270 – Itapeva – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17036)

Tutela antecipada que se concede inaudita altera parte - Sociedade titular da marca “China in box” que luta pela unicidade do signo e elementos identificadores, inclusive dos desenhos industriais registrados e que caracterizam a embalagens de seus produtos (delivery) - Sociedade requerida que oferece comida da culinária regional (mineira, principalmente) utilizando a expressão “Uai in box”, com entrega em pacotes iguais aos da autora - Prática ilícita e que obriga garantir exclusividade para não iludir consumidores e depreciar a força da marca forte - Provimento. (Agravo de Instrumento 01381582120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24358)

Posto de combustível - Empresa licenciada que interrompe os pedidos do produto exclusivo, embora permaneça fazendo uso de elementos que permitem identificar a marca Shell - Inadmissibilidade de continuidade da situação detalhada por anexos fotográficos - Prova

suficiente para conceder a tutela antecipada de remoção de tais elementos - Provimento. (Agravo de Instrumento 01409261720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24356)

Disputa entre sociedades que atuam no ramo imobiliário pela expressão Rodoanel - Direito controvertido diante do disposto no art. 124, IV e VI, da Lei 9279/96 e que impede concessão de tutela antecipada inaudita altera parte - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01417645720128260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24359)

Medida cautelar incidental promovida para obter ordem de reestruturação da sociedade, pela morte do sócio majoritário - Decisão indeferindo a inicial, por inutilidade da medida, porque bastaria formular pretensão nos autos de apuração de haveres e obter antecipação de tutela - Recorrente que meses antes fizera o que está lançado na decisão, recebendo indeferimento porque caberia manejar ação autônoma Inadmissibilidade do indeferimento pela razão deduzida, sendo de conhecer o agravo interposto no lugar da apelação (recurso adequado) pelo princípio da fungibilidade - Provimento. (Agravo de Instrumento 01473784320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24364)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista devidamente comprovado. Recurso da recuperanda, que alega que o crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial. Tese que já foi rejeitada por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso especial contra tal decisum que não suspende seus efeitos. Crédito habilitado em valor maior do que o pretendido pelo credor. Vício de 'extrapetição'. Recurso que comporta parcial provimento para o fim de reduzir o crédito habilitado ao valor pleiteado pelo recorrido. Agravo regimental prejudicado em face do recolhimento das custas do agravo de instrumento. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01393320220118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16916)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista transitada em julgado e habilitado enquanto crédito privilegiado trabalhista. Recuperanda que agrava alegando que crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial, segundo o qual se, em decorrência de decisões judiciais, transitadas em julgado, novos créditos venham a ser adicionados à Lista de Credores do Administrador Judicial ou houver alteração nos créditos já existentes, incluindo trabalhistas, com garantia real e quirografários, tais créditos sujeitar-se-ão à condição de créditos subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso Especial que não suspende o efeito da aludida decisão, a qual se aplica, até que e se reformada. Crédito foi habilitado em valor maior do que o pretendido pelo credor. Vício de 'extrapetição'. Ocorrência de equívoco de cálculo de Perito Contador. Provimento do recurso para modificação do 'quantum' habilitado. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01422438420118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16943)

Prevenção da Oitava Câmara, pelo julgamento de AgIn. 9020492-50.2006.8.26.0000 (994.06.038740-3) (0453197.4/1-00), relator Desembargador Álvares Lobo, cuja cadeira é ocupada pelo Desembargador Caetano Lagrasta Distribuição que se fez de maneira correta, observando o disposto no art. 102, do Regimento Interno Não é caso da competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial, quer em razão da matéria, quer em função da prevenção, matéria de ordem pública - Não conhecimento e dúvida suscitada para a Turma

Especial dirimir. (Apelação Cível 00018171520058260038 – Araras – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24376)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista devidamente comprovado. Recurso da recuperanda, que alega que o crédito foi habilitado em valor maior do que o pretendido pelo credor. Vício de 'extrapetição' caracterizado. Recurso que comporta provimento para o fim de reduzir o crédito habilitado ao valor pleiteado pelo recorrido. (Agravo de Instrumento 01608140620118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - Votação Unânime - Voto nº 16917)

Processo civil. Sentença de extinção de execução de multa diária. Anterior agravo de instrumento interposto pelo banco recorrido que foi provido para declarar que os créditos do agravante estavam imunes aos efeitos da recuperação, motivo pelo qual não se podia cogitar de retenção dos pagamentos em conta vinculada. Prejuízo à incidência de astreintes pelo descumprimento da ordem de apresentação de extratos dessas mesmas contas. Honorários advocatícios. Cabimento. Cobrança de multa diária, de caráter nitidamente contencioso, que não tem a mesma natureza de mero incidente processual. Artigo 20 caput do CPC. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00787933620128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16883)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista devidamente comprovado. Recurso da recuperanda, que alega que o crédito foi habilitado em valor maior do que o pretendido pela credora. Vício de 'extrapetição' caracterizado. Recurso que comporta provimento para o fim de reduzir o crédito habilitado ao valor pleiteado pela recorrida. (Agravo de Instrumento 01608167320118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16918)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista transitada em julgado habilitado enquanto crédito privilegiado trabalhista. Habilitando que comprovou origem de seu crédito, preenchendo o requisito do artigo 9º, III da Lei nº 11.101/05. Recuperanda que agrava alegando que crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial, segundo a qual todos os créditos posteriores seriam tidos como subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso Especial que não suspende o efeito da aludida decisão, a qual se aplica, até que e se reformada. Inadequação do 'quantum' habilitado. Valor da habilitação que deve ser corrigido. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01625453720118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16942)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista devidamente comprovado. Recurso da recuperanda, que alega que o crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial. Tese que já foi rejeitada por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso especial contra tal decisum que não suspende seus efeitos. Agravo regimental prejudicado em face do recolhimento das custas do agravo de instrumento. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01965611720118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16897)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista transitada em julgado habilitado enquanto crédito privilegiado trabalhista. Habilitante que comprovou origem de seu crédito, preenchendo o requisito do artigo 9º, III da Lei nº 11.101/05.

Recuperanda que agrava alegando que crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial, segundo a qual todos os créditos posteriores seriam tidos como subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso Especial que não suspende o efeito da aludida decisão, a qual se aplica, até que e se reformada. Inadequação do 'quantum' habilitado. Valor da habilitação que deve ser corrigido. Agravo Regimental prejudicado. Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01965663920118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 – Voto nº 16919)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01380430220098260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17020)

Recuperação judicial. Indeferimento de devolução ou restituição em dinheiro de bem imóvel apreendido e alienado em ação própria. Manutenção. Deficiência na formação do instrumento. Ausência de peça imprescindível ao conhecimento dos atos que culminaram na decisão recorrida. Informação de que a apreensão se deu anteriormente ao deferimento do processamento da recuperação judicial não impugnada pela recorrente. Prevalência do art. 6º, "caput", da L. 11.101/05. Não configuração de enriquecimento sem causa por parte do banco credor, tendo em vista que o valor da venda do bem será percebido na medida da execução. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01247835020128260000 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16944)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista que passou a existir antes da distribuição do pedido de recuperação judicial. Parte do valor pretendido pelo recorrente que está sujeito aos efeitos da recuperação judicial e o restante que fica fora dos efeitos do benefício. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Impossibilidade de se acolher a habilitação, diante da ausência de discriminação da parte do crédito constituída antes e depois do pedido de recuperação judicial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01363403420128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17026)

Propriedade industrial. Autores que afirmam na inicial ter depositado pedido de registro de patente de modelo de utilidade. Alegação de que, na pendencia do pedido, trocaram correspondência eletrônica com a ré, que se interessou pelo produto, mas, ao invés de celebrar contrato de licenciamento, passou a fabricar e comercializar diretamente o produto. Inexistência do registro da patente que, diante das circunstâncias do caso concreto, não leva à extinção do processo sem resolução de mérito, pois os fatos descritos na inicial, caso comprovados, podem em tese tipificar enriquecimento sem causa da ré. Feito corretamente saneado, com deferimento de produção de prova pericial para constatar e similitude do produto à vista do modelo de utilidade. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01406906520128260000 – São Carlos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17046)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista devidamente comprovado. Recurso da recuperanda, que alega que o crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial. Tese que já foi rejeitada por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso especial contra tal decisum que não suspende seus efeitos. Crédito habilitado em valor maior do que o pretendido pela credora. Vício de 'extrapetição'. Recurso que comporta

parcial provimento para o fim de reduzir o crédito habilitado ao valor pleiteado pela recorrida. Agravo regimental prejudicado em face do recolhimento das custas do agravo de instrumento. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01965716120118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16896)

Ação anulatória com pedido de antecipação de tutela. Pedido de tutela antecipada para cancelamento de registro de alteração de contrato social supostamente irregular e de bloqueio de atividades da empresa. Ausência de prova inequívoca da falsificação da assinatura dos recorrentes, por meio da qual teria se efetivado a transferência das quotas sociais em favor dos recorridos, com base em relatório técnico unilateral e sem o devido contraditório. Pressupostos autorizadores do artigo 273 do CPC não verificados. Medida que pode ser concedida a qualquer momento do processo, após o contraditório e sopesados argumentos e documentos juntados pelos requeridos. Decisão mantida. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02073134820118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16932)

Habilitação de crédito - Ausência de trânsito em julgado da decisão que reconhece a existência do crédito e determina seu quantum não constitui óbice à inserção do crédito em plano de recuperação judicial - Inteligência do artigo 49 da Lei nº 11.101/05 - Hipótese em que o direito de crédito tem existência anterior ao pedido de recuperação judicial, apenas pendia de reconhecimento e determinação exata de seu valor pelo Poder Judiciário – Crédito constituído antes do pedido de recuperação, mas ilíquido, se encontra sujeito aos efeitos da moratória, apenas com a peculiaridade de ensejar pedido de reserva da importância devida, nos termos do § 3º do art. 6º da lei nº 11.101/05, no aguardo do trânsito em julgado da sentença condenatória proferida na fase de conhecimento - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02295975020118260000 – Jaboticabal – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16474)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Honorários advocatícios. Necessidade de demonstração da origem da verba honorária, mediante cópias da sentença que a fixou ou do contrato escrito que os estipular. Inteligência do artigo 24, da L. 8.906/94. Outros elementos de cognição que permitem inferir a ocorrência de prestação de serviços advocatícios que deu ensejo à inclusão parcial do crédito no quadro geral de credores, como privilegiado geral. Decisão mantida. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02514666920118260000 - São Paulo 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16901)

Agravo interno. Decisão monocrática que negou seguimento ao agravo de instrumento por manifesto descabimento. Insurgência da agravante já manifestada em anteriores recursos. Decisão mantida. Devida a aplicação à recorrente das penas por litigância de má-fé, ante o nítido intuito protelatório dos recursos interpostos. Agravo não provido. (Agravo Regimental 02828305920118260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16898)

Falência - Pedido de restituição com fundamento no art. 85 da Lei nº 11.101/05 - Autor que alega ter a propriedade fiduciária de veículo arrecadado na falência em virtude de contrato de alienação fiduciária, estabelecido em garantia de cédula de crédito bancário – Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título Inteligência do art. 1.361, § 1º, do Código Civil - Para os automóveis, registro é feito na repartição competente para o licenciamento - Inexistência, porém, de registro no caso em tela - Documento trazido aos autos pelo demandante não é prova idônea à comprovação do necessário registro anterior ao pedido de recuperação judicial - Pedido de restituição corretamente indeferido - Recurso não provido. (Apelação Cível 03513520320098260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16863)

Recuperação judicial. Decisão que determinou a suspensão das ações em curso contra a empresa recuperanda e seus sócios solidários constantes do quadro geral de credores definitivo. Necessidade de excluir da ordem de suspensão as ações em que figuram como executados os sócios da recuperanda, na qualidade de avalistas ou fiadores da devedora. Precedentes jurisprudenciais. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00824083420128260000 – Palmital – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17029)

Falência - Impontualidade caracterizada pelo protesto dos títulos, o que é suficiente para decretar a quebra (Súmula 43, do TJ-SP) - Sentença que extingue o processo, sem julgamento de mérito, por entender não configurada a insolvência diante do depósito elisivo - Equívoco que obriga o Tribunal a aplicar o art. 515, § 3º, do CPC e julgar as questões postas que não foram examinadas em Primeiro Grau - Provimento para declarar procedente o pedido, não sendo aberta a falência em virtude do depósito (art. 98, § único, da Lei 11101/2005). (Apelação Cível 00109905720118260554 – Santo André – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24371)

Embargos de declaração - Alegação de vício no aresto acerca da forma de cálculo do valor do crédito objeto de reserva - Atualização do montante que realmente deve ser feita até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/05, aplicável analogamente ao caso em tela - Embargos acolhidos, com efeito modificativo. (Embargos de Declaração 02295897320118260000 – Jaboticabal – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17038)

Honorários. Sentença improcedente, com condenação ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R$ 20.000,00. Matéria que envolve questão societária. Apelações para obter reforma da decisão. Grande complexidade do feito. Valor que deve ser sopesado conforme determina o artigo 20, §4º do CPC. Recurso dos autores desprovido e dos réus provido. (Apelação Cível 90672629620098260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16024)

Recuperação judicial. Impugnação da credora acolhida, para incluir no quadro geral dois créditos a ela cedidos em face da recuperanda agravante. Recorrente que questiona a validade dos documentos comprobatórios dos créditos, juntados em cópias, face à inobservância do art. 9º, III e parágrafo único, da L. 11.101/2005. Aduz que os cheques que lastreiam um dos créditos perderam a sua cartularidade, além de não ter sido notificada a respeito das cessões. Cópias autenticadas devidamente acostadas aos autos principais. Notificação da devedora que ocorreu, porém irrelevante para invalidação dos negócios jurídicos. Cartularidade dos cheques que restou intacta. Decisão mantida. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02322927420118260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16980)

Recuperação judicial - Contratos de mútuo com emissão de cédulas de crédito bancário, um deles garantido por cessão fiduciária de recebíveis e outros três com endosso de duplicatas para desconto - Insurgência do banco credor contra a decisão que incluiu crédito no valor de R$ 737.539,94 como quirografário no plano, e determinou a devolução de R$ 145.816,06, ante a amortização indevida de recebíveis levada a efeito pelo recorrente - Decisão acertada - Garantia real da cessão fiduciária de recebíveis decorre de contrato registrado após o ajuizamento do pedido de recuperação judicial – Registro que é constitutivo da propriedade fiduciária, nos termos do art. 1.361, § 1º do CC - Garantia real ineficaz frente à coletividade de credores nestas circunstâncias, consoante pacífico entendimento desta Câmara Reservada - Correta, ainda, a determinação para devolução dos valores recebidos pelo agravante após o pedido de recuperação, ante a inexistência de prova segura de que os mesmos referem-se às duplicatas endossadas ao banco em momento anterior - Recurso não provido. (Agravo de

Instrumento 02515706120118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16915)

Falência - Depósito elisivo realizado pela agravante, ainda que intempestivo, tem o condão de afastar a quebra decretada na decisão recorrida - Solvência da devedora demonstrada - Inexistência de justificativa plausível para manter a falência, até em homenagem ao princípio da preservação da empresa - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02741871520118260000 – São Manuel – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17045)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista que passou a existir antes da distribuição do pedido de recuperação judicial. Parte do valor pretendido pelo recorrente que está sujeito aos efeitos da recuperação judicial e o restante que fica fora dos efeitos do benefício. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Impossibilidade de se acolher a habilitação, diante da ausência de discriminação da parte do crédito constituída antes e depois do pedido de recuperação judicial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02920508120118260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17018)

Tutela antecipada. Dissolução parcial de sociedade c.c. apuração de haveres. Pedido de antecipação de tutela para retirada imediata do autor do quadro social da corré pessoa jurídica, indeferido em primeiro grau com fundamento na ausência dos requisitos autorizadores da medida, em especial o "periculum in mora". Necessidade de reforma. Injustificada recusa do réu em promover a respectiva alteração no contrato social. Direito de retirada do sócio, exercido corretamente no caso concreto. Art. 1.029, NCC. Denúncia vazia, desmotivada, exercida por simples notificação ao sócio remanescente, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, por se tratar de sociedade por prazo indeterminado. Desnecessidade de prova de justa causa para a retirada da sociedade. Autorização da medida. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 03000247220118260000 – São Caetano do Sul – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16933)

Tutela antecipada. Ação de abstenção de uso de logotipo c/c indenização. Indeferimento mantido. Ausência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Logotipo usado pela ré/agravada há anos, sem que houvesse anterior reclamação pela autora/agravante. Art. 461 e 273 CPC. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00269763020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16008)

Falência. Preliminares rejeitadas. Decisão mantida. Moratória. Inocorrência. O requerimento conjunto de suspensão do processo afasta a aplicação do inciso V do art. 96 da LFR, porque evidente que a intenção das partes era tão somente de suspender o andamento do processo, sem que isso implicasse a suspensão da dívida. Liquidez, exigibilidade e certeza do título. Nota promissória, originada em contrato de factoring, é apta a amparar o pedido de falência. Reconhecimento, pela faturizada, de que entregou à faturizadora títulos viciados (duplicadas simuladas). Cláusula de recompra. Prova oral. Descabimento. Art. 400, 2ª parte, II do CPC. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00344479720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16117)

Tutela antecipada. Direito de uso de marca e de domínio na Internet. Conflito entre empresas. Solução que demanda dilação probatória. Ausência de prova inequívoca e de fundado receio de dano irreparável e de difícil reparação. Ausência dos requisitos do art. 273 CPC. Recurso

provido. (Agravo de Instrumento 00488169620128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16059)

Tutela antecipada. Ação de anulação de ato jurídico. Nulidade de cessão onerosa de quotas sociais entre ascendentes e descendentes. Não verificação de negócio jurídico viciado. Ausência de cessão. Impossibilidade de anulação ou suspensão do ato. Ausência de prova inequívoca do direito alegado. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00728702920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15660)

Recuperação judicial. Impugnação de crédito julgada extinta por carência de ação superveniente em virtude da aprovação do plano de recuperação judicial pela assembleia geral de credores. Ausência de relação de prejudicialidade entre o plano aprovado e a impugnação que versa sobre a atualização do crédito até a data do pedido de recuperação e a incorporação da credora pela ora agravante. Decisão anulada para o regular prosseguimento do feito. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00797044820128260000 – Laranjal Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26079)

Exibição de documentos. Artigos 355 a 363 do CPC. Inexistência de amparo legal para abertura de processo criminal por desobediência e pena de prisão para o descumprimento pela parte. Desobediência prevista apenas para terceiros. Regras próprias e legais previstas para o caso de não exibição, pela parte, sem justificativa legal. No mais, as alegações correspondem a razões que justificariam a não entrega sem sanção, mas não para a revogação da determinação de exibição. Agravo provido em parte. (Agravo de Instrumento 00924366120128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26540)

Tutela antecipada. Ação declaratória de inexigibilidade de títulos c/c rescisão de contrato de patrocínio. Deferimento para obstar as rés de promover a cobrança dos cheques entregues pela autora/patrocinadora. Decisão reformada. Ausência de prova inequívoca do direito alegado ou mesmo de verossimilhança das alegações. Declarações obtidas sem a segurança do contraditório. Contrato de patrocínio que, em tese, não requer contraprestação de ordem pecuniária. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01019677420128260000 – Santa Cruz do rio Pardo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16116)

Processo Civil. Ação de abstenção de uso, fabricação e comercialização c.c. indenização. Produto objeto de pedido de patente depositado no INPI pela autora. Autora que ofertou réplica e foi regularmente intimada para especificar provas, quedando-se inerte. Produção de prova que incumbe primordialmente às partes, não competindo ao Juiz suprir a inércia de um dos litigantes. Nulidade inexistente. Preliminar rejeitada. Ação de abstenção de uso, fabricação e comercialização c.c. indenização. Produto objeto de pedido de patente depositado no INPI pela autora. Justiça Estadual que pode apreciar a questão relacionada ao estado da técnica, enquanto não deferido o pedido de patente pelo INPI, por consistir em óbice ao direito aduzido pela autora, sem qualquer prejuízo à ulterior análise pelo órgão administrativo. Inexistência de fato novo. O desarquivamento do pedido de patente se deu antes da réplica e da prolação da sentença. Depósito do pedido de patente que, por si só, não confere o direito de exclusividade, impondo-se ao depositante, antes da concessão, a demonstração da patenteabilidade do produto, sem o que não fará jus à proteção. Improcedência acertada. Recurso improvido. (Apelação Cível 00073047720108260009 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26455)

Processo civil. Carência de ação. Pedido de falência. Impontualidade. Art. 94, I, da Lei 11.105/05. Cerceamento de defesa. Solicitação de ofício ao banco sacado para o fim de comprovar a legitimidade da inclusão de valores na nota promissória que embasa o pedido de falência. Títulos extraviados. Ofício que deve ser deferido. Recurso provido. (Apelação Cível 00094922720118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15895)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Agravo de instrumento tempestivo. Embargos de declaração que, salvo se intempestivos, sempre interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, ainda que não conhecidos ou considerados protelatórios. Entendimento que se aplica ao caso, dado o manejo dos embargos declaratórios e não de mero pedido de reconsideração. Prestação de contas. Dever que decorre exclusivamente do exercício da administração ou gestão de bens alheios. Eventual reconhecimento de vínculo empregatício que não exime o ora agravante de prestar as contas, se demonstrado o exercício de atos de administração. Pretensão, ainda, que tem por base não a condição de sócio do réu, mas a de mandatário. Desfecho da reclamação trabalhista que é irrelevante para a solução do litígio. Prejudicialidade externa inocorrente, a justificar a suspensão do processo. Agravo de instrumento provido para o regular prosseguimento do feito. Questão relacionada à prova da administração não conhecida por ser estranha ao agravo de instrumento e, por conseguinte, a este agravo interno. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00993140220128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26525)

Tutela antecipada. Natureza de medida cautelar. Fungibilidade. Art. 273 §7º CPC. Decisão mantida. Busca e apreensão de produtos alegadamente fabricados e comercializados em concorrência desleal. Reprodução desautorizada de desenho industrial. Ausência de plausibilidade do direito alegado. Depósitos de pedidos de registro muito recentes. Perigo na demora. Inocorrência. Provas documentais. Segredo de justiça. Art. 155 CPC. Desnecessidade. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01218657320128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15967)

Tutela antecipada. Anulação de atos jurídicos c/c dissolução parcial de sociedade e apuração de haveres. Pedidos de: (a) depósitos mensais de pro-labore; (b) suspensão dos efeitos de contratos assinados pelo autor, com expedição de ofícios à Jucesp e CRI; (c) nomeação de administrador; e (d) arrolamento dos bens imóveis e móveis. Indeferimento mantido. Ausência de prova inequívoca do direito alegado e de fundado receio de dano irreparável. Decisão denegatória que não é teratológica, contrária à lei ou à evidente prova dos autos. Necessidade de contraditório. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01216292420128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15964)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Exclusão de sócio. Antecipação de tutela. Hipótese em que não estão presentes os requisitos. Ausência de nulidade por falta de fundamentação. Inexistência de prova de que a agravada tenha se retirado espontaneamente da sociedade e se recusa a anuir à respectiva alteração contratual de forma injustificada. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00868573520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 – Votação Unânime - Voto nº 26604)

Embargos de declaração - Inexistência de vícios no julgado - Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02639120720118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17041)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Marca. Liminar. Uso das marcas das agravantes como palavras-chave de link patrocinado contratado pela agravada. Ausência de manifesta ilicitude. Agravada que comercializa os produtos das marcas das agravantes vinculadas ao site. Notoriedade do site através das marcas que tem por finalidade alavancar a venda dos produtos. Incidência da norma do art. 132, I, Lei nº 9279/96. Indeferimento acertado. Agravo de instrumento manifestamente improcedente. Seguimento negado por decisão monocrática. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 00894937120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26524)

Embargos de declaração. Prequestionamento. Acórdão que examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Caráter infringente. Inadmissibilidade. Rejeição. (Embargos de Declaração 01589260220118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15584ed)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente no processo. Prequestionamento. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 01153331620088260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26566)

Embargos declaratórios. Contradição inexistente. Acórdão que é claro na exposição de suas razões, analisando as questões suscitadas e pertinentes ao julgamento. Prequestionamento. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 00612684120128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26583)

Embargos declaratórios. Contradição inexistente. Acórdão que é claro na exposição de suas razões, analisando as questões suscitadas e pertinentes ao julgamento. Prequestionamento. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 00612701120128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26581)

Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Indeferimento reformado. Possibilidade, desde que haja comprovação da insuficiência de recursos. Prova farta no sentido de que a requerente atravessa severa dificuldade financeira. Demonstração do resultado do exercício de 2011, negativo. Dívidas com diferentes instituições financeiras. Apontamentos nos cadastros de devedores. Ação de despejo. Concessão da benesse da Lei 1060/50. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01321684920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16026)

Embargos de declaração. Caráter infringente. Rejeição. (Embargos de Declaração 00533756420108260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15508ed)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente no recurso. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00813015220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26587)

Embargos de declaração. Omissão referente a juros e correção monetária. Acolhidos. (Embargos de Declaração 00302532220108260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de

Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15592ED)

Embargos declaratórios. Omissão, contradição ou obscuridade inexistentes. Acórdão que analisou expressa e integralmente as questões suscitadas no agravo de instrumento e relevantes para o deslinde da controvérsia. Interpretação do v. acórdão por silogismo correto, mas que não altera o resultado. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 00352135320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26620)

Embargos declaratórios. Omissão ou contradição inexistente. Acórdão que é claro e coerente quanto aos fundamentos que justificaram a revogação da tutela antecipada. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 00761743620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26610)

Embargos de declaração. Caráter infringente. Rejeição. (Embargos de Declaração 00174653820098260606 – Suzano – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15614ed)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada. Prequestionamento. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 00756738220128260000 – Atibaia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26609)

Embargos de declaração - Alegação de vício no aresto - Omissão verificada quanto à análise da alegação de falta de procuração da agravada - Ausência do documento que, no caso em tela, não obstava o conhecimento do recurso - Contraminuta apresentada supriu a falta do documento - Embargos acolhidos, sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 03031702420118260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime – Voto nº 17037)

Franquia. Antecipação de tutela. Art. 273 do CPC. Pretensão de abstenção do uso da marca. Impossibilidade quando ausente a prova da verossimilhança das alegações e do risco de dano irreparável. Fragilidade das provas, neste momento processual, a demonstrar o direito da autora. Dilação probatória que se faz necessária. Indeferimento acertado. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01408586720128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26653)

Embargos declaratórios. Omissão e obscuridade inexistentes. Acórdão que é claro na exposição de suas razões, analisando as questões suscitadas e pertinentes ao julgamento. Prequestionamento. Rejeitados. (Embargos de Declaração 00163773420118260625 – Taubaté – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26669)

Pedido de falência. Quebra decretada. Possibilidade do ajuizamento da ação de execução que não elide a opção do credor pelo pedido de falência do devedor. Insolvência da agravante caracterizada pela incontroversa configuração dos requisitos do art. 94, I, Lei nº 11101/05. Irrelevância do seu estado patrimonial. Decisão acertada e em consonância com a jurisprudência do C. STJ e deste E. TJSP. Orientação das Súmulas 42 e 43, TJSP. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01487035320128260000 – Osasco – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26694)

Cancelamento domínio internet. Hipótese de ausência de pagamento da anuidade. Núcleo de Informação - Nic.br exerceu seu direito de acordo com o contrato. Ausência das alegadas

irregularidades. Sentença de improcedência. Recurso desprovido. (Apelação Cível 02354405820098260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15894)

Agravo. Recuperação judicial. Recurso contra decisão que, em face da aprovação do plano pela Assembleia-Geral de Credores pelo quórum legal, concede a recuperação. A Assembleia-Geral de Credores só é reputada soberana para a aprovação do plano se este não violar os princípios gerais de direito, os princípios e regras da Constituição Federal e as regras de ordem pública da Lei nº 11.101/2005. Proposta que viola princípios gerais de direito, normas constitucionais, regras de ordem pública e o postulado da "pars conditio creditorum", ensejando a manipulação do quórum assemblear, é nula. Supressão das garantias reais e fidejussórias sem a expressa aprovação dos credores titulares das respectivas garantias implica nulidade da cláusula. Proibição de ajuizamento de ações e execuções contra as recuperandas e seus garantidores e a extinção de tais ações viola a Constituição Federal. Cláusulas que consubstanciam abuso de direito, violação dos princípios gerais de direito, da Carta da República e das leis de ordem pública são nulas. Agravo provido para decretar a nulidade da deliberação da AGC, com determinação de apresentação de outro plano, no prazo de 30 (trinta) dias, a ser elaborado em consonância com os princípios gerais do direito, a Constituição Federal e a Lei nº 11.101/2005, a ser submetido à Assembleia-Geral de Credores no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de decreto de falência. "A assembleia de credores é soberana em suas decisões quanto aos planos de recuperação judicial. Contudo, as deliberações desse plano estão sujeitas aos requisitos de validade dos atos jurídicos em geral, requisitos esses que estão sujeitos ao controle judicial" (REsp. 1.314.209-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi). (Agravo de Instrumento 02895418020118260000 – Junqueirópolis – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22217)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Atualização monetária do crédito. Cálculo que deve ser feito até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da LFR. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 00977282720128260000 – Regente Feijó – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23874)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Pretensão pelo recebimento de serviços não prestados. Impugnante que não se desincumbe do ônus de comprovar o fato constitutivo do seu direito. Decisão de improcedência mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 009990220128260000 – Regente Feijó – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23877)

Agravo de instrumento. Impugnação de crédito. A competência para discussão de valor devido pela agravante é do juízo da recuperação judicial. O fato de credor ser massa falida não retira a competência do juízo da recuperação judicial. Inaplicabilidade do art. 76 da Lei n° 11.101/2005. Perícia contábil realizada. Confusão patrimonial verificada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 02543368720118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23623)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Contrato de uso do sistema de distribuição de energia elétrica. Continuidade da prestação dos serviços condicionada ao pagamento pontual das contas vincendas e vencidas desde a data do pedido de recuperação judicial. Agravo a que se dá parcial provimento. (Agravo de Instrumento 00285119121010128260000 – Pindamonhangaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23499)

Embargos de declaração. Omissão e contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja

o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00383261520128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23694)

Agravo de instrumento. Art. 526 do Código de Processo Civil. Irrelevância de eventual inobservância. Apresentação de contraminuta com argumentos contrários aos deduzidos pelo agravante. Ausência de prejuízo. Preliminar rejeitada. Falência. Arrematação de imóvel. Oferta de montante equivalente a 76,75% do valor de avaliação do bem atualizado em segunda praça. Preço vil não caracterizado. Em regra, não se considera vil o preço não inferior a 50% do valor atualizado da avaliação. Precedentes do STJ. Orientação que, todavia, comporta temperamentos à luz do caso concreto. Ausência de outros licitantes. Oferta que deve ser aceita. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 00459692420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22926)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00491235020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23610)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Contrato de uso do sistema de distribuição de energia elétrica. Continuidade da prestação dos serviços condicionada ao pagamento pontual das contas vincendas e vencidas desde a data do pedido de recuperação judicial. Possibilidade de alteração da quantidade de energia elétrica a ser fornecida mediante vontade das partes. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 00924651420128260000 – Pindamonhangaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23412)

Agravo de instrumento. Obrigação de fazer. Sentença de parcial procedência, com antecipação dos efeitos da tutela. Inviabilidade de recebimento da apelação em seu duplo efeito. Inteligência do art. 520, inciso VII, do CPC. Recebimento no exclusivo efeito devolutivo. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01214075620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23730)

Agravo de instrumento. Recuperação Judicial. Impugnação de crédito. Título executivo judicial. Discussão sobre nulidade do título que não afeta, por ora, o crédito da agravada. Observação sobre a possibilidade de prestação de caução idônea ou reserva de numerário. Agravo a que se nega provimento, com observação. (Agravo de Instrumento 01218527420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23700)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação retardatária de crédito trabalhista. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Integral observância do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/05. Nulidade da decisão rejeitada. Crédito trabalhista fixado no valor determinado pela sentença da Justiça do Trabalho. Inteligência do art. 6º, § 2º, da Lei nº 11.101/2005. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01218812720128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23701)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação retardatária de crédito trabalhista. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Integral observância do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/05. Multa por inadimplência. Art. 467 e 477, CLT. Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Multa por descumprimento de acordo em justiça trabalhista devida. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01218839420128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23688)

Ação cautelar. Arresto. Liminar indeferida. Decisão mantida. Ausência de plausibilidade do direito alegado e perigo na demora. Ausência de título que habilite a autora a pleitear a imediata constrição de patrimônio que, a princípio, é alheio, bem como de notícia fidedigna de que o segundo réu está praticando atos que venham a dilapidar seu patrimônio. Possibilidade de reexame do pedido liminar, pelo Juízo de origem, após o contraditório. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01074075120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16113)

Tutela antecipada. Abstenção de uso de marca e de domínio na Internet. Conflito entre empresas. Solução que demanda dilação probatória. Ausência de prova inequívoca e de fundado receio de dano irreparável e de difícil reparação. Ausência dos requisitos do art. 273 CPC. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01444363820128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16099)

Tutela antecipada. Ação de dissolução parcial de sociedade c/c apuração de haveres. Indeferimento mantido. Ausência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01446104720128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 31/07/2012 – Relator Teixeira Leite - Votação Unânime - Voto nº 16128)

Embargos declaratórios. Omissão existente. Irregularidade na representação para contrarrazões inexistente. Os poderes da cláusula “ad judicia” habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, exceto os que estão elencados no artigo 38 do Código de Processo Civil. Acolhem os embargos para sanar a omissão, sem alteração do resultado. (Embargos de Declaração 01271926720108260000 – Bragança Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 31/07/2012 – Relator Maia da Cunha - Votação Unânime - Voto nº 26632)

Dissolução Societária. Considerações acerca da affectio societatis. Direito do sócio de se retirar da sociedade empresária. Inteligência dos artigos 5º, II, da CF, e 1.029 do CC. Termo inicial para apuração de haveres que deve mesmo ser a data da notificação extrajudicial, que demonstrou a inequívoca intenção da autora de deixar a sociedade. Decisão acertada. Recurso improvido. (Apelação Cível 09320222019998260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26335)

Ação de retirada c.c. apuração de haveres. Cooperativa. Demissão de associado que se dá unicamente a seu pedido e a qualquer tempo. Hipótese em que os autores sequer manifestaram tal intenção administrativamente, tampouco havendo a respectiva negativa da ré. Falta de interesse de agir configurado. Pedido de apuração de haveres prejudicado. Recurso improvido. (Apelação Cível 00388531520098260309 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 31/07/2012 – Relator Maia da Cunha - Votação Unânime - Voto nº 26454)

Medida cautelar de exibição de documentos. Cooperativa pretende exibir documentos que estão em seu poder para demonstrar a transparência dos seus atos. Impossibilidade jurídica do pedido. Documento que deve estar em poder de terceiro. Art. 844, II, do CPC. O direito de ter acesso aos documentos da cooperativa para análise e fiscalização é dos cooperados.

Inexistência também de interesse processual. Ausência do binômio necessidade e adequação. Indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem resolução do mérito que era de rigor. Recurso improvido. (Apelação Cível 00075386820118260609 – Taboão da Serra – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 31/07/2012 – Relator Maia da Cunha - Votação Unânime - Voto nº 26544)

Propriedade industrial. Abstenção de uso. Marcas registradas pela autora no INPI que lhe conferem o direito de exclusividade e de vedar o uso por terceiros. Art. 129 e 130 da Lei de Propriedade Industrial. As marcas GR, GR GARANTIA REAL e GRUPO GR são conhecidas no mercado de segurança patrimonial e o nome da ré, constituída em 2009, não poderia colocar a sigla GR distintiva da conhecida marca da autora. Abstenção bem determinada pelo ferimento à lei e pela evidente possibilidade de confusão no mercado consumidor específico de segurança patrimonial. Recurso improvido. (Apelação Cível 00839017420118260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26590)

Marca. Abstenção de uso. Tutela antecipada. Agravante que utiliza marca figurativa cujo registro no INPI foi decretado nulo por sentença e que infringe a exclusividade de uso da marca de titularidade da autora. Presença da verossimilhança das alegações e do risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Tutela antecipada bem concedida. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01224173820128260000 – Ourinhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26501)

Cautelar inominada. Pedido prejudicado em razão do julgamento do recurso de apelação interposto contra a sentença cuja execução se pretendia em parte suspender. Perda superveniente do objeto. Cautelar não conhecida. (Cautelar Inominada 00154194620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22651)

Agravo. Recuperação Judicial. Sentença homologatória de alteração do plano recuperatório. Insurgência quanto ao valor de crédito trabalhista depositado. Embargos declaratórios rejeitados em primeiro grau. Recurso que não ataca o teor da decisão, haja vista que as razões são totalmente dissociadas do que foi decidido. Agravo não conhecido, com observação quanto ao crédito trabalhista pleiteado pelos agravantes. (Agravo de Instrumento 00565908020128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23612)

Apelação. Falência. Embargos à execução ajuizados anteriormente ao decreto da quebra. Inexistência de "vis atractiva". Competência recursal não pertencente a este órgão. Matéria afeta às 11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo. Resolução nº 194/2004 e nº 558/2011, deste E. TJESP. Apelo não conhecido, com determinação. (Apelação Cível 00045608120078260505 – Ribeirão Pires – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23613)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Decisão que indefere a antecipação dos efeitos da tutela. Abstenção de uso de marca. Fatos alegados que se mostram demasiadamente controvertidos. Ações similares ajuizadas pelas partes, ambas com pedido de abstenção de uso de marca. Questões que demandam dilação probatória. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01024137720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23733)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Dilação probatória que se mostrava irrelevante para o deslinde da causa. Decisão

mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01323798520128260000 – Regente Feijó – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23788)

Pedido de falência. Citação do devedor que é crucial para integrá-lo à relação jurídica processual e lhe possibilitar o exercício da defesa. Ato expressamente contemplado na Lei nº 11101/05 (art. 98) e que não encontra exceção. Inviabilidade da decretação da quebra sem a prévia citação da agravada, ainda que ficta. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01261259620128260000 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26682)

Recuperação Judicial. Impugnação de crédito. Rejeição. Contrato de Crédito Bancário. Manifestação do administrador judicial depois de dois anos da impugnação a respeito da qual não se deu oportunidade ao impugnante para manifestar-se sobre as explicações que justificariam a correção do crédito segundo o constante do edital. Cerceamento de defesa configurado. Recurso provido para anular a r. decisão agravada e determinar que outra seja proferida após a manifestação do impugnando sobre a explicação do administrador judicial. (Agravo de Instrumento 01322862520128260000 – Sumaré – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26568)

Propriedade industrial. Tutela antecipada. Insuficiência de prova de identidade dos produtos produzidos pelas partes. Agravante detentora de patente de invenção do produto denominado "VARAL MODERNO DE ALUMÍNIO", junto ao INPI. Agravada que depositou perante o mesmo instituto o Modelo de Utilidade MU8701791-1, concernente a um tipo de varal. Ausência de verossimilhança das alegações. Jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça acerca do tema. Decisão acertada. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01404195620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26651)

Declaratória de rescisão contratual com pedido de tutela antecipada c/c perdas e danos. Duração do contrato de locação e possibilidade de renovação que poderiam ter sido verificadas pelo autor quando da compra do estabelecimento comercial. Vício de consentimento e má-fé do réu não demonstrados. Recurso improvido. (Apelação Cível 00159392120098260223 – Guarujá – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25591)

Tutela antecipada. Consignação em pagamento c/c obrigação de fazer. Assinatura do instrumento particular de alteração de contrato social, nos termos do contrato de cessão de quotas firmado entre as partes. Indeferimento mantido. Ausência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Possibilidade de espera pela formação do contraditório, quando poderá o Juízo reapreciar o pedido antecipatório. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01135254320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 31/07/2012 - Votação Unânime – Voto nº 15880)

Embargos declaratórios. Equívoco configurado. O v. acórdão partiu de premissa equivocada de autorização para o registro do domínio que usurpa a marca da autora. Contexto que impõe a procedência para determinar que a ré cancele o domínio, sob pena de multa. Embargos acolhidos com alteração parcial do resultado. (Embargos de Declaração 00089566420108260451 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26627)

Embargos declaratórios. Contradição inexistente. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente no processo. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00406552820118260002 - São Paulo – 1ª Câmara

Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26771)

Agravo. Recuperação judicial. Recurso contra decisão que, em face da aprovação do plano pela Assembleia - Geral de Credores pelo quórum legal, concede a recuperação. A Assembleia-Geral de Credores só é reputada soberana para a aprovação do plano se este não violar os princípios gerais de direito, os princípios e regras da Constituição Federal e as regras de ordem pública da Lei nº 11.101/2005. Proposta que viola princípios gerais de direito, normas constitucionais, regras de ordem pública e o postulado da "pars conditio creditorum", ensejando a manipulação do quórum assemblear, é nula. Proibição de ajuizamento de ações e execuções contra as recuperandas e seus garantidores e a extinção de tais ações viola a Constituição Federal. Cláusulas que consubstanciam abuso de direito, violação dos princípios gerais de direito, da Carta da República e das leis de ordem pública são nulas. Agravo provido para decretar a nulidade da deliberação da AGC, com determinação de apresentação de outro plano, no prazo de 30 (trinta) dias, a ser elaborado em consonância com os princípios gerais do direito, a Constituição Federal e a Lei nº 11.101/2005, a ser submetido à Assembleia-Geral de Credores no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de decreto de falência. "A assembleia de credores é soberana em suas decisões quanto aos planos de recuperação judicial. Contudo, as deliberações desse plano estão sujeitas aos requisitos de validade dos atos jurídicos em geral, requisitos esses que estão sujeitos ao controle judicial" (REsp. 1.314.209-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi). (Agravo de Instrumento 02648709020118260000 – Junqueirópolis – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23879)

Reclamação. Decisão que determina o pagamento de honorários periciais e do administrador judicial. Decisão anterior que fixava o valor das respectivas remunerações a que se atribuiu efeito suspensivo. Agravo de instrumento anteriormente interposto em que se deferiu o processamento em conjunto da recuperação judicial das reclamantes. Reclamação extinta, sem julgamento do mérito. (reclamação 01118686620128260000 – Itatiba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23851)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Dissolução parcial de sociedade. Reconvenção. Legitimidade ativa ad causam. Possibilidade de cobrança por sócio administrador de valores despendidos com a manutenção dos bens sociais de outros sócios. Exceção à regra de cobrança de valores da sociedade que se justifica, em virtude da inexistência ou paralisação de atividades. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 01256045420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23732)

Marca e nome empresarial. Colidência com titulo de estabelecimento. Utilização deste por tona década com conhecimento das titulares daqueles. Hipótese que não desafia concessão de tutela antecipada, inclusive porque utilizados no ramo hospitalar em capitais de estados situados em distantes regiões. Agravo interno provido, mantida a decisão de primeiro grau que negou a medida. (Agravo Regimental 00726356220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 29/05/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 24380)

Sociedade anônima - Acionista – Administração temerária - Destituição do cargo de gestor - Nomeação de administrador judicial - Busca da intervenção do Poder Judiciário em todos os atos de administração da sociedade - Inadmissibilidade - Inaplicabilidade da Lei n. 8.894/94 por analogia - Norma de interesse público com alcance restrito a determinados atos, situação diversa da dos autos, em que demandante busca irrestrita intervenção judicial visando resguardar interesse particular - Inadmissibilidade da analogia ou interpretação extensiva às normas de exceção – Inexistência de norma legal autorizadora da intervenção judicial ampla e

por prazo indeterminado - Impossibilidade jurídica do pedido - Condição da ação ausente - Agravo de instrumento provido para extinguir o processo sem resolução do mérito (CPC, art. 267, VI e § 3º). Sociedade anônima - Acionista – Administração temerária - Destituição do cargo de gestor - Nomeação de administrador judicial - Busca da intervenção do Poder Judiciário em todos os atos de administração da sociedade e por tempo indeterminado - Inadmissibilidade - Limitação da atuação do Poder Público à regulação e intervenção da ordem econômica - Poder exclusivo do agente econômico para escolher seus administradores e sua estratégia de mercado - Observância ao valor constitucional da livre iniciativa, bem como dos princípios da livre concorrência, da propriedade privada e da liberdade de associação - Autonomia empresarial excepcionada apenas para cumprimento de obrigação específica imposta pelo CADE, falecimento do administrador ou na recuperação judicial e falência, hipótese em que ganha destaque a função social da empresa Aplicação do princípio da intervenção mínima do Estado - Impossibilidade jurídica do pedido - Condição da ação ausente - Agravo de instrumento provido para extinguir o processo sem resolução do mérito (CPC, art. 267, VI e § 3º). Dispositivo: recurso provido. (Agravo de Instrumento 02404658720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 15/05/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 19237)

Agravo de instrumento. Ausência peças obrigatórias. Cópias da decisão agravada e da respectiva certidão de publicação. Artigo 525, I, do CPC. Imprestabilidade do instrumento. Recurso manifestamente inadmissível. Julgamento monocrático pelo Relator. Artigos 527, I, e 557, caput, do CPC. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 01759856620128260000 – Amparo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo – 24/08/2012 - Voto nº 8378)

Processo civil. Nulidade. Publicações feitas em nome de advogada que não mais trabalha com o patrono ora atuante. Questão que, na realidade, foi solucionada pela decisão prolatada em 20.01.2012, certificado seu trânsito em julgado em 22.02.2012. Prazo recursal já há muito vencido. Agravante que, embora aventando novo erro nas publicações, não esclareceu e tampouco comprovou a falta de ciência da decisão agravada e de todas as que lhe seguiram, impedindo a constatação da tempestividade do agravo. Recurso manifestamente inadmissível. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 01776849220128260000 – Guarulhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 24/08/2012 - Voto nº 29950)

Processo Civil. Franquia. Despacho saneador. Pretensão da agravante de que os pontos controvertidos sejam mais restritivos e de acordo com as provas dos autos. Requerida que alega exceção do contrato não cumprido. Dúvida acerca de quem deu causa à extinção do contrato. Somente depois de finda a instrução probatória é que será possível avaliar os fatos com a certeza necessária. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 01715089720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 16/08/2012 - Voto nº 26881)

Recurso - Agravo de instrumento - Peças obrigatórias - Procuração da agravante, cópia da decisão agravada, e certidão de publicação da decisão agravada - Ausência desta última - Pressuposto de admissibilidade recursal ausente - Inteligência do art. 525, I, do CPC - Negativa de seguimento ao agravo de instrumento. Dispositivo: Nega-se seguimento. (Agravo de Instrumento 01454205620118260000 - São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 16/08/2012 - Voto nº 18405)

Embargos declaratórios. Omissão e contradição inexistentes. Decisão monocrática que é clara quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente no recurso. Embargos rejeitados também por decisão monocrática. (Embargos de Declaração 00968110820118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/08/2012 - Voto nº 26808)

Agravo de instrumento. Ausência de peças essenciais para o exame da controvérsia. Recurso manifestamente inadmissível a que se nega seguimento (CPC, art. 557, *caput*). (Agravo de Instrumento 01701483020128260000 – Itatiba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 13/08/2012 - Voto nº 24113)

,Processo Civil. Recurso desacompanhado de cópias da r. decisão agravada e da certidão da respectiva intimação. Peças obrigatórias e indispensáveis. Desatendimento ao disposto no artigo 525, I, do Código de Processo Civil. Jurisprudência do C. STJ. Recurso manifestamente inadmissível. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 01660474720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 09/08/2012 – 26846)

Agravo de instrumento. Ausência de peça obrigatória. Cópia integral da decisão agravada. Artigo 525, I, do CPC. Imprestabilidade do instrumento. Recurso manifestamente inadmissível. Julgamento monocrático pelo Relator. Artigos 527, I, e 557, caput, do CPC. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01632076420128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 08/08/2012 - Voto nº 8079)

Agravo de instrumento. Ausência de peças necessárias à intelecção da controvérsia. Processamento do recurso negado. (Agravo de Instrumento 01466223420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 07/08/2012 - Voto nº 25064)

Agravo tirado contra despacho que não suspendeu execuções promovidas contra empresa em recuperação, sendo que, concomitantemente, posteriores decisões dos juízos das execuções atenderam ao pleito - Pedido de desistência do agravo acolhido. (Agravo de Instrumento 01575192420128260000 – Pirassununga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 01/08/2012 - Voto nº 24654)

Embargos de declaração. Contradição. Inocorrência. Agravo de instrumento manifestamente inadmissível. Interposição contra decisão que julga embargos de declaração opostos contra sentença. Caráter meramente infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01288687920128260000 – Piracicaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 01/08/2012 - Voto nº 8010)

Processo civil. Agravo voltado contra decisão que determinou a emenda da petição inicial, mas interposto apenas após o indeferimento do pedido de reconsideração. Intempestividade. Pedido de reconsideração que não interrompe nem suspende o prazo recursal. Jurisprudência pacífica do C. STJ e deste E. TJSP. Recurso manifestamente inadmissível. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 01573937120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 31/07/2012 - Voto nº 26780)

Propriedade industrial. Tutela antecipada. Autora detentora da marca “Corrida Internacional de São Silvestre”. Requerido que realizará, na mesma cidade e data da original, corrida de rua denominada “São Silvestre Cover”. Possibilidade de confusão e desprestígio da corrida verdadeira para a qual acorrem corredores de todo o mundo. Prova da verossimilhança das alegações e risco de dano de difícil reparação presentes. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01551228920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 27/07/2012 - Voto nº 26764)

Processual Civil. Pedido de produção de prova oral indeferido por ocasião do despacho saneador. Ausência de recurso no momento oportuno. Questão que se encontra preclusa. Cabe ao juiz apreciar a necessidade da dilação probatória, deferindo apenas e tão somente as

provas que se mostrarem necessárias. Inteligência dos artigos 125, II, e 130 do Código de Processo Civil. Recurso manifestamente improcedente. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 01526683920128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 25/07/2012 - Voto nº 26736)

Processo Civil. Recurso desacompanhado da certidão de intimação da r. decisão agravada. Peça obrigatória. Desatendimento ao disposto no artigo 525, I, do Código de Processo Civil. Jurisprudência deste E. TJSP e do C. STJ. Recurso manifestamente inadmissível. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 01460455620128260000 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 25/07/2012 - Voto nº 26731)

Sentença – Juiz natural – Competência absoluta – Distribuição de ação cautelar de busca e apreensão na Comarca de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais – Liminar indeferida – Desistência da ação quatro dias depois, sem qualquer justificativa – Ajuizamento de nova ação cautelar de busca e apreensão na Capital paulista, com idêntico pedido, menos de um mês depois – Evidência de que desistência deu-se exclusivamente em razão do indeferimento da tutela de urgência requerida – Prevenção do Juízo que conheceu da primeira ação cautelar – Alteração parcial do polo passivo – Irrelevância – Competência funcional absoluta do Juízo da Comarca mineira – Inteligência do art. 253, caput, e II, do CPC – Nulidade da sentença, com observação de que Juízo prevento é competente para julgar as ações cautelar e principal, bem como decidir sobre o aproveitamento dos atos decisórios praticados nestes processos e eventual exceção de incompetência relativa – Remessa dos autos ao Juízo da Comarca de Nova Serrana, Estado de Minas Gerais (CPC, art. 113, § 2º) – Sentença anulada – recurso provido para esse fim. Dispositivo: recurso provido para anilar a sentença. (Apelação Cível 02617411020078260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20645) **(Segredo de Justiça)**

Propriedade industrial – Desenho industrial – Sapatilha modelo “Melissa Zaxy” – Sapato modelo “boneca” – Clássico da moda feminina caracterizado pelo arredondamento da parte dianteira do sapato – Comercialização há décadas – Introdução pela demandante de conceitos inovadores ao desenho original, inserindo laço na tira que liga as laterais da sapatilha, bem como rebaixamento das laterais do sapato – Modelo que combina elementos de produtos anteriores, mas não o reproduzem – Presença do requisito originalidade – Falta de prova de que modelo produzido pela apelante utiliza técnicas de domínio público – Reconhecimento da novidade do desenho industrial – Legitimidade do depósito do registro e de sua concessão – Direito de uso exclusivo do desenho industrial pela apelante – Ação de Obrigação de não fazer procedente – Apelação parcialmente provida para esse fim. Propriedade industrial – Desenho industrial – Sapatilha “Melissa Zaxy” – Semelhança substancial do produto fabricado pela ré – Diferença apenas quanto ao tipo de palmilha, desenho e material do laço e inexistência de orifícios (presentes no modelo produzido pela autora) – Inovações insuficientes para conferir originalidade ao modelo fabricado pela ré – Ação de obrigação de não fazer procedente – Apelação parcialmente provida para esse fim. Responsabilidade civil – Lucros cessantes – Desenho industrial – Direito de exclusividade violado pela ré – Situações descritas no art. 210 da LPI não comprovadas no caso concreto – Desconhecimento da data do início da violação do direito e falta de prova dos benefícios que a apelante deixou de auferir ou que a apelada auferiu – Inadequação da fase de liquidação da sentença para constituição da prova do prejuízo – Improcedência do pedido de condenação ao pagamento de royalties pelo uso não licenciado da marca – Apelação improvida neste tocante. Responsabilidade Civil – Dano moral – Desenho industrial - Direito de exclusividade violado pela ré – Modelo substancialmente semelhante ao modelo lançado pela autora inapto para conduzir o consumidor a erro por ostentar na palmilha a identificação do fabricante – Simples fato da violação da propriedade industrial inapto para abalar a imagem e reputação da demandante – Desvalorização da marca não demonstrada pela autora – Pedido de indenização por dano moral improcedente – Apelação improvida nesse tocante. Dispositivo: recurso parcialmente provido. (Apelação Cível

01536245120098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18910) **(Segredo de Justiça)**

Assistência Judiciária – Justiça gratuita – Requisitos – Declaração de pobreza – Insuficiência – Indeferimento os coagravantes Jeronimo e Rafael pautado em razão de serem proprietários de empresa que avaliaram em R$ 870.000,00, e ainda porque o correcorrente Rafael é proprietário de dois automóveis, e em relação ao cossuplicante Isaac, por não ter sido apresentada a respectiva declaração de renda – Hipótese que deveria ter sido pontualmente rejeitada pelos suplicantes em suas razões recursais, todavia, nenhum documento diferente foi juntado de modo a demonstrar que a situação econômica dos agravantes é deficitária – Ademais, não é crível que, diantedo valor indicado para o fundo de comércio discutido, não tenha havido rendimentos aos sócios-proprietários da empresa em questão, pois referente ao ano-calendário de 2010, ou seja, antes dos problemas existentes com os agravados – Presunção de que os recorrentes reúnem condições suficientes para suportar as taxas judiciárias, inclusive o Sr. Isaac, posto que, diante das informações existentes nas declarações juntadas, verifica-se que nem os outros agravantes precisariam entregar a declaração – Benefícios indeferidos – Recurso não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00769677220128260000 – Franca – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21122) **(Segredo de Justiça)**

Ação cautelar de busca e apreensão e ação de abstenção de uso de marca cumulada com ação indenizatória. Produtos contrafeitos e instrumentos utilizados para contrafação apreendidos na posse das corrés. Reconhecimento da violação ao direito marcário da autora, titular da marca "ONBONGO", com registro perante o INPI. Recurso da autora, pleiteando indenização por danos morais. Cabimento. Danos morais "in re ipsa", por se tratar de contrafação. Violação à imagem da autora e diluição da marca que justificam indenização por dano moral. Recurso provido. (Apelação Cível 00061323920098260655 – Várzea Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16824) **(Segredo de Justiça)**

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista transitada em julgado habilitado enquanto crédito privilegiado trabalhista. Habilitando que comprovou origem de seu crédito, preenchendo o requisito do artigo 9º, III da Lei nº 11.101/05. Recuperanda que agrava alegando que crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial, segundo a qual todos os créditos posteriores seriam tidos como subordinados. Matéria que já foi decidida por esta Câmara Reservada no julgamento do AI nº 990.10.179056-4. Recurso Especial que não suspende o efeito da aludida decisão, a qual se aplica, até que e se reformada. Inadequação do 'quantum' habilitado. Valor da habilitação que deve ser corrigido. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01422386220118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 31/07/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16929) **(Segredo de Justiça)**

Competência recursal. Prevenção. Precedente julgamento de agravo de instrumento por uma das Câmaras que integram a primeira porção da Seção de Direito Privado anteriormente à criação da Câmara Reservada de Direito Empresarial. Prevenção que não se encerrou, nos termos do art. 102 do Regimento Interno. Precedentes do C. Órgão Especial. Competência recusada. Conflito procedente, reconhecida a competência da C. 7ª Câmara de Direito Privado. (CC 01627798220128260000 - São Paulo – Turma Especial – Privado 1 - Relator Araldo Telles – 30/08/2012 – Maioria de Votos - Voto nº 25097)

Competência interna - Art. 102 do Regimento Interno - Ação em que se pleiteia apresentação de contrato original de compra de ações, e que comprovaria a qualidade de sócio do requerente. Demanda proposta por ex-companheiro que alega ter arcado com os custos da

compra das ações. Demandas anteriores entre as partes com recursos julgados pela Oitava Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça (agravo de instrumento n° 0286539-39.2010.8.26.0000 e apelação n° 0006396-03.2007.8.26.0063) - Prevenção - Procedência para declarar a competência da Oitava Câmara de Direito Privado. (CC 01407261020128260000 – Votorantim – Turma Especial – Privado 1 - Relator Ênio Zuliani – 30/08/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 23896)

Ação de cobrança ajuizada contra a massa falida - Recurso distribuído ao i. Des. Paulo Ayrosa, integrante da C. 31ª Câmara de Direito Privado - Decisão monocrática, determinando a remessa do feito a uma das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial - Processo redistribuído ao i. Des. Francisco Loureiro, integrante da C. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, que, por decisão monocrática, solicitou a redistribuição a uma das Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado - Conflito negativo de competência que, *data venia*, não restou configurado - Hipótese em que os autos devem retornar à Egrégia Presidência da Seção de Direito Privado, para remessa do feito a uma das C. Câmaras da Primeira Subseção de Direito Privado, que, se o caso, recusará ou não a competência - Conflito não conhecido. (CC 01206619120128260000 – Nova Odessa - Órgão Especial – Relator Grava Brazil – 29/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 0054)

Conflito de competência - Prevenção (art. 102, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça) - Matéria societária e que seria da competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial, caso não tivesse a Oitava Câmara julgado, anteriormente, agravo de instrumento tirado de despacho proferido no mesmo processo - Conveniência de se manter a competência da Câmara preventa pelo julgamento de agravo sobre gratuidade judiciária quando o recurso de apelação envolve matéria relacionada com deserção - Conflito procedente, declarada a competência da Oitava Câmara de Direito Privado (suscitada). (CC 01538782820128260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Ênio Zuliani – 22/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24651)

Conflito de competência. Execução fundada em título extrajudicial (confissão de dívida com garantia hipotecária). Matéria que se insere na competência das 11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras da Seção de Direito Privado. Provimento n. 63/2004, Anexo I - Primeiro Tribunal de Alçada Civil (competência), item XIII, e Resolução n. 194/2004, artigo 2º, inciso III, alínea b. Competência para julgar as ações e execuções de insolvência civil e as execuções singulares, quando fundadas em título executivo extrajudicial. O negócio jurídico entabulado anteriormente subjacente à execução e não retira a competência da Câmara suscitada. Precedentes desta Corte de Justiça. Dúvida julgada procedente, reconhecendo-se a competência da C. 37ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal. (DC 01036063020128260000 – São José do Rio Pardo - Órgão Especial – Relator Guerrieri Rezende – 22/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 35515)

Competência interna - Recurso distribuído ao Desembargador Miguel Brandi, da 7ª Câmara de Direito Privado, em 21.6.2011, que, com isso, ganhou a competência pela livre distribuição - Equívoco na remessa para a Câmara Reservada de Direito Empresarial que, embora criada em 2.2.2011 (Resolução 538/11) só foi instalada (e passou a funcionar) em 30.6.2011 - Inadmissibilidade de redistribuição por não existir competência antes da instalação - Conflito procedente e reconhecimento da competência da 7ª Câmara de Direito Privado. (CC 01050604520128260000 – São Roque – Turma Especial – Privado 1 – Relator Ênio Zuliani – 30/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23702a)

Competência interna - Predominância da prevenção instituída pelo art. 102, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça e que não é infirmada pela instalação da Câmara Reservada de Direito Empresarial (Resolução 538/2011) - Conflito procedente para declarar a 5ª Câmara de

Direito Privado como competente. (CC 01316834920128260000 - São Paulo – Turma Especial – Privado 1 - Relator Ênio Zuliani – 30/08/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 24881)

Competência recursal. Feito distribuído a juiz substituto em segundo grau que teve sua competência restrita aos feitos distribuídos até a data de sua remoção para outra Câmara - Conhecimento como dúvida de competência e determinada a sua distribuição livre a uma das Câmaras da Subseção de Direito Privado I - Decisão por maioria. (CC 00603780520128260000 - São Paulo – Turma Especial – Privado 1 - Relator José Reynaldo – 30/08/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 12563)

Mandado de Segurança. Impetração contra decisão que indefere inicial de Medida Cautelar distribuída em segundo grau. Embora inexistente efeito suspensivo do recurso adequado, descabida é a impetração porque não se revela teratológica a manifestação da autoridade impetrada. Indeferimento da inicial mantido. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 01404654520128260000 - São Paulo - Grupo Reservado de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24952)

Tutela antecipada. Ação declaratória de inexistência de cláusula permissiva de exclusão extrajudicial de sócio minoritário. Deferimento reformado. Interpretação de cláusula. Art 1085 CC. Exclusão extrajudicial, a princípio, permitida e consentida pelos sócios. Ausência da expressão “por justa causa". Aparente desnecessidade. Ausência, portanto, de prova inequívoca a justificar a antecipação da tutela. Art 273 CPC. Demais sócios que podem deliberar sobre a exclusão do sócio minoritário. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01045997320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16251)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento a recurso manifestamente improcedente - Feito principal que foi sentenciado, com julgamento de improcedência da ação - Recurso prejudicado. (Agravo Regimental 01300466320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14269)

Recuperação judicial. Ausência de provas da retenção de valores pela instituição financeira. Pretensão de manter o convênio vinculado ao contrato, mesmo sem interesse na sua preservação. Impossibilidade. Valor da aquisição de energia elétrica que, consoante alegado, já foi debitado. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00824274020128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26956)

Recuperação Judicial. Fornecimento de vapor. Questão que está sendo debatida em ação própria. Agravo de instrumento interposto contra a decisão que permitiu a interrupção do serviço, com indeferimento, inclusive, da liminar pleiteada. Impossibilidade de discutir o tema nesta ação, sob pena de violação ao princípio do juiz natural. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00920789620128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26955)

Recuperação Judicial. Assembleia Geral de Credores. Convocação que se destina a dar ampla publicidade e deverá ser feita através de edital que será obrigatoriamente publicado em jornais de grande circulação, tanto no local da sede quanto das filiais da recuperanda, nos exatos termos do art. 36, caput, da Lei nº 11011/2005. A facultatividade do art. 191 não se aplica quando de modo específico a lei dispõe de forma diversa. Doutrina pertinente. Decisão acertada. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01012852220128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - Votação Unânime - Voto nº 26297)

Embargos declaratórios. Acórdão que analisou expressa e integralmente as questões relevantes para o julgamento do agravo de instrumento. Fundamentação que é clara e suficiente. Omissão inexistente. Prequestionamento. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 00894937120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26918)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01080925820128260000 – Vinhedo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 18/09/2012 Votação Unânime - Voto nº 26986)

Embargos declaratórios em embargos declaratórios. Contradição inexistente. Acórdãos que são claros quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada, inclusive nos primeiros embargos. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00089566420108260451 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26966)

Embargos declaratórios. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00839017420118260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27015)

Embargos declaratórios. Acórdão que analisou expressa e integralmente as questões relevantes para o julgamento do apelo. Fundamentação que é clara e suficiente. Omissão inexistente. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 00388531520098260309 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26963)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Pedido de falência. Ausência de cópia da r. decisão agravada. Cópia de página do DJE, contudo, que comprova a data da intimação e o teor da decisão. Requisitos de admissibilidade preenchidos. Honorários do curador especial. Adiantamento. Impossibilidade. Verba honorária que não possui natureza de despesa processual e somente será devida pelo autor se vencido ao final da demanda. Agravo interno provido para se conhecer do agravo de instrumento e lhe dar provimento. (Agravo Regimental 01660474720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26980)

Propriedade Industrial. Patentes de invenção. Alegação de violação ao processo de fabricação envolvendo o produto Fipronil. Inexistência de prova bastante para a concessão de antecipação de tutela destinada a que a agravada promova importação e lance seus produtos no mercado. Prova pericial imparcial e equidistante que é indispensável, não bastando, para a antecipação laudo unilateral trazido pela agravante. Inexistência de risco de dano irreparável, possuindo a agravada condições de, se for caso, suportar a composição das perdas e dos lucros cessantes. Antecipação de tutela bem indeferida. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00656369320128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26361)

Art. 835 do CPC. Sociedade estrangeira autora. Dispensa bem determinada porque há no mesmo polo ativo sociedade empresária com sede no Brasil. Inexistência de alegação de impossibilidade de pagamento das custas e honorários em caso de insucesso. Preliminar rejeitada. Propriedade Industrial. Patentes de invenção. Alegação de violação ao processo de fabricação envolvendo o produto Fipronil. Prova pericial. Antecipação bem determinada. Se é verdade que o laudo pericial trazido pela autora não é imparcial e por isso não serve para a antecipação de tutela destinada à abstenção de importação e lançamento dos produtos, pela ré, serve, de outro lado, para fornecer indicador de violação das patentes que torna justificável

a antecipação da prova técnica. (Agravo de Instrumento 00720008120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26360)

Dissolução de sociedade c.c. apuração de haveres. Autor que alega que a sociedade se encerrou de maneira irregular e que pretende a realização de apuração de haveres oriundos de ações judiciais em trâmite, as quais não teriam constado em acordo judicial realizado entre as partes. Partes que realizaram acordo homologado por sentença em ação de regresso renunciando a direitos com relação uns aos outros e com relação à sociedade empresária. Sentença homologatória que faz coisa julgada material. Extinção do processo sem resolução do mérito com fundamento no art. 267, V, do CPC. Recurso provido. (Apelação Cível 00379897820118260576 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26957)

Propriedade Industrial. Autor que alega ser distribuidor exclusivo de instrumentos de medição DOS 500 no Brasil e que a ré estaria praticando concorrência desleal ao importar e comercializar produtos contrafeitos, desviando sua clientela. Inexistência de contrafação. Ré que adquire produtos semelhantes de sociedade empresária localizada nos Estados Unidos, enquanto o fornecedor do autor tem sede em Taiwan. Produtos similares, mas com características distintas que impossibilitam a confusão dos consumidores dotados de conhecimento técnico. Recurso improvido. (Apelação Cível 00184491720118260003 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26981)

Bem de família. Comprovado que se trata de único imóvel da entidade familiar, não importa, para caracterizar a impenhorabilidade, que não seja por ela ocupado, bastando que sua renda seja utilizada para pagamento de aluguel de outro ou para sua subsistência. Levantamento da penhora determinado. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00638111720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 19/06/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24488)

Apelação. Direito de empresa. Ação de dissolução de sociedade cumulada com pedido de cobrança. Erro material. Inocorrência. Imóvel compromissado aos sócios da interessada e que hoje é ocupado por terceiros, sem a concordância do autor. Desnecessidade de que o locador seja proprietário do bem, bastando que detenha a sua posse. Aluguéis devidos. Sentença mantida. Apelo não provido. (Apelação Cível 00098839520088260161 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24033)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Ação de dissolução parcial de sociedade. Pagamento mensal de valores a título de distribuição de lucros determinado por decisão anterior. Descumprimento em parte. Inexistência de elementos que permitam concluir que o valor devido corresponde àquele depositado nos autos pela recorrente, havendo, ainda, indícios de que o montante é significativamente maior. Valor pleiteado pelo autor que tampouco se mostra correto. Expedição de ofícios a terceiros. Impossibilidade. A decisão anterior, que antecipou os efeitos da tutela, deve ser cumprida pela recorrente, sob pena de eventual cometimento por parte de seus administradores de crime de desobediência e eventual imposição de outras medidas coercitivas. Bloqueio de valores. Possibilidade. Exegese do art. 461, § 5º do CPC. Decisão parcialmente reformada. Agravo provido apenas em parte. (Agravo de Instrumento 00258772520128260000 – São João da Boa Vista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24259)

Empresarial. Pretensão de Revisão contratual, apuração de haveres e prestação de contas a partir de dissolução de sociedade de fato. Improcedência. Divisão do patrimônio ocorreu de comum acordo, obedecendo às cláusulas e condições pré-estabelecidas, respeitada a situação

patrimonial das empresas na época do distrato. Ausência de vício ou irregularidade a ser sanada. Honorários advocatícios que devem obedecer ao disposto no art. 20 §§ 3º e 4º do Código de Processo Civil. Ausente valor condenatório, os honorários serão arbitrados por equidade. Recurso provido em parte. (Apelação Cível 00616944220108260576 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15620)

Carta de sentença. Extração. Indeferimento reformado. A parte da sentença, que julgou extinto o processo sem julgamento do mérito em relação à agravante, transitou em julgado, porque o autor apelou apenas da parte que julgou improcedente a demanda contra outra corré. Possibilidade de se dar início, desde logo, à execução definitiva das verbas de sucumbência a cujo pagamento foi condenado o autor, em razão da extinção. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01151675120128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16446)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Antecipação de tutela destinada a determinar que a ré cesse a utilização de nome de domínio na internet. Cabimento. Caso concreto que evidencia embate entre marcas de titularidade da autora e nome de domínio utilizado pela ré. Acesso ao sítio que automaticamente direciona o internauta à página destinada ao estabelecimento da ré, que comercializa produtos de diversas marcas similares àquele oferecido pela autora e destinados ao mesmo público-alvo. Situação em que se deve atentar para as razões objetivas ou razoáveis que justificariam o interesse na aquisição daquele nome de domínio em específico. Inexistência de elementos que evidenciem motivos plausíveis para que a recorrida tenha adquirido o nome de domínio *sub judice*. Multa diária fixada em R$ 1.000,00. Caução dispensada. Decisão reformada. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 01199810920128260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23680)

Apelação. Falência. Ação de sustação de protesto. Duplicata. Endosso translativo. Exercício regular de direito. Protesto anterior ao pagamento. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00026020920108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24088)

Obrigação de fazer. Liminar indeferida. Agravante que demonstra ser cessionário de 70% das quotas da sociedade agravada, tendo pago o preço estipulado para aquisição. Bloqueio de alteração do contrato social da agravada perante a JUCESP. Relevância da fundamentação e perigo de lesão grave e de difícil reparação verificados no caso. Antecipação dos efeitos da tutela deferida. Decisão reformada. Agravo provido, com determinação. (Agravo de Instrumento 01305377020128260000 – Palmital – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16025)

Valor da causa. Ação declaratória de nulidade de ato jurídico. Impugnação rejeitada, mantida. Pedidos sucessivos, que se traduzem em consequências, desdobramentos e efeitos diretos ou indiretos da procedência da pretensão declaratória. Benefício econômico imensurável nesse momento processual. Valor atribuído pelos autores suficiente. Inteligência dos art. 258 e 259 II do CPC. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01383643520128260000 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16444)

Embargos de declaração. Contradição e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00824326220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24241)

Direito empresarial. Ação declaratória cumulada com pedido de indenização por danos materiais. Autor pleiteia anulação de duas assembleias da BM&F, regularmente realizadas. Questões aprovadas por maioria de votos. Direitos operacionais do autor que foram preservados, não se constatando que tenha sofrido qualquer prejuízo. Precedentes da 1ª Câmara de Direito Empresarial. Recurso desprovido. (Apelação Cível 01043317820108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16248)

Justiça gratuita. Indeferimento. Não basta a mera declaração, a pobreza deve ser comprovada. Ausência. Prazo para comprovação. Lei 1.060/50. Recurso desprovido, com observação. (Agravo de Instrumento 01519876920128260000 – Bauru – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16445)

Agravo de instrumento. Decisão que julga extinta execução provisória de sentença. Recurso que sequer poderia ser conhecido. Decisão passível de ser atacada mediante apelação (art. 475-M, § 3º, do CPC). Recurso conhecido em caráter excepcional, por ser evidente caso de desprovimento. Condenação que depende de prévia liquidação. Impossibilidade de execução provisória sem a anterior liquidação. Art. 475-A do CPC. Decisão mantida. Agravo desprovido. (Agravo de Instrumento 01543944820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24196)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Cláusula de eleição de foro. Decisão que de ofício declinou da competência territorial. Inadmissibilidade. Competência relativa. Decisão reformada. Conexão entre a execução e a ação com pedido de tutela constitutiva negativa, versando sobre anulação da mesma sentença arbitral. Reconhecimento ex officio. Determinação de reunião dos processos perante o juízo da 21ª Vara Cível do Foro Central, prevento. Inteligência dos artigos 301, § 4º, 102, 105 e 106, todos do CPC. Agravo a que se dá provimento, com determinação. (Agravo de Instrumento 01550751820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24172)

Declaração e dissolução de sociedade comercial. Pedido de apuração de haveres. Sentença que não reconheceu o autor da ação como sócio que não consta no contrato social da empresa. Não provimento. (Apelação Cível 00246521920108260071 – Bauru – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16349)

Apelação. Direito de empresa. Ação de resolução contratual. Contrato de compra e venda de quotas sociais. Cerceamento de defesa. Inocorrência. "Exceptio non adimpleti contractus" em razão da não transferência das quotas. Não configuração. Elementos que demonstram o efetivo exercício das funções de sócio de fato por longo período. Inércia dos autores por mais de três anos. Alegação que viola a boa-fé objetiva. "Supressio". Sentença mantida. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00007952920118260581 – São Manuel – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24201)

Agravo de instrumento. Ação cautelar. Liminar 'inaudita altera parte'. Cabimento, em parte. Alto grau de verossimilhança das alegações deduzidas na inicial, evidenciado pelo teor dos documentos que a instruem. Agravante titular da marca "Patati Patatá" e cessionária do direito autoral sobre os desenhos estilizados dos palhaços. Realização, pelos agravados, de apresentações não autorizadas, caracterizados como os personagens. 'Periculum in mora' configurado. Deferimento de liminar destinada a determinar o cancelamento de eventuais apresentações agendadas pelos agravados, bem como proibir a realização de novos shows, sob pena de multa diária fixada em R$ 1.000,00. Não cabimento, no entanto, de busca e

apreensão do material caracterizador dos palhaços. Decisão reformada. Agravo parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01672816420128260000 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24102)

Direito empresarial cobrança. Indenização. Ações do Banco Bradesco. Autores pretendem vender ações pela estimativa apurada em 1985. Impossibilidade. Hipótese de induvidosas alterações societárias, subscrições e, de mercado que levaram a outro cálculo. Esclarecimentos da Comissão de Valores Mobiliários suficientes. Impossibilidade de questionamento das decisões da sociedade, tomadas quanto ao capital social ao longo dos anos. Sentença de improcedência. Recurso contra essa solução, desprovido. (Apelação Cível 00682845820098260224 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16489)

Embargos de declaração. Obscuridade e omissão. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01256045420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24183)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. A despeito do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00154194620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24181)

Embargos de declaração. Omissão e contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01218839420128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24186)

Embargos de declaração. Acórdão que examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Rejeição. (Embargos de Declaração 02354405820098260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15894ED)

Propriedade intelectual. Extinção. Art. 267, III, CPC. Impossibilidade de intimação pessoal. Mudança de endereço, não informada nos autos. Dever da parte. Sentença mantida. (Apelação Cível 00141750620108260048 – Atibaia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16484)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Apelação. Recolhimento de porte de remessa e retorno conforme número de volumes dos autos à época da interposição do recurso de apelação e em conformidade com as informações da serventia. Complementação do recolhimento do porte de remessa e retorno. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01796473820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24216)

Embargos de declaração. Omissão não verificada. Apesar da finalidade de prequestionamento, os embargos devem observar as hipóteses de cabimento elencadas no art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00999020920128260000 – Regente Feijó – 1ª Câmara

Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24204)

Agravo regimental. Decisão monocrática por meio da qual se negou seguimento ao agravo de instrumento interposto pela agravante. Ausência de peça essencial ao exame da controvérsia. Decisão mantida. Agravo regimental a que se nega provimento. (Agravo Regimental 01701483020128260000 – Itatiba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24205)

Tutela antecipada. Ação de dissolução parcial de sociedade. Pedido de suspensão da responsabilidade do sócio retirante, pelos atos praticados em nome da sociedade, enquanto tramita a ação. Indeferimento mantido. Ausência de prova inequívoca do direito alegado. Responsabilidade que é determinada pela lei. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01854319320128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16502)

Tutela antecipada. Indeferimento. Pedidos, contudo, que não foram expressamente formulados ao Juízo de origem. Pretensão que não pode ser, desde logo, analisada pelo Tribunal, sob pena de supressão de jurisdição. Falta de interesse recursal. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01852058820128260000 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16521)

Agravo. Recuperação Judicial. Pretensão da recuperanda para que o Juiz, que preside o processo de recuperação judicial, determine a revogação de penhora efetivada em execução fiscal. Inadmissibilidade. Incompetência funcional para interferir em questões relativas à execução fiscal. Inexistência de "juízo universal" na recuperação judicial. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01861463820128260000 – Presidente Venceslau – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24253)

Agravo de instrumento. Falência. Venda de imóvel arrecadado. Ação anulatória de arrematação ajuizada por ocupante-comodatário. Auto de arrematação não assinado pelo juiz no momento da sua expedição. Regularização a posterior. Possibilidade. Vício meramente formal e que não acarreta a nulidade do procedimento. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01880595520128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24285)

Embargos de declaração - Inexistência de omissão ou qualquer outro vício no julgado - Prequestionamento - Desnecessidade de menção expressa aos dispositivos legais invocados pela parte - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02515706120118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17392)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no julgado. Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Distribuição e compensação das verbas sucumbenciais, nos termos do artigo 21 do Código de Processo Civil, que deve levar em conta repercussão econômica e não a quantidade de pedidos acolhidos ou rejeitados. Pedido indenizatório que, no caso concreto, afigurava-se acessório em face do pedido principal de abstenção de uso de marcas. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00483099720098260564 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17398)

Prestação de contas - Demanda julgada improcedente - A rigor, o caso seria de carência da ação - Pretensão do autor teria sido melhor veiculada em ação de cobrança - Inadequação da via processual eleita - Procedimento, ademais, que foi excepcionalmente desenvolvido em única fase - Ausência de prejuízo às partes em virtude do ocorrido - Caráter dúplice da ação de prestação de contas, e princípios da economia processual e instrumentalidade das formas que, mesmo em face do exposto, autorizam a análise do mérito da demanda - Pedido de "indenização" formulado pelo autor que, de fato, não merece acolhida - Endividamento da empresa ré, apurado por laudo pericial e devidamente comprovado nos autos, impede o recebimento do montante postulado pelo recorrente, por força de expressa previsão contratual em tal sentido - Recurso não provido. (Apelação Cível 00229412520028260114 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17369)

Propriedade industrial. Violação de marca e de nome empresarial. Ação de abstenção de uso de marca. Manifesta similitude fonética entre marcas Banri e Banri Katian da mesma categoria, por estabelecimentos localizados na mesma rua, suficiente a gerar confusão ao consumidor e indevida exploração de prestígio de marca alheia. Similitude dos produtos e de suas marcas. Designação da marca pela ré, que constitui comércio parasitário, em usurpação ao prestigio alheio, eis que há notória semelhança ortográfica e semântica com o nome empresarial e a marca registrada da autora. Imitação com semelhança suficiente para gerar confusão prejudicial ao titular com precedência de uso e aos próprios consumidores. Astreintes que devem ser fixadas em valor diário como forma de compelir a ré ao cumprimento da sentença. Ação parcialmente procedente. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 02044821820118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17366)

Embargos de declaração. Acolhimento dos embargos, sem efeito modificativo, para deferimento de prazo de 15 dias para cumprimento das medidas determinadas no Acórdão embargado, a contar da intimação pessoal da embargante. Multa diária que passa a incidir a partir do termo final do prazo mencionado. Astreinte que pode ser modificada pelo magistrado de primeiro grau, em sede de execução, em face das circunstâncias concretas do caso, a demonstrar sua eventual insuficiência ou excessividade. Embargos acolhidos, sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 00484627320088260562 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17411)

Habilitação de crédito. Recuperação judicial. Pretendido abatimento de quantia pela devedora, em razão de depósito em dinheiro realizado diretamente na conta corrente da credora. Cabimento. Ausência de prova de que esse valor se referia a serviços anteriores prestados pela credora, sem qualquer relação com o crédito habilitado. Devedora que se desincumbiu de demonstrar o depósito parcial do crédito. Credora que deve demonstrar que o pagamento efetivamente recebido não guarda relação com o crédito habilitado. Falta de juntada de cópia do Plano de Recuperação que impede o conhecimento a respeito da aplicação dos juros. Alegação de inclusão indevida de verbas tributárias. Verba habilitada que não se enquadra no artigo 161, §1º da Lei n. 11.101/05. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00451871720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17430)

Embargos de declaração. Alegação de omissão. Inocorrência. Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Prequestionamento explícito. Desnecessidade de mencionar artigos de lei a cada ponto do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00393813520118260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17428)

Embargos de declaração - Inexistência de vícios no aresto - Reiteração de embargos, manifestamente infringentes - Embargos rejeitados, com imposição de multa de 10% do valor da causa à embargante. (Embargos de Declaração 02828305920118260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17393)

Invalidade de negócio jurídico. Alegação de erro substancial e simulação. Autores que não comprovam a ocorrência de erro substancial na celebração do negócio cuja anulação pleiteiam. Coautor empresário experiente, com conhecimento das condições que cercavam o negócio realizado. Elementos dos autos que permitem concluir pela existência de negócios subjacente entre as partes, a exemplo da transferência de R$ 68.000,00 do réu para a coautora. Negócio de cessão de marca que, quando muito se reveste do vício da simulação relativa, subsistindo, vez que válido na substância e na forma. Pedido de justiça gratuita prejudicado em face de deferimento da benesse por magistrado de primeiro grau. Desnecessária, para efeitos de prequestionamento, a expressa menção ao dispositivo legal violado. Recurso não provido. (Apelação Cível 00069189020098260297 – Jales – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17458)

Embargos de declaração - Alegação de vício no aresto acerca da forma de cálculo do valor do crédito objeto de reserva - Atualização do montante que realmente deve ser feita até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/05, aplicável analogamente ao caso em tela - Embargos acolhidos, com efeito modificativo. (Embargos de Declaração 02295975020118260000 – Jaboticabal – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17559)

Nome de domínio - Pretensão do Plaza Shopping Empreendimentos Ltda., o qual requereu ao INPI o registro das marcas Pátio Paulista, Pátio Vila Olímpia e Shopping Vila Olímpia, de obter, pela internet, endereço eletrônico a esses nomes identificadores de suas empresas, quando depara com obstáculo pelo fato de uma empresa de informática ter registrado, como seus, diversos endereços eletrônicos, entre os quais alguns coincidentes com os nomes citados - Observância das regras da Lei de Propriedade Industrial para privilegiar que o comércio eletrônico se desenvolva de acordo com as funções sociais da empresa produtiva [artigo 170, da CF], evitando, com a ordem de transferência, uma modalidade de concorrência desleal na captação de usuários - Sentença mantida - Não provimento. (Apelação Cível 01272489620078260003 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24744)

Embargos de declaração. Existência de omissão no aresto, que deixou de apreciar de modo específico a questão do levantamento de crédito depositado em conta vinculada. Correta a decisão recorrida, uma vez que, reconhecida a inexistência de direito real de garantia, o crédito se tornou quirografário e não há que se falar em cessão fiduciária de crédito. Mero efeito de anterior decisão que já reconheceu a inexistência de propriedade fiduciária, por ausência de registro. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos acolhidos, mas sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 00151718020128260000 – Estrela D'Oeste – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17558)

Recuperação judicial. Contrato de mútuo com emissão de cédula de crédito bancário e garantias de alienação fiduciária de crédito e sobre frota de veículos. Registro das garantias junto ao RTD, no que se refere à propriedade fiduciária sobre recebíveis, posterior ao pedido de recuperação judicial, de modo que o crédito garantido pelos recebíveis se submete aos efeitos da recuperação. Propriedade fiduciária sobre veículos, com anotação nos certificados de propriedade dos veículos, contudo, constituída anteriormente ao pedido de recuperação judicial. Garantias reais da propriedade fiduciária sobre veículos eficazes frente à coletividade de credores e excluídas dos efeitos da recuperação, nos termos do artigo 49, § 3º da Lei nº

11.101/05. Inocorrência de preclusão ou de coisa julgada, uma vez que o crédito fora inicialmente excluído da moratória sem análise da questão da ineficácia da garantia real da propriedade fiduciária. Recurso parcialmente provido, com observação. (Agravo de Instrumento 00324091520128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17332)

Recuperação judicial. Convolação em falência, em virtude de não constar do plano de recuperação judicial os documentos exigidos pelo art. 53, III, da Lei 11.101/2005, mesmo após diversas oportunidades para sua apresentação. Inviabilidade de, após quatro anos de formulação do pedido de recuperação judicial, os documentos essenciais ainda não se encontrarem nos autos, apesar dos insistentes pedidos feitos pelo administrador judicial. Instituto que não se presta a servir de estratégia para ganhar tempo e atrasar a decisão de anterior pedido de falência. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00528034320128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17450)

Embargos de declaração. Existência de dúvida ou omissão, devidamente esclarecida, sem efeito modificativo. Dever de manter valores em conta vinculada. Irrelevância do decurso do prazo do art. 6º., par. 4º., da LRF, diante de circunstância do caso concreto. Dúvida sobre a higidez da garantia que recomenda a persistência do depósito em conta judicial, até a juntada aos autos do registro constitutivo da garantia fiduciária. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa. Prequestionamento. Embargos acolhidos, mas sem efeito modificativo do julgado. (Embargos de Declaração 00720605420128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17578)

Embargos de declaração - Inexistência de vícios no julgado - Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00787933620128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17408)

Embargos declaratórios - Turma que nega provimento a quem interpõe embargos e pretende suspender os efeitos de bloqueio e levantamento do numerário - Posterior decisão de Primeiro Grau mandado processar os embargos com efeito suspensivo – Não repercussão desse fato que seria novo na decisão do Tribunal, até porque a Corte não se submete ao Juízo inferior – Ausência de repercussão no julgado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00865975520128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 – Votação Unânime - Voto nº 23850a)

Ação intentada para obter pagamento do valor das quotas transferidas - Réu que insiste no acolhimento de sua tese de defesa (impossibilidade jurídica por não existir obrigação de pagamento) - Matéria de mérito dependente de provas, sendo ajustada a perícia contábil nesse momento - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01061230820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24626)

Agravo de instrumento - Ação de indenização por danos morais e materiais cumulada com pedido de cobrança - Fase de cumprimento de sentença - Executados que apresentam impugnação arguindo excesso de execução e impenhorabilidade do bem de família - Falta de indicação do valor que entendiam correto - Descumprimento do art. 475-L, §2º do CPC que enseja a rejeição da impugnação - Ainda que houvesse a indicação do valor, não foi comprovado o excesso de execução ou a impenhorabilidade do imóvel - Provimento para rejeitar a impugnação. (Agravo de Instrumento 01070740220128260000 – Guaratinguetá – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24362)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no julgado. Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Desnecessária, para efeitos de prequestionamento, a expressa menção ao dispositivo legal violado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00061323920098260655 – Várzea Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17419)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista constituído em parte antes e em parte depois da distribuição do pedido de recuperação judicial. Ausência de discriminação, no pedido de habilitação, que deveria ter sido instruído com cópia da inicial e da sentença trabalhista, somado a memória de cálculo da parcela do crédito formado antes e da parte do crédito formado depois do pedido de oratória. Ausência de qualquer elemento a tal respeito que impede a habilitação. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01261129720128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17421)

Franquia - Ação monitória - Predominância do foro de eleição e inaplicabilidade do CDC - Precedentes do STJ (Resp. 632.958 AL e Resp. 930.875 MT) - Decisão de Primeiro Grau ajustada a essa diretriz - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01469012020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24377)

Agravo de instrumento - Ação anulatória de instrumento de compra e venda de estabelecimento comercial - Concessão de tutela antecipada, após a realização do contraditório, que reintegrou os autores na posse do posto de gasolina - Inadimplemento do contrato de compra e venda confessado pelos réus - Indícios de que a assinatura da corré aposta no contrato pode ter sido forjada, o que é objeto de ação anulatória - Presença dos requisitos que autorizam a liminar, nos termos do art. 273, I do CPC - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01492690220128260000 – Araraquara – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24658)

Art. 739-A, § 1º, do CPC - A regra é não conceder efeito suspensivo aos embargos, salvo quando a continuidade da execução possibilitar periculum in mora - Ausentes, na hipótese, provas confiáveis da relevância dos argumentos deduzidos contra a exigibilidade do quantum debeatur - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01521358020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24650)

Agravo regimental interposto da decisão que não concedeu efeito ativo e manteve os efeitos da decisão que determinou o complemento das custas - Julgamento de mérito do agravo de instrumento designado para a mesma data - Agravo prejudicado. Agravo de instrumento - Impugnação ao valor da causa tirada de embargos de terceiro - O valor da causa deve corresponder ao valor do bem penhorado - Precedentes do STJ - In casu, por refletir o valor patrimonial mais seguro, o valor da arrematação deve ser o da causa, especialmente diante da expectativa da agravante obter o imóvel para si - Não provimento. (Agravo de Instrumento e Agravo Regimental 01571823520128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Votos nºs 24656 e 24656-A)

Agravo de instrumento tirado contra despacho que recebeu o recurso de apelação interposto pela agravante somente no efeito devolutivo - Alegação de nulidade da citação que acarretou a

revelia da agravante - Matéria que deve ser apreciada em sede de apelação - Tutela antecipada devidamente concedida e que deve ser cumprida até o julgamento do recurso de apelação – Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01600915020128260000 - São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24657)

Intimação que se diz irregular - Parte que não exibe, nos papéis que instruem o agravo, a procuração que teria sido inobservada, juntando um mandato com data posterior - Ausência de documento essencial e falta de prova de irregularidade na intimação - Não provimento, homenageando o art. 9º, parágrafo único, da Lei 10101/2005. (Agravo de Instrumento 01616019820128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24677)

Apelação - Ação de obrigação de não fazer cumulada com pedido indenizatório - Controvérsia a respeito da utilização indevida da marca da autora e violação do contrato de cessão de direitos imateriais - Sentença que decreta a revelia da ré e julga procedente a ação - Nulidade da citação não verificada - Apelante que não demonstra de modo cabal a alteração do endereço - Possibilidade de aplicação da Teoria da Aparência - Citação válida - Não provimento. (Apelação Cível 00134917520128260577 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24746)

Impugnação - Saldos de contratos bancários são admitidos com valor atualizado até a data do pedido de recuperação (art. 9º, II, da Lei 11011/2005) - Pretensão bancária de majorar o valor declarado, sem lastro jurídico e apoio documental – Rejeição mantida - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01654334220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24691)

Honorários recíprocos arbitrados em processos autônomos, mas conectados pela mesma causa (dívida) – Execução de título extrajudicial e falência rejeitada - Possibilidade de compensar os honorários, sobrepondo-se o princípio do art. 21, do CPC, aos interesses individuais dos Advogados (art. 23, da Lei 8906/904) - Não provimento. (Apelação Cível 00201057220128260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24763)

Agravo de instrumento - Indeferimento de tutela antecipada inaudita altera parte - Fabricante do produto “Tacolac” que pretende a suspensão da fabricação e da comercialização da cera líquida “Brilholac” pela empresa ré, argumentando semelhanças nas embalagens - Ausência de comprovação do tempo em que os produtos convivem no mercado e da anterioridade da utilização da embalagem impugnada pela autora - Necessidade de observância do contraditório [art. 5º, LV da CF] - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01738160920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24726)

Habilitação de crédito. Indeferimento. Manutenção. Falta de certeza e de liquidez. Prova da existência do suposto crédito foi feita por meio da apresentação da duplicata sem aceite protestada, mas desacompanhado de qualquer outro elemento que materialize a relação decorrente da efetiva prestação do serviço de transporte. Mero indício da relação comercial, insuscetível de permitir da habilitação. Não trouxe a credora outros elementos complementares indicativos de vínculo negocial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01775800320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17466)

Cooperativa de serviços médicos e hospitalares que está em liquidação extrajudicial, com nomeação de liquidante pela ANS e que pretende a autofalência - Discussão sobre nomeação

de administrador judicial, tendo em vista que o liquidante não aceita o encargo - Decisão que manda prestar caução para não ocorrer a extinção - Legalidade e precedentes da Câmara Reservada - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01781387220128260000 – Jacareí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24721)

Contrato de fornecimento (exclusividade) de combustível – Prova inequívoca de interrupção dos pedidos e que obriga conceder tutela antecipada em proteção da marca (ESSO) e dos consumidores, tendo em vista a potencial probabilidade de comércio de combustível clandestino e não da marca citada – Não cabimento de reintegração de posse dos equipamentos (anexo IV do contrato) até solução sobre rescisão do contrato - Provimento, em parte. (Agravo de Instrumento 01838764120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24735)

Falência - Citação por edital - Dificuldade em localizar a devedora, apesar de inúmeras diligências frustradas e, embora admitida pelo sistema, a citação por edital só se justifica em caso de esgotamento completo das possibilidades de citação real e existindo, ainda, um endereço indicado pelos assentamentos do Banco Central, cabe perseguir a localização - Manutenção do despacho que indefere a citação por edital - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01847883820128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 18/09/2012 -Votação Unânime - Voto nº 24756)

Ação de obrigação de fazer – Antecipação dos efeitos da tutela - Impossibilidade – Obrigação que depende, para o seu cumprimento, exclusivamente de terceiro, beneficiário da garantia, cuja substituição se pretende - Hipótese que remete ao disposto nos art. 439 e 440 do Código Civil - Relator sorteado que restou vencido, conforme declaração de voto incorporada ao presente acórdão - Recurso provido para revogar a tutela concedida. (Agravo de Instrumento 00185477420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 14487)

Propriedade industrial - Marca - Ramo do vestuário - Moda *country* - Uso de expressões semelhantes gráfica e foneticamente ("Rodeo Way" e "Rodeio Way") - Inadmissibilidade – Autora detentora de registro da marca junto ao INPI - Atuação no mesmo seguimento que favorece a concorrência desleal e induz o consumidor a erro - Sentença mantida - Relator sorteado que restou vencido, conforme declaração de voto incorporada ao presente acórdão - Recurso improvido. (Apelação Cível 00150733520108260269 – Itapetininga – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 11/09/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 13214)

Propriedade industrial - Marca – Galões Plásticos de água - Fabricação pela autora, detentora da marca exposta em relevo no próprio vasilhame - Embalagem retornável de uso exclusivo, nos termos de norma da ABNT - Reutilização do vasilhame pela ré para envasamento de água mineral - Impossibilidade - Indução do consumidor a erro, além de ferir normas que regulamentam a matéria (LPI, ABNT e CDC) - Sentença mantida - Relator sorteado vencido, conforme declaração de voto incorporada ao presente acórdão - Recurso improvido. (Apelação Cível 00012244201082560059 – Bananal – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Maioria de Votos – Voto nº 13358)

Agravo regimental - Interposição contra decisão monocrática que deu provimento a agravo de instrumento - Fundamentos divorciados da decisão monocrática com aqueles em que se funda o recurso (agravo de instrumento), que não dá ensejo à interposição de agravo regimental - Inteligência do § 1º, do art. 557, do CPC - Parte que nem mesmo experimentou prejuízo, principalmente porque teve acolhida sua pretensão recursal - Recurso não conhecido. (Agravo Regimental 01413644320128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14270)

Depósito judicial - Pretensão consubstanciada em afastar determinação judicial que determinou à instituição bancária depositária a responder pela correção monetária dos valores depositados em favor do juízo - Irrazoabilidade - Banco que, na condição de auxiliar do Juízo, tendo aceitado a sua condição e se beneficiado da disposição do numerário, durante o tempo que lhe foi confiado, deve atender às disposições judiciais e responder pelo pagamento da correção monetária relativa aos valores recolhidos - Súmula 179 do STJ - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00835455120128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14541)

Agravo regimental - Decisão monocrática que deu provimento a agravo de instrumento - Inteligência do art. 557, § 1ºA, do CPC - Marcas que, embora semelhantes, são utilizadas em ramos de atividades diversas, com público alvo diferenciado uma da outra - Demonstrada a possibilidade, nessa fase processual, de convivência pacífica junto ao mercado consumidor – Precedentes jurisprudenciais - Regimental improvido. (Agravo de Instrumento 00908940820128260000 – Itaquaquecetuba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14280)

Recurso. Agravo de instrumento. Interposição de decisão liminar de antecipação de tutela em ação declaratória de nulidade de propostas a serem examinadas em assembleia de acionistas de companhia fechada. Ciência inequívoca da decisão agravada na data da realização da assembleia documentada na ata respectiva. Intempestividade caracterizada. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00958211720128260000 – São Caetano do Sul – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12583)

Recurso - Agravo de Instrumento - Cabimento do recurso nos termos do art. 522, do CPC – Preliminar rejeitada. Falência - Suspensão do processo pelo prazo de um ano - Art. 265, IV, do CPC - Razoabilidade – Anterior ajuizamento de ação declaratória de nulidade dos títulos que embasam o pedido falimentar - Risco de decisões absolutamente conflitantes - Precedentes jurisprudenciais - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01008869020128260000 – Chavantes – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14540)

Embargos de declaração - Pretensão nítida de rediscussão da matéria - Impossibilidade pela via dos declaratórios - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01133192920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14564)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Razoabilidade da decisão - Assembléia Geral de Credores que pode ser realizada mesmo ainda pendente impugnações de créditos apresentadas - Jurisprudência pacificada da Câmara Reservada de Falência e Recuperação Judicial deste E. Tribunal - Regimental improvido. (Agravo Regimental 01220155420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14225)

Agravo regimental - Interposição contra decisão monocrática da Relatora que deu provimento a agravo de instrumento - Admissibilidade - Não presença dos requisitos do art. 273, do CPC, para fins de antecipação dos efeitos da tutela - Recurso improvido. (Agravo Regimental 01254945520128260000 – Bragança Paulista – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14265)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Valor da causa que deve corresponder, tanto quanto possível, ao da vantagem econômica perseguida pelo autor da demanda - Precedentes Jurisprudenciais - Irrelevância de a sentença na ação principal ter sido de extinção sem julgamento do mérito - Incidente processual que necessariamente tinha que ser decidido pelo juízo - Regimental improvido. (Agravo Regimental 01330050720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14264)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento ao agravo de instrumento em razão da manifesta improcedência - Antecipação dos efeitos da tutela que demanda a existência de "prova inequívoca", que convença da verossimilhança das alegações do autor, e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação - Pressupostos do art. 273 ainda não preenchidos - Recurso improvido. (Agravo Regimental 01446303820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14266)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento a recurso manifestamente improcedente - Razoabilidade - Exceção de incompetência rejeitada - Ação de execução de título extrajudicial (contrato de franquia) - Cláusula de eleição - Validade - Inaplicabilidade das normas de proteção previstas no CDC - Precedentes do STJ - Regimental improvido. (Agravo Regimental 01469038720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14275)

Recurso - Agravo de Instrumento - Insurgência não contra decisão que mandou processar a execução de título judicial, mas sim contra determinação judicial capaz de causar gravame à parte - Cabimento do recurso nos termos do art. 522, do CPC - Preliminar rejeitada. Execução título judicial - Determinação judicial para que a agravante se abstenha de comercializar sapatilha com as mesmas características das fabricadas pela agravada, além da determinação do pagamento de multa contratual desde logo - Irrazoabilidade, no momento - Elementos dos autos que são precários para se admitir como devidamente comprovada a similitude dos produtos (sapatilhas) comercializados - Terceiros que também fabricam e comercializam calçados muito parecidos entre si - Novidade ou exclusividade do produto não demonstrados, tampouco confusão no público consumidor – Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01571607420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14517)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Pretensão de antecipação dos efeitos da tutela Irrazoabilidade - Ausência de preenchimento dos requisitos do artigo 273 do CPC, autorizadores da antecipação pretendida - Agravante, ademais, que esperou praticamente três anos da constituição da sociedade agravada que estaria praticando concorrência desleal - para propor a ação – Regimental improvido. (Agravo Regimental 01621570320128260000 – Valinhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14563)

Ação de adimplemento contratual - Participação financeira visando a expansão de serviços de telefonia - Representação do Relator sorteado ao Presidente da Seção de Direito Privado para redistribuição a uma das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial - Pretensão, todavia, de cunho meramente obrigacional, conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do C. Órgão Especial desta Corte - Competência afeta a uma das Câmaras de Direito Privado II ou III - Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01622177320128260000 – Lins – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14491)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento a recurso manifestamente improcedente - Razoabilidade da decisão - Admissibilidade da habilitação do crédito da agravada no quadro geral de credores, eis que devidamente comprovado e decorrente de cobrança de sobreestadia de container - Pretensão, aliás, que contou com aprovação do administrador judicial e parecer favorável do Ministério Público - Conversão da moeda estrangeira que deve observar a regra do § 2º do art. 50 da Lei nº 11.101/2005, conforme precedente jurisprudencial da Câmara Reserva à Falência e Recuperação Judicial - Regimental improvido. (Agravo Regimental 01622489320128260000 – Nova Odessa – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14532)

Agravo regimental - Interposição contra decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Empresa em recuperação judicial - Pretensão à exclusão de anotações negativas em órgãos restritivos de crédito – Indeferimento - Simples ajuizamento de ação revisional que não mais basta para tornar o devedor imune à negativação - Agravante, ademais, que possui uma série de negativações, conforme prova documental dos autos – Regimental improvido. (Agravo Regimental 01632422420128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14562)

Mandado de segurança - Agravo de instrumento - Decisão monocrática do Relator sorteado que não concedeu o efeito suspensivo pleiteado para desbloqueio das contas de titularidade da empresa recuperanda - Impetrante que busca a concessão da ordem para que seja determinado o deferimento do efeito suspensivo ao agravo de instrumento, pois: (a) o crédito da então empresa agravada é anterior ao pedido de recuperação judicial, está sujeito a seus efeitos, conforme o previsto no art. 49 da Lei n. 11.101/2005; (b) está ocorrendo o benefício de um único credor em detrimento dos demais; e (c) que devem ser observados os princípios de preservação da empresa e de proteção aos trabalhadores – Inadmissibilidade Incorreta se mostra a utilização do mandado de segurança como remédio alternativo à livre opção do interessado, pois os fundamentos do mandamus são exatamente os mesmos do agravo de instrumento, ou seja, a matéria aduzida, ainda será apreciada pela turma julgadora no julgamento do agravo, e assim, além de o julgamento do agravo acarretar no prejuízo do julgamento do remédio processual, existe a possibilidade de decisões conflitantes - Para recebimento do mandado de segurança dirigido à decisão que aprecia pedido de efeito suspensivo somente pode ocorrer quando a decisão for teratológica ou de flagrante ilegalidade e se vislumbrar a irreparabilidade do dano - Hipótese na qual o ato judicial atacado não se mostra teratológico ou de flagrante ilegalidade porque fundamentado, restando discussão apenas sobre a suficiência dos motivos expostos pelo Juízo impetrado - Tampouco se vislumbra a irreparabilidade do dano, pois a matéria ainda será discutida no agravo de instrumento interposto - Ausente o direito líquido e certo indicado - Petição inicial indeferida. (Mandado de Segurança 01019556020128260000 – Bauru - Grupo Reservado de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21405)

Agravo regimental. Decisão que extinguiu Mandado de Segurança. Manutenção. Manifesto descabimento da impetração. Ausência dos requisitos legais. Súmula 267 do C. STF. Recurso não provido. (Agravo Regimental 02490425420118260000 - São Paulo - Grupo Reservado de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16214)

Reparação de danos. Contrato de licença de uso de marca. Divergência de interpretação de cláusula contratual que determinava o percentual de royalties a serem pagos entre a licenciada e a licenciadora dirimida pela agente da licenciadora. Equívoco na interpretação. Assunção da responsabilidade por ônus decorrentes da interpretação contratual. Responsabilidade civil da Apelante configurada. Apelante que foi agente em apenas um contrato mencionado no

processo. Ausência de juntada de dois contratos e terceira empresa que foi a agente em outro contrato. Impossibilidade de se presumir que a Apelante figurou como agente nos contratos não juntados aos autos. Responsabilidade restrita ao contrato nº 13.707. Danos materiais calculados proporcionalmente às diferenças de royalties referentes a esse contrato. Sentença parcialmente reformada. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 01043140820118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7716)

Declaratória de existência de sociedade de fato c.c. dissolução de sociedade e apuração de haveres. Recurso tempestivo. Preliminar rejeitada. Ausência de prova da intenção das partes constituírem uma empresa. Apelados que negam essa intenção. Conjunto probatório que aponta que os Apelados eram empregados da empresa DHN, da qual o Apelante era sócio. Versão dos fatos deduzida na petição inicial absolutamente diversa do depoimento pessoal do Apelante. Manutenção integral da r. sentença. Artigo 252 do Regimento Interno. Recurso não provido. (Apelação Cível 00307784220038260003 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7705)

Propriedade industrial - Ação de abstenção de uso cumulada com indenização por perdas e danos por violação de desenho industrial - Pedido de declaração da existência de atos de concorrência desleal consistentes na cópia de conjunto-imagem (trade dress) de produtos registrados como desenho industrial no INPI - Prova pericial que aponta a ausência de contrafação - Ação improcedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 01616520820098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12342)

Recurso. Embargos de declaração. Alegação de nulidade da cédula de crédito bancário. Matéria não ventilada na decisão agravada de instrumento. Não conhecimento. Omissão acerca da qualidade da garantia prestada com reflexo sobre o dispositivo do acórdão embargado. Sanação com excepcional efeito modificativo do julgado. Caráter infringente. Admissibilidade. Embargos conhecidos em parte e acolhidos na parte conhecida com efeito modificativo do julgado. (Embargos de Declaração 00205786720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12413)

Agravo de Instrumento. Decisão agravada proferida em execução de título extrajudicial fundada em "Contrato de Cessão a Título Oneroso de Quotas de Sociedade de Responsabilidade Limitada" (LKJ Representações S/C Ltda.). Demanda que visa o recebimento de saldo do preço ajustado. Prevalência da execução para firmar a competência, e não a natureza do negócio jurídico causal do crédito buscado. Iterada jurisprudência do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça no sentido da competência, no caso, da Seção de Direito Privado II, integrada pelas 11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras. Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 01687132120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12694)

Habilitação de Crédito. Se a habilitação está regularmente instruída, inclusive com memória de cálculo, descabe indeferir o pleito pelo não atendimento de solicitação do auxiliar do administrador, que pretendeu a juntada de cálculo até a data da quebra, já que o acertamento do valor devido integra a sua função. Indeferimento afastado para regular processamento do pedido. Recurso provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 02725156920118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23078)

Agravo de Instrumento. Peça obrigatória. Cumpre o disposto no art. 525, I, do CPC, a parte que, ao instruir seu agravo, promove a juntada de cópia de procuração outorgada pela

agravada a advogado. Se houve substituição ou afastamento do causídico, mas, mesmo assim, oferece-se a contrariedade, não se reconhece prejuízo, repelindo-se a preliminar de não conhecimento. Habilitação/Impugnação de Crédito. Recuperação judicial. Por falta de previsão legal, não são devidas custas em tais incidentes apresentados na demanda recuperacional. Recurso conhecido e provido. (Agravo de Instrumento 03048418220118260000 – Taubaté – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24348)

Ação de dissolução de sociedade - Recurso visando à majoração da verba honorária fixada em 10% sobre o valor da causa, estabelecida em R$ 2.000,00, na inicial - Aplicação dos parágrafos 3º e 4º do art. 20 do Código de Processo Civil - Recurso provido para arbitrar em R$ 2.000,00 o montante da verba honorária. (Apelação Cível 00435809120108260564 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18546)

Falência - Fundamento - Título executivo judicial protestado (artigo 94, I, da Lei nº 11.101/2005) – Decretação - Possibilidade, no caso concreto - Ausência de depósito elisivo ou de prova de quitação, afirmada em defesa – Impossibilidade de discussão da origem da dívida diante da constituição do débito mediante título judicial definitivo - Insolvência jurídica caracterizada - Desnecessidade de esgotamento de outros meios judiciais e extrajudiciais à demonstração da insolvência - Reforma da r. sentença de improcedência - Apelação provida - Falência decretada. (Apelação Cível 00010771820118260565 – São Caetano do Sul – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20157)

Interesse processual - Rescisão do contrato de sociedade em conta de participação - Pretensão das sócias ocultas ao recebimento do montante investido na sociedade - Alegação de inadequação da via processual, apontando a ré para o cabimento da ação de dissolução parcial de sociedade com apuração de haveres - Improcedência - Sujeição do contrato social às regras que regulam os efeitos da falência nos contratos bilaterais - Espécie de 'sociedade' destituída de personalidade jurídica, que se trata de mero 'contrato de parceria' – Adequação da ação de rescisão contratual - Interesse-adequação presente - Preliminar rejeitada - Apelação improvida neste tocante. Sentença - Cerceamento de defesa - Prova pericial - Alegação de imprescindibilidade da perícia para apuração da real participação dos autores, bem como dos valores recebidos a maior no ínterim em que a 'distribuição de resultados se deu de forma equivocada, além de outros passivos atribuíveis a eles no período', pois a apuração de haveres independe de pedido reconvencional – Improcedência - Possibilidade de apuração de haveres na fase de liquidação de sentença, mediante perícia contábil - Preliminar rejeitada - Apelação improvida neste tocante. Sociedade em conta de participação – Rescisão contratual - Divergência da sócia ostensiva acerca da participação das sócias ocultas (apeladas), exclusivamente nos resultados financeiros positivos - Cálculo equivocado dos resultados financeiros - Oposição da ré à restituição integral do valor do investimento alegando que diversas despesas não foram computadas no resultado financeiro, decorrendo daí a insubsistência dos lucros informados e as consequentes distribuições maiores do que as realmente devidas aos sócios ocultos - Procedência - Responsabilidade do sócio participante perante o sócio ostensivo (CC, art. 991, parágrafo primeiro, segunda parte) - Sujeição dos investidores ao risco do negócio, inclusive a má gestão pelo sócio ostensivo - Direito de participação nos lucros e dever de suportar os prejuízos à medida de seu investimento, nos termos do contrato social - Confissão tácita da existência de despesas a serem debitadas - Apuração dos lucros e prejuízos dos negócios empreendidos mediante liquidação nos termos dos arts. 914 e 919 do CPC - Perícia contábil realizável na fase de cumprimento da sentença, em observância aos princípios da economia processual e da razoável duração do processo - Declaratória parcialmente procedente - Apelação parcialmente provida - Dispositivo: Rejeitaram as preliminares e deram parcial provimento ao recurso. (Apelação Cível

01796115520108260100 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20464)

Contestação - Agravo de instrumento interposto contra decisão que decretou a intempestividade da contestação ofertada - Alegação de que equívoco cartorário conduziu à adoção errônea do termo inicial de contagem de prazo como sendo o da última juntada aos autos do aviso de recebimento de mandado citatório – Impropriedade - Recorrente que não se ateve ao andamento dos autos e deixou de analisar os avisos de recebimento juntados, que claramente indicariam o equívoco da Serventia e data correta para a apresentação de defesa - Intempestividade reconhecida - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00589075120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21561)

Litispendência - Medida cautelar - Decisão judicial que determinou a expedição de ofício ao Banco Rural para cumprir a transferência, sob pena de multa diária de R$ 10.000,00, limitada ao valor da transferência, e diante da conexão indicada, determinou a redistribuição da demanda à 5ª Vara Cível local - Alegação de que foi reconhecida a ocorrência de litispendência, e, consequentemente, o feito deve ser julgado extinto sem conhecimento do mérito, e não ocorrer a redistribuição por conexão - Matéria não analisada pela nobre Magistrada, pois não restou indicada - Em que pese não suscitada em primeira instância, a matéria referente à litispendência é de ordem pública, podendo ser conhecida ex officio, a qualquer tempo, em qualquer grau de jurisdição - Descabimento - Identidade de partes e de causa de pedir, porém pedidos diversos - Ademais, com polos invertidos e tratando-se de demandas preparatórias, as pretensões não têm como ser equiparadas – Litispendência não configurada - Manutenção da decisão combatida – Recurso não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00680939820128260000 – São José dos Campos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20996)

Preparo – Apelação - Inconformismo recursal dirigido exclusivamente à fixação da verba honorária em R$ 800,00 - Pretensão à majoração dos honorários advocatícios - Recolhimento do preparo com base no valor fixado na r. sentença - Atendimento aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade - Desnecessidade de complementação do preparo - Preliminar rejeitada. Honorários de advogado - Ação de indenização por danos materiais e morais - Improcedência - Fixação da verba honorária em R$ 800,00 - Remuneração aviltante – Atuação zelosa da advogada em demanda de média complexidade pelo período de dezoito meses - Majoração da verba honorária para R$ 5.000,00 - Apelação provida para esse fim - Dispositivo: recurso provido. (Apelação Cível 00003910320108260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21339)

Responsabilidade civil - Lucros cessantes – Marca - Direito de exclusividade violado pela ré - Situações descritas no art. 210 da LPI não comprovadas no caso concreto - Desconhecimento da data do início da violação do direito e falta de prova dos benefícios que as apeladas deixaram de auferir ou que a apelante auferiu - Situação, ademais, em que o desvio de clientela é impossível - Inadequação da fase de liquidação da sentença para constituição da prova do prejuízo - Improcedência do pedido de condenação ao pagamento de royalties pelo uso não licenciado da marca - Pedido de indenização por dano material improcedente – Apelação improvida. Dispositivo: recurso improvido. (Apelação Cível 00075973420118260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21489)

Contestação - Revelia - Efeitos - Presunção relativa de veracidade dos fatos narrados na exordial - Presunção que não abrange matéria de direito - Possibilidade de conhecer as teses de direito invocadas pelo réu revel ante o princípio iuri novit curia - Possível ainda a mitigação

dos efeitos da revelia, quando os elementos constantes dos autos não sejam suficientes ao convencimento do Magistrado acerca do alegado pelo autor - Pretensão ao encerramento da fase instrutória não atendida - Agravo de instrumento não provido neste tocante. Ônus da prova - Em razão da relativização dos efeitos da revelia, pretende a agravante que seja atribuído à ré revel o encargo probatório acerca da alegada agiotagem – Situação entretanto, em que não foi decidido pelo Juízo a quo a quem compete a determinação sobre o ônus probatório, expressamente consignando que tal verificação será realizada após a instrução do feito - Inocorrência de insurgência recursal quanto ao momento processual adequado para atribuição de tal ônus - Impossibilidade de decisão por este Colegiado sob pena de supressão de instância - Agravo não conhecido neste ponto. Dispositivo: agravo conhecido em parte e improvido. (Agravo de Instrumento 02961741020118260000 – Ribeirão Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 – Votação Unânime - Voto nº 20261)

Recurso de apelação - Efeitos - Apelo recebido em ambos os efeitos em decisão interlocutória de primeiro grau – Demanda cautelar ajuizada com o propósito de compelir a sociedade empresarial a apresentar ao sócio minoritário agravante documentos tidos por comuns (art. 844, II do CPC) - Subsunção da espécie à excepcionalidade prevista no art. 520, IV do CPC, que autoriza o recebimento do recurso tão somente no efeito devolutivo - Hipótese, entretanto, em que há aparente equívoco na aplicação em sentença da pena de serem considerados verdadeiros os fatos que por meio dos documentos não apresentados seriam provados (art. 359 do CPC) – Exibição de documento a que se referem os artigos 355 a 363 que é do tipo incidental, postulada no processo de conhecimento, e não em tutela satisfativa como in casu - Relevância do direito invocado pela agravada-apelante que abre caminho para a aplicação excepcional do comando previsto no art. 558, parágrafo único do CPC - Mantido efeito suspensivo parcialmente neste tocante - Agravo de instrumento parcialmente provido. Dispositivo: Recurso parcialmente provido. Dispositivo: Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00270716020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20073)

Suspensão processual - Prejudicialidade externa - Decisão agravada que determinou o sobrestamento do feito pelo período de um ano (art. 265, §5º do CPC), em virtude da existência de demanda correndo na Justiça Trabalhista versando sobre tema próximo ao da presente demanda - Correto o entendimento de primeiro grau - Agravado que pretende na esfera trabalhista o reconhecimento de seu vínculo empregatício, e nulidade do contrato social na extensão em que supostamente teria simulado sua condição de sócio - Solução na justiça especializada que inegavelmente afetará a pretensão da agravante no presente feito, que se resume a discutir o mesmo instrumento, com a exclusão do sócio agravado e apuração de sua participação acionária - Prudente a suspensão da demanda que tramita na justiça comum - Decisão interlocutória mantida - Agravo não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00743937620128260000 – Amparo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21071)

Recurso - Agravo de instrumento - Ação ordinária – Decisão judicial que deferiu a antecipação de tutela - Pretensão à revogação da liminar - Superveniente sentença de procedência da ação principal - Perda do objeto - Sem efeito a decisão proferida nesta instância em data posterior ao que prolatada a r. sentença - Recurso prejudicado e não conhecido. Dispositivo: Não conhecem o recurso. (Agravo de Instrumento 00797339820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21134)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de não fazer e apreensão judicial, cumulada com ressarcimento de danos - Deferimento em primeira instância de tutela antecipada para determinar a apreensão de artigos com forte indício de falsificação - Agravo de instrumento voltado à revogação da antecipação de tutela - Instauração de procedimento administrativo

pelo órgão alfandegário e análise do laudo de constatação juntado que evidenciam potencialidade de reprodução flagrante da marca figurativa Louis Vuitton nos produtos discutidos- Contrafação - Previsão legal para a determinação da apreensão judicial sobre as mercadorias contrafeitas (§ 2º do art. 209 da Lei 9.279/96) - Prova suficiente de titularidade da marca figurativa - Despesas de armazenagem que integrarão o cálculo de ressarcimento de danos ao litigante vencido no final da demanda - Tutela antecipada mantida - Agravo não provido. Dispositivo: Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 01527238720128260000 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21687)

Propriedade industrial - Marca - Notoriedade da marca da apelada - Prova documental nesse sentido - Prescindibilidade do registro no INPI para proteção – Hipótese em que litigantes atuam em segmentos diferentes da moda - Confecção e comercialização de uniformes pela suplicante e comercialização de vestuário de passeio pela suplicada, direcionado à elite paulista - Público alvo diferentes - Impossibilidade de induzir consumidor a erro ou causar-lhe confusão - Aplicação do princípio da especialidade - Ação de obrigação de não fazer julgada improcedente – Apelação improvida. Dispositivo: recurso improvido. (Apelação Cível 01068620620118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19153)

Exceção de incompetência - Rejeitada em primeiro grau para manter o trâmite da demanda na Comarca de São Paulo, em respeito às disposições contratuais - Alegação do agravante de que (a) o réu reside na Comarca de Osasco; (b) e a sede da empresa também se situa em Osasco - Hipótese em que a cláusula de eleição de foro, regularmente convencionada entre as partes, é válida e pode se sobrepor em relação às demais regras de competência territorial - Interpretação conjugada do artigo 111 do CPC e Súmula 335 do STF - Ademais, não identificados prejuízos ou dificuldades que ensejassem a relativização do regramento processual aplicado – Manutenção do trâmite da demanda na Comarca de São Paulo - Agravo não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00334960620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20588)

Exceção de incompetência - Acolhida em primeiro grau para determinar o trâmite da demanda na Comarca de São Paulo, em respeito às disposições contratuais e existência de conexão com demanda já instaurada na Capital - Alegação do agravante de que deve ser observado o local da sede da empresa, e inexiste a conexão apontada - Hipótese em que a cláusula de eleição de foro, regularmente convencionada entre as partes, é válida e pode se sobrepor em relação às demais regras de competência territorial - Interpretação conjugada do artigo 111 do CPC e Súmula 335 do STF - Conexão identificada, conforme precedentes desta Corte - Ademais, não identificados prejuízos ou dificuldades que ensejassem a relativização do regramento processual aplicado - Deslocamento do trâmite da demanda para a Comarca de São Paulo mantido - Agravo não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00481769320128260000 – Osasco – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20789)

Impugnação ao valor da causa - Agravo de instrumento interposto contra decisão que não conheceu a impugnação por considera-la intempestiva - Alegação de que equívoco cartorário conduziu à adoção errônea do termo inicial de contagem de prazo como sendo o da última juntada aos autos do aviso de recebimento de mandado citatório – Impropriedade - Recorrente que não se ateve ao andamento dos autos da ação cautelar e deixou de analisar os avisos de recebimentos juntados, que claramente indicariam o equívoco da Serventia e data correta para a apresentação de defesa e, consequentemente, da impugnação ao valor da causa (art. 261 do CPC) - Intempestividade reconhecida - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00589058120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21121)

Multa cominatória - Ação cautelar de exibição de documentos - Pretensão de aplicação de pena de multa diária em caso de descumprimento - Descabimento - Natureza da demanda que não comporta a aplicação da pena pleiteada - Inteligência da Súmula 372 do STJ - Correto o entendimento de primeiro grau - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00821078720128260000 – Cruzeiro – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21192)

Embargos à execução - Pretensão de rejeição liminar de embargos à execução instruídos de maneira deficiente - Legitimidade passiva - Alegação de que há flagrante ilegitimidade em relação ao pólo embargante - Agravado que figura como responsável legal da empresa executada no contrato demandado, e "sócio administrador" da mesma em outros documentos juntados ao recurso - Terceiro legitimado a opor embargos à execução pela possibilidade de ser atingido pela execução - Entendimento doutrinário neste sentido – Agravo não provido. Embargos à execução - Pretensão de rejeição liminar de embargos à execução instruídos de maneira deficiente - Peças relevantes e custas iniciais - Peça inicial dos embargos do devedor que, de fato, deixou de levar aos autos documentos relevantes como a petição inicial da execução, a procuração do exequente, ou mesmo as custas iniciais e outras peças necessárias ao conhecimento da lide - Ordenamento jurídico, entretanto, que autoriza a emenda (art. 284 do CPC) e determina seja aguardado o prazo de 30 dias para o preparo das demandas iniciais (art. 257), antes que seja cancelada a sua distribuição - Decisão recorrida que oportunizou as correções das irregularidades que foi proferida conforme a legislação processual - Rejeição dos embargos que deve ser adotada somente se não houver a regularização dos embargos à execução nos prazos assinados pelo Código de Processo Civil - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 00824871320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21195)

Intervenção de terceiros - Denunciação da lide - Ação de dissolução parcial da sociedade - Pretensão do sócio minoritário de retirar-se da sociedade e apurar seus haveres - Denunciação da lide pelos réus de terceiros que seriam sócios de fato, visando ao reconhecimento judicial deste fato - Inadmissibilidade - Vedação à introdução de fato novo e consequente ampliação da dilação probatória - Denunciação da lide rejeitada - Apelação improvida - Dissolução parcial da sociedade – Sociedade limitada - Direito constitucional do sócio minoritário de retirar-se do quadro societário (CRFB, art. 5º, II, XVII e XX) - Requisito legal preenchido (CC, art. 1.029) - Retirada do sócio declarada - Apelação improvida. Dispositivo: recurso improvido. (Apelação Cível 00130772420108260003 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21272)

Prova - Indeferimento em primeiro grau de realização de prova oral - Alegações de que o indeferimento cerceia o direito de defesa da recorrente, e de que a prova traria esclarecimentos a respeito do acordo comercial existente entre os litigantes, revelando que a recorrente estaria autorizada a revender o produto fabricado pela recorrida, com a identificação de marca própria - Ausente fundamentação expressa do indeferimento, e não juntada no instrumento dos documentos que instruíram a demanda - Impossibilidade desta instância de formar conclusão favorável à imprescindibilidade da prova e consequente necessidade de reforma da decisão - Livre convencimento do Magistrado que teve acesso integral aos autos que deve ser preservado - Decisão agravada mantida - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01022673620128260000 – Bauru – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21435)

Exceção de incompetência - Acolhida em primeiro grau para determinar o trâmite da demanda no foro do lugar da sede da ré pessoa jurídica - Alegação de que está correto o ajuizamento na Comarca de São Paulo por ser o domicílio do réu pessoa física, em observância ao que

determina o art. 94, § 4º do CPC - Hipótese que se resolve tão somente com a aplicação das regras inseridas na sistemática processual - Ausente modificação de competência formalizada entre os litigantes, correto o entendimento de primeiro grau quanto à prevalência do foro especial, previsto no art. 100, IV, a, do CPC, em detrimento à regra geral do art. 94, § 4º - Manutenção da decisão agravada - Agravo não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01022838720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21409)

Tutela antecipada - Pedido de tutela antecipada para que a agravada cesse a utilização, a qualquer título, da expressão "mapin", e suspenda a utilização do domínio www.mapin.com.br, sob pena de multa diária - Pretensão negada em primeiro grau - Hipótese em que a agravante é detentora da marca "Mappin cujo cancelamento de registro foi afastado por decisão judicial - Marca de alto renome que goza de proteção em território nacional em qualquer ramo de atividade (art. 125 da Lei 9.279/96) - Relevância do direito invocado - Perigo de lesão grave ou difícil reparação identificada na medida em que eventual autorização judicial para que a recorrida se mantenha explorando a expressão "mapin" resultaria em diluição do poder distintivo da marca recentemente arrematada pela recorrente - Tutela antecipada concedida - Agravo de instrumento provido. Dispositivo: Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01061014720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21648)

Assistência judiciária - Justiça gratuita – Benefícios concedidos em primeiro grau - Agravo de instrumento contra o deferimento - Requisitos - Pedido formulado em documento apartado - Admissibilidade - Documento que cumpre as exigências do artigo 4º da Lei n. 1.060/50 - Negativa do Magistrado que deve ater-se apenas às hipóteses de ausência de declaração ou evidente burla aos ditames da citada lei - Ausência de prova inequívoca da possibilidade econômico-financeira do beneficiário - Ônus que cabe à parte contrária - Presunção de veracidade da declaração de pobreza firmada não afastada pelas provas trazidas - Benefícios mantidos – Recurso não provido. Dispositivo: Negam provimento. (Agravo de Instrumento 01630300320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21715)

Recuperação Judicial. Crédito trabalhista. Pretensão da devedora voltada para a inscrição do crédito no quadro geral de credores com desconto relativo à Previdência Social e Imposto de Renda. Inadmissibilidade. Verbas que devem ser decotadas da salarial no momento do pagamento. Precedente apontado que trata de situação fática diversa. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01648084220118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24890)

Recuperação Judicial. Créditos de natureza fiscal não se sujeitam à recuperação judicial, não se descartando, entretanto, a opção do credor pela habilitação. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02775310420118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24669)

Representação processual. Agravada que era representada por advogados que foram desconstituídos. Ausência de nova procuração. Peça obrigatória, conforme dispõe o art. 525, I, do CPC. Norma cogente que, descumprida, acarreta o não conhecimento do recurso. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02990157520118260000 – Valinhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24670)

Competência recursal. Ação declaratória e revisional bancária ajuizada por sociedade empresária em recuperação judicial. Demanda que deve ser mantida no juízo de origem em caso de prosseguimento. Aplicação da mesma regra em relação à Câmara Reservada de Direito Empresarial. Não há, na recuperação judicial, atração pelo juízo universal. Competência

recusada. Recurso não conhecido, suscitado conflito de competência. (Agravo de Instrumento 03043836520118260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - Votação Unânime - Voto nº 25098)

Competência. Ação indenizatória por contrafação de marca e concorrência desleal. Admissibilidade de seu processamento em qualquer foro em que ocorram os fatos por aplicação do art. 100, V, a, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 03109865720118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24177)

Agravo de Instrumento. A simples possibilidade de arquivamento de autos de impugnação de crédito não enseja concessão de antecipação de tutela recursal porque ausente risco de lesão grave e de difícil reparação. E seria inconstitucional a concessão de qualquer medida que implicasse em proibição de propositura de demanda por pessoa física ou jurídica. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00013995020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24277)

Embargos de Declaração. Omissão, contradição e obscuridade inocorrentes. Pretensão nítida de revisão do julgamento. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00068141420128260000 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24940)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de fazer e apreensão judicial, cumulada com ressarcimento de danos - Deferimento em primeira instância de tutela antecipada para determinar que a empresa agravante se abstenha de vender ou expor à venda as bolsas retidas pela autoridade alfandegária, sob pena de multa de R$ 2.000,00 por unidade exposta à venda ou efetivamente vendida - Agravo de instrumento voltado à revogação da antecipação de tutela - Recurso precedente julgado por esta Corte que não apenas confirmou a presença dos requisitos autorizadores da medida, como ampliou sua concessão para autorizar a retenção das mercadorias discutidas - Objeto de apreciação recursal esvaziado em razão do julgamento anterior - Argumentação apresentada no recurso atual que não se presta a afastar as conclusões anteriormente obtidas - Valor aplicado para a multa diária que se encontra condizente com a situação analisada - Manutenção da tutela antecipada - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo de instrumento não provido. (Agravo de Instrumento 00281325320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21590)

Embargos de Declaração. Omissão, contradição e obscuridade não apontadas. Atuação judicial que tem natureza prática, bastando a indicação dos fundamentos que conduziram o raciocínio dos prolatores para tê-la como escorreita, preenchidos os requisitos do art. 93, IX, da Constituição da República. Não se reputa essencial, outrossim, que a decisão contenha manifestação sobre cada um dos pontos suscitados pela parte. Pré-questionamento de dispositivos constitucionais e legais desnecessário para alicerçar recursos especial e extraordinário. Negativa de violação, de qualquer forma, afirmada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00452886220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24939)

Habilitação de Crédito. Autuação de peças encaminhadas por carta precatória e extraídas de processo de conhecimento contendo decisão condenatória transitada em julgado. Crédito de pequeno valor apurado em outro estado da federação. Admissibilidade, dispensada, no caso concreto, a representação processual. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00646504220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24573)

Prova - Pretensão de dispensa da apresentação dos livros contábeis - Decisão agravada que não apresentou qualquer comando ou obrigação neste sentido, tendo apenas citado o tópico na descrição dos fatos que levaram ao indeferimento da prova oral - Ausência de carga decisória - Recurso não conhecido neste tocante. Prova - Indeferimento em primeiro grau de realização de prova oral - Alegações de que o indeferimento cerceia o direito de defesa da recorrente, e de que a prova se prestaria a comprovar que a agravante apenas fabricou os produtos, sob licença e encomenda de multinacional - Demanda que acumula extenso repertório documental e pericial – Argumentação recursal que não se presta a evidenciar a imprescindibilidade da prova indeferida - Livre convencimento do Magistrado que teve acesso integral aos autos que deve ser preservado – Decisão agravada mantida - Recurso não provido. Dispositivo: Agravo não conhecido em parte, e não provido na parte conhecida. (Agravo de Instrumento 00670511420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21017)

Recuperação Judicial. Crédito trabalhista. Pretensão da devedora voltada para a inscrição do crédito no quadro geral de credores com desconto relativo à Previdência Social e Imposto de Renda. Inadmissibilidade. Verbas que devem ser decotadas da salarial no momento do pagamento. Precedente apontado que trata de situação fática diversa. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00704903320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25041)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de não fazer - Pleiteou pela concessão de tutela antecipada para que seja determinada à recorrida ab initio se abster de usar a marca SLENDESTA, ou de qualquer marca a ela semelhante, sob pena de multa diária - Decisão que não concedeu a medida pleiteada por não vislumbrar risco de dano irreparável ou de difícil reparação - Sustenta a desnecessidade de dilação probatória, reafirmando que a agravada utilizou a marca que lhes pertence, sem autorização para tanto, e que o anúncio leva o consumidor a acreditar que o produto vendido detém a mesma qualidade que o das recorrentes, o que não é possível indicar – Descabimento - Hipótese na qual, em cognição inicial e apenas com os documentos juntados, não há como se vislumbrar que o uso da marca que pertence às agravantes (SLENDESTA), em meios de comunicação, especialmente a internet, afirmando que seu produto “PROTEÍNA DA BATATA” é similar, possa vir a causar confusão no público consumidor em relação aos produtos, e se há efetivo prejuízo, não havendo, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança - Ademais, ausentes documentos demonstrando uma análise do produto oferecido pela suplicada, de modo a comprovar que efetivamente a qualidade diverge, e consequentemente, se poderia ocasionar insegurança da marca - Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01581861020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21690)

Adequação recursal - Agravo de instrumento contra decisão que julgou improcedente impugnação à assistência judiciária gratuita - Pedido formulado em autos apartados - Expressa previsão legal (art. 17 da Lei n. 1.060/50) – Reiterado entendimento jurisprudencial quanto ao cabimento de recurso de apelação - Inadequação da via eleita - Erro grosseiro caracterizado - Não aplicação da fungibilidade recursal - Agravo de instrumento não conhecido. Dispositivo: Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01586685520128260000 - Bauru – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21691)

Tutela antecipada - Ação de abstenção de uso de marca cumulada com reintegração de posse, com pedido de antecipação de tutela - Pleiteou pela concessão de tutela antecipada para que seja determinado ab initio aos agravados que se abstivessem de usar a manifestação visual, nome e marca IPIRANGA no posto cossuplicado - Decisão que não concedeu a medida pleiteada, por entender que não houve demonstração de prova inequívoca do alegado - Alega

que a aquisição de combustíveis da recorrida passou a ser de outras fontes, de origem desconhecida e qualidade duvidosa, e que houve usurpação de sua marca, apesar de ter ocorrido a rescisão do contrato firmado entre as partes, sendo que a agravada já consta como bandeira branca perante a ANP, e sua autorização de funcionamento foi revogada – Descabimento - Hipótese na qual, a empresa recorrente não comprovou que ocorreu o término do vínculo contratual discutido, que teria sido o fato que levou a suplicante a declarar rescindido o contrato em cognição inicial - Ademais, ao contrário do quis fazer crer a recorrente, o posto cossuplicado consta como "bandeira branca" desde 30/08/2001, e nem é possível verificar que o posto continua em funcionamento, pois as fotos trazidas são de abril de 2012, e a autorização de revendedor da empresa cossuplicada foi revogado em 20 de julho de 2012 - Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negaram provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 01676809320128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21824)

Sucumbência - Ação de cumprimento de obrigação contratual cumulada com anulatória de ato jurídico e indenizatória - Desistência - Honorários advocatícios – Manutenção Responsabilidade pelo pagamento da verba honorária que cabe à parte que desistiu - Inteligência do artigo 26 do Código de Processo Civil - Valor fixado pelo juízo a quo que se mostra adequado às circunstâncias da presente demanda – Observância do disposto no artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil - Apelação do autor e recurso adesivo dos corréus desprovidos. (Apelação Cível 01600349120108260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12273)

Agravo Regimental. Embargos Infringentes. Inadmissibilidade, em princípio, contra acórdão não unânime proferido em Agravo de Instrumento. Razões recursais que não convencem do desacerto da decisão recorrida, que fica mantida. Precedentes desta Corte. Agravo Regimental. Embargos Infringentes. Negativa de processamento porque o julgamento, embora não unânime, resultou em desprovimento do recurso. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 00094262220128260000 – Boituva – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25048)

Honorários de advogado. Sucumbência. Habilitação de crédito em processo de recuperação judicial. Condenação admitida por jurisprudência consolidada neste Tribunal de Justiça e no Superior Tribunal de Justiça, quando instaurada a litigiosidade após a apresentação de impugnação. Condição atendida no caso concreto. Arbitramento do valor a ser feito de forma equitativa, na forma ditada pelo §4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, para remunerar condigna e adequadamente o Advogado da parte vencedora sem importar em excessivo prejuízo à vencida. Agravo de instrumento provido em parte. (Agravo de Instrumento 00438984920128260000 – Embu das Artes – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12746)

Recuperação judicial - Processamento – Deferimento - Suspensão do curso das ações e execuções em face da devedora pelo prazo de 180 dias - Artigo 6º, § 4º da Lei nº 11.101/2005 - Prorrogação - Deferimento - Ausência de interposição do recurso cabível no momento oportuno por qualquer dos credores - Segunda prorrogação - Descabimento - Prazo das sucessivas prorrogações que já se escoou - Realização da assembleia de credores - Restabelecimento do direito dos credores de iniciar ou continuar suas ações e execuções contra a recuperanda - Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00267104320128260000 – Barueri – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12643)

Recurso. Agravo interno (ou "regimental") previsto no §1º do artigo 557 do Código de Processo Civil. Insurgência contra decisão monocrática do Relator denegatória de seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente (artigo 557 do Código de Processo Civil). Mera reprodução dos argumentos anteriormente expendidos e afastados, sem qualquer

enfrentamento aos fundamentos do decisum. Recurso. Agravo interno. Interposição manifestamente infundada. Aplicação de multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado da causa. Inteligência do § 2º do artigo 557 do Código de Processo Civil. Agravo interno desprovido, com observação. (Agravo Regimental 01518967620128260000 – São Roque – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12678)

Recuperação judicial. Liberação das travas bancárias. Decisão mantida. Cédula de crédito bancário garantida por recebíveis de cartão de crédito (cessão fiduciária de direitos de crédito). Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título no Registro de Títulos e Documentos. Art. 1361 §1° CC. Inexistência, no caso, de registro anterior ao pedido de recuperação judicial. Súmula n° 62 que deve ser analisada em conjunto com a súmula nº 60 deste TJSP. Crédito, portanto, que se submete à recuperação. Hipótese que não se amolda à exclusão prevista no art. 49 §3º da Lei 11.101/05. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02955730420118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16155)

Recurso. - Agravo de instrumento. - Pressuposto de admissibilidade. - Tempestividade. - Desatendimento. - Inconformismo contra decisão que mantém liminar concedida anteriormente. - Pretensão de revogação da decisão que configura verdadeiro pedido de reconsideração, o qual não interrompe nem suspende o prazo para recorrer - Interposição de recurso de agravo de instrumento anterior, contra a decisão que deferiu a liminar. - Seguimento negado. - Ausência de apresentação do recurso oportuno, contra essa decisão. - Impossibilidade de rediscussão e análise de matéria acobertada pela preclusão - Inteligência do artigo 473 do Código de Processo Civil. - Litigância de má-fé. - Configuração. - Inteligência do artigo 17, I e VI do Código de Processo Civil. - Não conhecimento, com determinação. (Agravo de Instrumento 01148626720128260000 – Pindamonhangaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12620)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Créditos oriundos de contratos de confissão e parcelamento de dívida. Omissão do habilitante quanto à origem das dívidas supostamente confessadas pela companhia recuperanda. Apresentação em desconformidade com o artigo 9º da Lei nº 11.101/2005. Improcedência da demanda. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00453266620128260000 – Embu das Artes – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12745)

Competência. Incompetência relativa. Ação de obrigação de não fazer (inibitória) com causa de pedir consistente em suposta exploração indevida de patente de invento e pedido exclusivo de abstenção por parte da ré, sem reparação de danos. Processamento e julgamento no foro do domicílio do réu. Aplicação da regra geral do artigo 94 do Código de Processo Civil. Exceção acolhida. Determinação de remessa dos autos ao foro competente. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00821883620128260000 – Presidente Prudente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12682)

Tutela antecipada. Ação de dissolução parcial de sociedade limitada com pedido de apuração de haveres de sócio retirante. Autor que requer o pagamento ou depósito judicial dos valores de pro labore a que alega fazer jus, cujo recebimento afirma não estar sendo realizado desde outubro de 2011. Indeferimento. Autor-agravante que não se desincumbiu de demonstrar a efetiva existência do direito ao recebimento de pro labore, argumentando com a disposição de cláusula do contrato social que apenas faculta aos sócios, mediante deliberação social (cuja existência não foi demonstrada), a fixação de retirada mensal pelo exercício da gerência da sociedade. Requerente que não cuidou de demonstrar precedente e efetivo recebimento de quantias periódicas a título de pro labore. Ausência de prova inequívoca que possa levar ao

convencimento do Órgão Judicial sobre a verossimilhança da alegação. Não preenchimento dos requisitos necessários ao deferimento da antecipação pretendida. Inteligência do disposto no artigo 273 caput e respectivos incisos I e II do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 01059160920128260000 – Valinhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12631)

Conexão. Ação de expulsão judicial de sócio cumulada com pedido de reparação de danos e ação de dissolução de sociedade comercial combinada com apuração de haveres. Cabimento. Identidade de causa de pedir. Exclusão do sócio pela sociedade empresária e dissolução parcial da sociedade com retirada de um dos sócios. Demandas que possuem a mesma causa de pedir remota, o contrato social. Necessidade de reunião dos processos a fim de que sejam decididos simultaneamente, evitando decisões conflitantes. Prevenção do juízo que despachou em primeiro lugar. Inteligência dos artigos 103, 105 e 106 do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 01248285420128260000 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12700)

Competência recursal. - Direitos autorais - Medida cautelar inominada fundada em violação a direitos autorais. - Pretensão de impedir a veiculação e utilização de obra musical protegida pela Lei nº 9.610/98. - Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pelas Resoluções nº 538/2011 e 558/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça. - Reconhecimento das peculiaridades principiológicas e da distinção normativa entre tais direitos e os de propriedade industrial. - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes da Seção de Direito Privado I desta E. Corte. - Observância do disposto no Anexo ao Provimento nº 71/2007, artigo 2º, III, a, da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006. - Precedente do C. Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Dúvida de competência suscitada para ser dirimida perante a C. Turma Especial da Seção de Direito Privado I deste Tribunal - Agravo de instrumento não conhecido. (Agravo de Instrumento 01454367320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12675)

Assistência judiciária. - Justiça gratuita. - Pedido formulado na petição inicial. - Ausência de apreciação do pedido. - Ação processada sem o recolhimento de custas iniciais. - Desistência. - Homologação. - Extinção do processo sem julgamento do mérito. - Indeferimento do benefício pleiteado somente por ocasião do julgamento de embargos de declaração. - Interposição de recurso de apelação somente para discutir o indeferimento do pedido de concessão da gratuidade de justiça. - Deserção. - Descabimento. - Impossibilidade de acesso ao duplo grau de jurisdição anteriormente para análise da matéria. - Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 01153476720128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12766)

Recurso. - Agravo de instrumento. - Ausência de interesse recursal. - Impossibilidade de interposição do recurso contra despacho. - Ato judicial atacado que não tem conteúdo decisório nem carga de lesividade. - Análise do pedido de tutela antecipada que restou postergada para depois da instauração do contraditório. - Questão incidente que não restou decidida pelo magistrado. - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01505396120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12765)

Tutela antecipada. Ação de obrigação de não fazer fundada na alegada ocorrência de concorrência desleal, decorrente de violação de ponto comercial, com pedido de indenização por danos materiais e morais. Pretensão dirigida à obtenção de provimento jurisdicional que determine a abstenção da prática de atividade empresarial pelo agravado ou pessoa a quem tenha cedido o imóvel, anteriormente exercida no mesmo ramo (Sorveteria) e local pela

agravante, ex-locatária do imóvel. Ausência de preenchimento dos requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil, autorizadores da antecipação pretendida. Inexistência de prova inequívoca que conduza à verossimilhança das alegações. Autora-agravante que afirma ter deixado o imóvel em razão de acordo formalizado com o agravado em ação judicial, cujos termos não cuidou de trazer aos presentes autos. Insuficiência dos documentos carreados ao feito e reproduzidos neste instrumento para o fim de demonstração inequívoca do alegado. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 02931966020118260000 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12704)

Ilegitimidade ad causam - Polo ativo – Autofalência - Requerimento que somente pode se feito pelos sócios, os que detém a gestão da empresa ou os que, segundo o contrato social, tenham o direito de usar o nome empresarial - Instrumento particular de cessão e transferência de quotas de sociedade por quotas de responsabilidade limitada que não foi levado à registro perante a Junta Comercial - Cedentes que continuam, formalmente, a representar a empresa - Legitimidade ativa reconhecida - Interesse de agir configurado - Pedido de falência que se justifica porque, em tese, os cedentes poderiam responder por eventuais dívidas da empresa contraídas com terceiros, no limite de suas responsabilidades - Necessidade de instrução do pedido com documentos indispensáveis a propositura da ação, dando oportunidade à parte para que complete a apresentação realizada, inclusive e se necessário requerendo a exibição de documentos - Inteligência dos artigos 283 e 284 do Código de Processo Civil e artigo 105 da LREF - Apelação provida, com determinação. (Apelação Cível 00099005220118260606 – Suzano – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12292)

Competência - Ação de adimplemento contratual cumulada com exibição de documentos, ajuizada em face da empresa de telefonia, visando à entrega de diferencial acionário decorrente de contrato de participação financeira, bem como o resgate ou indenização dos dividendos anuais distribuídos por ação da Telesp S/A e Telesp Celular S/A, com pedido alternativo de reparação por perdas e danos no caso da impossibilidade da subscrição e entrega das ações - Natureza obrigacional do liame decorrente do contrato e não societária - Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça - Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça - Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes das Seções de Direito Privado II e III desta E. Corte - Observância do disposto no artigo 2º, III, alínea "d", da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006, e do Provimento nº 71/2007, todas desta E. Corte - Precedente do C. Órgão Especial deste Tribunal de Justiça - Dúvida de competência suscitada para ser dirimida perante a C. Turma Especial da Seção de Direito Privado I deste Tribunal - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01888828820108260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12719)

Sentença - Ação de rescisão contratual cumulada com reintegração de posse de marca comercial - Contrato de franquia - Representação processual - Determinação judicial para regularização - Ausência de fixação de prazo para o cumprimento e de suspensão do processo – Descumprimento do disposto no artigo 13 do Código de Processo Civil - Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça – Sentença anulada - Apelação provida, com determinação. (Apelação Cível 00700246220098260576 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12333)

Responsabilidade civil - Propriedade industrial - Violação a direito de patente - Similitude entre o produto fabricado e comercializado pela requerida e as características do produto protegido pela carta-patente de modelo de utilidade de titularidade do autor - Exploração econômica não autorizada - Dever de indenizar configurado - Dano moral – Não configuração - Ausência, no caso concreto, de exploração econômica do objeto da carta-patente, pelo seu titular – Ação

parcialmente procedente - Apelação provida em parte. (Apelação Cível 00699016420098260576 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12299)

Sociedade empresária - Dissolução - Prova documental e alegações das partes demonstrando ausência na continuidade da atividade desenvolvida - Cláusula contratual estabelecendo o direito de receber o valor das quotas representativas do capital social, no caso de dissolução da sociedade por exclusão de sócio ou retirada voluntária - Falta de comprovação do pagamento efetuado pelo sócio remanescente, ao sócio retirante - Ônus do qual o requerido não se desincumbiu, a teor do disposto no artigo 333, II do Código de Processo Civil – Ação procedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 00106922620118260664 – Votuporanga – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12354)

Apelação. Propriedade industrial. Uso indevido de marca. Reconvenção. Danos materiais e morais não comprovados e que não podem ser presumidos (CPC, art. 333, I). Valores despendidos pela ré-reconvinte com a contratação de advogado. Reembolso. Impossibilidade, no caso. Sentença reformada. Apelo a que se dá provimento. (Apelação Cível 00621873620038260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 24115)

Embargos de declaração. Obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00600645920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23947)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Crédito oriundo de sentença trabalhista devidamente comprovado. Recurso da recuperanda, que alega que o crédito deveria ser habilitado em outra classe, em observância à cláusula 17.1 do Plano de Recuperação Judicial. Tese que já foi rejeitada por esta Câmara Reservada no julgamento do AI n.º 990.10.179056-4. Recurso especial contra tal decisum que não suspende seus efeitos. Agravo regimental prejudicado em face do recolhimento das custas do agravo de instrumento. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02156095920118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17148)

Processo civil. Apelação. Preparo. Ordem de complementação. Sentença de rejeição integral do pedido formulado pelo autor. Preparo que deve usar como base de cálculo o valor da causa, porque a questão não se enquadra na excepcionalidade prevista no artigo 4º, §2º da Lei de Taxa Judiciária. Inteligência do artigo 4º, II da Lei Estadual n. 11.608/2003. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01576101720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17294)

Concorrência desleal. Capitação indevida de clientela. Conduta fraudulenta não comprovada. Autora que não se desincumbiu de seu ônus processual em demonstrar a conduta ilícita imputada à ré. Sentença de improcedência mantida por seus próprios fundamentos. (Apelação Cível 00114724020108260004 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16061)

Não ajuizamento da ação principal em 30 dias após efetivada a liminar - Extinção da medida cautelar e perda de eficácia da liminar - Aplicação da recente Súmula 482, do STJ – Não

provimento. (Apelação Cível 00211850820118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24701)

Contrato de participação financeira. Telefônica. Ação que visa à complementação das ações. Natureza pessoal da pretensão. Prazo prescricional previsto no art. 177 do Código Civil/1916 ou nos art. 205 e 2.028 do Novo Código Civil. Prescrição afastada. Aplicação do artigo 515, §3º, do CPC. Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Inversão do ônus da prova. Requerida que não comprovou suas alegações. Fixação da quantidade de ações a ser entregue aos adquirentes não pode ficar sujeita à discricionariedade absoluta da requerida. Jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça e desta Colenda Câmara Reservada de Direito Empresarial acerca dos temas. Recurso provido. (Apelação Cível 00022026820118260032 – Araçatuba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26772)

Cautelar de exibição de documentos - Autora que, na qualidade de sócia da empresa-ré (18,12% da participação acionária), pleiteia a exibição dos livros de ações nominativas e de transferência de ações nominativas. Pedido com base no §1º do art. 100 da Lei n.º 6.404/76. Sentença de improcedência. Preenchimento dos requisitos. O direito da apelante abrange todos os registros de assentamento efetivados (antes ou depois de seu ingresso como sócia), sem restrição. Provimento. (Apelação Cível 01621429320108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24638)

Cobrança de remuneração pelo exercício dúplice de cargo de direção em duas sociedades concorrentes e que exploram o mesmo ramo empresarial [seguros] – Inadmissibilidade - Comprovação de que as duas empresas pertencem ao mesmo grupo econômico, não havendo qualquer ilegalidade no recebimento de remuneração global, inexistindo violação aos arts. 145 e 152 da Lei 6.404/76 - Sentença mantida – Não provimento. (Apelação Cível 01062888020118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24674)

Falência. Pedido acolhido. Alegação de irregularidade na instrução, falsidade do título e vício de consentimento para o aceite. Protesto para fins falimentares que não é obrigatório. Jurisprudência desta Corte e do STJ. Desnecessidade de o oficial de justiça procurar o representante legal em sua residência se na sede da empresa não foi localizado. Alegação de irregularidade nos aceites que demanda dilação probatória a cargo da agravante diante das circunstâncias alegadas. Recurso provido para tanto. (Agravo de Instrumento 03083961020118260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25775)

Embargos declaratórios - Caráter infringencial - Inadmissibilidade, por afronta ao art. 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 00496584420098260562 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - Votação Unânime - Voto nº 23465a)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 02556668420098260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23484a)

Ações da TELESP - Súmula 371, do STJ. Sentença de procedência que determina pagamento das diferenças correspondentes aos valores das ações. Apelo para reforma. Provimento, em parte, para condenar a ré a, além dos valores indicados em sentença, arcar com o pagamento integral dos dividendos, bonificações, dobras acionárias e juros sobre o capital próprio gerados pelas aludidas ações não subscritas. Ainda, acolhe-se o recurso dos requerentes para condenar a demandada ao pagamento da diferença acionária relativa às ações emitidas pela

TELESP CELULAR. (Apelação Cível 00017409820118260101 – Caçapava – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24622)

Falência. Sentença de decretação mantida. Preliminares afastadas. Carência de ação inocorrente. A prova do pagamento é ônus do devedor. A cédula de crédito bancário é título executivo, por previsão legal especial expressa. Art. 28 da Lei 10.931/04. Inconstitucionalidade inexistente. Nulidade do protesto, da intimação editalícia e da sentença. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Ilegalidades contratuais, capitalização de juros, limitação dos juros remuneratórios, ausência de mora. Ausência de comprovação das ilegalidades ou abusividades. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00343154020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15622)

Contrato de participação financeira. Telefônica. Ação que visa à complementação das ações. Natureza pessoal da pretensão. Prazo prescricional previsto no art. 177 do Código Civil/1916 ou nos art. 205 e 2.028 do Novo Código Civil. Inaplicabilidade do prazo trienal da Lei das S/A. Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Recurso provido para afastar a prescrição e determinar o prosseguimento do feito. (Apelação Cível 01897685320118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26765)

Habilitação de crédito. Extinção por falta de interesse processual. Apelação. Cabimento do recurso de agravo. Inteligência do art. 17 da Lei 11.101/05. Interposição de recurso diverso do previsto em lei configura erro grosseiro, impedindo a aplicação do princípio da fungibilidade. Precedentes desse E. Tribunal. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 90000117320038260161 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16060)

Sociedade limitada. Dissolução parcial. Apuração de haveres. Laudo pericial bem elaborado e fundamentado. Transações que, embora realizadas em nome de terceiros, eram revertidas em prol da sociedade. Pretensão de devolução de valores para a conta da sociedade que atinge diretamente direito de terceiros estranhos à lide, o que é inviável. Correta a r. sentença. Recurso improvido. (Apelação Cível 01549025200682603 02 – Jaú – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26698)

Obrigação de fazer e indenização por dano moral. Compra e venda de estabelecimento comercial. Cláusula que atribuiu aos réus responsabilidade dos débitos pretéritos à venda. Ausência de prova do alegado abatimento do preço em razão de dívidas anteriores. Condenação na obrigação de fazer mantida. Dano moral afastado. Simples descumprimento de um dever contratual que não tem o condão de gerar o dano moral pretendido. Verificação apenas do dano material. Ausência de violação a direito da personalidade. Recurso provido em parte. (Apelação Cível 00013079520098260091 – Mogi das Cruzes – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 28/08/2012 – Relator Teixeira Leite - Votação Unânime - Voto nº 16102)

Embargos de declaração. Caráter infringente. Rejeição. (Embargos de Declaração 00680368020128260000 – Barueri - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - Votação Unânime - Voto nº 15769)

Contrato de participação financeira. Telefônica. Ação que visa à complementação das ações. Natureza pessoal da pretensão. Prazo prescricional previsto no art. 177 do Código Civil/1916 ou nos art. 205 e 2.028 do Novo Código Civil. Inexistência de prescrição. Incidência do Código de Defesa do Consumidor. Inversão do ônus da prova. Requerida que não comprovou suas alegações. Fixação da quantidade de ações a ser entregue aos adquirentes não pode ficar sujeita à discricionariedade absoluta da requerida. Jurisprudência do Colendo Superior Tribunal

de Justiça e desta Colenda Câmara Reservada de Direito Empresarial acerca dos temas. Recurso improvido. (Apelação Cível 00047619120118260292 – Jacareí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26773)

Habilitação de crédito. Recurso inadequado. Inteligência do art. 17 da Lei 11.101/2005. Agravo de instrumento que é o recurso cabível contra decisão proferida em impugnação para habilitação de crédito. Inaplicabilidade do Princípio da Fungibilidade em razão de erro inescusável. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00013551820118260048 – Atibaia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26536)

Embargos de declaração. Ação cautelar julgada extinta. Ausência de condenação do vencido ao pagamento das verbas de sucumbência. Omissão existente. Condenação que se impõe. Honorários arbitrados com base nos critérios do art. 20 §§ 3º e 4º CPC. Embargos conhecidos e acolhidos. (Embargos de Declaração 00864624320128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15879)

Embargos de declaração interpostos para fins de prequestionamento. Acórdão examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Rejeição. (Embargos de Declaração 00891593720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15653)

Ação de dissolução de sociedade. Procedência acertada para a dissolução total em vista da sua incontroversa desativação. Aplicação do art. 50 do Código Civil para a desconsideração da pessoa jurídica que só pode ser determinada na fase de instrução da apuração dos haveres e diante de elementos que permitam ao Magistrado determina-la. Recurso improvido (Apelação Cível 02073443020098260100 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26756)

Processo civil. Prescrição. Não ocorrência. Prazo que só se inicia a partir da ciência do autor quanto à suposta utilização indevida do uso de marca. Cominatória. Abstenção de utilização de nome artístico. Ausência de violação ao direito de marca. Atuação das partes que se dá em ramos diversos do mundo artístico. Gêneros musicais que não se confundem. Recurso provido parte para, afastada a prescrição, julgar improcedente a ação. (Apelação Cível 01454585920118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15928)

Dissolução social - Crise entre os sócios e que culmina com a ruptura da *affectio societatis* (inconciliável) - Reuniões que não chegaram a termo para por fim ao dilema e satisfazer o sócio que deseja a exclusão e que os demais querem excluir, quanto aos haveres - Necessidade da ação judicial e obrigatoriedade dos recorrentes de adiantarem as despesas da perícia (art. 19, do CPC) - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01014775220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24121)

Recurso da ré (Grancheiras) - Não provimento, mantida a verba honorária tal como arbitrado e reafirmada a inadmissibilidade de dano moral indenizável. Recurso da autora (Pirâmide) - Título de crédito decorrente de negócio de factoring - Ausência de liquidez para sustentar pedido de quebra do cedente, competindo exercer direitos creditórios contra os cedidos - Não provimento. (Apelação Cível 00134510620118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24676)

Decisão que rejeita habilitação de crédito - Recurso específico de agravo (art. 17, da Lei 11101/2005) - Manejo de apelação no 11º dia – Inadmissibilidade - Não conhecimento. (Apelação Cível 00396875220088260309 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24640)

Embargos declaratórios acolhidos somente para aclarar a omissão referente ao incidente de uniformização de jurisprudência, sem qualquer efeito modificativo no julgado. (Embargos de Declaração 01042108820128260000 – Salto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24095a)

Marca. Importação de produtos contrafeitos. Apreensão pela autoridade aduaneira Procedimento administrativo fiscal que concluiu ser a ré a responsável pela mercadoria, nos moldes da regulamentação alfandegária. Ilegitimidade passiva que não se sustenta. Ausência de prova quanto à alegada fraude ou culpa de terceiros. Indenização. Danos morais e materiais. Contrafação de produtos da marca “Nike”. Ausência de prova da comercialização. Produtos que não foram expostos à venda, o que impede a vulgarização e depreciação do titular da marca. Sentença que julgou a ação parcialmente procedente reformada, pois sem a prova do dano não há o dever de indenizar. Recurso provido em parte. (Apelação Cível 00213231520098260562 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16096)

Agravo interno. Decisão monocrática que negou seguimento a recurso de agravo de instrumento, por entendê-lo inadmissível, uma vez não se amolda às hipóteses de admissibilidade do art. 522 CPC. Art. 557 CPC. Ausência de argumentos aptos a reformar a decisão do relator. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 01147820620128260000 – São Caetano do Sul – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16157)

Multa (astreinte) pela demora em publicar, em jornais, que a Sociedade Brasileira de Cardiologia não emitiu selo de aprovação de bebida - Incidência que depende de intimação pessoal e que não ocorreu - Publicação que satisfaz o objetivo e demonstra a satisfação do julgado - Multa descabida - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01169897520128260000 – Valinhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24137)

Dissolução parcial de sociedade. Apuração de haveres. Morte de sócio. Em que pese a previsão da EIRELI, sócia remanescente quer a dissolução da sociedade para que outra pessoa possa se associar a ela. Inexistência de affectio societatis com o herdeiro do sócio falecido. Sociedade de pessoas. Necessidade de dissolução. Apuração de haveres que será feita em liquidação a partir de perícia técnica. Impossibilidade de resolução desta questão no juízo do inventário. Questão de alta indagação. Recurso do herdeiro do sócio, voltado a modificar essa solução, desprovido. (Apelação Cível 01453997120118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15929)

Prova pericial - Autor que não se interessa pela produção, deixando de depositar o valor do salário - Ausência de justificativa para a recusa, embora tenha alegado, sem confirmar, dificuldade financeira - Preclusão que decorre da lógica da instrumentalidade - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01183320920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24299)

Arbitragem. Lei nº 9307/96. Convenção feita em contrato que só permite a intervenção estatal para obrigar os renitentes a formular o compromisso arbitral, nos termos do art. 7º, ou em casos excepcionalíssimos que antecedem a formação do juízo arbitral, que é o caso dos autos. Concessão de liminar para suspender os efeitos de protestos de notas promissórias vinculadas

a contrato antes da notícia de efetiva instauração de Tribunal Arbitral. Petição do agravante informando a instalação do Tribunal Arbitral. Recurso prejudicado. (Agravo de Instrumento 01199993020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26747)

Agravo de instrumento. Após julgamento de apelação que confirmou sentença de improcedência da ação, recorre a agravante pleiteando a nulidade do trânsito em julgado sob fundamento de que a publicação se deu em nome de advogada demitida. Subscritor do agravo que atuava em conjunto com aquela patrona. Inexistência de nulidade. Não provimento. (Agravo de Instrumento 01275826620128260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24326)

Apelação - Ação declaratória - Pedido de anulação de assembleia geral ordinária e extraordinária - Improcedência da ação - Suposta irregularidade de representação da empresa que é acionista majoritária da requerida - Rejeição da preliminar de cerceamento de defesa - Estatuto Social que nada estabeleceu a respeito da representação da sociedade em conjunto por todos os membros de sua Diretoria - Aplicação do art. 144 da Lei 6.404/76 - Não provimento. (Apelação Cível 01350848120118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26642)

Cobrança. Ata de reunião que estabelece uma série de pagamentos devidos pela ré ao autor, inclusive a metade dos recebimentos de empresas relacionadas, enquanto forem clientes. Pedido feito por uma delas, para que o autor não prestasse mais serviços, continuando cliente, que não fere o direito ao recebimento enquanto a empresa for cliente, exceto se constasse da ata de reunião. O ônus da prova do pagamento é de quem paga e a ré dele não se desincumbiu, nos termos do art. 333,II, do CPC. Perícia inconclusiva pela falta de documentos fiscais e contábeis que cumpria à ré entregar para exame. Recurso provido em parte para julgar parcialmente procedente a ação, repartida a sucumbência. (Apelação Cível 00045661220058260068 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26768)

Falência. Extinção do feito sem análise do mérito por carência da ação. Fato superveniente. Pedido de recuperação judicial distribuído quase um ano depois do ajuizamento desta ação. Extinção que não pode ser imputada às autoras. Sucumbência que deve ser aplicada de acordo com o princípio da causalidade. Requerida que ao deixar de pagar as duplicatas, devidamente protestadas e sem tomar providências para discutir sua inexigibilidade, deu causa ao ajuizamento da ação. Recurso provido para inverter a sucumbência. (Apelação Cível 00260150620108260309 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26689)

Agravo de instrumento - Medida cautelar - Pedido de condenação à pena de multa por litigância de má-fé e indenização - Autora da ação que também é administradora da empresa ré e outorga procuração com amplos poderes de representação da administrada - Posterior utilização da procuração para reconhecimento da procedência do pedido - Exercício fraudulento do direito de ação para obtenção de objetivo ilegal – Conduta contrária ao dever de probidade e lealdade processual - Litigância de má-fé caracterizada [art. 17, III do CPC] - A apuração de eventual infração disciplinar pela OAB pode ser pretendida pelos próprios interessados [art. 72 da Lei n.º 8.906/94] - Parcial provimento, para condenar a autora ao pagamento de multa por litigância de má-fé de 1% sobre o valor da causa e de indenização de 10% incidente sobre o mesmo valor, a título de indenização. (Agravo de Instrumento 01343500820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24350)

Agravo de instrumento - Ação de rescisão contratual cumulada com cobrança e pedido de indenização por danos morais e materiais - Decisão que indefere o benefício da assistência judiciária gratuita à pessoa jurídica - Demonstração da carência de recursos - Empresa que se encontra inativa sem movimentação financeira desde 2005 - Admissibilidade de incidência da Lei n.º 1.060/50, sob pena de se negar acesso ao duplo grau de jurisdição - Provimento. (Agravo de Instrumento 01362988220128260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23451)

Apelação - Ação de dissolução parcial de sociedade sem apuração de haveres com pedido de tutela antecipada - Procedência do pedido Arbitramento dos honorários advocatícios em R$ 3.000,00, com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês desde a data da sentença - Inconformismo - Singeleza da ação - Montante que se demonstra suficiente para remunerar o advogado pelos serviços prestados ao longo dos dois anos de tramitação do processo e não configura aviltamento à profissão - Não provimento. (Apelação Cível 04136159520098260577 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24643)

Embargos de terceiro. Penhora de imóvel registrado em nome do marido da requerente. Bem de família. Declaração de renda que informa o bem como único imóvel do casal. Alegação de que o bem se encontra apenas emprestado a terceiro. Após o comodato, mandado de constatação efetivado por Oficial de Justiça que atesta que o imóvel está alugado. Complementação da renda familiar. Possibilidade de extensão da proteção da lei n.º 8.009/90. Precedentes do STJ e deste E. Tribunal. Aplicação da súmula 486 do C. STJ. Não provimento. (Apelação Cível 02243213420088260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24685)

Marca e nome empresarial. Pedido de abstenção de uso de expressão na denominação social da ré, a qual seria semelhante à marca da requerente. Alegação de concorrência desleal. Não ocorrência. Requerida que é loja pequena, sem se demonstrar que comercializa produtos com a marca registrada pela autora, e que foi registrada na JUCESP antes da constituição da requerente. Ausência de possibilidade de desvio de clientela. Inexistência de infração a direito marcário ou relativo à proteção do nome empresarial da requerente. Não provimento. Sentença mantida. (Apelação Cível 00189686520118260011 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24623)

Marca “Casa & Perfume” versus “Casa Perfumada” – Sociedades que obtiveram registro das respectivas marcas, sem direito de exclusividade sobre as expressões que as compõem - Exercício de atividades similares e presunção de que o mercado convive com as marcas há anos - Não confirmação de risco de periculum in mora para justificar a exclusão do direito de um dos litigantes (no caso “Casa Perfumada”) - Provimento para cassar a tutela antecipada que ordenou abstenção do uso da marca registrada. (Agravo de Instrumento 01429467820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24368)

Falência - Devedora não citada - Credor que descobre ter ocorrido cessão das quotas da sociedade devedora e que pede o reconhecimento da nulidade - Pedido precipitado, tendo em vista que a matéria poderá ser objeto de análise na sentença que abrir a falência (art. 129, da Lei 11101/2005 - Necessidade de citação para não ferir o devido processo legal (art. 5º, LV, da CF) – Não provimento. (Agravo de Instrumento 01451040920128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24621)

Abstenção de uso. Palavra VIDROBENS. Ré que adotou nome empresarial e marca idênticos ao da autora, está sediada na mesma cidade e exerce atividade empresarial semelhante. Inadmissibilidade. Anterioridade do registro da autora na Junta Comercial que garante a

exclusividade de uso do nome empresarial nos limites do Estado. Registros da marca no INPI que asseguram à autora o direito de uso exclusivo em todo o território nacional. Procedência acertada. Honorários advocatícios bem fixados em R$ 3.500,00. Valor que não comporta redução. Recurso improvido. (Apelação Cível 00505437620108260577 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26722)

Abstenção de uso de marca e indenização por danos morais. Uso das marcas Petrobrás e BR pela ré em produtos de origem desconhecida e cuja qualidade por certo lhes é bem inferior. Conduta que maculou a honra da autora. Dano moral configurado. Indenização que comporta majoração, mormente em razão do caráter punitivo e dissuasório do dano moral. Indenização ora fixada em R$ 20.000,00. Honorários advocatícios majorados para 20% sobre o valor da condenação, sob pena de não se remunerar condignamente o patrono da autora. Recurso provido. (Apelação Cível 00025633620128260037 – Araraquara – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26770)

Recuperação Judicial e Falência - Cautelar inominada - Indeferimento do pedido liminar sob o fundamento de que a ação de falência está na fase de citação, sendo impossível vislumbrar a verossimilhança das alegações da autora e inexistente o perigo da demora - Prova documental que revela suspeita de esvaziamento do quadro societário da recuperanda – Existência de alienação de imóveis pertencentes a uma das sócias da recuperanda para 3ª empresa, sem considerar a valorização financeira dos referidos bens - Presença de "fumus boni iuris" e "periculum in mora" - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01471134120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24625)

Agravo de instrumento - Dissolução parcial de sociedade - Indeferimento do pedido de tutela antecipada visando à exclusão do sócio minoritário da administração da sociedade - Inconformismo da sócia majoritária – Acolhimento - Demonstração de inviabilidade de manutenção da administração conjunta - Sócios que vivem conflitos e divergências que têm prejudicado o desenvolvimento das atividades da empresa e sua saúde financeira - Prova de que o sócio minoritário chegou a expedir notificação a clientes exigindo a suspensão do uso de maquinário decorrente de contrato firmado pela sócia majoritária - Prejuízo à imagem da empresa perante seus clientes e aos interesses de terceiros - Presença dos requisitos da tutela antecipada (art. 273, do CPC) - Recurso provido para afastar o agravado da gestão da sociedade. (Agravo de Instrumento 01517113820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24666)

Pedido de apuração de haveres - Alegação do autor de que é necessária a apuração de haveres decorrentes de sua saída da sociedade. Inexistência de exercício do direito de retirada. Negócio jurídico de cessão de quotas que é realizado entre cedente e cessionário, sendo este o responsável pelo pagamento acordado. Hipótese almejada pelo requerente que não se subsume ao caso concreto. Cessão de quotas acompanhada da quitação. Sentença de improcedência mantida. (Apelação Cível 01992494020118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24683)

Competência. Modificação por conexão. Competência territorial e, portanto, relativa, modificável e prorrogável. Art. 102, 111 e 114 CPC. Competência prorrogada, porque a modificação foi aceita tacitamente pela agravante, que opôs embargos de declaração contra a sentença proferida pelo Juízo que recebeu os autos, pela qual extinguiu a ação cautelar. Impossibilidade de, agora, aproveitando-se de publicação tardia da decisão que reconheceu a conexão, recorrer. Aplicação analógica do art. 503 CPC. Aquiescência. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01536124120128260000 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara

Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16184)

Liminar visando suspender os efeitos da alteração da sociedade (19ª e que coloca sócia como administradora), ao fundamento de não ser ela sócia da pessoa jurídica que detém a maioria do capital social - Situação, no entanto, que deve ser avaliada diante de ação judicial anterior e que questiona a eficácia da cessão das quotas da aludida sociedade e que tramita com liminar colocando referida sócia como administradora - Conveniência de ser mantido o status quo para o bem da função social da empresa - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01550215220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24689)

Ação de indenização - Pedido de danos morais por ex-sócio. Alegação de que seus dados pessoais foram utilizados em contratos realizados pela empresa após ele ter deixado a sociedade. Não comprovação. Nome do requerente enviado aos cadastros de proteção ao crédito em decorrência de financiamento efetivado quando ainda era sócio, e no qual assumiu a posição de devedor solidário. Obrigação do interessado de levar ao conhecimento da instituição financeira a informação sobre sua saída dos quadros da sociedade. Envio do nome aos cadastros que não se mostra ilegal. Conhecimento prévio do autor sobre o financiamento. Inexistência de surpresa. Sentença de improcedência mantida. (Apelação Cível 00091802020088260597 – Sertãozinho – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24710)

Tutela antecipada. Ação cominatória c/c indenização. Indeferimento mantido. Ausência de fundado receio de ineficácia do provimento final. Art. 461 e 273 CPC. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01563449220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16164)

Apelação - Ação declaratória de extinção de hipoteca cumulada com obrigação de fazer - Procedência do pedido com o cancelamento da hipoteca ante o descumprimento da obrigação do réu de investir R$ 100.000,00 na empresa das autoras – Perícia que apurou que o réu aportou R$ 93.355,65 à sociedade - Existência de alguns pagamentos que não evidenciam benefícios à empresa - Possibilidade de confirmação do cancelamento da garantia pelo inadimplemento da obrigação principal – A controvérsia a respeito da restituição dos valores investidos é objeto de ação autônoma ajuizada pelo réu, o que impede o pronunciamento da Turma Julgadora - Não provimento. (Apelação Cível 00223066320108260114 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24706)

Cautelar. Impugnação ao valor da causa. Ausência de correspondência entre o valor atribuído à ação cautelar e à futura ação principal. Valor da causa que deve corresponder à expressão econômica do objeto da ação. Objetos das ações cautelar e principal que são distintos. Ação dita principal que visa ao reconhecimento do direito ao bem da vida. Cautelar que busca assegurar a eficácia da sentença proferida naquela demanda, não apresentando conteúdo econômico imediato. Jurisprudência deste TJSP e do STJ. Incidência do art. 258, CPC. Rejeição bem decretada. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01597849620128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26781)

Tutela antecipada revogada por confirmação da inviabilidade de sua execução - Réus que não foram citados - Caso de trespasse com reserva de domínio sobre os bens Falta de pagamento total - Imóvel que abriga o fundo de comércio reformado e descaracterizado, sem que se possa cogitar do aproveitamento dos mesmos bens que estão sob a cláusula de reserva de domínio - Revogação que atende ao princípio da segurança jurídica - Não provimento. (Agravo de

Instrumento 01601815820128260000 – Praia Grande – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24663)

Obrigação de não fazer c.c. reparação de dano. Uso do nome empresarial da autora como palavra-chave de link patrocinado contratado pela ré. O consumidor que faz uma busca na internet pelo nome da autora é direcionado para o site da ré. Dano moral que, tanto quanto o uso parasitário da marca, é presumido. Lesão à honra, reputação e imagem da autora que, ao lado do uso parasitário do nome da sociedade empresária, deve ser indenizado para prestígio da marca e do nome e em benefício do consumidor. Arbitramento em R$ 30.000,00 que se ajusta aos parâmetros da jurisprudência. Recurso provido para tanto. (Apelação Cível 00101638120108260004 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26859)

Cooperativa - Pretensão de reintegração do autor ao sistema de transporte coletivo. Não cabimento. Filiação do autor à cooperativa-ré e transferência automática dos filiados de cooperativa descredenciada a seus quadros não demonstradas. Inexistência de relação jurídica entre as partes. Não provimento. (Apelação Cível 00778444020118260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24709)

Arbitragem. Lei nº 9307/96. Convenção feita em contrato que só permite a intervenção estatal para obtenção de medidas coercitivas ou cautelares. Agravante que busca, justamente, assegurar o resultado prático de futura decisão arbitral. Determinação de emenda à inicial que deve ser afastada, pois a natureza do provimento buscado é mesmo cautelar. Inexistência dos requisitos para concessão de liminar inaudita altera parte. Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 01631418420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - Votação Unânime - Voto nº 26838)

Prevenção da Décima Câmara, pelo julgamento de agravo de Instrumento nº 0014086-03.2005. Distribuição que se fez de maneira correta, observando o disposto no art. 102, do Regimento Interno. Não é caso da competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial em razão da prevenção. Matéria de ordem pública e conexão. Não conhecimento e dúvida suscitada para a Turma Especial dirimir. (Apelação Cível 00140860320058260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16219)

Agravo de instrumento. Ação de abstenção de fabrico de produtos das marcas Adidas e Reebok que estão sendo vendidos no Shopping 25 de Março. Prova pericial para se aferir se os produtos são contrafeitos. Em que pese a possibilidade de ser determinada de ofício pelo d. Magistrado para formar seu convencimento, no caso esta mostra-se desnecessária. Agravantes que entendem que as provas coligidas aos autos são suficientes, arcando com a possibilidade de eventual improcedência. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00834857820128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16211)

Contrato de participação financeira. Plano de expansão de rede de telefonia. Pedido que visa à complementação das ações devidas como contraprestação ao investimento inicial dos autores, bem como indenização pelo seu inadimplemento. Procedência. Jurisprudência tranquila desta Câmara Reservada de Direito Empresarial, no sentido da existência de relação de consumo, no cabimento da inversão do ônus da prova constante do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor, na natureza pessoal do direito à complementação de ações, bem como na aplicabilidade da Súmula 371 do C. STJ. O valor das ações deve corrigido com base nos valores apurados nos balancetes do mês da integralização de cada uma delas. Recurso provido em parte. (Apelação Cível 02109278620108260100 - São Paulo – 1ª Câmara

Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16201)

Apuração de haveres. Prescrição. Não ocorrência. Retirada do sócio em 1999 e inclusão da sociedade empresária, única legitimada passiva, no feito em 2010. Prazo decenal previsto no novo Código Civil que deve ser aplicado a partir de sua entrada em vigor. Ação analisada no mérito. Procedência. Sócio retirante que tem direito de perseguir a condenação dos seus haveres, nos limites do contrato social. Apuração em liquidação de sentença. Recurso provido. (Apelação Cível 00013118320018260586 – São Roque – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16259)

Caução. Autora empresa estrangeira. Art. 835 CPC. Ausência de apreciação da questão pelo Juízo de origem. Supressão de instância. Inadmissibilidade. Pedido recursal, nessa parte, não conhecido. Tutela antecipada. Ação cominatória c/c indenização. Deferimento mantido. Obrigação de não comercializar produtos aparentemente contrafeitos. Presença de prova inequívoca do direito alegado e fundado receio de ineficácia do provimento final. Art. 461 e 273 CPC. Titularidade dos produtos suficientemente demonstrada por meio de documentos eletrônicos. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01100342820128260000 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16320)

Tutela antecipada. Dissolução parcial de sociedade. Exclusão de sócio. Pedido de urgência, para afastamento do sócio réu da administração da empresa. Alegada prática de conduta irregular, nociva à empresa. Indeferimento mantido. Ausência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e prova inequívoca do direito alegado. Sócia autora que tardou 5 anos para reclamar da ausência de prestação de contas pelo sócio administrador. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01194528720128260000 – Mogi das Cruzes – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - Votação Unânime - Voto nº 16264)

Tutela antecipada. Abstenção de uso de marca. Indeferimento mantido. Ausência de prova inequívoca a dar relevância ao fundamento, e de justificado receio de ineficácia do provimento final. Art. 461 e 273 CPC. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01433867420128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16324)

Embargos de terceiro. Indeferimento da inicial em razão da inadequação do valor da causa. Hipótese de falta de atendimento de determinação que era necessária também pelo caráter genérico da pretensão. Possibilidade da determinação, ainda que por estimativa do conteúdo econômico do litígio, mesmo porque já ocorrida em outra ação, sobre os mesmos bens. Recurso não provido. (Apelação Cível 00090715520128260309 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16254)

Falência. Habilitação de crédito. Cerceamento ocorrido com a não intimação para juntada de documentos relacionados ao crédito habilitado. Necessidade de novo laudo. Recurso provido para tanto. (Agravo de Instrumento 00357366520128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26739)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Acórdão que é claro na exposição de suas razões, analisando as questões suscitadas e pertinentes ao julgamento. Prequestionamento. Rejeitados. (Embargos de Declaração 01740274920068260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26776)

Direito de empresa. Ação anulatória de deliberação social. Suspensão dos efeitos de arquivamento de ata de reunião de sócios perante a JUCESP. Antecipação de tutela indevida pela inexistência de prova da verossimilhança na interpretação acerca do art. 1078, I, § 2º, do Código Civil. A interpretação restritiva feita na minha decisão monocrática que deu provimento ao agravo, e reconsiderada, conduziria à falta de razoabilidade para os casos em que, como neste, são três sócios e dois deles são administradores em conflito com o terceiro sócio. Ausência de risco de dano irreparável e precedente recente da Câmara de Direito Empresarial deste TJSP. Agravo de instrumento improvido, prejudicado o agravo interno interposto contra a reconsideração da minha decisão monocrática. (Agravo de Instrumento 01174098020128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26729)

Franquia. Jacques Jeanine. Tutela antecipada. Ausência de prova da verossimilhança das alegações para efeito de provimento antecipado que tem como finalidade o fechamento do estabelecimento empresarial da agravada. Risco de dano irreparável inexistente. Necessidade de aguardar o contraditório que se dá com a citação e contestação. Jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça acerca do tema. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01250164720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26832)

Falência. Avaliação de bem. Laudo apresentado por profissional de confiança do Juízo que esclarece a contento os critérios utilizados para a avaliação. Valor condizente com outras avaliações apresentadas pela própria massa falida. Decisão acertada. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01362927520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26592)

Ação de obrigação de não fazer. Marca PROORDEM. Empresas licenciadas. Alegação da autora de que o Andreucci Cursos Jurídicos, que tem identidade de sócia com a corré MR Cursos Jurídicos, vem usando a marca PROORDEM fora dos limites para a qual é licenciada, ferindo direito de exclusividade que possui para a região de Campinas constante do seu contrato de licenciamento. Tutela concedida que está em consonância com os elementos iniciais de prova reveladores do final do prazo do contrato de licença exclusiva para a região em que atua a autora. Ampliação que não pode ser feita por falta de prova da verossimilhança da alegação e ausência de risco de dano irreparável. Recurso improvido, prejudicado o interposto em duplicidade. (Agravo de Instrumento 01387462820128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26626)

Ação de dissolução parcial de sociedade. Tutela antecipada. Pedido de afastamento do agravado da administração da sociedade. Suposta má-gestão dos recursos sociais, com desvio de valores do caixa e emissão de “notas fiscais frias”, bem como recusa em fornecer informações contábeis e financeiras. Fatos que demandam maior dilação probatória antes de alterar a administração que é exercida em conjunto pelo agravante e pelo agravado. Inconveniência do deferimento antes da citação e do contraditório pela ausência de prova suficiente da verossimilhança e do risco do dano irreparável. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01395509320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26625)

Agravo de instrumento. Ação Cautelar. Inexistência dos requisitos para concessão de liminar inaudita altera parte. Aumento do capital social e emissão de novas ações realizados de forma regular e justificada. Conversão de debêntures já prevista desde sua emissão em 2010. Presença de periculum in mora inverso, pois a suspensão do aumento de capital, da emissão de novas ações e da conversão das debêntures poderá refletir negativamente, com consequências para todos os acionistas e para o mercado mobiliário como um todo. Valor da

causa. Impossibilidade momentânea de se averiguar o benefício patrimonial pretendido. Valor da causa mantido. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01518508720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26757)

Tutela antecipada. Ação cominatória c/c indenização. Indeferimento mantido. Ausência de prova inequívoca a dar relevância ao fundamento, e de justificado receio de ineficácia do provimento final. Art. 461 e 273 CPC. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01569121120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16212)

Valor da causa. Ação de dissolução parcial de sociedade. Decisão que, de ofício, majorou o valor atribuído pelo autor. Valor, contudo, que não deve corresponder ao valor mínimo de alienação da empresa estabelecido pelos sócios, mas tão somente ao valor correspondente à participação do sócio que pretende se retirar. Haveres aproximados. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01594020620128260000 – Cerqueira César – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16272)

Direito empresarial. Marca. Pedido de abstenção. Alegação de venda de calçados com a marca da autora. Falta de comprovação das alegações. Artigo 333, I do CPC. Sentença de improcedência. Recurso tendente a alterar essa decisão, desprovido. (Apelação Cível 00332839620098260196 – Franca – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16338)

Tutela antecipada. Ação cominatória. Bloqueio de veículo de terceiro. Alegado pagamento das parcelas do financiamento, em razão de contrato verbal de compra e venda de veículo. Indeferimento mantido. Ausência de prova inequívoca do direito alegado. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01648843220128260000 – São Caetano do Sul - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16298)

Tutela antecipada. Ação cominatória c/c indenização. Indeferimento mantido. Ausência de prova inequívoca a dar relevância ao fundamento, e de justificado receio de ineficácia do provimento final. Art. 461 e 273 CPC. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01680784020128260000 – Carapicuíba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16335)

Embargos declaratórios. Acórdão que analisou expressa e integralmente as questões suscitadas e relevantes ao julgamento do agravo de instrumento. Fundamentação que é clara e suficiente. Omissão, obscuridade e erro inexistentes. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 00331331920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26759)

Rescisão de contrato de cessão de quotas de sociedade a prazo c/c indenização por perdas e danos. Inexistência de vício de consentimento ou de má-fé do réu na cessão das quotas. Autor que era sócio e que tinha conhecimento da situação financeira da empresa. Valor dos honorários advocatícios mantido. Recurso improvido. (Apelação Cível 00159792520108260269 – Itapetininga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26545)

Agravo Interno. Artigo 557, §1º, do CPC. Exceção de incompetência. Ação de abstenção de uso de bem patenteado com pedido de antecipação da tutela c/c lucros cessantes proposta no foro de domicílio do autor. Possibilidade. Aplicação do art. 100, V, "a", Parágrafo Único, do CPC. Precedentes do TJSP. Jurisprudência do Colendo STJ sobre o tema. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 01266152120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada

de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26861)

Agravo Interno. Art. 557, §1º, do CPC. Recuperação judicial. Créditos oriundos de cessão e alienação fiduciária, mas não submetidos ao registro previsto no artigo 1361, § 1º do Código Civil, requisito necessário à constituição da propriedade fiduciária. Súmula 60 do TJ/SP. Subsunção à recuperação judicial ainda que se considere o regramento específico das cédulas de crédito bancário e a sentença de procedência em ação de busca e apreensão. Seguimento negado por decisão monocrática. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 01448702720128260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26894)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Cautelar de exibição de documentos. Liminar. Descabimento da exibição nos moldes em que pretendida e para o fim colimado, inclusive diante da excepcionalidade da medida e da ausência de prévio contraditório. Suspensão da exigibilidade do crédito da agravada e exclusão do nome da agravante dos cadastros de inadimplentes que são providências próprias de ação de conhecimento, sequer cogitada. Inexistência, ademais, da demonstração do risco de sua ocorrência. Inadmissibilidade de multa diária. Súmula 372 do C. STJ. Agravo de instrumento manifestamente improcedente. Seguimento negado por decisão monocrática. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 01457830920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26761)

Obrigação de não fazer c.c. obrigação de fazer e indenização por danos morais e materiais. Concorrência desleal. Tutela antecipada. Co-ré que, após o seu desligamento de função de confiança na agravante, valendo-se de dados sigilosos e confidenciais, passa a usá-los para contatar síndicos e oferecer serviços para a empresa concorrente que abriu em nome de parentes. Divulgação da nova empresa por e-mails que só possuía em decorrência da função exercida na ex-empregadora que, pelo menos em tese, caracteriza concorrência desleal. Tutela antecipada que se concede para determinar a abstenção de contatos usando dados confidenciais de prédios que administrou em função de confiança exercida na agravante, sob pena de multa diária. Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 01530035820128260000 – Santo André – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26723)

Processo Civil. Ilegitimidade ativa. Sociedades empresárias que, comprovadamente, fazem parte do mesmo grupo econômico, justificando a afirmativa de que a alegada concorrência desleal trouxe prejuízo à agravada e conferindo-lhe legitimidade ativa para o pleito. Decisão acertada. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01620826120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26845)

Pedido de gratuidade judiciária - Dificuldades financeiras que autorizam o benefício, não obstante a condição de empresários dos agravantes - Hipossuficiência comprovada - Provimento para deferir a benesse. (Agravo de Instrumento 03106566020118260000 – Itu - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 28/08/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 24322)

Embargos de declaração. Inexistência de demais vícios no julgado. Prequestionamento explícito. Julgado que enfrentou todas as teses postas no recurso. Desnecessidade de mencionar a aplicação de artigos de lei a cada ponto do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00738836320128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - Votação Unânime - Voto nº 17186)

Processo civil. Depósito dos honorários periciais provisórios pelo autor. Ajuizamento da reconvenção pelos réus. Leitura atenta da peça inicial não permite concluir, ao contrário do que sustenta o recorrente, que o objeto da perícia tenha sido ampliado pelos réus- reconvintes. Fixação dos pontos controvertidos, e que serão objeto de prova, que coincidem com o pedido do autor. Adiantamento das despesas com a perícia, nos termos dos artigos 19 e 33 do CPC. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01607679520128260000 – Itapetininga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - Votação Unânime - Voto nº 17291)

Ação de cobrança. Contrato de cessão de direitos imateriais, por meio do qual ao réu foi cedido o uso de marca do autor. Contrato reza que o montante da remuneração é fixado de acordo com planilhas que não vieram aos autos. Requerente que pretende cobrar valor que reputa devido, fundando-se em notas fiscais que emitiu. Correspondência trocada entre as partes reveladora de pagamento ao menos parcial da dívida mediante entrega de cheques de terceiros. Autora que, sem juntar as planilhas que definiriam o preço e nem esclarecer qual o valor correspondente aos cheques de terceiros dados em pagamento, pede o julgamento antecipado da lide. Sentença que acatou a preliminar, extinguindo o feito sem julgamento de mérito, com fulcro no art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Correta aplicação da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, ante a oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios. Sentença mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 00283157320118260577 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - Votação Unânime - Voto nº 17309)

Processo civil. Tutela antecipada na qual se postula o adiantamento de resolução de contrato de cessão de quotas sociais, devolvendo a posse e a administração da empresa aos cedentes. Quotas readquiridas pelos agravantes, pelo que o recurso pede objeto, consoante admitem os próprios recorrentes. Assistência judiciária. Para concessão da gratuidade da justiça, a singela declaração deve ser confrontada com outros elementos dos autos, como, por exemplo, a natureza da demanda e outros sinais indicadores de riqueza. Presunção de veracidade da declaração que cede diante de elemento objetivo contrário. Agravantes que não apresentaram sequer declaração de Imposto de Renda, para o fim de demonstrar sua alegada miserabilidade. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00068635520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - Votação Unânime - Voto nº 17091)

Habilitação de crédito retardatária. Interposição de recurso de apelação contra decisão judicial de impugnação de crédito. Crédito do apelante já relacionado na recuperação quando do pedido de habilitação de crédito. Recuperação judicial regida pela Lei 11.101/2005. Habilitação de crédito retardatária que deve ser processada conforme dispõem os arts. 13, 15 e 17 da Nova Lei de Recuperação Judicial e Falência. Artigo 17 que prevê que o recurso cabível nesses casos é o de agravo, e não o de apelação. Erro grosseiro, inaplicável o princípio da fungibilidade recursal. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00086217620098260161 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime – Voto nº 17126)

Ação de prestação de contas cumulada com pedido de dissolução parcial de sociedade limitada - O autor cumulou ações com ritos procedimentais incompatíveis - Pedido de desistência da ação de dissolução parcial de sociedade após a resposta dos réus, que não concordaram com a desistência (art. 267,§4º, CPC) Processo extinto sem resolução do mérito, nos termos do art. 295, V, CPC - Violação ao art. 284 CPC juntamente com os princípios processuais da celeridade, economia processual e boa-fé objetiva impõem a redução da lide, para que o processo prossiga apenas em relação à ação de prestação de contas - Recurso provido, para determinar a tramitação normal do feito apenas em relação à ação de prestação de contas e em face dos réus pessoas naturais. (Apelação Cível 00077335520118260576 –

São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17121)

Embargos de declaração - Inexistência de obscuridade, omissão ou qualquer outro vício no julgado - Efeitos infringentes dos embargos, estranhos à função meramente integrativa do julgado – Prequestionamento explícito - Desnecessidade de menção expressa aos dispositivos legais invocados pelas partes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00131905120108260011 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17059)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00002318320088260604 – Sumaré – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17277)

Societário. Lei de Sociedades Anônimas. O art. 109 institui regra geral que trata dos direitos essenciais dos acionistas, estabelecendo de forma clara, no inciso I I I, que o direito de fiscalização dos acionistas nem o estatuto nem a assembléia geral podem impedir. O art. 105 é exceção à livre fiscalização ao dispor que, em se tratando de exibição por inteiro dos livros, só pode se dar judicialmente e quando houver alegação de ferimento a lei, ao estatuto, ou haja fundada alegação de irregularidades, caso em que apenas podem pedir os acionistas detentores de 5% do capital social. Pedido de exibição de contratos imobiliários que podem ter ocasionado prejuízos aos autores e outros acionistas minoritários, cujos elementos de informação dos negócios autorizam a verificação pretendida. Presença do "fumus boni iurís" e do "periculum in mora". Liminar bem deferida pela r. decisão agravada. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 00877667720128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - São Paulo – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 26512)

Embargos de declaração. Obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00024657420108260634 – Tremembé – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23946)

Agravo de instrumento. Impugnação de crédito. Recuperação judicial. Crédito decorrente de contrato de mútuo garantido por alienação fiduciária. Cláusula de alienação fiduciária devidamente levada a registro. Crédito não sujeito à recuperação judicial (art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/05). Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00330344920128260000 – Suzano – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22829)

Agravo de instrumento. Falência. Exclusão de quatro dos cinco réus do polo passivo. Cabimento. Existência de pedido cumulativo de desconsideração da personalidade jurídica da sociedade cuja falência é pretendida. Irrelevância. Embora possível, a aplicação incidental da "disregard doctrine" no processo de falência somente será cabível quando (e se) for decretada a quebra da ré, e desde que presentes os requisitos legais. Necessidade de respeito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal que não justifica, por ora, a inclusão dos coagravados na relação processual. Possibilidade de exercício de tais garantias em momento oportuno. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00926574420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23460)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Dissolução parcial de sociedade. Princípio da causalidade. Custas, despesas processuais e honorários advocatícios devidos pelas autoras àqueles que são excluídos da lide por ilegitimidade para figurar no polo passivo. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01271106520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23755)

Apelação. Falência. Pedido de alvará judicial. Jurisdição voluntária. Cerceamento do direito de produzir provas. Inocorrência. Ausência de demonstração de pagamento integral do preço. Procedimento que não comporta dilação probatória. Necessidade da parte se valer das vias ordinárias, se for o caso. Sentença mantida. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00131869820108260565 – São Caetano do Sul – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23791)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito trabalhista. Valor decorrente de condenação na Justiça do Trabalho. Multa diária por inadimplência. Cálculo corretamente realizado, com termo final na data em que foi deferido o processamento da recuperação judicial. Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Natureza indenizatória da sanção. Art. 83, I, da Lei nº 11.101/05. Pretensão à redução do valor da multa que somente pode ser deduzida perante a justiça especializada que a fixou. Fixação do crédito no valor determinado pela sentença da Justiça do Trabalho. Inteligência do art. 6º, § 2º, da Lei nº 11.101/2005. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00542731220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24001)

Embargos de declaração. Omissão e erro material. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01848137620118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23973)

Apelações. Direito empresarial. Ação declaratória de nulidade parcial de ato jurídico, existência e dissolução de sociedade, cumulada com pedido de apuração de haveres e indenização por dano moral. Existência de sociedade entre as autoras e o corréu José Eduardo, sócio oculto, incontroversa. Dissolução já realizada extrajudicialmente, por meio de acordo entre os sócios e transferência da totalidade das quotas das autoras às corrés Ana Lilian e Aline. Pagamento de haveres realizado por convenção entre as partes. Existência, na época, de inúmeras dívidas da sociedade assumidas pelo sócio. Documentos livremente assinados pelas autoras que dão conta da integral quitação de todos os seus direitos e haveres perante a sociedade. Partes capazes e ausência de vício de consentimento. Manutenção da condenação ao pagamento de metade do valor da execução relativa à locação do imóvel que era, então, ocupado pela empresa. Indenização por dano moral não cabível. Sucumbência mínima dos réus. Apelo principal a que se dá provimento, em parte, e negado provimento ao recurso adesivo. (Apelação Cível 00276550920088260602 – Sorocaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23459)

Apelação. Ação de declaração de nulidade de Alteração de Contrato Social. Instrumentos anteriores firmados por uma única pessoa, qual seja, o réu, que representava suas filhas. Hipótese de manifesto conflito de interesses que ensejava a obrigatoriedade de nomeação de curador especial. Formalidade essencial do ato. Exegese dos arts. 145, IV e 387 do CC/16, vigente à época dos fatos. Extinção da ação, sem julgamento do mérito, por falta de interesse (art. 267, VI do CPC). Apelo prejudicado, com determinação. (Apelação Cível 01468766620108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23265)

Medida cautelar inominada. Competência originária desta Corte. Recuperação judicial. Cédula de crédito bancário com contrato de constituição de alienação fiduciária em garantia sobre bem imóvel. Notificação extrajudicial do devedor realizada, no caso, por edital. Regularidade. Presentes os requisitos cautelares do "fumus boni iuris" e do "periculum in mora" (CPC, arts. 558, parágrafo único, 800 e 804). Eventual recurso de apelação interposto pelo autor. Recebimento no duplo efeito. Liminar confirmada. Pedido procedente. Agravo regimental prejudicado. (Cautelar Inominada 00735432220128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23373)

Embargos de declaração. Julgamento 'extra petita'. Inocorrência. Omissão e contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00807272920128260000 – Praia Grande – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23876)

Agravo de instrumento. Habilitação retardatária de crédito. Preliminar de falta de interesse. Ocorrência. Empresa em recuperação que demonstra o pagamento de seis das dez parcelas avençadas em acordo celebrado na Justiça do Trabalho. Habilitação extinta, sem resolução do mérito (CPC, 267, inciso VI). Decisão reformada. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 00885375520128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23399)

Embargos de declaração. Obscuridade. Ônus de sucumbência. Acórdão que não especificou se o percentual seria incidente sobre o valor da causa da ação principal, cautelar ou ambas. A despeito de ser despicienda a menção requerida, acolho os embargos a fim de evitar futuras dúvidas sobre a questão. Exegese do art. 5º, LXXVIII da CF. Embargos acolhidos, sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 01835519120118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 – Votação Unânime - Voto nº 23937)

Cobrança. Cooperativa médica. Rateio dos prejuízos admitidos pelo estatuto e pelo art. 80, II, da Lei nº 5764/71, o que dispensa previsão pela AGO. Cooperada ré que se desligou, da cooperativa em 26.12.2009 e não se pode abater a perda do exercício de 2009 no exercício de 2010, sob pena de enriquecimento ilícito em detrimento dos demais cooperados. Jurisprudência deste Egrégio TJSP. Descabimento de discussão acerca do valor para restituição do capital integralizado, na medida em que os balanços patrimoniais foram aprovados pela AGO. Recurso improvido. (Apelação Cível 00219412320118260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26774)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Crédito da agravada limitado aos valores concernentes aos créditos decorrentes da legislação do trabalho ou acidentes de trabalho. Exclusão dos valores referentes ao IR, INSS, custas e despesas processuais (LFR, art. 6º, § 7º). Decisão reformada. Agravo provido, com determinação. (Agravo de Instrumento 01094428120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23780)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração

01111506920128260000 – Pirassununga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24025)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Decisão que determina a reserva de numerário por solicitação do juízo trabalhista. Valor reservado que não inclui créditos não sujeitos à recuperação judicial (custas e despesas processuais, contribuição previdenciária e impostos). Montante que deve ser atualizado monetariamente até a data do pedido recuperacional. Exegese do art. 9º, II da LRF. Agravo parcialmente conhecido e provido na parte conhecida. (Agravo de Instrumento 01201015220128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23689)

Agravo de Instrumento. Direito Empresarial. Ação declaratória de nulidade de assembleias. Pedido de tutela antecipada para retorno do sócio minoritário à administração das empresas e livre trânsito por suas dependências. Não cabimento. Ausência de verossimilhança da alegação de nulidade das assembleias. Aparente observância das exigências previstas nos artigos 1.063, 1.071, III, 1.074, § 1º, e 1.152, §§ 1º e 3º, do Código Civil. Existência de periculum in mora inverso. Decisão que revogou a liminar mantida. Agravo a que se nega provimento. Embargos de declaração. Exame prejudicado, em razão do julgamento do agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento 01239356320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23705)

Apelação. Falência. Restituição de Imposto Retido na Fonte não recolhido à Fazenda Nacional. Juros, até data anterior à decretação da falência, que devem ser restituídos. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00480778520108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24028)

Apelação. Falência. Restituição de Imposto Retido na Fonte não recolhido à Fazenda Nacional. Juros, até data anterior à decretação da falência, que devem ser restituídos. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00480751820108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24029)

Apelação. Ação de dissolução de sociedade. Pedido de assistência judiciária gratuita. Réu defendido pela Defensoria Pública. Presença de elementos que justificam a concessão do benefício. Inteligência do art. 5º, LXXIV, da CF, art. 4º da Lei nº 1.060/50 e art. 1º, 'caput', da Lei Complementar nº 80/1994. Condenação no pagamento de custas e honorários. Cabimento. Deferimento do benefício que apenas implica a suspensão da exigibilidade das custas, despesas processuais e honorários de sucumbência. Sentença reformada, apenas para isentar o réu do pagamento das custas e honorários fixados, observado o disposto no art. 12 da Lei nº 1.060/50. Apelo provido. (Apelação Cível 01004445220118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23974)

Agravo. Recuperação judicial. Habilitação de crédito. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Multa por inadimplência. Art. 467 e 477, CLT. Valor que deve ser computado na base de cálculo para cômputo das verbas sucumbenciais devidas. Crédito de um dos agravados que corresponde a honorários advocatícios sucumbenciais. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. Decisão reformada apenas para reclassificar o crédito de um dos agravados. Agravo provido,

em parte, com determinação. (Agravo de Instrumento 01306944320128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23779)

Execução. Ato atentatório à dignidade da justiça. Multa. Art. 600 IV e 601 CPC. Inocorrência. Ausência de prova de que o devedor ocultou bens passíveis de penhora. Partes ideais sobre bens recebidos por herança que não têm liquidez. Ausência de interesse do próprio credor em requerer penhora sobre tais bens. Multa. Descabimento. Execução. Cumprimento de sentença homologatória de acordo. Penhora de 30% do faturamento mensal da empresa devedora, até satisfação do crédito exequendo. Art. 655 VII CPC. Medida, no caso, inútil. Última declaração de bens e rendimentos à Receita Federal é de 2010, ano-base 2009. Verossimilhança da alegação dos devedores de que a empresa não tem mais faturamento. Alegação corroborada pela ausência de localização de ativos financeiros ou veículos em nome da empresa. Execução. Cumprimento de sentença homologatória de acordo. Penhora dos direitos do co-devedor no contrato de financiamento com garantia de alienação fiduciária firmado com a CEF. Medida inútil, à luz da proteção garantida pela Lei 8009/90. Bem de Família. Justiça gratuita. Benefício que abrange também as custas extrajudiciais para obtenção de certidões imobiliárias. Art. 9º II, Lei Estadual 11.331/02. Precedentes. O Juízo, se assim o entender, deverá determinar a expedição dos ofícios necessários à obtenção das certidões. Recurso, nessa parte, provido. Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 01343821320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16265)

Apelação. Falência. Cheque pós-datado. Perda da eficácia executiva, eis que o pedido de falência foi manejado após o decurso do prazo de 6 meses contados da data da expiração do prazo de apresentação. Cheque é ordem de pagamento à vista e qualquer menção em sentido contrário considera-se não escrita. Perda da executividade do título reconhecida. Inteligência dos artigos 32 e 33 da Lei do Cheque. Extinção da ação falimentar, sem julgamento de mérito. Apelo a que se dá provimento. (Apelação Cível 00069339720118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24007)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial de crédito. Arts. 467 e 477 da CLT. Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Multa por descumprimento de acordo em justiça trabalhista devida. Crédito que inclui valores referentes ao INSS. Exclusão. Necessidade. Decisão reformada. Agravo provido, em parte. (Agravo de Instrumento 01370375520128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24114)

Propriedade Industrial. Inviabilidade da garantia de exclusividade para letras do alfabeto que não se diferenciam de modo especial, nos termos do art. 124, II, da Lei nº 9279/96. Hipótese em que, ademais, a letra U constante do que seria o boné vendido pela ré não é igual àquela que foi registrada pela autora. Precedente desta Câmara Empresarial em hipótese idêntica da mesma autora. Recurso provido para julgar improcedente a ação, invertida a sucumbência. (Apelação Cível 00423368820108260577 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26833)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. No processo civil, é ônus da parte, assistida ou não pela Defensoria Pública, informar os endereços para intimação das testemunhas arroladas, sendo correto o indeferimento do pedido de expedição de ofícios pela serventia para este fim (art. 333, I e II, e 407 do CPC). Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01388857720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23972)

Apelação. Contrato de cessão e transferência de quotas. Instrumento que prevê obrigação dos embargantes de celebrarem escritura de dação em pagamento a ser custeada pela embargada. Desídia da embargada não evidenciada. Embargantes que não se desincumbiram de comprovar que estavam à disposição para a assinatura do documento. Decisão reformada tão somente para consignar que os custos da escritura serão arcados pela embargada. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível 01952248120118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23975)

Reclamação. Suspensão do processo de impugnação de crédito por novo período que não implica violação ao comando de aresto anterior, que determinou a sua suspensão pelo prazo de um ano. Vulneração apontada pelo reclamante que não se sustenta. Decisão mantida. Reclamação rejeitada. Agravo regimental prejudicado, em razão do julgamento da reclamação. (Reclamação 01398176520128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23854)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Deserção afastada. Título executivo judicial. Discussão sobre nulidade do título que não afeta, por ora, o crédito da agravada. Observação sobre a possibilidade de prestação de caução idônea ou reserva de numerário. Agravo a que se nega provimento, com observação. (Agravo de Instrumento 01460143620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24066)

Apelação. Direito de empresa. Ação de cobrança ajuizada por ex-sócio. Ré que reteve, mas não repassou valores relativos a imposto de renda retido na fonte. Importância que não se enquadra no conceito de reembolso e, portanto, não é contemplada na ação de dissolução de sociedade. Exegese do art. 1.033 do CC. Determinação de remessa de cópia dos autos ao Ministério Público para a apuração de eventual prática do crime, em obediência ao art. 40 do CPP. Sentença reformada. Apelo provido, com determinação. (Apelação Cível 00352625920108260002 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24034)

Agravo de instrumento. Impugnação. Preliminar de nulidade afastada. A Lei nº 11.101/2005 constitui lei especial em relação às genéricas disposições do CPC que versam sobre perícia. Julgamento 'extra petita'. Inocorrência. Escritura de confissão de dívida. Hipótese em que não há previsão quanto à capitalização de juros ou incidência de juros remuneratórios após o vencimento antecipado da dívida. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01485761820128260000 – Presidente Venceslau – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23963)

Agravo de instrumento. Falência requerida por empresa de fomento mercantil, com base em notas promissórias emitidas pela faturizada em garantia de operação de faturização. Questão relativa ao valor do crédito analisada antes mesmo da citação e já preclusa. Agravo não conhecido, neste ponto. Pedido de falência instruído apenas com as notas promissórias e o contrato de faturização. Indispensabilidade da apresentação do borderô e dos títulos faturizados inadimplidos. Notas promissórias que não ostentam liquidez, certeza e executividade. Não cumprimento, ainda, da exigência da súmula nº 361 do Superior Tribunal de Justiça. Extinção do processo de falência, sem resolução do mérito. Agravo provido, na parte em que conhecido. (Agravo de Instrumento 01494085120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23943)

Agravo de instrumento. Ação com pedido de indenização por danos morais puros. Competência da Subseção I de Direito Privado. Matéria que não se insere na competência das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial, nos termos da Resolução nº 538/11, deste E.

TJESP. Agravo de instrumento não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 01537198520128260000 – São João da Boa Vista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24091)

Agravo de instrumento. Falência. Habilitação de crédito. Honorários advocatícios sucumbenciais. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, V, da Lei nº 11.101/2005. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01538757320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24101)

Agravo de instrumento. Habilitação de crédito trabalhista. Recuperação judicial. Crédito que deve ser incluído com base na sentença proferida na Justiça do Trabalho. Inviabilidade da habilitação, em nome do trabalhador, de créditos que não sejam exclusivamente trabalhistas e por ele titularizados, tais como FGTS, INSS e Imposto de Renda. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01540601420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24151)

Agravo de instrumento. Reconsideração da decisão agravada por seu prolator. Perda superveniente de objeto. Agravo de instrumento e agravo regimental prejudicados. (Agravo de Instrumento 01546777120128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23952)

Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Possibilidade, desde que provada a alegada pobreza. Súmula 481 STJ. Justiça gratuita. Indeferimento. Não basta a mera declaração, a pobreza deve ser comprovada. Ausência. Prazo para comprovação. Lei 1.060/50. Recurso desprovido, com observação. (Agravo de Instrumento 01558157320128260000 – Taubaté – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16192)

Marcas e patentes. Pedido de abstenção de uso improcedente em razão da ausência de justificação. Nome de uso comum- Santa Helena. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00110748120108260008 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16252)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação retardatária de crédito trabalhista. Integral observância do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/05. Multa por inadimplência. Art. 467 e 477, CLT. Valor que deve ser computado no crédito do agravado. Multa por descumprimento de acordo em justiça trabalhista devida. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01563916620128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24008)

Tutela antecipada. Rescisão de contrato. Inadmissibilidade antes de ouvida a parte contrária sobre os motivos da rescisão, circunstância que poderá permitir a antecipação pela prova da verossimilhança das alegações e perda de substância de eventual irreversibilidade. Jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01650921620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26855)

Competência recursal. Ação de abstenção de violação de patente de invenção c/c reparação de danos. Decisão agravada que não conheceu da preliminar de conexão. Agravo de instrumento conhecido e julgado pela Colenda 10º Câmara de Direito Privado, em 2008. Prevenção da cadeira por força do art. 102 do Regimento Interno deste TJSP. A Câmara Empresarial só tem competência para conhecimento de recursos distribuídos a partir da sua criação, exceto as prevenções anteriores. Agravo que deve ser redistribuído à 10ª Câmara, que

por primeiro conheceu da causa. Jurisprudência das Câmaras de Direito Empresarial e do Colendo Órgão Especial Não conheceram do recurso e determinaram a Redistribuição. (Agravo de Instrumento 01650990820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26875)

Agravo de instrumento. Falência. Pedido de restituição e habilitação de crédito. Valores de IRRF retidos e não repassados. Prescrição. Extratos unilaterais que não demonstram a efetiva adesão pela falida ao REFIS. Agravante que não se desincumbe do ônus de comprovar a interrupção da prescrição. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01715175920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24148)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Admissão da recuperanda como membro de associação civil (CCEE). Impossibilidade. Contrariedade ao direito fundamental de liberdade de associação. Caso em que não pode prevalecer o princípio da preservação da fonte produtiva. Impossibilidade de transferência do risco da atividade da recuperanda, que resultou em sua atual situação de crise financeira, a terceiros. Exegese dos arts. 5º, XVII, XVIII, da CF; e art. 47 da Lei nº 11.101/2005. Pedido de expedição de certidão positiva de distribuição de recuperação judicial com efeitos de negativa. Impossibilidade em razão da ausência de prova quanto à capacidade da recuperanda de saldar os créditos ainda devidos. Decisão mantida. Agravo desprovido. (Agravo de Instrumento 01727976520128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24145)

Agravo de instrumento. Falência. Ação ajuizada há mais de três anos. Agravada que não foi localizada até o momento. Indeferimento do pedido de citação por edital pelo não exaurimento das diligências. O oficial de justiça não está obrigado a procurar o devedor fora do seu estabelecimento. Citação por edital deferida, com prazo de vinte dias. Inteligência do art. 232, IV, do CPC, e art. 189 da Lei nº 11.101/05. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 01746943120128260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24154)

Falência. Multa cominatória. Pedido de expedição de certidão destinada a demonstrar não ter sido a agravante pessoalmente intimada a dar cumprimento à obrigação de fazer. Desnecessidade. Intimação entregue ao patrono. Suficiência. Ato para o qual não se exige poderes específicos em procuração. Art. 38, CPC. Ausência de razão para desconsiderar a intimação. Recurso a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01747185920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24159)

Competência interna - Art. 102 do Regimento Interno - recurso distribuído ao Desembargador Salles Rossi, da 8ª Câmara de Direito Privado, em 1º.3.2011, que, com isso, ganhou a competência pela livre distribuição - Equívoco na remessa para a Câmara Reservada de Direito Empresarial que, embora criada em 2.2.2011 (Resolução n.º 538/11) só foi instalada (e passou a funcionar) em 30.6.2011. Não conhecimento e conflito suscitado. (Apelação Cível 01813396820098260100 – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24662)

Pedido de falência. Execução frustrada. Ré que, citada em ação executiva, quedou-se inerte, deixando de pagar, depositar ou nomear bens à penhora para pagamento da dívida. Credora, autora do pedido de quebra, que, no processo executivo, não esgotou as vias executivas de que dispunha para a satisfação de seu crédito, deixando mesmo de proceder buscas junto ao Banco Central, Detran e Oficiais de Registro de Imóveis, procedimentos básicos para busca de satisfação de crédito em processo executivo. Estabelecimento da ré indicado nos cadastros da JUCESP que se encontra fechado há mais de 15 anos. Decretação de quebra que, em face da

situação concreta da empresa ré, a par de apresentar pequena possibilidade de arrecadação de bens e realização de ativos, não seria capaz de remunerar administrador judicial, pressuposto da decretação da quebra. Ausência de interesse de agir. Manutenção da sentença de extinção do feito sem julgamento do mérito. Recurso improvido. (Apelação Cível 00055968320098260281 – Itatiba – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17005)

Propriedade industrial. Uso indevido da marca “TOLDOS BRAGANÇA" pela ré, concorrente da autora no mercado de toldos, barracas, velames, capas e capotas para veículos, entre outros. Autora que, tendo registro para marca "BRAG TOLDOS", pretende abstenção de uso da expressão "TOLDOS BRAGANÇA" por parte da ré. Elementos comuns nas duas marcas, que, contudo, não podem ser considerados isoladamente para aferição de contrafação. Conjunto das marcas que permite concluir pela ausência de qualquer prejuízo ao consumidor, ou mesmo de parasitismo. Elementos visuais da marca que, ademais, são muito distintos entre si, dada a composição de cores e disposição das letras nas duas logomarcas. Ação improcedente. Sentença mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 00077852720118260099 – Bragança Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17268)

Assistência judiciária. Impugnação. Declaração de pobreza que deve ser confrontada com outros elementos dos autos. Circunstâncias dos autos que não infirmam a declaração de pobreza. Impugnante que não comprovou superveniência de fatos novos a justificar revogação do benefício anteriormente concedido. Sentença que acolheu a impugnação reformada. Recurso provido, para restabelecer a concessão dos benefícios da justiça gratuita. (Apelação Cível 00138424620078260602 – Sorocaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17250)

Propriedade industrial. Uso indevido da marca “GK”. Reprodução de parte essencial ou característica da marca, impeditiva de outro registro, ou uso em nome de pessoa jurídica que atua no mesmo ramo de atividade e na mesma localidade. Expressão GK, que, aliada aos demais componentes da marca, é capaz de causar confusão nos consumidores de serviços do ramo imobiliário. Tutela inibitória concedida para que a empresa ré se abstenha de utilizar a marca e nome fantasia semelhantes, bem como de divulgá-los pelos veículos de propaganda, como impressos, outdoors e sítio da Internet. Ausência de provas do prejuízo patrimonial oriundo da concorrência desleal. Reforma parcial para afastamento da condenação a indenizar lucros cessantes não comprovados. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 02082066420108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17260)

Contrato de participação financeira – Plano de expansão de rede de telefonia. Pedido que visa à complementação das ações devidas como contraprestação ao investimento inicial dos autores, bem como indenização pelo seu inadimplemento. Sentença de improcedência, considerando incabível a inversão do ônus da prova. Recurso dos autores, pretendendo a reforma da decisão a fim de que seja considerada a relação de consumo e autorizada a inversão do ônus probatório, com fulcro em vasta jurisprudência. Jurisprudência tranquila desta Câmara Reservada de Direito Empresarial, no sentido da existência de relação de consumo, no cabimento da inversão do ônus da prova constante do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor, na natureza pessoal do direito à complementação de ações, bem como na aplicabilidade da Súmula 371 do C. STJ. O valor das ações deve ser corrigido com base nos valores apurados nos balancetes do mês da integralização de cada uma delas. Recurso provido. (Apelação Cível 01277777620118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17299)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00016149620118260279 – Itararé – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 28/08/2012 – Relator Francisco Loureiro - Votação Unânime - Voto nº 17075)

Habilitação de crédito. Impugnação. Crédito decorrente de gastos com cartão de crédito corporativo. Ausência de prova da responsabilidade da recuperanda pelos gastos efetuados. Simples reconhecimento da dívida recuperanda não basta para que o crédito ingresse no quadro geral de credores. Inteligência do artigo 9º, II e III da LRF. Objetivo legal de dar visibilidade do crédito aos demais interessados, controlando a sua legitimidade e garantindo a igualdade entre os credores. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00259266620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17044)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista. Acordo celebrado antes do pedido de recuperação judicial. Incidência da multa prevista nos arts. 467 e 477 da CLT, computadas no juízo trabalhista. Desnecessidade de laudo elaborado por profissional ou empresa especializada, se a questão controversa é meramente de direito e o administrador e o juiz podem apurar o valor exato do crédito mediante simples operação aritmética. Recurso provido em parte, apenas para excluir a multa por embargos declaratórios protelatórios. (Agravo de Instrumento 00280139220128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17199)

Recuperação judicial. Contrato de fornecimento de cana de açúcar. Decisão que incidental nos próprios autos da recuperação que determinou à cooperativa agravante a alienação compulsória de sua produção de safras vindouras à recuperanda. Questão da alta indagação e complexidade, dependente de apreciação de uma série de fatos e de supostos créditos recíprocos, insuscetível de ser decidida de modo singelo nos próprios autos da recuperação judicial. Manifesta incompetência do Juízo da recuperação judicial para apreciar a matéria relativa à extinção de contrato de fornecimento de cana, relativo a safras posteriores à moratória. Impossibilidade de se determinar, sem maior questionamento, o fornecimento de cana sem mínima garantia de recebimento do preço de safras futuras. Recuperanda que poderá comprar a safra, mediante pagamento e igualdade de condições com outros interessados. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00426574020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17338)

Recuperação judicial. Execução movida contra os sócios coobrigados, que não se suspende por força da recuperação judicial da pessoa jurídica. Arrematação de imóveis de titularidade dos sócios que não pode ser paralisada pelo juízo da recuperação judicial. Demonstração que os imóveis arrematados não se confundem com outros de titularidade da pessoa jurídica em recuperação judicial e nem são atualmente fundamentais à atividade da empresa. Controle de alienação que não deve ser feito no juízo da recuperação. Irrelevância do fato dos sócios terem oferecido os imóveis como ativos a serem alienados no plano de recuperação. Impossibilidade dos sócios subtraírem imóveis próprios da garantia de terceiros, envolvendo-os na recuperação judicial. Recurso provido, para determinar o prosseguimento da execução. (Agravo de Instrumento 00450019120128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 – Votação Unânime - Voto nº 17339)

Direito empresarial - Ação anulatória de assembleia c/c pedido de indenização - Recorrente que pretende ver anulada assembleia em que foi aprovada a desmutualização da BM&F, sob as alegações de irregularidade na convocação e falta de quórum - Pedido subsidiário de indenização pelas perdas havidas em virtude de deliberação assemblear - Pleitos que não merecem prosperar - Entendimento pacificado deste Tribunal acerca da regularidade da convocação e da realização da assembleia em questão - Indenização postulada tampouco é

devida - Recurso não provido. (Apelação Cível 01840657820108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17361)

Recuperação judicial. Desistência aprovada em assembleia geral de credores, por unanimidade. Impossibilidade de credor ausente injustificadamente à assembleia, e que representa posição minoritária, se opor ao pedido de desistência, sem razão plausível e objetiva. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01107782320128260000 – Bragança Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17312)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no julgado. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa. Prequestionamento. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00474719520128260000 – Bragança Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17062)

Habilitação de crédito. Interposição de recurso de apelação contra decisão que julgou improcedente habilitação de crédito. Recuperação judicial regida pela Lei 11.101/2005. Habilitação de crédito que deve ser processada conforme dispõem os arts. 13, 15 e 17 da Nova Lei de Recuperação Judicial e Falência. Artigo 17 que prevê que o recurso cabível nesses casos é o de agravo, e não o de apelação. Erro grosseiro, inaplicável o princípio da fungibilidade recursal. Ainda que o recurso pudesse ser conhecido, patente a inexistência de decretação de quebra em razão de pagamento da dívida da ré com a requerente da falência. Ausência de interesse processual que justifica a extinção do incidente sem resolução de mérito. Por fim, configurada má-fé processual do recorrente em função da interposição de recurso manifestamente protelatório, com razões desconexas do que foi deduzido nos autos. Recurso não conhecido, com imposição de multa. (Apelação Cível 00609664020068260576 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17356)

Impugnação retardatária. Pretensão de habilitar no quadro geral de credores os valores oriundos e acessórios dos contratos de câmbio firmados com o Banco agravado. Decisão que determinou a distribuição e autuação autônoma. Desacerto. Pendência de homologação do Quadro Geral de Credores, à vista, inclusive, de dezenas de impugnações ainda não decididas. Inteligência do artigo 10,§5º da Lei 11.101/2005. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01218016320128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17222)

Concorrência desleal. Publicidade enganosa de aparelho de ressonância magnética, com veiculação de imagem de aparelho de tomografia. Novo material publicitário que deu cumprimento à ordem judicial de veiculação de contrapropaganda, de molde a desfazer eventual equívoco aos consumidores. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01387393620128260000 – Ribeirão Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17017)

Tutela antecipada. Pedido de abstenção do uso de determinada expressão no nome comercial da ré. Cabimento. Presença dos requisitos do artigo 273 do CPC. Possibilidade de confusão entre as marcas de pessoas jurídicas, que atuam no mesmo ramo de atividade. Nova pessoa jurídica criada por ex-sócio da autora, atuando no mesmo ramo de atividade e com marca de serviços e denominação de estabelecimento semelhantes. Situação que pode levar a possível desvio de clientela. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01412259120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17151)

Embargos de declaração. Omissão. Ausência de manifestação a respeito da possibilidade de compensação de valores e recebimento de impugnação sem prévia garantia do Juízo. Demais fundamentos do recurso que não conduzem à nulidade do julgado, por se tratar de matéria de ordem pública, reiteradas perante o Tribunal e decididas de maneira uniforme. Embargos acolhidos, sem efeito infringente. (Embargos de Declaração 00278727320128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17089)

Recuperação judicial. Impugnação à relação de credores. Procedência. Honorários advocatícios. Cabimento. Caráter contencioso da impugnação. Precedentes da Câmara Reservada de Direito Empresarial e do C. STJ. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01434707520128260000 – Jaboticabal – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17345)

Habilitacão de crédito retardatária. Interposição de recurso de apelação contra decisão que julgou improcedente habilitação de crédito. Recuperação judicial regida pela Lei 11.101/2005. Habilitação de crédito retardatária que deve ser processada conforme dispõem os arts. 13, 15 e 17 da Nova Lei de Recuperação Judicial e Falência. Artigo 17 que prevê que o recurso cabível nesses casos é o de agravo, e não o de apelação. Erro grosseiro, inaplicável o princípio da fungibilidade recursal. Ainda que o recurso pudesse ser conhecido, não houve comprovação da origem do crédito fundado em promissória. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 90000017220068260533 – Santa Barbara D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17133)

Embargos de declaração - Erro material apontado pelos recorrentes verificado no aresto - Inexistência de quaisquer outros vícios no julgado - Embargos acolhidos. (Embargos de Declaração 02967275720118260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17064)

Administração de sociedade - Medida cautelar proposta pela agravada para que o réu se abstivesse de impedir seu acesso ao estabelecimento comercial de que são sócios, bem como de consultar livros contábeis e demais documentos da empresa - Liminar concedida à sócia com poderes de administração foi revogada por este Tribunal em anterior Agravo de Instrumento, por conta da aparente falta de affectio societatis - Após a audiência de justificação em que testemunhas declararam que o requerido realmente impedia a prática dos atos de gestão pela requerente, a liminar foi novamente concedida - Decisão que deve ser mantida - Agravada, enquanto conservar a qualidade de sócia-administradora, deve ter assegurado o direito ao exercício dos poderes inerentes à função - Quebra da affectio societatis que, além de ter sido negada pela recorrida em sua resposta ao recurso, não autoriza, por si só, a dissolução da sociedade - Inteligência do art. 1.085 do Código Civil, aplicável analogamente ao caso em tela - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01457935320128260000 – Praia Grande – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17346)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no julgado. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa. Prequestionamento. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 03110331612011826000 0 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17066)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista que passou a existir antes da distribuição do pedido de recuperação judicial. Parte do valor pretendido pelo recorrente que está sujeito aos efeitos da recuperação judicial e o restante que fica fora dos efeitos do benefício. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do

direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Impossibilidade de se acolher a habilitação, diante da ausência de discriminação da parte do crédito constituída antes e depois do pedido de recuperação judicial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01486524220128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17090)

Ação de prestação de contas - Primeira fase - Preliminares de falta de interesse de agir, por ausência de necessidade, cerceamento de defesa, por não ter sido dada a oportunidade de produção de prova documental e impossibilidade jurídica do pedido em relação à prestação de contas de uma das sociedades, em virtude de não ter entrado em funcionamento - Todas as preliminares foram afastadas - Irrelevância do fato de atualmente o autor não mais ser sócio - Obrigatoriedade da prestação das contas pelos réus no período em que o autor figurou como sócio das empresas, sem poderes de administração – Recurso improvido. (Apelação Cível 00168167420118260001 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17136)

Processo civil. Ordem de suspensão da execução e remessa dos autos ao arquivo. Manutenção. Novo pedido de bloqueio de ativos da devedora idêntico a anterior, recentemente indeferido. Ausência de fato novo. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01498918120128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17198)

Propriedade industrial - Alegada violação de patente - Nulidade da sentença - Julgamento antecipado da lide - Matéria eminentemente fática, a exigir a realização de prova pericial - Inviabilidade de julgar improcedente a ação com base em simples documentos trazidos aos autos - Impossível concluir, desde logo e sem conhecimento técnico, pela ausência de identidade entre o purificador de água patenteado pelo autor e o comercializado pela ré - Imprescindível a realização de prova pericial para o deslinde do feito - Legitimidade, ademais, da requerida para figurar no polo passivo do feito, pois ao comercializar produtos supostamente violadores do direito de patente do autor, pode responder pelo ilícito ocorrido, ao menos em tese - Inteligência do art. 42 da Lei nº 9.279/96 - Recurso provido, para anular a sentença, com o retorno dos autos à origem para realização da fase instrutória. (Apelação Cível 02240744820118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17234)

Embargos de declaração - Apresentação de documento novo, essencial à comprovação da existência do crédito - Documento que deveria ter sido apresentado junto com a inicial, ou, na pior das hipóteses, com o recurso de agravo - Caráter infringente dos embargos - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02515775320118260000 – Jaboticabal – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17176)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01934046120108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17149)

Habilitação de crédito. Crédito trabalhista que passou a existir antes da distribuição do pedido de recuperação judicial. Parte do valor pretendido pelo recorrente que está sujeito aos efeitos da recuperação judicial e o restante que fica fora dos efeitos do benefício. Inteligência do artigo 49 da Lei n. 11.101/2005. Fato que não significa negar o crédito ao trabalhador, mas sim que a busca do seu recebimento deverá ser promovido fora da recuperação judicial, no exercício do direito contratual estabelecido nos termos da lei própria. Impossibilidade de se acolher a habilitação, diante da ausência de discriminação da parte do crédito constituída antes e depois do pedido de recuperação judicial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento

01544611320128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17154)

Embargos à Ação Monitoria - Constituição de título executivo judicial decorrente de Contrato de Limite de Crédito - Conta Garantida - Improcedência dos embargos mantida. Não há cerceamento de defesa se os documentos vindos aos autos foram suficientes à convicção do magistrado no julgamento da lide - Não sendo vedada a capitalização de juros pelas instituições financeiras e tampouco evidenciada abusividade do spread, deve ser mantida a sentença de improcedência dos embargos. Apelação desprovida. (Apelação Cível 01277492520088260000 – São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 18215)

Embargos à Ação de Execução fundada em Contrato de Limite de Crédito - Conta Garantida – Parcial procedência dos embargos mantida. Não há cerceamento de defesa se os documentos vindos aos autos foram suficientes à convicção do magistrado no julgamento da lide - Não sendo vedada a capitalização de juros pelas instituições financeiras e tampouco evidenciada abusividade do spread, deve ser mantida a sentença prolatada em primeiro grau - Honorários advocatícios fixados moderadamente. Apelações desprovidas. (Apelação Cível 00388851120088260000 - São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 14/08/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 18247)

Ação de dissolução parcial de sociedade e apuração de haveres. Existência de cláusula compromissória. Lei nº 9307/96. Convenção feita em contrato que só permite a intervenção estatal para obrigar os renitentes a formular o compromisso arbitral, nos termos do art. 7º, ou em casos excepcionalíssimos que antecedem a formação do juízo arbitral e apenas para assegurar direitos ou preservar situações que permitam o posterior julgamento pela justiça arbitral. Inexistência de situação de urgência ou emergência para atuação do Poder Judiciário. Convocação para reunião de sócios a fim de deliberar acerca de sua exclusão extrajudicial que não configura renúncia expressa à cláusula arbitral. Hipótese de extinção do processo, sem julgamento do mérito, pela convenção de arbitragem, que era de rigor. Recurso improvido. (Apelação Cível 01137470220128260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26867) **(Segredo de Justiça)**

Processo civil. Cerceamento de Defesa. Prestação de contas e dissolução de Sociedade em Conta de Participação. Cerceamento de defesa caracterizado uma vez que, formalizado o substabelecimento sem reserva de iguais poderes, o novo patrono não foi intimado para juntada do rol de testemunhas e oferta de alegações finais. O juiz poderia ter dispensado a prova oral se já estivesse convencido quanto ao mérito, mas ao deferi-la considerou-a pertinente e necessária e a sua não realização por defeito na intimação da parte interessada ocasiona cerceamento de defesa. Sentença anulada. Recurso provido. (Apelação Cível 02198561620078260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26868) **(Segredo de Justiça)**

Ação cautelar de busca e apreensão e ação de abstenção de uso de marca cumulada com ação indenizatória. Produtos contrafeitos e instrumentos utilizados para contrafação apreendidos em empresa do réu. Réu que não apresenta qualquer elemento de prova que justificasse fato de estar fabricando produtos que ostentam marca da autora. Propriedade de marcas das autoras amplamente comprovada nos autos. Marcas notoriamente conhecidas. Independência relativa dos juízos civil e criminal consagrada no artigo 935 do Código Civil. Inaplicabilidade do artigo 842, § 3º do Código de Processo Civil, vez que se trata de direito marcário, afeto à propriedade industrial e não aos direitos autorais e conexos. Danos morais “in re ipsa”. Adequação dos critérios de fixação dos danos materiais, nos termos que dispõe a Lei de Propriedade Industrial. Danos morais. Manutenção do valor fixado, apenas com a conversão para 30 salários mínimos vigentes em reais. Desnecessária, para efeitos de

prequestionamento, a expressa menção ao dispositivo legal violado. Recurso provido em parte. (Apelação Cível 02081538320108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17464) **(Segredo de Justiça)**

Tutela antecipada. Ação de obrigação de fazer e de não fazer. Pedido abstrato. Matéria complexa e necessidade de efetivação do contraditório. Inexistência de periculum in mora. Não provimento. (Agravo de Instrumento 01483086120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24629) **(Segredo de Justiça)**

Cautelar de exibição de documentos. E-mails enviados de contas da empresa da qual as partes eram sócias. Possibilidade de prática de concorrência desleal pelo Apelante. Interesse jurídico na exibição. Artigo 844, I, do CPC. Recusa em exibir demonstrada pelo comportamento neste processo. Dever de exibir configurado. Sucumbência do Apelante. Princípio da causalidade. Honorários advocatícios. Arbitramento por equidade. Valor mantido. Razoabilidade e proporcionalidade. Recurso não provido. (Apelação Cível 00168523320098260019 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 11/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7704) **(Segredo de Justiça)**

Arresto. Caução. Questão ligada à idoneidade e suficiência do bem oferecido para garantir a liminar de depósito judicial de determinada quantia em dinheiro, a ser levantada pelo vencedor da demanda. Ausência de razão para excluir a possibilidade de a caução recair sobre imóvel rural de boa extensão de área, embora situado em outro Estado da Federação. Constam dos autos certidão atualizada da matrícula do registro de imóveis e laudo de avaliação, atestando que o imóvel se encontra em nome da pessoa jurídica prestadora da garantia e que o valor de metade ideal basta para garantia a liminar já concedida. Nada impede de terceira pessoa, física ou jurídica, garantir obrigação alheia. Desnecessidade de o valor do imóvel guardar exata correspondência com o valor depositado em juízo. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01293295120128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17003) **(Segredo de Justiça)**

Questão afeta a pedido (negado) de diferimento – Ação de reconhecimento de sociedade de fato, que não se enquadra nas figuras que autorizam a prorrogação do dever de recolher as taxas judiciárias (art. 5º, da Lei Estadual 11.608/2003) – Não provimento. (Agravo de Instrumento 01647397320128260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24690) **(Segredo de Justiça)**

Embargos de declaração. Prequestionamento. Acórdão que examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Caráter infringente. Inadmissibilidade. Rejeição. (Embargos de Declaração 00936699320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 28/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15925) **(Segredo de Justiça)**

Recurso – Embargos de Declaração – Reiteração dos Fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator – Admissibilidade – Aplicação do art. 252 do RITJSP – Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC – Precedentes jurisprudenciais nesse sentido – Embargos com seguimento negado. Recurso – Embargos de declaração – Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado – Inaplicabilidade – Inexistente qualquer vício – Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração – Alegação de contradição e obscuridade – Inexistência de qualquer vício – Pretensão de acréscimos de fundamentos e explicações não acolhida – Decisão mantida por seus próprios fundamentos – Embargos com seguimento

negado. (Embargos de Declaração 01536245120098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 26/09/2012 - Voto nº 22182) **(Segredo de Justiça)**

Recurso - Embargos de Declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator - Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC – Precedentes jurisprudenciais nesse sentido - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de rediscussão de matéria fartamente debatida no v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Prequestionamento – Menção expressa a dispositivos legais - Desnecessidade - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 00056346020128260000 – Avaré – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 26/09/2012 - Voto nº 22190)

Recurso - Embargos de Declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator - Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC - Precedentes jurisprudenciais nesse sentido - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado - Inaplicabilidade – Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Prequestionamento – Menção expressa a dispositivos legais - Desnecessidade - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 00277286201082600001 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 26/09/2012 - Voto nº 22183)

Recurso - Embargos de declaração - Vício não identificado – Embargos rejeitados. Recurso - Embargos de declaração - Prequestionamento – Menção expressa a dispositivos legais - Desnecessidade - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02978006420118260000 – São Carlos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 26/09/2012 - Voto nº 19950)

Embargos de declaração. Contradição. Inocorrência. Embargante que admite não ter juntada cópia da decisão agrava e impugnar simples ofício judicial por meio do agravo de instrumento. Caráter meramente infringente. Abuso do direito de recorrer. Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa prevista no artigo 538, parágrafo único, do CPC. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01759856620128260000 – Amparo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 25/09/2012 - Voto nº 8745)

Agravo de instrumento. Intempestividade. Publicação da decisão agravada no DJE de 08 de agosto de 2012, quarta-feira. Recurso interposto em 22 de agosto, quarta-feira, dois dias após o decurso do prazo legal. Recurso manifestamente inadmissível. Julgamento monocrático pelo Relator. Artigos 527, I, e 557, caput, do CPC. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 01838833320128260000 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 21/09/2012 - Voto nº 8641)

Embargos de declaração. Cabimento contra qualquer decisão, inclusive decisão interlocutória. Jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça. Julgamento monocrático pelo Relator. Artigo 557, 1º-A, do CPC. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01963418220128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo – 19/09/2012 – Voto nº 8626)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Honorários advocatícios. Fixação. Cabimento em razão da litigiosidade instaurada no incidente. Arbitramento de acordo com o art. 20, § 4º, do CPC. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento na forma do

art. 557, § 1º-A, do CPC. (Agravo de Instrumento 01979881520128260000 – Pindamonhangaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 21/09/2012 - Voto nº 23373)

Recurso - Agravo de instrumento - Porte de retorno - Ausente recolhimento - Pressuposto de admissibilidade inobservado (art. 511, caput, do CPC) - Deserção caracterizada - Agravo de instrumento com seguimento negado. (Agravo de Instrumento 01939271420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 17/09/2012 - Voto nº 22094)

Agravo de instrumento. Interposição contra decisão que manteve decisão anterior. Ciência da primeira decisão em 05 de julho de 2012. Recurso interposto em 31 de agosto. Mais de um mês entre o decurso do prazo para recorrer e a interposição do agravo de instrumento. Intempestividade. Recurso manifestamente inadmissível. Julgamento monocrático pelo Relator. Artigos 527, I, e 557, *caput*, do CPC. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 01920088720128260000 – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - São Paulo – Relator Tasso Duarte de Melo - 11/09/2012 - Voto nº 8562)

Recuperação Judicial. Crédito trabalhista. Pretensão da devedora voltada para a inscrição do crédito no quadro geral de credores com desconto relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, Previdência Social e Imposto de Renda. Inadmissibilidade. Verbas que devem ser decotadas da salarial no momento do pagamento. Precedente apontado que trata de situação fática diversa. Orientação que prevalece na Jurisprudência e Câmara. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 01862251720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Voto nº 25251)

Agravo de instrumento. Ação movida por trabalhador contra ex-empregador, com pedido de ressarcimento dos honorários advocatícios contratuais despendidos na reclamação trabalhista. Competência da Justiça do Trabalho. Precedentes do STJ. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento (art. 557, caput, do CPC). (Agravo de Instrumento 01886736020128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 10/09/2012 - Voto nº 24283)

Recurso - Embargos de Declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator - Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC - Precedentes jurisprudenciais nesse sentido - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de rediscussão de matéria fartamente debatida no v. aresto embargado - Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Prequestionamento – Menção expressa a dispositivos legais - Desnecessidade - Embargos com seguimento negado (Embargos de Declaração 00119048620108260286 – Itu – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 05/09/2012 - Voto nº 21887)

Agravo de instrumento – Peças obrigatórias - Procuração da agravante, cópia da decisão agravada, e certidão de publicação da decisão agravada - Ausência desta última - Pressuposto de admissibilidade recursal ausente - Inteligência do art. 525, I, do CPC - Negativa de seguimento ao agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento 01991836920118260000 – Cotia - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 04/09/2012 - Voto nº 18876)

Agravo de instrumento - Peças essenciais – Interposição contra decisão que deferiu o pedido de recuperação judicial e homologou o plano aprovado pela AGC - Inconformismo recursal fundado no indeferimento do plano de recuperação e cerceamento na Assembleia geral de

Credores - Ausência da cópia do plano de recuperação e da ata Assemblear - Negativa de seguimento por falta de peça facultativa, porém essencial ao deslinde da questão - Imprescindibilidade dos documentos para exame da pretensão - Agravo de instrumento com seguimento negado. (Agravo de Instrumento 02371704220118260000 – Lençóis Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 04/09/2012 - Voto nº 19197)

Agravo de instrumento. Não cabimento. Conversão em retido (artigo 527, II, do CPC). Decisão que rejeita alegação de intempestividade de contestação e de reconvenção. Insuscetibilidade de "causar à parte lesão grave e de difícil reparação" (artigo 522, caput, do CPC). Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01863837220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 03/09/2012 - Voto nº 8460)

Embargos de declaração. Hipótese em que a parte se insurge contra decisão monocrática que concedeu efeito suspensivo sem apontar omissão, contradição ou obscuridade. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00449646420128260000 – Itaquaquecetuba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 30/08/2012 - Voto nº 25045)

Agravo de instrumento. Falência. Assistência judiciária gratuita. Análise do pedido condicionada à comprovação de renda. Ônus dos agravantes de comprovar que sua situação econômica não lhes permite arcar com as despesas do processo, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família. Ausência de documentos nos autos que afastem a presunção, que recai sobre todos os litigantes, de que podem arcar com as custas do processo. Agravo a que se nega provimento na forma do art. 557, *caput*, do CPC. (Agravo de Instrumento 01869751920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 30/08/2012 - Voto nº 24246)

Processo Civil. Não conhecimento de embargos declaratórios ao fundamento do manifesto cunho infringente. Interrupção do prazo que sempre se operará, recebidos ou não, acolhidos ou não. Jurisprudência do STJ. Ausência de interesse no recurso porque houve a interrupção do prazo recursal. Recurso manifestamente inadmissível. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 01811907620128260000 – São José do Rio Pardo – Relator Maia da Cunha – 29/08/2012 - Voto nº 26967)

Dúvida de competência - Prevenção instituída pelo julgamento anterior de agravo de instrumento da mesma lide (art. 102, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça) - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos - Precedente da Turma Especial - Privado 1 - Duvida acolhida, reconhecida a competência da Quinta Câmara de Direito Privado, prevenção do eminente Desembargador Moreira Viegas. (DC 01990672920128260000 – Laranjal Paulista – Turma Especial – Privado 1 – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 25/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14810)

Dúvida de competência - Prevenção instituída pelo julgamento anterior de habeas corpus (art. 102, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça) - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos - Precedente da Turma Especial Privado 1 - Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Terceira Câmara de Direito Privado, prevenção do eminente Desembargador Jesus Lofrano. (DC 02091050320128260000 - São Paulo – Turma Especial – Privado 1 - Relatora Lígia Araújo Bisogni – 25/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14911)

Conflito de competência. Ação de rescisão contratual de contrato de franquia cumulada com obrigação de fazer e não fazer com pedido de tutela antecipada. Prevenção por julgamento de

agravo de instrumento anterior à criação da Câmara Reservada de Direito Empresarial. Conflito procedente para declarar a competência da 38ª Câmara de Direito Privado desta Corte. (CC 01288860320128260000 – São Paulo - Órgão Especial – Relator Cauduro Padin - 12/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19417)

Conflito de competência entre a 25ª Câm. de Dir. Privado e a 2ª Câm. Reservada de Dir. Empresarial - Lide instaurada em razão da aquisição de linha telefônica no plano de expansão da Telesp (Telefônica Brasil S/A) - Prevalência da intenção em obter o uso do terminal telefônico - Ação que versa sobre contrato de prestação de serviço – Inteligência do art. 2º, III, "d", da Res. 194/2004, desta C. Corte - Competência preferencial das 11ª e 36ª Câmaras de Direito Privado - Precedentes - Conflito dirimido e julgado procedente, para fixar a competência da Câmara Suscitada. (CC 01580094620128260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Grava Brazil – 19/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 0069)

Conflito de competência. Ação de dissolução de sociedade comercial, c.c. liquidação e apuração de haveres. Distribuídos os autos, inicialmente, à C. 8ª Câmara de Direito Privado, foram eles redistribuídos, posteriormente, à Eg. 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, onde suscitado o conflito. Prevenção da C. Câmara suscitada, originada por anterior julgamento de agravo de instrumento, a ela distribuído. Aplicação do artigo 4° da Resolução n.° 538/2011, ademais. Precedentes deste C. Órgão Especial. Conflito julgado procedente, para declarar competente a C. 8ª Câmara, de Direito Privado. (CC 01438977220128260000 – São Caetano do Sul - Órgão Especial – Relator Luís Soares de Mello - 19/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26080)

Conflito de competência. Recurso inicialmente distribuído à 20ª Câmara da Seção de Direito Privado e que, redistribuído à 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, gerou a suscitação de dúvida. Recurso distribuído anteriormente à vigência da Resolução n° 538/11, que criou a Câmara Reservada de Direito Empresarial. Conflito procedente e fixação da competência da 20ª Câmara de Direito Privado. (DC 01289216020128260000 – Itu - Órgão Especial – Relator Kioitsi Chicuta - 12/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23735)

Preliminar. Não acolhimento. Presença dos requisitos necessários à prolação de julgamento antecipado da lide. Preliminar rejeitada. Pedido de falência. Pagamento parcial. Sócia administradora da empresa credora que admite os pagamentos parciais. Impossibilidade de se decretar a quebra da devedora. Aceitação dos pagamentos parciais pela credora. Descaracterização da insolvência civil. Aplicação do principio da preservação da empresa. Honorários advocatícios - Princípio da causalidade - Aquele que deu causa à propositura da ação deve arcar com o pagamento dos honorários advocatícios e demais ônus da sucumbência. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00159387820098260597 – Sertãozinho – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 16/10/2012 - Votação Unânime – Voto nº 13346)

Ação de indenização – Propriedade industrial - Desenho industrial – Colenda 10ª Câmara de Direito Privado que recebeu o processo por prevenção, mas dele não conheceu e determinou a remessa para a Câmara Reservada de Direito Empresarial - Resolução n° 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos e sem prevenção, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP - Dúvida de competência suscitada, com suspensão do julgamento do recurso. (Apelação Cível 00190957720098260009 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13578)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Exceção de incompetência. Art. 3º da Lei 11.101/2005. Critério Econômico. O juízo competente para o pedido de recuperação judicial é o local onde o devedor possui o maior volume de negócios e não o da sede da pessoa jurídica.

Petição inicial da recuperação judicial e manifestação do administrador judicial que asseveram que a Comarca de Ribeirão Preto/SP é o local do principal estabelecimento das empresas recuperandas. A regra de competência fixada pelo artigo 3° da Lei n° 11.101/2005 estabelece forma de competência funcional, ou seja, absoluta, de modo que não pode ser alterado pelas partes, tampouco por meio de ata de assembléia geral. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00798230920128260000 – Ribeirão Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13697)

Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Pretensão de suspensão das datas designadas para assembléia geral de credores - Assembléia geral já realizada - Perda de objeto - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00218552120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13589)

Agravo de instrumento. Agravantes que pretendem que o perito judicial seja intimado a prestar "esclarecimentos". Necessidade de observância do disposto no art. 425 do CPC. Esclarecimentos que não podem extrapolar aquilo que foi apreciado pela prova técnica e não podem possuir caráter inovador. Por "esclarecimentos" deve ser entendido tudo aquilo que apenas diz respeito a ponto da perícia que necessita ser elucidado pelo expert judicial, não podendo ser apresentada nova questão que, ainda que indiretamente, venha a deduzir situação inovadora e que não foi objeto da prova técnica. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00894001120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13661)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial convolada em falência. Pretensão de exclusão de determinadas pessoas jurídicas do decreto falimentar. Impossibilidade. Pessoas jurídicas que, em litisconsórcio com outras empresas do mesmo grupo, deduziram pedido de recuperação judicial. Empresas que pleitearam a recuperação judicial e, assim sendo, devem sujeitar-se a todos os seus efeitos, sejam eles positivos ou negativos, sob pena de inegável ofensa ao principio do "venire contra factum proprium". Agravo de instrumento. Recuperação judicial convolada em falência. Determinados sócios que buscam afastamento do decreto falimentar sob a alegação de que teria se retirado da sociedade empresária. Impossibilidade. Pretérita decisão judicial que possui fundamentação no sentido de que as empresas do grupo não estariam cumprindo com o plano de recuperação judicial e que a alteração societária seria prejudicial à coletividade de credores. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00807126020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13669)

Agravo de instrumento - Preliminar de não conhecimento - Alegação de descumprimento do art. 526 do CPC - Afastamento - Conquanto não o diga o texto "expressis verbis", deve entender-se que a arguição e comprovação há de vir na resposta do agravado, pois essa é a única oportunidade que a lei lhe abre para manifestar-se - Preliminar afastada. Agravo de instrumento - Tutela antecipada - Para a concessão da tutela antecipada é necessária a prova inequívoca que conduz à verossimilhança das alegações, bem como o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação da agravante, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada - Se há necessidade de produção de provas, então descabe a outorga da tutela antecipada - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01135419420128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13761)

Preliminar. Alegação de cerceamento de defesa. Correto o julgamento antecipado da lide. Necessidade apenas de prova documental, a qual foi produzida de forma farta. Preliminar rejeitada. Arbitragem. Exceção ao principio do livre acesso à justiça ou da inafastabilidade da jurisdição. Questões relativas à existência, validade e eficácia da convenção da arbitragem e do contrato que possui a cláusula compromissória, bem como daqueles que serão atingidos

pela sentença arbitral que se encontram sob a apreciação discricionária do árbitro. Regra do "kompetenz kompetenz". Fundo internacional que firma termo que previa expressamente ser aditivo de contrato que avençou a solução de conflitos pela arbitragem. Tentativa de utilizar-se do Poder Judiciário para se afastar da arbitragem e de seus efeitos. Impossibilidade. Conduta que configura ofensa ao principio do "venire contra factum proprium". Sentença arbitral que não violou os princípios do contraditório, da ampla defesa, da isonomia e que se encontra fundamentada de forma cuidadosa e dentro dos limites dos direitos disponíveis questionados pelas demandantes. Alegação de que a sentença arbitral não se vinculou aos regramentos jurídicos arguidos pelas partes. Juízo arbitral que, como sendo o juiz de fato e direito do caso concreto (art. 18 da Lei 9.307/96), deve estar adstritos aos fatos e aplicar o direito adequado ao conflito existente. Pacto arbitral que previu que a legislação aplicável seria a brasileira, permitindo, assim, ao árbitro decidir acordo com o direito positivo pátrio - Inexistência de violação ao art. 32 da Lei 9.307/96. Cláusula compromissória avençada regularmente. Arbitragem que produziu seus efeitos nos limites próprios e perante aqueles que se encontram envolvidos com o direito disponível controvertido. Sentença arbitral que preencheu os requisitos previstos no art. 26 da Lei 9.307/96. Honorários advocatícios. Arbitramento. Redução. Redução da verba honorária, sem, contudo, afetar a necessidade de arbitramento que corresponda à justa remuneração do trabalho profissional. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 02140681620108260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13327)

Agravo de instrumento - *Periculum in mora* - Ausência de comprovação - O risco do dano deve ser concreto, atual e grave, situação que não se coaduna à dos fatos. Tutela antecipada - Situação que esbarra na irreversibilidade da medida - Aplicabilidade do art. 273, § 2º, do CPC, Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00009915920128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13729)

Agravo de instrumento - Conexão - Inexistência – Não há correspondência total entre as partes das duas ações; a causa de pedir de nenhuma das ações é equivalente; e o pedido (ou objeto litigioso) também é diferente nas duas demandas. Prejudicialidade - Não há que se falar em prejudicialidade entre julgamento da "ação de reconhecimento e dissolução de sociedade de fato com apuração de haveres c/c ação de indenização por danos moral e material" e o julgamento da "ação ordinária de obrigação de fazer", pois o julgamento de qualquer das ações não é capaz de influir substancialmente na resolução da outra. Ausência de prejudicialidade. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00332146520128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13629)

Embargos de declaração - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. O presente recurso visa novo julgamento do feito, o que é inadmissível. Prequestionamento - Não acolhimento - É suficiente que o tribunal de origem haja debatido e decidido questão federal controvertida, não se exigindo que haja expressa menção ao dispositivo legal pretensamente violado no especial - Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 00540947820128260000 – Jacareí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13716)

Agravo de instrumento - Decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação - Inocorrência - Sendo a Instituição Financeira a depositária do valor, compete-lhe, após o depósito, nos termos do art. 629, do Código Civil, fazer incidirem os juros pertinentes à espécie e a correção monetária sobre o saldo. Crédito decorrente de honorários sucumbenciais - Segundo entendimento remansoso do Colendo Superior Tribunal de Justiça, os créditos fiscais preferem aos decorrentes dos honorários de sucumbência. Não obstante estes últimos terem

natureza alimentar. Recurso não provido, com observação. (Agravo de Instrumento 01191445120128260000 – Cosmópolis – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13762)

Preliminar - Tempestividade - Na ausência de regular intimação, o prazo começa a correr da ciência inequívoca que o advogado tenha do ato, decisão ou sentença. Recurso tempestivo. Preliminar não acolhida. Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Deferimento da recuperação judicial das empresas recorridas - Suspensão das ações e execuções pelo prazo de 180 dias - Decurso do prazo - Aplicação do art. 6º, § 4º, da Lei n° 11.101/05 - Prazo é improrrogável e se reinicia independentemente de pronunciamento judicial. Designação da assembléia geral de credores - Pretensão não formulada em Primeiro Grau e, por conseqüência, não apreciado - Implicação de supressão de um grau de jurisdição - Recurso não conhecido neste ponto. Recurso não conhecido em parte e, na parte conhecida, provido. (Agravo de Instrumento 01212906520128260000 – São Roque – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13794)

Declaratória de nulidade parcial de contrato de mútuo celebrado com o falido. Não sendo vedada a capitalização de juros pelas instituições financeiras e tampouco evidenciada abusividade do spread, deve ser mantida a sentença prolatada em primeiro grau. Apelação e agravos retidos desprovidos (Apelação Cível 00800056320108260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado – 02/10/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 18262)

Recuperação Judiciai - Impugnação de crédito deduzida por empresa de factoring atuando em regresso pelo inadimplemento das obrigações adquiridas do devedor. Inadmissibilidade. Descaracterização do contrato. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02932866820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Araldo Telles – 02/10/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 24659)

Falência. Créditos. Insistência do Ministério Público na cobrança. Alegação do Administrador Judicial de que são incobráveis. Ausência, entretanto, de demonstração nesse sentido. Necessidade de providências, inclusive, para recuperação dos títulos representativos, que teriam ficado, segundo os autos, em poder do anterior administrador. Recomendação. Recurso provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 03033539220118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24186)

Agravo de Instrumento. Instrução deficiente. Interposição contra decisão de arbitramento da remuneração do administrador judicial. Necessária participação do falido, que se encontra representado na origem. Instrumento de procuração deste não juntado aos autos. Violação do art. 525, I, do CPC. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02979123320118260000 – São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24132)

Apelação - Prevenção da colenda 4ª (quarta) Câmara de Direito Privado - Agravo de instrumento - Determinação de redistribuição - Competência da colenda 4ª (quarta) de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00029031220018260248 – Indaiatuba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13219)

Apelação - Apuração de haveres - Legitimidade passiva - Tratando-se de exclusivo pleito de apuração de haveres, a legitimidade passiva é da sociedade, e não dos sócios remanescentes – Ilegitimidade passiva configurada - R. sentença mantida - Recurso não provido (Apelação Cível 00033365220038260278 – Itaquaquecetuba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13331)

Propriedade industrial. Marca. Alegação da prescrição. Não acolhimento. Demandantes que não indicam com a devida precisão a data da ocorrência dos fatos, especificamente da data de inicio do uso marca questionada pela ré. Não se mostra razoável, sem as devidas e precisas informações, ou seja, diante de uma situação incerta, presumir e decretar a prescrição da pretensão, o que se mostraria situação que afrontaria a finalidade precípua do instituto de direito material que tem por fim a segurança jurídica e a estabilidade das relações jurídicas. Propriedade industrial. Marca. Popularização. Degenerescência ou degeneração. Degenerescência que decorre da existência de um registro válido da marca, em que o termo passa a ser, no decorrer do tempo, usado com popularidade, amoldando-se ao gênero e perdendo sua especificidade. Ainda que demonstrada a existência de registro anterior pela apelante, constata-se que o termo “tubaina" popularizou-se e, sem dúvidas, é amplamente conhecido como sinônimo de bebida e não como denominação individualizada de determinada marca, assim, verifica-se que o uso costumeiro da denominação "tubaina" permitiu a popularização e a efetiva disseminação da idéia de que "tubaina" tornou-se gênero de bebida, especialmente, refrigerantes, impedindo, por consequência sua proteção individual. Disseminação do termo "tubaina" como palavra corrente e usual para se referir a determinado gênero de bebida, restando caracterizado, ainda que forma tácita, a renúncia a sua protetividade. Recurso não provido. (Apelação Cível 00031794620108260145 – Conchas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12948)

Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00073684620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13603)

Embargos de declaração - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, os embargos de declaração visam novo julgamento do feito, o que é inadmissível, pois, os embargos declaratórios não podem ser opostos com o fito de se proceder a novo julgamento do feito ou se adequar às pretensões dos embargantes. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00135712420128260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13705)

Preliminar. Alegação de falta de fundamentação. Não acolhimento. Decisão interlocutória que demonstra as razões do convencimento do MM Juiz que a prolatou. Atendimento ao art. 93, IX da CF/88. Preliminar rejeitada. Agravo de instrumento. Tutela antecipada. Alegação de decisão "extra petita". Não acolhimento. O art. 273, § 3º do CPC, que remete ao artigo 461, § 5º, do mesmo Diploma Legal, permite que o Julgador, ainda que ofício, adote medidas que se mostrem necessárias para o fim de dar efetividade à tutela especifica concedida ou para que ela possa atingir o seu resultado prático equivalente. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00154437420128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13564)

Agravo de instrumento - Rescisão de contrato - Tutela antecipada - Pretensão ao deferimento da liminar - Indeferimento - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Ademais, quando esta é pedida na forma *inaudita altera pars*, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior

robustez, pois se trata de medida excepcionai. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00173221920128260000 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13473)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - preliminar de ausência de peças essenciais - Afastamento – Peças desnecessárias ao deslinde do presente recurso - Preliminar afastada - Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Cédula de crédito bancário - Instrumento de cessão fiduciária de títulos de crédito em garantia - Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título no Registro de Títulos e Documentos - Inteligência do art. 1.361, § 1º, do Código Civil - Súmula n° 60 do E. TJSP - Inexistência de registro anterior ao pedido de recuperação judicial - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00234591720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13605)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Preliminar de ausência de publicação da decisão agravada. MP que é intimado pessoalmente dos atos processuais nos feitos em que atua. Certidão demonstrando o cumprimento de tal exigência. Preliminar rejeitada. Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Competência. Art. 3º da Lei 11.101/2005. Critério Econômico. O juízo competente para o pedido de recuperação judicial é o local onde o devedor possui o maior volume de negócios e não o da sede da pessoa jurídica. A regra de competência fixada pelo artigo 3º da Lei n ° 11.101/2005 estabelece forma de competência funcional, ou seja, absoluta, de modo que sua arguição não se sujeita à preclusão. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02287985420128260000 – São Roque – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13709)

Agravo de instrumento - Marcas e patentes - Preliminar de ausência de documento obrigatório e carência de ação por ilegitimidade passiva - Afastamento - Desnecessária a juntada de procuração da agravada, tendo em vista que, quando da interposição do presente recurso de agravo de instrumento, a recorrida não integrava a relação jurídica processual e, assim, não havia como as recorrentes instruir o presente recurso com cópia de procuração da agravada. Ilegitimidade passiva que se confunde com o mérito e com ele deverá ser analisado - Preliminares afastadas. Agravo de instrumento - Marcas e patentes - Denunciação da lide - Intervenção de terceiro que deve ser analisado pelo Juízo de Primeiro Grau, sob pena de supressão de um grau de jurisdição - Preliminar afastada. Agravo de instrumento - Marcas e patentes - Tutela antecipada - Abstenção de fabricação, comercialização e divulgação - Pretensão de concessão da liminar - Manutenção - Para a concessão da tutela antecipada é necessária a prova inequívoca que conduz à verossimilhança das alegações, bem como o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação da agravante, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada - Se há necessidade de produção de provas, então descabe a outorga da tutela antecipada - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00115446820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13671)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Falta de interesse no prosseguimento do recurso manifestado pela recorrente - Desistência homologada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00194986820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13613)

Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração

00352412120128260000 – Itapecerica da Serra – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13723)

Agravo de instrumento - Marcas e patentes - Tutela antecipada - Abstenção de uso do nome - Pretensão de reforma da r. decisão que indeferiu o pedido de antecipação de tutela - Não acolhimento – Hipótese em que, em sede de cognição sumária da situação de direito material, verifica-se a inexistência de prova inequívoca que conduz à verossimilhança das alegações das agravantes, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada - Ademais, para o deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela há que existir prova inequívoca dos fatos mencionados pela autora, ou seja, prova a respeito da qual não se admite discussão, a convencer da verossimilhança das alegações da parte - Se há necessidade de produção de provas, então descabe a outorga da tutela antecipada - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00344375320128260000 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13670)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Falta de interesse no prosseguimento do recurso manifestado pela recorrente - Desistência homologada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00079167120128260000 – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13612)

Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00352707120128260000 – Itapecerica da Serra – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13571)

Agravo de instrumento – Habilitação de crédito em recuperação judicial - Inclusão de crédito no quadro geral de credores - Trânsito em julgado - Impossibilidade de modificação - Renuncia à parte do crédito sob a condição de incidência de cláusula do Plano de Recuperação Judiciai, que diz respeito ao pagamento de débitos de natureza trabalhista até R$10.000,00 - Embora a renúncia seja uma liberalidade do credor, a forma de pagamento está sob a égide da r. decisão transitada em julgado, que incluiu o crédito no Quadro Geral de Credores - Pleito superveniente do credor sem o condão de alterar a coisa julgada - R. decisão reformada - Recurso provido. (Agravo de Instrumento – 00357479420128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13426)

Agravo de instrumento - Pedido de recuperação judicial - Bloqueio de conta corrente - O deferimento do pedido de recuperação judicial não é causa de bloqueio de conta corrente e de resilição unilateral de contrato, ainda que impere em nosso ordenamento o princípio da liberdade de contratar - O escopo precípuo da recuperação judicial é a continuidade da atividade da empresa requerente, o que pode ser inviabilizado com o bloqueio de sua conta corrente - R. sentença mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00441141020128260000 – Presidente Prudente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13569)

Agravo de instrumento - Obrigação de não fazer - Preliminares - Conversão do presente recurso em retido e sobrestamento do feito - Afastamento - Particularidades do caso baseadas na alegada presença dos pressupostos para a concessão da liminar pleiteada o que afasta a conversão do recurso de agravo de instrumento em retido - Sobrestamento que não pode ser conhecido, sob pena de supressão de um grau de jurisdição - Preliminares afastadas. Agravo de instrumento – Obrigação de não fazer - Tutela antecipada - Abstenção de produção,

divulgação e comercialização - Para a concessão da tutela antecipada é necessária a prova inequívoca que conduz à verossimilhança das alegações, bem como o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação da agravante, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada - Se há necessidade de produção de provas, então descabe a outorga da tutela antecipada - Recurso não provido. Agravo de instrumento - Pretensão à aplicação de litigância de má-fé pela agravada - Inocorrência - Não preenchimento dos elementos necessários, arrolados nos artigos 16 e seguintes do Código de Processo Civil, para sua caracterização – Pleito afastado. (Agravo de Instrumento 00422677020128260000 – Birigui – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13743)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Pretensão à declaração de nulidade da assembléia geral de credores e afastamento da condenação em honorários advocatícios - impossibilidade - Agravante que não se valeu dos meios necessários, no momento próprio, para pleitear a nulidade da Assembléia Geral de Credores - Ocorrência de preclusão - Recurso não provido. Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Impugnação – Honorários advocatícios - Cabimento - Honorários advocatícios devidos em favor do advogado da parte vencedora – Caráter contencioso - Princípio da causalidade - Manutenção da r. decisão - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00489831620128260000 – São Carlos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13623)

Mandado de segurança - Carência de ação - Terceiro prejudicado - Súmula 202 do c. STJ - A impetração de mandado de segurança não é própria às partes litigantes quando houver recurso próprio para manifestação de eventual inconformismo. Contudo, em se tratando de terceiro que não integra a lide, o remédio constitucional é o meio apto a sanar direito ameaçado ou lesado, nos termos preconizados na Súmula 202 do Colendo Superior Tribunal de Justiça - Preliminar afastada. Mandado de segurança - Falência - Débito de FGTS - Compensação – Princípio do "pars conditio creditorum" – A especialidade do presente caso impõe a aplicação do disposto na Lei 11.101/05, vedando-se a compensação automática prevista na Lei 8.036/90 - Vedação de privilégio a credores, ainda que por meio de compensação de dívidas, sob pena de ofensa ao princípio do "pars conditio creditorum" - Ordem denegada. (Mandado de Segurança 00514523520128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13744)

Embargos de declaração – Erro material no relatório do acórdão - Inexistência - O relatório do Acórdão embargado apresentou as principais ocorrências do feito e resumiu as razões das partes - Eventuais incorreções constantes na apelação, como no caso em apreço, constarão do relatório, pois, neste, tão-somente são sintetizadas as razões recursais - Nos fundamentos do Acórdão embargado constou o período de trabalho correto, extraído, inclusive, da documentação colacionada nos autos - Inexistência de erro material no relatório - Embargos não providos. (Embargos de Declaração 00352821920108260562 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13556)

Embargos de declaração - Inexistência de irregularidades - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00353004020108260562 - Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13567)

Embargos de declaração - Inexistência de irregularidades – Prequestionamento - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00379364520128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13786)

Embargos de declaração - Inexistência de irregularidades - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00361797820108260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13620)

Agravo de instrumento – Dissolução parcial de sociedade - Pretensão ao afastamento temporário do agravado - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Ademais, quando esta é pedida na forma *inaudita altera pars*, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior robustez, pois se trata de medida excepcional. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00388917620128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº - 13664)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Preliminar - Intempestividade - Afastamento - Autos principais que se encontravam fora do Cartório no período do prazo recursal - Devolução à Serventia após o decurso do prazo - Correta a devolução de prazo recursal - Intempestividade afastada - Preliminar afastada. Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Deferimento da recuperação judicial das empresas recorridas - Suspensão das ações e execuções pelo prazo de 180 dias - Decurso do prazo - Pretensão ao prosseguimento das ações Admissibilidade - Aplicação do art. 6°, §4°, da Lei n° 11.101/05 - Prazo improrrogável e reinicia-se independentemente de pronunciamento judicial - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00799617320128260000 – São Roque – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13692)

Agravo de instrumento – Pedido recuperação judicial - Débito em conta corrente - Em processo de recuperação judicial, a satisfação do crédito de Instituição Financeira não pode ocorrer por meio de débito em conta corrente da empresa em recuperação, sob pena de ofensa ao princípio da "par conditio creditorum" - Art 49, "caput", da Lei 11.101/05 - A mera advertência genérica de eventual configuração de crime de desobediência, no caso de descumprimento de ordem judicial, não configura ilegalidade ou qualquer outro vício - R. decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00443376020128260000 – Presidente Prudente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13514)

Agravo de instrumento. Ação anulatória do trepasse. Autores agravantes que obtém tutela antecipada para impedir o arquivamento de qualquer documento de transferência do fundo empresarial na JUCESP e que, posteriormente, visam a expedição de ofício para o referido órgão para que seja autorizada a alienação do fundo empresarial para pessoas diversas dos agravados. Ausência de angularização na demanda anulatória, já que nem todos os réus foram citados. Ausência instauração do contraditório. Prudência na prolação da r. decisão interlocutória que determina que os agravantes prestem esclarecimentos sobre eventual desistência da ação antes da revogação da tutela antecipada, uma vez que poderiam determinar o esvaziamento da demanda. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00866625020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13641)

Agravo de instrumento - Cautelar - Arrolamento de bens - Aplicação dos artigos 855 e 856 do CPC - O objeto primordial da medida cautelar de arrolamento de bens é a conservação dos bens que corram risco de extravio ou de dilapidação, sob pena de frustrar o cumprimento de determinada obrigação – Inexistência concreta dos requisitos do art. 855 do CPC – Recurso provido. Agravo de instrumento - Litigância de má-fé - Inocorrência - Não preenchimento dos elementos necessários, arrolados no artigo 17 e 18, ambos do Código de Processo Civil, para sua caracterização – Alegação afastada. (Agravo de Instrumento 01029082420128260000 -

São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13543)

Agravo de instrumento - Ação proibitória - Tutela antecipada - Abstenção de fabricação, comercialização, distribuição e divulgação - Para a concessão da tutela antecipada é necessária a prova inequívoca que conduz à verossimilhança das alegações, bem como o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação da agravante, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada - Se há necessidade de produção de provas, então descabe a outorga da tutela antecipada - Recurso não provido. Agravo de instrumento - Litigância de Má-fé - Inocorrência - Não preenchimento dos elementos necessários, arrolados no artigo 17 e 18, ambos do Código de Processo Civil, para sua caracterização - Alegação afastada. (Agravo de Instrumento 01048959520128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13555)

Agravo de instrumento - Ação de dissolução parcial de sociedade - Assistência judiciária - Deferimento do benefício da assistência judiciária pelo Juízo de Primeiro Grau - Interposição de recurso de agravo de instrumento pela parte contrária - Inadmissibilidade - A via adequada para manifestar contrariedade à concessão da assistência judiciária à parte adversa é o incidente de impugnação ao referido benefício - Recurso não conhecido. Agravo de instrumento - Ação de dissolução parcial de sociedade - Preliminar de vício de representação - Afastamento - Aplicação do art. 13 do CPC - Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito - Recurso não provido. Agravo de instrumento - Ação de dissolução parcial de sociedade - Nomeação de curador - Impossibilidade - Determinação do Juízo de Primeiro Grau de indicação de pessoa de família ou de confiança para assumir o encargo de curador, sem que antes fosse realizada perícia médica, para aferir-se a capacidade ou não da recorrida Elizabete - Afronta ao disposto no art. 218, §§ 1º e 2º, do CPC - Providência reformada - Recurso provido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00961052520128260000 – Lins – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13609)

Agravo de instrumento - Ação declaratória - Tutela antecipada - Pretensão ao deferimento da liminar - Indeferimento - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Ademais, quando esta é pedida na forma *inaudita altera pars*, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior robustez, pois se trata de medida excepcional. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01078665320128260000 – Conchas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13751)

Competência recursal - Compra e venda de estabelecimento comercial - Resolução 194/2004, art 2º inciso III, alínea "a" - Competência afeta à Seção de Direito Privado compreendida entre as 1ª e 10ª Câmaras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Precedentes do Colendo Órgão Especial deste E. TJSP - Remessa dos autos a uma das Câmaras competentes – Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01222269020128260000 – Rio Claro – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13480)

Assistência judiciária - Não comprovação suficiente nos autos - A mera existência de declaração firmada pela parte não é o único requisito necessário para a concessão das benesses da assistência judiciária gratuita. Alegação que depende de prova. Não sendo o pedido acompanhado de documentos que, efetivamente, comprovem a insuficiência econômica da requerente, tal pleito deve ser indeferido. Recurso não provido, com observação. (Agravo de

Instrumento 01161314420128260000 - Valinhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13447)

Agravo de instrumento - Ação declaratória - Tutela antecipada - Pretensão ao deferimento da liminar - Indeferimento - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Ademais, quando esta é pedida na forma *inaudita altera pars*, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior robustez, pois se trata de medida excepcional. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01292082320128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13759)

Agravo de instrumento - Obrigação de não fazer - Tutela antecipada - Ausência de comprovação de interposição do recurso de agravo - Arguição e comprovação do não cumprimento do artigo 526 do CPC - Preliminar acolhida - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01217765020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13712)

Agravo de instrumento - Ilegitimidade 'ad causam' - preliminar - acolhimento. Situação fática que dá azo à ação de abstenção de ato de concorrência desleal que envolve pessoas jurídicas. Pessoa física que não pode pleitear, em nome próprio, direito alheio, mesmo que tais interesses digam respeito à pessoa jurídica. Preliminar acolhida. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01317492920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13737)

Agravo de instrumento – Demanda indenizatória com fundamento em alegado abuso de direito de ação - Ação imputada como abusiva não transitada em julgado – Alegação de ausência de interesse de agir - preliminar não acolhida – O agravante sustenta a inexistência de interesse de agir, alegando inclusive que a demanda imputada como abusiva não transitou em julgado. Contudo, a presente ação indenizatória é o meio necessário e adequado para reparar o dano reclamado pelo agravado, ocasionado pela conduta imputada como abusiva. Adotando-se a teoria abstrata eclética, o direito condicionado de ação não depende da procedência dos pedidos, ou seja, ainda que a ação seja improcedente, o direito a uma resposta de mérito é assegurado, desde que presentes as respectivas condicionantes - R. decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01425301320128260000 – Presidente Prudente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13738)

Embargos de declaração - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, os embargos de declaração visam novo julgamento do feito, o que é inadmissível, pois, os embargos declaratórios não podem ser opostos com o fito de se proceder a novo julgamento do feito ou se adequar às pretensões dos embargantes. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00535699620128260000 – Praia Grande – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13632)

Agravo de instrumento. Falência. Título protestado em que a notificação ocorreu por edital sem demonstração de prévia tentativa da forma pessoal. Inviabilidade do pedido de falência. Extinção. Art. 267, IV, do CPC. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00583437220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13541)

Agravo de instrumento - Pedido de recuperação judicial – Decretação de falência - Considerando que o Plano de Recuperação não foi aprovado pelo credor cujo crédito representa mais da metade do valor total dos créditos presentes à Assembléia Geral, de rigor a manutenção da r. decisão que decretou a falência da sociedade requerente - R. decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00593466220128260000 – Pederneiras – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13667)

Agravo de instrumento - Dissolução de sociedade - Tutela antecipada - Pretensão ao deferimento da liminar - Indeferimento - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Ademais, quando esta é pedida na *forma inaudita altera pars*, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior robustez, pois se trata de medida excepcional. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00538063320128260000 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13665)

Agravo de instrumento – Ação ordinária - Liquidação de sentença - Marcas - A liquidação, por arbitramento, do r. provimento condenatório não ofende nem contraria o v. Acórdão proferido pelo Juízo "ad quem" - As questões acerca da alegada decadência e nulidade da patente já haviam sido apreciadas, conforme expressamente constou na r. decisão recorrida - R. decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00609921020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13462)

Agravo de instrumento - Dissolução de sociedade - Pretensão ao afastamento da agravada - Impossibilidade - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Ademais, quando esta é pedida na forma *inaudita altera pars*, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior robustez, pois se trata de medida excepcional. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01131677820128260000 – Santo André – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13694)

Agravo de instrumento - Contrato de franquia - Tutela antecipada - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01407547520128260000 – Praia Grande – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13790)

Agravo de instrumento – Pedido recuperação judicial - Retenção de crédito da empresa requerente – A Conduta do Banco recorrente, concernente à retenção de valores relativos a créditos recebidos pela empresa em recuperação, provenientes de comercialização de produtos por meio de cartão de crédito, ofende o princípio da "par conditio creditorum" - Também ofende o princípio da igualdade entre credores a exigência de liquidação da dívida para a alteração do domicílio de Bandeira de cartão de crédito - Apropriada a fixação de multa diária com escopo de garantir a efetividade da r. decisão judicial - A mera advertência genérica de eventual configuração de crime de desobediência, no caso de descumprimento de ordem judicial, não configura ilegalidade ou qualquer outro vício - R. decisão mantida - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00923872020128260000 – Presidente Prudente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13804)

Agravo de instrumento - Rescisão de contrato - Tutela antecipada - Pretensão ao deferimento da liminar - Indeferimento - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Ademais, quando esta é pedida na forma *inaudita altera pars*, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior robustez, pois se trata de medida excepcional. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00623978120128260000 – São José dos Campos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13499)

Reclamação - Ausência de ofensa à autoridade de decisão emanada pelo órgão "ad quem" - Inconformismo a ser manifestado por meio de recurso próprio - Dos elementos constantes dos autos, não se infere a alegada ofensa ao v. Acórdão proferido por este Egrégio Tribunal – O inconformismo em relação à decisão interlocutória, que indeferiu a produção de prova pericial, deve ser manifestado por meio do recurso próprio à espécie - Reclamação julgada improcedente. (Reclamação 00658135720128260000 – São Carlos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13515)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Preliminar - Intempestividade - Afastamento - Autos principais que se encontravam fora do Cartório no período do prazo recursal - Devolução à Serventia após o decurso do prazo - Correta a devolução de prazo recursal - Intempestividade afastada - Preliminar afastada. Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Deferimento da recuperação judicial das empresas recorridas - Suspensão das ações e execuções pelo prazo de 180 dias - Decurso do prazo - Pretensão ao prosseguimento das ações - Admissibilidade - Aplicação do art. 6°, §4°, da Lei n° 11.101/05 - Prazo improrrogável e reinicia-se independentemente de pronunciamento judicial - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00709173020128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13808)

Agravo de instrumento – Terceiro prejudicado - Interposição de recurso - Legitimidade para recorrer - Inexistência - Aplicação do art. 499 CPC - Não demonstração, por parte da recorrente, da existência de nexo de interdependência entre seu interesse de intervir e a relação jurídica submetida à apreciação judicial a ensejar a qualificação da recorrente como terceiro prejudicado - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00746085220128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13688)

Assistência judiciária - Concessão - Comprovação suficiente nos autos - Nos autos a agravante apresentou, além da declaração de pobreza, documentas que comprovam a sua hipossuficiência financeira. Assistência judiciária concedida, ao menos, até prova em contrário. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00756556120128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13477)

Agravo de instrumento - Exceção de incompetência - Afastamento - De acordo com a nova sistemática criada pela Lei n° 11.280/2006, a incompetência relativa pode ser declarada de ofício, apenas e tão-somente, na hipótese de nulidade de cláusula de eleição contida em contrato de adesão (parágrafo único do art. 112 do CPC), inexistente tal hipótese, a regra geral (art. 112, "caput", do CPC), qual seja, de que a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício, deve ser aplicada. Recurso não provido. Agravo de instrumento - Litispendência - Requisitos - Inexistência - Afastamento – Para que exista a litispendência é necessário que existam ações com as mesmas partes, a mesma causa de pedir próxima e remota e o mesmo pedido mediato e imediato. Fatores estes que inexistem no caso em tela, pois a causa de pedir

próxima, na ação de cobrança é o inadimplemento dos títulos e na ação anulatória o suposto descumprimento de cláusulas contratuais. Inexistência de identidade ações - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00763649620128260000 – Vinhedo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13496)

Agravo de instrumento - Falência – Prova pericial que foi indeferida em razão da parte se quedar inerte - Afastamento - Agravante que se manifestou nos autos pugnando pela produção da prova pericial e apresentou quesitos. Necessidade de análise da pertinência ou não da realização da prova pelo MM Juízo "a quo" - Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00658152720128260000 – São Carlos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13625)

Agravo de instrumento – Procedimento ordinário - Tutela antecipada - Falta de interesse no prosseguimento do recurso manifestado pelos recorrentes - Desistência homologada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00705778620128260000 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13745)

Agravo de instrumento - Ação de dissolução de sociedade - Prazo recursal - Prazo para interposição do recurso - Início da contagem a partir de intimação da decisão agravada - Agravo de instrumento considerado intempestivo - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00883590920128260000 – Osasco – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13500)

Embargos de declaração - Contradição - Obscuridade - Omissão - Inexistência – É manifestamente inadmissível emprestar efeitos infringentes ou modificativos aos embargos de declaração sem que ocorra omissão, obscuridade ou contradição no Acórdão impugnado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01584873662011826010 0 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13582)

Agravo regimental – Interposição contra decisão do relator que não concedeu o efeito suspensivo almejado - Decisão mantida – Recurso não provido. (Agravo Regimental 01399752320128260000 – Amparo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13730)

Competência recursal - Ação declaratória - Procedimento ordinário – Adimplemento contratual - Contrato de participação financeira em investimento telefônico - Pretensão ao recebimento da diferença entre o valor da ação vigente ao tempo da integralização do capital e aquele definido em posterior balanço - Direito de complementação das ações ou indenização - Relação obrigacional irradiada de contrato de prestação de serviço telefônico - Precedentes do colendo Órgão Especial - Hipótese em que a matéria não é da competência desta Colenda Câmara Reservada de Direito Empresarial, cabendo a análise do recurso por uma dentre as C. 11ª a 38ª Câmaras – Dúvida suscitada ao Colendo Órgão Especial - Agravo não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 03071629020118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13459)

Recurso - Apelação - Protocolização dentro da quinzena legal, mas retenção indevida dos autos - Devolução depois do prazo legal, após tentativa de contato telefônico pela Serventia - Inaplicabilidade da sanção processual de não conhecimento do recurso - Sanção imposta ao advogado pela infração disciplinar verificada (CPC, arts. 195 e 196), e não ao cliente, que tem assegurado o direito de recorrer - Apelação conhecida. Juros moratórios - Dissolução parcial da sociedade - Apuração de haveres - Juros - Termo inicial - Citação - Orientação do STJ neste

sentido - Apelação improvida. Atualização monetária - Dissolução parcial da sociedade - Sentença declaratória - Efeito ex tunc – Momento da manifestação de vontade acerca da retirada fixado como data base da apuração de haveres - Correção monetária incidente desde a data-base da apuração de haveres fixada na sentença - Fato que poderia ser dirimido via embargos declaratórios - Apelação improvida, com observação. Sucumbência - Pedido inaugural de liquidação da sociedade - Provimento jurisdicional declarando a dissolução parcial da sociedade e condenando as rés à apuração de haveres - Hipótese em que embora tenha ocorrido acolhimento parcial do pedido, autor atingiu seu objetivo (retirada da sociedade e apuração de haveres) - Resistência das rés ao pedido do autor - Sucumbência integral das demandadas - Recurso improvido Dispositivo: conhecem o recurso e negam-lhe provimento, com observação. Determinam a expedição de oficio à Seção paulista da OAB para adoção das medidas pertinentes, nos termos dos arts. 195 e 196 do CPC. (Embargos de Declaração 02675435620118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18904)

Embargos de declaração - Contradição - Obscuridade - Omissão - Inexistência – É manifestamente inadmissível emprestar efeitos infringentes ou modificativos aos embargos de declaração sem que ocorra omissão, obscuridade ou contradição no Acórdão impugnado - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 10175098820058260506 – Ribeirão Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13638)

Agravo retido - Medida cautelar de arrolamento de bens - Expedição de ofícios - A medida cautelar de arrolamento de bens visa a enumeração do patrimônio corpóreo e incorpóreo, razão da procedência do pleito de expedição de ofício às instituições, aos entes e aos órgãos públicos em que o acesso à informação é viabilizado com a intervenção judicial - Veda-se a expedição de ofício nos casos em que a pretendida informação é de livre acesso aos particulares - R. sentença anulada - Recurso de apelação prejudicado – Agravo retido parcialmente provido. (Apelação Cível 01995161220118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13357)

Agravo de Instrumento. Ausência de peças obrigatórias. Processamento negado. Alegação de excesso de formalismo. Manifestação da parte que sequer traz as peças faltantes. Decisão mantida. Agravo interno desprovido. (Agravo de Instrumento 01466223420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25147)

Embargos de Declaração. Omissão e obscuridade inocorrentes. Decisão que explicita fundamentação e possibilita à parte entender as razões da solução. Embargos de Declaração. Erro material reconhecido. Correção. Embargos da agravante acolhidos e, em parte, os da agravada. (Embargos de Declaração 02947503020118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25392)

Recuperação judicial - Envio de notificação, por fornecedor de cana-de-açúcar declarando rescindido o contrato por ter sido requerida a recuperação, conforme cláusula expressa nesse sentido - Diante da literalidade da cláusula que foi redigida pela parte que ora reclama dos seus termos, não caberia eliminar, de plano, o direito previsto no contrato inaudita altera parte e de forma incidental, como se pretende - Indeferimento da liminar mantido - Não provimento. (Agravo Regimental 01740127620128260000 – Pirassununga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24722A)

Pedido de falência. Possibilidade de aplicação subsidiária do CPC (art. 189 da LRF). Parcelamento da divida. Possibilidade. Principio da preservação da empresa. Pedido de

falência que não pode ser usado como instrumento para simples coerção do devedor. Finalidade social da LFR que não se limita à simples mecanismo para cobrança de dividas. Agravante que não demonstrou que a agravada, embora sua alegada devedora, esteja em efetivo "estado de fato" de insolvência ou esteja promovendo atos que possam macular ou prejudicar seus eventuais outros credores ou, ainda, criando situações que possam inviabilizar sua atividade empresarial perante seus fornecedores e consumidores. Informações prestadas pelo MM Juizo "a quo" sobre os depósitos realizados pela agravada. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02752195520118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken – 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13091)

Ação de indenização - Inadimplemento contratual - Participação financeira visando a expansão de serviços de telefonia 38ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso por entender se tratar de matéria afeta ao direito societário - Pretensão, todavia, de cunho meramente obrigacional, conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do C. Órgão Especial desta Corte - Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01079265120118260100 – São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13864)

Agravo de instrumento - Pretensão de sustação liminar dos efeitos de assembléia geral - Agravantes, todavia, que informaram que já prolatada sentença de improcedência da ação principal e cautelar - Perda do objeto verificada - Recurso prejudicado. (Agravo de Instrumento 00034746220128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14229)

Recuperação judicial - A existência de conflito de interesses e ação judicial (revisional contrato bancário) entre um credor e a devedora em recuperação, não é motivo de impedimento/suspeição para o credor exercer o direito de voto na assembleia-geral - Inteligência dos arts. 7º, § 2º; 39; 40, § 2º; 49, §§3º e 4º e 51, todos da Lei nº 11.101/05 - Precedente recente desta 2ª Câmara de D. Empresarial - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00312685820128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni – 16/10/2012 - Votação Unânime – Voto nº 14783)

Produção antecipada de prova - Sentença que tem natureza meramente homologatória, não produzindo coisa julgada material - Críticas ao laudo que deverão ser apresentadas na ação principal - Não demonstração de prejuízo pelo fato de não ter havido intimação prévia do dia e hora da realização da prova - Deferida, ademais, dilação probatória para apresentação de parecer de assistente técnico, sem que a parte, todavia, providenciasse a juntada de qualquer laudo - Remuneração do perito, de outro lado, que se fixada moderadamente, sem desprezar o auxiliar da justiça e sem sobrecarregar a parte obrigada no pagamento - Recurso improvido. (Apelação Cível 00001289420118260079 – Botucatu – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14053)

Obrigação de fazer e não fazer – Discussão envolvendo direito societário - 8ª Câmara de Direito Privado que recebeu o processo por prevenção, mas dele não conheceu e determinou a remessa para a Câmara Reservada - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP - Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01117147320118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14288)

Ação de abstenção de uso de marca 8ª Câmara de Direito Privado que recebeu o processo por prevenção, mas dele não conheceu e determinou a remessa para a Câmara Reservada -

Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP – Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01411297220098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14794)

Ação de indenização - Inadimplemento contratual - Participação financeira visando a expansão de serviços de telefonia - 20ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso por entender se tratar de matéria afeta ao DP I - Representação, posteriormente, do novo Relator ao Presidente da Seção de Direito Privado para redistribuição a uma das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial - Pretensão, todavia, de cunho meramente obrigacional, conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do C. Órgão Especial desta Corte - Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01595963120118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14051)

Agravo de instrumento - Recurso formalmente em ordem e instruído com as peças obrigatórias e outras necessárias à compreensão da controvérsia - Preliminar de não conhecimento que resta rejeitada. Falência - Extensão de efeitos - Razoabilidade – Sócios da falida que também eram titulares das empresas a quem se estenderam os efeitos da quebra – Promiscuidade financeira que não pode ser descartada, inclusive pelo fato de as empresas agravantes estarem saudáveis financeiramente e a SWF - Importação e Exportação Ltda. ter falido - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00694813620128260000 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14753)

Sentença - Nulidade - Inocorrência - Não implica em sentença extra petita aquela que adota fundamento legal diverso do invocado pelas partes, sem modificar a causa de pedir - Precedentes - Preliminar rejeitada. Falência - Pedido apoiado em nota promissória - Empresa de factoring - Realização de atividade de mútuo, cuja prática é privativa das instituições financeiras - Impossibilidade de pedido de falência - Título, de outro lado, ainda que fosse dado em garantia do contrato de factoring, haveria necessidade da demonstração dos títulos cedidos, quais foram efetivamente recebidos dos devedores originários, quais não foram pagos, quais foram recomprados - Ausência dessa demonstração que compromete a liquidez e a executividade da cambial - Recurso improvido. (Apelação Cível 00173554820118260451 – Piracicaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13852)

Embargos de declaração - Inocorrência de omissão - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00710238920128260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14031)

Declaratória c.c. reparação de danos - Discussão envolvendo direito societário - Distribuição livre para a Câmara Empresarial - Prevenção, contudo, da 10ª Câmara de D. Privado em razão de anterior julgamento de agravo de instrumento Art. 102 e seu § 1º, do RITJESP - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP - Recurso não conhecido – Remessa determinada. (Apelação Cível 00110621420118260564 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14424)

Embargos de declaração - Inocorrência de omissão - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01022872720128260000 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14895)

Recuperação judicial - Habilitação de crédito – Indeferimento – Razoabilidade - Só estão sujeitos à recuperação judicial os créditos existentes na data do pedido (caput do art. 49 da LFR), o que não é o caso dos autos – Precedentes jurisprudenciais – Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00535681420128260000 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13392)

Embargos de declaração - Inocorrência de omissão - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01558583520118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13471)

Petição inicial - Ausência de qualificação dos demandados - Não atendimento ao comando do Magistrado para emendar a inicial - Ofensa ao artigo 282, II, do Código de Processo Civil – Não demonstração da impossibilidade de obter as informações de que necessita sem a concorrência do judiciário ou, então, ter esgotado as vias extrajudiciais sem lograr êxito - Precedentes jurisprudenciais - Extinção do processo sem julgamento do mérito - Sentença mantida - Recurso improvido. (Apelação Cível 01124419520128260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13482)

Direito empresarial - Ação de prestação de contas - Sociedade por cotas de responsabilidade limitada - Administração da sociedade exercida exclusivamente pelos réus - Dever de prestar contas que é de rigor - Precedentes jurisprudenciais - Recurso improvido. (Apelação Cível 00203629220108260577 – São José dos Campos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 13616)

Ação regresso - Cobrança de quota-parte dos valores despendidos para pagamento de dívidas da pessoa jurídica - Pagamentos comprovados pelo autor que devem efetivamente ser ressarcidos - Compensação, porém, com valores que os reconvintes são credores do autor – Não incidência da hipótese do art. 940, do CC – Sentença mantida com fundamento no art. 252 do RITJ – Recurso improvido. (Apelação Cível 01383602820088260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13651)

Embargos de declaração - Inocorrência de omissão - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01681202620118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13836)

Ação declaratória c.c. indenização – Danos materiais e morais - Relator sorteado que representou ao Presidente da Seção de Direito Privado para redistribuição a uma das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial - Feito, todavia, que foi distribuído muito anteriormente à

Resolução 538/2011 do C. Órgão Especial - Redistribuição que afrontou disposição expressa do art. 4º da Resolução - Dúvida de competência suscitada – Recurso não conhecido. (Apelação Cível 92097740520098260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14217)

Ação de obrigação de fazer - Pretensão apoiada em contrato de franquia - 37ª Câmara de Direito Privado que recebeu o processo por prevenção, mas dele não conheceu e determinou a remessa para a Câmara Reservada - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP - Inteligência, ademais, do art. 102 e seu § 1º, do RITJESP - Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00477252220098260114 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14897)

Ação de indenização - Inadimplemento contratual - Participação financeira visando a expansão de serviços de telefonia 16ª Câmara de Direito Privado que não conheceu do recurso por entender se tratar de matéria afeta ao direito societário - Pretensão, todavia, de cunho meramente obrigacional, conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do C. Órgão Especial desta Corte - Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01934089820108260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14001)

Recurso - Apelação - Interposição além do prazo legal - Incidência da regra do inc. I, do art. 506 do CPC – Não conhecimento. (Apelação Cível 00172806820118260011 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13264)

Agravo de instrumento - Falência - Quadro Geral de Credores - Homologação - Crédito da instituição financeira divergente daquele que entende de direito - Ausência, todavia, de impugnação ao edital contendo a relação de credores e respectivos créditos – Não observância das disposições do art. 8º, da Lei de Falência - Preclusão consumativa - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01149207020128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14773)

Prestação de contas - Segunda fase - Contas apresentadas pelo réu em forma contábil - Especificação de créditos e débitos - Documentos justificativos carreados aos autos - Contas prestadas pelo réu que devem ser dadas como boas e bem prestadas - Saldo em favor do requerido - Recurso provido para esse fim. (Apelação Cível 00029383720078260223 – Guarujá – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13856)

Embargos de declaração - Inocorrência de omissão ou contradição - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00235605520118260011 – São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13843)

Cerceamento de defesa – Inocorrência – Dilação probatória que se submete ao requisito de sua utilidade e admissibilidade pelo juiz - Provas produzidas nos autos que dispensavam a produção de qualquer outra prova, legitimando o juiz passar desde logo ao julgamento da lide - Preliminar rejeitada. Ação declaratória de obrigação de fazer - Venda de cotas sociais de sociedade empresária - Alegação de simulação que não restou comprovada - Montante da venda que foi efetivamente recebido pelo autor, eis que deu plena, integral, irrevogável e rasa

quitação para nada mais reclamar, à sócia ora admitida na sociedade - Sentença de primeiro grau mantida – Recurso improvido. (Apelação Cível 00157099720118260161 – Diadema – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13878)

Ação prestação de contas - Extinção sem julgamento do mérito, nos termos do inc. VII, do art. 267 do CPC - Razoabilidade - Contrato social da empresa que contém cláusula compromissória arbitral – Obrigatoriedade de sua observação - Inteligência da Lei nº 9.307/96 - Constitucionalidade da referida cláusula reconhecida pelo C. Supremo Tribunal Federal - Cerceamento de defesa inocorrente - Sentença mantida - Recurso improvido. (Apelação Cível 01040699420118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13866)

Sentença - Fundamentos que se divorciam da matéria suscitada e discutida na inicial da ação - Pretensão que é clara e diretamente ligada em cláusula contratual de instrumento particular de compra e venda de fundo de comércio - Anulação da sentença - Recurso provido para prosseguir-se normalmente no feito. (Apelação Cível 00064119020128260664 – Votuporanga – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14014)

Cooperativa - Pretensão de reintegração da autora ao sistema de transporte coletivo - Inadmissibilidade - Filiação da autora à cooperativa ré e transferência dos filiados de cooperativa descredenciada a seus quadros não demonstradas - Elementos dos autos que indicam que a autora não preenchia os requisitos para continuar atuando no sistema de transporte coletivo - Cerceamento de defesa não caracterizado - Recurso improvido. (Apelação Cível 00056215520128260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14304)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Razoabilidade da decisão - Não preenchimento dos requisitos necessários à concessão de liminar, principalmente porque a própria recorrente afirma que a ANTT não impõe e nem fixa o valor a ser pago por uma concessionária à outra - Objeções ao proceder das requeridas que não comportam exame na restrita cognição desta cautelar incidental - Pretensão, no caso concreto, que deve ser buscada no Tribunal Arbitral, cuja instalação já foi requerida - Regimental improvido. (Agravo Regimental 01428003720128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14209)

Ação de cobrança - Atos praticados por ex-sócio, que teria causado prejuízos à sociedade empresária - Não demonstração de dolo ou culpa - Atos praticados que não se desdobraram do próprio risco da atividade desenvolvida - Sentença mantida com fundamento no art. 252 do RITJ - Recurso improvido. (Apelação Cível 00200415220108260320 – Limeira – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13951)

Contrato de franquia - Ausência de apresentação da circular de oferta que trata o art. 3º da Lei nº 8.955/94 - Alegação que deveria ter sido apresentada antes do início das atividades - Fato, aliás, que não foi obstáculo ao implemento do negócio - Insucesso do negócio da autora que não pode ser atribuído à alegada omissão da entrega da circular - Não demonstração, ademais, de descumprimento contratual pela franqueadora - Recurso improvido. (Apelação Cível 00022853520128260037 – Araraquara – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14297)

Recurso - Apelação - Intempestividade – Não ocorrência - Preliminar rejeitada. Falência - Irregularidade dos protestos – Manutenção da sentença de extinção, sem julgamento do mérito

- Formalidade essencial do protesto não observada - Precedentes jurisprudenciais - Recurso improvido. (Apelação Cível 00142855820098260462 – Poá – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 -Votação Unânime - Voto nº 14492)

Recurso - Apelação - Razões inteiramente dissociadas da sentença hostilizada - Ausência de impugnação específica - Inteligência dos arts. 514 e 515, do Código de Processo Civil - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00108270520118260481 – Presidente Epitácio – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14422)

Medida cautelar - Exibição de documentos – Sociedade anônima fechada, constituída por dois sócios (irmãos) - Extinção do cargo de Diretor Administrativo-Financeiro então exercido pelo sócio minoritário demandante em AGE da qual o suplicado não participou - Superveniente comunicação de que seria exigido prévio procedimento administrativo para consulta aos documentos em poder da Administração da companhia - Óbice ao acesso irrestrito e temporal aos documentos - Impossibilidade de contínua fiscalização dos atos de administração - Burocracia injustificável - Deliberação conduzida pela animosidade entre os sócios-irmãos – Violação ao exercício do direito essencial de fiscalização da gestão dos negócios sociais (Lei n. 6.404/76, art. 109, III) - Aplicação do art. 105 da LSA - Interesse de agir do demandante reconhecido - Ação cautelar de exibição de documentos procedente - Apelação improvida neste tocante. Medida cautelar - Exibição de documentos – Sociedade anônima fechada, constituída por dois sócios (irmãos) - Extinção do cargo de Diretor Administrativo-Financeiro então exercido pelo sócio minoritário demandante, detentor de 33,33% do capital social, em AGE da qual o sócio minoritário não participou - Superveniente decisão assemblear pela não distribuição dos lucros do exercício anterior para viabilizar autorrecuperação da companhia - Concomitante aumento dos honorários anuais do Diretor Presidente (sócio majoritário) para R$ 600.000,00, instituição de ajuda de custo no limite de R$ 30.000,00 e destinação de 0,5% da receita bruta do exercício fiscal como prêmio performance pelas vendas realizadas pelo Presidente da companhia - Deliberações contraditórias - Verossimilhança da suspeita de existência de abuso no poder de administração (LSA, art. 117, § 1º, alínea c) - Legitimidade do pedido de exibição de documentos para prevenir direitos do acionista minoritário, ainda que tenha atuado como Diretor Administrativo-Financeiro no período em que os documentos foram produzidos - Interesse de agir do demandante reconhecido - Ação cautelar de exibição de documentos procedente - Apelação improvida neste tocante. Medida cautelar - Exibição de documentos – Sociedade anônima fechada, constituída por dois sócios (irmãos) - Documentos em poder da sociedade anônima demandada - Exibição com condão de esclarecer dúvidas do autor acerca da regularidade da gestão empresarial exercida pelo sócio majoritário, Diretor Presidente da companhia - Requisito do art. 844, II, do CPC presente - Ação cautelar de exibição de documentos procedente - Apelação improvida neste tocante - Medida cautelar - Exibição de documentos – Sociedade anônima fechada - Alegação de que livros e documentos reivindicados não podem ser exibidos por estarem sob sigilo constitucional - Improcedência - Conteúdo comum às partes (sociedade anônima e acionista) - Hipótese, ademais, em que companhia está obrigada a exibi-los para permitir a fiscalização dos negócios sociais (LSA, arts. 105 e 109, III, c.c. art. 358, I e III) - Condenação da recorrente a exibir cópia dos documentos indicados na exordial, à exceção do Livro de Registro de Atas e do Livro de Registro de Ações, cujas cópias deverão ser providenciadas pelo interessado após exibição dos Livros em Juízo Ação cautelar procedente - Apelação parcialmente provida. Medida cautelar - Exibição de documentos – Medida cautelar de natureza satisfativa - Inaplicabilidade do art. 359, I, do CPC - Imposição de multa cominatória - Inteligência do art. 461, caput, e § 5º, do CPC - Multa arbitrada de ofício em R$ 500,00 por dia de descumprimento - Ação cautelar procedente - Apelação parcialmente provida para esse fim. Dispositivo: recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 01296528120118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21081)

Propriedade industrial - Marca - Ramo alimentício - Uso da expressão “Savana” por ambas as litigantes - Inexistência de confusão do público e de concorrência desleal - Público alvo diferente - Pedido de tutela inibitória improcedente - Apelação improvida. Propriedade industrial - Marca - Ramo alimentício - Uso da expressão “Savana” por ambas as litigantes – Vocábulo de uso comum carente da proteção insculpida no art. 124, V, da LPI - Pedido de tutela inibitória improcedente – Apelação improvida. Denominação social - Colidência entre nome empresarial (“Savana”) - Aplicação do princípio da especificidade - Atuação das litigantes no ramo alimentício - Segmentos, porém, diversos (entreposto de carne, e indústria e comércio de alimentos) - Objeto social discriminado na denominação social das litigantes - Público alvo diverso - Impossibilidade de confusão - Improcedência do pedido de condenação à obrigação de fazer (alteração da denominação social) - Apelação improvida. Dispositivo: negam provimento. (Apelação Cível 00093760520088260495 – Registro – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime Voto nº 19152)

Apelação. Decisão que julga habilitação de crédito em recuperação judicial recorrível por agravo de instrumento. Artigo 17 da Lei nº 11.101/05. Precedentes. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 90001952620108260309 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7554)

Declaratória. Nulidade de cláusula de contrato de sociedade em conta de participação. Prescrição. Inocorrência. Pretensão de cobrança. Prazo geral. Artigo 205 do Código Civil. Ausência de alegação de qualquer vício de vontade. Inexistência de fundamento jurídico para a declaração de nulidade da cláusula contratual em debate. Pacta sunt servanda. Cláusula válida. Ausência de dever de indenizar. Recurso não provido. (Apelação Cível 00139802220108260565 – São Caetano do Sul – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7331)

Sentença - Nulidade - Inocorrência - Ausência de violação aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa - Determinação judicial para que as partes especificarem as provas que pretendiam produzir, justificando sua necessidade e pertinência - Ausência de interesse, por parte da apelante, na designação de audiência de tentativa de conciliação - Prova documental carreada aos autos que se mostra suficiente para a solução da controvérsia - Desnecessidade de produção de prova em audiência - Aplicação do artigo 330, I do Código de Processo Civil. Sentença - Nulidade - Julgamento extra petita – Inocorrência - Publicidade da sentença autorizada no dispositivo - Condenação que se insere no campo da indenização mas não foi pedida - Caracterização de julgamento ultra petita - Redução - Reforma para cancelamento dessa parte do dispositivo da sentença. Responsabilidade civil - Propriedade industrial – Concorrência desleal - Divulgação de propaganda comparativa enganosa - Omissão de dados relevantes e utilização de meios ou métodos que induzam o consumidor em erro, desrespeitando os princípios da boa-fé objetiva, da transparência e da livre concorrência, que permeiam as relações entre os concorrentes e entre estes e seus consumidores - Dever de indenizar configurado - Dano patrimonial e moral - Ausência de prova do efetivo prejuízo para ressarcibilidade do dano material - Dano moral - Caracterização em virtude da concorrência desleal - Dano in re ipsa - Indenização - Fixação no dobro do despendido com a publicidade enganosa, tanto na preparação da campanha como na divulgação até a sua cessação - Apuração em liquidação de sentença por artigos. Manutenção da sentença no tocante aos demais pedidos postulados na inicial. Ação procedente em parte - Apelação provida parcialmente. (Apelação Cível 01741827320118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12146)

Decadência - Sociedade limitada - Anulação de assembleia convocada para deliberar sobre exclusão de sócio por justa causa - Regência supletiva da LSA prevista no contrato social - Inaplicabilidade, porém, do art. 286 da LSA diante da previsão expressa no CC/02 acerca do prazo decadencial para o sócio excluído pedir a anulação da assembleia (art. 48) – Ação

anulatória ajuizada dentro do prazo decadencial de três anos - Decreto de decadência afastado - Apelação provida para este fim. Sociedade limitada - Expulsão de sócio por justa causa (CC, art. 1.085) - Quórum qualificado estabelecido no contrato social (85% do capital social) - Inaplicabilidade do art. 1.074, §2º, da LSA ao caso concreto - Matéria que não diz respeito diretamente ao sócio excluído - Maioria absoluta que se refere ao valor das cotas e não ao número de sócios votantes (CC, art. 1.085, e art. 30 do contrato social neste sentido) - Hipótese em que embora exclusão tenha sido aprovada por unanimidade, sócios votantes detinham 79,58% do capital social, percentual inferior ao exigido no contrato social da corré – Inobservância ao quórum deliberativo - Assembleia anulada, reintegrando-se o autor no quadro societário - Anulatória procedente – Apelação provida para este fim. Dispositivo: dão provimento ao recurso. (Apelação Cível 00012007720118260286 – Itu – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20465)

Recurso. Embargos de declaração. Contradição inexistente. Caráter infringente. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02981557420118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 16/10/2012 - Votação Unânime – Voto nº 12508)

Tutela antecipada. Ação inibitória a suposta violação de direitos de propriedade industrial. Pedido de abstenção de uso de conjunto-imagem (trade dress). Indeferimento. Ausência de verossimilhança da alegada possibilidade de confusão entre produtos, bem como do risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Requisitos necessário à antecipação pretendida, nos moldes do disposto no artigo 273 caput e inciso I do Código de Processo Civil. Insuficiência das provas documentais apresentadas para a concessão da medida. Prequestionamento. Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo. Suficiência do enfrentamento das questões de direito debatidas. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 01367647620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12774)

Tutela antecipada. Abstenção da exploração, divulgação e prática de qualquer atividade relacionada a produtos e serviços integrantes de sistema digital desenvolvido pela autora e resguardado em contrato de parceria comercial. Pedido embasado no § 3º do artigo 461 do Código de Processo Civil e acolhido integralmente em primeira instância. Ausência, porém, de relevância ou verossimilhança na alegação concernente à abrangência do sistema digital a todos os produtos comercializados pela requerente da medida antecipatória. Limitação da determinação restritiva aos produtos especificados em cláusula contratual como os únicos componentes do referido sistema de produtos e serviços de autoria e propriedade da demandante. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 01394910820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12827)

Recurso. Agravo de instrumento. Ausência de interesse recursal. Impossibilidade de interposição do recurso contra despacho. Ato judicial atacado que não tem conteúdo decisório nem carga de lesividade. Análise do pedido de levantamento da quantia depositada a título de multa que restou postergado para depois da resposta oficial do agravo de instrumento interposto anteriormente. Questão incidente que não restou decidida pelo magistrado. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01506808020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12837)

Coisa julgada - Ação de prestação de contas – Precedente medida cautelar de exibição de documentos contábeis – Pedidos diversos - Coisa julgada não configurada - Preliminar

rejeitada - Apelação improvida. Prestação de contas - Primeira fase – Sociedade empresária - Poderes de administração conferidos a todos os sócios - Gestão de fato exercida apenas pelos réus - Dever de prestação de contas reconhecido - Ação de prestação de contas procedente - Apelação improvida. Dispositivo: negam provimento. (Apelação Cível 01869875820118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21893)

Recurso. Embargos de declaração. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Caráter infringente. Pré-questionamento. Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo. Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01694176420088260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12739)

Sociedade limitada - Pretensão à prestação de contas pelos sócios remanescentes - Ilegitimidade passiva do sócio não administrador - Extinção, de ofício, da ação de prestação de contas sem resolução do mérito em relação a ele. Prestação de contas – Primeira fase – Sociedade empresária - Poderes de administração conferidos exclusivamente à sócia - Dever de prestação de contas reconhecido - Legitimidade passiva da coapelante - Ação de prestação de contas procedente - Apelação improvida. Prestação de contas - Primeira fase – Sociedade empresária - Poderes de administração conferidos exclusivamente à sócia - Direito do sócio de exigir prestação de contas à administradora, independentemente de prévia notificação extrajudicial - Direito não condicionado pela norma civil ou pelo contrato social - Recusa tácita da sócia-administradora configurada pela não prestação das contas no prazo da contestação - Interesse de agir do suplicado reconhecido - Ação de prestação de contas procedente - Apelação improvida. Dispositivo: negam provimento ao apelo, mas de ofício, declaram a ilegitimidade passiva do coapelante Maurício, extinguindo a ação em relação a ele. (Apelação Cível 00010528220128260625 – Taubaté – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21937)

Recurso. Embargos de declaração. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Caráter infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01105106620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12828)

Sociedade limitada - Exclusão de sócia por falta grave - Inscrição do nome da apelante nos órgãos de proteção ao crédito - Alegação de que a negativação conduziu à quebra de contrato de exclusividade com fornecedor de chopp e a consequente prejuízo patrimonial - Falta de prova de que a fabricante de cerveja condicionara a subsistência do contrato de exclusividade à inexistência de registros desabonadores das sócias e da pessoa jurídica - Ausência de prova de que a recorrente tenha dado azo à quebra do contrato - Inexistência, ademais, de prova robusta do prejuízo patrimonial sofrido pela choperia - Pedido de exclusão de sócio improcedente - Apelação provida para este fim. Dispositivo: dão provimento ao recurso. (Apelação Cível 00092357520118260302 – Jaú – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21856)

Competência recursal - Embargos à execução - Cobrança forçada com lastro em contrato de compra e venda de cotas sociais - Matéria não inserida na competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial - Inteligência do art. 1º da Resolução n. 538/11 - Redistribuição a uma das Câmaras de Direito Privado. (Apelação Cível 00180906720108260564 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22069)

Tutela antecipada - Medida cautelar de busca e apreensão - Pleiteou pela concessão de tutela antecipada inaudita altera pars para que seja determinada a busca e apreensão de todos os produtos que ostentem os característicos protegidos pelos registros de desenhos industriais e patente de invenção que lhe pertencem - Decisão que não concedeu a medida pleiteada - Alegação de que o laudo juntado demonstra que houve a violação de direito anunciada, e que estão presentes os requisitos da medida almejada - Descabimento - Hipótese na qual, em cognição inicial e apenas com os documentos juntados, conforme bem mencionou o nobre Magistrado singular, não há como afirmar que a empresa suplicada esteja utilizando em suas lojas objetos que possam ser consideradas cópias não autorizadas dos originais patenteados - Hipótese na qual, além de ser unilateral, o laudo em questão não fez constar a qualificação de Cássio Egídio Silva, subscritor, e não comparou produtos encontrados nas lojas com produtos da recorrente, mas tão somente desenhos mecânicos existentes nos pedidos realizados frente ao INPI - Ademais ausente a solução de projeto utilizada nos modelos de painéis encontrados nas lojas, capaz de demonstrar a contrafação - Impossibilidade de se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações capaz de dar segurança a um decreto de busca e apreensão dos produtos indicados no pedido - Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 01827895020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21940)

Multa cominatória - Exibição de documentos - Cominação de multa diária - Impossibilidade de imposição de multa diária por dia de descumprimento da medida ante a Súmula n. 372 do STJ - Aplicação do art. 461 do CPC – Multa cominatória afastada - Recurso provido para esse fim - Dispositivo: dão provimento ao recurso. (Apelação Cível 00010427520128260451 - Piracicaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22070)

Tutela antecipada - Decisão que não concedeu a antecipação de tutela pleiteada para excluir sócia dos quadros sociais das empresas em discussão - Cabimento - Ninguém é obrigado a associar-se ou manter-se associado, decorrendo daí o direito constitucional de o sócio minoritário retirar-se da sociedade (CRFB, art. 5º, II, XVII e XX), desde que atendidos os requisitos legais (CC, art. 1.029) - Hipótese na qual se trata de sociedade de prazo indeterminado, e a recorrente efetuou notificação pública de seu desinteresse em continuar como parte do quadro societário das empresas - Desaparecendo a affectio societatis e cumprido o requisito legal, inexiste motivo para a permanência da sócia minoritária no quadro societário - Não vislumbrados prejuízos na retirada, uma vez que o próprio sócio remanescente confessa em instrumento encartado aos autos que a sócia não exercia qualquer atividade nos empreendimentos - Liminar concedida - Agravo de instrumento provido. Petição inicial - Magistrada singular que considerou inadequadas as discussões relativas (a) ao efetivo desempenho das atividades societárias pela sócia retirante; (b) destinação dos desembolsos feitos pelos genitores para quitação das dívidas, que deverão ser considerados doações que posteriormente serão convertidas em antecipação de legítima - Pontos que são suscitados no instrumento cujo adimplemento é discutido nos autos Coerente o entendimento de que, enquanto questões previstas em instrumento particular submetido ao Juízo cível, sejam nesta esfera discutidas para, se for o caso, serem consideradas válidas e garantidas pelo Judiciário – Pertinência das questões levantadas - Observação, entretanto, quanto à constatação do Juízo de primeira instância no que se refere à dificuldade de se extrair logicamente os pedidos, devendo os recorrentes adequarem sua peça inicial neste sentido com vistas a facilitar a prestação jurisdicional e exercício do contraditório – Recurso provido, com observação. Dispositivo: Deram provimento ao recurso, com observação. (Agravo de Instrumento 01899051020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22042)

Competência recursal - Litígio versando sobre execução de verba honorária - Matéria não inserida no art. 1º da Resolução n. 538/2011, e nem relativa à falência, à recuperação judicial e extrajudicial - Competência das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial afastada Redistribuição a uma das Câmaras de Direito Privado. Dispositivo: Não conheceram o recurso, determinando sua redistribuição a uma das EE. Câmaras de Direito Privado. (Agravo de Instrumento 01937054620128260000 – Bebedouro – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22074)

Tutela antecipada - Ação de dissolução parcial de sociedade - Decisão que não concedeu a antecipação de tutela pleiteada - Alegação de que em razão de a primeira correcorrida não permitir a sua saída da sociedade, bem como por manter amplos poderes de administração, contraindo dívidas em nome da empresa cossuplicada, estão presentes os requisitos para a concessão da medida buscada - Cabimento - Ninguém é obrigado a associar-se ou manter-se associado, decorrendo daí o direito constitucional de o sócio minoritário retirar-se da sociedade (CRFB, art. 5º, II, XVII e XX), desde que atendidos os requisitos legais (CC, art. 1.029) Hipótese na qual, trata-se de sociedade de prazo indeterminado, e a recorrente efetuou a notificação de seu desinteresse em continuar como parte do quadro societário da empresa cossuplicada, sendo a ciência inequívoca, pois a pessoa natural coagravada apresentou contranotificação (26 de maio de 2011) - Desaparecendo a affectio societatis e cumprido o requisito legal, inexiste motivo para a permanência da sócia minoritária no quadro societário, ficando a questão da aferição de valores devidos ao final da demanda - Liminar concedida - Agravo de instrumento provido. Dispositivo: Deram provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 01939306620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22066)

Competência. Medida cautelar de exibição de documentos, ajuizada em face da empresa de telefonia, visando à entrega de "contrato de participação financeira em investimento para implantação de serviços telefônicos com promessa de adesão de uso". Natureza obrigacional do liame decorrente do contrato e não societária. Precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça. Matéria não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara de Direito Empresarial pela Resolução nº 583/2011 do Órgão Especial deste E. Tribunal de Justiça. Apreciação e julgamento pelas Câmaras integrantes das Seções de Direito Privado II e III desta E. Corte. Observância do disposto no artigo 2º, III, alínea "d", da Resolução nº 194/2004, com redação modificada pelo artigo 1º da Resolução nº 281/2006, e do Provimento nº 71/2007, todas desta E. Corte. Precedente do C. Órgão Especial deste Tribunal de Justiça. Dúvida de competência suscitada para ser dirimida perante a C. Turma Especial da Seção de Direito Privado I deste Tribunal. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00286869120108260344 – Marília – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12834)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão existente - Correção - Ausência de apreciação da contraminuta do agravado em razão de equivocada certidão apontando a ausência de resposta da parte agravada - Deficiência cartorária que não pode impedir a análise das alegações da parte - Integração do julgado com a apreciação das questões deduzidas na contraminuta, tempestivamente apresentadas – Embargos acolhidos para sanar o vício alegado, sem modificação do dispositivo do julgado. (Embargos de Declaração 00307169320128260000 – Ituverava – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12478)

Dúvida de competência. Permuta de bem móvel. Ação cobrança de plano de expansão de telefonia. Competência da C. 31ª Câmara de Direito Privado, que foi originalmente sorteada para julgar o recurso. Dúvida de competência suscitada. Suscitaram dúvida de competência. (Apelação Cível 90613116820028260000 – Suzano – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8387)

Recuperação judicial. Cerceamento de defesa não caracterizado. Ausência de prejuízo à Agravante. Privilégio de pagamento aos credores que permanecem sendo fornecedores da recuperanda. Possibilidade. Princípios constitucionais da função social e da preservação da empresa. Efetivação. Artigo 47 da Lei nº 11.101/05. Precedente. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00502372420128260000 – Presidente Prudente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6784)

Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Inocorrência. Discordância do entendimento do v. acórdão embargado, que deferiu a tutela antecipada. Caráter meramente infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00592513220128260000 – Limeira – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8576)

Embargos de declaração. Omissão. Inocorrência. Nomeação da Embargante como depositária dos bens apreendidos vinculada à revogação da tutela antecipada. Argumento enfrentado e rejeitado pelo v. acórdão embargado. Caráter meramente infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00615931620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8047)

Falência. Decretação de falência proposta contra emitente de Nota Promissória. Título de crédito subscrito por pessoa que não mais compunha o quadro societário na data da emissão do título. Título de Crédito Nulo. Revogação do decreto de falência. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00655502520128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7191)

Incompetência recursal. Permuta de bem móvel. Ação cobrança de plano de expansão de telefonia. Competência das Câmaras da 2ª e da 3ª Subseções de Direito Privado. Determinada redistribuição. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01553379020118260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8152)

Dúvida de competência. Permuta de bem móvel. Ação cobrança de plano de expansão de telefonia. Competência da C. 31ª Câmara de Direito Privado, que foi originalmente sorteada para julgar o recurso. Dúvida de competência suscitada. Suscitaram dúvida de competência. (Apelação Cível 01553318320118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8154)

Agravo de instrumento. Razões extremamente confusas. Requerimento recursal dissociado do quanto determinado pela r. decisão agravada. Inépcia recursal. Artigo 524, II, do CPC. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01126819320128260000 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7537)

Honorários periciais – Redução - Inadmissibilidade - Ausência de prova de que os honorários tenham sido fixados em valor excessivo - Perito que, por outro lado, descreveu a complexidade do trabalho a ser desenvolvido - Decisão mantida. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01224442120128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7678)

Honorários periciais. Ônus do pagamento. Parte que requer a produção da prova. Exegese do artigo 33 do CPC. Perícia requerida expressamente pelos Agravados. Decisão reformada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01232141420128260000 – Santo André – 2ª Câmara

Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7679)

Habilitação de crédito em recuperação judicial. Instrução com documento sem qualquer efeito legal. Três determinações de juntada de documentos. Descumprimento. Indeferimento liminar mantido. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01249879420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8046)

Cobrança. Dívidas da empresa anteriores à alienação de cotas pelo Apelante. Nulidade da sentença. Inocorrência. Embargos de declaração julgados e rejeitados. Inépcia da inicial e ilegitimidade ativa. Inocorrência. Apelados detentores de recibos de pagamento de débitos quitados e que podem cobrar do Apelante que assumiu a responsabilidade pelo pagamento dos mesmos. Decisões da Justiça Federal que reconhecem o direito a compensação de tributos. Inocorrência de fato novo. Decisões anteriores à propositura desta ação. Inovação de defesa em sede recursal. Impossibilidade. Ausência de prova de que as decisões se refiram aos débitos ora cobrados. Sentença mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 01412381820118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8360)

Agravo regimental. Falta de impugnação específica. Total ausência de fundamentação jurídica do recurso. Impossibilidade de conhecimento. Recurso não conhecido. (Agravo Regimental 01499523920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8149)

Agravo regimental. Decisão monocrática que não conheceu de agravo de instrumento, por ausência de juntada de cópia integral da decisão agravada. Agravante que admite esse fato. Impossibilidade de conhecimento do agravo de instrumento. Artigo 525, I, do CPC. Recurso não provido. (Agravo Regimental 01632076420128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8540)

Recurso. Embargos de declaração. Omissão inexistente. Caráter infringente. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00072021420128260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12645)

Recuperação judicial. Agravante-credor cujos créditos foram classificados como “credito com garantia real”, a despeito de sua pretensão de vê-los classificados como “extraconcursais”. Impugnação à classificação do crédito que não obsta o prosseguimento do Plano de Recuperação Judicial devidamente homologado. Elementos reproduzidos neste instrumento que não revelam possibilidade de classificação do crédito como “extraconcursal”, uma vez que o registro do contrato com cláusula de alienação fiduciária em garantia se deu após o ajuizamento da recuperação judicial. Interesse social no prosseguimento da recuperação que não cede passo à pretensão individual de um dos credores. Plano de Recuperação que concedeu prazo de 60 (sessenta) dias aos credores com garantia real para exercer opção para recebimento do seu crédito de maneira diferenciada, desde que concordassem com a liberação de suas garantias. Decurso do prazo sem manifestação do credor-agravante. Impossibilidade de reversão. Credor-agravante que não estava obstado do exercício da opção, ainda que pendente o julgamento da impugnação à classificação do seu crédito. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 01020144820128260000 – Adamantina – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12911)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão inexistente - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo – Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida – Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01022612920128260000 – Santo André – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12906)

Recurso - Apelação - Protocolização dentro da quinzena legal, mas retenção indevida dos autos - Devolução depois do prazo legal, após tentativa de contato telefônico pela Serventia - Inaplicabilidade da sanção processual de não conhecimento do recurso - Sanção imposta ao advogado pela infração disciplinar verificada (CPC, arts. 195 e 196), e não ao cliente, que tem assegurado o direito de recorrer - Apelação conhecida - Juros moratórios - Dissolução parcial da sociedade - Apuração de haveres - Juros - Termo inicial – Citação - Orientação do STJ neste sentido - Apelação improvida. Atualização monetária - Dissolução parcial da sociedade - Sentença declaratória - Efeito ex tunc – Momento da manifestação de vontade acerca da retirada fixado como data-base da apuração de haveres - Correção monetária incidente desde a data-base da apuração de haveres fixada na sentença - Fato que poderia ser dirimido via embargos declaratórios - Apelação improvida, com observação. Sucumbência – Pedido inaugural de liquidação da sociedade - Provimento jurisdicional declarando a dissolução parcial da sociedade e condenando as rés à apuração de haveres - Hipótese em que embora tenha ocorrido acolhimento parcial do pedido, autor atingiu seu objetivo (retirada da sociedade e apuração de haveres) - Resistência das rés ao pedido do autor - Sucumbência integral das demandadas - Recurso improvido - Dispositivo: conhecem o recurso e negam-lhe provimento, com observação. Determinam a expedição de ofício à Seção paulista da OAB para adoção das medidas pertinentes, nos termos dos arts. 195 e 196 do CPC. (Apelação Cível 01586465620108260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18904)

Recurso - Apelação - Interposição antes do julgamento dos embargos declaratórios opostos pela parte adversa - Acolhimento dos embargos apenas acrescentando ordem de restituição das cambiais emitidas pelo embargante – Motivação e resultado do julgamento inalterados - Desnecessidade de ratificação ou reiteração das razões recursais – Apelação conhecida. Recurso - Agravo retido - Reiteração nas razões recursais - Inocorrência - Incidência do art. 523, § 1º, do CPC – Agravo retido não conhecido. Sentença - Identidade física do Juiz - Prolação da sentença por Juíza que não presidiu o processo - Irrelevância – Hipótese em que não houve audiência de instrução - Inexistência de vinculação do Juiz que presidiu o feito durante a produção de prova pericial - Nulidade inexistente - Preliminar rejeitada. Compra e venda - Cotas sociais - Negócio entabulado entre os dois sócios da pessoa jurídica - Indicação de terceira pessoa para substituir o sócio cedente no quadro societário - Instrumento particular no valor de R$ 120.000,00 - Superveniente pretensão do sócio subsistente à revisão do preço do negócio sob a justificativa de que valor das cotas sociais foi calculado equivocadamente, pois omitidas despesas na apuração de haveres - Improcedência - Desligamento do sócio por ato bilateral - Livre negociação do preço, não atrelado à apuração do patrimônio líquido - Valor do fundo de comércio calculado unilateralmente pelo próprio comprador - Preço do negócio composto pelo valor do fundo de comércio calculado pelo recorrido (R$ 42.609,43) e pelo aviamento aziendal estimado pelos litigantes (R$ 77.393,57) - Inadmissibilidade do pedido de redução do preço com base em balanço elaborado depois de um ano da negociação, depois de lhe ser cobrada a sétima parcela avençada - Responsabilidade contratual do cessionário pelas dívidas vencíveis da sociedade empresária – Subsistente aplicação do princípio da autonomia patrimonial ao sócio cedente - Inviabilidade de o apelado se beneficiar da própria torpeza - Manutenção do preço do contrato em R$ 120.000,00 - Declaratória improcedente neste tocante – Apelação parcialmente provida para esse fim. Execução por título extrajudicial – Instrumento particular de cessão de cotas sociais - Cobrança forçada de cinco das doze parcelas

avençadas - Superação da controvérsia quanto ao pagamento das parcelas vencidas nos meses de dezembro de 2002 e janeiro de 2003, bem como ao desconto concedido na primeira parcela, vencida em julho de 2002 - Excesso de execução indicado na ação revisional não configurado - Declaratória e embargos do devedor parcialmente procedentes (CPC, art. 515, § 1º). Correção monetária - Notas promissórias - Lastro em instrumento particular de cessão de cotas sociais – Atualização monetária a partir do vencimento de cada uma das cambiais,e não de sua emissão - Deferimento judicial do pedido de alteração da cláusula contratual referente à correção monetária - Adendo contratual apresentado pelo suplicante rejeitado por ser apócrifo - Legitimidade - Inaplicabilidade do art. 377 do CPC ao caso concreto - Caso concreto que discute obrigação inserida no próprio documento contratual, e não à mera nota inserida em documento representativo de obrigação a qual se refere o dispositivo - Ineficácia do contrato apócrifo - Hipótese, ademais, em que as anotações cogitadas pelo art. 377 do CPC não dependem de assinatura do declarante, mas devem ser escritas pela própria pessoa contra quem se pretende opô-las - Ineficácia probatória do 'adendo contratual' trazido pelo recorrente, presumindo-se vigente a cláusula contratual litigiosa, cuja alteração judicial pelo órgão colegiado - Declaratória parcialmente procedente para esse fim – Apelação improvida neste tocante. Penhora - Bem imóvel - Fração ideal – Impenhorabilidade suscitada com fulcro na existência de ação de usucapião do bem de raiz - Falta de prova nesse sentido - Constatação de que bem de raiz não pertence ao executado e sim à sociedade empresária da qual é sócio - Aplicação do princípio da autonomia patrimonial - Ilegitimidade da penhora do bem social - Levantamento da constrição determinado - Embargos do devedor parcialmente procedentes para esse fim (CPC, art. 515, § 2º). Dispositivo: Não conheceram o agravo retido, e deram parcial provimento ao recurso de apelação para julgar parcialmente procedentes os embargos do devedor e a ação declaratória. (Apelação Cível 00059763220038260309 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19973)

Interesse processual - Modalidade adequação – Ação cautelar de exibição, busca e apreensão de documentos - Medida preparatória para futura instalação de procedimento arbitral - Tribunal arbitral não instalado - Possibilidade de ajuizamento da ação cautelar perante o Poder Judiciário - Cláusula contratual e Regulamento do Tribunal Arbitral nesse sentido (art. 66) - Fundado temor de ocultação dos documentos contábeis necessários à apuração dos haveres da sócia dissidente - Interesse de agir reconhecido - Apelação improvida Dispositivo: recurso improvido. (Apelação Cível 00086104120118260011 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20382)

Sociedade anônima - Dividendo obrigatório - Ausência de previsão estatutária - Decisão assemblear determinando a distribuição de dividendo obrigatório inferior ao mínimo legal - Impossibilidade, quando houver oposição de acionista presente na assembleia - Inteligência do disposto no artigo 202, § 3º da Lei nº 6.404/76 - Ação procedente - Apelação desprovida. (Apelação Cível 00387993220108260562 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12376)

Recurso - Agravo de instrumento - Pretensão recursal que se volta a obter nesta instância determinação de “fechamento das clínicas odontológicas” geridas pelos recorridos – Hipótese em que a própria recorrente nega a intenção de lacração dos estabelecimentos e limita o pedido à proibição do desempenho de atividade concorrente nas unidades sub judice - Medida já concedida em primeiro grau e, inclusive, confirmada nesta instância em análise de recurso precedente - Ausência de interesse recursal - Não conhecimento do recurso – Observação feita por esta Corte quanto ao descumprimento confesso dos recorridos, dando causa à incidência da sanção judicial já disciplinada para o descumprimento, e abrindo à recorrente a possibilidade de ressarcimento de eventuais prejuízos apurados e comprovados no curso da demanda indenizatória - Recurso não conhecido, com observação. Dispositivo: Não conheceram o recurso, com observação. (Agravo de Instrumento 00872099020128260000 -

São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21217)

Recurso - Embargos de declaração - Alegação de matéria que não restou decidida na decisão agravada, nem tampouco constou das razões do recurso - Não conhecimento – Omissão inexistente - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado – Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos conhecidos em parte e nesta rejeitados. (Embargos de Declaração 00392424920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12466)

Recurso. Embargos de declaração. Omissão inexistente. Prequestionamento. Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo. Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00608405920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12488)

Recurso. Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida nos autos, sendo desnecessário responder a argumentos a guisa de quesitos. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00500952020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12590)

Recurso - Embargos de declaração - Omissões inexistentes - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo – Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida – Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00486514920128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12591)

Recurso. Embargos de declaração. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Caráter infringente. Pré-questionamento. Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo. Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00832675020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12779)

Recurso. Embargos de declaração. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Caráter infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00850351120128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12826)

Apelação. Decisão que julga habilitação de crédito em recuperação judicial recorrível por agravo de instrumento. Artigo 17 da Lei nº 11.101/05. Precedentes. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00007992520088260079 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7527)

Embargos de declaração. Omissão. Inocorrência. Eventual dolo ou má-fé da Embargada que não altera o resultado do julgamento. Requerimento de depósito do valor penhorado limitado à antecipação da tutela recursal. Caráter meramente infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00600767320128260000 – Nova Granada – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7692)

Consignação em pagamento. Sentença que julga improcedente o pedido consignatório, mas não declara o montante devido nem condena a Apelante ao seu pagamento. Nulidade. Sentença citra petita. Consignação em pagamento que tem natureza dúplice. Necessidade de dilação probatória. Impossibilidade de aplicação do artigo 515, § 3º, do CPC. Retorno dos autos à vara de origem. Recurso prejudicado. (Apelação Cível 00028214520108260157 – Cubatão – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8363)

Cobrança. Ação regressiva de sócio em face da sociedade e dos demais sócios. Ilegitimidade passiva. Sócio que não integrou o polo passivo da execução em que foi feito o acordo. Dívida da empresa, que ainda possui personalidade jurídica. Exclusão do Apelante Joaquim do polo passivo. Recurso provido neste ponto. Nulidade da sentença. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Prova documental suficiente para demonstrar as alegações de ambas as partes. Contratação de advogada que representou o exequente contra o Apelado que é fato irrelevante para o caso. Comunicação de que o acordo seria feito por valor menor que também não afasta ou reduz a condenação. Microfilmagem de cheques que não é prova imprescindível para o julgamento do pedido inicial. Recurso não provido neste ponto. Nulidade da sentença. Ultra petita. Não configuração. Apelado que pede expressamente a condenação dos réus ao pagamento do principal, juros e correção monetária. Pedido que consta da parte da petição inicial intitulada “Do crédito pleiteado” e não da parte intitulada “Do pedido”. Irrelevância. Sentença válida. Recurso não provido neste ponto. Cobrança. Sócio que faz acordo em execução e paga integralmente dívida de empresa. Terceiro interessado. Subrogação nos direitos de credor. Pagamento demonstrado. Honorários pagos ao advogado do Apelante e custas processuais. Pagamentos que não aproveitaram a empresa, mas sim o Apelado, que foi incluído no polo passivo da execução em razão de desconsideração da personalidade jurídica. Exclusão da condenação. Recurso parcialmente provido neste ponto. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00110147720108260568 – São João da Boa Vista – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8056)

Cobrança. Compra e venda de cotas de sociedade limitada. Inépcia da inicial. Inocorrência. Causa de pedir e pedido claros. Compensação. Impossibilidade. Apelantes que alegam ser credores do marido da Apelada. Crédito com terceiro que não enseja compensação. Artigo 368 do Código Civil. Recurso não provido. (Apelação Cível 00273696920108260114 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8139)

Obrigação de não fazer. Cerceamento de defesa não caracterizado. Prova documental que ampara as alegações de ambas as partes já foi juntada aos autos. Propriedade industrial. Testeira de posto de gasolina com cores e padrões muito parecidos com os dos postos de gasolina BR. Concorrência desleal configurada. Alteração do padrão da testeira posterior à concessão de tutela antecipada. Obrigação de não fazer mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 00077755820098260323 – Lorena – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8137)

Monitória. Instrumento de distrato de compra e venda de cotas de sociedade limitada firmado entre sócios. Obrigação de pagamento assumida pelo sócio que adquiriu as cotas do Apelante, sócio retirante, não pela sociedade. Personalidades jurídicas distintas. Ilegitimidade passiva

configurada. Tempestividade dos embargos monitórios e aplicação dos efeitos da revelia. Irrelevância. Ilegitimidade que é questão de ordem pública e pode ser reconhecida de ofício. Extinção do processo sem resolução do mérito mantida por fundamento diverso. Recurso não provido, com observação. (Apelação Cível 00192919820088260068 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8266)

Embargos de declaração. Omissão. Inocorrência. Caráter civil do nome de empreendimento imobiliário e marca de alto renome de titularidade da Agravante. Argumentos enfrentados e rejeitados pelo v. acórdão embargado. Caráter meramente infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00512851820128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8564)

Recuperação judicial. Destituição dos sócios da gestão da empresa recuperanda. Negativa de prestação de informações requeridas pelo administrador judicial. Assembleia de credores não agendada, um ano e meio após a decretação da recuperação judicial. Empresa que suspendeu suas atividades. Nomeação de outro gestor judicial necessária. Artigo 64, IV, 'c', e V, da Lei nº 11.101/05. Cerceamento de defesa não caracterizado. Necessidade de convocação imediata de assembleia geral de credores para deliberar sobre o novo gestor judicial. Artigo 65 da Lei nº 11.101/05. Recurso não provido, com determinação. (Agravo de Instrumento 00530753720128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 6787)

Embargos de declaração. Omissão. Inocorrência. Argumentos que não guardam a urbanidade e a polidez necessárias às peças processuais. Confusão procedimental causada, em parte, pela Embargante, que insistiu na interposição de agravo retido e na apresentação de pedidos de reconsideração contra decisão que determinou a emenda da inicial. Peças processuais inadequadas. Necessidade de interposição de agravo de instrumento, não cumprida. Petição inicial não emendada. Embargante que insiste na manutenção dos sócios da empresa Embargada no polo passivo até neste recurso. Patente contradição entre os requerimentos de reconsideração da decisão e de recebimento da petição como agravo retido, de um lado, e de cumprimento da emenda da inicial, de outro. Caráter meramente infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00619517820128260000 – São Vicente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7987)

Apelação. Falência. Declaração de invalidado de contrato de mútuo celebrado com o falido. Grupo econômico de fato, reciprocidade de operações e boa-fé. Negócio simulado. Apelo das autoras a que se dá provimento. Recurso adesivo da massa falida a que se nega provimento. (Apelação Cível 01214731220078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 23863)

Cobrança. Débito condominial. Sentença que estabelece condenação no período correspondente à inadimplência. Honorários advocatícios. Correta aplicação do art. 20, § 3º c/c art. 21, parágrafo único, do CPC. Recurso não provido. (Apelação Cível 00251190820108260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13507)

Embargos de declaração - Inexistência de irregularidades – Prequestionamento - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01861241420118260000 – Campinas - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13721)

Apelação. Falência. Ação declaratória de invalidade de contrato de mútuo celebrado com o falido. Grupo econômico de fato. Inexigibilidade de parcela do valor contratado em virtude da aquisição de debêntures de sociedade do grupo econômico. Apelo a que se dá provimento. Vistos. (Apelação Cível 91320704720088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 23682)

Embargos de declaração - Omissão – Premissa equivocada - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02715863620118260000 – Osasco - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken – 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13818)

Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02267403120118260000 – Penápolis - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13747)

Embargos de declaração - Contradição, omissão e obscuridade - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02332679620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime – Voto nº 13817)

Agravo de instrumento – Recuperação Judicial - Reconsideração da decisão agravada comunicada pelo Juízo - Perda do objeto do recurso caracterizada - Recurso prejudicado - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02621496820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13627)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Pretensão à redução da multa diária - Impossibilidade - Multa diária fixada por outro juízo - Incompetência do juízo da recuperação para alterar o valor do crédito reconhecido por outro - Recurso não provido. Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Litigância de má-fé - Inocorrência – Não preenchimento dos elementos necessários, arrolados nos artigos 17 e 18, ambos do Código de Processo Civil, para sua caracterização - Condenação afastada - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02514631720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13626)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Preclusão temporal - Ocorrência - A não realização de ato próprio dentro do prazo previsto em lei como a não interposição de recurso contra a primeira r. decisão que analisou o pedido de alteração contratual caracteriza a ocorrência de preclusão temporal - Se a agravante pretendesse a almejada reforma deveria ter se insurgido contra a primeira r. decisão que analisou o pedido de alteração contratual e não neste momento processual – Recurso não conhecido. Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Remuneração do Sr Administrador judicial e Sr perito judicial – Peças facultativas necessárias. Ausência. Falta de peça útil, essencial e necessária à compreensão da controvérsia. A ausência de juntada de peça facultativa útil à apreciação da matéria sustentada

no agravo de instrumento importa na negativa de seguimento. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02684832120118260000 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13066)

Agravo de instrumento - Ação de falência - Habilitação de crédito - Preclusão temporal - ocorrência - A não realização de ato próprio dentro do prazo previsto em lei como a não interposição de recurso contra a primeira r. decisão que impôs o recolhimento de custas caracteriza a ocorrência de preclusão temporal - Se a agravante pretendesse a almejada revogação deveria ter se insurgido contra a primeira r. decisão que determinou o pagamento de custas e não neste momento processual - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02659040320118260000 – Pereira Barreto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13637)

Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Habilitação de crédito – Ausência de comprovação do crédito – O pedido de habilitação de crédito é improcedente, uma vez que, nos autos, não restou efetivamente comprovado o pagamento dos valores que se pretende habilitar - R. decisão mantida – Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 03108237720118260000 – Mirassol – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13736)

Embargos de declaração - Omissão e contradição - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade – Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, os embargos de declaração visam novo julgamento do feito, o que é inadmissível. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02577396420118260000 – São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13702)

Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02451321920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13618)

Interesse processual - A r . decisão interlocutória recorrida determinou a ineficácia da hipoteca e dação em pagamento do imóvel, determinação que atinge diretamente os interesses da agravante mesmo que a propriedade do imóvel já tenha sido transferida, haja vista que a agravante, pelo que consta dos autos, era devedora do adquirente. Cerceamento de defesa - Conforme consta dos autos foram diversas as tentativas frustradas de citação da agravante em endereço que constava de sua ficha cadastral na JUCESP. Não ocorrência de cerceamento de defesa. Nulidade da sentença - Sentença corretamente fundamentada - Alegação de nulidade afastada. Agravo de instrumento - Hipoteca - Dação em pagamento - Termo legal - Desnecessidade de ajuizamento de ação revocatória, tendo em vista disposição expressa do parágrafo único, do art. 129, da Lei n° 11.101/05 - Possibilidade de rescisão da sentença que homologou a quitação a dívida por meio de dação em pagamento - art. 138, da Lei n° 11.101/05. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02707939720118260000 - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - São Paulo – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13382)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Impugnação de crédito - Documentos indispensáveis - Existência – De acordo com as cópias dos documentos anexados à

impugnação ofertada pela recorrida, observa-se que foram juntados os documentos necessários à comprovação de seu crédito. Manifestação do Sr. Administrador Judicial e do Sr. Perito Contador que não solicitaram outros documentos para verificar o crédito da recorrida. Eventual ausência de documento indispensável deve ser cumprido, a princípio, o art. 284 do CPC e não julgar extinto o feito como pretende a recorrente. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 03095757620118260000 – São Bernardo do Campo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken – 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13684)

Agravo de instrumento - Autofalência - Decretação - Pretensão à revogação da quebra - Acolhimento - Necessidade de comprovação da alteração do contrato social perante a JUCESP anterior ao pedido de autofalência e demais alegações - Não se constata, em sede de cognição sumária, que a recorrida poderia requerer a autofalência, uma vez que ausente prova do registro de alteração do contrato social perante a JUCESP, prova da administração do Sr. Paulo Roberto da Gama Silveira para o período referente aos anos de 2008 a 2009, bem como a alegação de ausência de insolvência, o que deverá ser devidamente comprovado perante a Primeira instância antes de ser decretada a falência da empresa recorrida - Decretação de quebra anulada - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 03089123020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13277)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Cédula de crédito bancário - Instrumento de cessão fiduciária de títulos de crédito em garantia - Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título no Registro de Títulos e Documentos - Inteligência do art. 1.361, § 1º, do Código Civil - Súmula n° 60 do E. TJSP - Inexistência de registro anterior ao pedido de recuperação judicial - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00024249820128260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13720)

Agravo de instrumento – Constrição eletrônica - Sistema BACEN-JUD - R. Decisão agravada que indeferiu o pedido de desbloqueio - Agravante que comprovou que os valores bloqueados são, em suma, salário percebido pelo agravante, como assessor jurídico da Câmara Municipal de Água Clara/MS e, ainda, eventuais honorários recebidos como profissional liberal - Tais verbas estão resguardadas pela impenhorabilidade prevista no art. 649, inciso IV, do Código de Processo Civil - Decisão reformada com determinação para imediata liberação, ao agravante, dos valores bloqueados e depositados em Juízo – Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02660322320118260000 – Andradina – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13710)

Declaratória de existência de sociedade de fato c.c. dissolução de sociedade e apuração de haveres - Antecipação de tutela para permitir à agravada que continue com suas instalações dentro de área pertencente à agravada - Razoabilidade - Fungibilidade da antecipação da tutela e das medidas cautelares, consagrada pelo § 7º, do art. 273, do CPC, bastando a plausibilidade do direito invocado e a possibilidade de lesão de difícil reparação para o seu deferimento – Agravante que está instalada desde os idos de 1993 - Necessidade de preservação da empresa e do pleno emprego - 3º Juiz vencido, conforme declaração constante no corpo do v. acórdão - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01239538420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 11/09/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 13722)

Ação de cobrança c.c. declaratória de responsabilidade civil - Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito firmado com o banco falido - Aquisição de debêntures e export note de empresas coligadas - Procedência em parte em primeiro grau - Manutenção. O patrimônio da Massa Falida, embora esteja sob a administração do administrador judicial, continua, enquanto não convertido em pagamento aos credores, a pertencer ao falido, o qual

pode exercer assistência litisconsorcial daquela nos processos por ela ou contra ela movidos - O interesse da autora em incrementar suas atividades empresariais com os recursos advindos da transação celebrada com o banco falido a afasta do conceito de consumidora previsto no art. 2º, caput, do CDC - Nenhum vício de vontade, passível de fazer nulo ou anulável o negócio jurídico, tisna o contrato firmado pelas partes. Os dirigentes da autora, presumidamente afeitos às tratativas com os bancos e com o mercado financeiro em geral, tinham, necessariamente, consciência dos riscos envolvidos nas operações realizadas - Impossível estender-se a condenação aos corréus Edemar e Procid se em relação a eles a autora não tem ação - O excesso na fixação do valor a que foi condenada a autora a título de honorários advocatícios impõe sua redução, tendo-se em conta que o debate travado nos autos não exigiu dos patronos dos réus estudo de maior complexidade. Apelação da Massa Falida desprovida. Provimento, em parte, da apelação da autora. (Apelação Cível 91320384220088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18752)

Embargos declaratórios opostos pelos réus acolhidos para correção de erro material evidente na publicação do acórdão anterior, e para tornar transparente que, em virtude da exclusão de Edson, o autor pagará ao seu advogado honorários no valor de R$ 1.500,00, com base no art. 20, §4º, do CPC. (Embargos de Declaração 02467843620098260002 - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23431c)

Pedido de restituição. Adiantamento de contrato de câmbio. Possibilidade. Precedentes do STJ. Sentença que acolhe o pedido, mas determina que a restituição seja efetivada apenas quando se iniciasse o plano de pagamento dos credores. Restituição que deve ser feita após a satisfação dos valores indicados no art. 151 da LRE (créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 salários-mínimos por trabalhador). Provimento para este fim. (Apelação Cível 00008343220128260309 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24894)

Falência - Pedido rejeitado devido ao valor da dívida atingir pouco mais de 25 salários mínimos (25,80 salários mínimos) quando do ajuizamento da ação - Aplicação da jurisprudência que não admitia a quebra por dívida de valores ínfimos (Resp. 920140 MT, Resp. 598881 SC e Resp. 959695 SP) e de precedente atualizado que recomenda a observância do art. 94, I, da Lei 11101/2005 (Resp. 805624 MG) - Sentença mantida – Não provimento. (Apelação Cível 00090834120098260320 – Limeira – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24871)

Concorrência desleal - Utilização do trade dress de marca de distribuidora de combustíveis, com utilização de fachada do posto de gasolina com as cores que caracterizam o conjunto de imagens distintivo - Violação de direitos da propriedade industrial e usurpação que tem finalidade de aproveitamento da bandeira para captação de clientela - Sentença de procedência. Apelo para reconhecimento de ausência de interesse de agir, ou julgamento de improcedência, bem como redução dos honorários. Não provimento. (Apelação Cível 02034288520098260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24893)

Empresária que adquire veículo financiado e que ingressa com ação para encerrar empresa que estaria desativada, dando à causa o valor de R$ 10.000,00 - Taxas judiciárias de valor não significativo - Inaplicabilidade da Lei 10106/50 - Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01904351420128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24866)

Recuperação - Ausência de qualquer fato impeditivo para a assembleia (art. 36, da Lei 11.101/2005) - Inadmissibilidade de prorrogação do prazo de suspensão - Não provimento.

(Agravo de Instrumento 01937626420128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24863)

Ação promovida contra quem vende produtos contrafeitos e contra quem os fabrica - Possibilidade de incluir todos no polo passivo (litisconsórcio necessário) - Provimento para afastar o decreto de extinção e determinar o prosseguimento. (Apelação Cível 00087199520108260009 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24887)

Ação cautelar extinta de força açodada, tendo em vista ter o Tribunal dado provimento ao recurso de Apelação 0008719-95-2010.8.26.0009, devendo prosseguir até ulterior julgamento, em conjunto ou separadamente com a ação principal - Provimento. (Apelação Cível 00072909320108260009 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24888)

Recuperação - Credor que objetiva excluir seu crédito do quadro invocando o art. 49, § 2º, da Lei 11101/2005 - Circunstâncias (registro posterior ao da distribuição, falta de registro e contratos celebrados em data posterior) que autorizam abonar a decisão de Primeiro Grau, remetendo o interessado para a cognição adequada, ou seja, à impugnação formal - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01949924420128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24880)

Concorrência desleal - A tutela da propriedade industrial deve ser completa e, para isso, convém que a perícia aborde todos as situações capazes de produzir ofensa ao direito de marca registrada, inclusive o fenômeno da associação de marcas e que poderia provocar diluição e enfraquecimento da marca - Provimento para que se inclua, nos pontos controvertidos, investigação sobre a associação de marcas. (Agravo de Instrumento 01801011820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24736)

Recuperação judicial. Crédito trabalhista reconhecido em sentença transitada em julgado e que declara a responsabilidade solidária da recuperanda por conta de sucessão. Coisa julgada que se reputa inviolável. Recuperação judicial. Crédito atualizado até data posterior à do ajuizamento da recuperação. Inadmissibilidade. Aplicação do art. 9º, II, da Lei 11.101/05 que não implica em violação à coisa julgada. Recálculo determinado. Recurso parcialmente provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 02628312320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Araldo Telles - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24345)

União Federal - Crédito tributário - Prescrição – Termo inicial configurado na data do lançamento e notificação do devedor em 1º de agosto de 1995 - Adesão ao REFIS em 1º de março de 2000 - Hipótese de interrupção legal (art. 174, IV, CTN) - Exclusão do plano de parcelamento em 5 de janeiro de 2002 e início da execução fiscal em 5 de junho de 2006 – Curso prescricional não ocorrido - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01066266320118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18009)

Competência - Agravo de instrumento interposto na Comarca de Campanha, Estado de Minas Gerais, sobrevindo decisão monocrática declinando a competência e determinando a remessa dos autos ao Tribunal paulista - Conflito de competência suscitado pela i. Julgadora da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial da Comarca de São Paulo - Sobrestamento do feito até decisão final do Órgão superior - Decisão já transitada em julgado que declarou competente o Juízo suscitado - Determinação de retorno dos autos ao Juízo mineiro para apreciação do agravo de instrumento – Recurso não conhecido. Dispositivo: Não conheceram o recurso.

(Agravo de Instrumento 00143069120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19378)

Recuperação judicial - Execução individual por título não relacionado na recuperação judicial Impugnação da recuperanda visando à inclusão do crédito aos efeitos do art. 59 da Lei n. 11.101/2005 - Decisão no Juízo da Recuperação que entende inexistir "demonstração suficiente de que o bloqueio seja suficiente para comprometer o cumprimento do plano de recuperação judicial" e, ainda, não ter havido "julgamento definitivo da impugnação (favorável ao devedor)" - Julgamento superveniente, determinando a inclusão do crédito no quadro geral de credores da agravante - Decisão com observação para proclamar que ao Juízo da Recuperação cabe com exclusividade, declarar a existência de identidade entre os títulos executivo e habilitado e decidir sobre o destino de bens pertencentes à empresa sob recuperação, o que se fará no momento em que for decidida, de forma definitiva, a impugnação apresentada pela recuperanda. Dispositivo: recurso provido, com observação. (Agravo de Instrumento 00472721020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19235)

Recuperação judicial - Pedido de autorização para utilização das garantias anteriormente ofertadas aos credores - Pretensão à modificação de relações contratuais - Desvio da diretiva legal - Recuperação judicial que se define como instrumento judicial de solução de conflitos entre a empresa em crise econômico-financeira e seus credores e não como ação revisional - Decisão de primeiro grau mantida. Recuperação judicial - Pretensão à liberação das penhoras e arrestos - Impropriedade - Somente com autorização dos credores é possível atender à pretensão - Alteração das condições anteriores que se faz por anuência de cada credor individualmente - Expressa previsão legal (art. 50, § 1º, LREF) - Decisão de primeiro grau mantida. Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Pretensão das agravantes a que sejam suspensas as ações e execuções particulares movidas contra os acionistas e garantidores das requerentes - Impropriedade - Exegese do art. 45 e 49, §1º da Lei n. 11.101/2005 - Precedentes da Câmara - Decisão mantida - Recurso não provido. Dispositivo: recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00837788220118260000 – Sertãozinho - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21249)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Cédula de crédito bancário com contrato de constituição de alienação fiduciária em garantia (cessão fiduciária de direitos). Propriedade fiduciária que se constitui mediante o registro do título no Registro de Títulos e Documentos. Inteligência do art. 1.361, § 1º, do Código Civil. Inexistência de registro. Amortização ocorrida após o ajuizamento da ação de recuperação judicial. Pretensão à substituição de garantias. Aplicação da Súmula n. 60 desta Câmara. Recurso não provido. Multa cominatória - Fixação em R$ 10.000,00 em primeiro grau para cumprimento da determinação que a instituição financeira ré proceda à devolução em conta corrente da empresa ora autora, em 72 horas, da importância de R$3.244.288,68 - Ausência de intimação pessoal (Súmula n. 410, STJ) e inexistência de decisão definitiva - Suspensão da decisão por liminar concedida no agravo - Afastamento da multa diária - Recurso provido neste tocante. Dispositivo: Deram parcial provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 01086012320118260000 – Lençóis Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19088)

Falência - Pedido acompanhado de instrumento de confissão de dívida - Defesa da agravante que sustenta inexistência de título executivo por falta de assinatura de uma das testemunhas - Cópias juntadas aos autos que apontam séria dúvida sobre o momento em que foi lançada a assinatura da segunda testemunha - Manifestação do Ministério Público nesse sentido, nesta instância - Sentença de falência revogada - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01517385520118260000 - São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18422)

Recuperação judicial - Contrato de desconto de cheques - Apuração do crédito existente na data do pedido de recuperação judicial - Saldo que não inclui os valores provenientes de cheques dados em descontos em data posterior ao do pedido recuperatório - Decisão judicial mantida. Dispositivo: Homologam a desistência parcial do recurso e conhecem em parte do recurso e a ele negam provimento. (Agravo de Instrumento 01524998620118260000 – Lençóis Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18477)

Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Condenação em custas processuais - Inadmissibilidade - Ausência de previsão de incidência de custas em legislação estadual, não se podendo, mediante interpretação analógica, exigir tributo não previsto. Posição unânime da Câmara. Agravo de instrumento provido em parte neste capítulo. Impugnação de crédito - Recuperação Judicial - Decisão que julga parcialmente procedente impugnação de crédito retardatária e impõe condenação da recuperanda ao pagamento de custas e verba honorária - Pretensão à inversão do ônus de pagamento da verba honorária – Recurso parcialmente provido para aplicar a regra do art. 21 do CPC - Sucumbência recíproca - Recurso provido. Dispositivo: provimento em parte ao recurso. (Agravo de Instrumento 01681047220118260000 – Mairiporã – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18608)

Falência - Defesa fundada em nulidade de emissão de títulos em contrato de mútuo com juros usurários e em quitação anterior - Ajuizamento de ação pelo devedor visando à inexigibilidade da obrigação e dos títulos – Julgamento de improcedência desta ação pelo mesmo - Magistrado que, ao julgar, considerou sua decisão como fundamento para, nos autos do pedido falimentar, afastar a defesa e decretar a falência do requerente - Agravo de instrumento que repete a mesma defesa - Impropriedade - Sentença falimentar dependente de declaração objeto principal de ambas as ações, com aproveitamento dos fundamentos de improcedência lançados nos autos da ação ordinária - Defesa do art. 96, incisos III e IV, da Lei de Recuperação Judicial de Empresas, que pressupõe a existência de prova dos fatos alegados - Títulos hígidos e aptos à decretação de falência enquanto não desconstituídos - Sentença mantida. Recurso não provido. Dispositivo: recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01776436220118260000 – Amparo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - 02/10/2012 – Relator Ricardo Negrão - Votação Unânime - Voto nº 18713)

Embargos de terceiro - Sócios de sociedade limitada em recuperação judicial convolada em falência - Pretensão à decretação à suspensão da execução de seus bens arrecadados na massa objetiva - Motivação judicial fundada no arrolamento de bens pessoas no momento precedente, na forma do art. 51, VI, da Lei n. 11.101/2005 - Superveniência de decisão judicial nos autos de embargos, por sentença proferida em 11 de maio de 2012 - Perda do objeto recursal - Recurso não conhecido. Dispositivo: recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01778020520118260000 – Presidente Prudente - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - 02/10/2012 – Relator Ricardo Negrão - Votação Unânime - Voto nº 18714)

Falência - Cerceamento de defesa - Pretensão à declaração nesse sentido fundada na ausência de oportunização à demonstração de que possui bens suficiência a evitar o decreto falimentar - Alteração dos patronos nos autos – Recorrente representado por advogados Inexistência de renúncia - Intimação regular dos atos processuais - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01953686420118260000 – Assis - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - 02/10/2012 – Relator Ricardo Negrão - Votação Unânime - Voto nº 18849)

Recuperação judicial - Adjudicação de bem penhorado em execução em data anterior ao pedido de recuperação judicial - Decisão que determina a suspensão da execução - Impropriedade - Adjudicação que se considera perfeita e acabada com a lavratura e assinatura do auto pelo Juiz - Exegese do art. 685-B do CPC - Competência do Juízo da execução para a

prática dos atos judiciais subsequentes - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02183559420118260000 – Sertãozinho - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19046)

Litigância de má-fé - Condenação imposta em primeiro grau sob o fundamento de que o banco credor suscitou incidente de reavaliação de imóvel e, após ser chamado a providenciar o depósito da honorária pericial quedou-se inerte – Atraso injustificado de atos processuais à execução coletiva por 11 meses e 14 dias - Razões recursais que não justificam a inércia, mas tão somente argumentam quanto à necessidade de realização da perícia - Decisão mantida, observando que os percentuais devem incidir sobre a diferença entre os valores de avaliação suscitados pelo banco recorrente - Recurso provido neste tocante. Verba honorária - Fixação por analogia – Impropriedade - Ausência de sentença, vencedor ou vencidos - Não subsunção à hipótese do art. 20 do Código de Processo Civil. Recurso improvido neste capítulo. Dispositivo: Deram parcial provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02290544720118260000 – Jacareí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19121)

Agravo de Instrumento - Recuperação Judicial - Ausência de comprovação de procedimento de impugnação de crédito - Determinação judicial de transferência de valores fundada na realidade extraídas das listas apresentadas pelo devedor e pelo administrador judicial - Pretensão à manutenção de decisão anterior que determinou a transferência de valores debitados na conta da devedora - Viabilidade - Não tendo sido registrada a alienação fiduciária em garantia antes de distribuído o pedido de recuperação judicial, não pode ser arguida em detrimento dos demais credores e da recuperanda - Afastamento do argumento da credora no sentido de que o registro se deu em data anterior ao deferimento do processamento da recuperação judicial - Inexistência de conduta ou ato que subsome às hipóteses dos arts. 16 a 18 do Código de Processo Civil - Recurso provido em parte. Agravo interposto pela recuperanda provido em parte. (Agravo de Instrumento 02294745220118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19157)

Pedido de falência - Protesto - Aviso entregue a pessoas identificadas - Entrega efetivada no correto endereço do estabelecimento empresarial - Pretensão à declaração de irregularidade afastada em primeiro grau - Manutenção da r. decisão - Não há que se confundir a expressão "identificação da pessoa que a recebeu", contida na Súmula n. 361 do STJ, com a necessidade de "intimação do representante legal da devedora" pretendida pela agravante - Aplicação da Súmula n. 52 do Tribunal de Justiça de São Paulo - Identificado o recebedor, sem oposição da devedora, considera-se regular o protesto assim efetivado - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02525198520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19415)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Pretensão voltada à nulidade da deliberação de assembleia geral que aprovou plano modificativo e determinou quitação e liberação dos devedores solidários, suspendeu as ações e execuções judiciais movidas pelos credores contra esses mesmos devedores solidários - Credor presente, com voto favorável ao plano modificado - Recurso não provido. Agravo de instrumento – Terceiro interessado - Instituição financeira participante da assembleia geral - Voto favorável à aprovação do Plano de Recuperação Judicial - Pretensão ao reconhecimento de litisconsórcio unitário e à extensão dos efeitos a todos os credores quirografários, com fundamento na igualdade horizontal no tratamento dos credores - Direito disponível - Inexistência de litisconsórcio unitário - Exegese dos arts. 48 e 509 do Código de Processo Civil - Pretensão indeferida. Litigância de má-fé - Recorrente que deixa de juntar peça necessária à compreensão dos fatos e que indicariam sua presença na Assembleia Geral - Juntada de documentos pela agravada, elucidando os fatos ocorridos - Conduta do agravante que subsome ao disposto no inc. V, do art. 17 do Código de Processo Civil - Pena prevista no art. 18 do Código de Processo Civil aplicada. Dispositivo:

negaram provimento ao recurso, com observação. (Agravo de Instrumento 02548989620118260000 – Rio Claro - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19420)

Recuperação Judicial. Incidente em impugnação de crédito apresentada por credor. Pretensão da agravante, em regime recuperatório, ao reconhecimento de valor diverso do indicado em contrato de confissão de dívida. Anulabilidade de cláusula por configuração de estado de perigo e, ainda, por ausência de cláusula novatória expressa. Sentença que entende que os fundamentos apresentados exigem ajuizamento de ação autônoma. Impropriedade. Possibilidade de se discutir defeitos de negócio jurídico em impugnação de crédito. Inviabilidade, contudo, do processamento da impugnação, por ausência de indicação de prova específica e de requisitos caracterizadores do estado de perigo - Novação tácita evidenciada pelo discurso da recorrente - Recurso não provido neste tocante. Falência. Impugnação de crédito. Imposição de pagamento de honorários advocatícios de 10% sobre o valor do crédito impugnado. Procedência parcial para fazer incidir 10% sobre a diferença entre o valor inicialmente arrolado nos autos principais e o reconhecido como devido. Aplicação do princípio da causalidade. Recurso provido em parte neste tocante. Dispositivo: Deram provimento em parte ao recurso. (Agravo de Instrumento 02922517320118260000 – Mairiporã - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19937)

Recurso - Embargos de declaração - Alegação de obscuridade - Inexistência de qualquer vício - Pretensão de acréscimos de fundamentos não acolhida - Decisão mantida por seus próprios fundamentos - Embargos rejeitados. Dispositivo: Rejeitaram os embargos. (Embargos de Declaração 00880996320118260000 – Vinhedo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21039)

Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos rejeitados. Litigância de má-fé - Embargos de declaração opostos contra decisão em agravo de instrumento com reiteração de fundamentos já afastados - Intenção protelatória novamente identificada - Caracterização - Abuso do direito de recorrer (art,17, inc. I e VII do CPC) - Retardo na conclusão da controvérsia e sobrecarga desnecessária à estrutura Judiciária - Nova condenação da recorrente às penas por litigância de má-fé de ofício - Art. 18 do CPC - Multa de 1% sobre o valor discutido atualizado e indenização da parte adversa em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. Dispositivo: Embargos rejeitados, com observação. (Embargos de Declaração 00299698020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19618)

Perda de objeto - Impugnação ao crédito - Agravo de instrumento interposto contra r. decisão que acolheu parcialmente a impugnação para reconhecer que o crédito da casa bancária, na classe com garantia real, é de R$ 1.746.310,32 até 2.6.2011 - Alegações recursais quanto à prática de encargos ilegais e não verossimilhança dos cálculos apresentados; e inconformismo com as verbas sucumbenciais fixadas - Administrador Judicial que opina pela perda de objeto recursal em razão da aprovação do plano de recuperação e sua homologação judicial - Manifestação secundada pelo DD. Procurador de Justiça - Simples comparecimento e voto nas deliberações que não implica no reconhecimento dos valores computados nas classes relacionadas nas atas de presença e de deliberação - Matéria recursal que deve ser analisada. Impugnação ao crédito - Argumento recursal de que os encargos estão sujeitos ao previsto no plano de recuperação judicial - Entendimento correto - Todos os créditos de uma determinada classe sujeitam-se ao que ficar deliberado em relação a essa classe - Crédito habilitado e, portanto, sujeito ao concurso de credores - Recurso provido. Impugnação ao crédito - Argumento recursal quanto à ilegalidade na cumulação dos encargos moratórios – Reiterada jurisprudência que veda a cumulação de encargos - Possibilidade tão somente de cobrança de

comissão de permanência, se contratada, pela taxa média, ou pela taxa utilizada pela instituição financeira, se inferior - Juiz da Recuperação que pode decidir questões de direito incidentes sobre os créditos habilitados - Expurgo dos valores decorrentes de cumulação vedada incidentes sobre o crédito habilitado - Recurso provido. Impugnação ao crédito - Sucumbência – Honorários advocatícios - Instituição financeira vencida que deverá arcar com a verba fixada em primeiro grau - Valor fixado, contudo, que se revela excessivo - Redução, nos termos do art. 20, § 4º, a R$ 5.000,00 - Custas e despesas processuais que não podem ser impostas aos litigantes em procedimento verificatório (recuperacional ou falimentar) por ausência de lei tributária no Estado de São Paulo a impor tal obrigação - Recurso provido. Dispositivo: Deram provimento. (Agravo de Instrumento 02827258220118260000 – São Carlos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19783)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC Rejeição. (Embargos de Declaração 01840761020108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22770a)

Ação cautelar. Sequestro. Empresa em processo de dissolução de sociedade. Liminar deferida. Bens, contudo, não localizados em poder do agravante. Decisões supostamente incongruentes, mas proferidas por Juízos distintos. Ausência de fundamento a justificar a reforma da decisão. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00781411920128260000 - Lorena – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16472)

Execução. Desconsideração da personalidade jurídica da devedora, para alcance do patrimônio pessoal de sócia da empresa sucessora. Configuração de confusão patrimonial entre as empresas, além de vínculo de parentesco entre os sócios de uma e de outra, a justificar a medida de desconsideração. Falência da sucessora. Irrelevância, porque a medida tem por finalidade alcançar patrimônio pessoal da sócia. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00908854620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16600)

Embargos de declaração. Caráter infringente. Rejeição. (Embargos de Declaração 01019677420128260000 – Santa Cruz do Rio Pardo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16116)

Falencia. Sentença que julgou extinto o pedido sem apreciação do mérito. Ausência de notificação do devedor. Súmula 361 STJ. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00049457320098260597 – Sertãozinho – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16536)

Competência. Territorial. Exceção rejeitada. Decisão mantida. Dissolução de sociedade promovida contra a empresa e o sócio majoritário, com domicílio no foro central da Comarca da Capital. Inteligência dos art. 100 IV "a" conjugado com o art. 94 §4º. Faculdade do autor. Existência, ademais, de cláusula de eleição de foro. Art. 111 CPC. Súmula 335 STF. Competência do Foro Central da Comarca da Capital. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01433970620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16522)

Ação cautelar. Exibição de documentos. Liminar inicialmente deferida, mas posteriormente restringida. Decisão mantida. Aparente concorrência entre empresas, uma sócia da outra, que permite a restrição de acesso a alguns documentos. Multa pela não exibição. Descabimento. Art. 359 CPC. Súmula 372 STJ. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento

01435001320128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16560)

Execução. Cumprimento de sentença. Empresa que recorre para ver reformada a decisão que rejeitou a impugnação apresentada pela sócia. Personalidade jurídica da empresa que não se confunde com a dos sócios. Impossibilidade de recorrer, para defender interesse alheio. Art. 6º CPC. Recurso, nessa parte, não conhecido. Multa do art. 601, aplicada pela incidência do inc. IV do art. 600 do CPC. Ausência de argumento fático ou jurídico apto a modificar a decisão agravada. Alegação genérica. Recurso, nessa parte, desprovido. (Agravo de Instrumento 01478841920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16518)

Empresarial. Concorrência desleal. Cláusula que previa período de quarentena. Ex-sócio que não poderia divulgar e se utilizar da tecnologia da empresa por período de 5 anos. Pedido indenizatório. Licitude desta disposição que não prejudica os direitos por créditos societários e/ou trabalhistas do apelante. Período certo e que não o impossibilita de trabalhar. Hipótese ainda da clara intenção associada a finalidade para a mesma atividade mas, por empresas constituídas com familiares, para esse mesmo objeto social. Concorrência desleal constatada. Recurso voltado a afastar essa conclusão, desprovido. (Apelação Cível 00165937320078260224 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16406)

Falencia. Declaração de nulidade dos títulos transitada em julgado em Segunda Instancia. Ausência de documentos hábeis para a decretação da falência. Sentença de improcedência. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00056240820028260019 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16580)

Recuperação judicial. Pedido de processamento. Determinação de realização de perícia prévia, para auxiliar o juízo na apreciação da documentação contábil (art. 51 II LRF) e constatar a real situação de funcionamento da empresa. Possibilidade. Decisão mantida. Assistência técnica de perito permitida pela lei. Juiz que não dispõe de conhecimentos técnicos suficientes para apreciar a regularidade da documentação contábil apresentada. Art. 189 LRF c/c art. 145 CPC. Com relação à constatação da real situação de funcionamento da empresa, não pode o julgador mostrar-se indiferente diante de um caso concreto, em que haja elementos robustos a apontar a inviabilidade da recuperação ou mesmo a utilização indevida e abusiva da benesse legal. O princípio da preservação da empresa não deve ser tratado como valor absoluto, mas sim aplicado com bom senso e razoabilidade, modulado conforme a intenção do legislador e espírito da lei. Ativismo. Precedentes. Decisão de deferimento do processamento que irradia importantes efeitos na esfera jurídica de terceiros. Decisão integralmente mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos. Recuso desprovido. (Agravo de Instrumento 01944364220128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16599)

Antecipação de tutela. Alegação de violação ao art. 1.147 do CC. Hipótese fática, entretanto, diversa, não se justificando a medida concedida. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01117959420128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Araldo Telles - 11/09/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 25101)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 05402924019958260100 - São Paulo – Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23706)

Ilegitimidade ad causam. Polo passivo. Ação cautelar preparatória preventiva de responsabilidade societária. Corréus que não participaram do contrato de compra e venda de cotas sociais identificado como causa de pedir da demanda. Ilegitimidade confirmada. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 03047595120118260000 – Leme - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12836)

Recurso - Embargos de declaração - Segunda reiteração manifestamente protelatória - Alegação de matérias que já restaram tratadas e decididas anteriormente – Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Elevação à multa imposta para 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, ficando condicionada a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo - Artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil - Embargos rejeitados, com determinação. (Embargos de Declaração 01841818420108260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12674)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão inexistente - Alegação de matéria atacada e decidida em primeiros embargos de declaração - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Caráter manifestamente protelatório - Imposição de multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa - Artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil - Embargos rejeitados, com determinação. (Embargos de Declaração 02433411120088260100 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12677)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Suspensão das ações e execuções pelo período de 180 dias. Aprovação de plano de recuperação judicial em assembleia-geral de credores. Submissão de todos os créditos sujeitos à recuperação ao plano homologado. Natureza contratual do plano de recuperação. Créditos trabalhistas. Ilegitimidade e falta de interesse de agir do agravante. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00384223020128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24279)

Agravo. Falência. Habilitação de crédito. Preliminar de extemporaneidade afastada. Honorários advocatícios sucumbenciais. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. Legitimidade ativa para cobrança dos honorários. Cobrança de custas pela satisfação da execução. Agravo parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00530190420128260000 – Osasco – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22960)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Recurso contra decisão que em face da aprovação do plano pela Assembleia-Geral de Credores pelo quórum legal, concede a recuperação. Plano de recuperação que impõe sacrifício aos credores sem ferir a ordem pública. Concordata preventiva iniciada em 1.998, com ulterior pedido de recuperação judicial. Decreto de falência que causará prejuízos mais graves aos credores do que o plano aprovado. Instituto da falência que, na Lei nº 11.101/2005, não tem mais caráter punitivo, prevalecendo o princípio da preservação da empresa. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 00554129620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24143)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Ação de rescisão contratual cumulada com pedido de abstenção de uso de marca. Preclusão afastada. Recurso que ataca decisão que tão-

somente manteve outra anteriormente prolatada. Intempestividade do recurso. Pedido de reconsideração não suspende, nem interrompe o prazo recursal. Agravo conhecido, em parte, e negado provimento na parte conhecida. (Agravo de Instrumento 00614667820128260000 – Ribeirão Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24359)

Agravo. Falência. Habilitação de crédito. Honorários advocatícios sucumbenciais. Modificação da decisão agravada em razão do julgamento de agravo de instrumento anteriormente interposto. Ausência superveniente de interesse recursal. Agravo prejudicado. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00739347420128260000 – Osasco – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23248)

Habilitação de crédito. Desnecessidade, se o crédito fora declarado pela concordatária, sem sofrer qualquer impugnação por parte do comissário. Posterior convolação da concordata em falência, já sob o regime da L. 11101/05. Transporte de todos os créditos declarados pela concordatária para a falência, dispensável nova habilitação. Irrelevância da falta de impugnação do credor, se o crédito, por força de lei, deveria ter sido lançado pelo administrador na falência. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00908222120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17548)

Agravo de instrumento. Ação cautelar. Pedido de exibição de documentos feito com base no art. 163, § 1º, da Lei nº 6.404/76 (Lei das S/A). Comprovação do "fumus boni iuris" e do "periculum in mora". Desnecessidade no caso concreto. Decisão reformada. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 01689367120128260000 – Mogi das Cruzes – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24131)

Agravo. Falência. Habilitação de crédito. Honorários advocatícios sucumbenciais. Natureza alimentar, mas não equiparados aos créditos trabalhistas. Crédito com privilégio geral. Inteligência do art. 24 da Lei nº 8.906/94 c.c. o art. 83, inciso V, da Lei nº 11.101/2005. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01834875620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24307)

Agravo de instrumento. Ação com pedido de afastamento preventivo de sócio. Inviabilidade. Justa causa alegada para a aplicação da medida não comprovada. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 01930065520128260000 – Santo André – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24321)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Ação de exclusão de sócio. Decisão que concede tutela, a fim de suspender os poderes de administração da agravante. Documentos que evidenciam o envio, por ela, para o e-mail de empresa concorrente, da qual também é sócia, de contatos de transportadores. Concorrência desleal configurada. Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 01963487420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24347)

Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Pessoa jurídica. Art. 208 do Decreto-lei nº 7.661/45 inaplicável à espécie. Presunção relativa de hipossuficiência. Inexistência. Necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Súmula 481 do STJ. Ausência de elementos que justifiquem a concessão do benefício. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01983631620128260000 - São

Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24379)

Embargos de declaração. Omissão e contradição. Inexistência. Malgrado o escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01306944320128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24371)

Agravo de instrumento. Ação anulatória de registro de arrematação. Carta de arrematação expedida pela Justiça do Trabalho. Questão a ser dirimida perante o juízo universal por ser relativa a bens da massa. Exegese do art. 76, 'caput', da LRF. Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 02005188920128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24384)

Embargos de declaração. Contradição. Inexistência. A contradição que enseja a oposição dos embargos de declaração é aquela que se acha no próprio acórdão embargado (contradição interna). Sendo evidente o escopo equivocado com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01323798520128260000 – Regente Feijó – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24398)

Embargos de declaração. Obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01747185920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24407)

Falência - Contrato de arrendamento mercantil - Pedido de restituição de bem arrendado formulado contra a falida acolhido - Insurgência da autora restrita à determinação para devolução à arrendatária do valor residual garantido (VRG) pago antecipadamente - Restituição de tal parcela que consiste em efeito natural da resolução do contrato, até porque não houve exercício da opção de compra - Precedentes do C. STJ – Recurso improvido. (Apelação Cível 01483160520078260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17552)

Habilitação de crédito. Crédito da União Federal oriundo da aplicação de multas administrativas pelo descumprimento de normas trabalhistas e referentes ao FGTS. Decisão agravada que reconheceu a prescrição do crédito da Fazenda Nacional nos temos do artigo 174 do Código Tributário Nacional. Agravante que sustenta ser aplicável o prazo prescricional trintenário, previsto no artigo 23, §5º da lei nº 8.036/90. Inaplicabilidade do dispositivo, destinado a regular o prazo prescricional da pretensão de cobrança dos créditos devidos ao FGTS e não decorrentes de multas administrativas aplicadas pelo descumprimento de normas sobre a matéria. É quinquenal o prazo prescricional das multas administrativas, nos termos do que dispõe o Decreto nº 20.910/32. Princípio da simetria. Jurisprudência. Irrelevância de debate acerca do prazo prescricional aplicável, vez que sequer chegou a ser constituído o crédito da União Federal. Prazo decadencial de cinco anos para constituição do crédito, estabelecido no artigo 173 do Código Tributário Nacional. Crédito extinto, descabendo habilitação pretendida. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01429233520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17570)

Habilitação de crédito. Abatimento de valores pagos anteriormente à data de vencimento da nota promissória. Cabimento. A troca de correspondência eletrônica entre as partes não deixa dúvidas acerca do recebimento parcial do crédito representado pela nota promissória e, somado a isso, não comprovou o credor, ora agravante, que os pagamentos parciais se referiam a outro negócio jurídico. Existência de relações continuadas de concessão de crédito entre as partes. Não é o vencimento da nota promissória que faz surgir a obrigação, mas a sua emissão, ou, pior, a existência do crédito que apenas foi consolidado pela emissão da cambial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01808503520128260000 – Mirassol – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17622)

Embargos de declaração. Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Prequestionamento explícito. Desnecessidade de mencionar artigos de lei a cada ponto do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00835983220128260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17564)

Embargos de declaração - Inexistência de vícios no julgado - Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso - Desnecessidade de enumeração de dispositivos legais para efeitos de prequestionamento - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02967292720118260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17560)

Ação de abstenção de uso de nome empresarial cumulada com indenização por dano moral. Nome empresarial. Autora que depositou seus atos constitutivos perante a JUCESP em 1993, gozando, desde então, de proteção ao seu nome empresarial no âmbito do Estado de São Paulo. Inteligência do artigo 1.166 do Código Civil. Ré que se vale de nomes fantasia e nome de domínio "PREMIER TOUR" e "PREMIER VIAGENS E TURISMO" que afrontam a proteção outorgada ao nome empresarial da autora. Confusão causada a consumidores que provocou danos à imagem da autora, a qual faz jus a indenização por danos morais. Irrelevância de quem foi responsável pelo insucesso de campanha em que se maculou nome da autora. Recurso adesivo. Conhecimento. Inocorrência da hipótese do artigo 503 do Código de Processo Civil. Danos morais que não atingiram dimensão sugerida pela autora. Manutenção da sentença. Recursos não providos. (Apelação Cível 02164322420118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17613)

Embargos de declaração - Inexistência de vícios no julgado - Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso - Desnecessidade de enumeração de dispositivos legais para efeitos de prequestionamento - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02520244120118260000 – Palmital – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17561)

Embargos de declaração. Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Prequestionamento explícito. Desnecessidade de mencionar artigos de lei a cada ponto do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00077335520118260576 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17627)

Recuperação judicial. Créditos oriundos de cessão e alienação fiduciária, mas não submetidos ao registro previsto no artigo 1361, § 1º do Código Civil, requisito necessário à constituição da

propriedade fiduciária. Súmula 60 do TJ/SP. Subsunção à recuperação judicial ainda que se considere o regramento específico das cédulas de crédito bancário. Possibilidade de a agravante acionar os avalistas do crédito. Artigo 49, §1º, da mencionada lei. Multa processual bem fixada. Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 01151172520128260000 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26431)

Pedido de falência baseado em duplicatas não pagas. Prévio ajuizamento de ação declaratória onde se busca a suspensão do protesto daqueles títulos, com concessão de antecipação de tutela. Suspensão do processo de falência que é de rigor. Aplicação da Súmula 53 deste Egrégio TJ/SP. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01433962120128260000 – Franco da Rocha – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26706)

Restituição de quantia paga e indenização por perdas e danos. Decisão agravada que, de ofício, concebeu a ação como dissolução parcial de sociedade e apuração de haveres e incluiu a sociedade e o outro sócio no polo passivo. Decisão anulada. Pretensões que não se confundem. Modificação do pedido que viola o princípio da demanda. Impossibilidade, ademais, de se inserir no polo passivo pessoa não indicada pelo autor, ainda que se cuide de litisconsórcio necessário. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01466491720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26735)

Embargos declaratórios. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00022026820118260032 – Araçatuba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27117)

Sociedade limitada. Ação de prestação de contas. Impossibilidade de alteração do polo passivo após a citação dos réus. Princípio da estabilidade da demanda. Pedido inicial que não inclui apuração de haveres. Impossibilidade de alteração do pedido de ofício. Legitimidade passiva, na ação de prestação de contas, que é dos sócios administradores e não da sociedade, nos termos do art. 1.020, do CC. Jurisprudência do TJSP. Decisão anulada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01566600820128260000 – Itápolis – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26769)

Sociedade Limitada. Dissolução e apuração de haveres. Perda da Affectio Societatis. Apuração de haveres em liquidação de sentença. Não comprovação dos alegados investimentos efetuados na edificação e reforma da sede social. Ausência de prova neste sentido que impõe exclui-los da liquidação. Autora que não se desincumbiu do ônus que lhe é imposto pelo art. 333, I, do CPC. Desacolhimento parcial do pedido por fragilidade probatória que não implica litigância de má-fé. Recursos improvidos. Correta a r. sentença de improcedência, cujos fundamentos são ora ratificados nos termos do art. 252 do RITJSP. Recurso improvido. (Apelação Cível 00097453720108260007 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26993)

Processo Civil. Pretendida nulidade do processo, desde a sentença, em virtude da saída da advogada, em nome de quem foram feitas as intimações, do escritório. Inadmissibilidade, no substancial. Fato não informado nos autos, circunstância que o torna inapto a produzir qualquer efeito no processo. Dever da parte e de seu procurador de informar toda e qualquer alteração que exerça influência na comunicação dos atos processuais, sob pena de tal comunicação ser reputada válida. Prejuízos decorrentes da suposta negligência da advogada que devem ser objeto de ação própria. Validade das intimações feitas à advogada regularmente constituída pela autora. Intimações das decisões posteriores à petição que expôs a situação e deduziu o pedido de nulidade que, contudo, permaneceram feitas apenas em nome daquela advogada.

Vício configurado, ante os prejuízos causados à parte. Decisão que rejeitou a nulidade que deve ser novamente disponibilizada no DJe, bem como anuladas as decisões posteriores, pois dependentes daquela. Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 01776849220128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº - 27153)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Embargos declaratórios. Omissão e contradição inexistentes. Decisão monocrática que é clara quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente no recurso. Embargos rejeitados também por decisão monocrática. Recurso improvido. (Agravo Regimental 00968110820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27040)

Destituição de liquidante e arrolamento de bens. Antecipação de tutela. Inexistência de requisitos. Alegações unilaterais acerca de má gestão do liquidante. Arrolamento de bens. Fundado receio de dilapidação a que alude o art. 855 do Código de Processo Civil deve ter origem em razões concretas e seguramente comprovadas. Necessidade de se proporcionar ao agravado o exercício do contraditório quando, então, haverá a possibilidade de nova apreciação do pedido. Decisão acertada. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01978123620128260000 – Atibaia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27130)

Embargos declaratórios. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00047619120118260292 – Jacareí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27118)

Agravo. Recuperação judicial. Crédito decorrente de contrato de adiantamento de câmbio. Numerário depositado em conta bancária da recuperanda e, dias depois, utilizado para amortizar débito relativo a cédulas de crédito bancário. Discussão sobre eventual caráter extraconcursal do crédito superada pela inclusão em plano de recuperação aprovado pelo agravante. Perda superveniente do interesse processual na impugnação (art. 267, VI, do CPC). Posterior reconhecimento, por esta Câmara, da nulidade do plano de recuperação judicial, com determinação de apresentação de novo plano. Fato que não implica a restauração da discussão acerca da validade das ACCs e da classificação do crédito do agravante. Sujeição ao concurso de credores expressamente manifestada no conclave assemblear e nos autos deste agravo. Litigância de má-fé não configurada. Situação que não se subsume a qualquer das hipóteses previstas no art. 17 do CPC. Envio de cópias às autoridades policiais e fazendárias que não se justifica. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 02484683120118260000 – Presidente Venceslau - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21653)

Agravo de instrumento. Falência. Pretensão de restituição da União. Reserva de valor. Súmula 471 do Supremo Tribunal Federal. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 02729954720118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças – 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23078)

Embargos de declaração. Obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01661343720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24338)

Ação revocatória de ato ineficaz - Cabimento - Inicial sem inépcia - Procedência em primeiro grau - Manutenção. Não é inepta a inicial se a causa de pedir evidencia o fato de ter sido constatada pelo administrador judicial, à vista dos registros contábeis da falida, transferências feitas à ré pela falida - Apesar de a hipótese do art. 129 ser diferente da hipótese do art. 130, ambos da LFR, e de haver quem julgue que a declaração de ineficácia do ato praticado com ofensa ao primeiro dos dispositivos citados possa ser feita nos autos do processo falimentar ou incidentalmente em qualquer outro processo, e de ofício, é recomendável que se postule, configurando-se caso enquadrável na sanção da ineficácia, a revogação do ato em relação à massa falida – O prazo de decadência há de ser contado da data em que decretada a falência da autora e não do Banco Santos S.A. - Cabia à ré a prova da origem do dinheiro que lhe foi transferido, ônus do qual não se desincumbiu – Verba honorária fixada com observância do art. 20, § 3º, do CPC. Apelação desprovida. (Apelação Cível 03419509220098260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19104)

Embargos de Declaração - Falência - Pedido de Restituição - Improcedência em primeiro grau - Contrato de Financiamento com o BNDES - Alegação de erro material. Existente erro material, os embargos devem ser acolhidos para saná-lo. Embargos de Declaração acolhidos. (Embargos de Declaração 91468364220078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19696)

Embargos à Execução de cédulas de produto rural financeiras - Improcedência em primeiro grau - Manutenção. O financiamento da atividade empresarial, sendo esta essencialmente voltada à produção de bens e serviços para o mercado, não se confunde com o fornecimento de crédito ao consumidor - O art. 5º, caput, da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, tratando do alongamento de dívidas originárias de crédito rural, aplicou-se apenas às operações “realizadas até 20 de junho de 1995”. Além disso, o mutuário havia de comprovar o preenchimento dos requisitos exigidos em lei para que a dilação do prazo para o pagamento de sua dívida lhe fosse concedida, o que não discrepa da Súmula 298 do STJ - Fica observado que a capitalização de juros em contratos celebrados por instituição bancária após a vigência da Medida Provisória 1.963-17/00, atualmente reeditada sob o nº 2.170-36/01, só é possível se prevista contratualmente, o que não é o caso dos autos - Inaplicabilidade de teto aos juros pactuados com instituição financeira. Apelação desprovida, com observação. (Apelação Cível 90584186020098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19398)

Pedido de Falência - Crédito representado por instrumento de confissão de dívida protestado - Extinção do processo por carência da ação decretada em primeiro grau - Manutenção. Faltante interesse de agir consistente no fato de a empresa devedora estar desativada sem evidência de existirem bens à suposta satisfação do crédito da autora, bem como não estar evidenciada a origem do crédito e não ter sido identificada a pessoa que recebeu a notificação do protesto, de rigor o decreto de carência da ação. Apelação desprovida. (Apelação Cível 91019100520098260000 – Mairiporã - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19622)

Pedido de Falência - Confissão de Dívida - Inexistência de protesto do título contra a devedora - Irregularidade da capacidade postulatória - Reconhecimento – Extinção decreta em primeiro grau - Manutenção. Não há como prosseguir o processo se inexistente título executivo protestado contra a devedora, embora a dívida esteja representada por confissão de dívida e esta tenha sido garantida por cheques - Inexistente poderes de representação conferidos por substabelecimento reconhece-se a irregularidade da capacidade postulatória da autora - Honorários advocatícios fixados moderadamente, com observância do art. 20, § 4º, do CPC. Apelação desprovida. (Apelação Cível 91184079420098260000 - São Paulo - Câmara

Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19399)

Pedido de Falência - Não comprovação de entrega da mercadoria - Improcedência em primeiro grau - Manutenção. Inexistente documento hábil à comprovação de entrega da mercadoria, a improcedência da ação há de ser mantida - Como vem sendo decidido nesta Câmara, "a presunção de falido do art. 1º do DL 7.661/45 somente surge quando o inadimplemento ocorrer em relação à obrigação de valor razoável". Apelação desprovida. (Apelação Cível 92029970420098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19450)

Embargos à execução de Cédula de Produto Rural Financeira - Procedência em primeiro grau - Ilegitimidade passiva - Reconhecimento. Não tendo sido feita a prova de que a emitente do título foi notificada da cessão do crédito aplica-se o disposto no art. 290 do CC, não tendo eficácia com relação á devedora referida cessão. Apelação desprovida. (Apelação Cível 03439333820098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19451)

Agravo Interno. Petição denominada "embargos de declaração" com intuito de determinar a reconsideração da decisão, que não tem o condão de interromper o prazo recursal. Agravo de Instrumento intempestivo. Precedente do STJ. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 01177362520128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 07/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24829)

Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos rejeitados. Litigância de má-fé - Embargos de declaração opostos contra decisão em agravo regimental - Embargos de declaração que se revelam reprodução do recurso anterior, com reiteração de teses já conhecidas e afastadas pelo Órgão Colegiado - Caracterização - Abuso do direito de recorrer com interposição de recurso manifestamente protelatório (art,17, inc. VI e VII do CPC) - Retardo na conclusão da controvérsia e sobrecarga desnecessária à estrutura Judiciária - Condenação da recorrente às penas por litigância de má-fé de ofício - Art. 18 do CPC - Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização da parte adversa em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. Dispositivo: Rejeitaram os embargos, com observação. (Embargos de Declaração 00022335320128260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21888)

Agravo regimental - Decisão monocrática que negou seguimento aos embargos declaratórios manifestamente improcedentes - Autorização expressa dos artigos 557, caput, do Código de Processo Civil e 252 do Regimento Interno do E. Tribunal de Justiça - Razões invocadas que não importam em modificação da decisão colegiada que pretende a agravante revisar – Agravo não provido. Litigância de má-fé - Agravo interposto dirigido à decisão monocrática que negou seguimento a embargos de declaração - Caracterização - Abuso do direito de recorrer, com reiteração de razões já consideradas - Agravo interno manifestamente infundado e protelatório (art. 557, § 2º do CPC) - Ponderada ainda a necessidade de indenização da parte adversa pelo retardo na solução do litígio Art. 18, § 2º do CPC - Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização do agravado em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. Dispositivo: Negaram provimento, com observação. (Agravo Regimental 02288076620118260000 – Cruzeiro - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21885)

Assistência judiciária - Justiça gratuita – Requisitos - Pedido formulado em documento apartado – Admissibilidade - Documento que cumpre as exigências do artigo 4º da Lei n. 1.060/50 - Negativa do magistrado que deve ater-se apenas às hipóteses de ausência de

declaração ou evidente burla aos ditames da citada lei - Comprovação adicional determinada em primeira instância - Desnecessidade - Elementos nos autos suficientes a corroborar a hipossuficiência declarada – Litigante que é representado por Defensor Público - Benefícios mantidos - Recurso provido para esse fim. Tutela antecipada - Ação declaratória de inexistência de relação jurídica - Pretensão de imediata exclusão do recorrente do quadro societário da pessoa jurídica - Decisão de primeira instância que remeteu a análise da questão a oportunidade em que os autos estiverem melhor instruídos - Pertinência - Hipótese em que, ainda que a CF ampare a retirada do sócio mesmo que imotivada, seria necessário o atendimento aos requisitos previstos no art. 1.029 do CC, o que não está caracterizado nos autos - Ademais, no que pertine à motivação apresentada, não estão comprovadas a fraude suscitada, nem tampouco que o recorrente de fato não pretendeu integrar a sociedade - Ausente a verossimilhança necessária à concessão da antecipação - Manutenção do entendimento de primeiro grau - Recurso não provido neste tópico. Dispositivo: Deram parcial provimento. (Agravo de Instrumento 01717075620118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20530)

Prova pericial - Agravo de instrumento contra decisão que indeferiu a ampliação da perícia para ser tratada questão atinente às nulidades dos registros de patentes e modelos de utilidades - Argumento de primeiro grau que manifesta a compreensão de que a discussão pretendida pela recorrente extrapolaria a competência funcional da Justiça Estadual, devendo ser formulada sob rito próprio na esfera Federal - Impropriedade - Expressa previsão legal (art. 56 parágrafo 1º, da Lei n. 9.279/96) autorizando a argüição em defesa, a qualquer tempo, da nulidade dos registros - Precedentes neste sentido - Observação, entretanto, que não altera o indeferimento agravado - Resguardo ao convencimento do destinatário da prova - Discussão pretendida que não se mostra útil - Questão de direito que aparenta não demandar pronunciamento técnico - Agravo de instrumento não provido, com observação quanto à possibilidade de ser tratada a questão na demanda em apreço. Dispositivo: Negam provimento, com observação. (Agravo de Instrumento 02992045320118260000 – Diadema - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19976)

Agravo regimental - Decisão monocrática que negou seguimento aos embargos declaratórios manifestamente improcedentes - Autorização expressa dos artigos 557, caput, do Código de Processo Civil e 252 do Regimento Interno do E. Tribunal de Justiça - Razões invocadas que não importam em modificação da decisão colegiada que pretende a agravante revisar - Agravo não provido. Agravo regimental - Prequestionamento – Menção expressa a dispositivos legais - Desnecessidade - Agravo não provido. Litigância de má-fé - Agravo interposto dirigido à decisão monocrática que negou seguimento a embargos de declaração - Caracterização - Abuso do direito de recorrer, com reiteração de razões já consideradas - Agravo interno manifestamente infundado e protelatório (art. 557, § 2º do CPC) - Ponderada ainda a necessidade de indenização da parte adversa pelo retardo na solução do litígio - Art. 18, § 2º do CPC - Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização dos agravados em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. Dispositivo: Negaram provimento, com observação. (Agravo Regimental 01448913720118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21886)

Contrato de participação financeira. Plano de expansão de rede de telefonia. Pedido que visa à complementação das ações devidas como contraprestação ao investimento inicial do autor, bem como indenização pelo seu inadimplemento. Sentença de improcedência, considerando prescrita a pretensão do autor nos termos da lei nº 6.404/76. Prescrição regulada pelos artigos 177 do anterior Código Civil e 205 e 2.028 do atual, visto se trará de ação de direito pessoal. Jurisprudência deste Tribunal. Cabível a inversão do ônus da prova. Jurisprudência tranquila desta Câmara Reservada de Direito Empresarial, no sentido da existência de relação de consumo, no cabimento da inversão do ônus da prova constante do art. 6º, do Código de

Defesa do Consumidor, na natureza pessoal do direito à complementação de ações, bem como na aplicabilidade da Súmula 371 do C. STJ. O valor das ações deve ser corrigido com base nos valores apurados nos balancetes do mês da integralização de cada uma delas. Data da assinatura do contrato de participação financeira a ser considerada no primeiro dia do ano de 1993, em face de dúvida fundada sobre data exata e em interpretação favorável ao consumidor. Inviabilidade de modificação do pedido após citação das rés e contestação, tendo em vista princípio da estabilização da lide. Desnecessária, para efeitos de prequestionamento, a expressa menção ao dispositivo legal violado. Recurso provido. (Apelação Cível 00035685320118260482 – Presidente Prudente – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17523)

Processo civil. Recuperação judicial. Decisão que determinou a suspensão do andamento de ação monitória proposta pelo agravante em face da recuperanda e de seus sócios, devedores solidários. Entendimento tranquilo da doutrina e jurisprudência a respeito da conservação dos direitos dos credores da recuperanda em relação a seus coobrigados. Suspensão que não se justifica nem sequer quanto à ação monitória, desde que em trâmite para discussão de obrigação ilíquida. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00873129720128260000 – Palmital – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17549)

Ação cautelar. Cláusula compromissória. Cessão da totalidade das quotas sociais pelo requerente às requeridas (Quota Purchase Agreement). Requeridas que se comprometeram a assumir todo o passivo da pessoa jurídica Medlab, da ordem de 19 milhões de reais, bem como de pagar aos requerentes “earn outs”, caso fossem atingidas as metas propostas para a empresa, entre os anos de 2011 a 2016. Requerente que, mesmo após cessão das quotas, permaneceu em posição importante na empresa, até ser demitido recentemente sem justa causa. Subordinação da composição do preço das quotas ao atingimento de metas de faturamento e de lucro que conferem ao requerente o direito de acompanhar as atividades da empresa. Admite-se o ajuizamento de ação cautelar perante o Estado-juiz, até o momento da instituição do Tribunal Arbitral, como meio de evitar dano de difícil reparação. Medida cautelar que visa apenas evitar o perecimento do direito eventual de recebimento de “earn outs” dos requeridos. Situação de urgência que demanda intervenção do Judiciário para assegurar o resultado útil do processo. Condição suspensiva disposta na cláusula 3.1.2 que subordina a composição do preço a evento futuro e incerto de determinado faturamento. Ao autor deve ser atribuída a possibilidade de praticar atos destinados à conservação do direito eventual de recebimento dos “earn outs”. Recurso provido, para afastar o indeferimento da inicial e para conceder aos requerentes ordem liminar, garantindo-lhes o direito de fiscalizar os atos e decisões da sociedade, a fim de aferir suposta conduta da requerida com o propósito de frustrar o implemento da condição suspensiva. Recurso provido. (Apelação Cível 01254936120128260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17470)

Agravo de instrumento. Antecipação de tutela em pedido de recuperação judicial a fim de obstar pregão eletrônico de bem da sociedade. Possibilidade. Conflito negativo de competência suscitado. Impossibilidade de prejuízo à parte. Suspensão da execução e de pregão público como medidas de rigor. Agravo a que se dá provimento. (Agravo de Instrumento 01110597620128260000 – Suzano – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24324)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório via eleita que não se presta à rediscussão da matéria decidida - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02092543320118260000 – Jundiaí - Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Elliot Akel - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 30304)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02676604720118260000 – Barueri - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Elliot Akel - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 30361)

Contrato - Franquia empresarial - Descumprimento do limite territorial estabelecido no contrato - Cláusulas contratuais que supostamente dariam vantagens excessivas à franqueadora enquanto determina obrigações e multa contratual ao franqueada – Reconhecimento em primeiro grau da rescisão contratual por infração por parte da franqueadora - Condenação ao pagamento de multa contratual estabelecida no contrato - Sentença parcialmente procedente - Voto do Relator Sorteado nesse sentido - Maioria que entende inexistir cláusula que expresse contratação quanto aos limites territoriais da exclusividade – Contrato obscuro neste ponto - Interpretação segundo a expressão da vontade das partes que estipularam a exclusividade na área de atuação, incluindo nessa, especialmente os estabelecimentos de ensino ali localizados - Aplicação do art. 3º da Lei n. 8.955/94 - Principais informações que devem ser fornecidas ao franqueado, no inciso IX - Noticia que foi dada ciência à autora que, por sua vez, não fez prova sobre informação diversa ou irregular que a ré houvesse lhe fornecido. E desse ônus não se desincumbiu (artigo 333, inciso I, do CPC) - Recurso provido, por maioria de votos, vencido o Relator Sorteado. (Apelação Cível 00691723220108260114 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 07/08/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 20438)

Agravo de instrumento - Constrição eletrônica - Sistema BACEN-JUD - R. decisão agravada que indeferiu o pedido de desbloqueio - Agravante comprovou que os valores que foram bloqueados são, em suma, salário percebido pelo agravante, como assessor do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul, quantias recebidas de terceiros (pai e esposa) e destinadas ao seu sustento e de sua família e, ainda, eventuais honorários recebidos como profissional liberal - Tais verbas estão resguardadas pela impenhorabilidade prevista no art. 649, inciso IV, do Código de Processo Civil - Decisão reformada com determinação para imediata liberação, ao agravante, dos valores bloqueados e depositados em Juízo - Recurso provido para tal fim. Agravo provido. (Agravo de Instrumento 02660313820118260000 – Andradina - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Roberto Mac Cracken – 14/08/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13128)

Voto condutor emitido para confirmar a eficácia da arrematação realizada de boa-fé - Publicidade do registro imobiliário e considerações acerca da prevalência das implicações da teoria da confiança gerada pela arrematação de bem imóvel em leilão público - Se a arrematante perder a coisa terá direito à evicção contra o falido e contra os credores do falido, de modo que não há obstáculo para que se contabilize o valor da arrematação como débito da Fazenda do Estado (credora de outras verbas), preservando o domínio da arrematante - Não provimento. (Apelação Cível 00788532120098260224 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24861)

Apelação. Ação de prestação de contas ajuizada por massa falida. Preliminar de cerceamento de defesa. Não ocorrência. Réu que se recusou a apresentar as contas, prevalecendo aquelas oferecidas pelas autoras. Exegese do art. 915, § 3º do CPC. Honorários advocatícios bem arbitrados. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 02449529620088260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23626)

Petição inicial – Ausência de qualificação dos demandados – Não atendimento ao comando do Magistrado para emendar a inicial – ofensa ao artigo 282, II, do Código de Processo Civil – Não demonstração da impossibilidade de obter as informações de que necessita sem a concorrência do judiciário ou, então, ter esgotado as vias extrajudiciais sem lograr êxito – Precedentes jurisprudenciais – Extinção do processo sem julgamento do mérito – Sentença mantida – Recurso improvido. (Apelação Cível 02202801920118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 16/10/2012 - Relatora Lígia Araújo Bisogni - Votação Unânime - Voto nº 13483) **(Segredo de Justiça)**

Ação de dissolução de sociedade – Improcedência – Autor que não demonstrou que se retirou da sociedade na data alegada (dez/2003) – Ausência de interesse na pretensão alternativa de ser declarada a retirada da sociedade em abril/2007, tendo em conta a alteração contratual registrada na JUCESP – Honorários advocatícios fixados em consonância com as regras processuais que regem a matéria – Recurso improvido. (Apelação Cível 00092395920098260019 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14300) **(Segredo de Justiça)**

Apelação. Decisão que julga habilitação de crédito em recuperação judicial recorrível por agravo de instrumento. Artigo 17 da Lei nº 11.101/05. Precedentes. (Apelação Cível 90001927120108260309 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7546) **(Segredo de Justiça)**

Recurso. Embargos de declaração. Omissão existente. Extensão dos efeitos da liminar para tornar indisponíveis imóveis de matrículas derivadas de outra que já havia sido alcançada pela decisão. Embargos acolhidos. (Embargos de Declaração 00458852320128260000 – Pindamonhangaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12468) **(Segredo de Justiça)**

Recurso. Embargos de declaração. – Erro material. – Termo inicial da contagem do prazo de 30 (trinta dias) para o ajuizamento da ação principal. – Correção que não implica na modificação do dispositivo do julgado. – Propositura da ação antes de escoar o prazo decadencial – Embargos acolhidos. (Embargos de Declaração 00458879020128260000 – Pindamonhangaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12464) **(Segredo de Justiça)**

Embargos declaratórios – Caráter infringencial – Inadmissibilidade, por afronta ao art. 535, I e II do CPC – Rejeição de ambos os embargos. (Embargos de Declaração 00073988220118260302 – Jaú – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 02/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 238649) **(Segredo de Justiça)**

Direito empresarial – Anulatória de Assembleia com pedido subsidiário de indenização – Insurgência quanto à forma de cálculo do título de sócio efetivo patrimonial – atualização dos títulos dos associados da BM&F desvinculada do patrimônio, em observância às deliberações societárias, adotadas desde março de 1991 – Possibilidade, ademais, de fixação do valor dos títulos de forma desatrelada do patrimônio social – Desmutualização da BM&F, com cisão parcial do patrimônio para constituição de uma sociedade anônima que não alterou o modelo de estipulação do valor dos títulos – Cumprimento das exigências estatutárias que determinavam a expedição de ofício circular três dias úteis antes do conclave, com a afixação no quadro de avisos da Bolsa – Inexistência de irregularidades na convocação, precedida, inclusive, por uma pré-convocação, sendo descabido o pedido de anulação da 52ª Assembleia Geral Extraordinária – Sentença mantida – Não provimento. (Apelação Cível 01254965520088260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani - 18/09/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24728) **(Segredo de Justiça)**

Recuperação Judicial. Impugnação contra relação de credores. Despacho que determinou seu desentranhamento e autuação em apartado. Inconformismo. Alegação de que a petição foi considerada intempestiva. Falta de interesse recursal. Impugnação que está sendo processada em apartado, em observância ao art. 8º, parágrafo único da Lei 11.101/05. Recurso manifestamente inadmissível. Seguimento negado. (Agravo de Instrumento 02238889720128260000 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 24/10/2012 - Voto nº 27327)

Embargos de declaração. Omissão. Inocorrência. Efeito suspensivo indeferido na íntegra. Caráter meramente infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01945403420128260000 – Amparo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo - Voto nº 9038)

Embargos de Declaração. Decisão monocrática que não ostenta qualquer omissão, contradição ou obscuridade, revelando-se admissível a fundamentação na jurisprudência da Câmara Especializada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00438318420128260000 – Itaquaquecetuba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 10/10/2012 - Voto nº 25614)

Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita indeferida. Concessão de prazo para recolhimento do preparo recursal. Recolhimento intempestivo. Deserção. Artigo 511, § 2º, do CPC. Recurso manifestamente inadmissível. Artigos 527, I, e 557 do CPC. Recurso a que se nega seguimento. (Agravo de Instrumento 01895708820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 03/10/2012 - Voto nº 8799)

Agravo de instrumento. Despacho de mero expediente. Irrecorribilidade (art. 504, CPC). Agravo manifestamente inadmissível a que se nega seguimento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC. (Agravo de Instrumento 02129711920128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 03/10/2012 - Voto nº 24462)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Decisão Monocrática que é clara quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base nos elementos existentes no recurso. Embargos rejeitados também por decisão monocrática. (Embargos de Declaração 01811907620128260000 – São José do Rio Pardo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 02/10/2012 - Voto nº 27103)

Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Ausência de elementos que justifiquem a concessão do benefício. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento (art. 557, *caput*, do CPC). (Agravo de Instrumento 02099157520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 01/10/2012 - Voto nº 24447)

Recurso - Embargos de Declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator - Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC – Precedentes jurisprudenciais nesse sentido - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado - Inaplicabilidade – Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 00805085020118260000 – Rio Claro - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 28/09/2012 - Voto nº 21038)

Recurso - Embargos de Declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator - Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC – Precedentes jurisprudenciais nesse sentido - Embargos com seguimento negado. Recurso -

Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado - Inaplicabilidade – Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado – Recurso - Embargos de declaração - Prequestionamento – Menção expressa a dispositivos legais - Desnecessidade - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 01392800620118260000 – Lençóis Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 28/09/2012 - Voto nº 21230)

Conflito de competência - Prevenção instituída no art. 102, do Regimento Interno, que não foi modificada pelo advento das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial (Resolução 538/2011) – Competência da 7ª Câmara de Direito Privado, pelo julgamento de agravo, aplicando-se o enunciado da Turma Especial de Direito Privado I – Conflito procedente para declarar a competência da 7ª Câmara de Direito Privado. (CC 01536912020128260000 - São Paulo - Órgão Especial – Relator Ênio Zuliani - 17/10/2012 – Maioria de Votos – Voto nº 25096)

Conflito de competência - Prevenção da Oitava Câmara, pelo julgamento de AgIn. 9020492-50.2006.8.26.0000 (994.06.038740-3) (0453197.4/1-00), relator Desembargador Álvares Lobo, cuja cadeira é ocupada pelo Desembargador Caetano Lagrasta - Distribuição que se fez de maneira correta, observando o disposto no art. 102, do Regimento Interno - Não é caso da competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial, quer em razão da matéria, quer em função da prevenção, matéria de ordem pública - Conflito procedente, declarada a competência da Oitava Câmara de Direito Privado (suscitada). (CC 02002547220128260000 – Araras – Turma Especial – Privado 1 – Relator Ênio Zuliani – 25/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24883)

Conflito de competência - Ação de execução de título extrajudicial - Cédula de crédito bancário - Competência firmada pelos termos do pedido inicial - Dúvida de competência acolhida - Trata-se de dúvida de competência suscitada nos autos do recurso de agravo de instrumento interposto em face da r. decisão prol ata da nos autos da ação de execução de título extrajudicial - Nos termos da Resolução 194/04 e do Provimento 63/2004 desta Egrégia Corte, as ações de execução de título executivo extrajudicial são de competência das Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado 2, independentemente da causa que originou o título executado - Precedentes do Colendo Órgão Especial - Competência da Colenda 16ª Câmara de Direito Privado - Dúvida de competência acolhida. (CC 01050535320128260000 – São Paulo – Órgão Especial – Relator Roberto Mac Cracken – 17/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13600)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Inclusão de crédito quirografário em quadro próprio, atualizado de forma controversa. Recuperanda agravante que requer novo cálculo, haja vista a inobservância de cláusula do plano de recuperação extrajudicial homologado em juízo, que previa correção diversa. Necessidade de reforma, vez que o D. Juízo da recuperação judicial concordou com a incidência de encargos contratuais após o vencimento da dívida, em contraste com a disposição expressa da cláusula 1.1. do plano homologado. Autos devem retornar à origem para recálculo do crédito habilitando. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02731219720118260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime – Voto nº 17638)

Recuperação judicial. Impugnação à relação de credores - Observância do procedimento da Lei nº 11.101/05, a despeito da alegação de nulidade suscitada pelo agravante - Créditos oriundos de contrato de arrendamento mercantil - Equivocada inclusão no plano de recuperação judicial Art. 49, § 3º da Lei nº 11.101/05 exclui expressamente tal espécie de crédito dos efeitos da recuperação - Prévio registro do contrato no Oficial de Títulos e Documentos só é exigível para créditos decorrentes de contrato de alienação fiduciária - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01384206820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17774)

Honorários advocatícios. Acolhimento da exceção de pré-executividade. Fixação em favor do executado. Cabimento. Nítido caráter contencioso. Fixação de R$5.000,00 que bem atende aos critérios do artigo 20, parágrafo 4º do Código de Processo Civil. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01877538620128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17718)

Pedido de falência. Alega a autora que é credora da importância de R$127.724,38 relativos ao fornecimento de mercadorias à ré e que foram recebidas. Títulos protestados. Ré que não apresentou qualquer justificativa para a ausência de pagamento das duplicatas. Autora que manifestou não ter interesse em assumir a Administração Judicial da ré, em caso de decretação da falência. Ausência de localização da ré e de seus bens. Decretação de quebra que, em face da situação concreta da empresa ré, a par de apresentar pequena possibilidade de arrecadação de bens e realização de ativos, não seria capaz de remunerar administrador judicial, pressuposto da decretação da quebra. Ausência de interesse de agir. Manutenção da sentença de extinção do feito sem julgamento do mérito. Recurso improvido. (Apelação Cível 90901497420098260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17641)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01277777620118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17689)

Embargos de declaração. Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Prequestionamento explícito. Desnecessidade de mencionar artigos de lei a cada ponto do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00824083420128260000 – Palmital – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17655)

Alienação de estabelecimento comercial - Adquirentes ajuizaram ação de cobrança em face do alienante para ressarcimento da quantia que despenderam para quitação de débito trabalhista anterior ao trespasse - Cláusula do contrato celebrado entre as partes prevê expressamente a responsabilidade do vendedor pelas dívidas do estabelecimento anteriores à imissão dos adquirentes em sua posse - Previsão na avença de que os débitos trabalhistas seriam compensados com valores que os adquirentes despenderiam para compra de estoque abrangeu apenas as dívidas conhecidas à época – Obrigação do réu de arcar com os débitos trabalhistas que vieram à lume apenas depois de ultimado o trespasse – Inexistência de dever dos autores de ressarcir o requerido por cobrança indevida - Alegada litigância de má-fé não caracterizada - Verba honorária adequadamente fixada - Sentença mantida - Recurso não provido. (Apelação Cível 00140884020108260019 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17727)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00283157320118260577 – São José dos Campos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime – s/ nº de voto)

Anulação de negócio jurídico. Erro Essencial. Contrato de cessão de quotas sociais de frigorífico com sérios vícios estruturais e operacionais, que deram ensejo à sua interdição pelo Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura (SIF). Ação julgada improcedente em Primeiro Grau, com fundamento na ausência de dolo por parte dos vendedores, vez que aos

adquirentes teria sido permitido o acesso a toda a documentação relativa ao SIF. Ação fundada em erro, e não propriamente em dolo. Novo Código Civil que em seu art. 138 não erige a escusabilidade como requisito do erro, bastando que a distorção do consentimento seja reconhecível pelo destinatário da declaração. Alienantes das quotas que conheciam perfeitamente os vícios já apontados pelo SIF e ocultaram relatórios importantes dos adquirentes, em comportamento que viola o princípio da boa-fé objetiva. Anulação do negócio, com retorno das partes ao estado anterior. Rejeição dos pedidos de indenização pela não ocorrência de dano moral e ausência de prova de lucros cessantes. Recurso provido em parte. (Apelação Cível 00070922820068260581 – São Manuel – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17687)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Impugnação. Prova de existência de suposto crédito, mas desacompanhado de prova efetiva de entrega das mercadorias. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01973629320128260000 – Jaboticabal – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17659)

Pedido de falência. Crédito da autora que nasceu posteriormente ao pedido de Recuperação Judicial, de modo que não se submete aos seus efeitos, nos termos do artigo 49 da Lei nº 11.101/05. Credor que pode pleitear a falência da recuperanda em face de alguma das circunstâncias do artigo 94 da Lei nº 11.101/05, nos termos de seu artigo 73, parágrafo único. Suspensão de ações e execuções em face da Recuperanda que não se aplica ao crédito da autora, sem prejuízo de não poder durar mais de 180 dias. Sentença reformada. Retorno dos autos à origem para regular processamento do pedido de falência. Recurso provido. (Apelação Cível 00142641820128260320 – Limeira – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17681)

Processo civil - Extinção do processo – Abandono - Inexistência de declaração ex officio - Súmula nº 240 do C. STJ não aplicável - Intimação pessoal por carta com aviso de recebimento perfeitamente válida - Intimação recebida por funcionária, na sede do autor - Extinção mantida - Recurso improvido. (Apelação Cível 00086831920058260562 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17690)

Ação de nulidade de negócio jurídico de cessão de quotas sociais. Alteração contratual. Afastamento das preliminares suscitadas. Sócio que teria alienado a totalidade de suas quotas sociais pouco antes de seu falecimento. Laudo pericial que concluiu pela falsificação da assinatura. Cessão de direitos inexistente, por ausência do elemento do consentimento. Não se opera a decadência do direito, uma vez que o decurso do tempo não leva à criação do negócio inexistente. Desnecessidade da produção de prova oral, diante do resultado concludente do laudo pericial, confirmado pela constatação icto oculi das divergências entre as assinaturas do falecido cedente. Sentença de procedência da ação mantida. Recurso improvido. (Apelação Cível 00120579320088260576 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17705)

Recuperação judicial. Alienação judicial da sede da empresa recuperanda para a nova sociedade recém constituída, integrante do mesmo grupo econômico, em atenção a cumprimento de dispositivo do plano de recuperação judicial já aprovado pela assembléia de credores. Indeferimento pelo MM. Juízo a quo, em razão de suposta manobra para encerramento das atividades da empresa em recuperação e esvaziamento das garantias dos credores. Deliberação aprovada em assembleia de credores, além de contar com concordância do Administrador Judicial e do Ministério Público, a autorizar a alienação, e parte essencial do plano de recuperação. Credores fiscais, porém, não sujeitos ao plano de recuperação judicial, não ouvidos e que não podem ter as penhoras simplesmente canceladas. Alienação que pode ser feita, mas é ineficaz frente aos credores fiscais, preservando as penhoras já averbadas no

registro imobiliário. Juízo da recuperação não dotado de natureza universal, razão pela qual eventual proveito da alienação viria em prejuízo dos credores fiscais, o que não se admite. Inteligência do art. 60, §1º da Lei nº 11.101/2005 que protege exclusivamente terceiros arrematantes de boa-fé. Não havendo arrematação, tampouco estando os credores fiscais sob efeito da recuperação judicial por força do art. 6º, §7º, do referido diploma, de rigor a manutenção do gravame. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 02275873320118260000 – Boituva – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17637)

Impugnação de crédito. Contrato de mútuo realizado entre as partes, pelo qual a agravante alega ter sido disponibilizado à agravada a quantia de trezentos e cinquenta mil reais. Impugnação da agravante pleiteando a habilitação do crédito no valor total de cerca de um milhão e cem mil reais. Agravante alega que destinou parte do crédito para pagamento de dívida que a própria agravada, que sucedeu o Auto Posto Santa Rosa de Itatiba, mantinha com a recorrente. Ausência de prova concludente do montante total do crédito e da sucessão das empresas Itatiba Gás Center e Auto Posto Santa Rosa. Missiva apresentada pela agravante que corrobora o entendimento de que a agravada recebera apenas parte do empréstimo que lhe cabia. Agravada que obteve DECA depois de ter se submetido à fiscalização da Receita Estadual para provar que não se tratava de mera sucessão com intuito de fraudar os cofres públicos. Ausência de certeza da existência e do montante do crédito incompatível com o pedido de habilitação, diante da resistência da devedora. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02580981420118260000 – Itatiba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17751)

Reconhecimento de participação societária e apuração de haveres. Pedido de tutela antecipada para depósito judicial pelos agravados de haveres do espólio, além de lucros e dividendos que lhe seriam devidos. Ausência de prova inequívoca com base em documentos unilaterais e sem o devido contraditório. Troca de correspondência entre as partes indicativa da ausência de distribuição de lucros ou pagamento de dividendos no período. Apuração de haveres em sociedade limitada que pressupõe o prévio reconhecimento de participação de fato. Pressupostos autorizadores do artigo 273 do CPC não verificados. Medida que pode ser concedida a qualquer momento do processo. Decisão mantida. Recurso não provido. Assistência Judiciária. Espólio. Indeferimento do pedido de concessão da gratuidade processual. Manutenção. Avaliação da condição de miserabilidade que deve levar em conta as condições pessoais dos requerentes. Inteligência dos artigos 2º, parágrafo único e 10º da Lei nº 1.060/50. Deferimento do pedido que deve considerar duas frentes: situação dos herdeiros e patrimônio do espólio. Ação judicial pela qual se busca pagamento de haveres elevados, a autorizar o indeferimento. Decisão mantida. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02887415220118260000 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17758)

Embargos de declaração - Inexistência de vícios no aresto - Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado - Desnecessidade de mencionar artigos de lei a cada ponto do aresto para configuração do prequestionamento – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01840657820108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17626)

Embargos de declaração - Inexistência de vícios no aresto - Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado – Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01434707520128260000 – Jaboticabal – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17734)

Embargos de declaração – Inexistência de vícios no julgado - Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação no julgado, que enfrentou todas as teses postas no

recurso - Desnecessidade de enumeração de dispositivos legais para efeitos de prequestionamento - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02044821820118260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17793)

Falência. Pedido do falido para inclusão de crédito no Quadro Geral de Credores. Indeferimento. Os credores devem promover as respectivas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados, se o administrador judicial deixou de proceder a verificação de crédito no prazo do art. 99 da Lei n. 11.101/05. Requerimento de suspensão de ação de despejo cumulada com cobrança que já foi endereçado ao Juízo que processa o feito. Inexistência de notícia de qualquer deliberação a esse respeito, tampouco se sabe se a execução prossegue contra algum fiador. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01876949820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17555)

Ação de cobrança. Autor que celebrou contrato de trespasse de estabelecimento empresarial e cessão de quotas sociais com os dois primeiros réus, com aval dos demais. Réus inadimplentes da obrigação pactuada, deixando de pagar as últimas vinte e três parcelas do preço. Autor que descumpriu a obrigação de efetivar o registro do Auto - Posto de revenda perante a ANP até a data de 30/04/2006. Obtenção do registro em 21/12/2006. Réus que não somente deixaram de pleitear resolução do contrato, como celebraram aditamento da avença e tomaram posse do estabelecimento, após o inadimplemento do autor - Comportamento concludente dos réus, incompatível com o pedido formulado em reconvenção de resolução do contrato, configurando venire contra factum proprio. Exceptio non adimpleti contractus como forma de oposição temporária à exigibilidade do cumprimento da prestação. Exigibilidade do pagamento do preço suspensa apenas no período entre a data contratualmente estabelecida para o registro do Auto Posto na ANP e a data em que se efetivou o registro. Após a efetivação do registro, tornou-se exigível o pagamento do preço pelos réus. Resolução do contrato impossibilitada também pelo trespasse pelos réus do estabelecimento a terceiros, impedindo o retorno das partes ao status quo ante. Manutenção da r. sentença. Recurso improvido. (Apelação Cível 02017599420098260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17628)

Obrigação de fazer. Sentença de improcedência dos embargos. Embargantes, sócios remanescentes, que se comprometeram a substituir a garantia pessoal prestada pelo embargado, sócio retirante da sociedade que integravam, no prazo de trinta dias. Devedores pretendem seja reconhecida a obrigação como de meio, e não de resultado, além de perda de objeto pela extinção da obrigação garantida em razão do pagamento. Prestação prometida que consiste de promessa de fato de terceiro. Existência de ressalva quanto a negativa injustificada do terceiro. Embargantes não comprovaram a ausência de justificativa na recusa bancária, tampouco procederam à notificação do embargado. Necessidade de reforma parcial da sentença para redução do valor cominado a título da “astreintes“, por excessivo e superior à própria obrigação garantida. Recurso adesivo do embargado para majoração da verba honorária improvido, pois adequado o montante fixado. Recurso dos embargantes parcialmente provido para reduzir a multa ao teto de R$ 10.000,00. (Apelação Cível 01876252820108260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17611)

Direito empresarial - Ação anulatória de assembleia c/c pedido de indenização - Recorrente que pretende ver anulada assembleia em que foi aprovada a desmutualização da BM&F - Pedido de indenização pelas perdas havidas em virtude de deliberação assemblear - Pleitos que não merecem prosperar – Entendimento pacificado deste Tribunal acerca da regularidade da convocação e da realização da assembleia em questão - Indenização postulada tampouco é devida - Recurso não provido. (Apelação Cível 01840934620108260100 - São Paulo – 1ª

Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17625)

Processo civil. Tutela antecipada concedida na sentença. Exigibilidade imediata. Precedente do C. STJ. Em relação ao pedido de caução, sua análise está prejudicada porque não constou do teor da decisão impugnada. Não houve qualquer pedido nesse sentido dirigido ao magistrado a quo, o que impede manifestação, sob pena de supressão de instância. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02024960420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17742)

Processo civil. Pretensão de quebra de sigilo bancário da ré e terceiros não integrantes do pólo passivo. Não cabimento. No caso concreto, o processo já está instruído com dezenas de documentos, bem como cópia da declaração de renda da autora e do holerite, comprovando capacidade econômica. Medida invasiva grave, que somente se justifica em casos excepcionais, o que, por ora, não parece ser o caso dos autos. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02045799020128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17740)

Preparo. Recurso que visa o reconhecimento da preclusão da decisão que determinou a complementação do valor a ser recolhido a título de preparo do recurso de apelação interposto pelos ora recorridos. Agravados que interpuseram recurso tirado contra aquela decisão, deduzindo pedido de liminar de efeito suspensivo. Data da publicação do despacho que indeferiu o pedido de liminar que deve ser considerado termo inicial para contagem do prazo de cinco dias fixado pelo MM. Juiz de Direito para recolhimento da diferença. Recorridos que procederam à complementação do preparo no último dia do prazo, sendo de rigor o reconhecimento da tempestividade do recolhimento. Decisão mantida. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02100915420128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17759)

Medida cautelar inominada - Extinção do feito sem julgamento do mérito, com fundamento no art. 267, I c/c art. 295, II e III do CPC - Acerto – Providência pretendida pelo apelante, de constatação de ocupação de imóveis pela empresa ré, é desnecessária, pois o requerente não faz jus nem em tese ao provimento que busca assegurar através desta cautelar - Sentença mantida - Recurso não provido. (Apelação Cível 01756486820128260100 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17844)

Assistência judiciária. Pessoa jurídica. Possibilidade. Indeferimento. Manutenção. Ausência de preenchimento das condições para concessão do benefício. Pedido alternativo de diferimento do recolhimento das custas. Indeferimento. Caso que não se enquadra nas hipóteses taxativas do artigo 5º da Lei Estadual n. 11.608/03. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02238699120128260000 – São Sebastião – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17834)

Falência. Desconsideração da pessoa jurídica. Hipótese em que o agravante deixou a administração em 1998 e bem antes da concordada pedida em 2004 era necessária a aplicação do art. 82 da Lei nº 11.101/2005, ou, pelo menos, que, tomada a providência nos autos da falência, se garantisse o contraditório e houvesse menção aos motivos que justificariam a arrecadação de bens dos sócios. Não tomadas as providências, nem uma, nem outra, de rigor o provimento do recurso para anular a r. decisão agravada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01743744920108260000 – Bragança Paulista – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27201)

Falência. Veículo bloqueado por determinação judicial. Licenciamento que constitui obrigação legal de natureza administrativa. Art. 130, do CTB. Ausência de incompatibilidade com o bloqueio judicial que visa impedir a transferência. Recurso provido para autorizar o licenciamento. (Agravo de Instrumento 00041882220128260000 – Salto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27206)

Oncomed. Recuperação judicial. Homologação do plano aprovado pela Assembleia Geral de Credores. Soberania da decisão assemblear que não é absoluta, competindo ao juiz observar, mais do que apenas a sua legalidade e constitucionalidade, a ética, a boa-fé, o respeito aos credores e a manifesta intenção de cumprir a meta de recuperação. Hipótese em que não há tratamento diferenciado entre os credores quirografários porque a todos se aplicou o deságio de 78%, no que também não há nulidade se os credores o reputaram condizente com seus interesses. Nulidade, no entanto, que se reconhece por não ter o PGR previsão do valor das parcelas mensais e do termo final de cumprimento das obrigações, bem como pela dificuldade de se aferir o percentual de cada credor, já que não explicado no plano, circunstâncias que impedem a fiscalização do seu cumprimento. Nulidade que também se reconhece no fato de a RAD não ser contemplada com recursos específicos e concretos, acarretando, na prática, uma inadmissível isenção de pagamento aos credores. Apresentação de outro plano que se impõe, sob pena de decretação da quebra. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00719132820128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27245)

Oncomed. Recuperação judicial. Homologação do plano aprovado pela Assembleia Geral de Credores. Soberania da decisão assemblear que, embora não absoluta, merece prevalecer, ante a inexistência de ilegalidade. Deságio de 78% proposto pela devedora que foi regularmente aprovado pelos credores, que o reputaram condizente com seus interesses. Correção monetária e juros de mora que ostentam caráter patrimonial e, portanto, disponível. Supressão do pagamento mínimo de R$ 50.000,00, originariamente assegurado apenas à subclasse do agravante, que é corolário lógico da reunião das subclasses quirografárias para a aplicação do deságio a todas elas, bem como dos mesmos prazos e formas de pagamento. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00721497720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27246)

Propriedade industrial. Marca. Não há ferimento à exclusividade das marcas da autora o uso do slogan COBERTURA ABRE FECHA, atualmente de domínio público e usado por várias empresas para a revenda de toldos e telhados que abrem e fecham. Prova da verossimilhança inexistente. Recurso provido para excluir da tutela antecipada o slogan acima mencionado. (Agravo de Instrumento 01405251820128260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27267)

Propriedade industrial. Marca. Tutela antecipada. A expressão CONFIANTE usada pela agravante ré infringe, em princípio, a exclusividade da marca CONFIANÇA, de propriedade da autora agravada, na medida em que ambas atuam na atividade de transportes e mudanças, com possibilidade de confusão no mercado consumidor. Prova da verossimilhança e risco de dano irreparável que justificam a tutela antecipada. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01550760320128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27266)

Processo civil. Execução de sentença arbitral. Possibilidade de suspensão do processo em virtude de ação anulatória. Hipótese em que se vislumbra prejudicialidade entre as demandas, plausibilidade do direito esposado na anulatória sobre ferimento ao contraditório e perigo de

dano grave com o prosseguimento desta execução. Procedimento arbitral que deve obedecer ao contraditório, nos termos do art. 21, § 2º, da Lei nº 9.307/1996. Norma do art. 585, §1º, CPC, que impede a extinção do processo por carência de ação, mas não obsta a concessão de medida de caráter cautelar. Suspensão do processo de execução até o julgamento da ação anulatória que se impõe. Recurso provido para tal fim. (Agravo de Instrumento 01738837120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27155)

Cobrança. Autora que pretende cobrar saldo devido relativo à compra de ponto comercial e suas instalações. Réu que alega descumprimento contratual por parte da autora para justificar o inadimplemento das parcelas. Abertura de novo açougue pela autora que, embora pudesse caracterizar descumprimento contratual, não foi o motivo do inadimplemento com base no conjunto probatório dos autos. Réu que assinou termos de aditamentos contratuais com a autora após a abertura de novo açougue próximo ao seu. Notificação enviada pela autora que foi respondida pelo réu sem mencionar qualquer prejuízo com relação ao novo açougue aberto pela autora. Dívida da autora com a Eletropaulo que não causou qualquer prejuízo ao réu de modo a justificar o não pagamento do saldo devedor. Réu que não se desincumbiu do ônus de provar que o inadimplemento se deu por culpa da autora. Recurso improvido. (Apelação Cível 00059591320098260009 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27203)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente no recurso. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00720008120128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27275)

Retirada de sócio. Autor que busca a retirada de sociedade limitada de prazo indeterminado e o afastamento, a partir de então, de qualquer responsabilidade pelas dívidas sociais. Pedidos cujos temas encontram previsão, de forma abstrata, no ordenamento jurídico, comportando, assim, análise de mérito. Apreciação sobre seu cabimento ou não que foge do âmbito preliminar. Extinção do processo por impossibilidade jurídica e inadequação da via eleita afastado. Sentença anulada para o prosseguimento do feito. Recurso provido. (Apelação Cível 00007434420128260372 – Monte Mor – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27277)

Execução. Desconsideração da pessoa jurídica. Sócia minoritária com apenas 1% de participação do capital social. Indícios de que a sociedade já não exercia atividade quando foi admitida como sócia. Impossibilidade de responder pessoalmente pela dívida contraída pelo sócio administrador. Sócios que se retiraram da sociedade antes da novação da dívida que também não podem ser responsabilizados. Inadmissibilidade de penhora de bens de pessoa jurídica diversa da devedora. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01726910620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26934)

Desconsideração da pessoa jurídica. Elementos de convicção que permitem a aplicação do instituto para que se possa atingir bem de sociedade empresária da qual o executado, através de sua mulher, exerce a administração das quotas sociais. Coincidência de endereços e notícia que confirmam o desvio de finalidade da empresa admitida no polo passivo. Jurisprudência deste TJSP e do STJ. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01773851820128260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27148)

Obrigação de fazer. Autora, única sócia, que pretende compelir os réus, herdeiros do sócio falecido e não, portanto, sócios, a fornecer os meios necessários para a sua exclusão do

quadro societário. Inutilidade se a intenção da autora, inequivocamente, é de encerrar a sociedade. Inviabilidade, ademais, de compelir quem não é sócio a fornecer meios para excluir sócio da sociedade. Extinção do processo mantido, mas por fundamento diverso. Recurso improvido. (Apelação Cível 00233049220108260320 – Limeira – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime -Voto nº 27091)

Marca. Tutela antecipada. Semelhança entre as formas de apresentação dos produtos fabricados pelas partes. Possibilidade de confusão no mercado consumidor. Recurso parcialmente provido para limitar a r. decisão agravada aos produtos da agravante que realmente se confundirem com aqueles fabricados pela autora, prejudicado o agravo interno. (Agravo de Instrumento 01847615520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26970)

Recuperação judicial. Execução que se baseia em crédito não sujeito à recuperação porque posterior ao pedido, nos termos do art. 49 da Lei nº 11.101/2005. Inclusão do crédito do exequente na recuperação que não o vincula por contrariar texto expresso da lei. Emissão de debêntures na recuperação que se deu equivocadamente e lá naqueles autos deve corrigida pela forma legal. Prosseguimento da execução que se mostrou acertado. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01850395620128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27099)

Falência. Extinção do feito sem análise do mérito por carência da ação. Fato superveniente. Pedido de recuperação judicial distribuído depois do ajuizamento desta ação, cujo processamento foi deferido e concedida a recuperação judicial. Créditos anteriores que se sujeitam ao plano de recuperação judicial e que sofreram novação com sua aprovação. Extinção do feito que era mesmo de rigor. Decisão acertada. Honorários advocatícios majorados para R$ 5.000,00, sob pena de não se remunerar condignamente o patrono da autora. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00005803920098260673 – Adamantina – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27171)

Pedido de falência. Decisão que inadmitiu a citação por edital. Requerida não encontrada no endereço constante de sua ficha cadastral. Certidões negativas do oficial de justiça. Possibilidade de citação ficta, mediante edital, se o devedor não é encontrado em seu estabelecimento. Enunciado expresso da Súmula 51 deste E. TJSP. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02040532620128260000 – Ribeirão Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27154)

Agravo de instrumento. Reconsideração da r. decisão agravada. Perda do objeto. Recurso prejudicado. (Agravo de Instrumento 02051765920128260000 – Nova Odessa _ 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27227)

Recuperação judicial. Inaplicabilidade do prazo em dobro, no âmbito da Lei nº 11101/05, para a interposição de recursos pelos credores, agindo eles isolada ou conjuntamente. Não incidência do art. 191 do CPC. Entendimento pacífico da Câmara Empresarial e sacramentado na Súmula nº 58 deste Egrégio Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento que, assim, é manifestamente intempestivo, pois interposto após esgotado o prazo recursal de 10 dias previsto no art. 522 do CPC. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02051843620128260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27228)

Impugnação ao crédito. Parcial procedência. Recuperanda que se insurge, questionando a validade do documento comprobatório do crédito, juntado em cópia, face à inobservância do art. 9º, III e parágrafo único, da L. 11.101/2005. Cópia autenticada acostada aos autos da

execução. Inocorrência de prescrição, ante a não comprovação de desídia ou inércia do credor a implicar a demora na citação da recuperanda nos autos da citada execução, ajuizada dentro do prazo prescricional do art. 206, §3º, VIII, CC. Súmula 106 do C. STJ. Correção do cálculo, devendo os juros moratórios incidir a partir do vencimento da nota promissória. Inexigibilidade de notificação para execução da prestação, é positiva, líquida e a termo. Mora ex re e não ex persona. Precedentes do C. STJ. Recurso provido em parte, apenas para excluir a multa por embargos declaratórios protelatórios. (Agravo de Instrumento 02198755520128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17831)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente no processo. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00877667720128260000 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27230)

Recuperação judicial. Créditos oriundos de cessão e alienação fiduciária, mas não submetidos ao registro previsto no art. 1361, § 1º, do Código Civil, requisito necessário à constituição da propriedade fiduciária. Súmula 60 do TJ/SP. Subsunção à recuperação judicial ainda que se considere o regramento específico das cédulas de crédito bancário. Classificação do crédito que depende do atendimento ao artigo 52, §1º da Lei 11.101/05. Possibilidade de a agravante acionar os avalistas do crédito nos termos do art. 49, §1º, da LRF. Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 01035015320128260000 – Piracicaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26395)

Embargos declaratórios. Nulidade afastada. Omissão e contradição inexistentes. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente no recurso. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01174098020128260000 – Cotia – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 27276)

Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00007952920118260581 – São Manuel – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24619)

Monitoria - Lastro em contrato de trespasse - Contestação alegando pacto de compensação do saldo remanescente do negócio jurídico com os valores pagos pelo cessionário nas reclamações trabalhistas até o limite da operação mútua - Transação da qual não participaram os cedentes - Falta de prova documental de acordo entabulado entre cessionário e cedentes nesse sentido - Sucessão empresarial, por seu turno, que não prejudica direitos trabalhistas, responsabilizando-se solidariamente o devedor primitivo até um ano da data do vencimento da dívida (CC, art. 1.146) - Contratos pessoais não integrantes do trespasse - Falta de prova de que dívidas trabalhistas não foram contabilizadas - Embargos monitórios improcedentes - Monitoria procedente - Apelação improvida. Dispositivo: recurso improvido, por maioria. (Apelação Cível 00013523520118260510 – Rio Claro – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 11/09/2012 – Maioria de Votos. - Voto nº 20882)

Tutela antecipada - Ação de obrigação de não fazer cumulada com ressarcimento de danos - Deferimento em primeira instância de tutela antecipada para determinar que os recorrentes se abstivessem de exercer atividade concorrente à da autora, sob pena de pagamento de multa diária fixada em R$ 10.000,00 por dia, por clínica, até o máximo de 365 dias - Agravo de instrumento voltado à revogação da antecipação de tutela - Existência de cláusula de não

concorrência - Obrigatoriedade de não concorrência - Validade - Abusividade identificada somente no que se refere à inexistência de limitação territorial - Hipótese, entretanto, em que a abusividade não interfere na extensão da tutela concedida em primeiro grau, uma vez que a proibição se estende a clínicas situadas na mesma cidade e ponto anteriormente utilizado pela unidade franqueada - Potencialidade de concorrência desleal identificada - Manutenção da abstenção consignada na r. decisão agravada, ficando os recorrentes impedidos de praticarem atividade concorrente à da agravada na cidade de Jundiaí - Determinação que se estende também ao segundo endereço constante na peça inicial, pois comprovado que a clínica lá situada envolve os mesmos sócios da unidade franqueada e desempenha atividade complementar e semelhante à que lhes é vedada - Recurso não provido neste aspecto. Multa diária - Astreinte fixada em R$ 10.000,00 por dia, até o máximo de 365 dias - Excesso - Caracterização - Limite fixado em R$ 100.000,00 que se revela suficiente, especialmente se considerada a pré-fixação de perdas e danos prevista no mesmo valor em cláusula contratual estipulada entre as partes - Recurso parcialmente provido para aplicar a redução da multa diária - Voto vencido. Dispositivo: Deram parcial provimento ao recurso, por maioria. Voto vencido incorporado ao acórdão. (Agravo de Instrumento 00082016420128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão – 16/10/2012 – Maioria de Votos. - Voto nº 20537)

Competência interna - Art. 102 do Regimento Interno - Recurso distribuído ao Desembargador Salles Rossi, da 8ª Câmara de Direito Privado, em 19.4.2011. Determinação de redistribuição a uma das Câmaras da Seção de Direito Privado II. Na 37ª Câmara de Direito Privado, determinada a redistribuição à Câmara Reservada de Direito Empresarial. Equívoco na remessa, já que tal Câmara Reservada, embora criada em 2.2.2011 (Resolução n.º 538/11), só foi instalada (e passou a funcionar) em 30.6.2011. Matéria que, à época, era de competência de uma das Câmaras da Seção de Direito Privado I (competência residual). Não conhecimento e conflito suscitado. (Apelação Cível 01348276120088260100 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012. Votação Unânime - Voto nº 25055)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Para fins de prequestionamento, desnecessário mencionar cada um dos dispositivos legais e constitucionais relativos às questões debatidas. Segundos embargos com nítido intuito da recorrente de retardar o andamento do feito. Imperioso o reconhecimento da litigância de má-fé. Embargos rejeitados, com imposição de multa. (Embargos de Declaração 00131905120108260011 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 17609)

Reconhecimento e dissolução de sociedade. Autor que pretende o reconhecimento de sua qualidade de sócio para receber os valores referentes à sua quota. Elementos de prova que não corroboram a alegação inicial. Requerente que era prestador de serviços e que já pleiteara, perante a Justiça do Trabalho, o reconhecimento do vínculo de emprego. Sentença de improcedência mantida. (Apelação Cível 00153729720108260176 – Embu das Artes - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24935)

Tutela antecipada que se pretende obter inaudita altera parte – Inadmissibilidade - Sócio minoritário que deseja se retirar (art. 1029, do CC) - Situação escritural das sociedades que não é fornecida, o que impede que se tome decisão emergencial sem a citação e eventual pronunciamento da parte adversa (art. 5º, LV, da CF) - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01957632220128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24934)

Abstenção de uso de marca - Uso indevido da expressão "AUDITORIUM" por empresa atuante no mesmo ramo comercial da autora, titular do registro da marca no INPI - Sentença de parcial procedência para reconhecer o direito marcário - Apelo da autora buscando a condenação por danos morais - Não ocorrência de abalo efetivo à imagem da autora junto a clientes - Manutenção integral da sentença Não provimento. (Apelação Cível 00182520920118260344 – Marília - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime. Voto nº 25058)

Pedido de falência - Fundamento na impontualidade - Apresentação de duplicatas protestadas Imprescindibilidade de indicação da pessoa que recebeu a notificação de protesto - Inexistência - Sentença de improcedência mantida - Precedentes do C. STJ [Súmula 361] e desta Egrégia Corte [Súmula 52] - Não provimento. (Apelação Cível 00107259320108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25063)

Agravo intempestivo - A apresentação de embargos declaratórios intempestivos não interrompe o prazo preclusivo do art. 522, do CPC - Não conhecimento. (Agravo de Instrumento 02153433820128260000 – São Carlos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime. Voto nº 25034)

Litispendência inexistente - Desautoriza-se extinguir a segunda ação quando os pedidos são diferentes e por motivos diversos, facultando-se a reunião para um só julgamento - Provimento. (Apelação Cível 00844223220118260224 – Guarulhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 25081)

Gratuidade judiciária para ação de rescisão de contrato de negócio (trespasse) de R$ 2.600.000,00 - Inviabilidade de aplicar o art. 4º, da Lei 1060/50, para conceder a gratuidade - Litigantes que não contradizem motivo relevante posto no despacho, qual seja, o de que residem em condomínio de alto luxo e que demonstra não terem diminuído o padrão de vida - Não provimento. (Agravo de Instrumento 02260194520128260000 – Vinhedo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 25086)

Embargos de declaração. Contradição, omissão e obscuridade. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 02892239720118260000 – Junqueirópolis - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24340)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 00493374120128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23505b)

Apelação. Direito empresarial. Convocação para reuniões de sócios em dissonância com as regras estabelecidas no contrato social e no Código Civil. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00009762020078260080 – Cabreúva - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24395)

Embargos de declaração. Constatada contradição em relação à incidência da multa prevista no art. 475-J do CPC. Inexistência de outras irregularidades no julgado. Embargos acolhidos, em parte, com efeito modificativo. (Embargos de Declaração 00704938520128260000 – Americana

- 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24240)

Apelação. Direito empresarial. Ação monitória lastreada em cheque prescrito. Admissibilidade. Ação anulatória. Autores que não se desincumbiram do ônus de provar fato constitutivo de seu direito (CPC, art. 333, inciso I). Sentença mantida, em sua maior parte, por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Honorários advocatícios. Ações distintas. Condenação à verba em cada uma das ações. Apelo dos réus que se nega provimento. Recurso adesivo do autor a que se dá provimento. (Apelação Cível 01037280520108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24450)

Apelação. Falência. Embargos de terceiro. Venda de imóvel arrecadado na falência. Nulidades não configuradas. Ausência de violação ao art. 698 do CPC e art. 142, § 3º da Lei n.º 11.101/2005. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00158409520108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 30/10/2012 – Votação Unânime. Voto nº 24385)

Apelação. Direito empresarial. Ação de consignação em pagamento. Acordo celebrado entre as partes. Homologação de desistência do recurso interposto. Recurso prejudicado. (Apelação Cível 02062882520108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresaria - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24393)

Agravo. Recuperação judicial. Agravo não instruído com cópia da procuração outorgada aos atuais patronos da agravada. Ausência de prejuízo, pois apresentada contraminuta. Injustificado apego às formalidades processuais que não coaduna com o princípio da instrumentalidade e demais diretrizes contemporâneas do processo, que privilegiam o processo civil de resultados justos, célere e efetivo. Peças necessárias à compreensão da controvérsia presentes. Agravo conhecido. Aprovação do plano e concessão da recuperação judicial. Decurso do prazo bienal da supervisão judicial sem a possibilidade de se decretar por sentença o fim da recuperação judicial. Diversas oportunidades concedidas para a recuperação. Ausência de apresentação de proposta que efetivamente tenha o condão de recuperar a sociedade empresária ou medida que permita a verificação de eventual realização de atividades empresariais pela recuperanda. O princípio da preservação da empresa, pedra angular da Lei nº 11.101/2005, que decorre do princípio constitucional da função social da propriedade e dos meios de produção, denominado pela doutrina de "função social da empresa", não pode ser invocado para justificar de forma ampla, abstrata e ilimitada, a manutenção da empresa que, em recuperação judicial, ostensivamente, não cumpre as obrigações assumidas no plano de recuperação judicial ou sequer encontra-se em atividade. A Assembleia-Geral de Credores só é reputada soberana para a aprovação do plano se este não violar os princípios gerais de direito, os princípios e regras da Constituição Federal e as normas de ordem pública da Lei nº 11.101/2005. Convocação de novo conclave assemblear que não se justifica. Agravo provido para convolar a recuperação judicial em falência e decretar a quebra da agravada. (Agravo de Instrumento 01139844520128260000 – Ribeirão Preto - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24000)

Agravo. Desistência do recurso não homologada. Situação concreta. Pedido formulado após a inclusão do recurso em pauta, três dias antes do julgamento, sem justificativa plausível. Interesse envolvido no julgamento do recurso não apenas do agravante, mas de toda a coletividade de credores da recuperanda e, em última análise, de toda a sociedade. Precedente do STJ. Recurso conhecido. Agravo. Recuperação judicial. Aprovação do plano e concessão da recuperação judicial. Decurso do prazo bienal da supervisão judicial. Sucessivas alterações do plano de recuperação e prorrogações do prazo para início dos pagamentos. Aprovação das sucessivas alterações do plano em Assembleia-Geral de Credores. Diversas

oportunidades concedidas para a recuperação. Ausência de apresentação de proposta que efetivamente tenha o condão de recuperar a sociedade empresária. Caráter procrastinatório das modificações em prejuízo dos credores. Inadimplemento das obrigações previstas no plano. O princípio da preservação da empresa, pedra angular da Lei nº 11.101/2005, que decorre do princípio constitucional da função social da propriedade e dos meios de produção, denominado pela doutrina de "função social da empresa", não pode ser invocado para justificar de forma ampla, abstrata e ilimitada, a manutenção da empresa que, em recuperação judicial, ostensivamente, não cumpre as obrigações assumidas no plano de recuperação judicial. Verificado o inadimplemento das obrigações pactuadas no plano de recuperação que se vencerem no biênio da supervisão judicial, o juiz, de ofício, deverá convolar a recuperação judicial em falência, independentemente de provocação dos credores, do administrador judicial ou do comitê de credores, se existente. A Assembleia-Geral de Credores só é reputada soberana para a aprovação do plano se este não violar os princípios gerais de direito, os princípios e regras da Constituição Federal e as regras de ordem pública da Lei nº 11.101/2005. Agravo provido para convolar a recuperação judicial em falência e decretar a quebra da agravada. (Agravo de Instrumento 01146850620128260000 – Guarulhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24193)

Embargos declaratórios acolhidos, em parte, visando esclarecer que, na forma do art. 33, do CPC, os encargos da perícia correm por conta dos autores da ação (ora recorridos) e não pelo réu (ora recorrente), mantidos os demais termos do voto condutor. (Embargos de Declaração 01014775220128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24121a)

Falência - Preliminares afastadas - Indícios de manobra fraudulenta realizada pelos ex-sócios da falida visando esvaziar o ativo da empresa e lesionar os credores - Alienação dos imóveis constantes das matrículas nºs. 24.777, 24.778, 24.779, 24.780, 24.781 e 24.782 antes da quebra - Necessidade de se proteger o patrimônio, com a arrecadação dos bens e bloqueio das matrículas mencionadas pelo prazo de 90 dias contados do trânsito em julgado da presente decisão, impedindo com esta medida outras transferências e possíveis confusões patrimoniais supervenientes - Provimento para este fim. (Agravo de Instrumento 01020214020128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24766)

Honorários contratuais para assessoramento jurídico visando impetrar pedido de recuperação Inadmissibilidade de negar efeito in totum do contrato e aplicar tabela de honorários da OAB pelo número de petições como arbitramento Provimento, em parte, para ajustar os termos contratuais aos padrões de razoabilidade, excluindo parte fixa que representa bis in idem e reduzindo, pela metade, a prestação mensal, classificado o crédito como extraconcursal, na forma do art. 84, da Lei 11101/2005. (Agravo de Instrumento 01251325320128260000 – Jundiaí - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24372)

Agravo de instrumento. Impugnação de crédito. Recuperação judicial. Reserva de numerário decorrente de crédito discutido em ação declaratória de nulidade de título e inexistência de débito proposta pela recuperanda e pendente de julgamento. Presentes os requisitos do art. 273 do CPC, pode o juiz deferir o pedido de reserva. Eventual procedência da ação declaratória não acarreta qualquer prejuízo à recuperanda, já que o valor reservado será rateado entre os demais credores. Pagos todos os credores, o saldo, se houver, será entregue à recuperanda. Limitação da reserva, todavia, ao montante apurado pelo administrador judicial, aplicado, sobre tal valor, o deságio previsto no plano de recuperação judicial para os créditos quirografários. Princípio da 'pars conditio creditorum'. Agravo a que se nega provimento, com observação. (Agravo de Instrumento 01111142720128260000 – São Paulo - 1ª Câmara

Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 23563)

Apelação. Falência. Embargos de terceiro. Venda de imóvel arrecadado na falência. Nulidades não configuradas. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00460425520108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator - Pereira Calças - 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24435)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Preliminar quanto à não apresentação de peças necessárias afastada. Exegese do art. 249, § 1º, do CPC. Conhecimentos de transporte não aceitos, que, a princípio, impediriam a inclusão do crédito. Peculiaridades no caso concreto. Recuperanda que espontaneamente incluiu os valores em favor da recorrente no rol de credores do art. 51, III, da LRF. Valores devidamente registrados nos livros contábeis da recuperanda. Escrituração dos livros mercantis que gozam de presunção de veracidade. Arts. 378 e 380 do CPC. Valores que devem ser atualizados nos termos do art. 9º, II, da LRF. Verba honorária. Cabimento. Precedentes do STJ. Decisão reformada. Agravo provido, em parte. (Agravo de Instrumento 01436318520128260000 – Ribeirão Preto - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 23931)

Apelação. Ação ordinária de abstenção de ato cumulada com pedido de indenização por danos morais. Impossibilidade de se concluir que a agravante seja representante exclusiva da empresa titular do registro da marca no Brasil e inexistência de contrato de licença de uso de marca. Registro de marca que abrange tão-somente a categoria de serviços. Possibilidade de comercialização dos produtos no sítio da agravada. Ausência de violação aos direitos da marca. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo não provido. (Apelação Cível 00487531520118260224 – Guarulhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24003)

Agravo de instrumento. Falência. Habilitação de créditos. Cálculos que, por um lapso, não computaram os valores relativos a contribuições previdenciárias. Montante incluído com exceção das contribuições cujas CDAs não foram trazidas aos autos. Juros de mora que deverão observar o disposto no art. 124, 'caput', da Lei nº 11.101/2005. Decisão reformada. Agravo provido, em parte. (Agravo de Instrumento 01299929720128260000 – Osasco - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 23776)

Propriedade industrial - Tutela antecipada concedida inaudita altera parte - Situação conflituosa que depende de perícia para esclarecimento das questões jurídicas - Periculum in mora controvertido - Inadmissibilidade da antecipação de tutela - Provimento. (Agravo de Instrumento 01511804920128260000 – Americana - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime. Voto nº 24692)

Concorrência desleal entre sociedades do mesmo segmento - Litígio marcado pelo fato de a sociedade concorrente ter sido fundada por ex-empregados daquela que teria sido prejudicada - Fato secundário que não modifica a natureza da lide e tipicamente de direito privado (Lei 9276/96) - Impossibilidade de reconhecimento da competência da Justiça do Trabalho (art. 144, I, da CF) - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01323036120128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24910)

Agravo de instrumento - Habilitação de crédito em recuperação judicial - Insurgência a respeito da classificação de crédito como quirografário e do montante habilitado na classe de credor

com garantia real concursal - Inexistência de registro do contrato garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios - Imprescindibilidade de registro no Cartório de Títulos e Documentos para a constituição da garantia real [art. 1.361 §1º do CC] - Crédito que deve se sujeitar aos efeitos da recuperação judicial como quirografário - Precedentes deste Tribunal - Cálculo do habilitante efetuado sem as amortizações realizadas no contrato - Manutenção do valor acolhido na decisão recorrida - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01394478620128260000 – Jundiaí - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24628)

Apelação. Falência. Ação revocatória. Assistência judiciária gratuita. Pessoa jurídica. Presença de elementos que justificam a concessão do benefício. Decadência. Ocorrência. Impossibilidade de se considerar como termo "a quo" a data isolada de decretação da falência de uma das empresas, cuja quebra foi processada em litisconsórcio com outras duas sociedades e cujos efeitos foram retroativos à data da primeira falência decretada. Exegese do art. 132 da LRF. Sentença mantida. Apelo não provido. (Apelação Cível 00168085720128260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24176)

Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Suposta irregularidade da convocação da assembleia geral de credores e da existência de cláusulas potestativas no plano - Assembleia realizada antes do decurso do prazo para os credores apresentarem objeções - Ausência de prejuízo ao recorrente diante do advento da decisão que analisou e rejeitou a objeção - Comprovação de que a assembleia foi devidamente convocada, com a publicação dos editais - Manutenção da homologação do plano de recuperação - A questão da viabilidade do plano deve ser aferida pelos credores - Soberania das decisões assembleares - Divergência do recorrente que não estaria apta a modificar a deliberação - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01675751920128260000 – Franca - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24704)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial excepcionalmente processada em litisconsórcio. Apresentação de certidões relativas a todas as empresas em relação a todas as Comarcas que houver estabelecimentos do grupo. Art. 48 da LRF. Desconsideração da personalidade jurídica. Possibilidade. Omissões, obscuridades e contradições não verificadas nas decisões agravadas. Insurgência que mais transparece a intenção de infringir ou resistir às decisões impostas pelo Judiciário. Litigância de má-fé configurada. Penalidade mantida, porém, reduzida a montante razoável e proporcional à conduta perpetrada. Exclusão da condenação no pagamento de prejuízos ao Estado. Exegese do art. 18, § 2º, do CPC. Decisão reformada. Agravo provido apenas em parte. (Agravo de Instrumento 01753161320128260000 – Itatiba - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24166)

Recurso de apelação - Petição de acordo apresentada pelas partes que, bem representadas, estão em condições de colocar fim ao litígio de forma amigável - Homologa-se a transação e a desistência do recurso. (Apelação Cível 01409697620118260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24891)

Execução de acordo realizado para evitar falência e que não foi cumprido - Penhora de 30% do faturamento que é mantida diante da inexistência de outra opção para garantia do Juízo - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01791277820128260000 – Suzano - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24739)

Tutela antecipada que se pretende obter inaudita altera parte - Cessão de quotas celebrada com cláusula de não concorrência, pelo qual o cessionário acusa o cedente de não

cumprimento desse pacto e pretende ordem de abstenção de atividade, depósito judicial em garantia e sustação da compensação de cheques emitidos para pagamento do saldo contratual - Decisão que concede o primeiro pedido e nega os demais - Acerto - Inadmissibilidade de depósito garantidor e de impedir a exigibilidade dos cheques diante de mera expectativa de se obter indenização pela alegada quebra de contrato - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01843986820128260000 – Ribeirão Preto - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24754)

Acordo entre sócios - Os direitos de utilização da linha telefônica integram o contexto de bens que formam o estabelecimento, competindo transferir esse patrimônio para aquele que permanecerá com o "ponto comercial" - Provimento. (Agravo de Instrumento 01873468020128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24753)

Ação declaratória. Propriedade industrial. Pedido de declaração de inexistência de violação aos registros das marcas tridimensionais das rés, e de que a forma plástica ornamental empregada pela autora para acondicionar os medicamentos não afronta as marcas tridimensionais registradas pelas rés. Sentença de procedência. Apelo para reforma. Não cabimento da ação mencionada para declarar fatos. Extinção do feito sem apreciação do mérito, ante a evidente falta de interesse processual. (Apelação Cível 01459586220108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24895)

Apelação. Direito de empresa. Embargos à execução. Julgamento 'extra petita'. Inocorrência. Responsabilidade dos sócios da sociedade limitada. Artigos 1.003, 1.032 e 1.056 do CC que não se aplicam na espécie. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00085046920118260564 – São Bernardo do Campo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24352)

Propriedade industrial - Concorrentes específicos no ramo de fabricação de produtos hospitalares - Marca Biosensor que é registrada por empresa brasileira e que colide com o nome empresarial da recorrente (empresa suíça), que atende por Biosensors, gravando seus produtos com essa nomenclatura - Ordem de abstenção concedida inaudita altera parte que não deve subsistir - Embora suscetível de confusão, a convivência dessas marcas durante anos autoriza concluir que, para o bem da saúde pública, convém permanecer o status quo, evitando que a decisão judicial inviabilize o fornecimento de produtos essenciais aos serviços hospitares - Provimento. (Agravo de Instrumento 01882709120128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24755)

O recurso de apelação tirado contra sentença que acolhe a ação e mantém a tutela antecipada deve ser processado no duplo efeito, salvo na parte em que se concedeu a tutela antecipada, pois nesse capítulo o recurso é dotado tão somente do efeito devolutivo (art. 520, VII, do CPC) - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01899960320128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24867)

Embargos de declaração. Obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados no art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01880595520128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24559)

Agravo regimental. Decisão monocrática por meio da qual se negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela agravante. Demanda ajuizada por trabalhador contra ex-empregador, com pedido de ressarcimento dos honorários advocatícios contratuais despendidos na reclamação trabalhista. Competência da Justiça do Trabalho. Precedentes do STJ. Decisão mantida. Regimental a que se nega provimento. (Agravo Regimental 01886736020128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24428)

Tutela antecipada emitida inaudita altera parte impondo ordem de abstenção de nome comercial - Precipitação - Sociedades que desenvolvem suas atividades utilizando os nomes sem que se prove confusão ou prejuízo ao comércio e aos consumidores - Verossimilhança questionável, sendo oportuno aguardar a produção de provas - Provimento. (Agravo de Instrumento 01935158320128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24869)

Apelação. Falência. Embargos de terceiro. Intempestividade. Venda de imóvel arrecadado na falência. Nulidades não configuradas. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00460442520108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24417)

Apelação. Direito empresarial. Sociedade limitada. Exclusão de sócia. Dissolução parcial. Apuração de haveres. Acordo celebrado entre as partes. Homologação de desistência. Recurso prejudicado. (Apelação Cível 01833997720108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24411)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Prova pericial. Realização. Necessidade. Limitação, no entanto, dos atos praticados e documentos apresentados àqueles indispensáveis à apuração do crédito eventualmente devido ao agravado. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02024493020128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24401)

Ação de prestação de contas promovida por advogada integrante de sociedade de advogados - Regime especialíssimo desse tipo societário e que, em tese, permitiria o exercício da ação especial, desde que existissem motivos para impugnar os termos da cláusula XIII, do contrato social (que prevê pagamento dos haveres de acordo com balanço específico para esse fim) - Advogados sócios que não só conhecem como manipulam o sistema jurídico e que somente teriam legitimidade para desafiar o princípio pacta sunt servanda, caso exibissem prova pré-constituída de créditos sonegados - Capital social da sociedade que representa o trabalho e honorários pendentes, não existindo razões para duvidar do pagamento da quantia de R$ 9.535,72, que foi aceita, com quitação quando formalizada a saída - Sentença reformada - Recurso provido. (Apelação Cível 01968637120108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani -30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24927)

Apelação. Pedido de falência. Cessão de crédito configurada. Plano de recuperação aprovado em curso. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, ora reproduzidos (art. 252 do RITJSP). Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00046319420118260650 – Valinhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças - 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24420)

Agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Pessoa jurídica. Presunção relativa de hipossuficiência. Inexistência. Necessidade de comprovação da impossibilidade de arcar com os encargos processuais. Súmula 481 do STJ. Ausência de elementos que justifiquem a concessão do benefício. Crédito com respaldo em sentença trabalhista. Eventual insurgência contra a decisão da Justiça especializada deve ser arguida mediante recurso ou medida judicial cabível no momento oportuno, sendo incompetente o juízo falimentar para desconstituir a sentença laboral proferida. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01924366920128260000 – Diadema - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24297)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Alteração de endereço de filial. Ato que não configura alienação ou oneração de ativos financeiros; tampouco implica dissolução irregular, liquidação precipitada de ativos ou transferência de estabelecimento. Durante a recuperação judicial, o devedor permanece na condução das atividades empresariais (art. 64, 'caput', da LRF). Inexistência de indícios de irregularidades. Manutenção, todavia, da determinação de pagamento dos honorários do administrador judicial. Decisão reformada. Agravo parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01959771320128260000 – Itatiba - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24346)

Apelação. Direito empresarial. Contrato de compra e venda de participações societárias. Autor que não se desincumbiu do ônus de demonstrar o fato constitutivo de seu direito (art. 333, inciso I, do CPC). Revelia que não tem o condão de gerar a automática procedência da ação. Sentença mantida. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 00404312220088260576 – São José do Rio Preto - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24474)

Agravo de instrumento. Direito Empresarial. Dissolução parcial de sociedade. Arguição de incompetência da Justiça Estadual afastada. Inocorrência de ingerência em bem da União. Tutela limitada à averbação de cessões de direitos celebrados entre particulares junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Preclusão configurada. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02049972820128260000 – Pindamonhangaba - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24443)

Agravo de instrumento. Recuperação Judicial. Impugnação de crédito. Inobservância do art. 9º, II da LRF. Inocorrência. Montante devidamente atualizado até a data do pedido de recuperação judicial. Incidência de juros capitalizados. Inocorrência. Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 02149752920128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24522)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação retardatária de crédito trabalhista. O art. 12, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05, não impõe, mas faculta ao administrador judicial, ao emitir parecer na impugnação, apresentar o laudo contábil. Observância do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/05. Decisão mantida. Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 02077193520128260000 – Americana - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24433)

Cessão de quotas de sociedade. Cobrança. Cessionários que, após a aquisição recebem cobrança de multa fundamentada em auto de infração elaborado anteriormente ao negócio. Responsabilidade dos cedentes por expressa previsão contratual. Defesa baseada em compensação não comprovada. Sentença de procedência mantida. (Apelação Cível 00014258920118260418 – Paraibuna - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24936)

Herdeiro que não requer ingresso como terceiro na ação em que o Espólio movimenta, o que justifica a ordem de desentranhamento de petição e documentos oferecidos, para não ser criada situação de tumulto procedimental - Não provimento. (Agravo de Instrumento 02106371220128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25031)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Crédito com garantia real prestada por terceiro. Crédito que deve ser classificado como quirografário em relação à devedora, que não destacou qualquer bem para a garantia daquele crédito. Precedentes desta Câmara Especializada. Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 02114937320128260000 – São José dos Campos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24454)

Agravo de instrumento. Falência. Ação de indenização por danos materiais e morais movida contra a falida após a quebra. Ação que deve prosseguir perante o juízo falimentar a fim de se apurar o montante de eventual crédito detido pela autora contra a ré, habilitando-se posteriormente a importância no quadro-geral de credores da falida. Inteligência dos arts. 6º, § 1º e 76, ambos da Lei nº 11.101/2005. Art. 28, § 5º do CDC. Inaplicabilidade. Inexistência de elementos que permitam concluir pela impossibilidade de satisfação de eventual crédito detido pela consumidora contra a falida. Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 02136026020128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Pereira Calças – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24471)

Exigências estabelecidas para processar pedido de recuperação - Artigo 51, da Lei 11011/2005 - Empresa optante do SIMPLES deverá cumprir o § 2º, do art. 51 - Liberação do balanço, mantidas as demais ordens - Provimento, em parte. (Agravo de Instrumento 02146773720128260000 - Guarulhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25033)

Falência - Devedor citado por edital - Nomeação de curador, com ordem para que o credor pague os honorários do curador nomeado – Inadmissibilidade - Precedentes da Câmara - Provimento para liberar o credor do ônus imposto. (Agravo de Instrumento 02150350220128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani -30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25032)

Dissolução parcial de sociedade, com pedido de afastamento imediato do sócio detentor de 45% do capital social de cada uma das três empresas - Inadmissibilidade de conceder tutela antecipada inaudita altera parte, sob pena de ofensa ao devido processo legal (art. 5º, LV, da CF) - Não provimento. (Agravo de Instrumento 02193740420128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 25064)

Agravo - Pedido de reconsideração que não suspende ou interrompe o prazo do art. 522, do CPC - Conhecimento para que não se alegue cerceamento do direito de recorrer ao Judiciário - Inexistência de prova da impossibilidade de os agravantes suportarem os encargos financeiros do processo - Perfil diferenciado que rompe a presunção de miserabilidade do art. 4º da Lei 1060/50 - Não provimento. (Agravo de Instrumento 01968129820128260000 – Guarulhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24906)

Agravo de Instrumento. Homologação de aditivo ao plano de recuperação judicial. Ilegalidades. Proibição de aplicação de correção monetária, a qualquer tempo. Previsão de que a totalidade dos créditos concursais detidos contra as recuperandas terão data de vencimento prorrogadas indefinidamente. Agravante que possui crédito proveniente de ACC. Crédito não sujeito aos efeitos da recuperação. Provimento, em parte, para reformar a decisão que homologou o

aditamento ao plano e determinar a apresentação de outra versão, dentro de trinta dias. (Agravo de Instrumento 01248329120128260000 – Jundiaí - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24325)

Recuperação judicial. Pedido de prorrogação de prazo de suspensão de ações e execuções deferido. Inadmissibilidade. Limitação imposta pelo legislador que teve como objetivo evitar a eternização do procedimento sem providências eficazes por parte do devedor. Princípio da preservação da empresa que não pode servir de panaceia para todos os males. Incidente de uniformização de jurisprudência. Ausência dos respectivos pressupostos. Recurso provido, negada a instauração do incidente. (Agravo de Instrumento 00449646420128260000 – Itaquaquecetuba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 25612)

Medida cautelar. Direito societário. Pretensão à concessão de liminar para afastamento de diretores que, todavia, não integram a demanda originária. Inviabilidade. Medida Cautelar. Prévia distribuição de dissolução parcial de sociedade anônima de capital fechado. Receio de dilapidação de patrimônio pela prestação de garantias a terceiros, pagamentos considerados suspeitos e alienação de imóvel por preço abaixo do mercado. Indícios suficientes à concessão de liminar para conservação do patrimônio da sociedade. Recurso parcialmente provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 02565037720118260000 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24322)

Recuperação judicial. Honorários de sucumbência. Habilitação do principal e de tal verba pelo credor. Possibilidade. Legitimidade concorrente da parte e de seus advogados. Jurisprudência cristalizada. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02787842720118260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24344)

Embargos de declaração. Omissão e obscuridade inocorrentes. Singelo inconformismo da parte com a solução do litígio. Recurso descabido. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00268698320128260000 – Adamantina – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 25285)

Editais. Intimação que se deu pela forma correta, desde que no antigo endereço da intimada nada há em funcionamento. Prazo. A contagem do prazo para manifestação após intimação ou citação por editais só se desencadeia quando esgotado o fixado nestes. Manifestação da recorrente considerada tempestiva, devendo ser apreciada pelo magistrado após entranhada aos autos. Recurso provido em parte para esse fim. (Agravo de Instrumento 00402895820128260000 – Sumaré – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24451)

Agravo interno. Decisão monocrática que nega seguimento a recurso manifestamente improcedente. Razões recursais que não convencem do desacerto da decisão recorrida, que fica mantida. Recurso desprovido. (Agravo Regimental 01862251720128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 25343)

Valor da causa - Ação declaratória - Decisão que entendeu que o valor da causa deve corresponder ao valor do contrato, conforme art. 259, V, do Código de processo Civil, determinando que a empresa agravante recolha as custas pertinentes no prazo de dez dias, sob pena de extinção, conforme já havia sido determinado em decisão anterior - Alegação de que o contrato em referência não tem valor econômico expresso em cláusulas, de modo que impossível proceder como determinado, devendo ser mantido o valor que atribuiu à causa - Descabimento - O benefício econômico perseguido nos pedidos, equivale ao valor que

pretendem com a procedência da demanda - Busca a exclusividade para atuar na cidade de Salvador/BA, e para rever cláusulas do contrato de concessão - Aplicação do artigo 259, V, do Código de Processo Civil, segundo o qual à demanda deve ser atribuído o valor do contrato quando o litígio "tiver por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão de negócio jurídico" - Hipótese na qual, pelo menos em relação aos exemplos indicados na inicial de obrigatoriedade de pagamentos indevidos, utilizando o lapso temporal de 5 anos, e ainda utilizando como data final a propositura da demanda, deve ser realizado o cálculo do montante quitado - Em relação às demais pretensões indicadas (ausência de igualdade de condições das concessionárias quanto aos bônus existentes, liberação de seu crédito em 48 h após lançamento do sistema, retorno de seu crédito, liberação do Bin, etc), bem como quanto ao pedido de declaração de exclusividade, pela dificuldade de se quantificar o valor pretendido, tal montante não deve ser firmado por parâmetros consignados no elenco do art. 259 do CPC, mas na regra geral prevista no artigo precedente, estando adequado o valor indicado pela concessionária recorrente (R$ 10.000,00) - Havendo cumulação de pedidos, à causa deve ser atribuída o resultado da soma destes (art. 259, II, do Código de Processo Civil) - Necessidade de reforma do valor atribuído à causa - Decisão mantida - Agravo de instrumento não provido, com observação. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso, com observação. (Agravo de Instrumento 01049244820128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22120)

Prazo. Não se devolve prazo recursal quando comprovado que os autos encontravam-se em cartório, não se exibindo certidão em sentido contrário. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00107617620128260000 – Sumaré – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24452).

Agravo regimental. Interposição contra a negativa de concessão de efeito suspensivo em agravo de instrumento. Recurso principal que está em condições de ser julgado. Prejudicado o incidente. Falência. Exceção de suspeição oposta em face do administrador judicial. Indeferimento liminar em primeiro grau. Figura híbrida que tem a função de defender os interesses da massa falida, mas também a obrigação de se revelar imparcial, notadamente quando examina, na fase administrativa, habilitações e impugnações de crédito. Efeito final da pretensão deduzida que implica no afastamento do excepto. Processamento como incidente de destituição do administrador, facultado aditamento da inicial, nos termos do art. 284 do CPC. Recurso parcialmente provido, prejudicado o regimental. (Agravo Regimental 00909097420128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 25044)

Agravo regimental. Interposição contra concessão de efeito suspensivo em agravo de instrumento. Admissibilidade à vista do art. 253 do Regimento Interno. Razões, entretanto, que não convencem do desacerto da decisão monocrática. Recurso conhecido e desprovido. (Agravo Regimental 01116304720128260000 – Presidente Prudente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24955)

Recurso. Decisão que indefere liminarmente habilitação de crédito e de que não é intimada a devedora, interessada que se sujeite, o respectivo valor, à recuperação de crédito. Interesse recursal presente. Recuperação Judicial. Crédito trabalhista decorrente de período anterior à impetração do procedimento. Crédito sujeito aos efeitos da recuperação porque existente ao tempo de seu ajuizamento. Inteligência do art. 49, caput, da Lei 11.101/05. Habilitação de crédito que deve ser processada. Recurso conhecido e provido. (Agravo de Instrumento 01254090620118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24665)

Julgamento antecipado da lide - Cerceamento do direito de defesa - Pretensão à reabertura da instrução probatória para oitiva de testemunhas – Improcedência - Antecedente renúncia à

dilação probatória – Preclusão lógica configurada - Preliminar rejeitada. Propriedade Industrial – Marca - Exploração pela ré da atividade desenvolvida pela suplicada no endereço da filial extinta - Utilização do ponto comercial e da logomarca - Alegação de que houve cessão verbal do uso da marca como forma de pagamento pelo período em que trabalhou para a apelada sem registro na carteira de trabalho – Improcedência - Imprescindibilidade de prova escrita do negócio jurídico - Aplicação do art. 333, II, do CPC - Inércia da ré - Pedido de tutela inibitória procedente - Apelação improvida neste tocante. Responsabilidade Civil - Lucros cessantes – Marca - Direito de exclusividade violado pela ré - Situação descrita no art. 210, II, da LPI comprovada no caso concreto - Prova documental do ingresso da recorrente no imóvel outrora utilizado pela apelada, bem como da utilização da logomarca - Hipótese em que embora não tenha ocorrido desvio de clientela, a suplicante beneficiou-se da clientela conquistada pela suplicada - Verba indenizatória a ser apurada mediante exame dos livros contábeis da recorrente - Pedido de indenização por dano material procedente - Apelação parcialmente provida. Dispositivo: dão parcial provimento (Apelação Cível 00378990720108260576 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 18545)

Falência. Ex-sócio. Retirada cancelada por ato da Junta Comercial, promovendo-se, depois, novo arquivamento, que permanece incólume. Condição reconhecida. Ausência de responsabilidade por atos da falida. Exclusão determinada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02638125220118260000 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24401)

Embargos de declaração. Contradição inocorrente. Falta de peça necessária comprovada, não obstante a concessão de prazo para emenda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02772582520118260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 25272)

Interesse recursal. Ordem endereçada a pessoas físicas, antigos representantes da falida. Recurso interposto por esta. Inadmissibilidade em face do art. 6º da lei processual civil. Considerações, entretanto, acerca dos propósitos do recurso. Recurso não conhecido com observações. (Agravo de Instrumento 03094371220118260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24666)

Recurso. Agravo de Instrumento. Processamento admitido na lei 11.101/05 independente dos requisitos do art. 522 do CPC. Recuperação Judicial. Crédito trabalhista. Inaplicabilidade evidente do art. 83, I, da Lei de Regência. Embargos de Declaração. Consideração de que a interposição constituiu incidente destinado ao retardamento do processo, impondo-se multa e indenização. Decisão mantida ante as evidências do caso concreto. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 03095722420118260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24667)

Embargos de declaração. Omissão, contradição e obscuridade não apontadas. Atuação judicial que tem natureza prática, bastando a indicação dos fundamentos que conduziram o raciocínio dos prolatores para tê-la como escorreita, preenchidos os requisitos do art. 93, IX, da Constituição da República. Não se reputa essencial, outrossim, que a decisão contenha manifestação sobre cada um dos pontos suscitados pela parte. Pré-questionamento de dispositivos constitucionais e legais desnecessário para alicerçar recursos especial e extraordinário. Negativa de violação, de qualquer forma, afirmada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 03049838620118260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 25397)

Recurso. Há perda de interesse superveniente da recorrente quando, durante o tramitar do agravo de instrumento, as partes transacionam e aquela alcança seu objetivo. Recurso não

conhecido porque prejudicado. (Agravo de Instrumento 03109675120118260000 – Sertãozinho – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 23301)

Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos rejeitados. Recurso - Embargos de declaração – Prequestionamento - Menção expressa a dispositivos legais Desnecessidade Embargos rejeitados. Litigância de má-fé - Embargos de declaração opostos contra decisão em agravo regimental - Embargos de declaração que reproduz tese implicitamente afastada pelo Órgão Colegiado – Caracterização - Abuso do direito de recorrer com interposição de recurso manifestamente infundado e protelatório (art,17, inc. VI e VII do CPC) - Retardo na conclusão da controvérsia e sobrecarga desnecessária à estrutura Judiciária - Condenação da recorrente às penas por litigância de má-fé de ofício - Art. 18 do CPC - Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização da parte adversa em quantia correspondente a 10% sobre a mesma base de cálculo. Dispositivo: Embargos rejeitados, com observação. (Embargos de Declaração 00135591020128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22185)

Tutela antecipada. Contrato de compra e venda de cotas de sociedade limitada. Alegações de celebração do negócio quando os Agravantes estavam em frágil estado emocional e de onerosidade excessiva. Ausência de prova e de verossimilhança das alegações. Impossibilidade de concessão da tutela antecipada. Artigo 273 do CPC. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01099364320128260000 – Ibitinga – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 8150)

Ação declaratória. Nulidade de ato que excluiu o Apelante da cooperativa Apelada e de atos administrativos que o impediram de continuar a prestar serviços de transporte público municipal à Prefeitura Municipal de São Paulo. Sentença nula. Contradição entre os fundamentos, que apontam a ilegitimidade passiva, e o dispositivo, que julga improcedente o pedido inicial. Recurso provido para anular a sentença. Ilegitimidade passiva caracterizada. Apelante que jamais foi cooperado da Apelada. Inexistência de ato que o excluiu da cooperativa. Atos administrativos de autoria da Prefeitura Municipal de São Paulo. Não participação da Apelada. Processo extinto, sem resolução do mérito. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00299567520118260002 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 8768)

Comparecimento espontâneo. Juntada de procuração sem poderes especiais para citação que não configura comparecimento espontâneo. Exegese do artigo 214, § 1º, do CPC. Precedentes. Apresentação de resposta a este recurso que é ato de inequívoca ciência do processo pela ré. Comparecimento espontâneo caracterizado por este ato. Impossibilidade de prejuízo à Agravada. Data da citação que é a data de publicação deste acórdão ou a data do efetivo cumprimento de mandado de citação cuja expedição já foi determinada, o que primeiro ocorrer. Recurso não provido, com determinação. (Agravo de Instrumento 01331246520128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 7933)

Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos rejeitados. Recurso - Embargos de declaração – Prequestionamento - Menção expressa a dispositivos legais Desnecessidade - Embargos rejeitados. Litigância de má-fé - Embargos de declaração opostos contra decisão que não conheceu parte de argumentação formulada em agravo de instrumento - Embargos de declaração que defendem a possibilidade de conhecimento da tese não conhecida - Pretensão reiterada pela terceira vez – Não conhecimento já consignado não somente nestes autos, como também em recurso precedente – Caracterização - Abuso do

direito de recorrer com interposição de recurso manifestamente infundado e protelatório (art,17, inc. VI e VII do CPC) - Retardo na conclusão da controvérsia e sobrecarga desnecessária à estrutura Judiciária - Condenação da recorrente às penas por litigância de má-fé de ofício - Art. 18 do CPC - Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização da parte adversa em quantia correspondente a 10% sobre a mesma base de cálculo. Dispositivo: Embargos rejeitados, com observação. (Embargos de Declaração 00271391020128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22186)

Cautelar de arresto. Sentença que extingue o processo sem resolução do mérito, por inépcia da inicial e por falta de interesse de agir. Sentença que, de fato, analisa o mérito e julga improcedente a cautelar, antes mesmo da citação. Nulidade. Possibilidade de dilação probatória para a demonstração do fumus boni iuris. Retorno dos autos à vara de origem para a citação das Apeladas e dilação probatória. Recurso prejudicado. (Apelação Cível 01257741720128260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 8263)

Obrigação de não fazer. Propriedade industrial. Marca “Ray Clean”. Cerceamento de defesa não caracterizado. Provas oral e pericial desnecessárias. Nulidade da sentença por ausência de fundamentação. Inocorrência. Falta de documentos indispensáveis á propositura da ação. Inocorrência. Juntada tardia de procuração pela Apelada. Defeito sanado quando da apresentação de réplica. Ausência de prejuízo ao processo ou à defesa da Apelante. Inocorrência de nulidade. Princípio da instrumentalidade das formas. Apelada que protocolou pedido de registro da marca perante o INPI. Desnecessidade de registro definitivo para zelar pela marca. Artigo 130 da Lei nº 9.279/96. Concorrência desleal configurada. Partes que atuam no mesmo ramo de limpeza. Uso de expressão idêntica, com desenhos muitíssimo similares, pela Apelante, sem qualquer registro ou pedido de registro no INPI. Apelada que primeiro pediu o registro da marca. Direito de preferência. Artigo 127 da Lei nº 9.279/96. Nulidade do registro da marca no INPI não caracterizada. Obrigação de não fazer mantida. Determinação de transferência de domínio de internet da Apelante à Apelada. Impossibilidade. Apelada que não cumpriu procedimento administrativo. Precedente. Reparação de danos materiais e morais. Ausência de prova. Condenação afastada. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00239848820098260554 – Santo André – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 8683)

Recuperação judicial. Pedido de prorrogação de prazo de suspensão de ações e execuções deferido. Inadmissibilidade. Limitação imposta pelo legislador que teve como objetivo evitar a eternização do procedimento sem providências eficazes por parte do devedor. Princípio da preservação da empresa que não pode servir de panaceia para todos os males. Incidente de uniformização de jurisprudência. Ausência dos respectivos pressupostos. Recurso provido, negada a instauração do incidente. (Agravo de Instrumento 00452755520128260000 – Itaquaquecetuba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 25611)

Obrigação de não fazer. Propriedade industrial. Marcas “Tecitita”, “Titta” e “Tita”. Apelantes que comercializam roupas, acessórios e artigos de cama e mesa e banho com a marca “Lojas Tita”. Clara semelhança entre as marcas. Concorrência desleal configurada. Prévio registro das marcas pela Apelada. Apelantes que sequer pleitearam o registro de marca. Direito de prioridade. Recurso não provido. (Apelação Cível 00443503320118260602 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 8615)

Liminar. Cautelar de exibição de documentos. Caráter satisfativo da medida. Impossibilidade de concessão liminar. Irreversibilidade da ordem. Contraditório prévio necessário. Precedentes. Contestação já apresentada. Reexame da liminar pelo juízo a quo. Princípio do duplo grau de

jurisdição e garantia do juiz natural. Recurso provido, com determinação. (Agravo de Instrumento 01804286020128260000 – Marília – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 8401)

Assistência judiciária - Justiça gratuita - Requisitos - Pedido formulado em documento apartado – Admissibilidade - Documento que cumpre as exigências do artigo 4º da Lei n. 1.060/50 - Negativa do magistrado que deve ater-se apenas às hipóteses de ausência de declaração ou evidente burla aos ditames da citada lei - Benefícios concedidos. Recuperação judicial - Crédito trabalhista - Pretensão recursal de que seja habilitado crédito respeitando valor homologado em sentença trabalhista prolatada após a data do pedido recuperacional – Impossibilidade - Inteligência do art. 9º, II da Lei 11.101/05 - Pedido de habilitação de que deve observar a data do pedido de recuperação - Compreensão que, entretanto, não induz à conclusão de que o recorrente não receberá o valor integral pretendido - Juros e correção monetária após o termo indicado que serão objeto de decisão em assembléia geral, nos termos do plano apresentado - Submissão dos credores ao regime imposto - Ausente violação a coisa julgada - Precedentes da Corte especializada neste sentido - Recurso desprovido. Dispositivo: Concederam a gratuidade processual ao recorrente, e negaram provimento ao recurso. Parcial provimento. (Agravo de Instrumento 00749809820128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 21072)

Recurso - Agravo regimental - Interposição contra decisão que concedeu liminar em agravo de instrumento - Falta de previsão legal - Redação do art. 527, parágrafo único, do CPC, nesse sentido - Recurso não conhecido. Prova – Perícia - Quesitos suplementares - Indeferimento em primeiro grau - Pertinência do indeferimento - Cerceamento de defesa inocorrente - Agravantes que tiveram a oportunidade de formular quesitos complementares, o fizeram e foram respondidas pelo profissional - Ademais, questionamento reiterado em razões recursais que se revela impertinente - Legislação processual que autoriza o indeferimento (art. 426, I) - Livre convencimento do Magistrado que também deve ser preservado - Decisão agravada mantida - Recurso não provido. Dispositivo: Não conheceram o agravo regimental, e negaram provimento ao agravo de instrumento. (Agravo de Instrumento 01461859020128260000 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22343)

Falência - Crédito da união federal - Prescrição reconhecida em habilitação de crédito - Pretensão à interpretação de que às multas administrativas previstas na legislação de regência do FGTS aplica-se o prazo prescricional de trinta anos – Inviabilidade - Prazo trintenário fixado no § 5º, do art. 23 da Lei n. 8.036/90 incidente somente às contribuições ao FGTS - É quinquenal o prazo prescricional das multas administrativas, nos termos do que dispõe o Decreto n. 20.910/32 - Sentença mantida - Agravo não provido. Dispositivo: nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 01501264820128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22359)

Prova - Perícia contábil - Apuração por profissional técnico em demanda na qual se pretende a verificação de contrafação - Honorários provisórios fixados em R$ 21.000,00 que se mostram excessivos no presente momento - Redução do salário provisório para R$ 5.000,00, levando em consideração as justificativas apresentadas pela perita, deslocamentos físicos que estão previstos e o repertório probatório juntado aos autos - Fixação apenas dos honorários provisórios - Diferimento do arbitramento dos definitivos para depois da realização do trabalho - Agravo de instrumento provido para reduzir os honorários provisórios, com observação. Dispositivo: Dá-se provimento ao recurso, com observação. (Agravo de Instrumento 01615525720128260000 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 21718)

Devolução de prazo – Contestação - Alegação de que o ato citatório fora recebido pelo próprio demandado que, em razão de sequelas ocasionadas por acidente vascular cerebral, foi impedido de dar o andamento necessário à defesa tempestiva – Impropriedade - Elementos nos autos que não conduzem à conclusão de que o recorrente não se encontra apto intelectualmente para compreender o ato citatório - Laudo médico que faz referência tão somente a incapacidade laborativa, não sendo preciso quanto à extensão das limitações impostas pelas sequelas da moléstia - Justa causa prevista pelo art. 183 do CPC não caracterizada na situação analisada - Agravo não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01732202520128260000 – Colina – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 21883)
Capacidade postulatória - Alegação de que o patrono constituído inicialmente encontrava-se excluído dos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil - Nulidade insanável invocada - Pretensão de extinção sem julgamento do mérito – Descabimento - Hipótese na qual o defeito de representação processual, inclusive o relacionado à incapacidade postulatória, é sanável diante do evidente prejuízo existente à parte que efetuou contrato de mandato com advogado impedido, ou que venha a ter impedimento - Regularização da representação processual com ratificação dos atos anteriormente praticados ocorrida in casu - Situação que se adequa ao ordenamento processual pátrio, que visa resguardar o interesse do jurisdicionado, sem descuidar de exigir a regularização formal - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso (Agravo de Instrumento 01801020320128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 21932)

Recurso - Agravo de instrumento - Peça essencial - Interposição contra decisão que indeferiu pedido de intimação da suplicada para pagamento de débito referente a acordo não adimplido em sua integralidade - Agravo de instrumento defendendo a intimação, e consequente viabilização da satisfação de seu crédito - Ausente no instrumento cópias do instrumento de acordo, decisão que o homologou, e documentos que comprovem o descumprimento - Imprescindibilidade das peças omitidas - Negativa de seguimento – Legitimidade - Documentos tido por essenciais - Juntada tardia não admitida ante a preclusão anotada - Negativa de seguimento ao recurso mantida - Agravo não provido - Dispositivo: Negaram provimento. (Agravo Regimental 01816185820128260000 – Osasco – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22189)

Impugnação ao valor da causa - Decisão agravada que acolheu a impugnação, fixando o valor da causa em R$ 150.000,00, com base no valor pretendido para 30 dias de multa diária - Parâmetro equivocado - Astreinte que não integra o proveito econômico almejado - Eventual procedência da demanda que implicará na apuração do quantum debeatur - Inexistente parâmetro imediato de fixação do proveito econômico - Exegese do art. 258 do CPC - Fixação estimativa possível - Circunstância que não descarta a possibilidade de o valor da causa vir a ser alterado no curso da demanda, quando mais elementos forem apresentados como, por exemplo, prova idônea do faturamento bruto das agravadas nos últimos 3 anos, o que balizaria a fixação indenizatória mínima almejada - Recurso provido. Dispositivo: Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01933321520128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22067)

Tutela antecipada - Ação ordinária - Pleitearam pela concessão de tutela antecipada para que seja determinado ab initio que as agravadas se abstenham de realizar atos que violem o sinal, dísticos, símbolo ou emblemas das entidades desportivas recorrentes - Decisão que, por não vislumbrar a possibilidade de dano irreparável, não concedeu a medida pleiteada - Alegação de que detém exclusividade de todos os direitos de propriedade relativamente às suas respectivas denominações e aos emblemas que servem para identifica-las junto ao público, conforme art. 87 da Lei n. 9.615/98, e que são quem mais sofrem com a pirataria, pois há a inibição da comercialização de produtos legítimos – Cabimento - Hipótese na qual, tendo em

vista a relevância das alegações, comprovada a venda de produtos não licenciados contendo marcas de alto renome, deve-se concluir pela presença dos requisitos da liminar pleiteada, que visam assegurar o cumprimento de obrigação de não fazer (CPC, art. 461), e assim obstar a violação de direitos das agravantes - Salienta-se existir a possibilidade de as mercadorias serem deslocadas para outros locais, inviabilizando o resultado final - Liminar de busca e apreensão dos produtos não licenciados concedida - Decisão reformada - Agravo de instrumento provido. Dispositivo: Dão provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02058061820128260000 – Matão – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22198)

Tutela antecipada - Ação de dissolução parcial de sociedade - Decisão que não concedeu a antecipação de tutela pleiteada - Alegação de que em razão da comprovação da quebra da affectio societatis, nada obsta que a suplicante busque resguardar sua responsabilidade, se retirando o quanto antes do quadro social da empresa, até porque o prazo de dois anos começa a contar a partir do momento da modificação do contrato - Descabimento - Ninguém é obrigado a associar-se ou manter-se associado, decorrendo daí o direito constitucional de o sócio minoritário retirar-se da sociedade (CRFB, art. 5º, II, XVII e XX), desde que atendidos os requisitos legais (CC, art. 1.029) - Hipótese na qual, embora trate-se de sociedade de prazo indeterminado, a recorrente não efetuou a notificação de seu desinteresse em continuar como parte do quadro societário da empresa discutida, com antecedência de 60 dias - Assim, apesar de ter desaparecido a affectio societatis, não foi cumprido o requisito legal - Liminar denegada por motivos diversos - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02108277220128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22246)

Assistência judiciária - Justiça gratuita – Requisitos - Declaração de pobreza – Insuficiência - Hipótese na qual as razões expostas pelo i. Juiz a quo no r. decisum vergastado, quais sejam, a cossuplicada Sra. Maria se tornou viúva-meeira, e o coagravado Sr. Caio é herdeiro das cotas sociais da empresa discutida, são robustas e deveriam ter sido pontualmente rejeitadas pelos suplicantes em suas razões recursais, de modo a comprovar o equívoco do nobre julgador de primeira instância, e não simplesmente alegar que a herança está sendo discutida judicialmente - Ademais, os agravantes deixaram de juntar documento que demonstre qual era o regime de bens escolhido, assim como quais são os bens a inventariar deixados pelo falecido Wilson Moya Garcia, salientando-se que, se ainda não foi interposto inventário, nada obstaria a juntada das últimas declarações de renda do de cujus - Benefícios indeferidos - Recurso não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02180472420128260000 – São Caetano do Sul – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22354)

Obrigação de não fazer. Concorrência desleal. Comercialização de esmalte em frasco de formato piramidal. Apelante que não é detentora de marca tridimensional ou de desenho industrial desse tipo de frasco. Ausência de proteção conferida pela Lei nº 9.279/96. Artigos 109, 129 e 130 dessa lei. Formato piramidal de frasco de esmalte utilizado por diversas marcas. Vulgarização do traço distintivo que impede a configuração de contrafação. Embalagens de esmalte distintas, sobretudo em sua tampa. Comercialização dos esmaltes da marca “Avon” por meio de representantes comerciais, enquanto os esmaltes da marca “Risqué” são vendidos no varejo e no atacado. Ausência de risco de confusão ao consumidor. Concorrência desleal não configurada. Recurso não provido. (Apelação Cível 02232619220098260002 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 8258)

Custas iniciais. Reconvenção. Falta de recolhimento. Aplicabilidade do artigo 257 do Código de Processo Civil como regra geral, a resultar no cancelamento da distribuição do feito se o processo ainda se encontrar em fase anterior à intimação do autor-reconvindo para responder

e o réu-reconvinte desatender à intimação para efetuar o pagamento. Descabimento, porém, no caso concreto, em que os reconvintes não foram intimados para efetuar o recolhimento na forma do artigo 4º, I, da Lei Estadual nº 11.608/2003, e o processo seguiu seu trâmite até a prolação da r. sentença. Determinação de recolhimento das custas iniciais da reconvenção em 5 (cinco) dias a contar da publicação deste v. acórdão, sob pena de inscrição da dívida junto à Fazenda Estadual. Contrato. Cessão de direitos e obrigações relativos a contrato de franquia empresarial. Pretensão do cessionário de rescisão contratual, fundada na impossibilidade de operar a franquia diante dos débitos, irregularidades e infrações do réu-franqueado perante a franqueadora. Improcedência. Comprovação de que contratou por livre e espontânea vontade e assumiu a unidade franqueada - com o conhecimento da franqueadora - a partir da data convencionada, e que, apesar de ciente de boa parte das irregularidades ocasionadas na gestão anterior, dispôs-se a continuar precariamente as atividades no local por alguns meses, até o momento em que se apercebeu cercado pelas dificuldades de levar o empreendimento adiante e dele desistiu, buscando a solução judicial da rescisão. Reconvenção. Procedência. Condenação do cessionário-reconvindo ao pagamento do preço estipulado no contrato de cessão de direitos e obrigações relativos a franquia empresarial. Inadimplência incontroversa. Sentença resultante de acurada apreciação da causa de pedir e das provas produzidas, além de exatamente amoldada aos pedidos formulados. Afastamento da hipótese de risco de provocar insegurança jurídica quando ladeada pela rescisão judicial do próprio contrato de franquia, declarada por sentença de outra Vara Cível da Comarca em momento ulterior à concretização do negócio jurídico da cessão, dada a distintividade entre as partes, relações e objetos jurídicos das duas demandas. Sequestro. Bem imóvel incluído contratualmente como parte do pagamento pela cessão da franquia. Medida determinada pelo Juiz para evitar a transferência da propriedade do bem a outrem. Providência assecuratória da eficácia da própria sentença. Exercício da faculdade disponibilizada pelo §5º do artigo 461 do Código de Processo Civil. Multa. Manifesto propósito protelatório de embargos de declaração opostos à sentença (parágrafo único do artigo 538 do Código de Processo Civil). Extirpação. Inocorrência de evidente abuso do direito de recorrer, mesmo tendo sido constatado o caráter infringente do recurso. Apelação provida em parte, com determinação. (Apelação Cível 00024453920098260272 – Itapira – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12782)

Legitimidade ad causam - Polo passivo – Inocorrência - Ação que visa o reconhecimento de sociedade não personalizada existente entre pessoas físicas - Impossibilidade da pessoa jurídica da qual o réu é sócio figurar no polo passivo da ação, porque o autor não figurou no seu quadro societário - Arguição rejeitada. Sociedade empresária - Constituição de sociedade não personalizada – Reconhecimento - Incontrovérsia da realização de negócio jurídico entre as partes para a constituição de sociedade empresária para fabricação de cosméticos - Ausência de contrato escrito entre as partes - Correspondência eletrônica trocada entre as partes que comprova os aportes financeiros realizados pelo autor para aquisição de maquinário e pagamento de contas, incrementando a atividade empresarial de pessoa jurídica da qual o réu é sócio com sua esposa - Restituição do valor investido na sociedade empresária - Improcedência do pedido - Desinteresse do autor na continuidade da atividade empresarial que não justifica o recebimento do valor por ele investido, acrescido de juros e correção monetária - Denúncia unilateral do contrato que só produz efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos - Artigo 473, parágrafo único do Código Civil - Ação procedente em parte - Apelação provida em parte. (Apelação Cível 00199215320118260003 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12883)

Embargos de declaração. Oposição a acórdão proferido em julgamento levado a efeito após o exercício do Juízo de retratação da decisão agravada pelo Juízo a quo (artigo 529 do Código de Processo Civil). Omissão inexistente. Retratação efetuada antes do julgamento do agravo, cuja comunicação a este Órgão ad quem só se deu após a data do julgamento, em decorrência da demora dos mecanismos da justiça. Deficiência cartorária que não pode impor prejuízo às

partes, impedindo o reconhecimento da perda do objeto do recurso. Precedente jurisprudencial do E. Superior Tribunal de Justiça. Concessão do excepcional efeito modificativo do julgado. Embargos acolhidos para anular o julgamento do agravo de instrumento e julgá-lo prejudicado, em decorrência da perda de seu objeto. (Embargos de Declaração 01248285420128260000 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12981)

Arresto. - Incidência sobre bem imóvel de propriedade de réu em ação de indenização em fase de cumprimento de sentença. - Impenhorabilidade. - Bem de família. - Reconhecimento. Proteção nos termos da Lei nº 8.009/90. - Certidão do oficial de justiça a apontar ser o local a residência do devedor. - Endereço declinado na procuração outorgada ao patrono. - Conta de luz que indica ser a instalação do imóvel classificada como residencial trifásico. - Credor que não se desincumbiu do ônus de provar que o imóvel não é o da residência do devedor. - Artigo 333, II do Código de Processo Civil. - Ausência de preclusão por se tratar de matéria de ordem pública. - Cancelamento do arresto determinado. - Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 01248614420128260000 – Sumaré – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12924)

Recurso. Apelação. Ação de abstenção de ato de preceito cominatório. Proteção do nome empresarial e de marca. Empresas que possuem nomes distintos e atuam em ramos diversos e inconfundíveis apesar do vocábulo IMPOL constar em ambos os nomes empresariais. Finalidade de identificar o empresário ou sociedade empresária, tutelar a clientela, o crédito empresarial e proteger os consumidores contra indesejáveis equívocos. Ausência de demonstração de prejuízo, de qualquer vantagem indevida ou concorrência desleal. Ação improcedente. Apelação desprovida. (Apelação Cível 00124067520118260161 – Diadema – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12790)

Falência. Ação fundada na impontualidade do devedor. Depósito elisivo. Fracionamento. Parcelamento da dívida. Inadmissibilidade. Necessidade de satisfação do débito em sua integralidade, correspondente à quantia reclamada pelo credor, corrigida e acrescida dos juros e honorários advocatícios (artigo 98, parágrafo único, da Lei nº 11.101/05). Imposição jurisdicional, dirigida ao credor, de aceitação da proposta de pagamento parcelado apresentada pelo devedor. Descabimento. Processo com procedimento especial no qual não há tentativa de conciliação e não se aplica o artigo 125, IV, do Código de Processo Civil. Consideração, entretanto, do pagamento da quantia fracionada já efetivada até a presente data em cumprimento a determinação judicial, como forma de se atender ao princípio da conservação da atividade empresarial. Possibilidade de o devedor evitar a decretação de quebra se providenciar o depósito de eventual importância complementar correspondente ao valor atualizado da dívida, acrescido dos juros da mora e dos honorários advocatícios já arbitrados ou dependentes de arbitramento pelo MM. Juízo de primeiro grau, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação da definição da quantia a ser calculada pela respectiva Contadoria Judicial. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00043761520128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12990)

Tutela antecipada. Abstenção da prática de atos de administração em contrariedade ao disposto em contrato social de sociedade empresarial, bem como aqueles voltados a impedir o ingresso dos sócios demandantes na sede de sociedade para administrá-la. Indeferimento. Constatação da total incompatibilidade entre os sócios e da consequente inviabilidade da manutenção da sociedade. Desavenças na gestão administrativa e financeira, a ponto de as partes empreenderem tratativas para o ajuste de uma cisão. Arquivamento de alteração contratual com registro de mudança da denominação social. Separação de fato das carteiras de clientes. Incontroversa existência de negociações para aquisição de cotas. Intenção de retirada dos sócios autores manifestada em notificação expedida aos réus com oferecimento

de cotas da sociedade por preço certo e imposição de exigências. Elementos caracterizadores de antagonismos severos, incompatíveis com a concessão da antecipação da tutela em sede de cognição sumária. Verificação de periculum in mora inverso e plausibilidade do direito invocado pelos réus agravantes, consistente em tornar a questão liquidada mediante a retirada dos sócios dissidentes e apuração de seus haveres. Revogação da decisão recorrida. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00338737420128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12976)

Recuperação judicial. Incidente de impugnação a crédito quirografário, instaurado para nele incluir valor correspondente a honorários advocatícios de natureza compensatória, convencionados em contrato de compra e venda. Improcedência. Falta de comprovação de que o credor, legitimado para pleitear a inclusão da verba, faz jus ao ressarcimento de quantia previamente despendida com seu próprio Advogado. Evidente aleatoriedade do percentual fixado no dispositivo contratual. Impossibilidade da integração dos honorários ao crédito inscrito no quadro geral de credores. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00720102820128260000 – Adamantina – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12995)

Recuperação judicial. - Cessão de crédito - Conclusão de que ocorreram a título gratuito ante o silêncio das partes celebrantes quanto ao seu caráter oneroso, bem assim pela estipulação de preço e forma de pagamento da cessão. - Notícia apenas da cessão a pessoas individualizadas antes da data da assembleia de credores. - Indícios de simulação com vistas a obter vantagem ilícita para recebimento do crédito mais rapidamente, de acordo com o estipulado no Plano de Recuperação. - Falta de registro das cessões. - Ineficácia em relação ao recuperando diante da ausência de prova da ciência inequívoca do cedido dos termos da cessão e seu conteúdo. Litigância de má-fé. - Caracterização. - Utilização do processo para conseguir objetivo ilegal, bem assim interpondo recurso com intuito manifestamente protelatório. - Artigo 17, III e VII, do Código de Processo Civil - Multa de 1% (um por cento) sobre o valor das cessões, cuja habilitação fraudulenta pretendeu facilitar. Agravo de instrumento desprovido, com observação. (Agravo de Instrumento 01005213620128260000 – Adamantina – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12931)

Propriedade industrial. - Marca. - Abstenção de uso. – Utilização indevida de marca e nome empresarial no mesmo segmento. - Comprovação da titularidade do registro da marca pela autora. - Empresas que exercem atividades no mesmo segmento empresarial. - Impossibilidade de coexistência. - Propriedade da marca conferida pelo efetivo registro junto ao INPI. - Inteligência dos artigos 124, XIX e 129 da Lei nº 9.279/96. - Concorrência desleal. - Autorização de uso que cessou a partir do recebimento da notificação extrajudicial, respondendo o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa. - Artigos 395 e 397, parágrafo único do Código Civil. - Anterioridade do registro do nome empresarial na Junta Comercial. - Exclusividade de utilização. - Artigo 1.166 do Código Civil. - Reconhecimento do pedido cominatório, providenciando a alteração de sua razão social. - Perdas e danos. - Pedido específico para recebimento de remuneração pelo tempo de exploração da marca. - Impossibilidade, dada a autorização de utilização da marca pela própria titular do registro. - Ausência de prova dos prejuízos suportados após a cessação da autorização. - Ônus do qual a autora não se desincumbiu, por se tratar de fato constitutivo do seu direito. - Artigo 333, I do Código de Processo Civil. - Ação parcialmente procedente. - Apelação provida em parte. (Apelação Cível 00043295220108260019 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12791)

Recurso. Apelação. Inépcia decorrente de carência de impugnação específica. Afastamento da arguição preliminar. Enfrentamento direto dos fundamentos da sentença. Sociedade cooperativa de trabalho médico. Recusa a admissão de novo cooperado que não participou do

processo seletivo nem frequentou “curso de cooperativismo”, previstos no Estatuto Social da entidade. Inadmissibilidade. Afronta à garantia legal de livre ingresso (“princípio da porta aberta”), condicionado exclusivamente à apuração da capacidade técnica do interessado, comprovada no caso concreto e não aferível pelos referidos critérios de seleção adotados pela cooperativa. Inteligência dos artigos 1.094, II, do Código Civil; 29, caput, e 4º, I, da Lei nº 5.764/71. Ação de obrigação de fazer procedente. Apelação desprovida. (Apelação Cível 00325207920118260114 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12881)

Recurso. Embargos de declaração. Omissões inexistentes. Caráter infringente. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Inexistente violação ao dever de fundamentação. Prequestionamento. Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo. Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01148626720128260000 – Pindamonhangaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12984)

Recurso. Embargos de declaração. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Caráter infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01518967620128260000 – São Roque – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12985)

Recurso. - Agravo de instrumento. - Deferimento da tutela recursal antecipada pelo relator. - Decisão que não admite recurso e que somente é passível de reforma no momento do julgamento. - Artigo 527, parágrafo único, Código de Processo Civil. - Interposição de agravo regimental quase conjuntamente à apresentação da resposta ao agravo de instrumento. - Julgamento imediato do agravo de instrumento solucionando a questão controvertida. - Atendimento ao ideal da razoável duração do processo e da economia processual. - Agravo regimental prejudicado. Tutela antecipada. - Ação de abstenção de uso e indenização. - Deferimento. Preenchimento dos requisitos autorizadores de sua concessão. - Artigo 273 do Código de Processo Civil. - Proteção nacional deferida ao titular de nome comercial, de marcas e ainda de endereços em domínio de Internet, devidamente demonstrada documentalmente e até reconhecido pela decisão agravada. - Proximidade dos concorrentes em determinada área ou setor de atividade econômica, uma vez que as distâncias existentes entre empresas que atuam em estados distintos da federação se anulam no mundo virtual da internet. - Manutenção do uso das marcas, nome de domínio e título de estabelecimento pelas agravadas nas mesmas atividades desenvolvidas pela agravante que configura, pelo menos em tese, concorrência desleal a ser reprimida, provisoriamente. - Confirmação da tutela recursal deferida monocraticamente, reduzido apenas o valor da multa diária por dia de descumprimento, considerada a circunstância de as agravadas serem empresas de pequeno porte. - Agravo de instrumento provido, com observação. (Agravo Regimental 01538514520128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12941)

Tutela antecipada. - Ação ordinária de abstenção de uso indevido de marca cumulada com reparação por danos morais. - Pretensão à proibição de utilização da expressão “entregas rápidas confiança” ou de sua imitação ao fundamento de possibilidade de gerar confusão ao público consumidor. - Indeferimento. - Ausência de preenchimento dos requisitos do artigo 273 do Código de Processo Civil autorizadores da antecipação pretendida. - Inexistência de prova inequívoca da verossimilhança da alegação no sentido da quase certeza do acolhimento do pedido. - Impossibilidade de concessão da tutela quando houver perigo de irreversibilidade da providência. - Inteligência do § 2º do artigo 273 do Código de Processo Civil. - Incompatibilidade do caráter violento da restrição a ser imposta com a falta de contraditório. -

Necessidade da parte contrária, ainda não citada, apresentar defesa. - Aplicação dos princípios do contraditório e da proporcionalidade. - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 01593475520128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12930)

Agravo de Instrumento. Decisão agravada proferida em execução por título extrajudicial fundada em contrato de franquia empresarial. Prevalência da natureza do feito para firmar a competência, e não daquela relativa ao negócio jurídico causal do crédito buscado. Iterada jurisprudência do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça no sentido da competência, no caso, da Seção de Direito Privado II, integrada pelas 11ª a 24ª, 37ª e 38ª Câmaras. Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 02232125220128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 12994)

Denominação social - Colidência entre nome empresarial e título de estabelecimento ("MKTES") e marca, nome empresarial e nome fantasia ("MKTEC") - Aplicação do principio da especificidade - Atuação das litigantes no ramo de marketing - Segmentos, porém, diversos (marketing de relacionamento e marketing estratégico) - Objeto social discriminado na denominação social da apelante - Público alvo diverso - Impossibilidade de confusão - Improcedência do pedido de condenação a obrigação de fazer (alteração da denominação social) - Apelação provida para este fim, por maioria. Prova - Produção nos termos do artigo 333, I, do CPC, a cargo da autora - Ausência que impede a procedência do pedido condenatório a que a apelante se abstenha de utilizar a expressão "MKTES" em nome empresarial, pois não demonstrada a precedência do registro - Acompanha-se o voto condutor, para dar provimento ao recurso neste ponto, por fundamento diverso - Ausência de prova de concorrência desleal - Apelação provida, com fundamento diverso apresentado pelo 3º Desembargador. Dispositivo: recurso provido, vencida a Desembargadora Revisora que negava provimento ao recurso. Declaração de votos por parte da Revisora (divergente) e do 3º Desembargador (concordante, com outros fundamentos). (Apelação Cível 00074333320078260609 – Taboão da Serra – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 11/09/2012 – Maioria de Votos – Voto nº 21080)

Recurso de Apelação - Preparo e porte de remessa e retorno - Inteligência do art. 511 do CPC que impõe a comprovação do recolhimento no ato de interposição recursal - Não ocorrência - Correção da irregularidade somente após intimada a parte acerca do decreto de deserção - Ausente justo motivo - Decisão de primeiro grau reformada para decretar a deserção do recurso de apelação - Recurso provido. Dispositivo: Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01754772320128260000 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 21900)

Dúvida de competência. Ação declaratória c.c. reparação de danos que trata de contrato de distribuição de motocicletas. Incompetência das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial. Resolução nº 558/2011 deste E. Tribunal. Competência da 26ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal. Prevenção. Artigo 102 do Regimento Interno. Dúvida de competência suscitada. Suscitaram dúvida de competência. (Agravo de Instrumento 01778789220128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 8637)

Agravo de Instrumento. Pedido de decretação de falência. Extinção do feito sem apreciação do mérito. Interposicão de agravo de instrumento. Erro inescusável. Homologaram a desistência. (Agravo de Instrumento 01984151220128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24915)

Recuperação judicial - Envio de notificação, por fornecedor de cana-de-açúcar declarando rescindido o contrato por ter sido requerida a recuperação, conforme cláusula expressa nesse

sentido - Pedido de desistência do recurso pelo agravante - Desistência homologada. (Agravo de Instrumento 01740127620128260000 – Pirassununga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ênio Zuliani – 30/10/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24722)

Ação Ordinária - Extinção sem julgamento do mérito, nos termos do inc. VII, do art. 267 do CPC – Razoabilidade - Fundamento da ação todo voltado para supostas violações ao Acordo de Acionistas, por meio do qual se instituiu cláusula compromissória arbitral - Obrigatoriedade de sua observação - Inteligência da Lei n° 9.307/96 – Sentença mantida - Recurso improvido. (Apelação Cível 00092349020118260011 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 16/10/2012 – Votação Unânime – Voto nº 13259)

Embargos de declaração - Notícia de que as partes já instauram o Tribunal Arbitral - Pretensão de deslocamento da competência para aquele Tribunal - Matéria que, além de não confirmada, não se inclui naquelas apreciáveis via declaratórios - Julgamento do recurso como posto nas razões de agravo de instrumento - Acórdão, ademais, que deixou ressaltado que a pretensão deve ser buscada junto ao Tribunal Arbitral – Declaratórios não conhecidos. (Embargos de Declaração 00418943920128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 16/10/2012 – Votação Unânime – Voto nº 13841)

Mandado de segurança - Ação civil pública - R. sentença que reconheceu a ilegitimidade ativa das duas associações autoras, e julgou extinto o processo com fundamento no artigo 5º da Lei n. 7.347/85 combinado com os artigos 267, I e VI, e 295, II, do Código de Processo Civil - Impetrante que busca a concessão da ordem para que seja determinada a continuidade do feito em primeira instância, bem como concedida a antecipação de tutela pleiteada na inicial, alegando: (a) que é parte legítima para impetrar o mandado de segurança, porque é terceiro, conforme § 3º do art. 1º da Lei n. 12.016/09, por ser acionista minoritário do Pão de Açúcar; (b) a extinção da demanda violou seu direito liquido e certo de acesso à justiça (c) que há interesse público no perfeito andamento do mercado de capitais, que a ABRAC foi fundada especificamente para defender abuso de poder do grupo majoritário sobre grupo minoritário decorrente de violação de direitos fundamentais previstos na CF, e que a APAMPA só foi criada após o acontecimento, porque antes da ocorrência do evento imprevisível, não havia associação ou sindicato constituído para a defesa coletiva e específica dos direitos violados - Inadmissibilidade – O impetrante não integra a relação processual em primeiro grau e fez uso da via mandamental para questionar a legalidade e acerto de r. sentença proferida em ação civil pública em que seria terceiro - Ocorre que a decisão combatida não analisou o mérito da demanda proposta, mas tão somente afastou a legitimidade das associações autoras, com a conseqüente extinção do feito - Assim, embora o impetrante tenha alegado interesse na continuidade na demanda, não se vislumbra direito líquido e certo deste no intuito de discutir que tais associações tenham legitimidade para figurarem no polo ativo da ação, visto ser este um direito privativo delas - Ademais, ainda que superada essa questão, a hipótese de incidência de substituição processual no caso concreto seria a do art. 3º da lei n. 12.016/2009, pois somente haveria o direito mencionado, se depois de notificadas as associações da decisão, estas não viessem a efetivar suas defesas a tempo e modo oportunos - Hipótese na qual o presente *mandamus* foi protocolizado aos 7 de março de 2012, apenas 7 dias após proferida a r. sentença combatida, ou seja, enquanto ainda não decorrido o prazo para apresentação de eventual remédio processual que as associações entenderem cabível - Ilegitimidade ativa e falta de interesse processual reconhecidos - Petição inicial indeferida, por maioria de votos. (Mandado de Segurança 00468093420128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 16/10/2012 – Maioria de Votos – Voto nº 20785)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que determinou o processamento somente do recurso de apelação subscrito pelos atuais patronos da agravada - Irrazoabilidade - Princípio da unirrecorribilidade das decisões que impõe seja o segundo recurso não conhecido, diante da ocorrência do fenômeno da preclusão consumativa - Precedentes jurisprudenciais –

Regimental provido para que seja conhecido apenas o primeiro recurso de apelação interposto, desentranhando-se dos principais o segundo recurso. (Agravo Regimental 01547841820128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 16/10/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14442)

Ação ordinária c.c. danos materiais e morais - Cessão de uso de nome e marca registrada - Processo distribuído a integrante da 1ª Câmara de Direito Privado, que dele não conheceu e determinou a remessa para a Câmara Reservada - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência dos feitos distribuídos anteriormente à sua criação - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP - Prevenção anotada para esta Relatora, ademais, que não existe, em razão de tratar de processo que tem partes distintas do presente feito, e ainda por tramitar inclusive em outra Comarca (Guarulhos) - Dúvida de competência suscitada - Recursos não conhecidos. (Apelação Cível 01548456920098260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14549)

Agravo regimental - Interposição contra decisão monocrática que deu provimento a agravo de instrumento – Razoabilidade - Antecipação dos efeitos da tutela que demanda prova inequívoca que convença da verossimilhança da pretensão sem risco de irreversibilidade - Elementos dos autos que não demonstram de forma inequívoca a obrigatoriedade de a agravada tomar as medidas requeridas pela ora agravante - Agravada que, aliás, nem mesmo mais parece ter poderes para tomar as decisões requeridas, em razão de sua retirada da sociedade - Regimental improvido. (Agravo Regimental 01837291520128260000 – São José dos Campos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14896)

Cláusula de arbitragem - Extinção sem resolução do mérito - Arts. 267, I e 295, III, do CPC - Impossibilidade - Matéria não afeta às questões de ordem pública (precedentes) - Impossibilidade de reconhecimento de ofício - Inteligência do art. 301, IX, e § 4º do CPC - Matéria discutida, ademais, que refoge àquelas pelas quais as partes elegeram a Câmara de Arbitragem do Mercado quando firmaram o Acordo de Acionistas - Impossibilidade de aplicação da regra do art. 515, § 3º, do CPC - Necessidade de dilação probatória - Sentença anulada - Recurso provido para determinar o prosseguimento normal do feito. (Apelação Cível 01611341320128260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14565)

Negócio jurídico – Anulação – Impossibilidade - Não demonstração de simulação quando da aquisição de cotas sociais - Ônus da prova que incumbia à autora, nos termos do inc. I, do art. 333, do CPC - Autora que tinha plena ciência da situação econômica da empresa – Negócio jurídico dissimulado, aliás, que subsiste se válido na forma e na substância - Inteligência do art. 167, do CC - Recurso improvido. (Apelação Cível 01014916820058260004 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14660)

Cerceamento de defesa – Inocorrência - Prova dos autos aptas ao julgamento da causa - Preliminar rejeitada. - Sociedade limitada - Dissolução parcial – Quebra da 'affectio societatis' demonstrada com a simples pretensão de dissolução parcial da sociedade - Determinação de apuração dos haveres e deveres, com inclusão do valor do fundo de comércio, muito embora seja a sociedade empresária formada somente por profissionais médicos - Precedente jurisprudencial - Contrato social da empresa que prevê o parcelamento do pagamento - Necessidade de cumprimento das disposições constantes do contrato social, pena do comprometimento das atividades empresariais e minimizar os efeitos da descapitalização - Recurso provido, em parte, para esse fim. (Apelação Cível 00420146820108260577 – São

José dos Campos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 15049)

Falência – Pedido - Protesto especial - Desnecessidade - Jurisprudência consolidada desta Corte - Súmula 41 do TJESP. Falência - Prerrogativa do credor em eleger a via processual que pretende buscar seu crédito - Súmula 42 do TJSP - Ausência de depósito elisivo - Presunção de insolvência que não pode ser afastada - Inteligência do § único, do art. 98, da Lei nº 11.101/05 - Manutenção da decisão de decretação da quebra - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00219358220128260000 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14968)

Falência - Irregularidade do protesto - Intimação que foi realizada via edital, sem se demonstrar que houve tentativa de intimação da devedora em seu endereço - Formalidade essencial do protesto não observada - Precedentes jurisprudenciais - Recurso improvido. (Apelação Cível 00043913720098260663 – Votorantim – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 15000)

Agravo de instrumento - Interposição contra decisão tirada em ação de execução de título extrajudicial - Fato de em um dos pólos figurar uma recuperanda, que não atrai a ação para o 'juízo universal da recuperação judicial' - Inteligência da Lei Federal nº 11.101/05 e Resolução 207/05 deste E. Tribunal de Justiça - Precedentes das Câmaras Reservadas e do C. Órgão Especial - Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01947387120128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14996)

Ordinária - Ação apoiada em contrato verbal - Extinção por prescrição reconhecida de ofício – Irrazoabilidade - Prazo prescricional que é de 10 (dez) anos, nos termos do art. 205 do CC, eis que inexiste norma específica para tratar a pretensão apresentada - Precedentes jurisprudenciais - Sentença anulada - Recurso provido para determinar o prosseguimento do feito. (Apelação Cível 00512359620128260515 – Rosana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14982)

Embargos de declaração - Inocorrência de omissão - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00835455120128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 15065)

Embargos de declaração - Inocorrência de omissão ou contradição - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01622489320128260000 – Nova Odessa – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 15043)

Embargos de declaração - Inocorrência de contradição - Pretensão nítida de rediscussão da matéria - Impossibilidade pela via dos declaratórios - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00185477420128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 15045)

Embargos de declaração - Inocorrência de omissão - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01330050720128260000 – São

Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 15064)

Embargos de declaração - Pretensão nítida de rediscussão da matéria - Impossibilidade pela via dos declaratórios - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01571607420128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 15036)

Embargos de declaração - Inocorrência de omissão ou contradição - Pretensão nítida de rediscussão da matéria - Impossibilidade pela via dos declaratórios - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00908940820128260000 – Itaquaquecetuba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 15044)

Recuperação judicial - Alteração, no dia da assembléia, do plano de recuperação originariamente divulgado - Oposição de credor, visando receber seu crédito de conformidade com as regras de pagamento anteriormente apresentadas - Impossibilidade de objeção nos termos do art. 55, da Lei de Falências - Desatendimento aos preceitos legais - Diminuição, inclusive, das garantias do agravante - Súmula 61 do TJESP - Desconstituição da homologação - Determinação de nova assembléia - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01216422320128260000 – Nova Odessa – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14974)

Embargos de declaração - Informação e comprovação de pedido de desistência da ação por parte da autora-embargada - Perda do objeto verificada - Recurso prejudicado. (Embargos de Declaração 01532974720118260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 13840)

Dissolução de sociedade mercantil – Obrigação de fazer - Liminar concedida na ação cautelar determinando aos agravantes o pagamento de pró-labore e da cota-parte acionária do agravado, sob pena de multa diária - Cumprimento parcial da obrigação apenas quanto ao pró-labore - Astreinte - Incidência – Intimação pessoal - Ocorrência - Depósito da cota-parte do agravado - Obrigação que restou ratificada pela sentença que dissolveu a sociedade e não foi ao tempo efetivada - Agravo cujo instrumento omite peças relevantes, mas permite a conclusão da fase de execução do julgado - Redução, todavia, pelo Magistrado, do valor da multa – Possibilidade (art. 461 do CPC) - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01680394320128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14784)

Franquia - Ação de rescisão contratual - Condenação da franquiada no pagamento de royalties vincendos – Inadmissibilidade - Ausência de cláusula penal nesse sentido - Inexistência, ademais, de prova de dano - Sentença reformada nessa parte - Sucumbência recíproca - Recurso provido. (Apelação Cível 01966445820108260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14778)

Ação de obrigação de fazer – Improcedência - Autor que pretende obter decisão judicial para que seja substituído pelos réus em todas as ações de responsabilidade da empresa Center Matarazzo – Impossibilidade - Controvérsia que envolve demandas distintas e juízos diversos, interferindo claramente no livre convencimento de cada magistrado - Recurso improvido. (Apelação Cível 00173655620118260269 – Itapetininga – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14768)

Propriedade industrial – Marca - Utilização pelo réu, em impressos e estúdio, da mesma marca que a autora tem registrada junto ao INPI - Empresas que, embora utilizem de mídias

diferentes (televisão e internet), atuam no mesmo ramo de atividade (jornalístico) - Prova documental e testemunhal que comprovam a utilização indevida e ainda a efetiva confusão junto ao público - Prática vedada pelo art. 129, da Lei nº 9.279/96 - Precedentes jurisprudenciais - Sentença mantida - Recurso improvido. (Apelação Cível 00287760420108260602 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14795)

Agravo regimental - Interposição contra decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento, em razão da deserção - Recurso não acompanhado do recolhimento do porte de retorno - Guia de custas, ainda, que tem data anterior ao próprio despacho agravado - Presunção de ter sido aproveitada de outro processo - Aplicação pena de litigância de má-fé e determinando o encaminhamento de cópias à OAB/SP para apuração de eventual infração disciplinar - Razões do regimental que nem mesmo atacam especificamente os fundamentos da decisão monocrática – Regimental improvido. (Agravo Regimental 01653693220128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14888)

Embargos de declaração - Inocorrência de omissão - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00768992520128260000 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14998)

Falência - Pedido embasado em duplicatas sem aceite - Ausência de prova de entrega e recebimento das mercadorias - Títulos inábeis para ajuizamento de pedido falimentar - Jurisprudência pacificada deste E. Tribunal de Justiça - Não demonstração de cumprimento do disposto na Súmula 361, do STJ - Impossibilidade da conversão em ação de cobrança, a teor do disposto no art. 264, caput, do CPC - Recurso improvido. (Apelação Cível 00193579520128260405 – Osasco – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 15140)

Agravo regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Pretensão de antecipação dos efeitos da tutela - Irrazoabilidade - Ausência de preenchimento dos requisitos do artigo 273 do CPC, autorizadores da antecipação pretendida - Satisfatividade da medida e caracterização do periculum in mora inverso - Regimental improvido. (Agravo Regimental 01539813520128260000 – Marília – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14729)

Ação condenatória - Discussão envolvendo inadimplemento de contrato de parceria firmado entre os litigantes - Processo distribuído a integrante da 5ª Câmara de Direito Privado, que dele não conheceu e determinou a remessa para a Câmara Reservada - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP – Dúvida de competência suscitada - Recursos não conhecidos. (Apelação Cível 01106139820118260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14653)

Cautelar inominada - Inadequação da via eleita - Falta de interesse processual - Medida cautelar desvirtuada, que não objetiva garantir o resultado útil da ação principal, e sim o próprio bem da vida, por meio de tutela antecipada - Caráter satisfativo da medida - Medida cautelar extinta, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, I e VI do CPC - Perigo justificador da medida (demora de a apelação tirada contra sentença da ação principal subir para o Tribunal)

que não mais existe, seja pela distribuição da apelação que já ocorreu, seja pelo julgamento conjunto de ambos os feitos - Regimental improvido. (Agravo Regimental 01673604320128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto 14566)

Cerceamento de defesa – Inocorrência - Oitiva de testemunhas que se submete ao requisito de sua utilidade e admissibilidade pelo juiz - Provas produzidas nos autos que dispensavam a produção dessa prova, legitimando o juiz passar desde logo ao julgamento da lide - Preliminar rejeitada. Interesse de agir – Ausência – Inocorrência - Parte que, muito embora possa ter em mãos título executivo extrajudicial, pode optar pela ação de conhecimento cognitivo - Situação, aliás, menos gravosa ao devedor, pois a defesa pode ser exercida com maior amplitude - Preliminar rejeitada. Ação de cobrança - Venda de cotas sociais de sociedade empresária - Ausência de prova de pagamento dos valores ajustados - Inteligência do inc. II, do art. 333 do CPC - Improcedência do pedido contraposto, porque não demonstrada qualquer cobrança indevida de dívida por parte da autora - Afastamento do pedido reconvencional, porque, muito embora a autora deva realmente responder por até dois anos após averbada a sua retirada da sociedade, não há prova de que o réu reconvindo tenha efetuado qualquer pagamento por conta de débitos pelos quais a autora seria solidariamente responsável - Sentença mantida - Recurso improvido. (Apelação Cível 00088533220088260482 – Presidente Prudente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14059)

Ação ordinária - Abstenção de usos de direitos autorais/marcas - Fabricação e comercialização de produtos com utilização de marca, símbolo, dístico e insígnia de clubes de futebol, sem a devida autorização - Partes que firmaram acordo - Homologação, prejudicados os recursos. (Apelação Cível 00031891120128260472 – Porto Ferreira – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Lígia Araújo Bisogni – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14903)

Cobrança. Ação de regresso. Sociedade que demanda antigos sócios por dívida trabalhista. Prescrição. Inocorrência. Prazo prescricional de dois anos previsto nos artigos 1.003, parágrafo único, e 1.032 do Código Civil aplicável apenas a partir da vigência desse diploma legal. Compra e venda de cotas celebrada na vigência do Código Civil de 1916. Prazo prescricional de vinte anos, reduzido para dois anos. Aplicação do artigo 2.028 do Código Civil. Ação trabalhista ajuizada menos de dois anos após a vigência do atual Código Civil. Mérito da causa. Partes que expressamente contrataram a responsabilidade dos Apelados por dívidas da sociedade Apelante, até 31 de outubro de 2002. Débito trabalhista ora cobrado não contabilizado no passivo. Não comunicação da ação trabalhista aos antigos sócios que não configura conduta ilícita. Responsabilidade dos Apelados limitada até 31 de outubro de 2002. Liquidação de sentença para apuração do montante devido. Ingerência administrativa não praticada pelos atuais sócios da empresa Apelante. Sentença reformada. Procedência parcial do pedido inicial. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 00081907520108260462 – Poá – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 8367)

Assistência Judiciária. - Justiça Gratuita. – Pedido. – Indeferimento. - Concessão do benefício condicionada à comprovação da necessidade ou da insuficiência de recursos. - Ocorrência das fundadas razões, nos termos do artigo 5°, caput, da Lei n° 1.060/50. - Incompatibilidade entre o pleito e a capacidade financeira demonstrada. - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 00568332420128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 07/08/2012 – Maioria de Votos – Voto nº 13107)

Recurso - Agravo regimental - Interposição contra decisão que concedeu liminar em agravo de instrumento - Falta de previsão legal - Redação do art. 527, parágrafo único, do CPC, nesse sentido - Recurso não conhecido. Prova - Perícia - Quesitos suplementares - Indeferimento em primeiro grau - Pertinência do indeferimento - Cerceamento de defesa inocorrente - Agravantes

que tiveram a oportunidade de formular quesitos complementares, o fizeram e foram respondidas pelo profissional - Ademais, questionamento reiterado em razões recursais que se revela impertinente - Legislação processual que autoriza o indeferimento (art. 426, I) - Livre convencimento do magistrado que também deve ser preservado - Decisão agravada mantida - Recurso não provido. Dispositivo: Não conheceram o agravo regimental, e negaram provimento ao agravo de instrumento. (Agravo Regimental 01461859020128260000 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22342)

Embargos de declaração. Caráter infringente. Rejeição. (Embargos de Declaração 01343821320128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16265)

Processual civil. Extinção sem julgamento do mérito. Sentença que julgou extinta ação, nos termos do artigo 267, inciso VI do CPC. Contrato de arrendamento comercial firmado pela filha da autora. Apelante que não é titular dos direitos do contrato. Ilegitimidade manifesta. Recurso não provido. (Apelação 00139601120088260562 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16671)

Tutela antecipada. Ação cominatória c/c indenização. Deferimento mantido. Prova inequívoca a dar relevância ao fundamento, e de justificado receio de ineficácia do provimento final. Art. 461 e 273 CPC. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01254019220128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16263)

Possessória. Liminar indeferida. Contrato de comodato firmado em 2008, com cláusula de devolução em 24 horas, mediante notificação. Decisão mantida. Comodatária em recuperação judicial. Bens de valor expressivo, provavelmente utilizados para o desenvolvimento da atividade empresarial. Prevalência do princípio constitucional do contraditório sobre a regra do art. 928 CPC. Possibilidade de reapreciação do pedido de liminar após a contestação. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01739901820128260000 – São Bernardo do Campo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16742)

Tutela antecipada específica. Indeferimento. Ação cominatória. Pede a autora que a ré seja obstada de provocar os órgãos públicos, alegando conduta ilícita da agravante. Indeferimento mantido. Ausência de plausibilidade do direito alegado. Direito de petição que é garantido à agravada pela lei e pela CF. Art. 461 § 3º c/c art. 273 CPC. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02057975620128260000 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16684)

Embargos de declaração. Contradição inexistente. Acórdão que examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Rejeição. (Embargos de Declaração 00213231520098260562 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16096)

Embargos de declaração. Omissão inexistente. Rejeição. (Embargos de Declaração 01852058820128260000 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16521)

Embargos de declaração. Caráter infringente. Inadmissibilidade. Prequestionamento. Acórdão que examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Erro material na ementa. Rejeição. (Embargos de Declaração 00110748120108260008 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16252)

Pedido de falência. Ausência de prova de que a devedora tenha sido notificada das cessões de crédito. Além disso, os protestos que embasaram a ação tiveram seus efeitos suspensos por liminar em medida cautelar de sustação de protesto, com valores caucionados. Ação principal ajuizada pela ré de inexigibilidade de débito c.c. anulação de títulos. Relevante razão de direito para a recusa do pagamento. Art. 96, V, da Lei 11.101/05. Honorários advocatícios que não comportam redução. Recurso improvido. (Apelação Cível 00541773920098260606 – Sorocaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27249)

Franquia. Distrato que previa a devolução de valores pela master-franqueada à franqueada. Existência de cláusula contraditória que, ao mesmo tempo em que impõe condição para a devolução, determina o prazo de 12 meses para a entrega de valor à autora. Princípios da interpretação dos contratos: boa-fé e da conservação da avença. Condição que tornaria o distrato sem utilidade. Devolução que deve prevalecer. Sentença acertada. Recurso improvido. (Apelação Cível 00136626020082603 22 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27251)

Cautelar. Liminar. Inexistência dos requisitos para concessão antes da ouvida da parte contrária. Invasão do patrimônio dos agravados, por má administração da sociedade cujas quotas as agravantes lhes venderam, que ainda depende de melhor verificação após a resposta. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02251100320128260000 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27361)

Agravo de Instrumento. Pedido de falência. Empresário individual que é a própria pessoa física. Confusão patrimonial. Titular da empresa que responde com todos os seus bens pelas dívidas contraídas em nome da empresa. Falecimento. Legitimidade do espólio ou, na falta de inventário, dos herdeiros. Ilegitimidade passiva de pessoa jurídica que não tem qualquer relação obrigacional com a autora. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02276277820128260000 - São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27317)

Franquia. Cerceamento de defesa inexistente. Réu revel que não compareceu nos autos em tempo oportuno e não pode reclamar de dilação probatória. Pedido juridicamente possível. Alegação de julgamento ultra petita afastada. Fatos que se encontram incontroversos. Pagamento de taxa de filiação antes da entrega da circular de oferta, em ofensa ao art. 4º da Lei 8955/94. Anulação do contrato. Procedência acertada. Condenação, contudo, que deve se limitar ao que foi pleiteado na inicial. Recurso parcialmente provido para tanto. (Apelação Cível 01958576320098260100 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 26982)

Apuração de haveres. Retirada de sócia. Valor das instalações da franquia que não foi apurado pela perícia, tendo em vista a inadmissão de seu cômputo no ativo da sociedade. Questão que, nestes termos, é substancialmente de direito e não dado controvertido, fugindo, pois, do âmbito da prova. Cerceamento de defesa insubsistente. Agravo retido improvido. Apuração de haveres. Retirada de sócia. Laudo pericial que, restringindo o ativo da sociedade ao capital social, constatou patrimônio líquido negativo. Instalações da franquia Sapataria do Futuro que devem ser computadas no ativo. Necessidade de nova perícia em liquidação de sentença. Ação que é procedente. Sócio de sociedade limitada que não responde pelas dívidas sociais, senão na hipótese de não integralização do capital e até o seu limite, circunstância sequer cogitada no caso. Reconvenção que é improcedente. Nulidade por julgamento ultra petita não reconhecida, nos termos do art. 249, §2º, CPC. Apelo provido. (Apelação Cível

01249341720068260100 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27284)

Pedido de falência (Decreto-Lei nº 7.661/45). Valor mínimo estabelecido pela Lei 11.101/05 que foi observado. Extinção do feito sem análise do mérito, contudo, que deve ser mantida. Protesto irregular. Intimação por edital, sem demonstração de prévia tentativa de intimação pessoal. Invalidade. Recurso improvido. (Apelação Cível 00012376820058260075 – Santos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27329)

Cobrança. Cooperativa. Lei nº 5764/71. Cerceamento de defesa afastado. Inexistência de prescrição. Compras realizadas pelo requerido que restaram incontroversas. Prejuízos rateados e cobrados proporcionalmente dos cooperados. Legalidade. Procedência bem determinada. Recurso improvido. (Apelação Cível 00027985220118260032 – Araçatuba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27365)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01012852220128260000 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 -Votação Unânime – Voto nº27443)

Embargos declaratórios. Contradições inexistentes. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente no processo. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00045661220058260068 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27231)

Embargos declaratórios. Acórdão que analisou expressa e integralmente as questões relevantes ao deslinde da controvérsia. Fundamentação que é clara e suficiente. Omissão inexistente. Prequestionamento. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 00101638120108260004 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27143)

Embargos declaratórios. Omissão inexistente. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base nos elementos probatórios existentes no recurso. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00154902520068260302 – Jaú – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27140)

Embargos declaratórios. Contradição inexistente. Acórdão que é claro na exposição de suas razões, analisando as questões suscitadas e pertinentes ao julgamento. Prequestionamento. Rejeitados. (Embargos de Declaração 00260150620108260309 – Jundiaí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27183)

Embargos declaratórios. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Acórdão que é claro quanto aos fundamentos que justificaram a solução adotada com base na prova existente nos autos. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00184491720118260003 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27279)

Embargos declaratórios. Omissão e contradição inexistentes. Acórdão que é claro na exposição de suas razões, analisando as questões suscitadas e pertinentes ao julgamento. Prequestionamento. Rejeitados. (Embargos de Declaração 01897685320118260100 – São

Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27222)

Agravo Interno. Art. 557, § 1º, CPC. Decisão monocrática deste relator que negou seguimento ao agravo que pretendia que o Tribunal determinasse o conhecimento ou conhecesse dos embargos declaratórios opostos contra a sentença de primeiro grau, que é incabível. A decisão que não conhece dos embargos declaratórios opostos contra a sentença, pelo juiz de primeiro grau, tal qual quando o rejeita ou o acolhe, suspende a interrupção decorrente da interposição e faz voltar a correr o prazo recursal para a apelação, tudo a partir da decisão que dele não conhece, rejeita ou acolhe. A exceção é quando os embargos não são conhecidos por intempestivos, do que não se cogita no caso. Inadmissibilidade da pretensão deduzida no agravo de instrumento. Decisão monocrática deste relator pelo não seguimento que deve ser mantida. Agravo interno improvido. (Agravo Regimental 01811907620128260000 – São José do Rio Pardo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27357)

Recuperação Judicial. Crédito de honorários de advogado arbitrados em demanda judicial. Privilégio geral reconhecido. Jurisprudência pacificada na Corte e no Superior Tribunal de Justiça. Recuperação Judicial. Impugnação de crédito. Definição do valor na decisão de primeiro grau. Pretensão a que seja definido apenas quando do julgamento do agravo de instrumento interposto pela credora representada pelos agravantes. Questão prejudicada ante o precedente julgamento desse recurso. Recurso desprovido na parte conhecida. (Agravo de Instrumento 00318237520128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24399)

Falência. Sentença que julgou extinto o pedido sem apreciação do mérito em razão de se cuidar de valor ínfimo. Hipótese, contudo, de ausência de notificação do devedor que dispensa discussão a respeito da fundamentação, com o mesmo resultado. Súmula 361 STJ. Recurso voltado ao prosseguimento da ação, desprovido. (Apelação Cível 02166470520038260577 – São José dos Campos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16697)

Recuperação judicial. Decisão que determinou ao banco credor a liberação das quantias retidas com respaldo em contrato de cessão fiduciária em garantia de recebíveis. Decisão mantida. Preliminar de nulidade afastada. Decisão sucinta não é nula. Iliquidez, falta de interesse de agir e prejudicialidade externa. Inocorrência. Retenção de recebíveis. Extensão da garantia dada a uma cédula de crédito bancário a outra, inadimplida. Impossibilidade. Acessoriedade do contrato de garantia. Impossibilidade, ainda, de exclusão do crédito da recuperação, com amparo no art. 49 §3º da LRF, porque o contrato de cessão fiduciária de garantia foi levado a registro após o ajuizamento do pedido de recuperação. Art. 1361 §1º do CC. Afronta. Súmula nº 60 TJSP. A propriedade fiduciária constitui-se com o registro do instrumento no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00797599620128260000 – Diadema - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16741)

Cautelar. Produção antecipada de provas. Perícia requerida, para averiguação de aparente desvio ilícito de clientela e contratos. Liminar deferida mantida, com limitação. Busca e apreensão de embalagens, para permitir a realização da perícia. Plausibilidade do direito alegado e perigo na demora. Suficiência, contudo, de apenas 2 unidade de cada embalagem apreendida. Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento 01676583520128260000 – Diadema – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16781)

Tutela antecipada. Ação cobrança c.c obrigação de fazer. Cessão de quotas e estabelecimento comercial. Obrigação do agravante pelo passivo trabalhista anterior a data da cessão.

Presença de prova inequívoca do direito alegado, fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e reversibilidade da medida. Dever do agravante de sanar as pendências judiciais nos termos contratados, deixando de fazê-lo mediante justificativa que será analisada à luz do contraditório. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01477352320128260000 – Ribeirão Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16759)

Ação cautelar. Reunião de sócios, em que se deliberou a destituição do administrador. Liminar deferida, para sustar os efeitos da alteração contratual. Alegação, pelo administrador, de irregularidade na convocação. Inocorrência. Superveniência de reunião, agora por ele convocada, em que os sócios detentores de 75% do capital social decidiram novamente pela sua destituição do cargo. Art. 1071 III e V, e 1072 do CC. Revogação da liminar que se impõe. Art. 462 CPC. Ausência de plausibilidade do direito alegado. Recursos providos. (Agravo de Instrumento 01631236320128260000 – Campinas - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16757)

Execução. Penhora de percentual de faturamento de empresa. Possibilidade. Alegada violação do art. 620 CPC. Inocorrência. Primeiro, porque o agravante não oferece qualquer outro bem que possa satisfazer a obrigação; segundo, porque o Juízo atendeu à norma contida no dispositivo invocado, indeferindo a alienação de quotas sociais - o que seria mais gravoso - , mas deferindo o pedido subsidiário de penhora de faturamento. Percentual moderado: 10%. Art. 655-A §3º CPC. Caução. Descabimento. Recurso especial não admitido. Pendência de julgamento de agravo. Art. 475-O, §2º II CPC. A caução poderá ser dispensada nos casos de execução provisória em que penda agravo de instrumento junto ao STF ou STJ. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01632803620128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16796)

Ação cautelar. Reunião de sócios, em que se deliberou a destituição do administrador. Liminar deferida, para sustar os efeitos da alteração contratual. Alegação, pelo administrador, de irregularidade na convocação. Inocorrência. Superveniência de reunião, agora por ele convocada, em que os sócios detentores de 75% do capital social decidiram novamente pela sua destituição do cargo. Art. 1071 III e V, e 1072 do CC. Revogação da liminar que se impõe. Art. 462 CPC. Ausência de plausibilidade do direito alegado. Recursos providos. (Agravo de Instrumento 01675397420128260000 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16757)

Inicial. Indeferimento. Apelação. Prazo para contra-razões. Desnecessidade. Relação processual incompleta. Art. 296 parágrafo único CPC. Remessa imediata da apelação ao Tribunal. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02142642420128260000 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16839)

Plano de saúde - Cobrança - Contratação coletiva - Afirmação de “rescisão verbal” - Ausência de qualquer elemento confirmatório - Inadimplemento configurado - Procedência mantida - Recurso Desprovido. (Apelação Cível 00189372920118260566 – São Carlos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Fontes Barbosa – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 2597)

Execução de multa diária. “Astreintes” decorrentes de descumprimento de obrigação determinada em processo de recuperação judicial, consistente da apresentação de extratos analíticos de contas vinculadas a contratos bancários. Não cabimento. Ausência de intimação pessoal para cumprimento de obrigação de fazer. Súmula n. 410 do C. STJ. Multa incabível. Necessidade, entretanto, de redução da verba honorária, nos termos do artigo 20, § 4º, do Código de Processo Civil. Condenação que se faz não pelo valor da causa, mas sim por

equidade. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01435122720128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 18015)

Recuperação judicial. Perícia para apuração de valores depositados a conta vinculada em sede de recuperação judicial. Conta destinada ao depósito de recebíveis da autora, sendo que, decorrido prazo de seis meses previsto na lei nº 11.101/05, valores se destinam à satisfação de crédito fiduciário da agravada e não ao pagamento de outros créditos extraconcursais, como argumenta a recuperanda. Irrelevância da discussão quanto aos valores constantes da perícia oficial. Redução do valor fixado a título de honorários advocatícios. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01610684220128260000 – Estrela D'Oeste – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº
18006)

Recuperação extrajudicial. Aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial. Aprovação do aditamento por quórum de credores previsto no artigo 163 da Lei nº 11.101/05, sem alegação de qualquer irregularidade formal. Plano homologado pelo juízo da Recuperação. Ausência de preclusão, vez que, a questão trazida pelo agravante não havia sido apreciada anteriormente. Decisão agravada que efetivamente julgou pedido do agravante. Aditamento que não se confunde com novo Plano de Recuperação Extrajudicial. Negócio novativo regularmente aprovado que se submete à autonomia privada dos credores no trato de seus direitos patrimoniais disponíveis. Sujeição incontroversa do agravante aos termos do aditamento. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01611342220128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 18008)

Processo civil. Falência. Suspensão da execução. Agravada, entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar n. 109/2001, sob intervenção federal, por força de portaria da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, desde 22 de agosto de 2011. Precedente do Tribunal de Justiça, já foi decidido pela aplicabilidade da Lei Federal n.º 6.024/74 para os casos de intervenção e liquidação das entidades de previdência complementar. Artigo 6º, "a", da Lei n. 6.024/74 que regula a suspensão da exigibilidade das obrigações vencidas, desde que decretada a intervenção. Artigo 1º da Lei n. 6.024/74 que se refere apenas às instituições financeiras privadas e as públicas não federais, sendo certo que a agravada não se enquadra nessas hipóteses. Lei Complementar n. 109/2001 que criou mais uma hipótese de incidência da intervenção e seu processo, agora para as entidades de previdência complementar por ela regidas. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01876983820128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 17952)

Intervenção de terceiros. Assistência litisconsorcial. Presença dos requisitos. Efeitos da sentença a ser proferida no processo que existe entre o assistido e seu adversário vão afetar aquele que pretende ser assistente de forma direta. Inicial que atribui toda uma séria de desmandos e atos ilícitos ao agravado (assistente), titular de expressiva participação acionária na pessoa jurídica. Interesse jurídico de preservar relações jurídicas de empresa da qual é acionista. Recorrente que deixou de recolher custas e revogou os poderes outorgados a seus advogados, sem constituir outros nos autos. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01747020820128260000 – Pirassununga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 17885)

Embargos de declaração. Desnecessária, para efeitos de prequestionamento, a expressa menção ao dispositivo legal violado. Acolhimento dos embargos da parte autora em face da contradição contida no Acórdão embargado. Embargos da ré rejeitados e embargos da parte autora acolhidos, com efeito modificativo. (Embargos de Declaração 00035685320118260482 –

Presidente Prudente – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 18061)

Exceção de incompetência. Improcedência. Eleição de foro. Entendimento majoritário de nossos tribunais no sentido de que o foro de eleição não obsta a propositura de ação no foro do domicílio do réu, não cabendo a este excepcionar o juízo. Ademais, verificada qualquer das hipóteses do art. 88, CPC, a jurisdição nacional concorre com a internacional, tampouco podendo ser afastada por cláusula de eleição de foro. Caso concreto que se subsume aos três incisos do citado artigo. Decisão mantida. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02275281120128260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 17932)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no julgado. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa. Prequestionamento. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00451871720128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 18041)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no julgado. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa. Prequestionamento. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00280139220128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 18045)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no julgado. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa. Prequestionamento. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00426574020128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 18044)

Recuperação judicial. Pedido de convolação em falência, por descumprimento das obrigações assumidas no plano de recuperação judicial (PRJ). Indeferimento reformado. Conquanto existente cláusula potestativa no PRJ, este foi aprovado e homologado judicialmente. Argumento que, por si só, não justificaria a convolação. De outro lado, os créditos trabalhistas não foram pagos no prazo previsto no PRJ, havendo dezenas de pedidos de credores trabalhistas no sentido de convolar a recuperação em falência. Descumprimento da cláusula 9.2.1, alínea "D", do PRJ. Justificativa das recuperandas inadmissível. Má-fé. Existência, ademais, de elementos suficientes a convencer da falta de capacidade das recuperandas de superar a situação de crise financeira que motivou o deferimento do pedido de recuperação. Relatórios financeiros apresentados pelo Administrador Judicial que demonstram sucessivos resultados negativos. Nesse quadro, não se pode tomar o princípio da preservação da empresa (art. 47 LRF) como absoluto, sendo de rigor a convolação da recuperação judicial em falência. Art. 61 §1º c/c 73 IV da LRF. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00722675320128260000 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16659)

Recuperação judicial. Expedição de mandado de imissão de posse em favor das recuperandas. Decisão que indeferiu pedido de recolhimento do mandado. Imóvel arrematado em reclamação trabalhista. Confissão de dívida firmada entre o arrematante e uma das recuperandas, que ficariam mantidas na posse do bem. Superveniência do pedido de recuperação. Novação do crédito. Arrematante incluído no rol de credores quirografários. Decisão que se reforma. Negócio jurídico nulo. Confissão de dívida que só foi firmada pelo arrematante, porque as empresas omitiram a relevante informação de que requereriam recuperação judicial, cujo pedido foi ajuizado cinco dias depois da assinatura do instrumento de confissão de dívida. Violação da boa-fé objetiva. Art. 422 CC. Nulidade do negócio jurídico. Princípio da

preservação da empresa que não é absoluto. Mandado de imissão de posse em favor da recuperanda cancelado. Arrematante que deve buscar a imissão de posse no Juízo da arrematação. Recurso provido. "O instituto da recuperação judicial, criado à luz do princípio da função social da propriedade e dos meios de produção (função social da empresa), tem por finalidade propiciar à empresa em momentânea dificuldade financeira meios para continuar a atividade empresarial, e, por consequência, a geração de empregos, manutenção de salários e circulação de bens e serviços. Não está no espírito da lei dar oportunidade ao devedor para ludibriar seu credor. Não foi intenção do legislador institucionalizar o calote, que é a obrigação não paga ou assumida por quem não tinha a intenção de pagá-la". (Agravo de Instrumento 00756166420128260000 – São José do Rio Preto – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16537)

Recuperação judicial. Empresa recuperanda, ora agravante, que responde à Ação de Execução de Título Extrajudicial fundada em Instrumento Particular de contrato de locação de uma unidade frigorífica. Agrava a empresa recuperanda, alegando que o crédito da exequente deveria ser submetido aos efeitos da recuperação judicial. Alega, ainda, que o título ora executado foi novado, nos termos do art. 59 da Lei de Falências e Recuperação Judicial, o que reforça a impossibilidade de prosseguimento da mencionada execução. Inexistência de juízo universal na recuperação. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02144854120118260000 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 17883)

Direito empresarial. Embargos à execução. Empresa em Recuperação pretende a habilitação do crédito cobrado em ação de execução. Títulos posteriores à homologação da recuperação judicial. Impossibilidade. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00091007220088260624 – Tatuí – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16592)

Propriedade industrial. Pedido de abstenção de produção e utilização de máquina, cumulado com indenização. Ausência de prova das razões alegadas. Inocorrência de cerceamento de defesa. Sentença que julgou a ação improcedente, pois sem a prova do dano não há o dever de indenizar. Recurso voltado a alterar essa solução, desprovido. (Apelação Cível 00005518620058260007 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16594)

Dissolução de sociedade. Apuração de haveres. Sócio de sociedade tem direito à dissolução. Perícia contábil a ser realizada em fase de liquidação, como é usual. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00099028620058260006 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16657)

Embargos de declaração. Prequestionamento. Acórdão que examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Caráter infringente. Inadmissibilidade. Rejeição. (Embargos de Declaração 01563449220128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16164)

Agravo regimental. Decisão monocrática por meio da qual se deu provimento ao agravo de instrumento interposto pelas agravadas. Recuperação judicial. Impugnação de crédito. Honorários advocatícios. Fixação. Cabimento em razão da litigiosidade instaurada no incidente. Arbitramento de acordo com o art. 20, § 4º, do CPC. Precedentes do STJ. Decisão mantida. Regimental a que se nega provimento. (Agravo Regimental 01979881520128260000 – Pindamonhangaba – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24620)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Cédula de crédito bancária. Contrato de constituição de alienação fiduciária em garantia sobre bem imóvel. Crédito que não se submete

aos efeitos da recuperação judicial (art. 49, § 3º, da LRF). Consolidação da propriedade do imóvel dado em garantia em favor do agravado. Decisão mantida. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02244579820128260000 – Americana – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24614)

Justiça gratuita. Pessoa jurídica. Possibilidade. Lei 1060/50. Inexistência, todavia, de demonstração de redução significativa da capacidade econômica, para justificar a concessão do benefício no curso da demanda. Apelação julgada deserta. Ausência, contudo, de oportunidade para comprovação da alegada pobreza. Concessão de prazo. Eventual indeferimento que deverá ser seguido de prazo para recolhimento do preparo. Recurso desprovido, com observação. (Agravo de Instrumento 00839482020128260000 – Itapetininga – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16668)

Desconsideração da personalidade jurídica. Inversa. Requisitos inexistentes. Ausência de prova ou alegação de ocorrência de fraude ou de abuso de direito. Art. 50 CC. Mera inexistência de bens penhoráveis em nome do devedor que não justifica alcançar os bens da empresa da qual é sócio. Teoria maior. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01428939720128260000 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16667)

Prestação de contas. Sócio que administra as finanças da sociedade. Dever de prestar contas ao outro sócio. Sentença de procedência para essa obrigação, mantida. (Apelação Cível 00497178120108260114 – Campinas – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16664)

Recuperação judicial. Empresa que não comprovou a atividade. Hipótese de encerramento. Impossibilidade. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00304561620068260068 – Barueri – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16595)

Embargos de declaração. Prequestionamento implícito. Admissibilidade. Ausência de menção expressa aos dispositivos que ora se prequestiona, mas que não impede a apreciação de recurso pelos Tribunais superiores, porquanto a matéria em questão foi tratada no acórdão embargado. Acórdão examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Rejeição. (Embargos de Declaração 01454585920118260100 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 15928)

Embargos de declaração. Ausência de omissão. Acórdão que examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Rejeição. (Embargos de Declaração 02109278620108260100 – São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite – 13/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16201)

Agravo de instrumento - Recurso. Agravo de Instrumento. Notícia de julgamento do feito. Recurso prejudicado (Agravo de Instrumento 02603412820118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 06/11/2012 – Votação Unânime – Voto nº 24529)

Agravo de instrumento - Antecipação de tutela – Caso em que ausente a prova inequívoca da verossimilhança da alegação mas presente a plausibilidade do direito invocado - Revogação parcial da decisão agravada para determinar a suspensão dos efeitos da decisão assemblear até o julgamento da causa - Agravo provido em parte. (Agravo de Instrumento

01493192820128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 06/11/2012 - Votação Unânime – Voto nº 13094)

Apelação. Falência baseada na impontualidade. Validade dos protestos. Intimação dos protestos realizada com identificação das pessoas intimadas para o ato notarial, que não precisa ser o representante legal da empresa. Protesto cambial implica desnecessidade de protesto especial para fins falimentares. Prova documental da prestação e recebimento das mercadorias. Atendimento das Súmulas 361 do STJ, 41 e 52 do TJSP. Requisitos do art. 94, I, § 3º da Lei n° 11.101/2005, atendidos e com impontualidade comprovada. Apelo provido, para decretar a falência da empresa, com determinação. (Apelação 00322537320088260224 – Guarulhos – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - Maioria de Votos - Voto nº 24243)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Erro na qualificação do crédito. Crédito com privilégio especial. Irrelevância. Legislação que prevê que crédito com privilégio especial se enquadra na mesma classe dos créditos quirografários, não atribuindo outro benefício em relação à específica qualificação, tornando-a irrelevante, apenas na seara da Recuperação Judicial. Método de atualização. Não se vislumbra erro no método de atualização realizada pelo expert, ante a constatação de dubiedade constante no contrato bancário. Aplicação do artigo 423, do Código Civil, que determina a utilização de interpretação favorável ao aderente. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00685520320128260000 – Rio Claro – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13797)

Agravo de instrumento. Remuneração do administrador judicial. Levando em conta os valores devidos pela recuperanda, que a recuperação judicial envolve grupo de empresas de grande porte, a complexidade dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcional idade e, ainda, sem perder de vista o principio da preservação da empresa, mostra-se adequado o valor arbitrado pelo Douto juiz "a quo", fixando-se a remuneração mensal do Sr. Administrador Judicial em R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), quantia mensal essa que é hábil a remunerar de forma condigna a importante função que será desenvolvida nos autos da recuperação judicial. R. decisão mantida neste ponto. Agravo de instrumento. Determinação judicial para que a recuperanda promova o parcelamento de seu débito tributário. Afastamento. Medida que depende de lei especifica (art. 155-A, "caput" e § 3o do CTN e art. 68 da Lei n° 11.101/2005). R. decisão reformada neste ponto. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 00704886320128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime -Voto nº 13666).

Apelação - Sentença "citra petita" - Não configuração - Ausência de qualquer espécie de vício na r. sentença recorrida - Os fatos e os pleitos deduzidos pelo apelante foram integralmente apreciados pelo douto juiz "a quo" - Desnecessidade de aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes - Preliminar afastada. Cerceamento de defesa – Não ocorrência - No caso, estando presentes os elementos necessários para o deslinde do litígio, de rigor a prolação da r. sentença, mesmo porque é vedada a produção de provas desnecessárias à solução da lide - Preliminar afastada - Pressupostos processuais representação - Infere-se que a parte recorrida está representada por seu gestor, aplicando-se ao caso, por analogia, o disposto no § 4° do art. 150 da lei 6.404/76 - Preliminar afastada. Apelação - Ação ordinária – Título não patrimonial - BMSP - Ausência de qualquer espécie de vício nos atos impugnados - Fusão patrimonial dependente de liquidação das pendências da BMSP – Não configuração de cláusula puramente potestativa - R. sentença mantida - Recurso não provido. (Apelação Cível 01840674820108260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13711)

Ação declaratória - Pretensão de registro da alteração contratual da sociedade empresária, com a exclusão dos apelantes do quadro societário, que pode ser buscada diretamente junto aos órgãos competentes - Ausência de interesse-necessidade da atuação do Judiciário - Pedido de condenação nas penas de litigância de má-fé afastado - Recurso improvido. (Apelação Cível 00527331220108260577 – São José dos Campos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Lígia Araújo Bisogni – 16/10/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13959)

Marca - Utilização indevida pelos réus - Contrafação incontroversa, seja pelas provas produzidas, seja porque os réus não apelaram da sentença que julgou procedente a ação - Valor da indenização por danos materiais que deve, todavia, observar o disposto no art. 210 da Lei nº 9.279/96 c.c. art. 103, da Lei nº 9.610/98 - Comprovação efetiva do número de produtos contrafeitos - Precedentes jurisprudenciais - Multa diária pelo descumprimento da tutela de urgência que está fixada dentro dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, não cabendo sua majoração nos termos pretendidos pelos autores - Recurso provido, em parte. (Apelação Cível 02073262919978260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Lígia Araújo Bisogni - 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15011)

Nome empresarial. Análise de eventual semelhança que deve levar em consideração o nome social inteiro. Empresas que atuam em ramo diverso. Semelhança fonética das marcas de ambas as empresas que não determina confusão no mercado consumidor. Recurso não provido. (Apelação Cível 00086746920108260566 – São Carlos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13676)

Honorários advocaticios - Principio da causalidade - Ação que visava a nulidade de Assembléia Geral Extraordinária. Realização de nova Assembléia Geral que declara nula aquela ocorrida de forma precedente. Imposição do ônus da sucumbência ao réu. Aquele que deu causa à propositura da ação deve arcar com o pagamento dos honorários advocaticios e demais ônus da sucumbência. Ausência de interesse processual que ocorreu de forma superveniente à propositura da demanda. Necessidade do réu arcar com os ônus da sucumbência. Recurso provido. (Apelação Cível 00245348220118260564 – São Bernardo do Campo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime Voto nº 13680)

Agravo de instrumento - Decretação de falência - O valor inicialmente pretendido pela credora, ora agravada, foi substancialmente reduzido quando da prolação da r. decisão recorrida - Precedentes deste Egrégio Tribunal de Justiça aceitam o depósito elisivo extemporâneo. Aceita a possibilidade do depósito elisivo tardio, com maior razão deve ser aceito, neste caso, a concessão do prazo de 10 (dez) dias para realização de depósito elisivo, pois houve grande redução no valor, de fato, devido. Recurso provido, com observação. (Agravo de Instrumento 00414605020128260000 – Araras – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 – Maioria de Votos - Voto nº 13803)

Pedido de falência - Acordo extrajudicial - Decretação da falência - Impossibilidade - A falência é instituto que visa sanear o Mercado Econômico e não meio coercitivo de cobrança de dívida. Assim, a presunção de insolvência contida no artigo 94, inciso I, da Lei 11.101/05, fica elidida em razão da realização de acordo extrajudicial, mesmo que essa avença não seja integralmente cumprida. Impossibilidade de dispor, por contrato, do instituto da falência em razão de seu caráter público e indisponível. Recurso não provido. (Apelação Cível 00424994220088260576 – São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime Voto nº 13807)

Agravo de instrumento - Quebra de sigilo bancário de terceiro estranho à lide - Medida excepcional - Não há como deferir a quebra de sigilo bancário de terceiro estranho á lide, uma

vez que é medida que afronta o direito à intimidade, bem como o princípio da inviolabilidade do sigilo de dados, previstos constitucionalmente. Apuração de haveres - Embora a autora, ora agravante, sustente que sua realização neste momento será inútil, porque a recorrente também pleiteia nesta demanda o ressarcimento por eventual dano material causado pelo agravado, tal medida se impõe para que seja concretizada a dissolução parcial da sociedade. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01535405420128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13834)

Contrato de franquia - Cerceamento de defesa inexistência - A matéria discutida em Juízo depende apenas de prova documental, sendo desnecessária a produção de outras provas. Estando presentes os elementos necessários ao julgamento da lide de forma antecipado é facultado ao Julgador assim proceder. Inexistência de cerceamento de defesa. Preliminar rejeitada. Contrato de franquia - Instrumento contratual que previa o pagamento de "taxa" pela transferência da franquia. Negócio jurídico que preenche os requisitos do art. 104 do CC e que não estabelece obrigações abusivas. Recurso não provido. (Apelação Cível 00483559220108260001 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13677)

Agravo de instrumento - Exceção de incompetência - Julgamento anterior de outro agravo de instrumento que também impugnou a r. decisão interlocutória aqui contestada, onde foi dado provimento ao aludido recurso para firmar a competência da Comarca de Ribeirão Preto - Perda superveniente de objeto. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 00839439520128260000 – Ribeirão Preto - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken - 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13782)

Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Falta de interesse no prosseguimento do recurso manifestado pela recorrente – Desistência homologada. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01128412120128260000 – Presidente Venceslau – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13894)

Apelação. Extinção do processo por abandono. Art. 267, III, CPC. Afastamento. Ausência de requerimento do réu. Súmula 240 do STJ. Sentença anulada. Recurso provido. (Apelação Cível 01385294420108260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13682)

Propriedade industrial. Indenização. Prova pericial que não contempla a prática da contrafação, mas sim a violação a "trade dress" ou conjunto-imagem da autora. Indenização. Cabimento. Danos presumidos. Precedentes. Fixação em fase de liquidação de sentença. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 01545832220098260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13683)

Revisional de cláusulas de cédulas de produto rural financeiras - Improcedência em primeiro grau - Manutenção. O financiamento da atividade empresarial, sendo esta essencialmente voltada à produção de bens e serviços para o mercado, não se confunde com o fornecimento de crédito ao consumidor - O art. 5°, caput, da Lei n° 9.138, de 29 de novembro de 1995, tratando do alongamento de dívidas originárias de crédito rural, aplicou-se apenas às operações "realizadas até 20 de junho de 1995". Além disso, o mutuário havia de comprovar o preenchimento dos requisitos exigidos em lei para que a dilação do prazo para o pagamento de sua divida lhe fosse concedida, o que não discrepa da Súmula 298 do STJ - Possibilidade de capitalização de juros em contratos celebrados por instituição bancária após a vigência da Medida Provisória 1.963-17/00, atualmente reeditada sob o n° 2.170-36/01 - Inaplicabilidade de teto aos juros pactuados com instituição financeira. Apelação desprovida. (Apelação Cível

91034701620088260000 – São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Lino Machado - 13/11/2012 – Maioria de Votos - Voto nº 19183)

Competência recursal - Ação declaratória - pretensão de rescindir contrato de constituição de relações comerciais documentos que indicam prestação de serviços - Contrato que não é regulado pela lei de franquia - Resolução n° 558/11 - Hipótese em que a matéria não é da competência desta Colenda 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, cabendo a análise do recurso por uma das Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado II deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Recurso não conhecido, com determinação. (Apelação Cível 02182507920098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 – Maioria de Votos - Voto nº 13881)

Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Decisão agravada que indeferiu pedido de levantamento/desbloqueio de valor retido pelo Banco agravado - Alegação da agravante de que a garantia do penhor das duplicatas não foi objeto do registro junto ao Cartório respectivo, o que implicaria a inexistência do reconhecimento do penhor e conseqüênte sujeição do crédito à recuperação judicial - Impossibilidade – A questão ainda está pendente de apreciação em autos próprios - Diante do impasse verificado sobre possibilidade (ou não) de sujeição dos contratos, com eventual liberação de valores a eles vinculados, era realmente o caso de bloqueio cautelar dessas verbas, depositando-se as em conta à disposição do Juízo até que solucionada a pendência - Correta a r. decisão agravada, eis que agiu por prudência o MM. Juiz "a quo", devendo os valores permanecer em conta à disposição do Juízo, até solução da controvérsia nos autos próprios – Decisão mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01099693320128260000 – Mogi das Cruzes - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13739)

Competência Recursal - Pedido de Restituição - Falência - Decreto-Lei n° 7.661/45 - Hipótese em que a matéria não é da competência desta Colenda 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, cabendo a análise do recurso por uma dentre as C. 1ª e 10ª Câmaras - Resolução n° 558/11 - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00259883620048260114 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13811)

Apelação - Ação de reconhecimento de sociedade de fato - Danos materiais - Ausência de prova - Impossibilidade de presunção da veracidade - Danos morais - Ausência de Comprovação - Os pretendidos danos materiais não restaram comprovados - Impossibilidade de presunção de veracidade, ainda que não haja impugnação específica dos valores e das porcentagens indicadas pelo autor, pois tais fatos estão em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto - Art. 302, III, CPC - Dos elementos dispostos nos autos, não se infere os alegados danos morais - A ausência de êxito na sociedade de fato formada pelos litigantes acarretou dissabores a ambas as partes, porém sem ocasionar os pretendidos danos morais - Sucumbência recíproca, não havendo de se falar em majoração dos honorários advocatícios - R. sentença mantida. (Apelação Cível 00107737320118260405 – Osasco - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13824)

Apelação - Preparo - Regularidade - Os valores recolhidos a titulo de preparo, especificamente no que concerne à taxa judiciária, guardam obediência ao disposto na Lei Estadual n° 11.608/2003 - Preliminar de contrarrazões afastada. Apelação - Condições da ação - Interesse de agir - A tutela jurisdicional pleiteada é necessária, adequada e útil, tendo em vista a pretensão ora deduzida - Eventual corresponsabilidade do apelado não afeta as condições da ação - Condições da ação presentes - Preliminar afastada. Apelação - Ação de cobrança - Relação jurídica entre cooperado e cooperativa - Eventual insuficiência de recurso não é razão suficiente para ausência de restituição da quota-parte - Ausência de juntada de demonstrativos

financeiros - Confissão decretada - R. sentença mantida. Litigância de má-fé - Não caracterização - Das circunstâncias que permeiam a lide, não restou demonstrada a presença dos elementos necessários à configuração da litigância de má-fé - Alegarão da parte apelada afastada. Recurso não provido. (Apelação Cível 00004291220098260176 – Embu das Artes – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13882)

Apelação - Irregularidade na representação processual - Recurso não conhecido - A parte recorrente, devidamente intimada, não regularizou sua representação processual - Pressuposto de admissibilidade - Preliminar de contrarrazões acolhida - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01132846520098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13687)

Apelação - Sentença "citra petita" - Não configuração - Ausência de qualquer espécie de vício na r. sentença recorrida - Os fatos e os pleitos deduzidos pelo apelante, inclusive no que diz respeito ao pedido do item "e" da inicial e sua respectiva causa de pedir, foram integralmente apreciados pelo Douto Juiz "a quo" - Preliminar afastada. Apelação - Ação declaratória cumulada com pedido de indenização - Título de sócio efetivo não patrimonial - BMSP - Ausência de qualquer espécie de vício nos atos impugnados - Fusão patrimonial dependente de liquidação das pendências da BMSP - Não configuração de cláusula puramente potestativa - R. sentença mantida - Recurso não provido. Recurso não provido. (Apelação Cível 01840986820108260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13728)

Agravo retido - Ausência de reiteração - Não conhecimento - O agravo retido não será conhecido se o recorrente não requerer expressamente, no momento oportuno, sua apreciação - Art. 523, §1°, CPC - Agravo retido não conhecido. Apelação - Preliminar de não conhecimento do recurso - Ausência dos requisitos do art. 514 do CPC - Não se vislumbra, no caso em tela, qualquer espécie de ofensa ao artigo 514 do Código de Processo Civil, rejeitando-se, assim, a preliminar de não conhecimento do recurso - Preliminar afastada. Apelação - Preliminar de cerceamento de defesa - No caso, estando presentes os elementos necessários para o deslinde do litígio, de rigor a prolação da r. sentença, mesmo porque é vedada a produção de provas desnecessárias à solução da lide - Preliminar afastada. Apelação - Ação declaratória - Exclusão de cooperado - Restando demonstrado que o requerente não foi cooperado da cooperativa requerida, não há de se falar em anulação de suposto ato que o exclui - Ausência de prova documental acerca do atendimento do Edital Convocatório para inclusão na cooperativa - Pedido improcedente - R. sentença mantida - Recurso não provido. (Apelação Cível 00224869020118260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13919)

Apelação - Ação de cobrança - Responsabilidade do cooperado pelos prejuízos da Cooperativa - A responsabilidade do cooperado pelos prejuízos apurados no ano deve ser proporcional às operações realizadas com a cooperativa, nos termos dispostos no art. 89 da Lei 5.764/71 - R. sentença reformada - Recurso provido. (Apelação Cível 00096982620118260008 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime Voto nº 13936)

Apelação - Sentença "citra petita" - Não configuração - Ausência de qualquer espécie de vício na r. sentença recorrida - Os fatos e os pleitos deduzidos pelo apelante, inclusive no que diz respeito ao pedido do item "e" da inicial e sua respectiva causa de pedir, foram integralmente apreciados pelo Douto Juiz "a quo" - Preliminar afastada. Apelação - Ação declaratória cumulada com pedido de indenização - Título de sócio efetivo não patrimonial - BMSP - Ausência de qualquer espécie de vício nos atos impugnados - Fusão patrimonial dependente de liquidação das pendências da BMSP - Não configuração de cláusula puramente potestativa - R. sentença mantida - Recurso não provido. Litigância de má-fé - não caracterização - Das

circunstâncias que permeiam a lide, não restou demonstrada a presença dos elementos necessários à, configuração da litigância de má-fé - Alegação da parte apelada - Recurso não provido. (Apelação Cível 01840926120108260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13698)

Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Certidões negativas - Licitação com o Poder Público - Impossibilidade - Em razão de ausência de amparo legal, negativa de vigência à Lei de Licitações, bem como da existência do interesse geral não há como determinar a dispensa de apresentação de certidões negativas para que a recorrente licite e contrate com o Poder Público - Recurso não provido. Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Suspensão da publicidade dos apontamentos de protestos e negativações em nome da agravante e acionistas em órgãos de proteção ao crédito - Impossibilidade - A suspensão das ações e execuções em face da recorrente e acionistas não constitui ato ilegal ou abusivo os protestos e restrições creditícias até então operadas. Súmula n° 54 do E. TJSP Recurso não provido. Agravo de Instrumento - Recuperação judicial - Suspensão das ações contra os acionistas - Impossibilidade - A novação de crédito por força do eventual deferimento da recuperação judicial da sociedade devedora não se estende automaticamente aos coobrigados, fiadores ou obrigados de regresso - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01030338920128260000 – Pedreira – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13833)

Agravo de instrumento – Pedido de falência - Falência decretada - Pretensão à revogação - Acordo entre as partes - Falta de interesse no prosseguimento do feito - Renúncia à interposição de recurso - Fato superveniente - Devolução do recurso a 1ª instância para homologação do acordo - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 03100027320118260000 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13469)

Agravo de instrumento - Pedido de falência - Fase executiva - Deferimento da desconsideração da personalidade jurídica com a inclusão de devedores solidários - O deferimento da recuperação judicial não obsta a cobrança da dívida em relação aos devedores solidários, nos termos do artigo 49, § 1º da Lei n° 11.101/05 - Coobrigados que, em razão da desconsideração da personalidade jurídica, passam a integrar o polo passivo da demanda executiva - Prosseguimento da ação executiva em relação aos devedores solidários - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00768014020128260000 – Itapetininga – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13825)

Agravo de instrumento – Ação declaratória - Existência de recurso de agravo de instrumento extraído de medida cautelar distribuída por dependência aos autos principais e que já houve julgamento pela Colenda 10ª Câmara de Direito Privado - Existência de prevenção - Determinação de redistribuição - competência da colenda 10ª Câmara de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 02089223220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 16/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13855)

Prevenção - Distribuição de ação conexa para a colenda 5ª Câmara de Direito Privado - Prevenção Reconhecida - Determinação de redistribuição - Competência da Colenda 5ª Câmara de Direito Privado do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00112356320118260006 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13699)

Agravo de instrumento - Cautelar inominada - Presença dos pressupostos para concessão de liminar. Presentes os pressupostos necessários para a concessão da liminar (*fumus boni iuris* e *periculum in mora*), de rigor a manutenção da decisão agravada que concedeu a medida *in limine litis*. Prestação de caução por meio de bem imóvel. Apreciação da idoneidade que fica a critério do Julgador. Agravante que não logrou êxito em comprovar, por ora, a inidoneidade da caução. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01099320620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13689)

Competência recursal - Embargos monitórios - Venda de cotas societárias - Resolução 194/2004, art. 2º inciso III, alínea "a" - Competência afeta à Seção de Direito Privado compreendida entre as Ia e 10a Câmaras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Precedentes do Colendo Órgão Especial deste E. TJSP - Remessa dos autos a uma das Câmaras competentes - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00130170920108260114 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13701)

Competência recursal - Execução de título extrajudicial - Cheque - Hipótese em que a matéria não é da competência desta Colenda 2ª (Segunda) Câmara Reservada de Direito Empresarial, cabendo a análise do recurso por uma dentre as Colendas Câmaras integrantes da Subseção de Direito Privado 2 - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00174680420048260562 – Santos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13700)

Preliminar. Nulidade processual. Não acolhimento. Alegação de nulidade de intimação. Situação que não implicou em prejuízo ao direito de defesa. Agravante que não demonstrou prejuízo. Nulidade relativa. Art. 249, § 1º, CPC *(*"pas de nullité sans grief"*)*. Preliminar não acolhida. Agravo de instrumento. Falência. Pretensão de compensação de créditos. impossibilidade. Compensação de eventuais créditos que a agravante possuiria em face da massa falida que não se mostra possível em virtude do princípio do "par conditio creditorum", pois os credores do falido, salvo as exceções previstas em lei, devem ser tratados com igualdade. Assim sendo, não demonstrando o agravante que possui créditos de natureza diferenciada, a autorização de compensação determinaria ofensa à lei. Provas documentais que não demonstram que o agravante possui crédito ou efetuou pagamentos perante a massa falida. Bloqueio "on line" mantido. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01017572320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13742)

Sociedade limitada - Convocação de assembléia para deliberar sobre a exclusão judicial do sócio minoritário, por suposta prática de atos graves que comprometem a atividade social, na forma do art. 1.030 do CC - Situação que não se confunde com a exclusão extrajudicial de sócio com fundamento no art. 1.085 do Código Civil - Utilidade da assembléia, que autorizará a sociedade a ingressar com a ação, dada a gravidade da medida, que importará, caso procedente, em pagamento de haveres e eventual redução do capital social - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01675622020128260000 – Cotia - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 13/11/2012 - Votação Unânime -Voto nº 17972)

**Segredo**

Medida cautelar de exibição de documentos e ação de prestação de contas. Autores que pretendem fornecimento de comprovantes de pagamento de remunerações de diversas naturezas ao administrador corréu, realizado pela sociedade corré e por subsidiárias por ela controladas, com vistas a prestação de contas, mediante realização de perícia contábil. Sentença de improcedência prolatada em ambas as ações, sob alegação de ilegitimidade ativa,

dado que os autores, acionistas minoritários da sociedade corré, deveriam se valer dos mecanismos previstos na Lei das S/A (L. 6404/76), aplicável à espécie, ao mesmo tempo em que não seriam acionistas das sociedades controladas, nada podendo requerer em relação àquelas. Prestação de contas realmente incabível, devendo ser realizada pelo Conselho Fiscal. Pretensão de exibição de documentos, entretanto, que merece acolhida, tendo em vista o direito dos apelantes à informação, inclusive no âmbito das sociedades controladas, de acordo com vasta jurisprudência do C. STJ. Recurso parcialmente provido. (Apelação Cível 01105998220098260004 - São Paulo – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 30/10/2012 - Votação Unânime – Voto nº 17755) **(Segredo de Justiça)**

Prescrição. Inicial indeferida, sob o argumento de que já decorrera o prazo prescricional trienal para hipótese de enriquecimento sem causa. Pretensão do autor de cobrar a sua parte no lucro líquido de certa atividade empresarial. Figura do enriquecimento sem causa, no presente caso, que deve ser usada como fonte obrigacional e não como princípio, posto que tem causa na existência de contrato de parceria (ou sociedade de fato). Prazo prescricional ordinário de dez anos, à falta de outro específico, no Código Civil, que regula a cobrança de preço pela cessão de quotas sociais. Extinção cassada. Recurso provido. (Apelação Cível 00512341420128260515 – Rosana - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro – 30/10/2012 – Votação Unânime. Voto nº 17849) **(Segredo de Justiça)**

**Monocráticas**

Recurso - Embargos de declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator – Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC – Precedentes jurisprudenciais nesse sentido - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de rediscussão de matéria fartamente debatida no v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração – Prequestionamento – Menção expressa a dispositivos legais – Desnecessidade - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 00094687120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 30/10/2012 – Voto nº 22455)

Recurso - Embargos de declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator - Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC – Precedentes jurisprudenciais nesse sentido – Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 01676809320128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 30/10/2012 – Voto nº 22375)

Recurso - Embargos de declaração - Vício não identificado - Embargos rejeitados. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de reforma da decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento desacompanhado de cópia de documento que atestasse a tempestividade recursal - Alegação de que deve ser imputada à Serventia o não preenchimento da certidão de publicação da decisão agravada - Legislação processual que imputa ao recorrente o dever de demonstrar a tempestividade recursal - Ônus do qual não se desincumbiram os recorrentes - Juntada tardia de documento apto a essa finalidade não considerada ante à preclusão e desídia anotadas - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02998766120118260000 – Boituva – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão - 30/10/2012 – Voto nº 19985)

Pedido de falência – Protesto - Aviso entregue a pessoas identificadas - Entrega efetivada no correto endereço do estabelecimento empresarial - Pretensão à declaração de irregularidade afastada em primeiro grau - Sobrevinda de extinção do pedido em primeiro grau, com fundamento no art. 269, III, do Código de Processo Civil. Dispositivo: recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02431039320118260000 – São Paulo – Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Ricardo Negrão – 06/11/2012 – Voto nº 19255)

Falência. Crédito de honorários de advogado. Privilégio geral reconhecido. Jurisprudência pacificada na Corte e no Superior Tribunal de Justiça. Processamento do recurso negado. (Agravo de Instrumento 02274329320128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Araldo da Costa Telles – 29/10/2012 – Voto nº 25666).

Recurso - Embargos de declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo relator – Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC - Precedentes jurisprudenciais nesse sentido - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado - Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Prequestionamento - Menção expressa a dispositivos legais - Desnecessidade - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 02961741020118260000 – Ribeirão Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 13/11/2012 – Voto nº 22599)

Recurso - Embargos de declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator – Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC - Precedentes jurisprudenciais nesse sentido - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado - Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Prequestionamento - Menção expressa a dispositivos legais - Desnecessidade - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 00093760520082604 95 – Registro – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 13/11/2012 – Voto nº 22600)

Recurso - Embargos de declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator - Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC - Precedentes jurisprudenciais nesse sentido - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 00691723220108260114 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 13/11/2012 – Voto nº 22598)

Recurso - Embargos de declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator - Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC - Precedentes jurisprudenciais nesse sentido - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 01827895020128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 13/11/2012 – Voto nº 22595)

Assistência judiciária - Requisitos - Pedido formulado na petição inicial e em documento apartado – Suficiência - Documento que cumpre as exigências do artigo 4º da Lei n. 1.060/50 - Negativa do Magistrado que deve se ater apenas às hipóteses de ausência de declaração ou

evidente burla aos ditames da citada lei - Benefícios concedidos - Recurso monocraticamente provido para esse fim. (Agravo de Instrumento 02106077420128260000 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 13/11/2012 – Voto nº 22601)

Falência. É de rigor o decreto de falência quando o devedor, de forma unilateral pretende alterar o plano de recuperação aprovado, descumprindo, ao mesmo tempo, o que se encontra em vigor. Processamento do recurso negado. (Agravo de Instrumento 02230419520128260000 – São Paulo -– 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Araldo Telles – 17/10/2012 - Voto nº 25624)

Competência - Contrato de prestação de serviços de telefonia com cláusula de participação financeira - Natureza obrigacional do vínculo - Inexistência de pretensão de acionista - Matéria não afeta ao direito societário - Competência da 38ª Câmara de Direito Privado - Dúvida de competência acolhida e dirimida, declarando-se competente a câmara suscitada, a e. 38ª Câmara de Direito Privado. (CC 01580293720128260000 – Caçapava - Órgão Especial - Relator Amadeu de Faria - 14/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13500)

Embargos de declaração - Desistência homologada - Erro material - Ausência de expressa manifestação nesse sentido - Hipótese, contudo, em que os embargos eram intempestivos - Inocorrência de interrupção do prazo para a oposição, por outros interessados, de embargos contra a decisão já embargada - Embargos acolhidos em parte. (Embargos de Declaração 01280604520108260000 – Sertãozinho - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Elliot Akel - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 30446)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta à rediscussão da matéria decidida - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01689283120118260000 - São José do Rio Preto - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Elliot Akel - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 30625)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta ao rejulgamento da matéria posta nos autos - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02488753720118260000 – Estrela D'Oeste - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Elliot Akel - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 30439)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente infringente e prequestionatório - Via eleita que não se presta ao rejulgamento da matéria posta nos autos - Acórdão em que apreciadas as questões pertinentes à luz de normas atinentes à espécie - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02959438020118260000 - Estrela D'Oeste - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Elliot Akel - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 30426)

Embargos de declaração - Pretensão de caráter exclusivamente prequestionatório - Julgador que não é obrigado a examinar todos os fundamentos suscitados pelas partes se apenas um deles é suficiente para decidir a lide - Omissão, obscuridade e contradição inocorrentes - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 03089868420118260000 - Estrela D'Oeste - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Elliot Akel - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 30427)

Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Os embargos de

declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01683186320118260000 – Presidente Venceslau - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23611)

Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01704275020118260000 – Presidente Venceslau - Câmara Reservada à Falência e Recuperação – Relator Pereira Calças - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23846)

Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Alegações, ademais, prejudicadas em decorrência da convolação da recuperação judicial em falência. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02483461820118260000 – Guarulhos - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24655)

Agravo de instrumento. Sentença que declara elidida a falência. Levantamento do valor do depósito. Art. 98, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005. Negando o Tribunal de Justiça provimento à apelação, deve, em cumprimento ao comando legal, ser liberado o depósito em favor do autor, uma vez que eventual recurso cabível (especial ou extraordinário) não tem efeito suspensivo. Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento 02810063620098260000 – São Roque - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Pereira Calças - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24671)

Pedido de falência - Procedência em primeiro grau, com declaração de elisão da falência diante do depósito do valor do débito - Prescrição fundada no art. 520, IV, da CPC - Não reconhecimento. Ainda que de forma sucinta foram apreciados os embargos de declaração opostos à sentença monocrática - O art. 13 do CPC possibilita seja sanada eventual irregularidade da representação processual das partes - Não se aplica ao caso, para reconhecimento de eventual prescrição da ação, o disposto no art. 520, IV, do CPC. Apelação desprovida. (Apelação Cível 90664141220098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19909)

Falência - Adiantamento de contrato de câmbio - Extinção em primeiro grau afastada - Julgamento do mérito - Art. 515, § 3º, do CPC - Preliminar de litispendência acolhida em parte - Inacumulatividade de juros remuneratórios ou moratórios, assim como multa e correção monetária com comissão de permanência - Capitalização - Necessidade de previsão expressa no contrato. Correta a postulação da apelante de ver afastada a extinção dos processos, sem apreciação do mérito, uma vez que 'tratando-se de custas complementares, em decorrência de incidente de impugnação ao valor da causa, não tem aplicação a norma do art. 257 do CPC, que diz com cancelamento de distribuição' - Embora as partes não tenham se preocupado em comprovar o trânsito em julgado da sentença proferida em ação anterior, ficou patenteado haver, pelo menos, continência na ação ora em curso da pendência anterior, ao ser proposta a primeira nomeada, razão pela qual de acolher-se em parte a preliminar de litispendência para excluir do julgamento ora em curso a matéria já julgada no processo anteriormente instaurado - Não são cumuláveis juros moratórios ou remuneratórios, assim como multa e correção monetária com comissão de permanência, nos termos de pacifica jurisprudência do STJ - Descaracteriza a mora a cobrança excessiva dos encargos contratuais. Apelação da autora provida em parte. Prejudicada a apelação da ré. (Apelação Cível 03338367620098260000 -

São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19643)

Apelação - Pedido de falência - Improcedência da ação em primeiro grau - Crédito decorrente de contrato de fomento mercantil - Juros abusivos - Reconhecimento Manutenção - Irregularidade dos protestos. Tratando-se de empresa de factoring, há de ser observado, quanto aos juros, o disposto no Decreto 22.626/33 - Jurisprudência consolidada no STJ faz irregular para o fim de decreto de falência o protesto do título sem ter sido identificado o recebedor da notificação. Apelação desprovida. (Apelação Cível 02301598920078260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19946)

Pedido de alvará - Improcedência em primeiro grau - Sentença mantida, com modificação da fundamentação. Tendo havido discordância da massa falida à qual está vinculado o imóvel cuja indisponibilidade foi decretada, bem como do Ministério Público, em primeiro e segundo graus, não é possível resolver-se a lide em procedimento de jurisdição voluntária. Não se trata de mera divergência quanto a aspectos secundários a serem observados pela expedição do alvará pleiteado. Trata-se de resistência da massa falida à transferência da propriedade do imóvel ao requerente - Verba honorária fixada em valor excessivo deve ser reduzida a valor adequado às circunstâncias. Apelação provida em parte. (Apelação Cível 00446043720098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19674)

Falência - Adiantamento de contrato de câmbio - Inacumulatividade de juros remuneratórios ou moratórios, assim como multa e correção monetária com comissão de permanência - Capitalização - Necessidade de previsão expressa no contrato. Não são cumuláveis juros moratórios ou remuneratórios, assim como multa e correção monetária com comissão de permanência, nos termos de pacifica jurisprudência do STJ - Descaracteriza a mora a cobrança excessiva dos encargos contratuais - Inaplicável o CDC aos negócios efetuados por pessoa jurídica com vista ao desenvolvimento de suas atividades empresariais. Apelação provida em parte. (Apelação Cível 01996764220088260100 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19707)

Pedido de falência - Extinção em primeiro grau - Recurso objetivando a procedência da ação - Quebra decretada pela Câmara Reservada à Falência em julgamento de apelação diversa - Recurso prejudicado. Tendo sido decretada a quebra da apelada por força de julgamento de apelação interposta contra sentença proferida em processo distinto, o recurso ora sob exame que objetiva tal decreto perdeu seu objeto. Apelação prejudicada. (Apelação Cível 00344068420098260114 – Campinas - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19895)

Pedido de falência – Cambial – Duplicata - Lastro em contrato de locação de bem móvel - Inadmissibilidade - Inteligência do art. 20 da Lei n. 5.474/68 e da Súmula n. 17 do extinto PTAC - Irrelevância da operação da máquina por preposto da locatária - Imprescindibilidade de emissão de duplicata da respectiva prestação do serviço - Duplicata nula - Pedido de falência fundado em títulos assim emitidos - Reconhecimento da hipótese prevista no inc. III, do art. 96 da Lei n. 11.101/2005 - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 05675042020108260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21902)

Competência - Agravo de instrumento interposto na comarca de Campanha, estado de Minas Gerais, sobrevindo decisão monocrática declinando a competência e determinando a remessa dos autos ao Tribunal paulista - Conflito de competência suscitado pela i. Julgadora da 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial da Comarca de São Paulo - Sobrestamento do feito até decisão final do Órgão superior - Decisão já transitada em julgado que declarou competente o

Juízo suscitado - Determinação de retorno dos autos ao Juízo mineiro para apreciação do agravo de instrumento – Recurso não conhecido. Dispositivo: Não conheceram o recurso. (Agravo de Instrumento 02007027920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 18884)

Falência - Operação de fomento mercantil – Previsão contratual de recompra dos títulos viciados - Pedido de quebra instruído com nota promissória - Razões recursais que a cambial foi emitida em garantia do contrato - Prevalência da cláusula de recompra - Sentença de quebra mantida - Agravo improvido. Dispositivo: Negam provimento. (Agravo de Instrumento 02561166220118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19554)

Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Habilitação de crédito julgada improcedente - Nota promissória firmada por sócio majoritário da recuperanda em favor do cunhado - Ausência de contrato de mútuo ou qualquer outra comprovação da origem dos créditos (art. 9º, II, Lei nº 11.101/2005) - Manifestação da recuperanda que nega a existência do crédito e anterior habilitação do agravante sem qualquer menção a valores remanescentes. Necessidade de comprovação do crédito - Preliminar de cerceamento de defesa afastada - Sentença de improcedência mantida - Agravo a que se nega provimento. Dispositivo: Negam provimento. (Agravo de Instrumento 02665484320118260000 – Angatuba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19990)

Agravo de instrumento - Falência - Quebra decretada - Requisitos do art. 94, III Lei nº 11.101/05 - Insurgência recursal pautada na ausência de insolvência e inexistência de prática de atos falimentares - Prática de atos que indicam objetivo de burla à legislação e prejuízo aos credores- Decisão de quebra acertada e em consonância com a jurisprudência do C. STJ e deste E. TJSP. Orientação das Súmulas 42 e 43, TJSP. Recurso improvido. Dispositivo - Não provimento. (Agravo de Instrumento 02924656420118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19918)

Recuperação judicial - Deferimento do pedido de recuperação - Superveniente pedido de desistência - O devedor só poderá desistir do pedido de recuperação judicial, após o deferimento de seu processamento, se obtiver a aprovação na assembleia-geral de credores - Art. 52, § 4º da Lei nº 11.101/2005 - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento. (Agravo de Instrumento 02964322020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19946)

Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Proposta da recuperanda a que sejam suspensas as ações e execuções particulares movidas contra garantidores (avalistas, fiadores e coobrigados) desobrigando-os de responder pelos créditos originais, a partir da homologação do plano - Impropriedade - Exegese do art. 45 e 49, §1º da Lei n. 11.101/2005 - Precedentes da Câmara - Decisão reformada - Recurso provido para afastar a incidência da cláusula ao credor recorrente. Agravo de instrumento - Proposta da recuperanda à suspensão da publicidade dos protestos e das restrições nos cadastros do SERASA e SCPC existentes em seu nome enquanto cumprido o plano recuperatório - Inviabilidade - Precedentes do Tribunal de Justiça de São Paulo - Distinções no Direito Comparado - Aplicação do princípio da transparência - Exigência à aplicação antes e durante o processo recuperatório - Mecanismos transparência na negociação que se estende aos credores não sujeitos ao plano recuperatório - Recurso provido para cancelar a cláusula aprovada. Agravo de instrumento - Pretende a recorrente a declaração de nulidade da “previsão no plano de realização de pagamentos antecipados (no montante de 3% do valor da fatura do no fornecimento) àqueles credores concorrentes que concordarem em continuar a venda à prazo”. Argumenta existir atrito entre essa cláusula e o parágrafo único do art. 67 da LREF por ter o legislador previsto um único

benefício admissível para o caso - Impropriedade - Mecanismo que não encontra restrição no ordenamento jurídico - Integração de instrumentos à retomada de contratações - Complementaridade entre a cláusula impugnada e o disposto no art. 67 da LREF - Eficiência perseguida pela recuperanda, conforme doutrina - Recurso não provido neste capítulo. Agravo de instrumento - Proposta da recuperanda visando à livre alienação de bens do ativo imobilizado - Recurso de credor visando nulidade da cláusula - Viabilidade de realização da venda do ativo, sem obediência ao disposto no art. 66, devendo, entretanto, ser cumpridos os requisitos impostos pelo princípio da transparência, ausentes na proposta apresentada - Necessidade de atendimento ao disposto no art. 35, I, f, da LREF - Impossibilidade de se aplicar o art. 131, inaplicável na hipótese de prática de atos de administração da própria recuperanda, não especificados no plano - Ausência de contemplação integral específica de alienação do ativo, como preceitua o disposto no art. 142 da LREF - Necessidade de cumprimento do art. 60 da mesma lei - Recurso provido para declarar nulas as cláusulas impugnadas, relativamente à alienação do ativo e efeitos em caso de quebra. Agravo de instrumento - Proposta da recuperanda que impõe ao credor expedição de notificação, com prazo de 30 dias, na hipótese de atraso de pagamento das parcelas acordadas - Decretação de falência que ocorre pelo simples descumprimento do plano Inteligência do art. 73, IV da LREF - Ato do juiz, não sujeito à medida premonitória - Mitigação possível a critério judicial, sem a extensão pretendida pela recuperanda - Recurso provido para afastar essa cláusula, declarando-a nula. Agravo de instrumento - Proposta da recuperanda de pagamento de moeda diferenciada por classe de credores, contudo, única para cada uma das três classes - Respeito ao princípio do tratamento paritário horizontal - Paridade vertical inexigível na recuperação judicial em sua modalidade ordinária, em contraposição ao plano especial previsto no art. 71, que deve ser uniforme a todos os credores, integrantes de uma mesma classe - Inexistência de violação a princípios constitucionais - Recurso não provido neste tocante. Dispositivo: parcial provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 03035305620118260000 – Cotia - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20064)

Falência. Credor que, intimado, não aceita o encargo de administrador judicial e discorda da prestação de caução para remuneração de profissional liberal a ser nomeado para aquele cargo. Inexistência de previsão de administrador judicial dativo. Aplicação subsidiária do art. 19 do CPC. Agravo com provimento negado. (Agravo de Instrumento 03041429120118260000 – Mogi das Cruzes - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20069)

Agravo de instrumento - Falência - Quebra decretada - Requisitos do art. 94, I Lei nº 11.101/05 - Insurgência recursal pautada na ausência de insolvência e que o requerimento inicial revestido da natureza de "cobrança executiva" - Decisão de quebra acertada e em consonância com a jurisprudência do C. STJ e deste E. TJSP- Orientação da Súmula n. 42 do TJSP - Recurso improvido. Dispositivo - Não provimento (Agravo de Instrumento 03047768720118260000 – Americana - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20070)

Habilitação de crédito - Extinção por indeferimento da inicial - Impropriedade - Documentos suficientes à habilitação - Divergência manifestada pelo administrador judicial que pretendia a juntada de documentos relativos ao processo originário - Dívida decorrente de instrumento particular de confissão de dívida objeto de execução individual - Desnecessidade de outros documentos - Afastamento, contudo, da pretensão do montante sob rubrica "verba honorária" por falta de comprovação - Provimento parcial ao recurso. (Agravo de Instrumento 03063703920118260000 – Sorocaba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20099)

Agravo de instrumento – Falência - Cédula de crédito bancário com contrato de constituição de alienação fiduciária em garantia (cessão fiduciária de direitos) - Título executivo extrajudicial -

Liquidez, certeza e exigibilidade - Presença dos requisitos essenciais (28, da Lei 10.931/2004) - Sentença que decreta a falência ante a impontualidade - Preenchidos os requisitos legais quanto a executividade, incide o disposto no art. 94, inciso I da Lei de Falências - Título hábil para instruir o pedido falimentar - Decisão mantida - Agravo improvido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 03066613920118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20100)

Falência - Defesa da agravante pautada na inexigibilidade dos títulos em razão do pagamento parcial e acordo para quitação do débito - Ausência de provas neste sentido - Depósitos comprovados nos autos cuja relação com as duplicatas exigidas não restou demonstrada - Inconsistência de valores e indicativo de outras relações que não permitem pela conclusão de pagamento total ou parcial, das duplicatas que instruem o presente pedido - Insurgência ainda quanto à utilização do procedimento falimentar com intuito de "cobrança forçada" - Impropriedade - Exegese da Súmula n. 42 desta Corte - Sentença de quebra mantida - Agravo improvido. Dispositivo: Negam provimento. (Agravo de Instrumento 03109501520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20126)

Falência - Adiantamento de contrato de câmbio - Extinção em primeiro grau afastada - Julgamento do mérito - Art. 515, § 3º, do CPC - Preliminar de litispendência acolhida em parte - Inacumulatividade de juros remuneratórios ou moratórios, assim como multa e correção monetária com comissão de permanência – Capitalização - Necessidade de previsão expressa no contrato. Correta a postulação da apelante de ver afastada a extinção dos processos, sem apreciação do mérito, uma vez que 'tratando-se de custas complementares, em decorrência de incidente de impugnação ao valor da causa, não tem aplicação a norma do art. 257 do CPC, que diz com cancelamento de distribuição' - Embora as partes não tenham se preocupado em comprovar o trânsito em julgado da sentença proferida em ação anterior, ficou patenteado haver, pelo menos, continência na ação ora em curso da pendência anterior, ao ser proposta a primeira nomeada, razão pela qual de acolher-se em parte a preliminar de litispendência para excluir do julgamento ora em curso a matéria já julgada no processo anteriormente instaurado - Não são cumuláveis juros moratórios ou remuneratórios, assim como multa e correção monetária com comissão de permanência, nos termos de pacifica jurisprudência do STJ - Descaracteriza a mora a cobrança excessiva dos encargos contratuais. Apelação da autora provida em parte. Prejudicada a apelação da ré. (Apelação Cível 91103551220098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19644)

Pedido de falência - Improcedência em primeiro grau - Preenchimento dos requisitos legais ao decreto da quebra. Preenchidos os requisitos autorizadores do decreto da quebra da devedora, de rigor o provimento da apelação para tal fim. Apelação provida, com decreto da falência da devedora. (Apelação Cível 91146880720098260000 – Santa Bárbara D'Oeste - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19883)

Recurso - Agravo de instrumento - Peça essencial - Interposição contra decisão que acolheu plano de recuperação judicial - Ausentes no instrumento cópia do plano homologado, e da ata da Assembléia geral de credores - Negativa de seguimento - Legitimidade - Documentos tidos por essenciais - Juntada tardia não admitida ante a preclusão anotada – Negativa de seguimento ao recurso mantida - Agravo não provido. Dispositivo: Negaram provimento. (Agravo Regimental 02371704220118260000 – Lençóis Paulista - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22438)

Agravo regimental - Decisão monocrática que negou seguimento aos embargos declaratórios manifestamente improcedentes - Autorização expressa dos artigos 557, caput, do Código de Processo Civil e 252 do Regimento Interno do E. Tribunal de Justiça - Razões invocadas que não importam em modificação da decisão colegiada que pretende a agravante revisar - Agravo não provido. Litigância de má-fé - Agravo interposto dirigido à decisão monocrática que negou seguimento a embargos de declaração - Caracterização - Abuso do direito de recorrer, com reiteração de razões já consideradas - Agravo interno manifestamente infundado e protelatório (art. 557, § 2º do CPC) - Ponderada ainda a necessidade de indenização da parte adversa pelo retardo na solução do litígio - Art. 18, § 2º do CPC - Multa de 1% sobre o valor discutido e indenização do agravado em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. (Agravo Regimental 00378890820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22524)

Agravo regimental - Decisão monocrática que negou seguimento aos embargos declaratórios manifestamente improcedentes - Autorização expressa dos artigos 557, caput, do Código de Processo Civil e 252 do Regimento Interno do E. Tribunal de Justiça - Razões invocadas que não importam em modificação da decisão colegiada que pretende a agravante revisar - Agravo não provido. Litigância de má-fé - Agravo interposto dirigido à decisão monocrática que negou seguimento a embargos de declaração – Caracterização - Abuso do direito de recorrer, com reiteração de razões já consideradas - Agravo interno manifestamente infundado e protelatório (art. 557, § 2º do CPC) - Ponderada ainda a necessidade de indenização da parte adversa pelo retardo na solução do litígio - Art. 18, § 2º do CPC - Multa de 1% sobre o valor discutido e indenização do agravado em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. (Agravo Regimental 00805085020118260000 – Rio Claro - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22432)

Falência - Ação monitória - Embargos - Procedência parcial em primeiro grau - Compensação de crédito do devedor do falido perante banco do mesmo grupo econômico deste - Possibilidade, no caso - Procedência integral da ação. Não havendo dúvidas nos autos de que o Bank of Europe pertence ao mesmo grupo econômico do falido, e de que, naquele, um dos apelantes tem crédito líquido, certo e exigível, possível a compensação desse crédito com o débito dos apelantes para com a Massa Falida. Apelação provida. (Apelação Cível 91345307020098260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19910)

Pedido de falência - Julgado elidido o pedido em primeiro grau - Irregularidade do protesto - Reconhecimento - Duplicatas desacompanhadas do comprovante da prestação de serviço de transporte Iliquidez e incerteza da dívida. Jurisprudência consolidada no STJ faz irregular para o fim de decreto de falência o protesto do título sem ter sido identificado o recebedor da notificação - Não tendo vindo comprovante da prestação do serviço de transporte, faltam liquidez e certeza à dívida - Tendo ao seu dispor execução contra devedor solvente e ação de falência pode o credor optar entre elas, assumindo o risco da opção, sem que isso configure, por si só, ter ele agido dolosamente, dolo que não se evidencia no caso sob exame. Apelação provida, em parte. (Apelação Cível 00003160320058260272 – Itapira - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19953)

Pedido de falência - Procedência em primeiro grau, com declaração de elisão da falência diante do depósito do valor do débito - Prescrição fundada no art. 520, IV, da CPC - Não reconhecimento. Ainda que de forma sucinta foram apreciados os embargos de declaração opostos à sentença monocrática - O art. 13 do CPC possibilita seja sanada eventual irregularidade da representação processual das partes - Não se aplica ao caso, para reconhecimento de eventual prescrição da ação, o disposto no art. 520, IV, do CPC. Apelação desprovida. (Apelação Cível 01414516720108260000 - São Paulo - Câmara Reservada à

Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20006)

Falência - Recusa ao cargo de síndico - Extinção da ação afastada para decretar a quebra. Antes de decretada a falência, esta não pode ser denegada por afirmação do autor de que não aceitará o cargo de administrador judicial nem pelo fato de a credora ter demonstrado que seu interesse maior é o recebimento de seu crédito - Não tendo havido arguição da ré, ao contestar a ação de falência, de irregularidade do protesto, matéria que pode ser apreciada de ofício, e tendo a apelação interposta vindo acompanhada da identificação da pessoa que recebeu as respectivas notificações para a lavratura do ato, não se há de deixar de conhecer da apelação e decretar a quebra. Apelação provida. (Apelação Cível 00045132320088260360 – Mococa - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20013)

Pedido de falência - Extinção da ação em primeiro grau - Ementa da petição inicial - Possibilidade. Nos termos dos arts. 283 e 284, caput, do CPC, deve ser permitido à parte completar a inicial com a vinda das informações falantes devidamente comprovadas. Apelação provida. (Apelação Cível 00067256120108260161 – Diadema - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20033)

Embargos de declaração - Ação monitória proposta pela massa falida - Incompetência da Câmara Reservada à Falência e Recuperação Judicial. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 91255726620078260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20121)

Declaratória de inexigibilidade de débito relativo a contrato de abertura de crédito fixo - BNDES, na modalidade FINAME em face do Banco Santos S.A. - Improcedência em primeiro grau - Manutenção - Alegada omissão - Não reconhecimento. Inexistência de omissão. Embargos de declaração rejeitados. (Embargos de Declaração 91904238020088260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Lino Machado - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20011)

Honorários do perito - Complementação aos provisórios - Montante fixado pelo d. juízo que extrapola a modicidade que deve nortear a fixação da verba pericial - Valor estimado pelo perito que, ao início dos trabalhos, já tinha noção do tipo de tarefa, tempo e complexidade exigidos - Extrapolação do trabalho realizado que merece ser remunerado, mas nunca podendo ultrapassar 100% o valor inicialmente estimado - Verba definitiva que deve considerar, então, o valor de R$28.300,00, descontando-se a quantia já recolhida de R$17.800,00 - Verba complementar que deve ficar mesmo a cargo da agravante - Relator sorteado, todavia, que restou vencido, conforme fundamentos que constam do corpo do acórdão - Recurso provido, em parte. (Agravo de Instrumento 00239026520128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Ligia Araújo Bisogni – 06/11/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 13594)

Recurso - Agravo de instrumento – Interposição - Comunicação nos autos do processo originário. Descumprimento do prazo de 3 (três) dias, estabelecido pelo caput do artigo 526 do Código de Processo Civil - Arguição e comprovação pelo agravado - Reconhecimento de sua manifesta inadmissibilidade - Preliminar acolhida - Não conhecimento do recurso. (Agravo de Instrumento 01771773420128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 13110)

Recurso. - Agravo de instrumento. - Ausência de interesse recursal. Impossibilidade de interposição do recurso contra despacho. - Ato judicial atacado que não tem conteúdo decisório nem carga de lesividade. - Análise do pedido de concessão do benefício da gratuidade de

justiça que restou postergado para depois da apresentação dos documentos cuja juntada foi determinada judicialmente. - Questão incidente que não restou decidida pelo magistrado. - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01896289120128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 04/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 13179)

Honorários periciais. Ação de prestação de contas. Segunda fase. Perícia determinada de ofício. Ônus do réu custear a perícia. Réu que deu causa ao ajuizamento da ação e que não prestou contas de forma satisfatória. Precedentes. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01743869220128260000 – Santos - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 04/12/2012 - Votação Unânime Voto nº 8627)

Assistência judiciária. - Justiça gratuita. Pedido. - Pessoa física. - Deferimento. Requisitos formais cumpridos. - Apresentação de declaração pelo requerente de impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família e de documentação comprobatória da situação de incapacidade financeira. - Recepção da Lei nº 1.060/50 pela Constituição Federal de 1988. - Presunção de veracidade da situação de precariedade financeira não infirmada pelos elementos dos autos. - Concessão do benefício, ressalvada a possibilidade de reversão, com suas consequências legais, caso provada a inexistência ou o desaparecimento da precariedade declarada. - Pessoa jurídica. Sociedade empresária em situação de penúria financeira. - Concessão dos benefícios. - Presunção de veracidade de impossibilidade econômico-financeira extraída de balanço patrimonial e de resultado econômico. - Possibilidade de condenação da requerente a pagar multa de até o décuplo das custas judiciais caso venha a ser comprovada a falsidade dos documentos. - Previsão, também, da reversão da concessão em caso da modificação da condição de hipossuficiência. Inteligência do disposto nos artigos 4º, caput, e §1º, 5º, caput, 11, §2º, e 12, da Lei nº 1.060/50. - Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 01899337520128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13167)

Recurso. - Embargos de declaração. - Omissão e contradição inexistentes. - Caráter infringente. - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. - Prequestionamento. - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo. - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida. - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01741827320118260100 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13163)

Agravo retido. Impugnação ao valor da causa. Cabimento. Ação desconstitutiva de contrato de compra e venda de estabelecimento comercial c.c. reparação de danos. Pedido cumulados. Valor da causa que deve corresponder à soma dos benefícios econômicos buscados. Danos morais estimados que devem ser considerados para fins de valor da causa. Precedentes. Valor da causa majorado de R$ 10.000,00 para R$ 30.000,00. Recurso provido. Ação desconstitutiva de promessa de venda e compra de estabelecimento comercial. Nulidade da sentença. Extra petita. Inocorrência. Apelada compradora que acreditava assinar minuta de contrato e pagar valor a título de caução. Informações falhas por culpa dos Apelantes, em especial da Apelante De Paula Imóveis, intermediária da contratação. Negócio jurídico anulado. Erro. Rescisão contratual e condenação à devolução do valor pago pela Apelada. Hipótese subsidiária de exceção de contrato não cumprido. Apelantes vendedores que não cumpriram sua obrigação de entrega de documentos para a confirmação da compra e venda. Obrigação que deveria ser cumprida antes do pagamento da segunda parcela do preço. Exceção de contrato não cumprido. Recursos não providos. Agravo retido provido e Apelações não providas. (Apelação Cível 00323358320108260564 - São Bernardo do Campo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Tasso Duarte de Melo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8718)

Recurso. Embargos de declaração. Omissões inexistentes. Caráter infringente. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Prequestionamento. Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo. Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01367647620128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13176)

Tutela antecipada. Ação anulatória de deliberação societária e alteração contratual de sociedade empresarial. Pedido liminar inaudita altera pars para suspender os efeitos de alteração do Contrato Social de sociedade limitada e reintegrar o autor em seu quadro societário. Fundamento na ilegalidade da deliberação. Concessão em primeira instância. Revogação, devido à existência de controvérsia a respeito da invalidade da exclusão do sócio e à concordância dos litigantes no tocante à inexistência de affectio societatis. Restabelecimento dos efeitos da última alteração contratual, onde deliberada a medida de exclusão do sócio. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 01451734120128260000 - São José do Rio Preto - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13062).

Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Créditos oriundos de contratos de prestação de serviços de advocacia. Prejudicialidade externa não verificada. Ação anulatória de contratos, em curso perante a 17ª Vara Cível da Comarca da Capital, em que se discute a validade de outros contratos que não aqueles em que se funda a presente habilitação. Conclusão constante de decisão exarada pelo Juízo a quo (fls. 1.803 dos autos da habilitação, reproduzida às fls. 179 deste instrumento), não havendo notícias de sua impugnação. Pretensão à habilitação de créditos fundados em contrato bilateral e de trato sucessivo. Habilitante que não se desincumbiu do ônus da demonstração de efetiva prestação dos serviços. Crédito cuja exigibilidade não foi demonstrada. Inteligência do disposto no inciso I do artigo 333 do Código de Processo Civil combinado com o artigo 476 do Código Civil. Omissão do habilitante agravante na apresentação de relatórios adequados e pormenorizados dos serviços alegadamente prestados, bem como das despesas supostamente suportadas na execução do contrato. Indeferimento da habilitação mantida por fundamento diverso. Agravo de instrumento desprovido, com observação. (Agravo de Instrumento 00482530520128260000 - Embu das Artes - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13183)

Competência recursal. - Ação de cobrança. - Custo operacional de serviços médicos e hospitalares prestados pelo intercâmbio de atendimento de usuários em trânsito. - Plano de assistência médica e hospitalar. - Competência em razão da matéria firmada pelo pedido inicial e extensiva a qualquer espécie de processo ou tipo de procedimento. - Inteligência do artigo 100 do Regimento Interno deste Tribunal. - Relação jurídica versada relativa a contrato de plano de saúde. Matéria que se insere na competência preferencial de uma das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado do Tribunal de Justiça, não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara Reservada de Direito Empresarial pelas Resoluções 207/2005 e 558/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça. Inteligência do artigo 2º, inciso III, alínea “a” da Resolução nº 194/2004, com redação dada pela Resolução nº 281/2006, e Provimento nº 71/2007, deste Tribunal de Justiça. Recuperação extrajudicial que não afeta o recurso à competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial. - Precedentes do Órgão Especial deste Tribunal. Apelação não conhecida, com determinação. (Apelação Cível 00463804720018260002 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13182)

Agravo de Instrumento. - Razões que transcrevem como decisão agravada ato judicial de teor diverso daquele colacionado e apontado como aquele objeto do recurso. - Descumprimento do inciso I do art. 525 do Código de Processo Civil. Inadmissibilidade do agravo em virtude de deficiência de formação do instrumento, que constitui ônus da parte. - Agravo de instrumento não conhecido. (Agravo de Instrumento 02005170720128260000 – Poá - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13104)

Recurso. Embargos de declaração. Omissão inexistente. Inconformismo fundado em alegação nova e dissociada dos elementos dos autos. Caráter infringente. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Pré-questionamento. Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo. Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00205786720128260000 - São Paulo - Relator José Reynaldo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13098)

Recurso - Embargos de declaração - Omissão inexistente - Caráter infringente - Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00699016420098260576 - São José do Rio Preto - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13085)

Recurso. Agravo de instrumento. Pressuposto de admissibilidade. Desatendimento. Instrução deficiente. Ausência de peça necessária à intelecção de controvérsia, especialmente para aferir sobre a impugnada preclusão mencionada no decisum agravado. Impossibilidade do exame da matéria, ainda que de ordem pública, sem a reprodução de elemento que informou a convicção do juízo prolator da decisão recorrida. Artigo 525, inciso II, do Código de Processo Civil. Precedentes jurisprudenciais no sentido, citados em renomada obra doutrinária. Agravante que afirma ser o imóvel constrito de propriedade exclusiva de sua cônjuge, o que afasta a legitimidade do recorrente para pleitear a desconstituição da constrição. Inteligência do disposto no artigo 6º do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento não conhecido, com observação. (Agravo de Instrumento 00842288820128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13118)

Recurso. Embargos de declaração. Omissão, contradição e obscuridade inexistentes. Caráter infringente. Pretensão distanciada da finalidade de complementar, integrar ou esclarecer o teor do próprio julgado embargado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01020144820128260000 – Adamantina - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13120)

Recuperação judicial. Assembleia geral de credores. Participação do credor, com direito de voto e pelo valor do crédito quirografário requerido, enquanto pendente de julgamento definitivo a impugnação de crédito por ele formalizada em juízo. Concessão do pedido liminar. Presença dos requisitos da plausibilidade do direito invocado e do real perigo de sofrer dano irreparável ou de incerta reparação decorrente da demora na prestação jurisdicional. Urgência em obter a tutela postulada para exercer a defesa de seus interesses e influir nas deliberações que, nos termos do § 2º do artigo 39 da Lei nº 11.101/05, permanecerão válidas independentemente das ulteriores decisões judiciais acerca dos créditos. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça. Agravo de instrumento provido (Agravo de Instrumento 00591352620128260000 – Nova

Odessa – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo – 04/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 13164)

Processo Societário. Há interesse de agir quando um dos sócios ajuíza ação de dissolução parcial da sociedade e, depois, descobre que a alteração contratual que permitiu o acesso dos demais foi objeto de falsificação material. Recurso provido para afastar o indeferimento liminar da inicial. (Apelação Cível 00069993920118260533 - Santa Bárbara D Oeste - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Araldo Telles - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 23682)

Competência recursal. - Ação de cobrança. Custo operacional de serviços médicos e hospitalares prestados pelo intercâmbio de atendimento de usuários em trânsito. - Plano de assistência médica e hospitalar. - Competência em razão da matéria firmada pelo pedido inicial e extensiva a qualquer espécie de processo ou tipo de procedimento. - Inteligência do artigo 100 do Regimento Interno deste Tribunal. Relação jurídica versada relativa a contrato de plano de saúde. - Matéria que se insere na competência preferencial de uma das 1ª a 10ª Câmaras de Direito Privado do Tribunal de Justiça, não compreendida no rol daquelas reservadas à Câmara Reservada de Direito Empresarial pelas Resoluções 207/2005 e 558/2011 do Órgão Especial deste Tribunal de Justiça. Inteligência do artigo 2º, inciso III, alínea "a" da Resolução nº 194/2004, com redação dada pela Resolução nº 281/2006, e Provimento nº 71/2007, deste Tribunal de Justiça. Recuperação extrajudicial que não afeta o recurso à competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial. - Precedentes do Órgão Especial deste Tribunal. - Apelação não conhecida, com determinação. (Apelação Cível 00463804720018260002 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 04/12/2012 – Votação Unânime – Voto 13182)

Assistência judiciária. Justiça gratuita. Impossibilidade da concessão do benefício, in casu. Falta de comprovação da momentânea situação de insuficiência de recursos. Interpretação sistemática do disposto no inciso LXXIV do artigo 5º, da Constituição Federal e das disposições da Lei nº 1.060/50. Precedentes jurisprudenciais dos EE. Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01560460320128260000 – São Paulo - Relator José Reynaldo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13187)

Recuperação Judicial. Pedido de decretação de quebra da devedora. Desistência. Homologação. Recuperação Judicial. Administrador Judicial. Afastamento. Pretensão que não encontra eco nos elementos constantes do instrumento. Recuperação Judicial. Pleito de suspensão/redução da remuneração do administrador judicial. Percentual adequado aos limites da lei, mas que apresenta, como resultado final, algo que não se adéqua aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Recurso parcialmente provido na parte conhecida. (Agravo de instrumento 00438144820128260000 - São Paulo - Relator Araldo Telles - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 24452)

Recuperação judicial. Incidente de impugnação a crédito quirografário, instaurado para nele incluir valor correspondente a honorários advocatícios de natureza compensatória, convencionados em contrato de compra e venda. Improcedência. Falta de comprovação de que a credora, legitimada para pleitear a inclusão da verba, faz jus ao ressarcimento de quantia previamente despendida com seu próprio Advogado. Evidente aleatoriedade do percentual fixado na cláusula contratual. Impossibilidade da integração dos honorários ao crédito inscrito no quadro geral de credores. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00720172020128260000 - Adamantina - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13117)

Honorários de advogado. Sucumbência. Habilitação de crédito em processo de recuperação judicial. Condenação admitida por jurisprudência consolidada neste Tribunal de Justiça e no

Superior Tribunal de Justiça, quando instaurado o litígio mediante a apresentação de impugnação. Condição atendida no caso concreto. Sucumbência mínima da credora impugnante. Arbitramento do valor de forma equitativa, nos termos dos artigos 20, § 4º, e 21, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00942839820128260000 - Adamantina - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13084)

Interesse processual. Ação de dissolução de sociedade empresarial. Alegação de carência superveniente em razão da exclusão do autor do quadro societário, decidida em reunião dos sócios cotistas. Improcedência. Constatação da existência de litígio em torno da deliberação excludente. Custas iniciais. Diferimento. Ação de dissolução de sociedade empresária. Descabimento. Concessão restrita às ações de alimentos (inclusive revisionais), de reparação de danos por ato ilícito extracontratual (quando promovida pela própria vítima e seus herdeiros), na declaratória incidental e nos embargos à execução, se comprovada, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira do requerente arcar com parte ou a totalidade das custas e despesas processuais. Inteligência do artigo 5º da Lei Estadual de Custas (Lei nº 11.608/2003), norma infraconstitucional compatível com a garantia constitucional do acesso à Justiça para exercício do direito de ação. Falta de comprovação, ademais, da precariedade financeira alegada pelo requerente. Determinação à parte para providenciar o recolhimento complementar das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias especificado no artigo 257 do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento provido em parte. (Agravo de instrumento 01451751120128260000 - São José do Rio Preto - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13063)

Custas iniciais. Diferimento. Ação cautelar preparatória de dissolução de sociedade empresarial. Descabimento. Concessão restrita às ações de alimentos (inclusive revisionais), de reparação de danos por ato ilícito extracontratual (quando promovida pela própria vítima e seus herdeiros), na declaratória incidental e nos embargos à execução, se comprovada, por meio idôneo, a momentânea impossibilidade financeira do requerente arcar com parte ou a totalidade das custas e despesas processuais. Inteligência do artigo 5º da Lei Estadual de Custas (Lei nº 11.608/2003), norma infraconstitucional compatível com a garantia constitucional do acesso à Justiça para exercício do direito de ação. Falta de comprovação, ademais, da precariedade financeira alegada pelo requerente. Determinação à parte para providenciar o recolhimento complementar das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias especificado no artigo 257 do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento provido em parte. (Agravo de Instrumento 01451786320128260000 - São José do Rio Preto - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13064)

Recurso. Embargos de declaração. Supressão das omissões relativas à aplicabilidade ou não do prazo em dobro para recorrer e ao termo inicial para interposição. Efeitos modificativos não concedidos pela Turma Julgadora. Manutenção da decisão colegiada de não conhecimento de agravo de instrumento interposto intempestivamente. Embargos recebidos e acolhidos sem efeito modificativo do julgado. (Embargos de Declaração 00958211720128260000 - São Caetano do Sul - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13099)

Embargos de Declaração. Omissão não apontada. Atuação judicial que tem natureza prática, bastando a indicação dos fundamentos que conduziram o raciocínio dos prolatores para tê-la como escorreita, preenchidos os requisitos do art. 93, IX, da Constituição da República. Não se reputa essencial, outrossim, que a decisão contenha manifestação sobre cada um dos pontos suscitados pela parte. Pré-questionamento de dispositivos constitucionais e legais desnecessário para alicerçar recursos especial e extraordinário. Negativa de violação, de qualquer forma, afirmada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração

01648084220118260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Araldo Telles - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26019)

Embargos de Declaração. Omissão não apontada. Atuação judicial que tem natureza prática, bastando a indicação dos fundamentos que conduziram o raciocínio dos prolatores para tê-la como escorreita, preenchidos os requisitos do art. 93, IX, da Constituição da República. Não se reputa essencial, outrossim, que a decisão contenha manifestação sobre cada um dos pontos suscitados pela parte. Pré-questionamento de dispositivos constitucionais e legais desnecessário para alicerçar recursos especial e extraordinário. Negativa de violação, de qualquer forma, afirmada. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01311416520118260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Araldo Telles - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 26020)

Ação declaratória. Nulidade de convocação da 52ª Assembleia Geral Extraordinária da BM&F, em que foi aprovada a desmutualização da sociedade. Pedido subsidiário de reparação de danos. Cerceamento de defesa não caracterizado. Questões de direito. Legalidade da convocação e da assembleia. Reiterada jurisprudência deste E. Tribunal. Honorários advocatícios mantidos. Razoabilidade e proporcionalidade. Recurso não provido. (Apelação Cível 01824756620108260100 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 9069)

Habilitação de crédito - Pedido de habilitação com base apenas em documento auxiliar da nota fiscal eletrônica (DANFE), sem comprovação da entrega da mercadoria – Dever de comprovação da parte que alega a existência do crédito (art. 333, CPC e art. 9º, III da LFR) - Habilitação negada – Decisão mantida - Recurso improvido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo de Instrumento - 00888094920128260000 - Sertãozinho - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21276)

Julgamento antecipado da lide - Cerceamento do direito de defesa - Discussão sobre direito marcário - Inutilidade da prova oral - Suficiência da prova documental produzida - Hipótese, ademais, em que prova documental que suplicante pretendida produzir (indeferimento do pedido de registro de marca formulado pelo recorrido) poderia ser juntada em qualquer fase do processo - Decisão administrativa, porém, que não vincula o Poder Judiciário - Preliminar rejeitada - Apelação improvida neste tocante - Propriedade industrial. Marca. Uso da expressão "Mariflex" por ambas as litigantes. Autora atuante no ramo de móveis para escritório e ré no segmento de persianas e cortinas - Alegação de afinidade entre os serviços prestados, uma vez que persianas também são destinadas a escritório – Improcedência - Impossibilidade de erro, dúvida ou confusão aos consumidores e de concorrência desleal - Público alvo diferente - Improcedência do pedido de abstenção do uso da marca - Apelação improvida neste tocante - Honorários de advogado – Marca - Lide de média complexidade, sentenciante em dois anos, com poucas intervenções do advogado da parte vencedora que, não obstante, atuou com zelo - Honorários pautados ainda no conteúdo econômico causa - Verba honorária reduzida para 12% do valor atualizado causa - Apelação parcialmente provida para este fim – Dispositivo: deram parcial provimento ao recurso. (Apelação Cível 00262823820088260344 - Marília - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22030)

Falência. Impugnação de crédito. Imposição de pagamento de honorários advocatícios de 10% sobre o valor atualizado da impugnação. Aplicação do princípio da causalidade. Recurso provido em parte (para fixar em patamar inferior ao pretendido pelo agravante). (Agravo de Instrumento 01094436620128260000 - Itaquaquecetuba - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21617)

Recurso - Ausência de documento necessário a aferir a matéria controvertida - Irregular instrução do recurso - Ausência de peça obrigatória - Regularização insanável em segunda

instância - Recurso não conhecido - Dispositivo: Não conheceram. (Agravo de Instrumento 01219843420128260000 - Guarulhos - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22416)

Tutela antecipada - Abstenção de uso - Pretensão de que seja determinado à (a) agravada que se abstenha de fazer indevido uso da marca e personagens "Patati Patatá" a qualquer título; (b) seja retirado do ar o site que divulga a venda dos espetáculos não autorizados; (c) seja feita busca e apreensão de todo material, inclusive fantasias, alusivos à marca; (d) seja fixada multa diária pelo descumprimento das determinações - Indeferimento em primeiro grau - Reforma parcial - Demandante que busca a defesa de marca nacionalmente reconhecida junto ao público infantil, amparada em registro validamente expedido e vigente - Existente indício documental de que a recorrida utiliza-se indevidamente da marca, oferecendo espetáculos com covers dos personagens - Possibilidade de confusão - Público alvo composto de crianças sem o necessário discernimento para a distinção entre os produtos oferecidos - Concessão parcial da tutela antecipada para determinar que a empresa recorrente se abstenha de fazer uso, a qualquer título, da marca "Patati Patatá", inclusive excluindo de seu sítio virtual o serviço oferecido vinculado à marca. Não deferimento da busca e apreensão. Multa diária fixada em R$ 10.000,00 - Precedentes da Câmara Especializada - Recurso parcialmente provido - Dispositivo: Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 02446746520128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22603)

Competência recursal - Embargos à execução - Cobrança forçada com lastro em notas promissórias - Matéria não inserida na competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial - Inteligência do art. 1º da Resolução n. 538/11 - Redistribuição à 17ª Câmara de Direito Privado, preventa para julgamento - Dispositivo: não conhecem o recurso, determinando a redistribuição. (Apelação Cível 90000012419978260554 - Santo André - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22096)

Tutela antecipada - Ação de rescisão contratual - Pleitearam pela concessão de tutela antecipada para que seja determinada às recorridas ab initio a não utilizar a marca GRÃO ESPRESSO, na fachada do estabelecimento e em todos seus objetos e produtos, no prazo de 5 dias, sob pena de multa diária a ser fixada e devolvam o maquinário cedido a título de locação, sob pena de busca e apreensão - Decisão que não concedeu a medida pleiteada, sem prévia oportunidade de defesa ao réu - Alegam que cumpriram todas as suas obrigações, que o inadimplemento dos pagamentos está estabelecido como causa de resolução, e como foi comprovado o inadimplemento, deve ocorrer a rescisão, a devolução dos produtos locados, sendo necessário também que o franqueado paralise suas atividades em nome da GRÃO ESPRESSO – Descabimento - Hipótese na qual, em cognição inicial e apenas com os documentos juntados, não há como conceder a tutela buscada visto que, além de não estar comprovado que as recorrentes cumpriram com todas as suas obrigações, não há como verificar, somente pelos documentos juntados aos autos, se os valores apresentados pelas agravantes são realmente os valores que as recorridas deixaram de adimplir - Ademais, ao contrário do alegado, não há nos autos nenhum documento que demonstre que o maquinário referente à unidade existente no Walmart Limeira fora devolvido, e não fica certo se o valor devido relativo aos royalties da Loja Walmart Limeira é de R$ 1.030,56 ou R$ 21.030,56 - Assim, embora o instrumento preveja a possibilidade de rescisão, não há por ora como garantir que uma de suas hipótese ficou caracterizada, não havendo, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações, sendo necessária a dilação probatória - Liminar denegada - Agravo de instrumento não provido. Nulidade - Ação de rescisão contratual - Pleitearam pela concessão de tutela antecipada para que seja determinada às recorridas ab initio a não utilizar a marca GRÃO ESPRESSO, na fachada do estabelecimento e em todos seus objetos e produtos, no prazo de 5 dias, sob pena de multa diária a ser fixada e devolvam o maquinário cedido a título de locação, sob pena de busca e apreensão - Decisão que não

concedeu a medida pleiteada, sem prévia oportunidade de defesa ao réu - Alegação de ausência de fundamentação da decisão combatida – Descabimento - Embora concisa, resta conhecido o motivo e fundamento legal da decisão judicial combatida - Nulidade inocorrente - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02382596620128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22568)

Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 03089123020118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Roberto Mac Cracken - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14092)

Embargos de declaração - Finalidade de novo Julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, os embargos de declaração visam novo julgamento do feito, o que é inadmissível, pois, os embargos declaratórios não podem ser opostos com o fito de se proceder a novo julgamento do feito ou se adequar às pretensões da embargante. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00024249820128260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Roberto Mac Cracken - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14094)

Agravo de instrumento - Concordata - Competência recursal - Incompetência da Câmara Reservada à Falência e Recuperação Judicial - Aplicação da Lei n° 11.101/2005 e Resolução n° 207/2005 - Competência afeta à Seção de Direito Privado compreendida entre as Ia e 10a Câmaras do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Precedentes deste E. TJSP - Recurso não conhecido, com determinação. (Agravo de Instrumento 02736909820118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Roberto Mac Cracken - 27/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13071)

Ação cautelar inominada e concessão de liminar, *inaudita altera pars*, para "suspender todo e qualquer ato perpetrado pela Suplicada que tenha tido por desiderato primordial e precípuo rescindir o Contrato de Transferência de Tecnologia que celebrou com a Autora, o que significa dizer, em bom vernáculo, que a relação jurídica comercial entre ambas as partes contendoras deverá subsistir e ter continuidade nos moldes e nos termos estabelecidos e estatuídos naquela avença pelo prazo de 10 (dez) anos - cujo dies a quo será aquele no qual foi consolidado o registro do pacto junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI". Partes litigantes que celebraram quatro contratos, mas litígio circunscrito ao início de vigência do Contrato de Licença de Tecnologia (CLT). Contratos que prevêem solução arbitral. Tribunal Arbitral já instituído à esta altura. Objeto do Procedimento Arbitral que coincide com aquele da ação cautelar inominada, ou seja, se o CLT teve vigência a partir de sua celebração em 15/9/2000 (tese da agravante) ou em 6/11/2009, data de seu registro no INPI (tese da agravada). Partes que não abriram mão da arbitragem. Medida cautelar que tem por finalidade assegurar a eficácia da decisão a ser proferida pelo juízo arbitrai. Manutenção da liminar *ad referendum* do juízo arbitrai na medida em que a cautela se mantém, como regra, na pendência do processo principal e de que a cautelar é dependente. Agravo de instrumento desprovido por maioria, com observação (Agravo de Instrumento 02314621120118260000 - São Paulo - Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 14/08/2012 – Maioria de Votos – Voto nº 11649)

Apelação - Ação de obrigação de não fazer - Contrato de franquia extinto – Utilização de material, de marca e de outros sinais da franqueadora - Considerando o conjunto probatório desenvolvido, de rigor concluir que houve violação dos termos avençados no contrato de franquia, em razão da utilização de material, marca e outros sinais distintivos da franqueadora -

Valor da condenação arbitrado conforme os termos do contrato de franquia - R. sentença mantida – Recurso não provido. (Apelação Cível 00045131620108260372 - Monte Mor - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 04/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 14003)

Medida cautelar – Direito empresarial - Cláusula de "não concorrência" - Imposição aos signatários do contrato – Falta de interesse processual. - Falta interesse de agir para impor obrigações já estabelecidas em contrato, mormente quando há previsão de multa penal significativa para seu descumprimento. Medida cautelar - Cláusula de "não concorrência" – Elementos que demonstram a ausência dos requisitos pertinentes à concessão da tutela de urgência. - A interdição "do exercício de atividade juridicamente lícita deve ser precedida de robusta prova da violação de direito, no caso, da concorrência desleal". - Pelos elementos constantes dos autos, não é possível aferir a existência de "fumus boni iuris" e "periculum in mora", requisitos indispensáveis para deferimento da tutela de urgência. - Recurso não provido, na parte conhecida, com observação. (Agravo de Instrumento 02180541620128260000 - Sorocaba - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 04/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 14010)

Apelação - Legitimidade ativa - Preliminar - A pretensão deduzida se alicerça em negócio jurídico celebrado pelas partes litigantes – Pertinência subjetiva da lide - Preliminar afastada. Apelação - Ação monitoria – Transferência de ativos de sociedade - Prova documental suficiente para inferir a responsabilidade da sociedade demandada pelos débitos trabalhistas anteriores à transação efetuada pelos litigantes - R. sentença mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível 00236033020118260451 - Piracicaba - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 13961)

Apelação - Ação declaratória – Inércia do autor - Extinção do feito - O abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias impõe a extinção do feito, nos termos do artigo 267, inciso III, do Código de Processo Civil - O princípio da economia processual não afasta o comando legal, devendo a ação ser extinta, ainda que haja a possibilidade de ajuizamento de nova demanda - R. sentença mantida - Recurso não provido. (Apelação Cível 00456165920108260224 – Guarulhos - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 04/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 13895)

Julgamento antecipado da lide. - Indeferimento da realização de prova pericial contábil para determinar o montante das vendas e o resultado delas resultante para a ré em virtude da comercialização do modelo copiado nesse período. - Cerceamento de defesa. - Configuração. – Incompatibilidade com a regra do inciso I do artigo 330 do Código de Processo Civil. – Incontrovérsia do fato da comercialização do modelo similar. - Sentença anulada. – Apelação provida. (Apelação Cível 00040910920108260318 – Leme - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo - 04/12/2012 – Maioria de Votos – Voto nº 13165)

Ação de reconhecimento de sociedade empresarial. Ausência de elemento seguro e convincente a respeito da existência de sociedade de fato entre as partes. Autora que não se desincumbiu do ônus que lhe é imposto pelo art. 333, I, CPC. Improcedência acertada. Fundamentos da r. sentença ratificados nos termos do art. 252 do RITJSP. Recurso improvido. (Apelação Cível 00353830420088260602 – Sorocaba - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27551)

Mandado de segurança impetrado pela Sabesp contra decisão judicial proferida nos autos da falência de Aluizio Rodrigues de Campos (espólio). Prevenção firmada nos termos do art. 102 do RITJSP que não foi alterada com a criação das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial, às quais foram atribuídos os recursos e ações distribuídos a partir da sua instalação. Jurisprudência das Câmaras de Direito Empresarial e do Colendo Órgão Especial. Resolução nº 558/11 que atribuiu a esta Câmara Empresarial a apreciação dos processos

falimentares envolvendo a Lei nº 11101/05. Hipótese em que há prevenção da 3ª Câmara de Direito Privado. Quebra, ademais, decretada sob a égide do Decreto-Lei nº 7661/45. Não conheceram do mandado de segurança e determinaram a redistribuição. (Mandado de Segurança 00012739720128260000 – Guarujá - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27767)

Contrato de participação financeira. Telefônica. Ação que visa à complementação das ações subscritas compulsoriamente quando da aquisição de linha telefônica. Cálculo da quantidade de ações devidas ao consumidor que deve ser feito com base no valor patrimonial da ação apurado no mês da integralização. Súmula 371, STJ. Hipótese em que a apuração das ações do autor foi contemporânea à integralização, em perfeita consonância com a jurisprudência consolidada. Improcedência acertada. Recurso improvido. (Apelação Cível 01843443020118260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27519)

Recuperação Judicial. Pedido de convocação de AGC por credor que, embora não incluído na recuperação, impugnou o pedido em atendimento ao edital do art. 53 da Lei nº 11.101/2005. O art. 39 permite a convocação da AGC antes da consolidação do Quadro Geral de Credores, daí não se justificando a r. decisão agravada. Ainda não publicada a relação prevista no art. 7º, § 2º, da LRF, o que deve ser providenciado com urgência diante do pedido feito em 2009. Viabilidade da convocação da AGC, inclusive por credor que, como o agravante, não teve seu crédito incluído, nem tem direito a voto pelo teor do art. 45, § 3º da Lei nº 11.101/2005. Recurso provido para tanto. (Agravo de instrumento 01675682720128260000 – Mirassol - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27407)

Ação revocatória. Transmissão do imóvel de titularidade da falida durante o termo legal de falência. Pretensão de declaração de ineficácia do negócio jurídico. Caso que não se enquadra em qualquer das hipóteses previstas no art. 129 da Lei 11.101/05. Improcedência acertada. Recurso improvido. (Apelação Cível 00070078820108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 26366)

Embargos declaratórios. Contradição existente porque a limitação imposta pelo v. acórdão deste agravo se refere a produtos que não integravam o pedido inicial, daí porque, sem alteração do conteúdo, o resultado não podia ser de parcial provimento e sim negar provimento. Embargos acolhidos para declarar que o resultado do recurso é negaram provimento ao agravo. (Embargos de Declaração 01847615520128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27690)

Declaratória de invalidade e ineficácia de ato jurídico. Tutela antecipada. Quotas de sociedades que, assim como os demais bens integrantes do espólio, devem ser administradas pela inventariante, até que seja promovida a partilha. Inaplicabilidade, no particular, das regras de condomínio entre os herdeiros, a subtrair a validade da ata da reunião paralela por eles levada a efeito e em que elegeram Maria Cristina administradora das empresas do espólio. Suspensão dos efeitos desta ata que, ao menos nesta análise perfunctória, se afigura de rigor. Agravo do espólio provido e prejudicado o das partes contrárias. (Agravo de instrumento 01900246820128260000 - Guarulhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27477)

Metropolitan. Recuperação judicial. Homologação do plano aprovado pela Assembleia Geral de Credores. Soberania da decisão assemblear que não é absoluta, competindo ao juiz observar, mais do que apenas a sua legalidade e constitucionalidade, a ética, a boa-fé, o respeito aos credores e a manifesta intenção de cumprir a meta de recuperação. Hipótese em que o

tratamento diferenciado entre os credores quirografários chamados locadores se justificou pela possibilidade de despejos em massa que prejudicariam a viabilidade da recuperação. Deságio aos demais quirografários, de 50%, que não padece de nulidade se os credores o reputaram condizente com seus interesses. Plano de Recuperação Judicial com presumida adequação e aparente intenção de permitir a recuperação sem deixar de estabelecer forma e prazo para pagamento dos credores, inclusive com a venda de ativos. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01984402520128260000 – Barueri - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27316)

Indenização. Antecipação de tutela. Ausência dos requisitos legais. Pretensão da agravante autora, pessoa física, de retirada de seu nome junto aos órgãos de crédito. Anotação restritiva, contudo, que é da sociedade empresária da qual saiu desde 2003, inexistindo restrição ou negativação do seu nome e CPF. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02001290720128260000 – Osasco - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Maia da Cunha – 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27358)

Falência. Pedido de suspensão dos apontamentos sobre os protestos e a existência da ação de falência nos órgão de proteção ao crédito. Depósito elisivo que não equivale ao pagamento e somente impede a decretação da falência. Devolução dos instrumentos de protesto e outorga de carta de anuência são medidas inviáveis neste momento processual, pois possibilitaria o cancelamento dos protestos junto ao cartório competente. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02052103420128260000 – São Carlos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27423)

Prestação de contas. Primeira fase. Verificação que se dá unicamente acerca do dever de prestar contas do réu. Administrador que possui o dever em relação aos demais sócios, inclusive para conferência dos valores depositados a título de lucros. Jurisprudência das Câmaras Empresariais deste Tribunal de Justiça. Meros documentos e planilhas não são suficientes para o fim objetivado. Procedência acertada. Recurso improvido. (Apelação Cível 01933047220118260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27318 )

Declaratória de invalidade e ineficácia de ato jurídico. Tutela antecipada. Quotas de sociedades que, assim como os demais bens integrantes do espólio, devem ser administradas pela inventariante, até que seja promovida a partilha. Inaplicabilidade, no particular, das regras de condomínio entre os herdeiros, a subtrair a validade da ata da reunião paralela por eles levada a efeito e em que elegeram Maria Cristina administradora das empresas do espólio. Suspensão dos efeitos desta ata que, ao menos nesta análise perfunctória, se afigura de rigor. Agravo do espólio provido e prejudicado o das partes contrárias. (Agravo de Instrumento 02111386320128260000 – Guarulhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27477)

Contrato de franquia. Rescisão unilateral da franqueada que fechou sua loja. Multa devida, mas reduzida por se mostrar excessiva nos termos dispostos no art. 413 do CC. A pretensão de R$ 100.000,00 é excessiva e foi bem adequada pela r. sentença em R$ 25.000,00. Inexistência de perdas e danos pela perda de uma chance na remota probabilidade de lucro no local onde a franqueada fechou a loja. Considerações. Dano moral não devido por ausência de dano à imagem da autora. Recurso improvido. (Apelação Cível 01208858820108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27540)

Venda de estabelecimento empresarial. Trespasse. Salão de beleza. Cláusula de não concorrência que se considera presente se o contrato não é expresso na permissão para abertura de igual atividade nos próximos cinco anos a partir da venda. Interpretação do artigo 1147 do Código Civil. Hipótese que se ajusta ao caso concreto em que provadas a

concorrência desleal pela abertura de salão em nome da filha e a perda de clientela. Perdas e danos devidas e arbitradas em 40% do valor da venda. Recurso parcialmente provido para tanto. (Apelação Cível 00077267620108260001 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27541)

Processo Civil. Decisão que saneou o processo e determinou a entrega do rol de testemunhas em 10 dias, nos exatos termos do art. 407 do CPC. Ausência de recurso da agravante e preclusão para rediscutir o que foi decidido. A juntada tardia da impugnação à contestação da reconvenção se deu por equívoco da agravante que a endereçou para outra comarca distinta da que corre o processo. Autorização de juntada que em nada influencia o que se decidiu no saneador, nem é causa de nulidade. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02270015920128260000 – Guarulhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27280)

Processo Civil. Ilegitimidade passiva. Ação da sócia autora (50%) para administração isolada da sociedade que mantém com outro sócio (50%) por recusa deste na administração conjunta. Ação, contudo, movida não contra a sócia Fortal Participações, mas contra o sócio desta, indicado para administrar a sociedade em conjunto com a autora. Ilegitimidade passiva reconhecida. Sociedade em fase de liquidação judicial. Recurso do réu provido e prejudicado o da autora. (Apelação Cível 00008806620118260564 – São Bernardo do Campo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27557)

Recuperação judicial. Pretensão à dispensa de apresentação de certidões negativas para contratação com o Poder Público. Inviabilidade diante do disposto no artigo 52, II, da Lei 11.101/05. Princípio do interesse público que deve preponderar sobre o princípio da recuperação da empresa. Da mesma forma, também inviável o pedido de diferimento do pagamento das custas processuais, dado o rol taxativo do artigo 5º da Lei Estadual nº 11.608/2003. Jurisprudência deste Egrégio Tribunal de Justiça. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02317719520128260000 – Araçatuba - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27343)

Falência. Citação por carta não efetivada no endereço que consta do extrato da JUCESP. Invalidade. Citação por hora certa que, além de incompleta, não pode ser utilizada em processos envolvendo pedido de falência. Doutrina e jurisprudência sobre o tema. Citação anulada, com observação de que a reabertura de prazo para resposta se dá a partir da publicação desta decisão. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02345399120128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27576)

Cobrança. Cooperativa. Lei nº 5764/71. Inexistência de prescrição. O prazo pelo Código Civil de 1916 era de vinte anos e não havia ultrapassado a metade quando entrou em vigor o Código Civil de 2002, circunstância que, pela regra do art. 2028, conta-se segundo o novo código. Prazo prescricional geral, de dez anos, nos termos do art. 205 do Código Civil de 2002, mas que tem início a partir da sua vigência em janeiro de 2003, inexistindo prescrição se a ação foi ajuizada em fevereiro de 2010. Recurso improvido. (Apelação Cível 00026021920108260032 – Araçatuba - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27512)

Pedido de falência. Citação feita no endereço da ré, na pessoa da funcionária que se identificou como a representante legal da requerida. Validade do ato citatório. Teoria da aparência. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 02397570320128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha – 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 27445)

Mandado de segurança impetrado pela Sabesp contra decisão judicial proferida nos autos da falência de Aluizio Rodrigues de Campos (espólio). Prevenção firmada nos termos do art. 102 do RITJSP que não foi alterada com a criação das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial, às quais foram atribuídos os recursos e ações distribuídos a partir da sua instalação. Jurisprudência das Câmaras de Direito Empresarial e do Colendo Órgão Especial. Resolução nº 558/11 que atribuiu a esta Câmara Empresarial a apreciação dos processos falimentares envolvendo a Lei nº 11101/05. Hipótese em que há prevenção da 3ª Câmara de Direito Privado. Quebra, ademais, decretada sob a égide do Decreto-Lei nº 7661/45. Não conheceram do mandado de segurança e determinaram a redistribuição. (Mandado de Segurança 00435867320128260000 – Guarujá - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27768)

Embargos declaratórios. Fundamentos do acórdão para o não conhecimento do agravo de instrumento que são claros e suficientes. Omissão inexistente. Prequestionamento. Rejeitaram. (Embargos de Declaração 02051843620128260000 – Barueri - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Maia da Cunha - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 27641)

Preliminar - Legitimidade passiva - Enquanto sócio-gerente e administrador, nos termos do art. 914, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e art. 1.020, do Código Civil, é patente a legitimidade passiva do recorrente na presente demanda de prestação de contas. Prestação de contas - Irrelevante que o recorrente possua apenas 16,67% (dezesseis e sessenta e sete centésimos por cento) das quotas societárias, e não 50% (cinqüenta por cento) como destacado na r. sentença ou que a autora, ora apelada, não supostamente tenha investido capital na sociedade empresária, porquanto a incumbência decorre de obrigação legal. Por fim, impende destacar, por ser de rigor, que o simples fato de na ficha cadastral da Junta Comercial do Estado de São Paulo constar que ambas as partes exercem a função de sócios-administradores, não exime o recorrente de prestar as contas à autora. Isso porque, além de o recorrente exercer, nos termos do Contrato Social, a atividade de gerente da empresa, pelas suas próprias manifestações em sede de contestação verifica-se que exercia também, e com exclusividade, a função de administração da pessoa jurídica Recurso não provido. (Apelação Cível 00649287120118260002 – São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 04/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 13969)

Ação declaratória - Tutela antecipada - Pretensão ao deferimento da liminar - Indeferimento - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas e sobre o *periculum in mora*, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01257448820128260000 – Guarulhos - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 04/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 13934)

Agravo de instrumento - Recuperação judicial - Deferimento do processamento da recuperação judicial - Participação do Ministério Público - Não há nenhuma nulidade no processo, visto que, o Ministério Público foi de fato intimado nos termos do inciso V, do art. 52, da Lei 11.101/05. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01247981920128260000 – Atibaia - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 04/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 13966)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00542731220128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24654)

Embargos de declaração. Omissão. Não apreciação do art. 54 da Lei nº 11.101/2005. Embargos acolhidos para suprir a omissão, sem efeito modificativo. (Embargos de Declaração 00554129620128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24702)

Embargos de declaração. Contradição e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01680015620118260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23894)

Embargos de declaração. Omissão e contradição. Inexistência. Os embargos de declaração devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02449529620088260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24618)

Apelação. Ação de dissolução de sociedade, cumulada com pedido de resolução de avença. Sentença que extinguiu o feito, sem julgamento do mérito, em razão da existência de convenção de arbitragem (art. 267, VII do CPC). Preliminar de nulidade afastada. Desnecessidade de intimação do réu para contraminuta se o polo passivo ainda não foi integrado. Precedentes do STJ. Sociedade por ações, com natureza *'intuito personae'*. O direito de se retirar da sociedade não constitui direito patrimonial disponível sujeito a arbitragem. Exegese dos arts. 1º, IV, 5º, XX e 170, 'caput', todos da CF e art. 1º da Lei nº 9.307/96. Remessa à instância inferior para regular processamento. Sentença revogada. Apelo provido, com determinação. (Apelação Cível 00338782320118260068 – Barueri - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23787)

Apelação. Falência. Quebra decretada antes da vigência da Lei nº 11.101/2005. Regência da habilitação pelo Decreto-lei nº 7.661/45. Inteligência do art. 192 da Lei nº 11.101/2005. Habilitação de crédito tributário da União Federal. Alegação de prescrição afastada. Crédito tributário constituído antes do decurso do prazo de cinco anos do art. 173, I, do CTN. Ajuizamento da execução fiscal na Justiça Federal, com citação da falida, antes do quinquênio previsto no art. 174 do CTN. Sentença mantida. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 90000191519988260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24554)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01494085120128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24656)

Apelação. Falência. Dação em pagamento de imóvel feita no termo legal por ex-administrador da sociedade sem poderes de representação. Ineficácia. Inteligência do art. 129, II, da Lei nº 11.101/2005. O adquirente, mesmo de boa-fé, é atingido pela declaração de ineficácia. Prescrição. Inocorrência. Súmula nº 41 do TJSP. Sentença de procedência mantida. Apelo improvido. (Apelação Cível 00438400820108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24436)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação retardatária de crédito trabalhista. Crédito que deve ser incluído com base na sentença proferida na Justiça do Trabalho. Inviabilidade da habilitação, em nome do trabalhador, de créditos que não sejam exclusivamente trabalhistas e por ele titularizados, tais como FGTS, INSS, Imposto de Renda, e Custas devidas à Fazenda Nacional, que não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial. Integral observância do art. 9º, II, da Lei nº 11.101/05. Multa por inadimplência. Arts. 467 e 477 da CLT. Valor que deve ser computado no crédito da agravada. Multa por descumprimento de acordo em justiça trabalhista devida. Decisão reformada. Agravo parcialmente provido. (Agravo de Instrumento - 01772648720128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24173)

Agravo de instrumento. Falência. Extensão de efeitos da falência a terceiros. Necessidade de comprovação da existência de grupo econômico entre a falida e as sociedades às quais se pretende atingir. Exigência da observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório. Agravo a que se dá provimento, com determinação. (Agravo de Instrumento 01785024420128260000 – Serrana - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24195)

Embargos de declaração. Omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 01861463820128260000 – Presidente Venceslau - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24665)

Apelação. Falência. Habilitação de crédito. Extinção do processo, sem resolução de mérito. Interposição de apelação. Recurso inadequado. Inteligência do art. 17, da Lei nº 11.101/2005. Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade recursal. Erro inescusável. Apelo não conhecido. (Apelação Cível 00036392420028260659 – Vinhedo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24617)

Apelação. Direito Empresarial. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Ação de rescisão contratual cumulada com indenização. Contrato de cessão de cotas. Inexistência de vícios capazes de macular a avença. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, reproduzidos na forma do art. 252 do RITJSP. Precedentes do STJ e STF. Apelo a que se nega provimento. (Apelação Cível 02187351620038260577 – São José dos Campos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24456)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Habilitação de crédito e ação de conhecimento ainda em curso. Falta de interesse processual. Inteligência do art. 6º, §§ 1º e 3º, da Lei nº 11.101/05. Habilitação extinta por ato de ofício. Agravo prejudicado. (Agravo de Instrumento 02115006520128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24452)

Agravo de instrumento. Recuperação judicial. Impugnação. Honorários advocatícios. Fixação. Cabimento em razão da litigiosidade instaurada no incidente. Valor minorado em razão da extensão dos trabalhos realizados (art. 20, § 4º, do CPC). Decisão reformada. Agravo a que se dá parcial provimento. (Agravo de Instrumento 02115367662012826000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24489)

Agravo de instrumento. Direito de empresa. Nome de domínio. Cumprimento de sentença. Transferência de domínio. Necessidade de caução. Exegese do art. 475-O, III, do CPC. Preclusão. Inocorrência. Inobservância dos limites subjetivos do título. Não ocorrência. Litigância de má-fé não configurada. Decisão reformada. Agravo provido, em parte, com

determinação. (Agravo de Instrumento 02220416020128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24647)

Agravo de instrumento. Direito empresarial. Ação de dissolução de sociedade. Inexistência de decisão que permite o levantamento dos valores pelo recorrente. Providência que deve ser requerida em primeira instância, sob pena de supressão de instância. Decisão mantida. Agravo improvido. (Agravo de Instrumento 02275982820128260000 – São João da Boa Vista - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24615)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00480778520108260100 (– São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24705)

Embargos de declaração. Contradição, obscuridade e omissão. Inexistência. Apesar do escopo de prequestionamento, os embargos devem observar os pressupostos elencados nos incisos I e II do art. 535 do CPC. Sendo evidente o escopo infringencial com que se maneja o recurso, a sua rejeição é medida de rigor. (Embargos de Declaração 00480751820108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24704)

Apelação. Pedido de falência. Contrato de fomento mercantil. Responsabilidade do faturizado pela existência do crédito que decorre de lei. Art. 295 do CC. Responsabilidade pela existência do crédito que não se confunde com a responsabilidade pela solvência do crédito. Há dois tipos de operação de fomento mercantil: I) "pro soluto", em que o faturizado (cedente) não assume a responsabilidade pela solvência do devedor do crédito cedido, respondendo somente pelos vícios ou evicção (CC, art. 295), chamada de responsabilidade "in veritas"; II) "pro solvendo", em que o faturizado (cedente) assume no contrato responsabilidade expressa pela solvência do devedor do crédito cedido (CC, art. 296), constituindo a chamada responsabilidade "in bonitas". Precedentes desta Corte. Nota promissória assinada em branco para garantia de obrigações de contrato de factoring. Ausência de liquidez, tendo em vista que as partes não acostaram aos autos cópia do contrato. Pedido de falência improcedente. Sentença mantida. Apelo não provido. (Apelação Cível 90890523920098260000 – Santa Bárbara D Oeste - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Pereira Calças - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 24526)

Contrato de participação financeira - Plano de expansão de rede de telefonia - Pedido que visa à complementação das ações devidas como contraprestação ao investimento inicial dos autores, bem como indenização pelo seu inadimplemento - Sentença de improcedência, considerando incabível a exibição de documentos e a inversão do ônus da prova - Recurso dos autores, pretendendo a reforma da decisão a fim de que seja considerada a relação de consumo e autorizada a inversão do ônus probatório - Jurisprudência tranquila desta Câmara Reservada de Direito Empresarial no sentido da existência de relação de consumo nesses casos, do cabimento da inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, do CDC, bem como da aplicabilidade da Súmula 371 do C. STJ - Montante das ações deve ser corrigido com base nos valores apurados nos balancetes do mês da integralização de cada uma delas - Recurso provido. (Apelação Cível 00006634120108260634 – Tremembé - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 17933)

Prestação de contas - Ação extinta sem julgamento do mérito, devido ao reconhecimento de litispendência - Desacerto - Presente demanda não é idêntica a outra envolvendo as mesmas partes e com o mesmo pedido, pois diz respeito à administração de sociedade diversa - Causa de pedir das demandas (fundamento fático) é distinta Afastado o decreto da extinção do feito sem análise do mérito, afigura-se possível seu pronto julgamento, nos termos do art. 515, § 3º do CPC - Ação improcedente - Inexistência do dever de prestar contas - Autor que também é sócio-administrador da sociedade limitada, tendo acesso irrestrito a contas e documentos - Recurso não provido, com observação. (Apelação Cível 00033403320118260400 – Olímpia- 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 17889)

Concorrência desleal. Tutela externa do crédito. Autor que pretende seja a ré condenada a se abster da venda e distribuição de combustíveis a posto de gasolina estranho à lide, porquanto firmou com este último contrato de fornecimento com exclusividade. Indeferimento da inicial, por ilegitimidade de parte e impossibilidade jurídica do pedido, vez que a demanda foi ajuizada contra terceiro que não integra o contrato, prevalente o princípio do livre comércio. Decisão reformada. Doutrina e jurisprudência que consagram a "tutela externa do crédito" ou a "doutrina do terceiro cúmplice", que veda a interferência danosa de terceiros estimulando o inadimplemento do contrato alheio. Valor da causa que deve retornar ao montante inicialmente indicado, vez que o pedido inicial não está vinculado diretamente ao contrato, mas sim a conduta ilícita de terceiro. Autos que devem retornar à origem para prosseguimento do feito, com a citação da ré e apreciação do pedido de tutela antecipada. Recurso provido. (Apelação Cível 01923961520118260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 17688)

Pedido de falência. Crédito da autora que nasceu posteriormente ao pedido de Recuperação Judicial, de modo que não se submete aos seus efeitos, nos termos do artigo 49 da Lei nº 11.101/05. Credor que pode pleitear a falência da recuperanda em face de alguma das circunstâncias do artigo 94 da Lei nº 11.101/05, nos termos de seu artigo 73, parágrafo único. Manutenção da sentença, contudo, por razão distinta, qual seja, a ausência de identificação, nos instrumentos de protesto, da pessoa que os recebeu. Súmula nº 52 do TJ-SP e Súmula nº 361 do STJ. Matéria pacificada. Manutenção da sentença. Recurso não provido. (Apelação Cível 00111819120128260320 – Limeira - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 17903)

Recuperação judicial. Convolação em falência, em virtude de objeção dos credores trabalhistas, em assembleia geral, ao plano de recuperação. Impossibilidade de o juiz manter a recuperação judicial, desprezando a objeção dos credores, fora das hipóteses do art. 58, § 1º, da L. 11101/05. Assembleia com autonomia para aprovar ou se opor ao plano apresentado pelo devedor. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01830614420128260000 – Itapira - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 17473)

Ação de dissolução parcial de sociedade - Extinção sem resolução de mérito por falta de pressuposto processual - Ausência de recolhimento de taxa para uso da ferramenta eletrônica INFOJUD, com vistas à localização de um dos réus - Desacerto - Questionável até a exigência do Juízo a quo, ante a existência de meios menos onerosos para a autora buscar o endereço do requerido - Prova nos autos, ademais, de que a demandante recolheu tempestivamente a taxa determinada, embora através do protocolo integrado - Apelante que não pode ser prejudicada pela demora no envio da guia comprobatória do recolhimento ao cartório onde tramita o feito - Desnecessidade de obrigar a parte a ajuizar nova demanda, com manifesto desperdício de esforço, tempo e dinheiro - Recurso provido, para cassar o decreto de extinção e determinar o prosseguimento da ação. (Apelação Cível 01319788220098260003 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 17919)

Propriedade industrial. Marca registrada "INSULFILM". Marca notória, que passou a integrar o léxico, mas nem por isso perde a proteção legal. Impossibilidade de concessionária de veículos lançar campanha publicitária prometendo instalar gratuitamente "INSULFILM" nos veículos e usar produto similar fabricado por concorrente. Correta determinação de abstenção do uso. Ocorrência de danos materiais e morais, os primeiros a serem apurados em liquidação por arbitramento. Modificação do critério de fixação dos danos materiais. Redução do "quantum" indenizatório a título de danos morais. Recurso da ré provido em parte. Recurso da autora não provido. (Apelação Cível 01707228320088260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 17935)

Embargos de declaração. Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação no julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00908222120128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18126)

Contrato de participação financeira. Plano de expansão de rede de telefonia. Pedido que visa à complementação das ações devidas como contraprestação ao investimento inicial da autora, bem como indenização pelo seu inadimplemento. Sentença de improcedência, considerando que a emissão das ações se deu segundo portaria vigente à época da emissão. Recurso da autora, pretendendo a reforma da decisão a fim de que seja considerada a relação de consumo e autorizada a inversão do ônus probatório. Jurisprudência tranquila desta Câmara Reservada de Direito Empresarial no sentido da existência de relação de consumo nesses casos, do cabimento da inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, do CDC, bem como da aplicabilidade da Súmula 371 do C. STJ. Montante das ações deve ser corrigido com base nos valores apurados nos balancetes do mês da integralização de cada uma delas. Recurso provido. Apelação Cível 00174909220118260602 – Sorocaba - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18031)

Embargos de declaração. Oposição pelos autores. Inexistência de vício a ser sanado. Ao determinar o cumprimento do Acórdão, deverá o Juízo a quo fixar o prazo para a exibição dos documentos de interesse dos autores, podendo, após tal período, fixar multa diária a sancionar o devedor pelo descumprimento do comando do aresto. Embargos de declaração. Oposição pela sociedade corré. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01105998220098260004 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18139)

Contrato de participação financeira. Plano de expansão de rede de telefonia. Pedido que visa à complementação das ações devidas como contraprestação ao investimento inicial da autora, bem como indenização pelo seu inadimplemento. Sentença de improcedência, considerando prescrita a pretensão da autora. Prescrição regulada pelos artigos 177 do anterior Código Civil e 205 e 2.028 do atual, visto se tratar de ação de direito pessoal. Jurisprudência deste Tribunal. Cabível a inversão do ônus da prova. Jurisprudência tranquila desta Câmara Reservada de Direito Empresarial, no sentido da existência de relação de consumo, no cabimento da inversão do ônus da prova constante do art. 6º, do Código de Defesa do Consumidor, na natureza pessoal do direito à complementação de ações, bem como na aplicabilidade da Súmula 371 do C. STJ. O valor das ações deve ser corrigido com base nos valores apurados nos balancetes do mês da integralização de cada uma delas. Ação procedente. Recurso provido. (Apelação Cível 00259500720118260590 – São Vicente - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18000)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Extinção sem julgamento de mérito. Crédito que já consta do quadro geral de credores. Manifesta ausência de interesse processual. Honorários, contudo, indevidos, posto que o pedido de habilitação não apresentou litigiosidade que justificasse a imposição da sucumbência. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento 01557671720128260000 – São Carlos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18168)

Recuperação judicial. Contrato de mútuo com emissão de cédula de crédito bancário e garantia de alienação fiduciária sobre recebíveis da devedora. Inexistência de registro, de natureza constitutiva, da garantia junto ao RTD. Garantia real ineficaz frente à coletividade de credores, consoante pacífico e sumulado entendimento da Câmara Reservada à Falência e Recuperação Judicial. Inocorrência de preclusão ou de coisa julgada, uma vez que o crédito fora inicialmente excluído da moratória sem análise da questão da ineficácia da garantia real da propriedade fiduciária. Correta a determinação de inclusão do crédito do banco agravante na recuperação judicial. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01611264520128260000 – Estrela D'Oeste - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18091)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no julgado. Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Desnecessária, para efeitos de prequestionamento, a expressa menção ao dispositivo legal violado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01611342220128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18217)

Habilitação de crédito. Procedência. Recuperanda que se insurge, pugnando pela declaração de nulidade da decisão por cerceamento de defesa, reconhecimento da prescrição e habilitação após homologação do quadro geral de credores. Montante principal do crédito que foi confessado pela agravante, haja vista arrolamento quando da decretação da recuperação judicial, o que prejudica suas alegações. Ademais, o pedido de recuperação judicial foi deferido antes de expirado o prazo prescricional de três anos constante do art. 206, § 3º, I, do Código Civil e não foi feita prova da habilitação de crédito retardatário. Decisão mantida. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02129487320128260000 – Limeira - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18062)

Propriedade industrial - Autora que pretende impedir a ré de utilizar-se das marcas "Su Carvalho" e "Márcio Carvalho", em razão de suposta violação à marca anterior "de Carvalho", para a mesma classe de produtos e mesma região - Dificuldade da apropriação de nomes comuns de família como marcas, sem caráter distintivo, impedindo que homônimos pudessem usar o próprio nome para fins empresariais - Autora que obteve o registro de sua marca mista, e não nominativa - Marcas das partes que, embora semelhantes, são facilmente identificadas, não causando confusão aos consumidores e nem desvio de clientela - Ação improcedente - recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00266874420118260320– Limeira - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 17939)

Falência. Recurso que objetiva a reforma da decisão que decretou a falência da ré recorrente. Ré que reproduz integralmente as razões da decisão que anteriormente indeferira o requerimento de falência, mas foi reformada por este Tribunal. Condenação da ré por litigância de má-fé, insistindo a requerida na utilização de teses sabidamente afastadas por esta Corte. Decisão mantida. Recurso não provido. Agravo regimental prejudicado. (Agravo de Instrumento 02302354920128260000 – Bauru - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 17967)

Processo civil. Liquidação provisória de sentença. Pendência de recurso de apelação, com efeito suspensivo. Irrelevância. Inteligência do artigo 475-A, §2º do CPC. Opção do vencedor. Não há por ora qualquer providência invasiva do patrimônio dos devedores e muito menos qualquer ato de excussão passível de causar dano irreversível. Se o recurso de apelação for provido, corre o credor o risco de perder o trabalho já iniciado na fase de liquidação e arcar com os seus respectivos custos. Sabedor dessa possibilidade, se ainda assim deseja o credor iniciar a liquidação, com esteio em expressa previsão legal, não há razão sensata para impedi-lo. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02471922820128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18163)

Recuperação judicial. Homologação de alteração de plano de recuperação judicial. Alteração aprovada por esmagadora maioria dos credores, com concordância do administrador judicial e do Promotor de Justiça. Impugnação de credor que não demonstra, de modo objetivo, qual a ilegalidade da alteração. Possibilidade da criação de tratamento diferenciado dentro da mesma classe de credores, desde que observados princípios da razoabilidade e da boa-fé objetiva. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01753378620128260000 – Barueri - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18089)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01876252820108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18147)

Embargos de declaração. Inexistência de qualquer defeito passível de correção ou colmatação do julgado, que enfrentou todas as teses postas no recurso. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01756486820128260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18143)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no julgado. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Prequestionamento. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00140884020108260019 – Americana - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18145)

Recuperação judicial - Contrato de mútuo com emissão de cédula de crédito bancário, garantida por propriedade fiduciária sobre bem móvel - Insurgência do banco credor contra a decisão que incluiu crédito no valor de R$ 2.323.357,77 como quirografário no plano - Decisão acertada - Garantia real da propriedade fiduciária de bem móvel infungível nasce do registro anterior ao ajuizamento do pedido de recuperação judicial junto ao Oficial de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor - Inoperância registro feito em Oficial do domicílio do credor - Registro que é constitutivo da propriedade fiduciária, nos termos do art. 1.361, § 1º do CC, aplicável por força do art. 66-B da L. 4.728/65 - O que torna o crédito imune à recuperação judicial não é a o nascimento do contrato, mas sim a constituição da propriedade fiduciária como direito real de garantia - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01640104720128260000 – Barueri - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18090)

Pedido de falência - Ação corretamente extinta sem julgamento do mérito - A ausência de identificação, nos instrumentos de protesto, da pessoa que os recebeu, impede o processamento do feito Súmula nº 52 do TJSP e Súmula nº 361 do STJ - Matéria pacificada - Recurso não provido. (Apelação Cível 00096426720128260554 – Santo André - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18076)

Recuperação judicial. Impugnação da recuperanda à relação de credores apresentada pelo administrador judicial. Crédito decorrente de serviços de assistência médica pré-paga, formado em parte antes do pedido de recuperação, embora vencido depois. Inteligência do art. 49 da LRF e interpretação do exato significado da expressão "crédito existente". Crédito existente é aquele formado, e não vencido, e muito menos julgado, antes do pedido de recuperação judicial. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01817138820128260000 – Sertãozinho - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18029)

Embargos de declaração. Inexistência de vícios no aresto. Caráter infringente dos embargos, estranho à sua função meramente integrativa do julgado. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02100915420128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 – Votação Unânime - Voto nº 18148)

Recuperação judicial. Habilitação retardatária. Acolhimento. Decisão reformada. Obrigação que foi extinta, por dação em pagamento, antes do ajuizamento do pedido de recuperação. Extinção anterior da obrigação. Impossibilidade de inclusão do crédito do agravante na recuperação. Superveniência, contudo, de convolação da recuperação judicial em falência. Reforma ora produzida que pode não ser aplicável, caso a dação em pagamento seja alcançada pelo termo legal da falência. Art. 129 II LRF. Termo a ser fixado pelo Juízo de origem. Recurso provido, com observação. (Agravo de Instrumento 01552345820128260000 – São José do Rio Preto - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16824)

Recuperação judicial. Impugnação acolhida, para incluir o crédito do banco agravado na classe das garantias reais. Alegação de que o banco teria renunciado às garantias, quando requereu penhora on line de ativos financeiros dos devedores solidários. Inocorrência. Controvérsia, ademais, já resolvida em recursos anteriores. Alegação de impossibilidade de execução simultânea contra as devedoras principais e os devedores solidários. Possibilidade. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 00998752620128260000 – São José do Rio Preto - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16618)

Embargos de declaração. Caráter infringente. Rejeição. (Embargos de Declaração 00343154020128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 15622)

Recuperação judicial. Decisão que determinou a devolução de bens arrestados pela credora, em processo cautelar que move contra a agravada, em recuperação judicial. Situação diversa, que autoriza, agora, a medida. Superveniência de ajuizamento de pedido de recuperação, cujo processamento foi deferido. Alienação de bens. Art. 60 e 66 LRF. Bens que serão úteis, no momento, no emprego na atividade siderúrgica desenvolvida pela recuperanda. Prazo de 180 dias, findo. Art. 6º §4º LRF. Situação dos autos peculiar e favorável à recuperanda, que está demonstrando capacidade de superar a crise econômico-financeira. Evolução de faturamento que justifica a extensão do prazo legal, ainda que o plano de recuperação não tenha ainda sido aprovado. Princípio da preservação da empresa. Precedentes STJ. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01208142720128260000 – Mirassol - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16806)

Recuperação judicial. Levantamento de valor depositado em reclamação trabalhista. Indeferimento mantido. A penhora e transferência de valor a conta vinculada ao Juízo da reclamação não podem ser consideradas pagamento. Existência, ademais, de ordem do e. STJ, em conflito de competência, ao Juízo da reclamação, para imediata suspensão das execuções. Art. 6º §4º da LRF. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento

01346402320128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16801)

Embargos de declaração. Acórdão que examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Rejeição. (Embargos de Declaração 01043317820108260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16248)

Tutela antecipada. Proibição de fabricação e comercialização de produto, sob alegação de violação de direitos de patente. Deferimento reformado. Ausência de prova inequívoca a dar relevância ao fundamento, e de justificado receio de ineficácia do provimento final. Questão complexa. Existência de dano reverso. Art. 461 e 273 CPC. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01649951620128260000 – Americana - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16798)

Tutela antecipada. Dissolução parcial de sociedade. Exclusão de sócio. Pedido de urgência, para exclusão imediata da sócia ré, minoritária, do quadro social. Alegada perda da affectio societatis, bem como prática de conduta irregular, nociva à empresa. Indeferimento mantido. Ausência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e prova inequívoca do direito alegado. Sócia ré que, apesar de minoritária, é administradora da empresa desde sua constituição. Ausência de elementos a crer que a atividade empresarial esteja sendo prejudicada. Destituição da agravada do cargo de administradora que foi declarada nula, por sentença. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01752494820128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16776)

Ação cautelar. Liminar indeferida. Presença, todavia, de plausibilidade do direito alegado e de perigo na demora. Outorga de procuração pública e transferências bancárias. Atos praticados isoladamente por sócia e por procurador por ela nomeado, quando, em assembleia de sócios, ficou decidido que os atos da empresa seriam praticados por dois sócios. Decisão reformada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01776502020128260000 – São Carlos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16797)

Habilitação de crédito. Extinção. Art. 267, III, CPC. Necessidade de prévia intimação pessoal - Súmula 216, STF e provocação do réu Súmula 240, STJ. Requisitos cumpridos. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00261260620078260564 – São Bernardo do Campo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16855)

Falência. Sentença que em razão da ausência de interesse de agir, julgou extinta ação ajuizada. Pretensão de cobrança que não se permite por essa via. Dívida de pequeno valor. Hipótese de aplicação do princípio da razoabilidade e da preservação da empresa contidos em lei nova. Recurso não provido. (Apelação Cível 00024796920048260278 – Itaquaquecetuba- 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 17064)

Tutela antecipada. Ação declaratória de rescisão de contrato de compra e venda de quotas sociais. Indeferimento. Decisão mantida. Impossibilidade de antecipação da tutela declaratória desconstitutiva, mas somente e eventualmente, de alguns de seus efeitos. Mera demora na solução da controvérsia que não pode caracterizar fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Desatendimento dos requisitos do art. 273 CPC. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01643699420128260000 – Várzea Paulista - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16842)

Execução. Impugnação rejeitada. Decisão mantida. Agravante que compunha o quadro social da empresa executada. Ausência de prova de sua exclusão no ano de 2002. Ilícitos, ademais, ocorridos antes de 2001, quando ainda sócia da empresa. Desconsideração da personalidade jurídica. Questão preclusa. Alcance do patrimônio pessoal dos sócios. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01693653820128260000 – Sorocaba - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16850)

Multa. Embargos de declaração protelatórios. Decisão que condicionou o recebimento de qualquer recurso ao recolhimento de multa de 1% do valor da causa. Parágrafo único do art. 538 CPC. Descabimento. Embargos declaratórios opostos uma única vez. O recolhimento da multa para o recebimento de qualquer outro recurso é exigido apenas se há reiteração de embargos protelatórios, o que deve ser reconhecido pelo Juízo. Recebimento da apelação que se impõe, sem recolhimento da multa. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01177278712012826000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16835)

Prestação de contas. Pedido formulado por pessoa estranha à empresa. Impossibilidade. Falta de interesse processual. Extinção. Artigo 267, VI do CPC. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00055989620108260417 – Paraguaçu Paulista- 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 17027)

Legitimidade. Ação de dissolução e liquidação de sociedade. Polo passivo que deve ser composto pela empresa e pelos sócios remanescentes. Litisconsórcio necessário. Recurso, nessa parte, provido. Tutela antecipada. Imediata exclusão dos sócios remanescentes da administração da empresa a ser dissolvida. Indeferimento mantido. Ausência de prova inequívoca do direito alegado. Conflito entre sócios que deve ser examinado em cognição exauriente. Ausência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Demora do processo que não é motivo para a antecipação. Nome fantasia que já era usado pelo sócio recém-admitido. Recurso, nessa parte, desprovido. (Agravo de Instrumento 01892738120128260000 – Araraquara - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16964)

Recuperação judicial. Fornecimento de serviços de telefonia. Interrupção. Possibilidade, se houver contas de consumo vencidas e não pagas após a data do ajuizamento do pedido de recuperação. Súmula 57 TJSP. Apenas a falta de pagamento das contas de consumo anteriores ao pedido de recuperação judicial é que não autoriza a suspensão ou interrupção do fornecimento. Multa cominada. Excesso. Inocorrência. Redução que não se recomenda, sob pena de tornar ineficaz o instrumento coativo. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 01911999720128260000 – Mauá - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16849)

Ação cautelar. Liminar indeferida. Pretensão de devolução de cheques pelo beneficiário, em razão de negócio jurídico aparentemente frustrado. Decisão mantida, com extinção da ação. Falta de interesse de agir. Inadequação e inutilidade do instrumento processual escolhido. Recurso desprovido com extinção da ação de origem. Art. 267 VI CPC. (Agravo de Instrumento 01923449120128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16880)

Tutela antecipada. Ação de exclusão de sócios. Pedido formulado para que o co-autor permaneça na administração da empresa co-autora, até decisão final. Deferimento. Decisão revogada. Art. 273 §4º CPC. Superveniência de fato que subtrai do autor o requisito da prova inequívoca do direito alegado. Reunião, convocada pelo próprio administrador, em que os sócios que representam 75% das quotas sociais ratificaram deliberação anterior pela qual decidiram pela sua destituição do cargo. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 01933962520128260000 – Campinas - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator

Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16761)

Falência. Citação. Devedora não localizada no estabelecimento constante do registro oficial. Citação por edital. Indeferimento. Determinação de expedição de ofícios e diligências no endereço dos sócios. Descabimento. Decisão reformada. Súmula 51 TJSP: no pedido de falência, se o devedor não for encontrado em seu estabelecimento será promovida a citação editalícia independentemente de quaisquer outras diligências. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02382016320128260000 – São Bernardo do Campo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16875)

Ação cautelar. Liminar indeferida. Suspensão dos efeitos das assembleias gerais, extraordinária e ordinária, em que se deliberou e decidiu pela venda de bens imóveis e móveis da companhia. Insurgência de acionistas minoritários, que não detêm poder de controle. Evidente conflito de interesses entre minoritários e majoritários que deve ser apreciado à luz do contraditório. Decisão mantida. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02397241320128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16901)

Prestação de contas. Pedido formulado por pessoa estranha à empresa. Impossibilidade. Ilegitimidade ativa. Extinção. Artigo 267, I e art. 295, III do CPC. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00101481920128260077 – Birigui - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 17022)

Tutela antecipada. Contrato de franquia. Deferimento mantido. Ausência de elementos a convencer do desacerto do Juízo de primeira instância. Inadimplemento admitido, ainda que com alegação de tentativa de solução das pendências. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02490258120128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 17023)

Valor da causa. Impugnação ao crédito. Determinação para recolhimento da diferença de custas, considerado o valor atribuído à causa. Custas recolhidas com base na diferença entre o valor indicado pela recuperanda e aquele que a credora entre correto, sendo este o benefício econômico perseguido. Recolhimento correto. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00920624520128260000 – Sorocaba - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16837)

Tutela antecipada. Ação declaratória c/c indenização por danos morais. Indeferimento mantido. Negócio jurídico complexo e vultoso, celebrado entre partes profissionais experientes. Inexigibilidade das cártulas entregues como pagamento do preço e suspensão dos efeitos da dupla devolução, por falta de fundos. Ausência de prova inequívoca do direito alegado. Art. 273 CPC. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02150636720128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 16881)

Justiça gratuita. Indeferimento. Não basta a mera declaração, a pobreza deve ser comprovada. Ausência de oportunidade. Prazo para comprovação. Lei 1.060/50. Recurso desprovido, com observação. Tutela antecipada. Ação declaratória de nulidade de assembleia extraordinária. Indeferimento mantido. Ausência de prova inequívoca do direito alegado ou de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Assembleia ocorrida há quase dois anos. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02169291320128260000 – Ribeirão Preto - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16856)

Liquidação. Dissolução de sociedade. Decisão que fixou o valor do patrimônio líquido da empresa. Apelação. O recurso cabível contra decisão que resolve a liquidação é o agravo de

instrumento. Art. 475-H CPC. Erro grosseiro. Impossibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade. Recurso não conhecido. (Apelação Cível 01147067520098260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16858)

Tutela antecipada. Ação cominatória. Deferimento parcial mantido. Ausência de fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e prova inequívoca do direito alegado a justificar a extensão do alcance da tutela deferida. Embalagem de apenas um dos sabores da linha "lámen HOT" aparentemente passível de causar confusão no consumidor, em razão da colidência de cores (verde). Sabor calabresa comercializado, por cada empresa, em cores distintas. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento 02514975520128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 17063)

Embargos de declaração interpostos para fins de prequestionamento. Acórdão examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Rejeição. (Embargos de Declaração 02955730420118260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16155)

Mandado de segurança. Omissão injustificada do Juízo na condução de ação revocatória. Inocorrência. Sequência de atos processuais que indicam regular condução no processamento do feito. Recomendação, contudo, para breve julgamento da ação ou apreciação da matéria preliminar. Segurança denegada. (Mandado de Segurança 00332172020128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16753)

Recuperação judicial. Habilitação de crédito. Acolhimento integral, reformado em parte. Inclusão indevida de verbas decorrentes de FGTS, INSS e IRPF. Impossibilidade de habilitação, em nome do trabalhador, de créditos que não sejam exclusivamente trabalhistas e por ele titularizados. Juros de mora. Pedido de expurgo dos cálculos. Descabimento. Ausência de demonstração de que a Justiça do Trabalho aplicou juros de mora nos cálculos. Mera presunção. Contador que retroagiu corretamente a correção monetária até a data do pedido de recuperação (art. 9º II LRF), mas não o fez em relação aos juros, por ausência de elementos a indicar que foram aplicados. Recurso provido em parte. (Agravo de Instrumento - 00704894820128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16799)

Ação cautelar. Busca e apreensão de veículo. Ação principal de dissolução e liquidação de sociedade. Plausibilidade das alegações do autor, mas que não motivam a reforma da decisão agravada que, revogando liminar deferida, desbloqueou o bem, que se encontra, agora, na posse de terceiro. Ausência de prova de que o bem entrou efetivamente para o patrimônio da empresa. Possibilidade de eventual acertamento de danos, se o caso. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento - 00778051520128260000 - Lorena - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16112)

Falência. Pedido deferido. Quebra decretada. Nomeação do credor como Administrador Judicial. Na hipótese de recusa, depósito pelo credor de caução a garantir o pagamento dos honorários do Administrador a ser nomeado, sob pena de extinção. Possibilidade. Precedentes. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento - 00936794020128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16772)

Ementa: Embargos de terceiro. Falência. Liminar deferida, para entregar ao embargante a posse do bem, condicionada, contudo, à prestação de caução. Decisão mantida. A imposição de caução é da lei. Art. 1051 CPC. Ausência, ademais, de prova do pagamento do preço pela

aquisição do bem, adquirido com cláusula de reserva de domínio em favor da falida. Falta de elementos a ilidir a hipótese de que o negócio pode ter sido alcançado pelo termo legal. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento - 00992205420128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16795)

Sociedade. Obrigação de fazer. Sócio que alienou suas quotas para outro sócio. Transferência não realizada. Obrigatoriedade conforme cláusula contratual. Despesas de consumo que devem ser ressarcidas. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00028842520098260539 – Santa Cruz do Rio Pardo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16752)

Tutela antecipada. Ação de dissolução parcial de sociedade c/c apuração de haveres, cobrança e indenização. Indeferimento reformado. Prova inequívoca de que o corréu pretende mudar-se para os EUA, transferindo para lá as atividades da empresa da qual é sócio o autor, havendo, ainda, valores a lhe serem pagos. Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação e reversibilidade da medida. Art. 273 CPC. Arresto de bens e bloqueio on line de ativos financeiros, até o limite do alegado crédito. Recurso provido. (Agravo de Instrumento - 01851487020128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16775)

Execução. Fraude não reconhecida. Decisão mantida. Documentos que não comprovam que o executado alienou bem no curso da execução, nem de que, por isso, teria sido reduzido à insolvência. Documentos que provam, apenas, que ele figura como "antigo" proprietário, mas a venda aparentemente havida no curso da execução foi feita por terceiro, que figura como proprietário "anterior". Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento - 01890157120128260000 - Piracicaba - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16836)

Concorrência desleal. Ação cominatória. Abstenção de uso de marca cuja titularidade pertence à CBF - Confederação Brasileira de Futebol. Violação aos direitos desta verificados. Indenização pelos danos materiais que não deve obedecer ao disposto no art. 103 da Lei de Direitos Autorais. Empresa ré que é de pequeno porte e fabricou pequena quantidade de produto contrafeito. Razoável que a indenização seja fixada tendo por base o número de exemplares fabricados multiplicado pelo valor do exemplar original. Dano moral fixado no dobro desse valor que atende a sua dupla função penalizar/compensar. Recurso provido em parte. (Apelação Cível 01679761920068260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16779)

Embargos à execução. Instrumento particular de distrato firmado pelas partes e por duas testemunhas. Título executivo extrajudicial. Artigo 585, II do CPC. Recurso desprovido. (Apelação Cível 00119952420118260099 – Bragança Paulista - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16746)

Embargos de declaração. Prequestionamento. Acórdão que examinou todas as questões jurídicas relevantes para decidir o recurso. Caráter infringente. Inadmissibilidade. Rejeição. (Embargos de Declaração 01944364220128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16599)

Declaração e dissolução de sociedade comercial. Pedido de apuração de haveres. Sentença que não reconheceu o autor da ação como sócio que não consta no contrato social da empresa. Não provimento. (Apelação Cível 01819193520088260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Teixeira Leite - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 16702)

Medida cautelar - Direito empresarial - Cláusula de "não concorrência" - Imposição aos signatários do contrato - Falta de interesse processual. - Falta interesse de agir para impor obrigações já estabelecidas em contrato, mormente quando há previsão de multa penal significativa para seu descumprimento. Medida cautelar - Cláusula de "não concorrência" - Elementos que demonstram a ausência dos requisitos pertinentes à concessão da tutela de urgência. - A interdição "do exercício de atividade juridicamente lícita deve ser precedida de robusta prova da violação de direito, no caso, da concorrência desleal". - Pelos elementos constantes dos autos, não é possível aferir a existência de "fumus boni iuris" e "periculum in mora", requisitos indispensáveis para deferimento da tutela de urgência. - Recurso não provido, na parte conhecida. (Agravo de Instrumento - 01453665620128260000 – São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken - 04/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 14010)

Embargos declaratórios acolhidos, em parte, para declarar a prescrição para um dos autores (Ugo Delaqua) e para admitir, como alternativa em caso de impossibilidade de entrega das ações, o cálculo pela cotação na Bolsa de Valores, seguindo, assim, precedentes atuais do colendo STJ - Acolhimento, em parte. (Embargos de Declaração - 01423874920118260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23389a)

Dissolução de sociedade de fato. Autora que pleiteia a devolução de bens e reintegração na posse do ponto comercial. Organização e investimentos que teriam sido efetivados por esforço exclusivo da requerente. Não comprovação. Notificação extrajudicial da demandante dando conta de que as partes decidiram livremente sobre a destinação do acervo. Julgamento de improcedência. Apelo para reforma. Não provimento. (Apelação Cível 00009702420118260322 – Lins - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 25217)

Inquilino de imóvel de propriedade da falida que pretende suspender os efeitos de arrematação, sem depositar o preço obtido e sem demonstrar que possuía direito de preferência (não oferecimento de contrato ou de contrato de locação com registro) - Ainda que possa ter ocorrido alguma irregularidade na notificação do inquilino sobre o leilão, isso não basta para comprometer a eficácia do ato, em não se confirmando os reais prejuízos aos supostos interessados - Não provimento. (Apelação Cível 00821320320128260000 - Guarulhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 23837)

Falência - Decisão que decreta a rescisão de contrato de locação firmado entre agravante e agravada sob o argumento de que a primeira requereu processamento de recuperação judicial, hipótese prevista em contrato como hipótese de rescisão. Ainda que não se considere tal cláusula, é certo que há irregularidades patentes, já que o contrato de locação não foi submetido à análise do Comitê de Credores após a convolação da recuperação da agravada em falência, conforme exigência do art. 117 da LRE. Necessidade de proteção dos credores da massa falida. Agravante, ademais, que já havia pleiteado a prorrogação do contrato de locação até 20.6.2012 para realocar as mercadorias. Provimento, em parte, apenas para aumentar o prazo deferido para retirada do imóvel, o que deverá ser feito em 60 dias. Prejudicado o Agravo Regimental. (Agravo de Instrumento 00868175320128260000 – Agravo Regimental 00868175320128260000 - Jundiaí - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 25090 e Voto nº 25090A)

Embargos declaratórios - Pedido de desistência em razão de acordo celebrado entre as partes devidamente homologado na vara de origem - Recurso prejudicado. (Embargos de Declaração 01550215220128260000- São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24689a)

Agravo de instrumento - Ação de indenização julgada improcedente - Decisão que determina o complemento do valor do preparo do recurso de apelação, sob pena de deserção - Agravantes que abdicam de parte do pedido, o que implica em diminuição do proveito econômico - Possibilidade de aplicação, por equidade, do art. 4º, §2º da Lei n.º 11.608/03 - Provimento para dispensar os recorrentes do recolhimento do preparo complementar. (Agravo de Instrumento 01671742020128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24705)

Ação antiga que busca definir o valor dos haveres de sócio que se retira - Sociedade que apresenta evolução, o que não justifica adotar rendimento da fase futura (quando o autor não era mais sócio) para encontrar o quantum correto - Necessidade, contudo, de encontrar uma cifra para compor o direito incontroverso do autor - Aplicação da equidade para atribuir quantia correspondente a 20% do montante indicado pelo parecer do assistente - Provimento, em parte. (Agravo de Instrumento 01680628620128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24706)

Embargos declaratórios rejeitados, devido a não ter o Acórdão os vícios do artigo 535, I e II, do CPC - Rejeição. (Embargos de Declaração 01738160920128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24726a)

Embargos declaratórios contra omissão - Preliminar de intempestividade afastada - Acolhimento, sem implicar efeitos modificativos. (Embargos de Declaração 01801011820128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24736a)

Art. 739-AQ, § 1º, do CPC - A regra é não conceder efeito suspensivo aos embargos, salvo quando a continuidade da execução possibilitar periculum in mora - Ausentes, na hipótese, provas confiáveis da relevância dos argumentos deduzidos contra a exigibilidade do quantum debeatur - Anterior julgamento de questão idêntica (AgIn. 0152135-80.2012.8.26.0000) - Não provimento. (Agravo de instrumento 01801531420128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24738)

Agravo de instrumento - Embargos de terceiro - Não concessão de efeito suspensivo - Executado que alega vício no negócio jurídico decorrente da ocultação do real endividamento da empresa e da não transferência das ações negociadas - Ausência de verossimilhança das alegações - Literalidade da cláusula contratual que estabeleceu pleno conhecimento das condições do estabelecimento comercial - Previsão de que a transferência das ações se daria com o pagamento do preço - Não provimento. (Agravo de instrumento 01924340220128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24902)

Prova pericial contábil requerida pelo réu em ação promovida pela franqueada para rescindir o contrato de franquia - Indeferimento pelo Juiz - Razoabilidade do que foi decidido pelo que consta do art. 130, do CPC e do fator iniciativa pela prova diante das regras que disciplinam o ônus subjetivo da carga probatória - Não cabe ao réu provar fatos que cabe ao autor demonstrar - Não provimento. (Agravo de instrumento 02028052520128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24916)

Execução que caminha sem efeito suspensivo, apesar da interposição de embargos - Ordem de bloqueio de numerário pelo sistema bacen-jud - Legalidade, cumprindo ao Juízo em segunda etapa e verificada a produtividade da medida, estabelecer limites do bloqueio em razão do montante da dívida - Não provimento, com recomendação. (Agravo de instrumento

02053385420128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 25018)

Art. 290, do CPC - Execução - Possibilidade - Provimento. (Agravo de instrumento 02075530320128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 24918)

Agravo de instrumento tirado contra decisão que concedeu recuperação judicial, pela não apresentação de relação de bens particulares e dos administradores (art. 51, VI, da Lei 11101/2005) e pela existência de uma empresa offshore no quadro social da recuperanda - Matérias que não existiam e que motivam pedido de falência formulado no Juízo de Primeiro Grau - Inadmissibilidade de a parte requerer a mesma providência nos dois graus de jurisdição - Não conhecimento. (Agravo de instrumento 02084555320128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 25349)

Marca. Pedido de abstenção da expressão "olho no lance", cujo registro foi deferido devido a incontroversa originalidade do seu uso por conhecido locutor de futebol, criador do bordão que prenuncia o gol. Autora que presta serviços de publicidade, enquanto que a ré atua em intermediação de negócios (leilão) em ambiente virtual. Apesar da diferença do público alvo de cada empresa, o emprego da expressão, pela requerida, retira a originalidade e diminui sensivelmente o poder da marca como sinal distintivo do serviço prestado pela autora, notadamente como endereço eletrônico. Existência de infração a direito marcário. Provimento, em parte, do recurso, para determinar a abstenção do uso da expressão "olho no lance" como endereço de página da internet ou qualquer identificação dos serviços da ré. Reconvenção. Requerida que usa expressão 'olho no lance' em sua página na internet. Tutela antecipada deferida que a obriga a alterar o site, com prejuízos materiais e morais, tendo em vista que a ação lhe teria causado vexame. Não ocorrência. Prejuízos não demonstrados. Demanda que deve ser interpretada como risco do negócio. Manutenção da sentença de improcedência. (Apelação Cível 00292692420098260114 - Campinas - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 25215)

Marca. Abstenção de uso. Produtos com marcas famosas ("NIKE" e "LEVI'S") alvos de pirataria com cópias de qualidade inferior e acabamento fora dos padrões - Contrafação que se constata pela comparação dos produtos apreendidos - Necessidade de tutelar a propriedade industrial de maneira ampla, protegendo o fabricante que testemunha o aproveitamento parasitário de seu trabalho e investimento, mediante derrame de imitações baratas que deterioram a imagem do produto copiado. Não é proibido ordenar ao coautor da agressão desleal que se abstenha de práticas participativas da lesão à propriedade industrial, o que consagra a construção da sentença que responsabilizou a empresa que administra a Galeria Pagé, notoriamente conhecida como reduto comercial de imigrantes revendedores de produtos contrafeitos e contrabandeados, e pela prática de contrafação depreciativa da idoneidade da marca, pela péssima qualidade da imitação Interpretação da função social da propriedade industrial (artigos 5º, XXIX e 170, da CF, 2º e 207, da Lei 9279/96, 10 bis da Convenção da União de Paris) Não provimento. (Apelação Cível 00486322020018260100 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 25214)

Falência - Devedor citado por edital - Nomeação de curador, com ordem para que o credor pague os honorários do curador nomeado - Inadmissibilidade - Precedentes da Câmara - Agravo prejudicado pela reconsideração da decisão agravada. (Agravo de instrumento 02232238120128260000 - São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 25072)

Gratuidade judiciária - Ação de prestação de contas entre sócios de sociedade empresária, estimada em R$ 1.000,00 - Inadmissibilidade de concessão de gratuidade judiciária - Não

provimento. (Agravo de instrumento 02293928420128260000 - Bauru - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 25178)

Tutela antecipada que se busca inaudita altera parte - Descongestionante nasal NARIX e NEOSORO, apresentados em embalagens com alguns característicos semelhantes - Dúvida sobre a reprodução ilegal e de confusão aos clientes - Não incidência do art. 273, do CPC - Não provimento. (Agravo de instrumento 02347373120128260000 – São Paulo - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 25203)

Prestação de contas - Ação improcedente - Inexistência do dever de prestar contas - Autor que também era sócio-administrador da sociedade limitada, tendo acesso irrestrito a contas e documentos - Recurso do réu provido e do autor improvido. (Apelação Cível 00147758820118260566 – São Carlos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco loureiro - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 18047)

Pedido de falência. Crédito da autora que nasceu posteriormente ao pedido de Recuperação Judicial, de modo que não se submete aos seus efeitos, nos termos do artigo 49 da Lei n° 11.101/05. Credor que pode pleitear a falência da recuperanda em face de alguma das circunstâncias do artigo 94 da Lei n° 11.101/05, nos termos de seu artigo 73, parágrafo único. Suspensão de ações e execuções em face da Recuperanda que não se aplica ao crédito da autora, sem prejuízo de não poder durar mais de 180 dias. Sentença reformada. Retorno dos autos à origem para regular processamento do pedido de falência. Recurso provido. (Apelação Cível 00143352020128260320 – Limeira - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Francisco Loureiro - 11/12/2012 - Votação Unânime – Voto nº 18080)

Inquilino de imóvel de propriedade da falida que pretende suspender os efeitos de arrematação, sem depositar o preço obtido e sem demonstrar que possuía direito de preferência (não oferecimento de contrato ou de contrato de locação com registro) - Ainda que possa ter ocorrido alguma irregularidade na notificação do inquilino sobre o leilão, isso não basta para que se dê liminar como se a ineficácia do ato estivesse evidenciada - Despacho que nega a liminar mantido - Não provimento do agravo regimental. (Agravo Regimental 00821320320128260000 - Guarulhos - 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Enio Zuliani – 31/07/2012 - Votação Unânime –Voto nº 23837-A)

Assistência judiciária gratuita. Indeferimento pelo juízo a quo. Pessoa natural que prestou declaração de pobreza. Perda de emprego. Despesas mensais fixas. Dificuldade financeira configurada. Benefício concedido. Decisão reformada. Emenda à inicial. Execução. Determinação de alteração da tutela jurisdicional pretendida, de modo a adequar o pedido de executivo para condenatório. Desnecessidade. Agravante que cumpriu sua obrigação contratual. Precedentes do C. STJ. Artigo 585, II, do Código de Processo Civil. Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas. Título executivo. Decisão reformada. Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00120712020128260000 – Descalvado – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 9087)

Agravo regimental - Decisão monocrática que negou seguimento aos embargos declaratórios manifestamente improcedentes - Autorização expressa dos artigos 557, caput, do Código de Processo Civil e 252 do Regimento Interno do E. Tribunal de Justiça - Razões invocadas que não importam em modificação da decisão colegiada que pretende a agravante revisar - Agravo não provido. Litigância de má-fé - Agravo interposto dirigido à decisão monocrática que negou seguimento a embargos de declaração - Caracterização - Abuso do direito de recorrer, com reiteração de razões já consideradas - Agravo interno manifestamente infundado e protelatório (art. 557, § 2º do CPC) - Ponderada ainda a necessidade de indenização da parte adversa pelo retardo na solução do litígio - Art. 18, § 2º do CPC - Multa de 1% sobre o valor atualizado da

causa e indenização do agravado em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. (Agravo Regimental 00277728620108260001 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22526)

Recurso - Ausência de documento necessário a aferir a matéria controvertida - Irregular instrução do recurso - Ausência de peça obrigatória - Regularização insanável em segunda instância - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01676941420118260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20244)

Tutela antecipada - Revogação - Ação de interdito proibitório - Concessão em primeiro grau de tutela específica para o fim de compelir os agravantes a se absterem de exercer atos de administração na empresa - Pretensão recursal de que lhes sejam resguardados os direitos de "adentrar no recinto de sua empresa (Motel Flash), averiguar receitas, despesas, fiscalizar o ingresso de clientes, orientar na administração, etc" - Interesse recursal ausente - Decisão agravada que não cerceou o direito dos recorrentes nesta extensão - Hipótese, ademais, em que a própria agravada evidenciou na peça inicial o interesse tão somente de proibir o desempenho pelos recorrentes de atos de administração, manifestando não ter a intenção de obstar o acesso dos mesmos à empresa e documentos - Recurso não conhecido neste tocante. Tutela antecipada - Revogação - Ação de interdito Proibitório - Concessão em primeiro grau de tutela específica para o fim de compelir os agravantes a se absterem de exercer atos de administração na empresa - Pretensão recursal de destituição da agravada do cargo de administradora, e nomeação da recorrente para a função - Argumentações recursais que não se sustentam com grau de certeza suficiente para a revogação da medida - Agravada que teve direito à parte da herança reconhecido na Vara de Família, e é inventariante dos bens do falecido sócio majoritário, aí incluída a maioria do capital social da empresa discutida - Impossibilidade de considerar os recorrentes detentores da maioria do capital social, pois inviável a antecipação da solução quanto as quotas sociais ainda pendente na Vara de Família - Não identificado perigo na demora, pois a recorrida vem administrando o empreendimento desde 2010, e não estão comprovadas as alegações de má gestão a ela imputadas - Tutela antecipada mantida - Recurso não provido neste tocante. Dispositivo: Conheceram parcialmente o recurso, e negaram provimento na parte conhecida. (Agravo de Instrumento 00474562920128260000 – São Vicente – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21310)

Agravo de instrumento - Interposição em ação promovida pela empresa em recuperação visando à declaração de que os títulos cedidos em contrato bancário (cédula de crédito) constituem-se "meras e singelas garantias sem feição específica de alienação fiduciária, ou regime jurídico correlato" - Decisão judicial que determina a penhora de valores nos autos, com base em laudo técnico apresentado pela recuperanda - Decisão fundada em v. acórdão que negou provimento ao recurso da instituição financeira dirigido à r. decisão que determinou ao banco a devolução em conta corrente do valor correspondente à amortização ocorrida após o ajuizamento da ação de recuperação - Pretensão da instituição financeira à anulação dessa r. decisão fundada em: (a) ausência de trânsito em julgado do v. acórdão, pendente embargos de declaração e (b) prejudicialidade externa (impugnação de crédito nos autos da recuperação, em que o Tribunal determinou a realização de perícia) - Irrelevância do primeiro argumento tendo em vista o julgamento dos embargos - Procedência do segundo argumento - Harmonização das vv. decisões colegiadas - Prevalência do julgamento da impugnação de crédito, definindo a exata posição da instituição financeira no quadro geral de credores - Questões prejudiciais a serem enfrentadas no momento oportuno - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00575417420128260000 – Lençóis Paulista – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22420)

Embargos de declaração. Omissão e contradição. Inocorrência. Discordância do entendimento do v. acórdão embargado, que reformou a r. decisão agravada e julgou improcedente exceção

de incompetência. Caráter meramente infringente. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00601469020128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8742)

Agravo de instrumento - Plano de recuperação aprovado pela assembleia-geral de credores e homologado pelo Magistrado - Pretensão do credor em recurso visando à anulação da assembleia argumentando: (a) seus créditos não se submetem à assembleia-geral, (b) suas notas de crédito possuem privilégio real, os créditos de ACC não se submetem aos efeitos do plano, não é (c) possível a subdivisão de credores de uma mesma classe, (d) é inviável a remissão da dívida de uma subclasse, (e) a autorização de venda de bens não obedece às exigências legais, (f) há desobediência à Súmula n. 61 deste Tribunal, entre outros - Conhecimento parcial do recurso, julgando-o prejudicado em relação às notas de crédito, em razão de expressa desistência do agravante - Não conhecimento da matéria relativa à classificação de crédito, por haver sede própria para tanto e não conhecimento da matéria relativa aos ACCs porque não reapresentada no plano modificado - Conhecimento e provimento das demais matérias entendendo viável a subclassificação de créditos, desde que atendido o princípio do tratamento paritário e a colheita separada de votos - Viabilidade de realização da venda do ativo, sem obediência ao disposto no art. 66, devendo, entretanto, ser cumpridos os requisitos impostos pelo princípio da transparência, ausentes na proposta apresentada - Nulidade da proposta e da deliberação neste tópico - Recurso conhecido em parte e, nesta, provido em parte para anular a homologação judicial tendo em vista a declaração de nulidade parcial de atos deliberativos votados na assembleia-geral de instalação pela classe de credores quirografários, com determinação. (Agravo de Instrumento 02351308720118260000 – Lençóis Paulista – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 19172)

Prescrição - Ressarcimento por prejuízo material - Trespasse - Superveniente pagamento pelo cessionário de mútuo contraído pela pessoa jurídica em data anterior à compra e venda, com vencimento para depois da data do trespasse - Acordo entre credor e cessionário, que se comprometeu ao pagamento de prestações mensais para quitação do débito - Prazo prescricional iniciado com o pagamento da última prestação avençada - Ação ajuizada dentro do prazo de três anos (CC, art. 206, § 3º, V) - Prescrição inocorrente - Apelação improvida - Trespasse - Contrato de mútuo anterior ao contrato de compra e venda - Dívida vincenda omitida do cessionário - Superveniente quitação do débito pelo adquirente - Condenação dos cedentes ao ressarcimento do prejuízo material suportado - Indenizatória procedente - Apelação improvida. Dispositivo: recurso improvido. (Apelação Cível 00080739720068260309 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22287)

Agravo de instrumento - Razões recursais que se dirigem contra decisão de primeiro grau que aceitou bem imóvel da recuperanda em caução e autorizou o levantamento do numerário depositado pelo banco - Decisão proferida nos autos de ação em que a recuperanda postula a devolução de valores retidos pelo banco em contrato de cédula de crédito após a distribuição do pedido recuperatório – Pertinência - Largo espectro de questões enfrentadas pelas litigantes, envolvendo a existência, valor e classificação do crédito da agravante - Liberação do valor depositado prematura - Unilateralidade de apuração de valores devidos e dos laudos apresentados a essa constatação e de avaliação do imóvel - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00679561920128260000 – Lençóis Paulista – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22419)

Habilitação de crédito - Falência - Verba honorária - Crédito equiparado ao trabalhista - Classificação na ordem prevista no art. 83, I, da Lei n. 11.101/2005 - Precedentes - Valor de 150 salários mínimos que deve ser apurado na data da falência, aos quais se acresce a atualização monetária devida a todos os integrantes da mesma classe na data da liquidação - Recurso parcialmente provido. Habilitação de crédito - Falência - Cessão de crédito não

registrada - Pretensão à classificação como direito real de garantia – Impropriedade - Ausência dos requisitos legais - Recurso não provido. Habilitação de crédito - Falência - Custas judiciais decorrentes de processos em que a sociedade empresária ainda não falida viu-se vencida - Pretensão à classificação como crédito extraconcursal nos termos do art. 84, IV da LREF - Impropriedade - Somente as custas judiciais devidas pela massa falida são classificáveis como crédito extraconcursal - Inteligência do art. 84 da Lei n. 11.101/2005 - Recurso não provido. Dispositivo: deram parcial provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00836113120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21194)

Recuperação judicial - Habilitação de crédito tributário (ISS) - Prerrogativa da Fazenda Pública de optar entre a execução fiscal e a habilitação de crédito na falência – Situação dos autos em que há falta de interesse de agir da Municipalidade por se tratar de recuperação judicial e não falência - A inclusão do crédito na recuperação afetaria os rumos do acordo entre credores sujeitos e seu devedor - Inexistência de poderes do procurador da Fazenda para concordar com descontos e/ou parcelamento da dívida a que todos os demais estarão sujeitos - Decisão mantida - Agravo improvido. Dispositivo: Negam provimento (Agravo de Instrumento 00850888920128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21234)

Falência. Possibilidade de execução singular das notas promissórias que não impedem a opção do credor pelo pedido de falência. Súmula nº 42 deste E. Tribunal. Interesse de agir caracterizado. Sentença reformada. Recurso da apelante autora provido. Recurso da apelante ré prejudicado. (Apelação Cível 00015956420048260270 – Itapeva – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8892)

Propriedade industrial – Patente - Depósito anterior ao ajuizamento da ação, com prioridade unionista - Carta de patente concedida pelo INPI no curso da lide - Requisito da novidade comprovado mediante prova pericial – Incontrovérsia quanto à atividade inventiva e aplicação industrial - Prova técnica de que produto fabricado e comercializado pela ré tem identidade visual e funcional com o objeto da patente - Inadmissibilidade - Ação de obrigação de não fazer procedente - Apelação improvida neste tocante. Responsabilidade civil - Lucros cessantes – Patente - Direito de exclusividade violado pela ré - Situação descrita no art. 210, II, da LPI comprovada no caso concreto – Prova documental e oral quanto à data do início da violação do direito - Planilha de vendas trazida pela própria ré demonstrando vendas realizadas em menos de um ano - Apuração dos lucros cessantes mediante exame da planilha de vendas juntada nos autos e exame dos livros contábeis da ré até o cumprimento da liminar inibitória concedida - Critério de estimativa contábil afastado Apelação parcialmente provida. Dispositivo: dão parcial provimento. (Apelação Cível 01031540920068260007 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22288)

Recurso - Embargos de declaração opostos contra decisão colegiada que negou provimento a recurso de apelação - Alegação de que a decisão não se pronunciou quanto ao argumento de inexistência de urgência – Inocorrência - Decisão que indicou a urgência da medida pretendida pela parte adversa, sob fundamento diverso - Inexistente qualquer vício - Mantida a decisão recorrida - Embargos rejeitados. Litigância de má-fé - Embargos de declaração opostos contra decisão colegiada que negou provimento a recurso de apelação - Alegação de que a decisão não se pronunciou quanto ao argumento de inexistência de urgência - Inocorrência - Decisão que indicou a urgência da medida pretendida pela parte adversa, sob fundamento diverso - Desnecessidade de enfrentamento do ponto suscitado omisso - Argumentação descabida - Caracterização - Abuso do direito de recorrer com interposição de recurso infundado e protelatório (art. 17, inc. VI e VII do CPC) - Retardo na conclusão da controvérsia e sobrecarga desnecessária à estrutura Judiciária – Condenação das recorrentes às penas por litigância de

má-fé de ofício - Art. 18 do CPC - Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização da parte adversa em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. Dispositivo: Embargos rejeitados, com observação. (Embargos de Declaração 00086104120118260011 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22596)

Responsabilidade civil - Compra e venda de ponto comercial - Posse da ré no imóvel - Permanência por uma semana - Entrega das chaves não comprovada - Presunção de abandono - Responsabilidade da compradora pelos alugueres e demais despesas vencidos e pagos pela vendedora até a data de retomada do bem - Pedido de indenização procedente - Apelação improvida. Dispositivo: não conhecem de parte do recurso e, na parte conhecida, negam provimento. (Apelação Cível 00222760620098260068 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20387)

Recurso - Embargos de declaração - Inexistente qualquer vício - Embargos rejeitados. Litigância de má-fé - Embargos de declaração opostos com a pretensão de declaração de nulidade do julgamento, pois não declinada a competência para Corte que anteriormente conheceu a causa - Recurso distribuído após a instalação da Câmara Reservada de Direito Empresarial - Normas regimentais observadas - Ademais, as próprias embargantes, em contrarrazões de apelação, requereram a distribuição do feito para a Corte especializada, mudando seu posicionamento após o julgamento desfavorável - Reiteração de atitude maliciosa já reprovada no julgamento embargado - Caracterização Abuso do direito de recorrer com interposição de recurso manifestamente infundado e protelatório (art. 17, inc. VI e VII do CPC) - Retardo na conclusão da controvérsia e sobrecarga desnecessária à estrutura Judiciária - Condenação das recorrentes às penas por litigância de má-fé de ofício - Art. 18 do CPC - Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização dos embargados em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. (Embargos de Declaração 02617411020078260100 – São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21965)

Pedido de falência - Natureza e requisitos - Agravo de instrumento contra decisão que decretou a quebra da recorrente - Argumentação pautada na ausência dos requisitos previstos no art. 94, I, no tocante à pretensão de cobrança e ao valor dos títulos e à ausência de protesto especial - Executividade da pretensão falimentar - Protesto Especial - Valor histórico considerado - Pretensão à conversão do valor pelo valor do salário mínimo regional - Impropriedade - Utilização correta do salário mínimo nacional - Desnecessidade de protesto especial - Recurso não provido. Pedido de falência – Protesto - Avisos entregues a pessoas identificadas - Entrega efetivada no correto endereço do estabelecimento empresarial - Pretensão à declaração de irregularidade afastada em primeiro grau - Manutenção da r. decisão - Não há que se confundir a expressão "identificação da pessoa que a recebeu", contida na Súmula n. 361 do STJ, com a necessidade de "intimação do representante legal da devedora" pretendida pela agravante - Aplicação da Súmula n. 52 do Tribunal de Justiça de São Paulo - Identificado o recebedor, sem oposição da devedora, considera-se regular o protesto assim efetivado - Recurso não provido. Dispositivo: negam provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00118901920128260000 – Piracicaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20477)

Agravo de instrumento - Recurso contra decisão proferida em impugnação de crédito - Pretensão da agravante à nulidade da decisão em razão de cerceamento de defesa - Prova pericial requerida – Pertinência - Discussão acerca de contratos de cédulas de crédito bancário e de contrato de abertura de crédito - Contratos sucessivos, com afirmação de registro oportuno de pelo menos um deles antes da data do ajuizamento do pedido de recuperação - Impugnação à lista apresentada pelo administrador por ambas as partes - Anulação dos atos processuais ocorrida na impugnação oferecida pela recuperanda em decisão colegiada para

permitir defesa do banco ora impugnante - Fundamentos daquela primeira decisão anulada emprestados à decisão ora recorrida - Necessária estabilização da matéria num único procedimento verificatório, deferindo-se a realização de prova pericial - Recurso provido. (Agravo de Instrumento 00185087720128260000 – Lençóis Paulista – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21253)

Declaratória de caducidade de marca. Ajuizamento em face do titular da marca, de empresa locatária da marca e dos sócios dessa empresa. Causa de pedir que é a caducidade da patente. Petição inicial inepta. Pedido deduzido que não decorre logicamente dos fatos narrados e dos fundamentos jurídicos expostos. Artigo 295, I e parágrafo único, II, do CPC. Extinção do processo sem resolução do mérito. Artigo 267, I, do CPC. Recurso prejudicado. (Apelação Cível 00084186220118260576 - São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8561)

Recurso - Agravo de instrumento - Peça essencial - Interposição contra decisão que indeferiu dois pedidos – Juntada no instrumento de apenas um dos pedidos indeferidos - Despacho inicial que alertou o recorrente quanto à ausência da peça - Inércia - Negativa de seguimento – Legitimidade - Documento tido por essencial - Juntada tardia não admitida ante a preclusão e desídia anotadas - Negativa de seguimento ao recurso mantida - Agravo não provido. Dispositivo: Negaram provimento. (Agravo Regimental 00481518020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22437)

Prescrição - Ação indenizatória - Decisão judicial que, por entender que a pretensão indenizatória é a diluição da participação acionária no capital da empresa M & G Poliéster S/A, em consequência da incorporação da empresa M & G Polímeros S/A, que ocorreu em 2007, rejeitou a arguição de prescrição - Sustenta a ocorrência da prescrição, pois o verdadeiro objeto da demanda é o questionamento da decisão tomada pelas recorrentes em dezembro de 2004 de desenvolver o projeto por meio da empresa M & G Polímeros S/A, sem a participação da empresa M & G Poliéster S/A - Descabimento - Incontroverso que o prazo prescricional é de 3 anos, conforme art. 287, inc. II, alínea "b", "2" da lei n. 6.404/76, mas as partes divergem sobre a violação pela qual os suplicados pretendem ressarcimento - Da leitura da petição inicial verifica-se que a violação refere-se à alegação de que a incorporação da empresa M & G Polímeros S/A pela empresa M & G Poliéster S/A teria causado graves danos à companhia e aos seus acionistas minoritários, e não a criação da empresa M & G Polímeros S/A, como afirmam as recorrentes - Necessário verificar em que data houve a publicação da ata de aprovação do balanço referente ao exercício em que a incorporação discutida ocorreu para concluir ou não pela ocorrência de prescrição - Cópia de tal documento ausente - Manutenção da decisão combatida - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Nega-se provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 00671585820128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21023)

Recurso - Embargos de declaração - Inexistente qualquer vício - Hipótese em que a pretensão recursal afigura-se como mero pedido de reconsideração de decisão monocrática que, deste modo, ensejaria a interposição de agravo interno - Recurso conhecido, entretanto, para serem afastados todos os argumentos suscitados - Mantida a decisão recorrida - Embargos rejeitados. Litigância de má-fé - Embargos de declaração opostos contra decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento em razão do não recolhimento do porte de retorno - Ausente justificativa plausível para o não recolhimento no ato de interposição do agravo de instrumento - Defesa descabida e contrária ao regramento processual e jurisprudência dominante - Caracterização - Abuso do direito de recorrer com interposição de recurso infundado e protelatório (art. 17, inc. VI e VII do CPC) - Retardo na conclusão da

controvérsia e sobrecarga desnecessária à estrutura Judiciária - Condenação da recorrente às penas por litigância de má-fé de ofício Art. 18 do CPC Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização dos consumidores em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. Dispositivo: Embargos rejeitados, com observação. (Embargos de Declaração 01939271420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22593)

Suspensão processual - Ação de exclusão de sócio - Prejudicialidade externa - Decisão agravada que determinou o sobrestamento do feito pelo período de seis meses (art. 265, §5º do CPC), em virtude da existência de demanda correndo na mesma Vara discutindo tema próximo ao da presente demanda - Correto o entendimento de primeiro grau - Agravado que ajuizou previamente ação de anulação de reunião assemblear pretendendo discutir, nos mesmos termos, a legalidade e veracidade dos argumentos deduzidos pela recorrente para justificar sua exclusão das sociedades empresariais - Desfecho da primeira demanda ajuizada que influenciará inegavelmente nas conclusões a serem obtidas na demanda de exclusão - Possibilidade de decisões conflitantes - Prudente a suspensão anotada em primeiro grau - Decisão interlocutória mantida - Agravo não provido. Dispositivo: Agravo não provido. (Agravo de Instrumento 01548664920128260000 – Boituva – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21684)

Impugnação à assistência judiciária gratuita. Ausência de prova a demonstrar a inexistência ou desaparecimento dos requisitos que deram ensejo à concessão do benefício. Artigo 7º da Lei nº 1.060/50. Prevalência da presunção de pobreza ante a ausência de prova em contrário. Recurso não provido. (Apelação Cível 00175170520118260302 – Jaú – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8967)

Tutela antecipada - Ação de exclusão de sócios - Indeferimento em primeira instância de tutela antecipada pretendida para determinar a imediata exclusão dos sócios ou, subsidiariamente, serem compelidos os demandados a: (a) fornecerem mercadorias e insumos necessários à viabilização do objeto social da empresa; (b) entregarem cópias dos documentos indicados que permitam o recadastramento da empresa nos Órgãos Públicos; e (c) absterem-se de atos tendentes à inviabilização da continuidade do objeto social da empresa - Deferimento do pedido de exclusão imediata dos sócios que só poderia se efetivar sob sólida convicção quanto à verossimilhança das faltas graves imputadas aos sócios recorridos - Inocorrência in casu - Hipótese, inclusive, que impõe cautela ao Julgador, pois existente nos autos indício de que há insatisfação de ambos os lados - Alegação de que os agravados manifestaram intenção de retirada da empresa que não pode ser considerada sem a oitiva da parte contrária - Pedidos subsidiários também passíveis de indeferimento, pois desconhecido se as ações pretendidas estão no âmbito de atuação esperada dos recorridos e, caso esteja, se estão de fato sendo descumpridas - Tutela antecipada indeferida - Recurso não provido. Dispositivo: Negaram provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 01849295720128260000 – Sorocaba – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21947)

Agravo de instrumento - Principal estabelecimento - Empresa que ajuíza pedido de recuperação judicial em Ribeirão Pires, comarca em que se situa uma das empresas do conglomerado econômico sob o argumento de que aí se encontra seu principal estabelecimento - Decisão singular que determina remessa para São Bernardo do Campo sob fundamento de que ali se encontra o principal estabelecimento - Demonstração de que o local das deliberações da diretoria, gerenciamento e demais atividades administrativas, executivas e legislativas acontecem em Ribeirão Pires - Ademais, maior corpo produtivo que compõem os aspectos objetivo e corporativo da empresa situados naquela cidade - Decisão afastada - Recurso provido. Dispositivo: Deram provimento. (Agravo de Instrumento

01900844120128260000 – Ribeirão Pires – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21953)

Tutela antecipada - Abstenção de uso - Concessão em primeiro grau de tutela específica, determinando ab initio que a empresa suplicante se abstenha de utilizar marca semelhante a da recorrente, uma vez concedido registro em resguardo da requerida e existente a possibilidade de confusão entre os consumidores – Impropriedade - Insuficientes os elementos nos autos para que seja constatada a confusão e prejuízos alegados, porque (a) há plausibilidade quanto ao possível enquadramento da expressão estrangeira "spread" como sendo de uso comum; (b) a recorrente não a utiliza isoladamente como a agravada, apresentando-se como "SpreadCom", e os logotipos visuais são distintos, o que minimizaria a possibilidade de confusão - Relevância da fundamentação recursal e possibilidade de dano à recorrente identificada - Ordem de abstenção prematura – Tutela antecipada revogada - Agravo de instrumento provido. Dispositivo: Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02117742920128260000 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22245)

Recurso - Agravo de instrumento contra decisão que considerou deserto o agravo de instrumento - Alegação de que, em razão da greve bancária, deve ser considerado o recolhimento das custas ocorrido em 28 de setembro de 2012 - Impossibilidade - Retorno do expediente bancário aos 27 de setembro - Recolhimento um dia após esta data, contrariando o disciplinado pelo Comunicado da Corregedoria Geral da Justiça nº 1526/2012 - Hipótese, ademais, em que o agravante deixou de comprovar o recolhimento do valor referente ao porte de retorno - Pressuposto de admissibilidade recursal ausente - Negativa de seguimento ao agravo de instrumento mantida - Agravo interno não provido. Dispositivo: Recurso não provido. (Agravo Regimental 02137220620128260000 – Santa Fé do Sul – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22523)

Tutela antecipada - Ação ordinária - Pleiteada a antecipação de tutela do pedido de rescisão contratual, com a finalidade de retomar a posse do estabelecimento comercial - Decisão judicial que entendeu ausentes os requisitos - Alegação de que realizou todas as suas obrigações existentes no contrato, ao contrário da agravada, que apesar de ter tomado posse do estabelecimento comercial, não cumpriu com o pagamento da segunda parcela, não sendo justa a manutenção desta situação - Descabimento - Hipótese na qual, além de não estar comprovado que a recorrente cumpriu com todas as suas obrigações, e que não houve a possibilidade de acompanhamento do movimento diário por culpa da recorrida, nenhuma das cláusulas do instrumento firmado prevê o retorno da recorrente à posse do estabelecimento comercial - Embora na cláusula 14 do instrumento conste a possibilidade de rescisão, não ficou estabelecida pelas partes em quais condições ela poderia ocorrer - Não há, portanto, como se chegar a um juízo de verossimilhança das alegações, sendo necessária a dilação probatória, conforme bem esclareceu o nobre Magistrado singular, e também por respeito ao contraditório - Tutela antecipada denegada - Agravo de instrumento não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02276121220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22457)

Assistência judiciária - Justiça gratuita – Requisitos - Declaração de pobreza - Insuficiência - Hipótese na qual a razão exposta pelo i. Juízo a quo no r. decisum deve ser mantida - Discussão sobre o inadimplemento do instrumento particular de trespasse (R$ 168.000,00) - Ausência de argumentação e documentos a afastar os fundamentos judiciais quanto à situação financeira - Documentos juntados insuficientes para comprovar a hipossuficiência financeira alegada - Ausência das últimas três declarações de renda, de modo a ficar claro qual o patrimônio que detém, bem como a não existência de outras fontes de renda - Correcorrente (Sra. Valéria) poderia trazer extrato demonstrando quais as demandas que patrocina -

Benefícios indeferidos - Recurso não provido. Dispositivo: Negam provimento ao recurso. (Agravo de Instrumento 02290914020128260000 - São José do Rio Preto – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22460)

Título executivo extrajudicial - Cédula de crédito bancário - Ainda que conceda crédito para pagamento em parcelas ou represente limite rotativo de crédito, inclua cessão fiduciária ou outras garantias, cédula é título executivo desde que acompanhado de extratos bancários e demonstrativo de evolução da dívida, como ocorreu no caso concreto - Liquidez do título reconhecida - Ausência de declaração de inconstitucionalidade - Inteligência da Súmula n. 14 do TJSP e orientação do STJ nesse sentido - Carência da ação rejeitada - Defesa em pedido falimentar rejeitada - Apelação improvida. Falência - Insurgência quanto à utilização do procedimento falimentar com intuito de "cobrança forçada" - Impropriedade - Exegese da Súmula n. 42 desta Corte - Sentença de quebra mantida - Agravo improvido. Dispositivo: Negam provimento. (Agravo de Instrumento 00269624620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20478)

Impugnação de crédito - Pretensão de recuperanda à exclusão de valor certo, sob argumentação de que se refere à amortizações ocorridas após o pedido recuperatório - Improcedência fundada na ausência de comprovação por parte da impugnante - Recurso em que a agravante pretende a anulação por cerceamento de defesa - Ônus probatório - O valor certo da impugnação induz à existência de documentação em poder da impugnante, solicitados pelo perito contador - Solicitação não atendida - Extratos bancários que somente seriam exigíveis do banco impugnado se houvessem indícios acerca da movimentação de títulos no valor indicado na impugnação - Sentença mantida - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00294048220128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20535)

Recuperação judicial - Agravo de Instrumento - Pretensão de credor à nulidade dos atos precedentes à deliberação da assembleia geral sob o argumento de que "várias controvérsias não foram apreciadas, inúmeros passos processuais foram atropelados e, enfim, não foi regularmente seguido o rito previsto na Lei [..]" - Pleito de "renovação de vários atos a resguardar os direitos dos credores", "saneamento e recomeço" - Defeitos que se referem à discussão de seu crédito, existência, valor e classificação - Impropriedade - Autonomia do processo verificatório - Inteligência dos arts. 10, § 1º, 39 e 40 da Lei n. 11.101/2005 - Inexistência de vício capaz de nulificar deliberação assemblear - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00486454220128260000 – Sertãozinho – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20808)

Agravo de instrumento - Exceção de competência - Ação promovida pela empresa em recuperação visando à declaração de que os títulos cedidos em contrato bancário (cédula de crédito) constituem-se "meras e singelas garantias sem feição específica de alienação fiduciária, ou regime jurídico correlato" - Pretensão da credora (instituição financeira) a prevalência da cláusula de foro de eleição - Decisão do Juízo da recuperação que entende que "a solução buscada nesta ação repercutirá diretamente na recuperação judicial, razão pela qual deve prevalecer a competência deste Juízo para o julgamento do feito" - Decisão mantida - Conexão - vínculo entre o procedimento verificatório e o objeto da ação proposta pela recuperanda - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 00527661620128260000 – Lençóis Paulista – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 21629)

Marca - Registro da marca da autora não somente no ramo de turismo, mas também no ramo de serviços imobiliários e administração imobiliária - Marca nacionalmente conhecida em virtude do parque aquático cearense, identificado pelo consumidor como local de prazer -

Possibilidade de conduta parasitária da recorrente, especialmente em relação à utilização de marca que possibilita a vantagem indevida de não ter que realizar investimento - Liminar concedida para determinar que a ré se abstenha de utilizar a expressão “Beach Park” - Agravo de instrumento improvido. Dispositivo: negam provimento. (Agravo de Instrumento 02124662820128260000 – Americana – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22253)

Agravo de instrumento. Perda superveniente do interesse recursal. Recuperação judicial. Prorrogação do prazo de suspensão das ações e execução ajuizadas em face da recuperanda. Posterior homologação do plano de recuperação judicial. Irrelevância do prazo de suspensão, neste momento. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01519227420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 7934)

Agravo de instrumento. Perda superveniente do interesse recursal. Recuperação judicial. Prorrogação do prazo de suspensão das ações e execução ajuizadas em face da recuperanda. Posterior homologação do plano de recuperação judicial. Irrelevância do prazo de suspensão, neste momento. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 01540090320128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 8042)

Falência decretada em junho de 2000 - Ação revocatória ajuizada pela massa falida - Agravo de instrumento dirigido a decisão que determinou o complemento das custas recursais em apelação interposta por alguns dos corréus - Competência em segundo grau - Falência decretada antes da vigência da Lei n. 111.101/2005 - Não compete à Câmara Especial de Falências e Recuperações Judiciais o julgamento de recursos extraídos do processo falimentar. Dispositivo: não conheceram e determinaram a redistribuição. (Agravo de Instrumento 00458099620128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 20731)

Agravo regimental. Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento por considerá-lo manifestamente inadmissível. Agravo de instrumento ora discutido que não foi interposto contra a mesma decisão recorrida por meio do agravo de instrumento n° 0132745-27.2012.8.26.0000. Inocorrência de preclusão consumativa. Desrespeito ao art. 557, caput, do CPC. Decisão monocrática anulada de ofício, com determinação de processamento do agravo de instrumento. Agravo Regimental prejudicado. (Agravo Regimental 01198997520128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo – 06/11/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 8632)

Agravo regimental. Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento por considerá-lo manifestamente improcedente. Fundada dúvida quanto ao acerto da decisão recorrida por meio do agravo de instrumento. Questão que requer maior debate, respeitado o contraditório e a ampla defesa. Desrespeito ao art. 557, caput, do CPC. Decisão monocrática anulada de ofício, com determinação de processamento do agravo de instrumento. Agravo Regimental prejudicado. (Agravo Regimental 01327452720128260000 – Guarulhos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo – 06/11/2012 - Maioria de Votos - Voto nº 8631)

Recuperação judicial. - Impugnação ao crédito. - Pretensão de inclusão de crédito. - Ônus da prova que compete ao credor. - Não apresentação dos documentos indicados na perícia, no prazo concedido pelo MM Juízo "a quo", que determina sua improcedência. - Apresentação de parte dos documentos apenas nesta fase recursal. - Impossibilidade. – Preclusão consumada. - Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 03108081120118260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator José Reynaldo – 06/11/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12566)

Ação de dissolução parcial de sociedade empresária - 8ª Câmara de Direito Privado que recebeu o processo por prevenção, mas dele não conheceu e determinou a remessa para a Câmara Reservada - Resolução nº 538/2011 que criou a Câmara Reservada ao Direito Empresarial que não modificou a competência definida por prevenção - Competência que só alcança os processos novos, conforme precedente inclusive do Órgão Especial do TJSP - Dúvida de competência suscitada - Recurso não conhecido. (Apelação Cível 00092609420068260292 – Jacareí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15452)

Agravo de instrumento - Discussão travada contra assuntos manifestamente preclusos - Decisão que desconsiderou a personalidade já transitada em julgado - Laudo de avaliação de imóvel constrito que claramente especificou como se chegou ao valor de avaliação e que não contou com impugnação no momento oportuno - Inexistência de óbice para a venda do imóvel de titularidade de sócio atingido pela desconsideração da personalidade jurídica, seja porque os bens da falida já foram alienados, seja porque a responsabilização do sócio independe da realização do ativo e prova de insuficiência para cobrir o passivo - Inteligência dos arts. 75, 82 e 140, § 2º, da LRF - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 01024752020128260000 – Osasco – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15464)

Agravo regimental - Interposição contra decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Razoabilidade da decisão - Antecipação de tutela que exige prova inequívoca, que convença da verossimilhança das alegações do autor, e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação - Requisitos até o momento não presentes - Necessidade de regular contraditório e ampla defesa - Regimental improvido. (Agravo Regimental 02129106120128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15520)

Obrigação de fazer e não fazer c.c. danos materiais e morais - Utilização indevida de marca de alto renome reconhecida pelo INPI - Mesmo ramo de atividade, pouco importando que os réus somente explorem a marca pela internet - Ilícito praticado pelos réus, que, inclusive, no recurso, pretenderam defender, em nome próprio, eventual interesse de terceiros (CPC, art. 6º) - Utilização indevida da marca, por si só, é ato que se presume como gerador de danos, a título patrimonial, cuja apuração deve se dar em liquidação de sentença – Dano moral, todavia, não comprovado - Ônus da sucumbência que devem ser carreados às rés - Recurso da ré não improvido, e provido, em parte, o da autora. (Apelação Cível 00303637820118260003 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15225)

Cooperativa - Pretensão de reintegração do autor ao sistema de transporte coletivo - Inadmissibilidade - Filiação do autor à cooperativa ré e transferência dos filiados de cooperativa descredenciada a seus quadros não demonstradas - Elementos dos autos que indicam que o autor não preenchia os requisitos para continuar atuando no sistema de transporte coletivo - Cerceamento de defesa não caracterizado - Recurso improvido. (Apelação Cível 00320379420118260002 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15228)

Contrato de franquia - Ausência de apresentação da circular de oferta que trata o art. 3º da Lei nº 8.955/94 - Alegação que deveria ter sido apresentada antes do início das atividades - Fato, aliás, que não foi obstáculo ao implemento do negócio - Insucesso do negócio do autor que não pode ser atribuído à alegada omissão da entrega da circular - Não demonstração, ademais, de descumprimento contratual pela franqueadora - Recurso improvido. (Apelação Cível 00401370520098260068 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15233)

Cerceamento de defesa - Produção de provas - Desnecessidade - Elementos fáticos, aliados às provas até então produzidas, que permitiam ao magistrado sentenciar o feito desde logo - Preliminar rejeitada. Ação ordinária - Rescisão contratual - Culpa pelo inadimplemento contratual que se deveu em razão de não ter o autor indicado o nome das pessoas que iriam figurar como sócias, para fins de regularização da situação, tanto junto à JUCESP como junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, já que no estabelecimento funciona uma das agências dos Correios - Autor que deve arcar com a multa no percentual de 30% do valor da transação (cláusula 7 do contrato de compra e venda), a ser descontada do valor que lhe deve ser restituído e que pagou pela aquisição das quotas sociais - Eventual má gestão do autor no período em que permaneceu à frente da administração do negócio que decorrem do próprio risco da atividade - Recurso improvido. (Apelação Cível 00097886420108260462 – Poá – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15434)

Ação de usucapião - Bem móvel - Procedência - Autor que demonstrou estar na posse do bem, adquirido de terceiro, por prazo superior ao exigido por lei - Ausência da baixa do gravame pela ré, que veio a falir posteriormente - Veículo, ademais, devidamente quitado, conforme declaração da própria apelante - Desnecessidade de prova pericial - Recurso improvido. (Apelação Cível 00042439520118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15222)

Recuperação judicial - Rejeição do plano à unanimidade pelos credores - Decreto de falência - Razoabilidade, no caso - Lapso de três anos desde a apresentação do plano que não foi suficiente para a agravante apresentar solução às suas pendências econômico-financeiras - Incremento das vendas não efetivamente comprovado, eis que o demonstrativo foi produzido unilateralmente pela parte - Ativo da empresa que pode, eventualmente, ser superior ao passivo - Fato todavia que não retira a impontualidade da empresa - Empresa que nada mais produz - Sem exercício da atividade não há o que se preservar - Recurso improvido. (Agravo de Instrumento 00463511720128260000 – Mogi das Cruzes – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15005)

Sociedade limitada - Assembléia de aprovação de contas - Sócios quotistas que também são administradores da sociedade empresária - Limitação imposta pela lei em votar em assuntos que digam respeito ao sócio-administrador - Interpretação literal do texto de lei que conduziria à situação de o sócio minoritário impor suas decisões aos sócios majoritários e administradores - Possibilidade de serem computados os votos dos acionistas-administradores, principalmente considerando não demonstrado nenhum prejuízo causado à sociedade - Precedentes jurisprudenciais - Recurso não provido. (Apelação Cível 01599185120118260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15141)

Embargos de declaração - Inocorrência de omissão - Prequestionamento - Desnecessidade da menção expressa de dispositivo legal para caracterizá-lo - Suficiência do enfrentamento da questão de direito debatida - Precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 00203629220108260577 – São José dos Campos – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15442)

Embargos de declaração - Inocorrência das alegadas omissões e contradições - Embargante que pretende, na verdade, rediscutir a matéria, insatisfeita com o deslinde da causa, o que lhe é vedado via declaratórios - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01239538420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15430)

Recurso - Agravo de instrumento - Indicação equivocada dos advogados da agravada – Irrelevância - Juntada correta da cópia da procuração - Intimação que, ademais, alcançou sua finalidade, antes a apresentação tempestiva da contraminuta, garantindo-se, assim o pleno contraditório e ampla defesa - Preliminar rejeitada. Recuperação judicial - Homologação do plano - Irrelevância de pendência sobre questões referentes à natureza, classificação e valor dos créditos - Inteligência do art. 39, § 2º, da Lei nº 11.101/05 - Precedentes jurisprudenciais - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01776744820128260000 – Regente Feijó – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15509)

Agravo regimental - Interposição contra decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente – Razoabilidade - Concessão da gratuidade da justiça que depende da comprovação do estado de necessitado daquele que requer os benefícios da lei - Agravante que é empresária e tem ganhos mensais acima da média da população efetivamente pobre - Recurso improvido. (Agravo Regimental 02051661520128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15188)

Cerceamento de defesa - Inocorrência - Oitiva de testemunha que se submete ao requisito de sua utilidade e admissibilidade pelo juiz - Elementos fáticos distanciados do preceituado nos arts. 401 e 402 do CPC - Preliminar rejeitada. Interesse processual - Notificação a que se refere o réu que restou efetivamente realizada - Prova documental nesse sentido - Preliminar rejeitada. Monitória - Exigência de prova escrita do crédito, desprovida de eficácia executiva (CPC, art. 1.102a) - Prova de pagamento não efetuada - Sentença de procedência da ação mantida - Recurso improvido. (Apelação Cível 01135002620098260003 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14983)

Agravo regimental - Interposição contra decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente inadmissível – Razoabilidade - Magistrada que nada decidiu a respeito da tempestividade da peça contestatória - Simples determinação à serventia para certificar a respeito do prazo que não causou gravame algum à recorrente - Recurso improvido. (Agravo Regimental 02102093020128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15189)

Agravo regimental - Interposição contra decisão monocrática que deu provimento a agravo de instrumento, com fundamento no art. 557, §1º A, do CPC - Razoabilidade da decisão - Prova pericial requerida pela ora agravante na inicial da ação e depois determinada pelo magistrado - Ônus da produção da prova que deve recair mesmo sobre a ora agravante - Inteligência dos arts. 19 e 33 do CPC - Precedentes jurisprudenciais – Regimental improvido. (Agravo Regimental 02150540820128260000 – Tatuí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15519)

Medida cautelar preventiva ao procedimento arbitral - Extinção em razão do não ajuizamento da ação principal dentro do prazo a que alude o art. 806, do CPC - Parte, todavia, que tomou a providência ditada pela lei - Fato de a solicitação de instauração do juízo arbitral (ação principal) ter sido requerida na Câmara de Arbitragem do Fórum Unimed, que prejudicou a Serventia quando certificou o não cumprimento da regra do artigo supracitado - Parte que, embora tenha sido negligente em não informar o ajuizamento da ação principal, cumpriu efetivamente a obrigação que lhe impunha a lei - Ação principal ajuizada dentro do prazo legal - Sentença de extinção afastada - Aplicação do art. 515, § 3º, do CPC. Medida cautelar preventiva ao procedimento arbitral - Necessidade do provimento judicial para garantia ao atendimento dos clientes da agravada, posto que as Unimeds prestam atendimento por meio de intercâmbio e parceria - Usuários dos planos de saúde que são os maiores prejudicados pela discussão travada - Caráter transcendental do direito à saúde (vida humana) que deve

prevalecer - Questão da alegação de que a apelante estaria querendo tirar vantagem com a presente medida ou agindo de má-fé, que deverá ser apreciada "exclusivamente" pela Câmara Arbitral eleita pelas partes para dirimir eventual litígio no cumprimento do contrato - Ação julgada procedente, com confirmação da liminar concedida quando de julgamento de anterior agravo de instrumento em que figuram as mesmas partes. (Apelação Cível 01113887920128260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15167)

Recurso - Apelação - Não conhecimento - Sentença que não foi impugnada especificamente - Apelante que apenas fez breve relato do processo e impugnou genericamente os termos da sentença, não atacando especificamente o conteúdo da decisão singular - Comodismo inaceitável - Inteligência dos arts. 514 e 515 do CPC - Não conhecimento. (Apelação Cível 00001493220128260048 – Atibaia – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15155)

Ação de obrigação de fazer - Marca "DIA D" - Exclusividade do registro da autora que se refere à utilização conjunta do elemento nominativo "DIA D" combinado com o elemento figurativo do círculo e da grafia estilizada - Ré que demonstrou também ser detentora dos registros para marcas contendo o termo "Damásio", com a marca figurativa "D" estilizada, junto ao INPI - Letra "D" em destaque como elemento distintivo do logotipo da ré, em clara referência ao nome do fundador do Complexo Damásio, o dr. Damásio Evangelista de Jesus - Ausência de confusão no público alvo de uma ou outra instituição de ensino - Autora, ademais, que depositou o pedido de registro da marca "DIA D" cinco anos após o depósito do pedido da ré da marca figurativa "D", o que pressupõe sua própria culpa em eventual confusão do público alvo - Sentença de improcedência mantida - Recurso não provido. (Apelação Cível 01510452820128260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 15424)

Embargos de declaração - Erro de fato - Premissa equivocada - Existência - Acolhimento da pretensão recursal. Embargos de declaração acolhidos, com efeito modificativo, para negar provimento ao recurso de agravo de instrumento. Embargos acolhidos para reexame do mérito recursal. Agravo de instrumento – Recuperação judicial - Credor fiduciário - Possibilidade de tomar medidas cabíveis - Necessidade de se aguardar o decurso de prazo previsto no artigo 6°, § 4º da lei n° 11.101/2005 - Recurso não provido. (Embargos de Declaração 00259197420128260000 – Barueri – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13993)

Embargos de declaração - Omissão e obscuridade - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade – Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes, sendo inadmissível o seu provimento. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01048959520128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14086)

Embargos de declaração - Omissão - Inexistência - Finalidade de novo julgamento - Impossibilidade - Os embargos de declaração visam à supressão de eventuais irregularidades contidas no julgado e não a adequação deste aos interesses das partes. No mais, desnecessidade de enfretamento de todos os dispositivos legais apresentados para a pacificação da demanda. Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 01029082420128260000 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14084)

Agravo de instrumento - Dissolução parcial de sociedade - Tutela antecipada - Pretensão ao deferimento da liminar - Indeferimento - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Ademais, quando esta é pedida na forma *inaudita altera pars*, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior robustez, pois se trata de medida excepcional. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 01374913520128260000 – Campinas – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14011)

Agravo de instrumento - Obrigação de não fazer - Vício de representação – Afastamento - Aplicação do art. 13 do CPC - Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz, suspendendo o processo, marcará prazo razoável para ser sanado o defeito - Inexistência desta providência – Preliminar afastada. Agravo de instrumento - Obrigação de não fazer - Caução prevista no art. 835 do CPC - Afastamento - Movida ação por empresa estrangeira e não tendo jamais havido determinação judicial de prestação da caução (art. 835 do Código de Processo Civil) não se proclama a extinção do processo - Necessidade de intimação – Preliminar afastada. Agravo de instrumento - Obrigação de não fazer - Tutela antecipada - Abstenção de uso de marca - Para a concessão da tutela antecipada é necessária a prova inequívoca que conduz à verossimilhança das alegações, bem como o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação da agravada, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada - Se há necessidade de produção de provas, então descabe a outorga da tutela antecipada – Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02121111820128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13910)

Agravo de instrumento. Falência. Título protestado em que a notificação ocorreu por edital sem demonstração de prévia tentativa da forma pessoal. Inviabilidade do pedido de falência. Recurso provido. Agravo de instrumento. Conversão do pedido de falência em execução singular. Economia processual e menor onerosidade do devedor. Possibilidade desde que atendidos os requisitos necessários para a instauração da instância, ou seja, com efetiva renovação da citação e demais desdobramentos inerentes ao contraditório e à ampla defesa. Recurso provido, com observação. (Agravo de Instrumento 00931623520128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13957)

Ação cautelar de busca e apreensão. Alegação de contrafação de bens móveis. Impossibilidade de se discutir, em sede de apelação, questões relativas à liminar de busca e apreensão anteriormente indeferida, ainda mais quando não houve recurso próprio no tempo oportuno. Situação que, pela longevidade dos fatos, retira o interesse processual do autor. Recurso não provido. (Apelação Cível 02383704920098260002 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13686)

Assistência judiciária - Não comprovação suficiente nos autos - A mera existência de declaração firmada pela parte não é o único requisito necessário para a concessão das benesses da assistência judiciária gratuita. Alegação que depende de prova. Nos autos, o agravante não apresentou, além da declaração de pobreza, documentos que comprovam a sua hipossuficiência financeira. Recurso não provido, com observação. (Agravo de Instrumento 02377859520128260000 – Campinas - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13999)

Agravo de instrumento – Assistência Judiciária - Pedido - Requerimento formulado por pessoa jurídica - Empresa em recuperação judicial - Inadmissibilidade em virtude da ausência de comprovação de inexistência de patrimônio a ensejar sua concessão – Recurso não provido.

Custas - Taxa Judiciária - Diferimento - Pretensão ao recolhimento das custas ao final do processo - Inadmissibilidade - Hipótese que a agravante não se enquadra nas hipóteses previstas na Lei 11.608/03 - Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02490863920128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14087)

Agravo de instrumento - Formação Deficiente - Ausência de cópia da procuração outorgada aos advogados de alguns dos agravantes - Inobservância do comando legal contido no inciso I, do art. 525 do CPC - Impossibilidade de conhecimento do recurso - Se os agravantes pretendem a reforma da decisão que dizem ter lhes trazido gravame, devem cumprir seu ônus processual de bem formar o instrumento. A não juntada de peça apontada como obrigatória pelo legislador processual civil impede que o agravo ultrapasse o juízo de admissibilidade e, por conseqüência, prejudica sua cognição. Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02476617420128260000 – Taubaté - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14083)

Reclamação - Embargos de declaração opostos em face da decisão que negou seguimento à presente reclamação - Perda do objeto dos embargos de declaração ante a determinação de processamento da presente reclamação. Reclamação - Acórdão proferido no A.I. n° 0032394-46.2012.8.26.0000 que deferiu a liminar: *"...para que seja, provisoriamente, concedido os benefícios da Assistência Judiciária almejada..."* R. decisão reclamada que, antes de apreciação de comunicação de acordo entabulado entre as partes, determinou o aguardo definitivo do recurso de agravo de instrumento - Reclamante que pugna pelo efetivo cumprimento da decisão que concedeu a liminar para o fim de se dar efetividade à Justiça Gratuita para o fim de homologar o acordo celebrado entre as partes - Agravo de instrumento efetivamente julgado na sessão de julgamento do dia 27.4.2012 - Informação do Juízo reclamado de que o acordo foi homologado no dia 06.6.2012 - Parecer Ministerial no sentido de que *"..., a presente reclamação carece de objeto, restando prejudicada. Posto isto, é o parecer pelo não provimento do recurso"* - Perda do objeto caracterizada - Reclamação desprovida. (Reclamação 00865481420128260000 – Itatiba - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13963)

Agravo de instrumento - Ação de obrigação de fazer - Falta de interesse no prosseguimento do recurso manifestado pela recorrente - Desistência homologada - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02174314920128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14097)

Agravo de instrumento - Medida cautelar - Liminar parcialmente deferida em primeiro grau - Proibição do titular do domínio "brasil247.com.br", ora agravante, de efetuar qualquer alteração, cessão, alienação, transferência, repasse do domínio, bem como de efetuar alteração em todos os contatos no "Registro.br" ou em seus "DNs" e onde o site está hospedado e alteração de senhas de acesso. Decisão agravada - Pedido do réu, ora agravante, para expedição de ofício à "Registro.BR" para que esta se abstenha de informar os dados do réu (agravante) ou informe os dados dos autores (agravados), sob a alegação de que tal situação possibilita sua responsabilização pelo conteúdo divulgado no aludido "site" cujo controle não mais detém, ante o deferimento da liminar acima mencionada - Pedido indeferido - Em face da tal r. decisão foi manejado o presente agravo de instrumento - com pedido de tutela recursal antecipatória para que seja determinada a expedição do aludido ofício à "Registro.BR" - Pela análise do conteúdo fático dos autos, denota-se que o agravante não mais figura no polo passivo da ação informada neste agravo de instrumento e, ainda, em consulta ao "site" "brasil 247", há indicação, de forma expressa, de quem são, efetivamente, os responsáveis pelas informações ali divulgadas - Ausência de justificativa ao manejo do presente agravo de instrumento - Recurso não provido. Recurso não provido. (Agravo de Instrumento 02138641020128260000 - São Paulo - 2ª

Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14006)

Agravo de instrumento - Rescisão de contrato de franquia - Pedido de reconsideração - Intempestividade - Não comporta conhecimento recurso protocolizado após o fim do prazo, uma vez que pedido de reconsideração não suspende nem interrompe o prazo - Recurso não conhecido. (Agravo de Instrumento 02443949420128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 14080)

Agravo de instrumento – Ação declaratória - Tutela antecipada - Pretensão ao deferimento da liminar - Indeferimento - Ausência de requisitos - Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 e incisos do CPC, mormente a prova inequívoca capaz de formar o convencimento do Julgador acerca da verossimilhança das alegações deduzidas, não há que se antecipar os efeitos da tutela jurisdicional. Ademais, quando esta é pedida na forma *inaudita altera pars*, os elementos para o convencimento do órgão jurisdicional devem ser apresentados com maior robustez, pois se trata de medida excepcional. Recurso não provido. Recurso não provido, cassada a tutela recursal antecipatória. (Agravo de Instrumento 01436465420128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Roberto Mac Cracken – 04/12/2012 - Voto **nº** 13788)

Competência - Dúvida de competência. Prevenção da Décima Câmara, pelo julgamento de agravo de Instrumento nº 0014086-03.2005. Distribuição que se fez de maneira correta, observando o disposto no art. 102, do Regimento Interno. Não é caso da competência da Câmara Reservada de Direito Empresarial em razão da prevenção. Matéria de ordem pública e conexão. Dúvida acolhida, reconhecida a competência da Décima Câmara de Direito Privado, prevenção do eminente Desembargador João Batista Vilhena. (CC 02181919520128260000 - São Paulo – Turma Especial – Privado 1 - Relator Teixeira Leite – 13/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 16834)

Procedimento sumário. - Ação de cobrança. - Citação. - Descumprimento do prazo mínimo de antecedência entre a citação da requerida e a data da realização da audiência de conciliação. - Artigo 277 do Código de Processo Civil. - Mandado de citação juntado aos autos após a audiência. - Prejuízo à parte que não compareceu à audiência, bem como o seu patrono, sendo declarada revel. - Nulidade decretada. - Apelação provida. (Apelação Cível 00029930320118260011 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 18/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13222)

Contrato. - Compromisso de compra e venda de estabelecimento comercial. - Protesto de cheques emitidos para o pagamento da obrigação. - Comprador que pretende a desconstituição do débito mediante alegação de que efetuou pagamento de acordo trabalhista, cuja responsabilidade cabia à vendedora. - Descumprimento de determinação judicial. - Ausência de juntada de prova de que o ajuste foi honrado pessoalmente pelo comprador. Ônus que cabia ao autor, por se tratar de fato constitutivo do seu direito. - Artigo 333, I do Código de Processo Civil. - Ação de desconstituição de débito improcedente. - Apelação desprovida, com observação. (Apelação Cível 00029405520068260477 – Praia Grande - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 18/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13189)

Sentença. Nulidade. Afastamento. Coesa fundamentação, cujos termos convergem integralmente para a decisão de improcedência do pedido. Falência. Ação de decretação, fundada na impontualidade injustificada do devedor (artigo 94, I, da Lei nº 11.101/05). Improcedência. Comprovação da emissão de duplicatas mercantis nas quais a ré figura como sacada e cuja soma de seus valores atinge o montante mínimo legal indicado na lei especial, bem como da efetivação do protesto destes títulos. Ausência de provas, porém, da entrega das

mercadorias negociadas e da notificação do protesto à devedora impontual, com a exigida identificação precisa da pessoa física que a teria recebido em seu nome. Desatendimento a requisito formal dos protestos para fins falimentares. Súmula nº 361 do Superior Tribunal de Justiça e 52 deste Tribunal de Justiça. Precedentes das Câmaras especializadas na matéria. Apelação desprovida. (Apelação Cível 00022017920088260132 – Catanduva - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 18/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13108)

Recuperação judicial. Incidente de impugnação a crédito quirografário, instaurado para nele incluir valor correspondente a honorários advocatícios de natureza compensatória, convencionados em contrato de compra e venda. Improcedência. Falta de comprovação de que o credor, legitimado para pleitear a inclusão da verba, faz jus ao ressarcimento de quantia previamente despendida com seu próprio Advogado. Evidente aleatoriedade do percentual fixado no dispositivo contratual. Impossibilidade da integração dos honorários ao crédito inscrito no quadro geral de credores. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00720146520128260000 – Adamantina - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 18/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13201)

Recuperação judicial. Incidente de impugnação a crédito quirografário, instaurado para nele incluir valor correspondente a honorários advocatícios de natureza compensatória, convencionados em contrato de compra e venda. Improcedência. Falta de comprovação de que a credora, legitimada para pleitear a inclusão da verba, faz jus ao ressarcimento de quantia previamente despendida com seu próprio Advogado. Evidente aleatoriedade do percentual fixado na cláusula contratual. Impossibilidade da integração dos honorários ao crédito inscrito no quadro geral de credores. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento 00720138020128260000 – Adamantina - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 18/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13256)

Denunciação da lide. - Ação de abstenção de uso da marca “Poços de Caldas”. - Termo de cessão e transferência de titularidade de registro de marca celebrado entre a Danone e a Só Nata (atual Glória). - Ausência de relação de regresso direto entre a agravante, a Danone, a Só Nata e a Laticínios Morrinhos, seja decorrente de lei ou do contrato. - Marca de titularidade da agravada que não foi objeto de cessão. - Falta de documento hábil a comprovar aquisição da marca pela agravante, na mesma classe da titularidade da agravada. - Ausência do preenchimento dos requisitos autorizadores da denunciação da lide. - Artigo 70 do Código de Processo Civil. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento 01622307220128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 18/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 12928)

Mandado de segurança. - Impetração contra ato judicial que determina a citação da parte requerida em ação de falência. - Ausência de teratologia no ato judicial atacado. - Indeferimento da inicial. - Ausência de direito líquido e certo. - Artigo 10 da Lei nº 12.016 de 7.8.2009. - Manutenção do decisum. - Agravo interno, dito regimental, desprovido. (Agravo Regimental 02113785220128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 18/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13103)

Prestação de contas. Primeira fase. Sociedade empresarial. Poderes de administração conferidos por contrato social a ambos as sócias. Gestão de fato apenas pela sócia corré. Extinção do processo sem julgamento do mérito. Sentença anulada. Interesse processual da demandante ainda pertencente ao quadro societário, mas afastada há anos das atividades e sem conhecimento dos pormenores da realidade contábil e financeira da pessoa jurídica. Direito de exigir justificadamente e a qualquer tempo a prestação de contas assegurado pelos artigos 1.020 e 1.021 do Código Civil. Exercício que não sofre qualquer influência da cláusula que prevê o cumprimento do dever ao término de cada exercício social. Determinação de prosseguimento do feito com a citação das corrés e ulteriores termos. Apelação provida

(Apelação Cível 00012227420128260004 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 18/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13212)

Propriedade industrial. - Marca. - Abstenção de uso. - Utilização indevida de marca e nome empresarial. - Preclusão. - Tutela antecipada deferida parcialmente em sede de agravo de instrumento. - Ausência de apresentação dos recursos cabíveis no momento oportuno. - Impossibilidade do juiz decidir novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide - Inteligência do artigo 473 do Código de Processo Civil. - Não conhecimento. Concorrência desleal. - Reparação de danos. - Danos materiais e morais. - Ausência de prova dos prejuízos suportados após a cessação da autorização. - Ônus do qual a autora não se desincumbiu, por se tratar de fato constitutivo do seu direito. - Artigo 333, I do Código de Processo Civil. Ação parcialmente procedente. - Apelação da requerida não conhecida e da autora conhecida em parte e nesta desprovida. (Apelação Cível 00070894820118260565 – São Caetano do Sul - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator José Reynaldo – 18/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 13208)

**Segredo**

Justiça gratuita. Pessoa física. Patrimônio declarado de R$ 28.643,84 e aplicações financeiras. Situação incompatível com a benesse. Configuração, ademais, de preclusão lógica ante o recolhimento do preparo e do porte de remessa e retorno pela suplicante. Impugnação à justiça gratuita acolhida. Apelação improvida. Honorários de advogado. Sociedade por cotas limitadas. Apuração de haveres. Desistência da ação depois de ofertada as contestações pelos réus. Fixação da verba honorária em R$ 2.000,00 para cada um dos casuísticos. Equidade. Remuneração mantida. Apelação improvida. Dispositivo: negam provimento. (Apelação 01432024620118260100 – São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão – 05/12/2012 – Votação Unânime – Voto nº 22097) **(Segredo de Justiça)**

Agravo regimental – Decisão monocrática que negou seguimento aos embargos declaratórios manifestamente improcedentes – Autorização expressa dos artigos 557, caput, do Código de Processo Civil e 252 do Regimento Interno do E. Tribunal de Justiça – Razões invocadas que não importam em modificação da decisão colegiada que pretende a agravante revisar – Agravo não provido. Litigância de má-fé – Agravo interposto dirigido à decisão monocrática que negou seguimento a embargos de declaração – Caracterização – Abuso do direito de recorrer, com reiteração de razões já consideradas – Agravo interno manifestamente infundado e protelatório (art. 557, § 2º do CPC) – Ponderada ainda a necessidade de indenização da parte adversa pelo retardo na solução do litígio – Art. 18, § 2º do CPC – Multa de 1% sobre o valor atualizado da causa e indenização do agravado em quantia correspondente a 20% sobre a mesma base de cálculo. (Agravo Regimental 01536245120098260100 - São Paulo – 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Ricardo Negrão – 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto nº 22525) **(Segredo de Justiça)**

Ação de obrigação de não fazer – Antecipação de tutela para determinar que as agravantes abstenham-se de assediar a clientela da autora e retirem de seu portfólio ou de qualquer material de apresentação de seus produtos os nomes dos clientes da autora e também o dela - Irrazoabilidade – Matéria que demanda ampla produção de prova, tendo em conta principalmente prova documental que parece demonstrar que os produtos fabricados/comercializados pelas rés-agravantes são mais modernos que o da autora-agravada – Autora-agravada que nem mesmo demonstrou ter proteção registraria em seu favor ou em favor de sua holding, ou que os clientes que constam no portfólio dos agravantes sejam exclusivos da agravada – Impossibilidade de concessão de antecipação de tutela, ademais, quando houver risco de irreversibilidade da medida – Precedentes jurisprudenciais – Recurso provido. (Agravo de Instrumento 02027126220128260000 – Jundiaí – 2ª Câmara Reservada de

Direito Empresarial - Relatora Lígia Araújo Bisogni - 04/12/2012 - Votação Unânime - Voto **nº** 15243) **(Segredo de Justiça)**

**Monocráticas**

Apelação. Intempestividade. Recurso interposto após o decurso do prazo legal. Recurso manifestamente inadmissível. Decisão monocrática do Relator. Recurso a que se nega seguimento. (Apelação Cível 00228226720118260011 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Tasso Duarte de Melo – 30/11/2012 – Voto nº 9386)

Recuperação judicial. Crédito Trabalhista. Pretensão da devedora voltada para a inscrição do crédito no quadro geral de credores com desconto relativo à previdência social e imposto de renda. Inadmissibilidade. Verbas que devem ser decotadas da verba salarial no momento do pagamento. Precedente apontado que trata de situação fática diversa. Recurso desprovido. As agravantes não se conformam com a habilitação de crédito do agravado no valor reconhecido. (Agravo de Instrumento 02231345820128260000 - São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial - Relator Araldo Telles - 04/12/2012 - Voto nº 25633)

Recurso - Embargos de declaração - Vício não identificado - Embargos rejeitados – Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de reforma da decisão monocrática que negou seguimento a agravo de instrumento desacompanhado de do recolhimento do preparo recursal - Alegação de que lhe deveria ter sido oportunizada a complementação – Impropriedade - Preparo e porte de remessa e retorno que não se confundem - Hipótese de não recolhimento no ato de interposição recursal caracterizada - Deserção mantida - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02201856120128260000 - Sertãozinho - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Voto nº 22357)

Recurso - Embargos de Declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator – Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC. Precedentes jurisprudenciais nesse sentido. Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração – Omissão - Não ocorrência - Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 01752324620118260000 - Piracicaba - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 – Voto nº 22627)

Recurso - Embargos de declaração - Razões de reforma do acórdão embargado – Ausência - Razões recursais completamente dissociadas da matéria decidida no acórdão que julgou o recurso de apelação interposto pelo embargante - Pressuposto de admissibilidade recursal ausente - Embargos declaratórios com seguimento negado. (Embargos de Declaração 00132481220058260405 - Osasco - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - 04/12/2012 - Relator Ricardo Negrão Voto nº 22685)

Recurso - Embargos de Declaração - Reiteração dos fundamentos do v. aresto embargado pelo Relator – Admissibilidade - Aplicação do art. 252 do RITJSP - Julgamento monocrático de recurso manifestamente improcedente autorizado, ademais, pelo artigo 557 do CPC - Precedentes jurisprudenciais nesse sentido - Embargos com seguimento negado. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de atribuição de efeito infringente ao v. aresto embargado – Inaplicabilidade - Inexistente qualquer vício - Embargos com seguimento negado. (Embargos de Declaração 01614402520118260000 - São Paulo - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - 04/12/2012 - Relator Ricardo Negrão – Voto nº 22684)

Recurso - Embargos de declaração - Vício não identificado - Embargos rejeitados. Recurso - Embargos de declaração - Pretensão de reforma da decisão monocrática que negou seguimento a agravo por ausência de peça considerada essencial à análise do pedido recursal - Conclusão expressa na decisão embargada que é não afastada pelos argumentos formulados no pedido de reconsideração - Embargos rejeitados. (Embargos de Declaração 02125965220118260000 - Jundiaí - Câmara Reservada à Falência e Recuperação - Relator Ricardo Negrão - 04/12/2012 - Voto nº 22683)

Agravo Regimental - Interposição contra decisão que negou seguimento a agravo de instrumento manifestamente improcedente - Razoabilidade da decisão - Pretensão de exibição liminar de documentos - Necessidade a fim de apurar se está havendo infração à patente de invenção da agravada - Fato de se tratar de documentos sigilosos, conforme afirmado pela ora agravante, que não impede a exibição em juízo, a teor do disposto no art. 206 da Lei n° 9.279/96 - Regimental improvido. (Agravo Regimental 02219749520128260000 – São Paulo - 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Relatora Ligia Araújo Bisogni - 11/12/2012 - Voto nº 15199)

**Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**
**GAPRI - Grupo de Apoio ao Direito Privado**
**Rua Conde de Sarzedas, 100, andar intermediário**
**Telef. 3295-5770 - 5771 - 5779 - 5768 (fax)**
**gapri.diretoria@tjsp.jus.br**
**gapri.pesquisa@tjsp.jus.br**